

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ZILSA MARIA PINTO SANTIAGO

ARQUITETURA E INSTRUÇÃO PÚBLICA:
A REFORMA DE 1922, CONCEPÇÃO DE ESPAÇOS E FORMAÇÃO DE
GRUPOS ESCOLARES NO CEARÁ

FORTALEZA
2011

ZILSA MARIA PINTO SANTIAGO

**ARQUITETURA E INSTRUÇÃO PÚBLICA:
A REFORMA DE 1922, CONCEPÇÃO DE ESPAÇOS E FORMAÇÃO DE
GRUPOS ESCOLARES NO CEARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – Faced/UFC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: História da Educação Comparada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Juraci Maia Cavalcante

FORTALEZA
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

S226a Santiago, Zilsa Maria Pinto

Arquitetura e instrução pública: a reforma de 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares / Zilsa Maria Pinto Santiago.

434p.

Orientadora: Maria Juraci Maia Cavalcante

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em educação brasileira, Fortaleza, 2011.

1. Educação – História – Brasil 2. Escolas Edifícios – Brasil – História 3. Arquitetura e espaço I. Cavalcante, Maria Juraci Maia (Orient.) II. Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira III. Título

CDD 727

ZILSA MARIA PINTO SANTIAGO

**ARQUITETURA E INSTRUÇÃO PÚBLICA:
A REFORMA DE 1922, CONCEPÇÃO DE ESPAÇOS E FORMAÇÃO DE GRUPOS
ESCOLARES NO CEARÁ**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação Área de concentração História da Educação Comparada.

Aprovada em 06/07/2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a PhD. Maria Juraci M. Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a Dr.^a Ester Buffa
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/UNINOVE

Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. PhD. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. José Liberal de Castro
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr.^a Ana Maria Iório Dias
Universidade Federal do Ceará – UFC

Às Normalistas:
Maria Zilda Maciel Pinto (in memorian) - minha mãe,
Mirza Melo Pinto (in memorian) - minha madrinha,
Matilde Martins Castro (in Memorian),
Herbênia Teixeira (in memorian),
Nildes Alencar, Ana Maria Sampaio,
Ricardina Ribeiro, Ercilia Feitosa,
e as normalistas de todo o Ceará que tornaram
os cearenses mais letrados.

Ao Eduardo Girão Santiago, meu marido,
que me acompanhou em todas as horas
e em todos os caminhos, inclusive nos municípios do Ceará
visitando, comigo, antigos grupos escolares.

Aos meus filhos,
Pedro Rodrigo, Carlos Eduardo, Luis Henrique, Paulo Emanuel,
Ana Luiza e a neta Larissa,
cujo tempo de convivência e atenção foram reduzidos
em função da elaboração deste trabalho.

“VELHA ESCOLA”

*A velha escola das primeiras letras
O prédio pesadão só dum andar...
A sala de aula austera, silenciosa...
Lá fora, o enorme pátio de brincar*

*O quadro negro, no qual fiz outrora
Minhas primeiras contas de somar.
Gravuras na parede. E o “Mappa-mundi”,
onde já foi azul, o azul do mar...*

*Tudo como deixei: bancos, cadeiras,
os armários de livros, as carteiras.
Sim, tudo continua em seu lugar...*

*Mas, não! Na cena suave e evocadora
de tempos idos falta a professora
que me ensinou, paciente, a soletrar.*

Nóbrega de Siqueira

(Anotações do caderno de normalista de
Nildes Alencar,
3º Ano Normal, 1955)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível ser realizado, além do nosso esforço, pela generosidade e disponibilidade de muitas pessoas que nos apoiaram das mais diversas maneiras, a quem aqui apresentamos nossa gratidão.

Acima de todas as pessoas que contribuíram, agradecemos a Deus, Senhor da Vida e da Sabedoria, a quem buscamos quando buscamos nos aperfeiçoar.

À minha família, por compreender a falta de maiores momentos juntos nestes quase quatro anos, meus filhos Pedro Rodrigo, Carlos Eduardo, Luís Henrique, Paulo Emanuel, Ana Luiza e minha neta Larissa e em especial a Eduardo Girão Santiago, meu marido, pela força, carinho, compreensão e acompanhamento em todos os passos deste trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Maria Juraci Maia Cavalcante, nossa orientadora, com seu exemplo de competência, sua experiência e dedicação nos conduziu e incentivou no desenvolvimento deste trabalho e de produção acadêmica nestes anos de convívio.

Aos professores que participaram da Banca Examinadora de Qualificação, pelas críticas, sugestões e orientações na condução do nosso trabalho, Prof.^a Dr.^a Ana Iório, Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes, Prof. Dr. Gisafra Jucá, e Prof. José Liberal de Castro, para o qual, pedimos licença aos demais para fazer uma homenagem especial a este prezado mestre, co-fundador da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFC, que muito estimamos e admiramos, que em cada passo desta pesquisa nos instigou a ir mais longe.

À Prof.^a Dr.^a Ester Buffa, pela disponibilidade e aceite do convite em participar da Banca Examinadora de Defesa desta tese.

Aos professores do Doutorado, extensivo aos professores da Faculdade de Educação da UFC, pela disponibilidade, contribuição e longas conversas individuais e nos grupos de estudo, bem como nos Encontros do NHIME dos quais participamos de 2005 a 2010.

À Universidade Federal do Ceará e à Faculdade de Educação/Faced, pela oportunidade de realização do Curso de Doutorado.

Ao Chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, nas pessoas do Prof. Joaquim Aristides de Oliveira e do Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Bezerra, que sempre nos apoiaram e compreenderam neste período de parcial afastamento.

Aos professores do DAU, caros colegas que de uma forma ou de outra compartilharam esta dura jornada. Em especial, Prof.^a Dr.^a Aléxia Carvalho Brasil, a quem deixamos sozinha a enfrentar uma coordenação de curso; Prof.^a Margarida de Salles Andrade, que com suas sugestões sempre nos encaminhou no rumo certo; Prof. Dr. Luís Renato Pequeno, pelo apoio e leituras iniciais do projeto de tese; Prof. Dr. Clóvis Jucá, cujo material cedido nos abriu as portas para entendimento de certos aspectos do século XIX no Ceará, enfim, a todos pelo apoio e compreensão.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Geísa, Adalgisa e Sergio pela presteza e atendimento, bem como aos funcionários do DAU/CT, Eduardo Valente, Mara, José Augusto, sempre disponíveis para nos apoiar.

As bibliotecárias da UFC e da Sala de História da Faculdade Católica, pela paciência e atenção, em especial, a Neiliane Alves, Clemilda dos Santos Sousa e Brígida, que nos apoiaram e ajudaram a encontrar fontes raras.

Aos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo que contribuíram na elaboração dos desenhos em autocad, em especial ao Plínio Renan Silveira.

À Prof.^a Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, Secretária de Educação do Estado, pela confiança e autorização de visita e registro das escolas estaduais para desenvolvimento da pesquisa.

À Prof.^a Nildes Alencar, que gentilmente nos concedeu entrevista revelando um cenário vivido pela sua experiência de educadora e Ex-Secretária de Educação do Estado.

Aos arquitetos do DER/CE, Isabel Parente Lira Cavalcante e Adriano Soane, como também ao encarregado do Acervo, pela gentileza e informações sobre os projetos escolares.

Aos diretores e diretoras, professores e professoras, funcionários das escolas estaduais visitadas, pela sua disponibilidade e acolhimento na prestação de informação. Em especial, a Prof.^a Eliane Fulgêncio Pinheiro, que sem seu apoio não teríamos feito as descobertas sobre o Grupo Escolar do Crato.

Às pessoas que entrevistamos, ex-alunos dos grupos escolares, em nome dos quais, destacamos Dona Terezinha de Jesus, a quem devemos, pelas suas memórias, a condição de reconstituição da planta do primeiro Grupo Escolar de Barbalha.

À Gerente do CREP/Rio de Janeiro – Valeria Vianna Bitencourt, pelas informações e material cedido, bem como à Maria Cristina Faber de Castro, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, pelo material cedido e autorização para visitar as escolas municipais do Rio de Janeiro.

Ao Alberto Jorge Portela Lima (Bebeto), que nos abriu as portas do arquivo da Assembléia Legislativa para pesquisa.

Ao Prof. João Vianney Campos de Mesquita, pela disponibilidade e atenção na revisão gramatical e estilística deste ensaio.

À Prof.^a PhD Fernanda Leite, da Universidade do Texas, Austin, pela gentileza das traduções.

Aos nossos colegas de Doutorado, em especial Núbia Ferreira de Almeida, companhia de toda a jornada, que juntamente com sua família nos acolheu e acompanhou nas visitas ao Cariri; Mirelle de Araújo, que nos cedeu fontes preciosas de pesquisa; Salânia Maria Barbosa Melo, Samara Mendes Araújo Silva, Thirza Maria Bezerra Bindá e Alexandre Gonçalves Frota, com quem partilhamos bons momentos de trocas de conhecimento e de amizade.

Aos nossos familiares e amigos, a quem deixei muitas vezes do convívio e da atenção.

A todos os que de alguma forma contribuíram para consolidar este trabalho, o nosso muito obrigado.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Almanach do Ceará – Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará
- CDL – Clube dos Dirigentes Lojistas
- CE – Código de Educação
- CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
- CILEME – Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar
- CREDE – Centro Regional de Desenvolvimento da Educação
- CREP/RJ – Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro
- DER – Departamento de Edificações e Rodovias
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas
- DVOP – Departamento de Viação e Obras Públicas
- Distrito Federal - DF
- E.E.F.M. – Escola de ensino Fundamental e Médio
- ENBA – Escola Nacional de Belas Artes
- E/SUBE/1ªCRE/RJ – Educação/Subsecretaria de Ensino da Primeira Coordenadoria Regional de Educação da cidade do Rio de Janeiro
- Faced – Faculdade de Educação
- FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã
- G.E. – Grupo Escolar
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- ISCHE – International Standing Conference for the History of Education
- L.A.T.E. – Livro de Atas e Termos de Exames
- NHIME – Núcleo de História e Memória da Educação
- PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza
- SEDUC/CE – Secretaria de Educação do Estado do Ceará
- SEDAS – Secretaria de Educação e Assistência Social
- CENEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
- UFC – Universidade Federal do Ceará

LISTA DE FIGURAS

Nº	Título	
Capítulo 2		
2.1	Estudantes recitando lição. <i>Royal Free School</i> de Joseph Lancaster.....	57
2.2	A escola masculina piloto nº 3 de Baltimore (1830) Redesenho de William Russell, <i>Manual of Mutual Instruction</i> (Boston, 1826).....	58
2.3	Movimentos coreografados - Royal Free School, Borough Road, London..	59
2.4	Escola Central nº 71 e 72 na Freguesia de Cedofeita, Portugal.....	64
Capítulo 3		
3.1	Esquema de configuração em “L”.....	84
3.2	Esquema de configuração em “planos paralelos”.....	85
3.3	Planta Biblioteca de Sainte-Geneviève, Paris, 1843-50.....	85
3.4	Esquema de configuração em “U”.....	86
3.5	Plantas de templos gregos	86
3.6	Três praças interligadas em Nancy, 1752 -55.....	86
3.7	Esquema de quatro planos verticais.....	87
3.8	Planta Palazzo Farnese, Roma, 1515.....	87
3.9	Planta do Colégio dos Jesuítas de São Salvador (Bahia), 1782.....	89
3.10	Planta do projeto para Grupo Escolar arquiteto Ramos de Azevedo.....	104
3.11	Planta-tipo de projeto de grupos escolares projeto de Dubugras, 1985.....	105
3.12	Projeto de Escola Pública – Rio de Janeiro, 1933.....	105
3.13	Plantas dos diferentes níveis do Grupo Escolar Visconde Congonhas do Campo.....	107
3.14	Planta Baixa Escola Pereira Soares (prédio original).....	112
3.15	Planta Baixa Grupo Escolar de Uberaba.....	115
Capítulo 4		
4.1	Planta de localização Escola Pio X.....	148
4.2	Fachada - Grupo Escolar Joaquim Távora.....	156
4.3	Planta Baixa Escola Pública (Rua do Seminário e Praça da Conceição).....	164
4.4	Mapa 1- Planta da Cidade de Fortaleza (1888) com os 10 grupos escolares..	171
4.5	Desenho esquemático bancos-carteiras tipos I, II e III	177
Capítulo 5		
5.1	Mapa do Ceará, 1931. Distribuição dos Grupos Escolares e Escolas Reunidas criados e/ou reorganizados em execução à Lei n.º 1.953/1922.....	224
5.2	Planta do prédio da antiga Escola Normal na Praça Marques de Herval.....	232
5.3	Fachada da antiga Escola Normal na Praça Marques de Herval.....	233
5.4	Planta Pavimento Térreo Escola Normal	238
5.5	Fachada Principal Escola Normal	239
5.6	Fachada lateral Escola Normal.....	239
5.7	Corte Longitudinal Escola Normal.....	239
5.8	Fachada Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.....	257
5.9	Planta Baixa do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.....	258
5.10	Detalhe Azulejaria 1– Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.....	259
5.11	Detalhe Azulejaria 1– Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.....	259
5.12	Planta Grupo Escolar Fernandes Vieira (Ampliação).....	264

5.13	Vista Lateral Grupo Escolar Fernandes Vieira.....	265
5.14	Grupo Escolar Fernandes Vieira – Secção vertical.....	266
5.15	Planta Baixa da atual E.E.F.M. Juvenal Galeno	268
5.16	Planta Pavimento superior da atual E.E.F.M. Juvenal Galeno	268
5.17	Planta aproximada da primeira adaptação para grupo Escolar.....	273
5.18	Fachada aproximada da adaptação para Grupo Escolar.....	273
5.19	Fachada Principal do Grupo Escolar Rodolfo Teófilo.....	276
5.20	Planta Baixa Grupo Escolar Rodolfo Teófilo.....	277
5.21	Planta Pavimento Superior Grupo Escolar Rodolfo Teófilo.....	277
5.22	Detalhe do escudo do Estado do Ceará enquadrado por melões ao alto.....	279
5.23	Localização do antigo Grupo Escolar de Parangaba e do Grupo Escolar Moreira de Sousa.....	283
5.24	Planta esquemática da primeira edificação do Grupo Escolar de Aracati (ambientes atuais).....	290
5.25	Corte esquemático – dimensionamento.....	292
5.26	Localização da Escola Barão de Aracati – Ex-Grupo Escolar do Aracaty....	293
5.27	Planta Baixa do ex-Grupo Escolar do Aracati.....	294
5.28	Fachada do ex-Grupo Escolar do Aracati.....	294
5.29	Corte esquemático dimensional.....	297
5.30	Localização da Escola Martiniano de Alencar na cidade – Pça do Rosário.	300
5.31	Planta Baixa do Grupo Escolar Martiniano de Alencar.....	302
5.32	Fachada do Grupo Escolar Martiniano de Alencar.....	302
5.33	Corte esquemático sala.....	303
5.34	Planta Esquemática s/ escala – elaborada a partir da descrição de D. Terezinha de Jesus.....	307
5.35	Planta Baixa esquemática Primeiro Grupo Escolar de Baturité- Praça Waldemar Falcão.....	311
5.36	Fachada Principal Primeiro Grupo Escolar de Baturité - Praça Waldemar Falcão.....	311
5.37	Corte esquemático dimensional.....	313
5.38	Localização dos prédios onde funcionou o 1º Grupo Escolar de Baturité e o atual prédio (E. E. F. Manoel Cândido).....	314
5.39	Planta Baixa G. E. Manoel Cândido – Ex-Grupo Escolar de Baturité.....	315
5.40	Fachada Principal G. E. Manoel Cândido – Ex-Grupo Escolar de Baturité..	315
5.41	Localização do prédio onde funciona o ex-Grupo Escolar de Crateús	316
5.42	Planta Baixa Grupo Escolar Crateús.....	319
5.43	Fachada do Grupo Escolar Crateús.....	319
5.44	Corte esquemático – dimensões janelas.....	321
5.45	Planta Baixa esquemática do pavimento superior – Edificação que abrigou o Grupo Escolar Cratense.....	328
5.46	Localização dos prédios onde funciona o ex-Grupo Escolar do Crato.....	329
5.47	Planta Baixa da E.E.F. D. Quintino – ex-Grupo Escolar Cratense.....	330
5.48	Fachada da E.E.F. D. Quintino – ex-Grupo Escolar Cratense.....	330
5.49	Corte esquemático.....	332
5.50	Possível Planta Baixa original do Grupo Escolar de Icó.....	334
5.51	Fachada Principal Grupo de Icó.....	334
5.52	Planta do Grupo Escolar Lavrense.....	336
5.53	Planta do ex-Grupo Escolar Benjamim Barroso – Maranguape.....	340
5.54	Fachada Principal ex-Grupo Escolar Benjamim Barroso – Maranguape.....	340
5.55	Corte esquemático com medidas.....	342
5.56	Pintura do prédio da Prefeitura de Quixadá onde funcionou inicialmente o	

Grupo Escolar de Quixadá.....	345
5.57 Planta reconstituída 4 salas de aula.....	347
5.58 Possível Planta Baixa original do ex-Grupo Escolar de Quixadá (1937).....	350
5.59 Fachada Principal ex-Grupo Escolar de Quixadá (1937).....	350
5.60 Corte esquemático com medidas.....	351
5.61 Localização do prédio onde funcionou e ainda funciona o ex-Grupo Escolar de Redenção.....	353
5.62 Possível Planta Baixa do Grupo Escolar de Redenção.....	355
5.63 Fachada Principal do Grupo Escolar de Redenção.....	355
5.64 Corte esquemático	357
5.65 Localização do prédio onde funciona o ex-Grupo Escolar Prof. Arruda.....	360
5.66 Fachada Principal do Grupo Escolar Prof. Arruda – Sobral.....	361
5.67 Planta Baixa do Grupo Escolar Prof. Arruda – Sobral.....	361
5.68 Planta Pavimento Superior do Grupo Escolar Prof. Arruda – Sobral.....	362
5.69 Corte esquemático.....	363
5.70 Planta Parcial Grupo Escolar Presidente Roosevelt.....	369
5.71 Planta da atual E.E.P. Presidente Roosevelt.....	370
5.72 Planta Baixa – Escolas Reunidas de Soure (Caucaia).....	374
5.73 Fachada Principal (Oeste).....	374

LISTA DE FOTOS

Nº Título

Capítulo 3

3.1	Liceu Nilo Peçanha – Niterói	84
3.2	Colégio Estadual, antigo Ginásio Monlevade , João Monlevade – MG de configuração em “L”	85
3.3	Pousada Gruta, antigo Mosteiro dos Capuchinhos, Guaramiranga – Ceará.	87
3.4	Escola São Sebastião da Freguesia de Sant’ Anna.....	94
3.5	Escola Municipal Gonçalves Dias.....	94
3.6	Escola da Freguesia de N. Sra. da Glória, atual Colégio Estadual Amaro Cavalcanti.....	95
3.7	Escola Rivadávia Corrêa.....	96
3.8	Grupo Escolar de Piracicaba-1895.....	104
3.9	Grupo Escolar Godofredo Furtado – Arq. José Maria da Silva Neves.....	107
3.10	Grupo Escolar Sarmiento.....	110
3.11	Grupo Escolar Uruguai.....	110
3.12	Grupo Escolar Uruguai.....	110
3.13	Grupo Escolar Estados Unidos.....	110
3.14	Escola Soares Pereira - Escola Soares Pereira, Tijuca.....	111
3.15	Detalhe azulejaria da fachada – Escola Soares Pereira, Tijuca.....	111
3.16	Sala de aula - Escola Soares Pereira, Tijuca.....	111
3.17	Detalhe piso circulação externa em ladrilho hidráulico – Esc. Soares Pereira.....	111
3.18	Escola Normal do Rio de Janeiro – Fachada	112
3.19	Escola Normal do Rio de Janeiro – Pátio interno.....	112
3.20	Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa.....	114
3.21	Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa.....	114
3.22	Escola Estadual Pedro II em Belo Horizonte construída na década de 1920.....	115

Capítulo 4

4.1	Praça do Ferreira (1923).....	125
4.2	Praça do Ferreira – Café Java	125
4.3	Praça Marquês de Herval (José de Alencar).....	125
4.4	Teatro José de Alencar.....	126
4.5	Santa Casa de Misericórdia.....	126
4.6	Praça Fernandes Vieira no Bairro Jacarecanga.1940.....	127
4.7	Descida Av. Jaceguai (1905) Bairro da Prainha.....	127
4.8	Prédio do Liceu na Praça dos Voluntários.....	142
4.9	Prédio do Liceu na Praça dos Voluntários.....	142
4.10	Liceu do Ceará na Praça Gustavo Barroso.....	143
4.11	Pátio interno/escadaria.....	144
4.12	Circulação de salas de aula.....	144
4.13	<i>Colégio das Orfãs</i> (antes da ampliação).....	146
4.14	Colégio da Imaculada Conceição e igreja do Pequeno Grande.....	147
4.15	Escadaria e pátio interno do Colégio da Imaculada Conceição.....	147
4.16	Colégio Pio X.....	148
4.17	Colégio Santa Cecília na Av. João Pessoa.....	149

4.18	Colégio Marista Cearense.....	149
4.19	Colégio de Nossa Senhora do Sagrado Coração (Dorotéias).....	150
4.20	Edificação n. 2634 na atual av. Visconde do Rio Branco.....	156
4.21	Escola Pública 1.....	163
4.22	Escola Pública 2.....	164
4.23	Escola Pública na praça Filguera de Melo.....	165
4.24	Escola N. Sra. Aparecida.....	173

Capítulo 5

5.1	Festa das Árvores na Escola Modelo – 1922.....	211
5.2	Alunos do Grupo Escolar de Aracati – 1940.....	212
5.3	Antiga Escola Normal na Praça Marquês de Herval.....	231
5.4	Escola Normal, 1923.....	240
5.5	Escola Normal, atual Colégio Justiniano de Serpa.....	240
5.6	Escola Modelo – Anexo.....	240
5.7	Escola modelo – Anexo.....	240
5.8	Aula de <i>gymnastica</i> na Escola Modelo, 1923.....	244
5.9	Antigo prédio Escola Normal reformado para abrigar o Grupo Escolar do Norte (1923).....	245
5.10	Sala de aula – Escola Modelo de Fortaleza.....	246
5.11	Aula de Geografia no 2º ano da Escola Modelo de Fortaleza.....	246
5.12	Escolas Reunidas de Mecejana (José de Alencar).....	249
5.13	Circulação sala de aula.....	259
5.14	Pátio central interno.....	259
5.15	Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.....	260
5.16	Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.....	260
5.17	Detalhe Frontão com volutas na fachada.....	260
5.18	Atual EEFM Visconde do Rio Branco.....	260
5.19	Escada ex-Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.....	261
5.20	Escada Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.....	261
5.21	Vista Grupo Escolar Fernandes Vieira.....	263
5.22	Vista Grupo Escolar Fernandes Vieira (frente/lateral).....	263
5.23	Vista Grupo Escolar Fernandes Vieira (posterior).....	263
5.24	Grupo Escolar Fernandes Vieira.....	265
5.25	Atual E.E.F.M. Juvenal Galeno.....	265
5.26	Janela original – vista externa E.E.F.M. Juvenal Galeno.....	267
5.27	Janelas substituídas por cobogós E.E.F.M. Juvenal Galeno.....	267
5.28	Escada em concreto revestida de cerâmica.....	269
5.29	Pátio coberto.....	269
5.30	Piso em madeira ainda existente no almoxarifado e circulação em ladrilho hidráulico no pavimento superior.....	269
5.31	Circulação pavimento térreo – piso substituído por cerâmica.....	269
5.32	Grupo Escolar do Outeiro.....	272
5.33	Fachada principal (atual).....	272
5.34	Escadaria de entrada.....	272
5.35	Detalhe fachada.....	272
5.36	Detalhe pináculo.....	272
5.37	Vista sala de aula com antigas portas-balcão, fechadas na parte inferior.....	274
5.38	Detalhe piso onde existia parede.....	274
5.39	Vista pátio central.....	274
5.40	Pátio coberto e acesso ao pav. superior.....	274

5.41	Grupo Escolar do Benfica em 1930.....	276
5.42	Grupo Escolar Rodolfo Teófilo – atual FEAAC- UFC.....	279
5.43	Grupos Escolares da Capital.....	284
5.44	Grupo Escolar da Porangaba (ao centro).....	284
5.45	Escola Estadual Moreira de Sousa acesso principal.....	285
5.46	Escola Estadual Moreira de Sousa acesso principal.....	285
5.47	Escola Estadual Moreira de Sousa- jardim.....	285
5.48	Vista Externa ex-Grupo Escolar de Aracati.....	289
5.49	Vista Interna ex-Grupo Escolar de Aracati.....	289
5.50	Vista Externa Escola e prédio Intendência.....	289
5.51	Vista Externa ex-Grupo Escolar de Aracati – atual Creche Eridan	289
5.52	Vista Edificação que se aproxima da descrição da “casa de escola”.....	291
5.53a	Vista Interna ex-Grupo Escolar de Aracati – piso da circulação em cerâmica e área posterior em cimentado.....	291
5.53b	Vista Interna ex-Grupo Escolar de Aracati – piso das salas de aula em ladrilho hidráulico.....	291
5.54	Vista Interna ex-G. E. de Aracati – sala de aula atual creche escola.....	292
5.55	Vista Externa do Grupo Escolar Barão de Aracati – com visão do jardim...	295
5.56	Vista da Praça e Igreja N. Sra. dos Prazeres na mesma Praça do Grupo Escolar Barão de Aracati.....	295
5.57	Detalhe do piso hall de entrada.....	296
5.58	Vista do pátio aberto.....	296
5.59	Detalhe do piso sala de aula.....	296
5.60	Sala de aula do bloco original.....	297
5.61	Visita da imagem peregrina de N. Sra. de Fátima.....	298
5.62	Flagrante de solenidade do I Congresso Paroquial de Vocações Sacerdotais, realizado em Aracati no ano de 1943.....	298
5.63	Vista pátio/recreio coberto	301
5.64	Vista ligação do pátio e circulação de salas	301
5.65	Fachada principal.....	301
5.66	Detalhe da Fachada lateral (salas de aula).....	301
5.67	Vista geral entrada principal	303
5.68	Hall da entrada principal – piso original.....	303
5.69	Circulação de acesso às salas.....	303
5.70	Sala de aula – janelas originais.....	303
5.71	Sala de aula – janelas substituídas por cobogós.....	303
5.72	Paço da Intendência (atual Prefeitura de Baturité).....	309
5.73	Vista do Antigo Prédio das Escolas – Grupo Escolar de Baturité.....	310
5.74	Fachada Principal - Praça Waldemar Falcão.....	310
5.75	Vista do prédio pela Avenida 7 de Setembro.....	310
5.76	Fachada Principal – entrada com rampa.....	312
5.77	Detalhe de arremate do muro da Fachada Principal.....	312
5.78	Fachada Principal – Entrada secundária.....	312
5.79	Detalhe janela – vista interna.....	313
5.80	Fachada Principal lado sul da Praça da Matriz.....	313
5.81	Detalhe letreiro na Fachada Principal do Grupo Escolar Mons. Manoel Cândido	313
5.82	Acesso principal Grupo Escolar de Crateús.....	317
5.83	Acesso principal G. Escolar Lourenço Filho.....	318
5.84	Fachada Principal (com pav. Superior).....	318
5.85	Circulação e Pátio central.....	320

5.86	Auditório (em reforma).....	320
5.87	Vista Externa - Entrada dos alunos.....	320
5.88	Vista Externa - Pátio de entrada	320
5.89	Sala de aula – janelas substituídas por cobogós.....	321
5.90	Vista geral prédio Ex-Grupo Cratense.....	326
5.91	Fachada principal prédio ex-Grupo Cratense.....	326
5.92	Fachada lateral.....	327
5.93	Corredor entre salas pavimento superior.....	327
5.94	Acesso Pavimento Superior.....	327
5.95	Fachada EEF Dom Quintino, ex-Grupo Esc. do Crato.....	331
5.96	Fachada EEF Dom Quintino, ex-Grupo Esc. do Crato.....	331
5.97	Hall de entrada EEF Dom Quintino.....	331
5.98	Pátio interno EEF Dom Quintino.....	331
5.99	Sala de aula - EEF Dom Quintino.....	332
5.100	Sobrado das Irmãs Correa – na Praça da Matriz.....	338
5.101	Praça e Igreja da Matriz.....	338
5.102	Fachada Principal Grupo Escolar – Maranguape.....	339
5.103	Detalhe Acesso principal – Fachada.....	339
5.104	Circulação interna G. E. Maranguape.....	341
5.105	Pátio Coberto G. E. Maranguape.....	341
5.106	Detalhe paredes curvas da fachada G. E. Maranguape.....	341
5.107	Ampliações - G. E. Maranguape.....	341
5.108	Sala de aula.....	342
5.109	Grupo Escolar de Quixadá (2ª instalação).....	346
5.110	Grupo Escolar Dom José Lopes – Itapetim/PE.....	346
5.111	Vista interna corredor – Ex-G. E. de Quixadá.....	346
5.112	Vista acesso – Ex-Grupo Escolar de Quixadá.....	346
5.113	Vista externa EEFM José Jucá.....	349
5.114	<i>Hall</i> de entrada EEFM José Jucá.....	349
5.115	Vista Pátio central original EEFM José Jucá.....	351
5.116	Corredor e pátio – ampliação - EEFM José Jucá.....	351
5.117	Sala de aula EEFM José Jucá.....	351
5.118	Vista lateral da Escola José Jucá – Quixadá.....	352
5.119	Fachada Principal (Oeste) - Escola José Jucá – Quixadá.....	352
5.120	Fachada Principal do ex-Grupo Escolar de Redenção.....	354
5.121	Detalhe portão e colunas.....	354
5.122	Fachada Principal na Praça Joaquim Távora.....	356
5.123	Desfile das alunas - Fachada da rua posterior.....	356
5.124	Sala de aula EEF Saraiva Leão.....	357
5.125	Janela de sala de aula.....	357
5.126	Quadra esportiva e Pavilhão.....	357
5.127	Pavilhão.....	357
5.128	Vista pátio central Grupo Escolar Prof. Arruda.....	362
5.129	Circulação das salas de aula com vista para o pátio.....	362
5.130	Detalhe Porta de entrada.....	363
5.131	Sala de aula EEFM Prof. Arruda.....	363
5.132	Secretaria da EEFM Prof. Arruda.....	364
5.133	Biblioteca da EEFM Prof. Arruda.....	364
5.134	Vista lateral da escola - Sobral.....	364
5.135	Fachada Principal – EEFM Prof. Arruda – Sobral.....	364
5.136	Chácara <i>Nous Autres</i>	367

5.137	Fachada descaracterizada pelo fechamento externo das janelas com cobogó.....	370
5.138	Detalhe interno da janela fechada externamente com cobogó.....	370
5.139	Vista externa do auditório.....	371
5.140	Detalhe original da bandeira da porta com elementos geométricos vazados	371
5.141	Grupo Escolar Branca Carneiro de Mendonça (BCM) – ex-Escolas Reunidas de Soure	373
5.142	Lagoa do Garrote.....	377
5.143	Visita do presidente Getulio Vargas à Cidade da Criança.....	379
5.144	Portão com índio.....	380
5.145	Detalhe mureta.....	380
5.146	Vistas do Parque da Criança.....	381
5.147	Vistas do Parque da Criança.....	381
5.148	Ampliação do restaurante para funcionamento do Serviço de Educação Infantil	381
5.149	Edificações do Serviço de Educação Infantil – vista do terraço.....	381
5.150	Edificações do Serviço de Educação Infantil – sala de aula.....	382
5.151	Edificações do Serviço de Educação Infantil – sala de aula.....	382
5.152	Edificações do Serviço de Educação Infantil – sala de aula.....	382
5.153	Detalhe volutas e esquadrias.....	382
5.154	Vista interna pilotis – detalhe do piso em ladrilho hidráulico.....	382

LISTA DE QUADROS

Nº Título

Capítulo 4

4.1	Despesas com Ensino Primário e Secundário no Ceará (1864).....	138
4.2	Grupos Escolares do Ceará início do século XX.....	167
4.3	Tipos de bancos-carteiras (1915)	177
4.4	Escolas criadas em Fortaleza no período do Império.....	179
4.5	Escolas criadas em Fortaleza no período da República até os anos anteriores à Reforma de 1922.....	181

Capítulo 5

5.1	Grupos Escolares criados ou reorganizados na capital em execução à Lei nº. 1.953 de 2 de agosto de 1922.....	221
5.2	Grupos Escolares criados ou reorganizados no Ceará em execução à Lei nº. 1.953 de 2 de agosto de 1922.....	221
5.3	Resumo Estatístico do ensino primário no Estado do Ceará em 1923.....	222
5.4	Escolas Reunidas criadas no Ceará em execução à Lei nº. 1.953 de 2 de agosto de 1922.....	223
5.5	Matrícula dos Grupos Escolares de Fortaleza (1923).....	225
5.6	Síntese das edificações das instituições educacionais objeto de estudo da pesquisa.....	386

LISTA DE TABELAS

Nº Título

Capítulo 5

5.1 Movimento Geral das Escolas Públicas do Estado em 1927..... 188

LISTA DE GRÁFICOS

Nº Título

Capítulo 5

5.1 Ensino primário (1916 a 1922)..... 226

RESUMO

O presente trabalho integra o campo da História da Educação, sob o prisma da cultura material escolar. Trata da formação de concepções de prédios escolares no Brasil, no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com ênfase nas décadas de 1920 e 1930, quando o quadro social era de conflito entre tendências tradicionais e modernas, tanto na Arquitetura, quanto na Pedagogia e mesmo na Economia e na Política. Focaliza o processo de reforma da instrução pública de 1922 no Ceará, como condição para a criação de espaços escolares. Destaca as contribuições e mudanças desta reforma para o entendimento do sentido de escola, indagando até que ponto os prédios das escolas construídas neste período, particularmente as de Fortaleza, atenderam ao ideário da educação moderna. Analisa os períodos antecedentes da *Reforma da Instrução Pública de 1922*, em perspectiva comparada, no que diz respeito a vários aspectos e procedimentos, que envolvem uma tipologia de escolas e prédios escolares mais representativos; reconstituição da memória material das instituições públicas de ensino primário no Ceará; identificação de mudança nos padrões arquitetônicos de escola, bem como nos fatores de localização destes equipamentos educacionais na Cidade. Revela que o tipo de organização escolar denominada *escola graduada de ensino primário*, caracterizado por múltiplas salas de aula, com turmas em vários níveis e um professor para cada turma, veio aparecer pela primeira vez no Ceará na década de 1900, cuja materialização arquitetônica se deu com a criação dos grupos escolares, emergentes nas duas primeiras décadas da fase republicana, tendo maior intensificação na década de 1930. Utiliza-se principalmente de fontes documentais impressas e imagéticas, de legislação, regulamentos, regimentos e códigos, mas também fez uso de bibliografia referente à História da Educação e da Arquitetura, além de recorrer, quando foi possível, à fonte oral. Constata a existência de três tipos de concepções arquitetônicas escolares: 1. prédios como representação de uma arquitetura erudita; 2. prédios “convenientes” e 3. prédios de tipologia “funcional” ou projeto-padrão. Percebe uma articulação do espaço-escola com aspectos e métodos de ensino, embora haja evidências de uma oscilação, no âmbito do ensino, entre a influência da Pedagogia Tradicional e da Escola Ativa, sendo esta última tendência modernizadora a que corrobora um novo projeto nacional republicano, que nasceria, portanto, juntamente com a luta por uma Escola Nova, mas não ficaria a esta reduzida, em especial, a razão de disputa travada entre defensores do ensino laico e confessional.

Palavras-chave: História da Educação. Arquitetura escolar. Reforma educacional. Grupos Escolares.

ABSTRACT

This research is in the field of Education History, specifically on culture of school material. It covers the formation of concepts of school buildings in Brazil, from the end of the 19th century to the first decades of the 20th century, specifically focused on the 1920's and 1930's, when there was social conflict between traditional and modern trends, in Architecture, as well as in Pedagogy, and also in Economy and Politics. The focus is on the 1922 public education reform process in the state of Ceará, as a condition for the establishment of educational spaces. This research highlights the contributions and changes due to this reform on the understanding of the meaning of a schoolhouse, questioning to what point schoolhouses built in this period, specifically in Fortaleza, were satisfying the ideal of modern education. The work analyses the period that preceded the *1922 Public Instruction Reform*, from a comparative perspective, regarding various aspects and procedures, that involved a type of school and more representative school buildings; the study also reconstitutes the material memory of public elementary educational institutions in Ceará; and identified changes in architectural standards in schools, as well as factors related to educational equipment location in Cities. The study reveals that the educational organization called *granular school of elementary education*, characterized by multiple classrooms, with classes of various levels and one instructor for each class, first appeared in Ceará in the 1900's; and its architectural materialization occurred with the creation of school groups, which emerged in the first two decades of the republication phase, more concentrated in the 1930's. This research was based on printed documents and photographs, legislation, regulations and codes, as well as the History of Education and Architecture and, when possible, oral history. Three types of architectural concepts for educational buildings were identified: 1. buildings as a representation of erudite architecture; 2. "convenient" buildings; 3. "functional" or standard project buildings. There is an articulation of school space with teaching aspects and methods, even though there is evidence of oscillation in teaching, between the influence of Traditional Pedagogy and Active School, the latter being a modernizing trend in line a new national republican project, which would be created along with the fight for a New School, but would not be limited to this, specifically due to disputes between those that defended secular and confessional teaching.

Keywords: History of Education. Educational architecture. Educational reform. School Groups.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	025
2	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE VALORES: IDENTIDADE NACIONAL.....	042
2.1	A República e a busca de uma identidade e de um novo panorama nacional.....	042
2.2	A Educação primária no Brasil: as modalidades de escolas no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.....	051
2.2.1	Do mestre-escola a escola graduada: passos e descompassos.....	054
3	ARQUITETURA ESCOLAR: CONCEITOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	069
3.1	Reflexões sobre tipologias arquitetônicas para uma análise da Arquitetura Escolar no contexto da pesquisa histórica em Arquitetura.....	074
3.1.1	Método de composição na Arquitetura e seus caminhos ao longo da história....	075
3.1.2	Tipo e séries tipológicas na composição arquitetônica.....	079
3.1.3	Origem das tipologias das construções escolares.....	088
3.2	Arquitetura Escolar no Brasil no final do século XIX e começo do XX.....	090
3.2.1	As escolas do Imperador.....	092
3.2.2	A chegada da Primeira República e os novos requerimentos sociais.....	097
3.2.3	O Movimento Neocolonial e a Arquitetura Escolar: em busca das obras públicas na Primeira República.....	099
3.2.4	A Arquitetura Escolar em São Paulo.....	103
3.2.5	A Arquitetura Escolar no Rio de Janeiro.....	108
3.2.6	A Arquitetura Escolar em outras cidades brasileiras.....	113
4	TRADIÇÃO E MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO FINAL DO SÉCULO XIX E NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO CEARÁ	117
4.1	O Ceará no quadro nacional e nas mudanças na virada do século XIX.....	117
4.2	Influência dos princípios higienistas na organização das cidades.....	121
4.3	Transformações urbanas: importação de valores europeus.....	123
4.4	Os princípios higienistas e a Educação.....	128
4.5	A euforia da chegada do Centenário da Independência.....	132
4.6	Tradição e mudanças na educação no Ceará, com ênfase em Fortaleza.....	134
4.7	O que dizem os documentos oficiais que regulamentam a Instrução Pública e as mensagens dos presidentes da Província e do Estado do Ceará anteriores à	

	Reforma de 1922 sobre espaços escolares.....	151
4.8	Arquitetura escolar no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX: prédios construídos ou adaptados?.....	162
4.9	Os primeiros grupos escolares no Ceará – uma rede de grupos escolares?.....	167
4.10	O Regimento das escolas públicas do Ceará – 1915.....	175
4.11	Visão panorâmica e cronológica das escolas públicas de Fortaleza do Império à República, anterior à Reforma de 1922.....	178
5	A REFORMA DO ENSINO DE 1922, A ESCOLA NORMAL E A REDE DE GRUPOS ESCOLARES NO CEARÁ [PARTE I]	185
5.1	A Reforma de 1922 na Historiografia.....	186
5.2	Instrumentos legais, elementos norteadores e desdobramentos da Reforma.....	192
5.2.1	Elementos norteadores dos trabalhos da Reforma de 1922.....	199
	• Reorganização da Escola Normal.....	199
	• Realização do Cadastro Escolar	201
	• A realocação das escolas	203
	• A introdução de novas práticas escolares.....	207
	• O Curso de Férias.....	213
	• A Caixa Escolar.....	215
	• A Construção de prédios escolares.....	216
5.2.2	Algumas considerações sobre desdobramentos da Reforma.....	225
5.3	Formação dos espaços escolares sob o enfoque dos princípios arquitetônicos, higienistas e pedagógicos [PARTE II]	227
5.3.1	Escola normal: da antiga à reformada em 1922.....	229
	• A criação da antiga Escola Normal.....	229
	• Sobre o prédio da antiga Escola Normal.....	231
	• O que se ensinava.....	233
	• O que mudou na Escola Normal com a Reforma de 1922?.....	234
	• Análise da Arquitetura da nova sede da Escola Normal.....	235
	• Algumas considerações sobre a Escola Normal do Ceará.....	241
5.3.2	Grupos escolares criados ou reorganizados em Fortaleza em decorrência da Reforma de 1922.....	242
5.3.2.1	Grupo Escolar do Norte da Cidade	242
	• Mudanças: <i>Escola Isolada</i> ao Grupo Escolar José de Alencar	247
	• A arquitetura do prédio.....	248
5.3.2.2	Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.....	250
	• O ensino e as professoras.....	253
	• Sobre as instalações físicas da escola.....	256
	• A arquitetura do Grupo Escolar.....	257
5.3.2.3	Grupo Escolar Fernandes Vieira	262
	• A arquitetura do Grupo Escolar Fernandes Vieira.....	262
5.3.2.4	Grupo Escolar do Outeiro	270
	• A arquitetura do Grupo Escolar.....	271

5.3.2.5	Grupo Escolar do <i>Bemfica</i>	275
	• A arquitetura do Grupo Escolar.....	275
5.3.2.6	Grupo Escolar de Porangaba.....	281
	• O ensino e as professoras.....	282
	• A arquitetura do Grupo Escolar.....	283
5.3.2.7	Acerca da arquitetura escolar dos grupos construídos em Fortaleza.....	286
5.3.3	Grupos escolares criados ou reorganizados nos demais municípios cearenses em decorrência da Reforma de 1922.....	287
5.3.3.1	Grupo Escolar e Aracati.....	288
	• A construção da sede própria destinada à escola.....	292
	• Como era o Grupo Escolar do Barão.....	297
5.3.3.2	Grupo Escolar de Barbalha.....	299
5.3.3.3	Grupo Escolar de Baturité.....	308
5.3.3.4	Grupo Escolar de Crateús.....	316
5.3.3.5	Grupo Escolar do Crato.....	322
5.3.3.6	Grupo Escolar de Icó.....	333
5.3.3.7	Grupo Escolar de Lavras.....	335
5.3.3.8	Grupo Escolar de Maranguape.....	337
	• Nova instalação para o Grupo Escolar Capistrano de Abreu.....	339
5.3.3.9	Grupo Escolar de Quixadá.....	343
5.3.3.10	Grupo Escolar de Redenção.....	353
5.3.3.11	Grupo Escolar de Sobral.....	358
5.3.3.12	Acerca da arquitetura dos grupos escolares construídos no restante do Estado..	365
5.3.4	Outras instituições escolares públicas de instrução primária e infantil criadas nas décadas de 1920-1930 em decorrência da Reforma de ensino no Ceará.....	367
5.3.4.1	Grupo Escolar do Alagadiço.....	367
	• A arquitetura do prédio.....	369
5.3.4.2	Escolas Reunidas de Soure (Caucaia).....	373
5.3.4.3	Serviço de Educação Infantil – Cidade da Criança.....	375
	• O Serviço de Educação Infantil	377
	• A concepção arquitetônica.....	379
5.3.5	Algumas considerações sobre as escolas públicas de ensino primário construídas na década de 1930 como desdobramentos da Reforma de 1922.....	383
6	CONCLUSÃO	387
	BIBLIOGRAFIA	404
	Referências Bibliográficas.....	404
	Bibliografia Consultada.....	417
	Fontes.....	418
	Jornais.....	421

ANEXOS.....	422
Anexo A – Escolas e seus respectivos mestres – Mensagem de 1881.....	422
Anexo B – Ato do Presidente do Estado da dissolução dos grupos escolares nesta Capital e reorganização conforme Lei n.1953/1922.....	423
Anexo C – Distribuição e localização das escolas do Estado - Lei n. 2027, de 4 de novembro de 1922.....	424
Anexo D – Casas de escolas - publicação <i>Assentamentos dos próprios Estaduaes</i> (1912).....	425
Anexo E – Autorização da SEDUC/CE para visita às escolas estaduais.....	429
Anexo F – Autorização da E/SUBE/1ªCRE/RJ para visita às escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro.....	430
Anexo G – Declaração de correção gramatical e estilística.....	434

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre instituições escolares que representam um tema significativo de pesquisas entre profissionais da educação, principalmente no âmbito da História da Educação, se desenvolvem num campo de pesquisa que privilegia a cultura escolar considerada na sua materialidade e nos seus vários aspectos (NOSELLA E BUFFA, 2006).

Cultura escolar, expressão que abarca dois conceitos, segundo Felgueiras (2010), restou cunhada como objeto de estudo da História da Educação, na Conferência da ISCHE em Lisboa, significando para Dominique Julia e vários outros autores como

O conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e as condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão destes saberes e a incorporação destes comportamentos; normas e práticas ordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).¹

Segundo o mesmo autor, três elementos são indispensáveis para a constituição de uma cultura escolar: espaço próprio, currículo estruturado por níveis de ensino e corpo profissional especializado, no que resulta sua delimitação entre o século XVI e o XIX.

A cultura escolar é objeto de investigação de vários grupos de pesquisadores de História da Educação, bem como de dissertações e teses desenvolvidas nos programas de pós-graduação, também no Brasil. Os elementos que constituem a cultura escolar podem ser explorados e analisados por diversos ângulos e perspectivas, de conformidade com os interesses e objetivos dos pesquisadores. As escolas, como anota Gatti Junior (2002, p. 4), *apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, a história da educação brasileira.*

É no campo delimitado pela cultura escolar que emerge o que chamamos de *cultura material* – termo oriundo da arqueologia, do materialismo histórico, recuperado pela Nova História Francesa e agora deslocado para o campo educativo como *cultura material escolar*, que exige uma atenção a um conjunto variado de fontes materiais (FELGUEIRAS, 2010). É o olhar para os objetos, não mais dissociados dos sujeitos, mas com a percepção de que estes objetos testemunham fragmentos de fatos e vidas. É como se tomassem posse de um discurso,

¹ JULIA, Dominique – *La culture scolaire comme objet historique*. Conferência proferida na XV ISCHE (International Standing Conference for the History of Education) em Lisboa, 1993. (In: FELGUEIRAS, 2010, p. 24).

o discurso do que foi feito, como diz a autora – *há no objecto “um resto” de que o sujeito não se pode separar, que ultrapassa a simples funcionalidade, que o torna ambíguo e que o faz aparecer como um actor completo* (OP. CIT., p. 29).

Com efeito, Souza assinala que o termo *cultura material escolar*, é de uso recente na área da História da Educação, *influenciada [...] pela renovação na área provocada pela Nova História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação* (SOUZA in BENCOSTTA, 2007, p.140).

Desta forma, Souza acrescenta que o “mundo dos objetos” – e aí são incluídos, no caso da escola, “mobiliários, prédio escolar, equipamentos e utensílios destinados ao ensino das matérias, como cartilhas, livros de leitura, mapas, globos, laboratórios, dentre outros – entra nos estudos e pesquisas da História da Educação, não exatamente como foco principal de análise, mas feito componente da interpretação histórica das representações e práticas escolares.

Além disso, a História da Educação registra, há dois séculos, a exigência, por parte dos professores e dos profissionais da educação, da busca desta materialidade como caminho para o desenvolvimento das práticas educativas “de renovação pedagógica, modernização e eficiência educacional”. Daí a importância da cultura material escolar na própria “forma escolar” da Educação.

Os estudos sobre história das instituições escolares relativos à cultura material escolar se voltam para a análise do espaço, da arquitetura, do currículo e das práticas escolares. A ênfase nestes objetos de pesquisa intensificou-se conforme a historiografia (SOUZA, 1998, 2007; BUFFA, 2002, 2007; PINHEIRO, 2002; LOPES, 2006; BENCOSTTA, 2005, 2007; VIDAL, 2006; ARAUJO E GATTI JUNIOR, 2002) na história alusiva a instituições escolares, dentre as quais, os grupos escolares são evidenciados.

As normas e práticas referentes à cultura escolar são complexas e variam no espaço e no tempo; encontram-se na instituição escolar e é possível evidenciá-las com suporte em aspectos considerados pelos autores como categorias de análise, onde na cultura material escolar figura o edifício: organização do espaço, tratamento formal, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações. Esta abordagem nos estudos de História da Educação traz a possibilidade de uma articulação com as pesquisas na área da Arquitetura, em que ensaios nesta linha são realizados também por profissionais deste campo do conhecimento ou em conjunto com eles.

No currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), desde 1997, desenvolvemos orientações de Trabalho Final de Graduação e projetos de extensão, cujas temáticas, muitas vezes, envolvem, tanto as edificações escolares como métodos de ensino pertinentes às diversas políticas educacionais. Assim, investigar as questões afetas à relação entre Educação e Arquitetura faz parte de uma necessidade de ampliarmos tanto nosso conhecimento, na área de atuação profissional, como uma maneira que possa vir a contribuir no entendimento do papel e significado do espaço-escola para os profissionais da Arquitetura e da Educação.

Trata-se de um tema que, de certa forma, vinha sendo por nós pesquisado sob alguns aspectos, contudo, este estudo se apresenta numa forma ampliada em escala de abordagem, em razão da necessidade que observamos da investigação, com maior profundidade numa perspectiva histórica sobre o espaço escolar, mais precisamente a cerca de arquitetura escolar como produção de política pública educacional.

Neste trabalho, situamos esta relação dos dois campos de estudo – Educação e Arquitetura – tendo como foco principal a década de 1920, quando aconteceram historicamente as reformas educacionais de maior abrangência em vários estados brasileiros².

Para configuração do recorte temporal, contudo, não nos limitamos a esta década, mas estendemos ao período do final do século XIX à década de 1930, visto que, para compreensão e análise mais abrangentes com possibilidades de comparação dos antecedentes e dos desdobramentos, necessitamos percorrer uma temporalidade que vai além do período foco da questão.

As escolas públicas de ensino primário, construídas ou adaptadas, criadas ou reorganizadas no Ceará, no período compreendido entre a gestão do então Presidente do Estado, Justiniano de Serpa (1920-1923) e do Interventor Federal Menezes Pimentel (1935-1937), com destaque para década de 1920, tomada como marco histórico em função da Reforma no ensino em 1922, constituem o principal objeto de estudo, pois este período para a História da Educação Brasileira foi um dos momentos históricos em que intelectuais da Educação, da Medicina e da Engenharia, dentre outros, intensificaram um processo de

² A ênfase da afirmação “em vários estados”, e não, no País, denota que, na nossa compreensão e pela própria historiografia, não ocorreu uma reforma universal regida por um sistema educacional único, como veremos mais adiante, mas seguindo o compasso e o contexto histórico, político e socioeconômico de cada Estado Membro. Mesmo com um sistema educacional não centralizado ou pelo menos não geral, o projeto republicano, de um modo global, congregou o País na direção de um mesmo ideal - o de romper com a interferência dos interesses político-partidários nos assuntos educacionais pelo primado da modernidade mediante a técnica e a ciência, dessa forma, atingindo o consenso da necessidade das possibilidades de renovação do ensino pelas mãos de pessoas de reconhecida competência (XAVIER E FREIRE, 2005).

mudanças fundamentadas no pensamento técnico-científico, em que o Ceará atuou nesta fase, como campo experimental de reforma do ensino primário, com a introdução dos métodos da Escola Ativa, sementes do que veio a se desenvolver nos anos de 1930 em todo o País – a Escola Nova.

Eleger como categoria de análise neste trabalho foi um desafio, porquanto havia dois temas de estudo para articular. Ressaltamos que a natureza deste trabalho coaduna com os modos de pesquisa atentos à multiplicação dos vínculos de confluência de diversas áreas com a possibilidade de transgredir as fronteiras disciplinares tradicionais, ou seja, aplica o conceito da transdisciplinaridade, que abre um novo caminho ao conhecimento (DOSSE, 2003).

Com isso, sentimos a necessidade de, inicialmente, rever as referências que mais especificamente tratam da arquitetura escolar no período do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, no qual se insere a pesquisa, bem como notícias sobre História da Educação que tratam dos métodos de ensino deste período, mas também que fazem a articulação com a cultura material escolar, envolvendo as práticas escolares e a espacialidade do edifício.

A pesquisa sobre arquitetura escolar inserida na História da Educação integra, portanto, uma abordagem que cresce nos últimos anos a respeito da cultura material escolar, por sua vez, proveniente da possibilidade do estudo de novos objetos propiciados pela História Cultural.

O quadro teórico de suporte à pesquisa se constituiu de leituras e orientações teóricas em diversas áreas do conhecimento. Na História Cultural (LE GOFF, 2003; PINSKY, 2006), de onde buscamos as diversas fontes históricas para trabalhar no confronto e complementação de informações, além de repensar a história em suas novas abordagens, objetos e problemas por meios de várias fontes.

Estas fontes podem ser as documentais, escritas, orais, como podem ser também não escritas. Segundo assinala Funari (In PINSKY, 2006), a preocupação com a documentação fez surgir grandes iniciativas arqueológicas de coleta e publicação de artefatos, edifícios e outros aspectos da *cultura material*, que deve ser entendida como *tudo que é feito ou utilizado pelo homem*. Fonte, é portanto, uma metáfora, diz o autor, pois seu sentido *a priori* designa *bica d'água*. Todos se inspiraram no uso figurado do termo *fons* (fonte) em latim, da expressão “fonte de alguma coisa”, no sentido de origem, mas com um significado novo. (OP CIT., p. 85).

No contexto histórico dos temas formação do País e nacionalismo no período que corresponde à Primeira República do Brasil, recorreremos aos autores François Dosse (2001) e

Mario Carretero (2007), numa visão externa e ao mesmo tempo de entendimento do processo. Entrementes, a cerca da formação do Estado brasileiro, por meio do projeto republicano e de higienismo, dialogamos com os autores Micael Herschmann, Simone Kropf e Clarice Nunes em *Missionários do Progresso* (1996), que tratam do papel dos profissionais da Medicina, Engenharia e Educação como produção modernizante no estabelecimento do Estado Nacional.

Quanto ao papel do poder governamental e das elites, atuantes neste período, Balandier (1982), nos fez perceber a encenação do poder – a “teatrocracia” – como legitimidade da ação nos discursos e mensagens de personagens que figuravam nos postos estratégicos de poder no período em estudo.

No que se refere à Teoria da Arquitetura, tomamos como base os tratados clássicos de Arquitetura – Vitruvio e Alberti; os conceitos teóricos dos séculos XVIII/XIX – Quatremère de Quincy e Durand; bem como recorremos aos trabalhos de outros autores no que concerne a Epistemologia da Arquitetura e processos de pesquisa (COSTA, 1962, 1997; WAISMAN, 1990), como ao que se refere a categorias de análise (PEVSNER, 1980; COLQUHOUN, 2008; ARGAN, 2004; CHING, 1999; OLIVEIRA, 2002; PEREIRA, 2005, 2008), tendo o conceito de “tipologia” desenvolvido por Quatremère de Quincy, na França, no final do século XVIII, o ponto principal para o desenvolvimento do estudo da Arquitetura, que referencia todos os trabalhos desenvolvidos para determinados tipos de edificações, dentre estes, o da arquitetura escolar.

A História da Arquitetura e Urbanismo (GIEDION, 2004; BRUAND, 1997; SANTOS, 1977; BENÉVOLO, 1976; PINHEIRO, 2005; SOUSA, 1994) nos apresenta elementos do contexto social brasileiro na virada do século XX e na Primeira República, como também as influências europeias classicizantes e ecléticas, além do movimento de pesquisa das raízes coloniais, o que propiciou o desenvolvimento de uma tendência arquitetônica tradicional – o dito Neocolonial, verificando-se, posteriormente, como transição ao Modernismo.

Na História da Arquitetura no Ceará, Castro (1982, 1987, 1998), Jucá Neto (1992) nos apontam um cenário eclético da arquitetura cearense e as transformações urbanas sob a influência francesa no *aformoseamento* da Cidade. Relativa à configuração de espaços escolares e os fatores/variáveis que constituíam elementos relevantes para concepção destes espaços, estão os princípios higienistas que afloraram no final do século XIX e início do século XX em toda a Europa e no Brasil.

Na historiografia da História da Educação, destacamos alguns autores aos quais nos aproximamos, pela pertinência do tema em estudo (BALLESTEROS, 1926; PETITAT, 1994; FELGUEIRAS, 2006, 2010;) e na História das Instituições Escolares (MAGALHÃES, 2004;

VIÑAO FRAGO E AGUSTÍN ESCOLANO, 2001; VIDAL, 2006; SOUZA, 1998) onde a reconstrução histórica das instituições escolares se apresenta como objeto de análise para a História da Educação. A História da Educação é, por excelência, um campo aberto, marcado por associação investigação-ação, por uma renovação conceitual e epistêmica de base interdisciplinar, onde as instituições escolares se apresentam como objetos de investigação na qual a interdisciplinaridade e a articulação entre a investigação e a renovação educativas são muito intensas (MAGALHÃES, 2004).

Na historiografia da História da Educação no Brasil contamos com vários autores (NAGLE, 1974; BUFFA e PINTO, 2002; SAVIANI, 2007; FARIA FILHO, 2007; CARVALHO, 2000, 2007; VIDAL, 2006; VIDAL e ASCOLANI, 2009), dentre outros que abordam a edificação do Estado brasileiro dentro de um projeto republicano que, por meio da modernidade cientificista, tem esteio na Educação, especificamente na expansão da educação popular.

A historiografia da História da Educação no Ceará relativa ao final do século XIX e primórdios do século XX apresenta conteúdos, de um modo geral, afetos à problemática intrínseca da Educação: intenções pedagógicas, formação e aperfeiçoamento de professores, profissionalização do magistério, financiamento da educação, enfoques ideológicos, movimentos sociais e políticos. Quanto à arquitetura dos prédios escolares, a historiografia é, de certa forma, reduzida neste aspecto.

Os Encontros Cearenses de Historiadores da Educação promovidos pelo Núcleo História e Memória da Educação (NHIME) do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da UFC, que reúne pesquisas voltadas à História e Memória da Educação, interessadas na aproximação entre as áreas de História Educacional, História Social e História Cultural, apresentam uma ampla gama de temática de estudos e contribuem para preencher estas lacunas, privilegiando diferentes aspectos das instituições escolares, cultura escolar, experiências e políticas educacionais.

Além deste quadro apresentado, as leituras sobre História da Educação no Ceará de historiadores, notadamente do século XX (SOUSA PINTO, 1939; ALVES, 1966; DJACIR MENEZES, 1966; MARTINS FILHO e GIRÃO 1966; CASTELO, 1970; BEZERRA DE MENEZES, 1992; ARAÚJO, 1978) bem como mais recentes (CAVALCANTE, 2000, 2002, 2003, 2004, 2009; NOGUEIRA, 2001; SILVA, 2001; PINHO, 2004, dentre outros) nos forneceram informações, descrições, caminhos e versões da história tanto do Estado do Ceará, quanto da educação, que nos propiciaram uma riqueza de informações e nos permitiram refletir sobre nosso objeto de estudo.

Na área referente à Arquitetura Escolar alguns estudos foram desenvolvidos, principalmente nos programas de pós-graduação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no País – teses, dissertações e pesquisas (SEGAWA, 1988; WOLFF, 1992; BUFFA e PINTO, 2002; OLIVEIRA, 1991; TAVARES, 2005; CASTRO e IMAGUIRE, 2006) sobre a arquitetura escolar em várias cidades brasileiras. Tais procedimentos de investigação ampliam nosso horizonte de análise dada a semelhança da abordagem feita por esses autores em relação ao objeto de pesquisa.

Segawa (1988), em *Construção de Ordens: um aspecto da arquitetura no Brasil (1808-1930)* – busca inicialmente compreender a importância original das edificações de empreendimento pioneiro paulista em termos de programa de ensino público, atendimento hospitalar e política sanitária do final do século XIX. São questões iniciais para reconhecer as características e o *modus operandi* dos arquitetos e engenheiros daquele período, seguindo de outras questões, como da *tipologia* em Arquitetura; mas seu trabalho vislumbra ainda como o conceito de *Modernidade* e sob o pressuposto do *poder disciplinador* que se articulava com a arquitetura produzida neste período.

Silvia Ferreira Santos Wolff (1992) em seu trabalho – *Espaço e Educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas* – trata da gênese da arquitetura pública destinada à Educação em São Paulo, onde apresenta como questão central a identificação da tipologia funcional na Arquitetura no final do século XIX, analisando suas características e contribuições individuais de arquitetos que a idealizaram, como também a existência de vínculos com a experiência internacional.

Outro trabalho neste campo é a tese de Beatriz Santos de Oliveira (1991) sobre a Arquitetura Escolar dos anos 1920-1940 no Rio de Janeiro, enfocando a “modernidade oficial” – quando a arquitetura dita tradicional, nacionalista, se alia aos ditames da modernidade pedagógica com ênfase nos projetos de escolas públicas.

A pesquisa de Elizabeth Amorim de Castro e Marialba Rocha Gaspar Imaguire (2006) sobre colégios e educandários de Curitiba nos retrata a Arquitetura desenvolvida sob várias influências, predominando o Ecletismo.

Semelhante trabalho na linha de História da Educação, que aborda esta articulação com a Arquitetura, encontra-se na Universidade de Lisboa, o trabalho de Carlos Manique da Silva (2002), uma análise histórica sobre a Arquitetura Escolar portuguesa no período de 1860 a 1920, no qual centraliza sua atenção nos liceus portugueses; neste sentido, refere-se ao nível secundário de ensino.

Em vista do quadro referencial há pouco exposto, o nosso interesse no estudo da História da Educação tem como objetivo principal investigar como ocorreu no processo da Reforma de 1922 no Ceará a condição para criação dos espaços escolares, quais as contribuições e mudanças que a esta reforma proporcionou para a concepção da Arquitetura Escolar, e, até que ponto os prédios das escolas construídas neste período, particularmente as de Fortaleza, atenderam às propostas modernizantes da educação.

Como objetivos específicos, pretendemos identificar e analisar prédios escolares mais representativos deste período na cidade de Fortaleza; reconstituir a memória material das instituições públicas de ensino primário deste período no Ceará; identificar e analisar o processo histórico das mudanças dos padrões arquitetônicos, bem como os fatores de localização destes equipamentos educacionais na Cidade.

Algumas indagações são feitas sobre esta relação a Arquitetura/Educação. O diálogo entre questões pedagógicas e a arquitetura até que ponto existem? Em que época este diálogo aconteceu com maior amplitude ou deixou de existir? Até onde a configuração dos espaços escolares é dimensionada pelo sistema educacional e pelas imposições do contexto político-econômico nacional e local? Se um projeto arquitetônico é elaborado tendo em vista espaços para atender a determinados métodos pedagógicos e estes não são definitivos, como o espaço construído pode continuar atendendo a métodos que exigem novas especificidades e novos espaços?

A questão geral que se impõe é “A arquitetura do edifício-escola, embora muitas vezes esteja situada em segundo plano nos sistemas de organização escolar, é um reflexo da proposta pedagógica e do contexto político-econômico vigente?”

No quadro que o deparamos por meio das fontes, temos como hipótese aos nossos propósitos de investigação: a integração do sistema educacional com base nos métodos pedagógicos e a ação no campo da Arquitetura Escolar em um contexto político-econômico favorável permitirão o aprimoramento e a melhoria na qualidade dos espaços da e na Educação. Além disso, a localização e implantação da escola nos apontam fatores implicados com o projeto arquitetônico, mas também com todo um sistema articulado de poder.

Com efeito, a temática evidenciada no estudo das escolas cearenses no período histórico citado revela a importância social do estudo das relações de Educação e os processos utilizados na Arquitetura das instituições escolares, visto que, pela análise dos diversos momentos históricos, verificam-se a influência e a ênfase, ou não, conferida ao edifício-escola e sua relação com a cidade, com o bairro, com a comunidade e os aspectos simbólicos que representam para a população de cada uma destas instituições.

Então, este estudo justifica-se na busca do entendimento das mudanças introduzidas no processo educacional ao longo do tempo e de uma aproximação da dinâmica político-econômica que o sustentava, para verificar, por meio de uma reconstituição da História da Instrução Primária Pública no Ceará, os reflexos nos padrões arquitetônicos dos edifícios escolares, e, além disso, preencher uma lacuna do conhecimento, tanto no terreno da História da Educação, relativo ao papel significativo dos espaços escolares, como da Arquitetura e Urbanismo, como memória local, em se tratando de um registro da produção da Arquitetura Escolar naquele período, bem como uma forma de contribuir com subsídios para a análise das diversas tendências de concepção de projetos escolares, além de suscitar outros temas de pesquisa.

Ao considerarmos que a pesquisa busca a memória de um tempo mais remoto, situado em seus aspectos mais abrangentes, tendo como foco principal a década de 1920 e, de certa forma, seus desdobramentos atingem a década de 1930, com o Estado Novo, é, portanto, uma pesquisa histórica, e, como tal, é formulação de conhecimento histórico. Por conseguinte, é necessária a condição para lidar com uma diversidade de fontes num processo de momentos diferentes que integram a pesquisa, como localização das fontes, identificação, seleção, análise e interpretação para compreensão da realidade histórica na qual se deu o fato objeto de estudo. Assim, é ampliado o *instrumental metodológico para enfrentar o desafio de localizar e analisar amplos repertórios de fontes variadas*. (PINSKY, 2006, p. 9).

Apresenta ainda características de uma pesquisa descritiva, inicialmente exploratória, como levantamento sistemático de fatos/processos escolhidos, no caso, a cultura material escolar – prédios escolares – bem como explicativa, quando busca o porquê dos fatos referentes às características das práticas escolares e contexto político-social e seus reflexos na Arquitetura Escolar. Com efeito, também é uma pesquisa qualitativa.

Em síntese, a investigação constitui-se de etapa bibliográfica, de fontes documentais e pesquisa de campo, no entanto, o percurso metodológico trilhado não foi tão simples. A pesquisa exigiu uma percepção investigativa apurada, pois, pela dificuldade de obtenção de informação documental em arquivos públicos, nos cercamos de outros recursos, de forma que os procedimentos metodológicos foram diversos e de acordo com a fonte a ser trabalhada, como veremos ao longo de todo o ensaio.

No primeiro momento, representada pela fase de levantamento de dados e conhecimento teórico, de base documental, a pesquisa abrange legislação, relatórios governamentais, além de discursos oficiais, levantamento historiográfico sobre os dois assuntos – a História da Educação no Ceará, tendo como base a História da Educação

brasileira e o contexto político econômico nacional e local; e a Arquitetura Escolar, inserida no estudo dos movimentos historicistas de Arquitetura e da Teoria da Arquitetura, mais especificamente ao que se refere aos estudos de “tipologia” para efeito de categoria de análise dos prédios escolares.

As leituras dos regimentos e regulamentos da Instrução³ – *Regulamento Orgânico da Instrução Publica e Particular da Província do Ceará* (1881); *Regimento Interno das Escolas Primarias da Provincia do Ceará* (1881); *Regulamento da Instrucção Primaria do Estado do Ceará* (1905); *Regimento dos Grupos Escolares* (1907); *Regimento Interno das Escolas Publicas do Ensino Primario* (1915); *Regulamento da Instrução Pública* (1922) foram muito significativas. Nossa apreciação, podemos verificar os programas, métodos, regime escolar, requisitos sobre construções de um modo geral, sobre localização e condições de construção de escolas, que contribuíram para uma visão das modificações e exigências ocorridas ao longo do tempo.

Uma fonte leva a outra. Desta forma, a informação contida nesta pesquisa citada, nos levou a outro arquivo, o acervo do Setor de Documentação da Assembleia Legislativa do Ceará, bem como da biblioteca daquele órgão. Tais arquivos nos forneceram dados importantes, como a Lei n. 2027/1922, do Presidente do Estado, Justiniano de Serpa, na qual pudemos conhecer toda a regulamentação para provimento das cadeiras, distribuição e localização das escolas no Estado, conforme resultado do cadastro escolar, como veremos mais adiante.

Outras leituras também nos deram subsídios de análise, como os códigos de postura e de higiene – *Regulamento da Directoria Geral de Hygiene* (1918); *Código Municipal de Fortaleza* (1932). Estas leituras nos proporcionaram melhor entendimento da questão do higienismo, podendo ainda nos levar a uma reflexão sobre as mudanças urbanas e perceber a situação das escolas em termos de inserção na Cidade, além dos requisitos mínimos exigidos para construção, o que resulta em fatores condicionantes para a concepção de escolas públicas.

O jornal também foi utilizado como fonte primária, visto que testemunha os acontecimentos do período em foco. Consideramos da maior importância a utilização do jornal como fonte, pois, do contato com os jornais, passamos a perceber melhor o “espírito da

³ Os documentos ora citados fazem parte do acervo do trabalho de pesquisa *Documentos de Política Educacional do Ceará: Império e República*, organizado por Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias, editado em 2006 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 4 CD_ROM, como parte da *Coleção Documentos da Educação Brasileira*. Estes documentos nos foram cedidos pela Professora Mirelle Araújo, a quem registramos nosso agradecimento.

época”. Cavalcante (2002b) assinala que o *próprio ato de folhear um jornal de época parece ter o efeito de criar um vínculo testemunhal ou vivencial com os acontecimentos ali narrados.*

Dos relatos de periódicos, mensagens e relatórios dos presidentes, bem como de outros textos, procuramos transcrever mantendo a mesma escrita da época, para não interferir em possível interpretação, deixando caracterizada a forma original.

Observamos que 1922, por se tratar de um ano comemorativo do centenário da Independência, em tudo favoreceu para aguçar os fatos “modernizantes”, que se coadunavam com os objetivos da reforma educacional. Tudo o que acontecia era imediatamente anunciado e comentado na mídia; respirava-se a energia das comemorações. O espaço urbano e, nele, os grupos escolares, eram palcos das festividades, transparecendo, inclusive, a formação patriótica das crianças, que recitavam em todo o Ceará as homenagens à Pátria e cantavam hinos à bandeira.

As fontes imagéticas são aqui utilizadas por nos propiciarem a condição de visualização dos prédios daquele período em estudo, bem como fazer o registro histórico destes bens culturais, muito dos quais foram alterados e alguns demolidos. As fontes imagéticas e materiais mantêm relações com a memória e a com a história; considerando que estas fontes estão relacionadas entre si, uma vez que as imagens aqui estudadas e trabalhadas são registros dos espaços, portanto, indícios da realidade concreta dos edifícios escolares no período citado. Foi um tempo em que a cidade tinha outra feição, e por meio destas imagens podemos perceber tanto o objeto de estudo – as escolas – quanto a sua relação com a Cidade e a mensagem embutida no controle de produção destas fontes.

É necessário não somente ter na fotografia sua estética estrutural e formal, mas também desvendar as relações entre signo e imagem, inseri-la num panorama cultural, em que tanto nos remete ao passado, como faz o passado vir à tona, sendo este seu sentido maior na pesquisa histórica, como anotam Cardoso e Mauad (1997) sobre o uso da imagem como índice de uma época, em que revela aspectos da arquitetura, indumentária, formas de trabalho, locais de produção, elementos estruturantes urbanos como iluminação, fornecimento de água, obras públicas, redes viárias e outros.

Trabalhamos também com a História oral, que nos permite o registro de testemunhos e o acesso à “história dentro da história” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado (ALBERTI in PINSKY, 2006).

Realizamos entrevistas abertas, não estruturadas, pois não é procedimento inerente deste estudo, contudo, por meio da fonte oral, tivemos a possibilidade de atingir novas fontes, sejam documentais, imagéticas ou de outra natureza, bem como de obter informações

preciosas e até reconstituir, por meio de relatos, vestígios de espaços que não mais existiam em registros documentais.

Foram realizadas entrevistas com pessoas envolvidas com a Educação, professores, educadores que fizeram e/ou fazem parte do quadro de conselheiros do Conselho de Educação do Ceará, bem como com ex- alunos dos grupos escolares no final da década de 1920 e 1930, como foi o caso da narrativa das lembranças de Dona Terezinha de Jesus, ao recordar o primeiro grupo escolar de Barbalha, do qual era aluna e sua mãe diretora. Ela nos descreveu em detalhes o local do antigo casarão, a distribuição das salas de aula, das árvores no quintal, a divisão dos espaços de recreação dos meninos e das meninas, dentre outros relatos que veremos no capítulo referente aos grupos escolares da capital e do restante do Estado.

A segunda fase da pesquisa caracteriza-se, no primeiro momento, pela aproximação com o objeto de estudo. Nesta etapa, seguimos as especificidades da pesquisa histórica relativa à Arquitetura, com aproximação realizada seguindo procedimentos de “pesquisa de campo”, constando de: observação *in loco*, registro fotográfico e análise projetual, quando foi possível; caso contrário, foi feito o levantamento gráfico do prédio, ou pelo menos o levantamento da planta baixa.

Zarankim (2002), em sua pesquisa sobre Arquitetura escolar capitalista, assinala o papel da Arquitetura, em que “o prédio materializa discursos” – a alternativa para transmitir mensagens de uma forma diferente da palavra. Além disso, a cultura material, a partir do século XIX, passou a ter um estatuto completamente diverso, não mais como objeto artístico, como modelo ou curiosidade, para tornar-se *uma fonte histórica* (FUNARI in PINSKY, 2006, p. 85).

Mesmo estudando e revendo a Arquitetura Escolar, era necessária, para análise do edifício, uma categoria mais específica que caracterizasse a essência de uma edificação escolar. Para tanto, a própria “tipologia do edifício” foi escolhida como categoria de análise, visto que o recorte temporal para foco da pesquisa induz a que esta categoria fosse analisada, bem como os elementos constitutivos dos movimentos históricos – *revivalismos* na Arquitetura que de certa forma complementam o estudo do edifício, abordagem enfatizada por esta pesquisa.

Procuramos inicialmente identificar as instituições públicas, nosso objeto de estudo: escolas de instrução primária que teriam suas sedes construídas ou reformadas/adaptadas em decorrência das proposições da Reforma Educacional de 1922. Para este trabalho, portanto,

consideramos, como objeto de estudo, além da Escola Normal⁴, que muitas pesquisas já cobriram, os grupos escolares do Ceará construídos na década de 1920 em execução da Lei n.º 1953, de 2 de agosto de 1922.

Justificamos por que o Liceu do Ceará não é aqui estudado, visto que é uma instituição notadamente voltada para o ensino secundário, o que levaria a aprofundamentos que mereceriam estudo de maior abrangência. Limitamos nosso campo de pesquisa à análise das instituições de instrução primária no Ceará no período citado, justificando, porém, a exclusão das escolas isoladas, por não terem os pré-requisitos arquitetônicos para serem analisadas, bem como pela sua existência bem anterior à reforma e pela prática dos métodos tradicionais sem seriação.

De início, cogitamos ser suficiente aos nossos objetivos o estudo dos grupos escolares criados ou reorganizados em Fortaleza. Dando início à pesquisa, verificamos que eram seis grupos, dos quais apenas três foram construídos neste período.

Pela historiografia a que tivemos acesso, haviam sido criados ou reorganizados em todo Ceará 17 grupos escolares. Vimos, portanto, a necessidade de ampliar o estudo com vistas a obter uma visão mais abrangente do assunto. Foi então que resolvemos acrescentar à pesquisa os grupos criados ou reorganizados também em outros municípios do Estado.

Com a inclusão destes grupos escolares na pesquisa, percebemos no andamento das visitas que a Reforma de 1922 iniciara outro ciclo na Educação primária com a implantação dos novos métodos de ensino e a uma arquitetura produzida com base em um programa de necessidades proposto pelo setor educacional, traduzido em edificações significativas na Capital e, neste sentido, observamos que poderiam existir outras escolas públicas de ensino primário e infantil que tenham sido criadas como consequência dos desdobramentos da referida reforma em Fortaleza, que de alguma forma poderiam representar o fechamento deste ciclo iniciado.

Limitamos, portanto, o campo de pesquisa à análise da Escola Normal, instituições de instrução primária no Ceará, ou seja, os grupos escolares, escolas reunidas criadas ou reorganizadas em execução à Lei n.º 1.953, de 1922, e grupos escolares e jardim de infância públicos, instituídos na década de 1920-1930 no Ceará. Com efeito, procuramos investigar que instituições eram estas.

⁴ A Escola Normal não poderia ficar à parte desta pesquisa, pois tanto foi escola primária como de formação de professores. Esta Escola se confunde, assim como o Liceu do Ceará, com a própria História da Educação do Estado, visto que as normalistas participaram da educação do povo de Fortaleza, bem como do estabelecimento de todo o Ceará, como formadoras, tendo a Escola Normal contribuído desde sua inauguração em 1884, para a emancipação do trabalho feminino em todo o Estado do Ceará.

Em consulta às fontes bibliográficas e aos periódicos, identificamos as instituições que se enquadravam nestes critérios. Em Fortaleza, com a denominação que tinham à época, são os seguintes grupos escolares: *Grupo Escolar do Norte da Cidade*; *Grupo Escolar Visconde do Rio Branco*; *Grupo Escolar Fernandes Vieira*; *Grupo Escolar do Outeiro*; *Grupo Escolar do Bemfica* e *Grupo Escolar de Porangaba*.

Além destes situados na Capital, procuramos identificar os estabelecimentos educacionais públicos de ensino primário que foram criados ou reorganizados em outros municípios do Estado em execução à Lei nº. 1.953, de 1922. São eles: *Grupo Escolar do Aracaty*; *Grupo Escolar de Barbalha*; *Grupo Escolar de Baturité*; *Grupo Escolar de Crato*; *Grupo Escolar de Crateús*; *Grupo Escolar do Icó*; *Grupo Escolar de Lavras*; *Grupo Escolar de Maranguape*; *Grupo Escolar de Quixadá*; *Grupo Escolar de Redenção* e *Grupo Escolar de Sobral*.

E, finalmente, outras instituições escolares, de instrução primária, criadas e construídas no final da década de 1920 e de 1930, em consequência da Reforma: *Grupo Escolar do Alagadiço*; *Escolas Reunidas de Soure* e o *Serviço de Educação Infantil*.

As Escolas Reunidas se inserem no primeiro critério de seleção. Foram criadas em execução à Lei nº 1.953, de 2 de agosto de 1922, contudo, nos restringimos a identificá-las e somente as Escolas Reunidas de Soure (Caucaia) foram incluídas, isto porque não temos registro de que foram construídas edificações para as Escolas Reunidas, pois eram normalmente casas adaptadas, além do que, crescia muito o número de municípios a serem visitados, o que, pelas condições de tempo disponível para conclusão dos trabalhos, se tornaria inviável, podendo, no entanto, ser objeto de outra pesquisa.

A grande dificuldade na pesquisa de campo foi o processo de identificação das escolas em sua denominação atual, pois, quando começamos a estudar sobre a reorganização do ensino primário realizado com a Reforma de 1922, a primeira pergunta que nos veio foi sobre quais teriam sido as escolas construídas. Com algumas leituras e buscas nos arquivos e periódicos, descobrimos que eram sempre enfatizados os chamados “grupos escolares”. Vinha-nos, então, a segunda pergunta: mas que grupos foram estes criados ou reorganizados com a Reforma? Existem ainda tais prédios onde funcionaram estes estabelecimentos? Sob qual denominação se encontram hoje, uma vez que esta nomenclatura “grupo escolar” já não se encontra mais vigente, desde que foram extintos os grupos escolares e criadas as escolas de 1º grau? Como iríamos identificar tais escolas e/ou edificações?

Na implantação destas escolas, sua identificação ocorria pela denominação do município. Com as mudanças sucedidas no sistema educacional ao longo do tempo, estas

denominações foram substituídas, os antigos grupos escolares passaram ser Escola de 1º Grau e depois Escola de Ensino Fundamental e/ou Médio, ocorrendo na maioria das vezes, a mudança da denominação da escola.

Pela dificuldade de rastrear os vestígios da história de cada uma destas instituições, consideramos várias fontes, consoante descrevemos. Aqui é preciso que assinalemos as dificuldades de encontrar documentos e material iconográfico sobre as escolas públicas eleitas para análise neste trabalho. Felizmente algumas delas ainda preservam documentos sobre sua história e criação.

Encontramos escolas que ainda guardavam em seus arquivos documentos sobre a compra do terreno, planta da escola, mesmo que não a original, como é o caso do antigo Grupo Escolar Visconde do Rio Branco. No antigo Grupo Escolar Clóvis Beviláqua, encontramos material que continha relatos históricos, como o livro de inventário de 1916-1932 contendo todo movimento de compra, inventário de material escolar, livros adotados e mobiliário.

O antigo Grupo Escolar José de Alencar conserva em seus arquivos os documentos de criação das antigas *Escolas Reunidas de Mecejana*, com a lista das professoras e de matrícula dos alunos. No antigo Grupo Escolar de Maranguape, também se encontram vários livros originais dos primeiros anos de funcionamento e planta arquitetônica da escola.

Para pesquisa de campo relativa aos grupos escolares fora de Fortaleza, as fontes impressas não preenchiam as necessidades de informação. Foi preciso a visita *in loco* para registro da arquitetura. Visitamos, então, as cidades de Aracati, Barbalha, Baturité, Crato, Crateús, Quixadá, Maranguape, Redenção e Sobral. Para isto, deparamos o fato da necessidade de despender tempo e recursos para deslocamento a estes locais, o que fizemos a expensas nossas.

Duas cidades não foram visitadas, uma das quais é Lavras, que se justifica porque, além de sabermos que o respectivo grupo escolar criado nesta cidade teve seu prédio inundado e demolido pelas enchentes, sendo o prédio construído em substituição ao primeiro, em década mais recente, não tendo interesse para a pesquisa. A outra cidade é Icó. Tivemos a informação de que inicialmente o grupo escolar de Icó funcionou em casarão adaptado. Quando foi erguido o prédio próprio, teve o mesmo destino do de Lavras, contudo o seu substituto foi construído num padrão semelhante ao de Maranguape, como veremos adiante.

Fazer este percurso da pesquisa histórica nos revelou uma sensação como que um passeio à noite pela tempestade, onde inicialmente tudo era escuridão, porém, aos poucos (com as leituras e investigações), a vista ia se moldando e se enquadrando numa outra

maneira de enxergar. Aqui e ali surgiam clarões repentinos (descobertas preciosas), que, por vezes, nos deixavam atônita, surpresa, mas ao mesmo tempo radiante por conseguir ver tudo em volta (entender o significado, encontrar os nexos) e nos encorajava a seguir. Enfim, chegamos à estrutura da tese, que se configura em seis capítulos.

No segundo capítulo, seqüente à introdução, que é o primeiro, discorremos, de maneira geral, sobre a Educação e formação dos valores de uma identidade nacional que tem a educação como instrumento de ação com vistas a modelar uma sociedade. Abordamos as primeiras manifestações de escolas públicas no Brasil e seus métodos de ensino até os agrupamentos escolares. Apresentamos os confrontos da Escola Tradicional e as primeiras manifestações de introdução da Escola Nova.

No terceiro segmento cuidamos dos conceitos e categorias de análise no campo de conhecimento da Arquitetura para fundamentar a análise das edificações escolares em estudo, bem como identificamos os movimentos de Arquitetura vigentes no período pesquisado característicos da linguagem plástica das referidas edificações, além das primeiras manifestações de Arquitetura escolar pública no Brasil.

No quarto módulo, discorremos acerca do Ceará na virada para o século XX e sua inserção no panorama nacional da Primeira República, as influências europeizantes em que os profissionais com base no pensamento técnico-científico passaram a constituir uma elite *letrada* que tomou para si o discurso do compromisso de intervir na sociedade brasileira, com o objetivo de sanear, civilizar e educar a população e as cidades para alcançar um novo tempo, o da “modernidade”, adquirindo novos hábitos e outra cultura.

Apresentamos ainda um panorama da Educação Pública no Ceará, com base na historiografia, na sequência dos discursos e mensagens dos presidentes do Estado, enaltecendo a instrução pública; na leitura e análise dos instrumentos legais – regimentos e regulamentos da Instrução Pública; e fechamos o capítulo com um quadro geral e cronológico das instituições escolares presentes antes da Reforma de 1922.

O quinto capítulo, cerne da pesquisa, é estruturado em duas partes: a primeira analisa a Reforma de 1922 sob a luz da historiografia, dos seus princípios norteadores e de seus instrumentos legais. Na segunda parte, são procedidos ao registro e análise das instituições edificadas e selecionadas em Fortaleza e em outros municípios do Estado do Ceará, conforme citados linhas atrás.

O fato de observar estas escolas *in loco*; vivenciar estes espaços escolares, estes “lugares” quase centenários (principalmente os exteriores à Fortaleza, onde alguns deles já existiam antes de 1922, tendo sido adaptados); sentir suas alterações, ampliações; e vê-los

resistir ao tempo e às diversas mudanças de hábitos, comportamentos e valores, bem como as inúmeras reformas nas políticas educacionais e nos métodos, foi algo muito enriquecedor para o nosso trabalho, tanto pelo aspecto de poder contrastar mudanças nas práticas escolares e de tecnologias inseridas na Educação, quanto pelo aspecto dos registros dos vestígios e das mudanças no campo da Arquitetura.

No sexto capítulo, está o remate do estudo – Conclusão – onde procedemos à epítome da pesquisa, ao compactar remissivamente as idéias suscitadas pela literatura, sob o ponto de vista da Teoria da Arquitetura e sob o prisma prático, seguindo-se, consoante as normas técnicas específicas, a lista de autores e obras que a embasaram a investigação.

CAPÍTULO 2:

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE VALORES: IDENTIDADE NACIONAL

2.1 A República e a busca de uma identidade e de um novo panorama nacional

Entender o sentido da Educação no contexto histórico nacional na passagem do século XIX e no Brasil republicano em suas primeiras décadas exige um mergulho nas circunstâncias socioeconômicas que o delinearão. Mesmo que o estudo seja direcionado para o entendimento do passado, sabemos que a nossa experiência e vivência no momento presente dificulta a real compreensão dos acontecimentos, porque sentimos e vivemos no tempo presente e, portanto, é necessário um empenho de leitura cuidadosa para que não tratemos do passado com os valores de hoje, mas buscar percebê-lo dentro dos horizontes mentais de uma época, e de reconstituir o que e em que condições existia com base em evidências esparsas e fragmentadas encontradas nas mais diversas fontes. Gideon vai além, pois considera que o historiador *deve manter estreito contato com as concepções contemporâneas. Somente quando está impregnando pelo espírito de sua própria época é que o historiador está preparado para detectar aqueles aspectos do passado despercebidos pelas gerações anteriores.* (2004, p. 32).

É imposto, então, ao historiador, como *tarefa única e intransferível revelar à sua própria época suas interrelações com o passado* (op. cit., p. 33). Na verdade, partimos de um questionamento presente, e precisamos perceber no passado o que poderá nos trazer subsídios à constituição de um conhecimento e compreensão ao questionamento inicial.

Tendo o período do governo de Justiniano de Serpa (1920-1923) ao de Menezes Pimentel (1935-1937) no Ceará, como vista política para o recorte temporal em que se insere esta busca, cujo foco principal é arquitetura das escolas públicas construídas em decorrência da Reforma da Instrução Primária de 1922, percebemos a necessidade de entender e caracterizar como se encontrava o País sob as mudanças em curso e como se refletia na Educação esta elevação do Estado nacional, com vistas a capturar o “espírito da época”.⁵

⁵ “Espírito da época” - expressão com a qual se traduz a palavra composta alemã *Zeitgeist*, cuja circulação decorre principalmente de Hegel e que foi adotada, e elaborada, por vários autores “românticos”. Isso ocorre, sobretudo, quando se entende o espírito de determinado povo, que é o que representa um momento fundamental no processo da história. (Extraído do Dicionário de Filosofia de José Ferrater Mora, Tomo II, Ed. Loyola, 2001, p. 885. Disponível em www.books.google.com.br).

Procuramos, pois de início, a compreensão de alguns conceitos, como o tempo, identidade nacional, memória coletiva, nacionalidade, progresso e modernidade com arrimo em alguns autores, tais como Le Goff, 2003; Halbwachs, 1990; Dosse, 2001; Carretero, 2007, e por meio de referências como de Herschmann, Kropf e Nunes (1996) dentre outros, que tomam como base os discursos dos “intelectuais-cientistas” nos finais do século XIX e começo do século XX, época que antecede o período foco da pesquisa, mas que dá subsídios para maior compreensão dos desdobramentos educacionais que lhe seguem.

Lidar com o tempo, considerado material fundamental da história, começa por apresentar o papel da cronologia como subdisciplina auxiliar da História. A dialética entre tempo presente e passado configura uma consciência do tempo. Estamos a todo o momento produzindo o passado, que se faz presente constantemente em nossas vidas (CARRETERO, 2007); está imbricado em todos os espaços públicos e privados, onipresente, de tal modo que não o distinguimos. A presença do passado nos rodeia pelas ruas da cidade, colocando nomes a cada esquina, ou nomeando praças, ou se fazendo busto em bronze, monumento que nunca chegamos a conhecer em detalhes. Está também na nossa casa.

A História parece ser muito eficaz para nos fazer sentir membros de um grupo que compartilhamos “algo”. “Registro”, “raízes”, “herança”, “tradição” e “memória” são algumas das palavras que trazem significação nas várias estratégias e processos de seleção que reconstituem reminiscências do passado e filtram ausências ou permanências de fatos ou impressões que queremos que sejam lembrados ou esquecidos (CARRETERO, 2007).

História, território e língua constituem os três sustentáculos reconhecidos na criação da comunidade nacional, já que fortalecem a diferença de uma e outra nação, a identidade relacional que facilita a lealdade cidadã, a integração nacional e o desenvolvimento do caráter patriótico, “onde não há pátria não pode haver cidadão”... (CARRETERO, 1997; DOSSE, 2001).

As mudanças do papel do historiador com destaque para missão a patriótica, segundo Dosse (2001), inculcando o sentimento nacional no sentido de cristalizar a identidade nacional e ao mesmo tempo de muito prestígio no período que vai do início do século XIX ao início do século XX, levam a uma reflexão e compreensão sobre o comportamento francês, que se insere numa visão de uma historiografia eurocêntrica, como também nos faz pensar sobre a força desta França como nação naquele momento, cuja influência se deu também no Brasil, no chamado “*afrancesamento*” que aconteceu não somente no então Distrito Federal – Rio de Janeiro, mas também em outros centros urbanos, como é o caso de Fortaleza.

É interessante refletir sobre a História na Escola e a Escola na História. O termo escola designa tanto um “espaço físico concreto”, uma forma, como uma arquitetura simbólica, uma trama complexa de relações, que bem poderiam ser pensados como conteúdos, os quais se expressam em registros temporais e em dimensões sociais diferentes. Uma expressão reveladora muito utilizada na exaltação da escola nesse período é “templo de saber”, cujo significado une os aspectos materiais e simbólicos, situando-a numa dimensão quase mítica.

A História dispõe também de seus templos, seus vestígios – museus, bibliotecas, ruínas. Nesta linha, a Historiografia e a Escola revelam-se cruciais na configuração dos conceitos de Estado e Nação. As efemérides também são consideradas pontes entre o presente e o passado, segundo Carretero (1997), as festividades são ferramentas culturais na formação da identidade nacional, revelam sua eficácia psicológica como dispositivo romântico nacionalista.

Com efeito, pensando nas experiências e lembranças individuais da infância, percebemos que esta escolarização ritualizada e acompanhada de toda esta carga de busca de uma identidade nacional é perpassada por singularidades, mas que constitui também uma memória coletiva, e estes fatos são comuns a vários países, sejam europeus ou latino-americanos.

A história cotidiana está relacionada com o que se denomina “memória coletiva” – compreendida como comunidade de lembranças e representações do passado que diversos grupos sociais, políticos e culturais dotam a si mesmos para montar os registros de sua genealogia. Como assinala Halbwachs (1990, p. 25), nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros; nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se a mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias.

Muitos aspectos aqui apresentados, como o ato de inculcar o patriotismo na Educação preliminar, se coadunam com o que temos na História da Educação brasileira nas primeiras décadas de seu período republicano. Esta quadra, no Brasil, que vai do final do século XIX e início do século XX, é um tempo muito rico no sentido dos debates intelectuais, visto ser uma transição de regime político do Império para República, bem como de inúmeras mudanças na vida social, no desenvolvimento das cidades, das ciências, da tecnologia e da Educação.

Estas mudanças são relacionadas, de certa forma, com requerimentos de um saber científico e, com este, devem ser precedidas de tomadas de decisão que nem sempre vêm acompanhadas ou são entendidas pela população em geral, visto que as cidades maiores, as

capitais, recebiam a cada dia, migrantes vindos de muitos lugares com costumes e educação diferenciados que não se enquadravam aos novos padrões desejados.

Para melhor entendimento do estabelecimento desta realidade no Brasil, recorreremos à Historiografia, em que encontramos os profissionais da Medicina, Engenharia e Educação como “articuladores do processo de modernização da sociedade brasileira” – “missionários do progresso”, enfatizando a sociedade carioca neste período, cujas palavras de ordem foram bandeiras de um “novo tempo”, constituindo-se como “valores fundamentais e instituintes desta época”, em que pretendiam produzir uma visão e um modelo para o País na crença de “um projeto nacional” que *pretendia selar o presente enquanto marco divisório entre o passado condenado como sinônimo de atraso e inércia e um futuro enaltecido como símbolo de promissoras potencialidades para a ‘redenção nacional’*. (HERSCHMANN, KROPF E NUNES, 1996, p.7)

Balandier demonstra a semelhança dos mecanismos do poder em várias civilizações, contrapondo espaço e tempo, considerando que a dramaticidade ou “teatrocracia”, como a denominou, se encontra por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes (1982).

O projeto de busca da identidade nacional no período da Primeira República no Brasil retrata este poder, que só se realiza e se conserva pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial.

Os discursos médicos não se faziam em vão, pois, por um lado, os sanitaristas procuravam um ordenamento constitucional, enquanto as epidemias rurais desestabilizavam este processo, indo na contramão do “progresso”, lembrando que, até então, as ações governamentais no campo da Saúde, assim como na Educação, eram descentralizadas.

Isto acontecia no Império e decorreu de Ato Adicional de 1834, que, ao criar as assembleias legislativas provinciais, propiciou a autonomia dos representantes políticos locais que obtiveram o poder de criar impostos, controlar as finanças e determinar os membros do funcionalismo público, repassando, assim, a responsabilidade sobre diversos aspectos, como da Saúde e Educação, nas províncias.

Com a instituição da República, a necessidade de ação no campo da Saúde demonstrava ser imperativa, porque dela dependiam outras ações, como no terreno da Educação popular. Este período coincidiu com o da 1ª Guerra e do seu pós-guerra, marcado, tanto no Exterior como no Brasil, por intensos movimentos de caráter nacionalista.

Na perspectiva de Hochman (1993, p. 48), um desses movimentos, a Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada em 1918, pretendia *alertar as elites políticas, intelectuais e*

econômicas para a precariedade das condições sanitárias e obter apoio para uma ação [...] de “saneamento dos sertões”, visto como caminho para recuperar e civilizar o país.

Os temas da Saúde e do Saneamento passaram a fazer parte das preocupações nacionais, sendo discutidos entre intelectuais, médicos, cientistas, jornalistas e políticos, visando a uma *communis opinio* da necessidade de criação de uma agência federal que uniformizasse e centralizasse os serviços sanitários (OP. CIT., p. 48)

Além disso, lembra Herschmann, o debate sobre reformas de serviços de saúde ocorria não só no Brasil, mas também nos países como Inglaterra, França e EUA, onde o final da Guerra deu azo também a problemas tanto de imigração, como de higiene e controle sanitário das importações.

Foi, contudo, contra o analfabetismo nas áreas urbanas e nos “sertões” do Brasil que o discurso médico chamou a atenção das autoridades, considerando que sem Educação a população não pode atingir melhores condições de higiene. A Medicina e a Educação estavam tão imbricadas, como assinala Herschmann (1996), que o médico Miguel Couto, numa conferência da *Associação Brasileira de Educação*, da qual era presidente honorário, pregou a necessidade de se organizar um documento solicitando ao governo e ao Congresso Nacional acatar propostas capazes de resolver o problema nacional: a ignorância. (OP.CIT., p. 35).

Aliado ao discurso médico está o do engenheiro. Segundo Kropf (1996), pois traduzia o otimismo proclamado pelos defensores da “modernização”, em que pelo conhecimento científico, os engenheiros eram os profissionais capazes de concretizar e orientar as ações para o que era visto como a grande obra de civilização do País.

Tal ocorreu numa época em que o próprio desenvolvimento das cidades acontecia pelas transformações que iam ocorrendo na sociedade em função das mudanças nas forças produtivas e na realização de ações que iam atender aos imperativos de novas e crescentes necessidades do homem. A cidade era considerada “laboratório privilegiado” para o exercício das potencialidades de sua ação criadora tanto no sentido de novos conhecimentos, quanto, sobretudo, da possibilidade de intervir sobre ele, controlando-o e modificando-o com base na sua vontade (IDEM, p. 95).

Benévolo (1976) considera que, por volta de 1830 e 1850, na Europa, foram dados os primeiros passos da *urbanística moderna* com a experiência dos “defeitos” da cidade, direcionando suas ações para eliminação de determinados males: a insuficiência de esgotos, de água potável, a difusão das epidemias. Estas ações implicam outras questões de ordenamento das ações urbanísticas, em que os técnicos e higienistas são os precursores das políticas e legislações urbanísticas contemporâneas.

No Brasil, sobre tal aspecto, não difere da Europa, contudo ocorrem no final do século XIX e começo do XX. A maioria dos profissionais que trabalhavam na concepção dos edifícios eram engenheiros ou arquitetos⁶ estrangeiros de formação classicista⁷, visto que a preparação de arquitetos veio acontecer no Brasil com a constituição da Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

A influência francesa foi relevante na concepção dos edifícios, como também nos processos de “modernização” das cidades, a exemplo das obras de Haussmann em Paris, propiciando a esta nova feição, com aberturas de grandes avenidas.

Para Benévolo (1976), muitas são as cidades modificadas sob a influência de Paris, contudo, nem todos os planos são executados completamente, nem encontram as circunstâncias favoráveis para completo êxito das intervenções urbanas e são realizados em parte, incompletos, arruinando irremediavelmente as cidades antigas, sem que se obtenham, no lugar delas, cidades modernas que funcionem na verdade. O plano de Haussmann para a cidade de Paris, segundo o mesmo autor, é importante, sobretudo pela coerência e integridade como é executado (OP. CIT., p. 116).

No Brasil, notadamente no Rio de Janeiro, grande foi esta influência francesa no governo de Francisco Pereira Passos, prefeito daquela cidade de 1902 a 1906, que destruiu parte do cenário “colonial”, tido como “passado retrógrado”, demolindo, assim, parte do centro antigo para abrir largas avenidas, das quais a principal é a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Esta influência também se deu em outros centros urbanos brasileiros e respingavam em locais de menor escala territorial, como é o caso de Fortaleza à época, como veremos mais adiante.

Como campo de ação dos “profissionais do progresso” encontra-se também a escola. Vista como espaço físico, social e cultural, no período da Primeira República, na Capital do

⁶ Acrescentamos aqui, mesmo que ainda iniciante como categoria profissional, a contribuição do arquiteto. Dizemos iniciante porque, em 1816, a convite de D. João VI, vinha ao Brasil a *Missão Artística Francesa*, tendo a contribuição de Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, que inicialmente participou da Escola Real de Artes e Ofícios e, posteriormente, conforme historiografia, introduziu no Rio de Janeiro o neoclássico, sendo primeiro titular da cadeira de Arquitetura na Academia Imperial de Belas Artes (1822-1889), que, com a República, passou à denominação de Escola Nacional de Belas Artes (1890). Bruand considera que todas as manifestações de uso de elementos de características de origem remota na Antiguidade greco-romana que comumente se denominam “neoclássico” não passam de uma forma de ecletismo, onde possam ser encontrados justapostos todos os estilos que utilizam “*colunas, cornijas e frontões, da Renascença italiana ao Segundo Império francês. Passando pelo classicismo, pelo barroco e pelo verdadeiro neoclássico de fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX*”. (BRUAND, 1997: 33).

⁷ Sousa (1994) tem uma visão diferente, de Bruand sobre o neoclassicismo no Brasil. Discorda da noção de que a linguagem neoclássica tenha sido introduzida no País, por Montigny e argumenta sobre a questão. Considera que a atuação de engenheiros e arquitetos estrangeiros numa arquitetura neoclássica atingiria sua consolidação até 1840. A partir daí se difundiria pelo país até 1880, uma nova arquitetura de natureza classicista, mas uma interpretação própria, brasileira e miscigenada do grande movimento classicista que dominou a Arquitetura ocidental desde a Renascença até o início do século XX.

País, como nas demais, em que os educadores estavam por proceder à redefinição do campo educacional, numa relação dos habitantes com a cidade, num desejo de modernidade urbana.

Na Capital do País, se intensificou pelo fato de que foi a cidade que no século XIX recebeu a Corte, criando uma vida social e cultural diferente das demais, e, como capital da República, deveria ser irradiadora da cultura, do novo, do progresso. A descrição do estado das escolas nesta Cidade, funcionando com problemas de asseio, conservação e localização não difere das descrições dos relatórios dos presidentes das antigas províncias. Além das péssimas condições da escola, eram comuns os problemas que afetavam a Saúde pública, como epidemia de varíola, tuberculose, que interferiam na instrução pública, afastando e diminuindo a frequência da criança à escola.

No período de 1910-1914, no Rio de Janeiro, na gestão de Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, foi elaborado pela primeira vez, para o Distrito Federal, um projeto para edificações escolares. Seu autor, Alfredo Vidal⁸, teve como fundamentos para realização de tais projetos os modelos escolares estadunidenses e ingleses; as teses do *Congresso Internacional sobre Higiene⁹ Escolar*, ocorrido em Paris, 1911; os programas de ensino que dizem respeito aos problemas de higiene, moral e conforto; os dados estatísticos de recenseamento do Rio de Janeiro de 1906; a densidade da população e os mapas de frequência escolar.

Como resultado desses estudos, as escolas foram classificadas em: escola primária, escola profissional elementar, escola profissional secundária ou escola de artes e manufaturas, escola-sanatório, escola de crianças anormais e jardim de infância. (OP. CIT., p. 166). A concepção de espaço educacional proposto por Alfredo Vidal, que será detalhado mais adiante, fundamentado nos princípios já citados, se configurou como um *corpo escolar saudável*, a saber:

[...] *que respira bem* (via dispositivos de circulação de ar), *que enxerga bem* (via dispositivos de iluminação), *que se locomove bem* (via espaços destinados a exercícios físicos), *que dá higienicamente fim aos dejetos que produz* (via aparelhamentos sanitários e seu conveniente uso e limpeza), *que é controlado* (via dispositivos de circulação interna dos edifícios, de seu fechamento eventual e da separação dos alunos por sexo na faixa etária acima de 10anos), *que interioriza noções de ordem e asseio* (via preceitos e indicações inscritos nos pontos mais convenientes do revestimento das paredes). (KROPF, HERSCHMANN, NUNES, 1996, p. 166).

⁸ Sobre Alfredo Vidal ver sob a referência: Vidal, Alfredo. Projeto de edifícios escolares para o Distrito Federal. In: *Mensagem do Prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 01/09/1914*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1914, v.1

⁹ Sobre a origem do termo higiene, etimologicamente, a palavra higienismo deriva do termo “higiene”. Segundo o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado, “higiene” vem do francês *hygiène*, e este do grego *hugiené* (téchné), “arte relativa à salubridade”. De outra fonte, encontramos a palavra grega *ύγιεινός* – *hugieionon* – o que contribui para a saúde.

E, dessa forma, define as diretrizes de um espaço escolar com propósito de resolver os problemas da instrução articulados com o bem-estar, o asseio, a saúde, a ordem, de forma que a *escola ideal* pudesse exercer uma ação *pedagógica-higiênica*¹⁰ sobre alunos e professores, irradiando-se para o ambiente familiar.

Mesmo estes planos de Vidal não sendo postos em prática, Nunes considera que as mudanças espaciais da escola propostas por ele pareciam corretas, pois o anseio de disciplinar a pobreza no corpo, na mente, nos gestos e nos sentimentos tomou conta do debate e das propostas dos intelectuais e educadores na década de 1910 e das suas associações nas décadas de 1920 e 1930 (NUNES in LOPES, FARIA FILHO e VEIGA, 2007, p.385).

O mesmo acontecia em relação à cidade, na tentativa da distribuição “regrada” das populações em espaços adequados, regulamentação e controle das atividades de moradia, lazer e trabalho. Deste modo, se configurou na Capital do País como em outras cidades o tripé moral, higiene e estética, que apoiava a campanha contra os cortiços, os becos e as favelas nos anos 1920 e 1930 (KROPF, HERSCHMANN, NUNES, 1996).

A articulação dos profissionais de Medicina, Engenharia e Educação, segundo Kropft, (OP.CIT., p. 98) se dá justamente pelo enfrentamento dos problemas urbanos, onde se entremeiam, por sua vez, os problemas de Saúde Pública, insalubridade e Educação, justificando deste modo intervenções de saneamento que resultam na remodelação urbana, em especial no Rio de Janeiro, que, como capital, representante do “poder simbólico” na República, refletia suas ações às demais cidades.

Tornava-se necessário, pois, a prescrição de regras gerais para o planejamento da cidade do Rio de Janeiro que seria tomada como modelo para o restante do País, tendo como aparato científico as teorias higienistas atuantes no século XIX, segundo as quais *o meio é identificado como fonte direta de males para o estado físico e moral dos homens*.

Segundo a teoria dos miasmas, o solo e o ar contaminados pelas emanções mefíticas oriundas dos processos de decomposição e putrefação das matérias orgânicas eram os principais agentes responsáveis pelas condições de insalubridade das cidades, tornando-as suscetíveis à constante propagação de epidemias (IDEM, p. 105).

Segawa (2003, p. 39) assinala, no entanto, que, quando começaram as investigações de Pasteur (1822-95) e os novos estudos que deram sequência ao conhecimento da Microbiologia, o miasma, tido como agente deletério, deixou de ser a explicação principal na

¹⁰ Estas diretrizes, segundo Gondra, já são encontradas no período do Império, no emprego de prescrições da ordem médico-higiênica, aspecto perceptível na definição da idade escolar, repartição das matérias, distribuição do tempo, nas preocupações com os exercícios e com a qualidade dos professores (2002).

origem das doenças. Desta forma, no final do século XIX e primeiras décadas do seguinte, a “ventilação” e a “insolação”, mesmo que nem sempre numa perspectiva conjunta, estiveram fundamentalmente relacionados com a salubridade. Estes fatores com certeza vieram a influenciar na concepção dos espaços construídos, principalmente os institucionais, como é o caso da escola.

Concluindo esta retrospectiva histórica sobre a atuação destes profissionais médicos, engenheiros e educadores num período em que se procurava transformar o País, tendo como ‘dogma’ a ciência, a técnica e como modelo de cidade e de sociedade a Europa (e, posteriormente os EUA), os intelectuais-cientistas apresentavam-se como aqueles que ofereciam um novo “instrumental” que garantiria o passaporte em direção ao “mundo civilizado”. Era então lícito e necessário “intervir”, “curar”, “sanear”, ‘educar’ a fim de se alcançar uma “nova” condição nacional, abrindo caminhos para a “intervenção” justificada e argumentada para atuação do Estado, na esfera pública e privada, pondo em prática seu projeto “pedagógico regenerador”. (IDEM).

Afirmar sobre o caráter “regenerador” de tais intervenções não tem o sentido de crítica, mas da leitura de uma situação que tinha suas justificativas num contexto da época por alegadas questões de necessidade, como é o caso da Saúde Pública, que iniciava sua organização juntamente com o crescimento demográfico e mudanças nos meios de produção do e no espaço da cidade, que propiciavam aos cientistas-intelectuais a condição de, como detentores do conhecimento, atuar em seus campos como coadjuvantes do poder.

Este período republicano, em que teria predominado tal atmosfera, de promover o “saneamento”, tanto nas cidades, quanto nos sertões, sob a forma dos discursos e ações que, embora tenham sido configurados como movimentos de elite, deixaram marcas, provocaram ânimos à modernização das cidades e algumas conquistas que introduziram mudanças nas políticas sociais.

A impressão que se tem de tudo o que foi visto até aqui é de que a Primeira República não aconteceu em tempo definido, com começo e fim, conforme vemos nas cronologias de nossos compêndios, mas, como assinala Fausto (2006), do ponto de vista da História da Educação, nem a República se implanta a partir de 1889, nem a Primeira República termina em 1930, considerando-se que o debate e propósito de organização social e educacional dom País vara tempo afora e, em certa medida, sob alguns aspectos, apresenta elementos de continuidade até os dias atuais.

2.2 A Educação primária no Brasil: as modalidades de escolas no final do século XIX e primeiras décadas do século XX

Seguindo a periodização tradicional da História da Educação brasileira, o foco temporal deste trabalho se insere no período entre o final do século XIX e a primeira tritena do século XX, com ênfase nas décadas de 1920 e 1930.

Para este trabalho, o interesse maior incide, ao lado da parte dos métodos de ensino da instrução primária, sobre o surgimento e a construção de grupos escolares, que são erguidos ainda sob a influência do neoclassicismo, mesmo depois da eclosão do movimento neocolonial e, em seguida, são introduzidos elementos de *arte déco* e inícios de uma configuração espacial modernista, como é o caso dos grupos escolares de São Paulo.

Na Primeira República, apesar da continuidade do sistema político elitista, surgiu uma relativa abertura para se iniciar uma participação popular nos processos políticos do País. No campo da Educação, consoante Ghiraldelli (1992), basicamente três correntes pedagógicas distintas formaram o panorama das lutas político-pedagógicas da Primeira República: a Pedagogia Tradicional; a Pedagogia Nova e a Pedagogia Libertária.

O autor considera que estas podem ser vistas associadas a três vertentes sociais: a Pedagogia Tradicional – aspirações dos intelectuais ligados às oligarquias dirigentes e a Igreja; a Pedagogia Nova – emergiu dos movimentos da burguesia e das classes médias que buscavam a modernização do Estado e da sociedade; e a Pedagogia Libertária – ao contrário das outras, se vinculou a intelectuais com projetos ligados aos movimentos sociais populares, de base anarcossindicalística.

A Pedagogia Tradicional Brasileira segue, de certa forma, estes princípios, mas de fato se compôs das teorias pedagógicas modernas ianques e alemãs, com substrato comum no herbartismo¹¹, como também do educador suíço Johann Henrich Pestalozzi (1746-1827). A Pedagogia Tradicional foi amplamente disseminada até o início do século XX, pois entre o início e os anos de 1920, ganha espaço no centro da Educação a Pedagogia Libertária¹², e, posteriormente, a Pedagogia Nova.

Em relação aos prédios escolares, as referências nacionais¹³ abordam o assunto

¹¹ Pedagogia do filósofo Johann Friedrich Herbart (1776-1841) – paradigma da pedagogia laica, com grande impacto nos Estados Unidos no período entre o final do séc. XIX e XX.

¹² Associada às primeiras organizações do proletariado urbano no Brasil, em grande parte formada por italianos e outros europeus. Das concepções que aportaram no Brasil, o Educador Francisco Ferrer y Guardiã (1859-1909) ganhou mais adeptos. Educação com base em quatro pontos: educação de “base científica e racional”; dicotomia entre instrução e educação; educação moral com menos teoria do que prática; adaptação do ensino ao nível psicológico das crianças. Estes princípios se uniam a outros das chamadas “escolas modernas”.

¹³ DUARTE, 1951; SEGAWA, 1988; RAMALHO e WOLFF, 1986; SOUZA, 1998; OLIVEIRA, 1991; SALES, 2000; BUFFA, 2002; BUFFA E PINTO, 2007; ARAÚJO E GATTI JUNIOR, 2002; PINHEIRO, 2002;

relativo a várias cidades brasileiras, que contribuem para ampliar o nosso horizonte de análise, em razão da semelhança dos objetos de pesquisa.

Informa Buffa (2002) que, o estabelecimento do vínculo entre edifício-escola e concepções educacionais surgiu quando a escola primária começou a ter a organização em classes seqüenciais, exigindo uma “nova organização” do espaço escolar. Esse processo era semelhante nos países europeus e nos Estados Unidos, como delinearemos à frente.

É comum, na historiografia brasileira e em vários artigos publicados em anais de congressos brasileiros de História da Educação, encontrar referências sobre a preocupação com os espaços escolares atribuída aos “intelectuais republicanos”, fato que, para o leitor menos atento, pode parecer como se nada houvesse anteriormente. Obviamente, foi na República, com a separação da Igreja do Estado, que se travaram novas conquistas e outros rumos se esperavam da instrução pública, que passou a ser laica e se iniciou a organização seriada.

Quando se fala numa “nova organização” do espaço escolar, evidencia-se que havia de alguma forma um sistema educacional no Império. Com a mudança de regime político, tudo foi reformulado; mas, isso não aconteceu de um dia para o outro, dado que um longo caminho foi percorrido. Os métodos pedagógicos chamados tradicionais deixaram profundas raízes, a transformação foi gradativa, acontecendo em muitos aspectos, métodos híbridos, adaptados à realidade local.

Convém ressaltar, ainda que, na primeira metade do século XIX, portanto, em fase anterior ao período da Primeira República, a experiência escolar com a adequação de espaços aconteceu em outros países, mesmo antes da divisão de salas na seriação, como está mais á frente nas experiências de escolas inglesas e estadunidenses que utilizavam o método Lancaster, o qual, embora não tenha se iniciado como política pública, e sim por iniciativa de particulares, teve grande repercussão, sendo inclusive adotado no Brasil pela Lei de 1827, como assinala essa legislação.

Os registros das Escolas do Imperador no Rio de Janeiro, já na segunda metade do século XIX, como expresso na sequência, fazem referências ao método mútuo, ou monitorial ou lancasteriano como era chamado, mas despertam atenção mais para as questões quantitativas do ensino, deixando de lado outros aspectos como o da necessidade de adequação dos espaços para desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Voltando um pouco mais na História da Educação, encontraremos os colégios humanistas, possível matriz

pedagógico-espacial de nossas escolas, que, por sua vez, já herdaram aspectos dos monastérios medievais, mesmo com a considerável revolução dos modos de ensino.

Apesar da visão laica elaborada pelos princípios republicanos, não poderíamos deixar de registrar o fato de que, com a separação entre a Igreja e o Estado na Primeira República, as ordens religiosas, dentro de uma diretriz expansionista da Igreja, passaram a exercer o controle, no campo educacional, de 70% das instituições de ensino privadas em funcionamento no País no final dos anos de 1920 (MICELI apud KROPF, HERSCHMANN e NUNES, 1996, p. 158). A respeito disso, vale pensar que a própria organização republicana, mesmo com o discurso de reestruturação da instrução laica, não tinha como ignorar a pressão e a disputa da Igreja Católica sobre a educação, nem dispunha de estrutura suficiente para oferecer a Educação, que, constitucionalmente, se dizia *laica, gratuita e obrigatória*.

Interessante notar é que, mesmo a Igreja sendo tachada, em muitos trabalhos no âmbito da História da Educação e História das Instituições (a exemplo de NUNES, 1996, dentre outros), como retrógrada e organizada nos moldes educacionais, que influenciavam até a escola pública, por esta adotar uma *ordem cristã de sociedade expressa por um ideal civilizatório conservador*, foi por meio dessas escolas católicas e/ou protestantes que foram ainda formados, de então em diante, muitos brasileiros por todo o País. Mesmo nas cidades menores e localidades longínquas no País, tendo muitas ordens católicas se instalado no Brasil de norte a sul, a exemplo do que temos no Ceará.

Trataremos de relatar um pouco da organização do ensino primário no Brasil, por meio das modalidades de escolas, para entendermos a origem dos grupos escolares, que se configuram como objetos de nosso interesse de pesquisa.

2.2.1 Do mestre-escola à escola graduada: passos e descompassos

Os dilemas da Educação no Brasil podem ser avaliados considerando as várias mudanças e interesses políticos por que passou o País desde a primeira Carta Magna (1824). É preciso voltar no tempo, para que possamos entender como se processou o ensino na primeira metade do século XIX, depois da mudança da monarquia pela regência, quando os conflitos políticos fizeram com que tivéssemos o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. É importante ressaltar este documento, visto que, com ele, foi criada a Regência Una e restou alterada a organização político-administrativa do Império. E esta alteração administrativa trouxe consequências para os rumos da Educação do País naquele período, quando foram criadas as assembleias legislativas provinciais, passando a competir a estas legislar sobre alguns setores, como o da instrução pública.

Isto significa que cada Província tinha sob sua tutela a organização da instrução pública com base nos recursos próprios oriundos dos orçamentos provinciais.

A revisão da bibliografia nos apresenta termos referentes a modalidades de escolas que representam a situação da Escola no Império e início da Primeira República, tais como: “*escola de primeiras letras*”; “*escola-residência*”; “*mestre-escola*”; “*escola isolada*”; “*escola graduada*”, “*grupo escolar*”. É de nosso interesse entendê-los no âmbito do contexto histórico. Esse entendimento, por sua vez, propicia a compreensão das mudanças que foram ocorrendo lentamente, e, ao mesmo tempo, as várias formas de escolas que, por vezes, continuavam acontecendo em paralelo até a primeira metade do século XX.

Assim, antes de avançarmos no período foco da pesquisa, tratamos de fazer um breve recuo às bases da instrução pública para melhor entendermos as origens e os caminhos percorridos.

Segundo a historiografia consultada, as escolas de primeiras letras foram iniciadas com os Jesuítas, responsáveis quase que exclusivamente pela Educação durante os primeiros séculos de colonização, tendo na escola de primeiras letras um dos instrumentos para o alcance do seu objetivo mais importante: a difusão e a conservação da fé católica entre senhores de engenho, colonos, negros escravos e índios. Desta forma, exerciam grande influência nas várias camadas da população.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, deixaram de existir repentinamente estabelecimentos de ensino secundário e escolas de ler e escrever. Em seu lugar passaram a ser instituídas as aulas régias, que, segundo a historiografia, sem ordenação entre elas, cujo objetivo era de submeter a instrução ao controle do Estado.

No Império, as escolas de primeiras letras foram criadas nas cidades, vilas e lugares mais populosos conforme lei de 15 de outubro de 1827, a qual foi a lei geral relativa ao Ensino Elementar, marco na educação imperial, como primeira lei da instrução no Brasil, da qual alguns artigos devem ser ressaltados.¹⁴

Nas palavras de Salviani (2007), a lei de 1827 tratava de *difundir as luzes, garantindo, o acesso aos rudimentos do saber*. Alguns pontos ficam claros nesta legislação como princípios que perduram ao longo do tempo. Estas escolas deveriam existir naquelas localidades de maior população, onde seria aplicado o “ensino mútuo” preferencialmente nas capitais das províncias, cujos edifícios se aplicariam ao que coubessem com a suficiência nos lugares, ou seja, aqui já havia uma alusão ao espaço da escola, mas os utensílios que se arranjassem.

Quanto às condições de qualificação e do trabalho do professor, já começa sendo explorado, custeando do próprio bolso a sua qualificação, deslocamento e manutenção – *instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais*. Além disso, como assinala Fonseca (2011), *mesmo comprovando regularmente sua boa conduta, a maioria dos professores régios ficava muito tempo sem receber seus ordenados, que sempre atrasavam, às vezes por vários anos*.

Quanto ao ensino, é a base mínima de aprendizagem e a conotação dos princípios de moral cristã e da doutrina católica – *ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana*.

As escolas para as meninas não eram prioritárias, consoante Fonseca (2011), só em 1790, Dona Maria I tratou de incluir as meninas, que só vieram a frequentar escolas a partir do século XIX, dependendo ainda do critério do Presidente em Conselho criar ou não escolas para meninas; fato positivo em termos de instituição da profissão, apesar de que não é aqui evidenciado como época de estruturação de carreira docente, mas já nesta legislação *os provimentos dos Professores e Mestres serão vitalícios*. E, finalmente, a parte negativa dos castigos está também explicitamente determinada – *os castigos serão os praticados pelo método Lancaster*.

A adoção do ensino mútuo demonstra que havia também consonância com o “espírito da época” pelo menos na intenção de acelerar a difusão do ensino a fim de atingir a baixo custo maior número de alunos. A adoção deste método era conhecida no Brasil desde 1808,

¹⁴ Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>

contudo, veio a se tornar oficial em 1827, de forma a ser difundido em todo o País. Até o final do século XIX, temos referências a este método na historiografia¹⁵ e nas mensagens dos presidentes da Província do Ceará como sendo utilizado nas escolas públicas. Afinal o que foi o *método lancasteriano*?

Ainda no primeiro quartel do século XIX desenvolveu-se na Inglaterra, e depois nos Estados Unidos, o “método mútuo”, também conhecido como “monitorial” ou “lancasteriano”, atribuído ao pastor da igreja anglicana Andrew Bell¹⁶ (1753-1832) e a Joseph Lancaster (1778-1839)¹⁷ da seita dos *Quaker*¹⁸.

A distinção de uma escola lancasteriana¹⁹ era a “instrução monitorial”, em que um grande número de estudantes era dividido em pequenos grupos ou classes, de acordo com os níveis de avanço. Sob os olhos do “monitor”, um aluno mais adiantado, cada classe recitava suas lições em um semicírculo de espaço ou desenho ao longo da parede da sala (Fig. 2.1)

¹⁵ CASTELO, Plácido A. *História do Ensino do Ceará*. Monografia n.22, (Coleção Instituto do Ceará). Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970; LIMA, Lauro de Oliveira, *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, [197_]; FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. - *500 Anos de Educação no Brasil*. Autêntica, 2003; NEVES, Fátima Maria. O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889). 2003, 293f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2003[on line]; CONDE, Maria Teresa Barros. O Modo de Ensino Mútuo na Formação dos Mestres de Primeiras Letras. Uma Experiência Pedagógica no Portugal Oitocentista. *Revista Lusófona de Educação*, 2005, 6, 117-137; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Regidos e mal pagos. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 6. Nº. 64. Janeiro 2011. p. 80-83;

¹⁶ Segundo Neves (2003), Andrew Bell era escocês, que como diretor do Asilo Militar de Egmore, em Madras, na Índia, destinado a meninos órfãos, criou procedimentos didáticos para viabilizar sua tarefa pedagógica. Bell buscava, no exercício pastoral, desenvolver e formar “hábitos de diligência, trabalho, verdade e honestidade”. Desejava instruir as pessoas que estavam sob sua responsabilidade religiosa nos conhecimentos úteis, para melhor atender aos interesses individuais, bem como para melhor servir ao Estado ao qual pertenciam; esses dois propósitos não eram pensados separadamente. Os ideais pedagógicos de Bell foram divulgados em 1796, após seu retorno a Londres, com a publicação do trabalho *An Experiment in Education*, no qual relatou sua experiência no Asilo de Madras.

¹⁷ Joseph Lancaster desenvolveu seu método de ensino nos anos de 1790 em sua escola *Royal Free School* em *Borough Road, Southwark, London*. Esta escola tinha caráter filantrópico e com poucos recursos.

¹⁸ Os *Quaker* eram grupos de famílias que desenvolviam trabalho filantrópico – amigos da sociedade, num pensamento em que homens e mulheres compartilhavam da “divina chama”, que deveria ser cultivada em benefício deles mesmos e da sociedade. Nos Estados Unidos, dos homens que pertenciam aos *Quaker*, muitos expectavam se tornarem políticos na nova nação (UPTON, 1996)

¹⁹ Por volta de 1820, o ensino mútuo já era difundido em vários países, além da Inglaterra, Irlanda, França, Rússia, Alemanha, Suíça, Espanha, Estados Unidos e chegou ao Brasil via Portugal. Nos Estados Unidos, o método é difundido desde 1804, quando Patrick Colquhoun enviou uma cópia do panfleto de Lancaster a Thomas Eddy (1758-1827), um *Quaker* nascido em Filadélfia que, morando em Nova York, distribuiu mil cópias do panfleto, conseguindo que a *Free School Society* adotasse o sistema monitorial. Em 1818, quando Lancaster emigrou aos Estados Unidos sua ideia já se tornara visível. Em Baltimore, ele abriu o Instituto Lancasteriano, de vida breve, para treinar possíveis professores neste método.

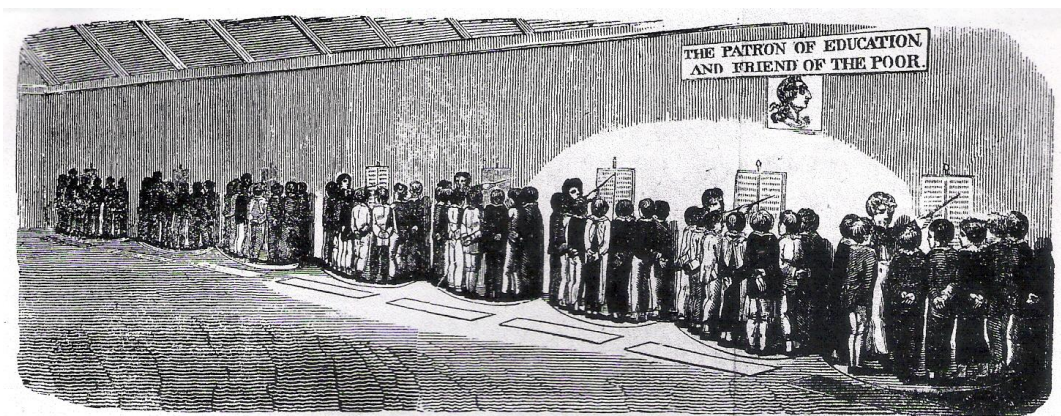


Fig. 2.1: Estudantes recitando lição. *Royal Free School* de Joseph Lancaster
 Fonte: UPTON, 1996. In: *Journal of the Society of Architectural Historians*. Vol.55. n.3. 1996, p. 239

Nos primeiros anos do século XIX, o método monitorial foi adotado na escola pública na maioria das grandes cidades dos Estados Unidos²⁰, sendo a característica principal a indivisibilidade do espaço – *the larger the better* (IDEM. p, 240). O aspecto que queremos ressaltar deste método é justamente a conexão da didática com a necessidade de ordenação do espaço de sala de aula.

Upton (1996) detalha o modo como Lancaster recomendava que deveriam ser os espaços de aula: as proporções; localização da mesa do professor; fixação das carteiras, além de argumentar ao baixos custos do sistema²¹. Para melhor entendimento desta espacialidade, apresentamos algumas imagens a que o autor faz referência. Exemplifica ainda com algumas escolas criadas em Nova York e Baltimore que, apesar de apresentarem algumas modificações, se inserem num âmbito de influência do método monitorial no planejamento

²⁰ Nos anos de 1830, segundo Upton (In: JSAH. Vol. 55. N. 3. September 1996, p. 238), havia “*escolas monitoriais*” desde o longínquo oeste como St. Charles, Missouri, como ao norte, como Maine. O método mútuo foi adotado oficialmente em: Nova York (1805); Albany (1810); Georgetown (1811); Washington D.C (1812); Philadelphia (1817); Boston (1824); Baltimore (1829). A instrução mútua foi também usada em escola dominicais, orfanatos, casas de refúgio (escolas reformatórios). O método lancasteriano encontrou propícia recepção entre os que criaram a escola pública ianque no começo do século XX. A escola pública oferecia a visão de cidadania e o caminho no qual os cidadãos deveriam ser formados, recorriam aos condutores da nação que lutavam para definir a cidadania republicana (UPTON, 1996). A escola popular lancasteriana se encaixava nos interesses dos dirigentes pela possibilidade de fornecer uma educação de baixo custo, ou seja, estas escolas precisavam de em um espaço de grandes proporções para oferecerem instrução primária para grande número de alunos com o menor dispêndio de recursos.

²¹ [...] A sala de aula lancasteriana era um espaço indiviso, quanto maior, melhor. Lancaster recomendava uma “longa praça ou paralelograma” na proporção de 3:5. A mesa do mestre devia ser colocada sobre uma plataforma em uma extremidade, e as mesas e os bancos, fixada a uma superfície inclinada, todos devem enfrentar a plataforma para permitir o contato visual com qualquer aluno, a qualquer momento. A sala deveria ser mais aberta o quanto possível, com amplo espaço entre as fileiras das mesas para possibilitar aos alunos moverem sem atrapalhar uns aos outros. [...] Escolas dos EUA seguiram este modelo de uma maneira geral. [...] Lancaster argumenta que o sistema monitorial foi o mais econômico método de educação porque permitiu um único mestre educar até mil alunos em uma enorme sala de aula (UPTON, 1996, p. 240.) [Tradução nossa]

espacial da escola²², tendo a indivisibilidade da sala de aula justificada pelo método mútuo de ensino com a participação de monitores.

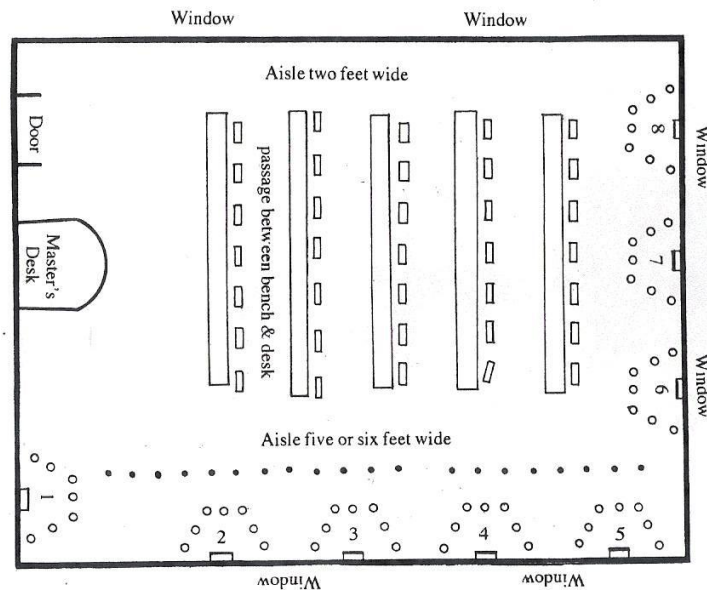


Fig. 2.2: A escola masculina piloto nº 3 de Baltimore (1830) Redesenho de William Russell, *Manual of Mutual Instruction* (Boston, 1826)

Fonte: UPTON, 1996. In: *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol.55. n.3. 1996, p. 243

O aspecto da distribuição dos alunos espacialmente na sala de aula compunha, além de um disciplinamento condicionado pelos lugares demarcados e pelos locais de recitação das várias e crescentes lições, a condição, segundo Upton (OP. CIT., p. 249-250), de serem avaliados e comparados, fazendo inclusive uma alusão ao cidadão republicano.

A ilustração a seguir representa uma prática de aula no método monitorial, símbolo do que permeia a literatura social dos EUA do início do século XIX e constitui síntese de elementos fundamentais da imaginação republicana espacial, moral da autorregulação

²² [...] O manual da *New York Free School Society* de 1820 reproduziu o plano ideal de Lancaster, enquanto o manual da cidade de 1850 que inclui a planta da *Public School 17*, construída em 1840 de linhas suavemente modificadas das recomendações do mestre [Fig 4,5]. Escola P.S.17 era um retângulo de 42 x 80 pés, dois andares. O piso inteiro superior era para *grammar school*²², com quatorze fileiras de bancos paralelos à mesa do professor, todas com a mesma finalidade de uso. O piso inferior [térreo] era dividido em duas salas para o infantil e escola primária. Nas cidades dos EUA, escolas infantis e algumas escolas primárias usavam o método Pestalozzi de instrução, o qual enfatizava o desenvolvimento simultâneo mental e físico das pequenas crianças. Consequentemente ambas as salas do térreo da P.S.17 se distanciavam do plano referido por Lancaster no arranjo de suas carteiras e na quantidade de espaços abertos na sala de aula.

A escola masculina piloto nº 3 de Baltimore (1830) era um prédio de 45 por 75 pés, contendo duas fileiras de vinte mesas. Um plano de esboço de protótipo publicado por administradores de Boston da escola mostrou uma sala quase quadrada, com apenas cinco fileiras de mesas, a mesa do mestre em uma extremidade e projetos (estações recitação) ao longo de dois lados [Fig. 1.6] (UPTON, 1996, p. 240) [Tradução nossa]

traduzida diretamente em uma paisagem coreografada. A disciplina trabalhada no sistema lancasteriano era comparada à disciplina militar²³ (IDEM).

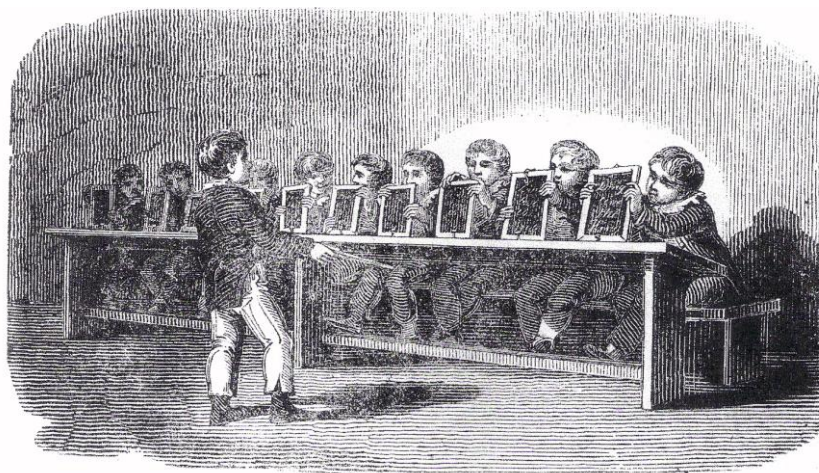


Fig. 2. 3: Movimentos coreografados - *Royal Free School, Borough Road, London.*
Fonte: UPTON, 1996. In: *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol.55. n.3. 1996, p. 250

Esta incursão ao método lancasteriano foi importante para esclarecer as origens desta pedagogia, como foi introduzida no Brasil, que marcas deixou no ensino brasileiro no período do Império, bem assim como pretendeu explorar seus aspectos referentes à necessidade de espaços adequados para funcionamento deste método de ensino, semelhanças e diferenças no método utilizado no Brasil. Outro aspecto em relação a esta metodologia de ensino é que parte do princípio de atender a um maior número de alunos, mas sua diferenciação do grupo escolar republicano é a seriação por classes; neste, a diferenciação dos alunos é feita entre alunos e alunos-monitores.

A espacialidade dos grandes salões para 250 alunos subdivididos em grupos menores sob a orientação de um monitor era a referência inicial dos estadunidenses, no entanto, este método foi sendo substituído pelas novas tendências, que, segundo Souza (1998), decorre inicialmente, de Horace Mann, que, em visita à Prússia, observou a organização das casas escolares divididas em muitas salas de aula, e percebeu que isto trazia uma alteração no modo de construir as edificações escolares. Em vista desse novo modo de pensar a escola, juntamente com Henry Barnard, passaram a defender a necessidade da participação de

²³ Upton (1996) faz considerações a respeito da cidadania republicana dos EUA e compara a coreografia dos alunos da escola lancasteriana com a coreografia da reeducação dos prisioneiros como representativas de um disciplinamento do cidadão. Nos Estados Unidos, esta pedagogia foi aos poucos sendo desestimulada, principalmente no que se refere aos monitores escolhidos entre os próprios alunos, pela dificuldade na escolha destes. Quanto à visão da cidadania republicana, foi também um percurso que foi sendo moldado e modificado com o tempo, de forma que, os comportamentos e interesses da sociedade foram se modificando e transformando a própria sociedade.

educadores no planejamento das escolas. Tanto Souza (1998) quanto Buffa (2002) fazem referências ao manual *School Architecture*, escrito por Henry Barnard entre os anos de 1838 e 1840, como um clássico sobre a relação entre edifício-escola e concepções educacionais, iniciando um novo modelo de organização escolar e, conseqüentemente, uma nova configuração espacial das escolas urbanas.

Nesse período, muitos países investiram em reformas da Educação para criação e incremento da instrução pública contemporânea, como aponta Larroyo (1982),

Diesterweg na Alemanha, Ferry na França, Foster na Inglaterra, Horace Mann nos Estados Unidos, Joaquín Baranda no México, Sarmiento na Argentina etc., foram políticos da educação que compreenderam o decisivo e insubstituível problema da cultura do povo, e assentaram as bases políticas para sua resolução. Ainda que de forma diferente e em escala variada, todos preconizaram, de imediato, uma educação obrigatória e democrática; mais tarde, seguindo o exemplo da França, leigo ou neutro. (LARROYO, 1982, p. 688-689).

Dessa forma, países vizinhos, como a Argentina, conseguiram uma crescente erradicação do analfabetismo e a organização de um sistema escolar superior ao nosso. A instrução primária no Brasil percorreu um longo caminho de buscas, desde o ensino individual, escolas sem nenhuma uniformidade, visto que a organização das primeiras escolas normais somente veio a se configurar muito lentamente no decorrer do século XIX.

A maioria das escolas era de “escolas-residências”²⁴. Referiam-se às escolas públicas ou particulares, cujos professores sempre estavam ligados diretamente à casa-escola, ou seja, normalmente, no Império, e se estendendo na Primeira República, existiam as casas de escola onde o professor morava e disponibilizava o salão da frente para o funcionamento da escola; semelhante ao “mestre-escola”, sendo o professor funcionário público, com uma “cadeira”. Se, normalmente, as primeiras cadeiras eram de professores homens, com o passar do tempo e a necessidade de mais professores e os baixos salários, as mulheres começaram a figurar nesta atividade, que foi, com o tempo, se organizando profissionalmente.

Enfim, a característica do mestre-escola, ou da escola-residência, era a que predominava até o final do século XIX, mesmo depois do Império. O ensino nestas escolas não tinha conteúdo sistematizado, a experiência e o conhecimento do professor eram soberanos e o mais importante era que o aluno alcançasse o objetivo: ler-escrever-contar.

²⁴ O termo casado “escola-residência” foi encontrado nos estudos de Lopes (2002) sobre a instrução primária e formação dos grupos escolares do Piauí.

As ideias de renovação da instrução, no entanto, foram discutidas no Império, enfaticamente dos anos de 1870 em diante. Acerca do tema, pronunciamentos denotam que as falhas apontadas se referiam principalmente aos mestres e aos métodos,

É verdade que aqui, e em algumas capitaes de provincias, se têm levantado palacetes para escholâs; é bem verdade que o ministro tem mandado buscar da Europa e dos Estados-Unidos, moveis apropriados e approvados pelo uso das escholâs mais celebres e tem mandado traduzir obras relativas ao ensino primario, para que os professores procurem dar ás suas lições.[...] ¿mas de que serve is o si n'esses palacetes falta, o *essencial* – o mestre e o methodo [...].?

[...] É realmente digna de louvor a intenção do governo mandando levantar palacetes para a instrucção primaria; a criança educada em taes escholâs, habitua-se ás grandes idéas, á grandeza de seu paiz, a dar grande importancia ao estudo e mesmo a render um certo culto – aliás muito fértil em excellentes resultados – á instrucção e á sciencia.

[...] O que é essencial em uma eschola de instrucção primaria é, como já dicemos: - **o mestre e o methodo** [grifo nosso]. (REIS, 1875, p. 14-15 in SALGUEIRO, 1997, p. 232).

Neste mesmo período, referências são feitas à moralidade, à dedicação, à disciplina, mas o mais importante, que veio se estabelecer, foi a asserção da incumbência do cargo de professor primário à mulher: *o mestre deve de ser – mulher. Enquanto não se entregar as mulheres o ensino primário, será improficua qualquer reforma d'esse ramo de estudos.* (REIS, 1875, p. 16 in SALGUEIRO, 1997, p. 233). Outras considerações relevantes desta época referem-se ao método mais eficiente e que venha melhorar as condições de aprendizagem infantil²⁵, bem como sobre os benefícios da coeducação, no sentido de economia de custos, além da refinação social e intelectual pela convivência compartilhada sem distinção de escolas para meninos e meninas (REIS, 1875, p. 17 in SALGUEIRO, 1997, p. 233). Este aspecto demorou muito a ser estabelecido, visto que, nos anos de 1930, nos grupos escolares, persistia o isolamento por turnos.

Os escritos do engenheiro Aarão Reis²⁶ denotam que, nos anos de 1870, houve uma efervescência do pensamento científico direcionado para mudanças em vários setores,

²⁵ “O methodo deve ser o natural: guiar o ensino de modo a ir aproveitando as faculdades que se forem desinvolvendo na criança; dirigir-se primeiramente ás faculdades perceptivas, isto é, educar os sentidos e aproveitá-los para o conhecimento das noções concretas e syntheticas; e depois esperar pelo desinvolvimento das faculdades reflexivas, para dirigir-se á razão e á intelligencia, aproveitando-as para os conhecimentos e estudos fundados na analyse e na observação: - tal deve ser o methodo para o ensino primario . Banir as cartas de ABC, os syllabarios, as taboadas e todos esses empecilhos ao natural desinvolvimento das faculdades da criança; porque só experimentando o gradual desinvolvimento das faculdades dos discípulos, apoiando-se na pratica e rejeitando de vez as regras abstractas com que ora se costuma de atordoar as pobres criancinhas, - é que o mestre pôde tirar do ensino primário todos os bons effeitos que elle pode produzir”. (REIS, 1875, p. 16-17 in SALGUEIRO, 1997, p. 233)

²⁶ Aarão Reis, além de engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital e autor da planta de Belo Horizonte, foi intelectual protagonista da história em diversas áreas, como matemática, direito administrativo,

inclusive na Educação. Com efeito, parece ter sido com a escola graduada que se iniciou um ensino ordenado, estandarizado e de caráter estatal (SOUZA, 1998) que aos poucos foi respondendo algumas das questões expostas nos escritos do engenheiro Aarão Reis.

Com o surgimento do agrupamento de escolas, as antigas escolas – mestre-escola, passaram a ser denominadas de “escolas isoladas”. Estas escolas perduraram por muito tempo, como encontramos no *Guia Educacional de Fortaleza* (1974) dentre as classificações das várias modalidades, a “escola isolada”.²⁷

O processo de graduação das escolas até a constituição dos grupos escolares foi lento e aconteceu de forma semelhante em vários países. A escola graduada é uma concepção liberal da Educação no final do século XIX, quando se iniciou a preocupação com a Educação popular. Adquiriu finalidade cívica, moral e instrumental, renovada nos métodos e nos processos de ensino. Buisson (apud SOUZA, 1998) aponta três elementos fundamentais para tal organização: *a classificação dos alunos, um plano de estudos e o emprego do tempo*.

O processo que aconteceu na Espanha apresenta semelhanças ao do Brasil. A respeito da escola graduada, Ballesteros (1926) assinala que na Espanha, coexistiam na década de 1920 dois tipos de escolas nacionais primárias: a escola unitária e a escola graduada²⁸.

O autor considera importante esta diferenciação, visto que os dois tipos de escolas são opostos em espírito, em método de trabalho e em possibilidades didáticas, uma vez que a escola graduada permite uma

[...] clasificación científica de los niños, de acuerdo con las etapas y ciclos más típicos de su evolución; permite que cada maestro a esas condiciones específicas del desenvolvimiento mental y orgánico del alumno; permite que los programas y la distribución del tiempo sigan esa curva de la evolución infantil, sometiéndose su formación a las exigencias higiénicas y psicológicas de la salud y de la inteligencia de los niños; permite el conocimiento y el estudio de la individualidad que cada escolar representa, y, por tanto, la separación de los anormales y retrasados para que reciban una enseñanza especial que ponga en valor las actividades de su espíritu, que, de otro modo, se apagarían quizá definitivamente; permite el aprovechar integralmente las aptitudes y la vocación de cada maestro, ocupándole en el trabajo escolar que le sea más grato y donde pueda dar su

economia política, saneamento, urbanismo, engenharia, militante da modernidade, participou de vários processos importantes do seu tempo, inclusive a luta pela reorganização do ensino público e profissional no Rio de Janeiro.

²⁷ São assim considerados aqueles estabelecimentos de ensino que apresentam apenas uma ou duas salas de aula; a quantidade de professoras varia de 2 a 4; não há divisões de classes ou séries; e possuem reduzido número de alunos. Em sua maioria estas escolas funcionam em residências particulares ou em locais cedidos por instituições sociais. Possuem por obrigatoriedade vínculo administrativo com a Secretaria de Educação do Estado, e ou com a Secretaria de Educação e Cultura do Município. (FORTALEZA, 1974).

²⁸ La escuela con un solo maestro y una sola clase, en la que se reúnen niños de todas las edades, desde los seis a los catorce años y de todos los grados de desenvolvimiento mental, llamada unitaria o monodidáctica, y la escuela con tres o más maestros, en la que los niños se agrupan en secciones por su edad o su grado de instrucción, que se denomina **graduada [grifo nosso]**. Apresuremos a decir que tanto la clasificación como los nombres que designan ambos tipos de escuelas son originales nuestros.[...](BALLESTEROS, 1926, p. 5)

actividade un rendimiento máximo; permite en fin, una unidad de spíritu, de disciplina y de método, dentro de la variedad complejísima que representa la vida infantil, que és una pura e constante transformación. (idem, p. 6)

O princípio básico da escola graduada, conforme o mesmo autor, é o de que todos os serviços e todas as classes se reúnam em um só edifício, respondendo o trabalho a um princípio de unidade e obedecendo a uma só direção. Com efeito, considera a escola unitária somente instrutiva, arcaica, enquanto a graduada é educadora sobre bases científicas.

Alguns aspectos da organização pedagógica das escolas graduadas de Madri valem ser destacados pela semelhança com a organização no Brasil, principalmente com o que houve na reforma de 1922 no Ceará. As reformas naquele País aconteceram na mesma década, e se espelharam no sistema de educação da França e da Bélgica.

O número de alunos por classe, por exemplo, tanto das unitárias como das graduadas, tomam como exemplo o da Bélgica, onde para as escolas graduadas de mais de três graus havia de 45 a 50 alunos por classe. Já para as escolas unitárias, com um só professor, o total reduzia-se para no máximo 25 alunos.

A faixa etária da exigência oficial na Espanha era de obrigação de assistência de escola primária para crianças de seis a 14 anos, permitindo baixar aquela idade para cinco anos. O autor assinala que Decroly foi partidário de reforma que retarda a entrada da criança na escola primária, defendendo que *a idade de 6 anos não se produz transformação profunda no desenvolvimento da criança, sendo aconselhável esperar a idade de 8 anos para que a criança alcance um momento característico de sua evolução mental e afetiva e para que possa abordar o estudo analítico e indutivo consciente.* (IDEM, p. 14).

As escolas graduadas em Portugal, segundo Felgueiras (2006), receberam o nome de *Escolas Centrais*, como também na Alemanha e Bélgica. Esta denominação foi adotada em Portugal, mas não teve a expressão e significado que experimentaram em outros países. Este modelo de escola graduada, na visão da autora, possivelmente está mais ligada ao tipo de organização de escola elementar existente na Prússia e na Alemanha²⁹.

As *Conferências Pedagógicas* realizada no Porto em 1883, conforme Felgueiras debateram os critérios a utilizar na divisão dos alunos por classes, expressando as vantagens das *escolas centrais* na divisão do trabalho dos professores e do trabalho por disciplinas.

²⁹ O modelo de escola graduada - 'escola central' em Portugal - parece estar mais ligado à organização do ensino elementar da Prússia e dos estados confederados alemães, que na segunda metade do século XIX apresentavam um modelo organizativo mais complexo, com uma escolaridade obrigatória de oito anos (Volksschulen) seguida de dois anos de escola complementar facultativa em alguns estados (allgemein Fortbildungsschule) e escolas mistas. Nas escolas com várias classes estas se organizavam por 3 níveis: inferior, médio e superior. Em França foi também esta a organização do ensino elementar que se começou a estabelecer a partir de 1868, sob o impulso do inspetor Gréard, na Perfeitura do Sena e generalizado em 1882 (FELGUEIRAS, 2006).

A autora considera, então, que esta modalidade de organização de ensino favorece o melhor aproveitamento dos esforços do professor pela sua especialização e, pelo ponto de vista pedagógico, marca a passagem do atendimento direto do aluno ao ensino simultâneo de um grupo ‘homogêneo de alunos’.

Além disso, a mudança da organização escolar traz uma crítica aos moldes antigos de ensino, propiciando a condição de novas práticas, como o recurso do ‘método intuitivo’ e as ‘lições das coisas’. O agrupamento das classes numa mesma edificação construído ou adaptado para o funcionamento da escola exigiu um aparato burocrático que resultou em alterações no cotidiano escolar e nas relações escola-família. As escolas centrais, segundo Felgueiras (2006), estruturaram mudanças na relação professor-aluno, que passam para uma relação

professor-grupo de alunos com base na atribuição de um espaço físico – a sala de aula – e um conjunto delimitado de saberes organizado de forma concêntrica – os programas abrangiam todas as matérias de um dado nível, desenvolvendo-se sequencialmente, pelos níveis seguintes, de acordo com um crescente grau de dificuldade. Na organização do ensino graduado a relação com os pais é mediatizada através de um aparato burocrático, em que o director do estabelecimento de ensino e o conselho escolar tem um papel fundamental. Estamos perante a produção de uma nova relação entre o mestre e a família, mediatizada pelo aparato burocrático da escola, enquanto instância do aparelho de estado. (FELGUEIRAS, 2006, p. 152).

Para ilustrar este tipo de escola em sua materialização na Arquitetura escolar e verificar semelhanças às escolas brasileiras, extraímos um desenho³⁰ do trabalho da Professora Margarida Felgueiras de uma *escola central* em seus primórdios no século XIX.

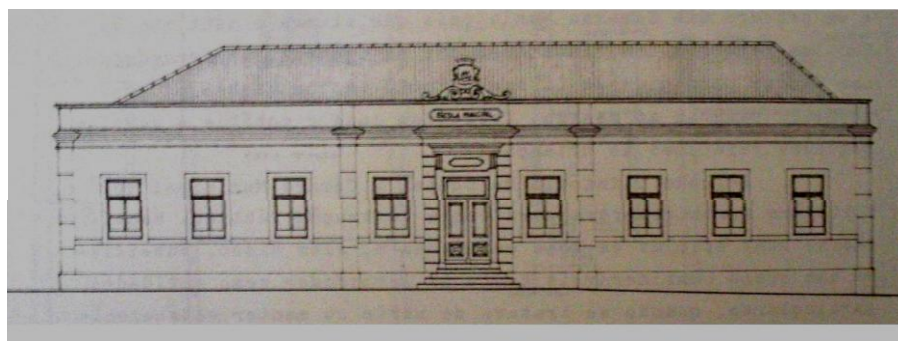


Fig. 2.4: Escola Central nº 71 e 72 na Freguesia de Cedofeita, Portugal
Fonte: FELGUEIRAS (2006, p. 155)

³⁰Felgueiras (2006) assinala que tal edifício era composto por salas de aula, biblioteca e habitação das professoras. Indicações apontam que tenha sido começado a construir em 1883 e foi considerado modelo pelo tipo de construção, amplitude e luminosidade das salas. Desse período restam o estandarte da escola, bordado a seda, de que se desconhece a data exata.

Fato curioso no trabalho de Felgueiras é que, considerando que, a partir de 1919 as *escolas centrais* de ensino primário passaram a designar-se *Escolas Primárias Oficiais*, a denominação de “grupo escolar” em Portugal não tem uma conotação oficial³¹.

Justifica-se, neste sentido, a observação de Souza (1998) sobre o *Diccionario de las Ciencias de la Educación* (1983), em que os termos *escolas centrais*, *escolas graduadas*, e *grupos escolares* são usados com o mesmo significado, tendo como definição de escola graduada, o

[...] sistema de organização vertical do ensino por cursos ou níveis que se sucedem. As características principais da escola graduada são: a) agrupamento dos alunos segundo um critério nivelador que pelo geral é a idade cronológica para obter grupos homogêneos; b) professores designados a cada grau; c) equivalência entre um ano escolar do aluno e um ano de progresso instrutivo; d) determinação prévia dos conteúdos das diferentes matérias para cada grau; e) o aproveitamento do rendimento do aluno é determinado em função do nível estabelecido para o grupo e o nível em que se encontra; f) promoção rígida e inflexível dos alunos grau a grau. (DICCIONARIO DE LAS CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN, 1983 apud SOUZA, 1998, p. 32)

No Brasil, contudo, antes da efetiva criação das escolas graduadas ou grupos escolares existiam as “escolas reunidas”. Lopes (2002) questiona se houve diferenças conceituais entre essas nomenclaturas que caracterizariam tipos diferentes de escolas. Assinala a diferença ao tratar destes espaços escolares no Piauí e explica que o grupo escolar era normalmente criado pela junção das escolas isoladas do lugar, ou, por vezes, uma era criada para compor com aqueles em funcionamento um grupo escolar e, mais raramente, pela criação pura e simples dele. Ali, segundo o autor, predominava, contudo, o modelo de junção das escolas existentes, razão por que nos grupos escolares eram criados, inicialmente, como escolas reunidas. Podemos considerar que, as escolas reunidas antecederam historicamente o formato do grupo escolar.

Estas escolas reunidas eram a junção de três ou mais escolas em um mesmo local e sob a direção de uma professora nomeada diretora, mantendo, inicialmente, a mesma organização pedagógica da casa-escola, ou seja, não havia separação de classes pelo nível de

³¹ A autora descreve como foi surpreendida no trabalho de campo com a designação de “grupo escolar”: “Esta aparece nos documentos relativos a plantas de edifícios e na descrição que sempre antecede qualquer programa de obras. Identificámo-la a partir dos anos 50 e interpretámo-la inicialmente como um termo técnico, do campo da arquitectura e da engenharia civil. Porém, nas deslocações às escolas, no âmbito do inventário do espólio com valor histórico, deparámo-nos com essa designação inscrita na frontaria de algumas, poucas, escolas. São edifícios inaugurados no início dos anos 60, constituídos por 12 ou mais salas de aula, com cantina, espaço para a prática de jogos e educação física, gabinete do director e da directora assim como gabinete médico. Na pesquisa que efectuámos não encontramos na legislação dos anos 50 e 60 do século XX qualquer referência a esta designação. Contudo, na imprensa o termo aparece, ao descrever as cerimónias de inauguração desses agrupamentos escolares”. (OP. CIT., p. 155-156)

conhecimento e idade do aluno, como veremos na citação do secretário do governo Luiz de Moraes Correia (apud LOPES, 2002, p. 7), que, ao negar a existência de grupos escolares no Piauí, fazia ele a separação entre grupo escolar e escolas reunidas, afirmando só existirem estas últimas até na Capital. Assim, temos uma diferenciação das duas instituições:

[...] nestas [escolas reunidas], não se observa, como naquelles [grupos escolares], a gradação do ensino, no tocante á distribuição deste pelas respectivas professoras, ou seja a separação de classes, segundo se trate do 1o, 2o, 3o e 4o annos do curso primário.

Cada professora lecciona, nas escolas reunidas, aos mesmos alumnos durante os quatro annos do curso, ou, por outra, ensina simultaneamente as materias dos diversos annos do curso³².

O modelo de escolas reunidas constituía a alternativa de escola menos onerosa e entre a casa-escola e o grupo escolar. Naquela não havia seriação e a vantagem na sua implantação era o ajuntamento de várias escolas num só local, facilitando a inspeção escolar, nenhuma modificação nos métodos de ensino. Enquanto isso, a experiência e as necessidades sentidas tanto nestas como nas escolas isoladas podem ter influenciado na formatação dos grupos escolares. Isto não quer dizer que o tipo escola isolada tenha sido extinto, como veremos no Ceará, onde elas perduraram até a década de 1970³³.

São Paulo saiu à frente na organização do sistema escolar, adotando o agrupamento de escolas e a construção de prédios apropriados e concebidos para tal função. Isto foi possível e aconteceu em São Paulo, quando começou a se desenvolver pela cafeicultura, tendo sido os grupos escolares elaborados com base em projetos-tipo, que modificavam apenas as fachadas, mantendo a mesma planta³⁴.

Faria Filho exprime que a construção dos grupos escolares iniciada em São Paulo, na década de 1890, foi uma demonstração dos republicanos na busca de afirmação do projeto de estabelecimento da República, que teve na Educação ponto forte de apoio. Buffa (2002) confirma que os políticos republicanos e educadores passaram a defender a necessidade de espaços especialmente construídos para serem escolas. Comenta, ainda, que o estabelecimento do vínculo entre edifício-escola e concepções educacionais, como vimos anteriormente, surgiu quando se iniciou a organização em classes sequenciais, induzindo a uma nova organização do espaço escolar. Aconteceu o que Lopes (In: VIDAL, 2006) relata no seu

³² PIAUÍ. Secretário de Estado do Governo, 1914 (Luiz de Moraes Correia). Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Miguel de Paiva Rosa M. D. Governo do Piauí pelo Dr. Luiz de Moraes Correia, Secretário do Governo do Piauí, em 30 de abril de 1914 (apud LOPES, 2002, p. 7).

³³ Segundo o *Guia Educacional de Fortaleza* (1974), dez escolas isoladas ainda se encontram em atividade na categoria “escola estadual isolada”.

³⁴ Ver mais sobre o assunto em Buffa (2002); Souza (1998); Vidal (2006).

trabalho sobre os grupos escolares do Piauí, a mudança da casa-escola para o grupo escolar, com novas funções e exigências espaciais, como, por exemplo, a diretoria e a portaria.

Esta nova organização administrativo-pedagógica da escola primária implica, segundo Viñao (2001), na criação de um espaço de natureza própria, e a aceitação desta necessidade foi historicamente o resultado da confluência de várias forças e tendências, incluindo a profissionalização do trabalho docente. Além disso, destaca que o edifício-escola, como Arquitetura Escolar, pode ser visto como um programa educador, por isso considera fatores importantes a localização da escola, suas relações com a ordem urbana, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados, até a decoração exterior e interior, pois segundo o autor, são elementos que respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.

Com efeito, Souza (1998), considera a retórica arquitetônica possuidora de simbólicas e pedagógicas dimensões, em que os grupos escolares foram os estabelecimentos de ensino mais representativos dessa conformação da escola como lugar. *Por entre as salas de aula, corredores, pátios e jardins a criança incorpora uma ética e uma corporeidade inscritas no espaço escolar.* (OP. CIT., p, 124). E assinala, referindo-se às primeiras manifestações de Arquitetura Escolar em São Paulo, e, fazendo alusão ao espaço de características fíxas de Hall (1977),

Por detrás dos muros, do portão, das paredes e jardins, a disposição e a distribuição do espaço escolar refletem um projeto cultural. Esse projeto, com vistas a civilizar e moralizar as crianças e, por extensão, suas famílias, configurou-se nos esquadrinhamentos de cada sala e cada canto do edifício escolar. No interior do edifício-escola configura-se uma gramática espacial na qual a distribuição do espaço corresponde aos usos e às funções diferenciadas, à fragmentação e às especializações das atividades, à disposição de objetos, ao deslocamento e ao encontro dos corpos, enfim, a toda uma geometria de inclusão e exclusão. A sala de aula é uma especificação básica: uma para cada ano do curso preliminar de cada seção. A cada sala corresponde um grupo de alunos de mesmo grau de adiantamento e um professor, e, às vezes, um auxiliar. Espaço fixo, a sala de aula estabelece a correspondência sala-classe, base da escola graduada. (HALL, 1977 apud SOUZA, 1998, p. 138).

A realidade não era a mesma em todo o País. Em muitos estados, a implantação dos primeiros grupos escolares foi feita em prédios adaptados, e não construídos para este destino. Mesmo em Belo Horizonte, cidade planejada, [...] *a instalação de Grupos Escolares na Capital recebeu imediatamente dois grupos escolares, no início do ano letivo de 1907* [...] Simbolicamente, o 1.º Grupo Escolar da capital (e do Estado de Minas) foi instalado no palacete do próprio Secretário do Interior e o 2.º Grupo Escolar ocupou um prédio desativado

de um quartel da polícia. Também nessa região foi instalada, em 1909, uma Escola Infantil para atender as crianças de 0 a 6 anos. Da mesma forma, foi por essa região que se iniciou a construção dos suntuosos prédios para abrigar os grupos escolares, e o primeiro deles foi inaugurado em 1914, para o qual foi transferido o 1º Grupo Escolar da capital, já com o nome de Barão do Rio Branco. (VAGO, 2000, p. 125).

Em outros estados brasileiros, como no Piauí, os grupos escolares foram criados legalmente pela reforma de 1910³⁵, contudo, sua concretização em instalações apropriadas só veio acontecer em 1925, com a construção do Grupo Escolar (G.E.) Miranda Osório, em Parnaíba³⁶, distinguindo-se das escolas reunidas de Teresina, assumindo por um período o papel de escola-modelo do Estado, pelo estabelecimento de novo programa de matérias do ensino primário então em vigor nos grupos escolares de São Paulo.

A Arquitetura Escolar inicia-se, portanto, de modo mais intensificado no Território brasileiro quando da organização do sistema escolar seriado. A escola foi emancipando-se primeiro da casa e depois de outros lugares, onde se alojou para se constituir numa instituição especializada nas funções de instrução. O espaço-escola³⁷ incorporou-se, na segunda metade do século XIX, aos preceitos do higienismo, e logo em seguida às exigências do conforto e da tecnologia, mudanças que não vieram apenas pelas inovações pedagógicas, mas também pelas transformações culturais vinculadas à industrialização, ao positivismo científico, o que reforça, para Augustín (2001), o valor da Arquitetura como programa.

Então, para entendimento do que iremos analisar nas edificações escolares selecionadas, passamos ao próximo capítulo, em que trabalharemos os conceitos de Arquitetura que vão modelar nosso estudo de campo.

³⁵ LOPES, Antônio de Pádua. *Das escolas reunidas ao grupo escolar: a escola como repartição pública de verdade*. In: VIDAL, Diana (Org). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)* Campinas, SP: 2006.

³⁶ O prédio do antigo Grupo Escolar Miranda Osório, depois Ginásio Parnaibano, foi construído pela administração do Coronel José Narciso da Rocha Filho. A Intendência de Parnaíba contratou com o Governo de São Paulo, os serviços profissionais do Professor Luiz Galhanone para reforma educacional (idem).

³⁷ Termo utilizado por Augustín Escolano In: FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

CAPÍTULO 3:

ARQUITETURA ESCOLAR: CONCEITOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Faz parte da pesquisa histórica a confrontação de comportamento ou de produção humana de períodos distintos, método que nos proporciona um entendimento mais amplo sobre o objeto de investigação. Giedion (2004) nos leva a refletir sobre o comportamento do historiador, em especial o da Arquitetura, considerando que a História não é apenas um repositório de fatos imutáveis, mas um conjunto de atitudes e interpretações vivas e mutáveis.

Acentua que o historiador em

[...] Cada geração descobre novos aspectos de uma obra de arte, e nenhuma é dotada de privilégios de apreender uma obra de arte em todas as suas facetas. Ocorre, porém, que esses novos aspectos não serão descobertos a menos que o historiador demonstre a mesma coragem e energia que os artistas tiveram ao fazer uso de métodos desenvolvidos em sua própria época. (GIEDION, 2004, p. 32)

Sendo esta pesquisa um estudo inserido na História da Educação, mas com uma abordagem que exige análise da configuração espacial em função da análise da Arquitetura Escolar – assunto inerente ao campo de conhecimento da Arquitetura – sentimos a necessidade de debater questões pertinentes a este campo, tanto as que se referem à Epistemologia da Arquitetura, como as referentes aos métodos de pesquisa.

A Arquitetura é uma ciência que deve ser acompanhada de muitos outros conhecimentos e estudos, pois nasce da prática e da teoria. Diz Vitruvio:

A prática é uma contínua e repetida aplicação do uso na execução de projetos, realizada com as mãos sobre a matéria, correspondente ao que se deseja formar. A teoria, por sua vez, é a que pode explicar e demonstrar, de acordo com as leis da proporção e da racionalidade, a perfeição das obras executadas. (VITRUVIO³⁸, 1986, p. 5).

De um modo geral, buscamos o reflexo do progresso, das limitações ou das potencialidades da nossa própria época na arquitetura, assim, é que

³⁸ Marco Vitruvius Polião, arquiteto que trabalhou em Roma no Império de Julio Cesar. Autor de *Os Dez Livros de Arquitetura (De Architectura)*, único tratado da Antiguidade em seu gênero que sobreviveu, segundo Blánquez, professor da Universidade de Barcelona (1986). Esta obra foi traduzida em várias épocas e locais (Em Alcalá, 1283; Veneza, 1584; Nápoles, 1758; Madrid, 1761; Madrid, 1787; Veneza, 1846; Barcelona, 1986). Há também tradução portuguesa feita por M. Justino Maciel, Lisboa, 2006.

a Arquitetura pode promover o entendimento de tal processo por estar estreitamente vinculada à vida de uma época como um todo. [...] A Arquitetura é produto de todo tipo de fatores – sociais, econômicos, científicos, técnicos e etnológicos.

Não importa o quanto uma época procura mascarar-se, sua verdadeira natureza se manifesta na sua arquitetura, seja através de suas formas originais de expressão ou de tentativas de copiar épocas passadas. [...] Como índice irrefutável daquilo que efetivamente aconteceu em determinado período, a arquitetura é indispensável para o estudo de qualquer época. (GIDEON, 2004, P. 46).

O mesmo autor problematiza sobre o fato de que, sendo a arquitetura produto de tantos fatores, *será legítimo ou mesmo possível examiná-la fora de seu contexto como um organismo autônomo?* Em resposta ao próprio questionamento, considera que, mesmo sendo a obra arquitetônica produto de vários fatores e condições, no momento da sua materialização, passa a constituir um organismo em si, “com caráter e vida próprios”. Sua origem tem significado e valor que, conforme a dinâmica da sociedade e as transformações da cidade, podem continuar ou não a exercer influência depois que seu meio ambiente original tenha modificado ou desaparecido – “a arquitetura pode se estender para além do período a qual pertence”. (OP. CIT., p. 46).

A cada dia, numa dinâmica cada vez mais complexa em que vivemos, a definição de Arquitetura merece atualizações e reexames, entretanto, um consenso sobre o assunto é posto pelo arquiteto Lúcio Costa, em «*O Arquiteto e a Sociedade Contemporânea*»³⁹.

Arquitetura é antes de mais nada construção, mas, construção concebida com o propósito primordial de ordenar e organizar o espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção. E nesse processo fundamental de ordenar e expressar-se ela se revela igualmente *arte plástica*, porquanto nos inumeráveis problemas com que se defronta o arquiteto desde a germinação do projeto até a conclusão efetiva da obra, há sempre, para cada caso específico, certa margem final de opção entre os limites - máximo e mínimo - determinados pelo cálculo, preconizados pela técnica, condicionados pelo meio, reclamados pela função ou impostos pelo programa, - cabendo então ao sentimento individual do arquiteto, no que ele tem de *artista*, portanto, escolher na escala dos valores contidos entre tais limites extremos, a forma plástica apropriada a cada pormenor em função da unidade última da obra idealizada.

A *intenção plástica* que semelhante escolha subentende é precisamente o que distingue a arquitetura da simples construção.

Por outro lado, a arquitetura depende ainda, necessariamente, da *época* da sua ocorrência, do *meio* físico e social a que pertence, da *técnica* decorrente dos materiais empregados e, finalmente, dos objetivos e dos recursos financeiros disponíveis para a realização da obra, ou seja, do *programa* proposto.

³⁹ Este artigo foi publicado em 1952, Informe ao I Congresso Internacional de Artistas, realizado em Veneza, sendo reproduzido em Costa (1962, p. 230-251) e Costa (1997, p. 245-258).

Pode-se então definir arquitetura como *construção concebida com a intenção de ordenar e organizar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa.* (COSTA, 1962, p. 244-245).

Esta definição de Lúcio Costa envolve os elementos de que precisamos para o reconhecimento da Arquitetura e suas categorias de análise, justificando a classificação tradicional na categoria das *Belas Artes*, bem como a distinguindo em relação à construção.

Partindo desta definição, interessa ao arquiteto, portanto, conhecer como, em condições idênticas ou diferenciadas de época, de meio, de material e de técnica ou de programa, os problemas da construção foram arquitetonicamente resolvidos no passado (COSTA, 1962, p.113). Esse estudo da História da Arquitetura exige especificidades de procedimentos que vão influir nos seus métodos de pesquisa, como veremos adiante.

Procuramos esclarecer algumas diferenças sobre os princípios básicos da Historiografia Geral e da Historiografia da Arte e da Arquitetura, pois, consoante Waisman (1990), mesmo os princípios básicos da historiografia geral sendo válidos para historiografias particulares, é importante estabelecer distinções entre elas. De acordo com a natureza do objeto de estudo, são modificados tanto os métodos quanto a problemática historiográfica.

A primeira distinção refere-se ao tipo de temporalidade: pelo fato de que, na Historiografia Geral, o objeto que, podendo ser uma personagem ou uma cultura, tendo cessado de existir no tempo, deixa testemunhos, referências que são exteriores a si mesmo, como crônicas, documentos, decretos, dentre outros que permitirão seu conhecimento, o trabalho do historiador é de retomá-los mediante descrição, narração, ou sob o ponto de vista da crítica histórica. Já o objeto da Historiografia da Arte e da Arquitetura existe no presente por si mesmo, embora pertencente a outro tempo ou lugar, tendo cumprido determinada função histórica no momento de sua produção, e, ao passar do tempo, é em si mesmo o testemunho histórico principal e imprescindível, que reúne em si os dados significativos para seu conhecimento, tendo o trabalho do historiador que partir desta realidade do próprio objeto de Arte ou de Arquitetura presente. Portanto, sua permanência significativa no tempo decorre de uma qualidade além da história, ou seja, seu valor artístico ou arquitetônico, sua condição própria de obra de arte, de monumento⁴⁰.

⁴⁰ Françoise Choay (2001) considera necessário precisar a diferença entre as expressões monumento e monumento histórico. O sentido original do termo monumento é do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Neste sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. (OP. CIT., p. 18). Com Quatremère de Quincy (apud CHOAY, 2001, p. 19), em relação à Arquitetura,

Podemos acrescentar os valores simbólicos de uma obra de arquitetura como bem cultural. O surgimento, ou atribuição e manutenção destes valores simbólicos não são precisos e não há controle sobre estes processos (Castro, 2008). Neste sentido, o objeto de arte ou de arquitetura pode adquirir ainda outro valor, o de patrimônio⁴¹. O patrimônio cultural⁴² de um povo, conforme consta em registro da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais - Declaração do México (1985):

Compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (IPHAN/CARTAS PATRIMONIAIS, 2004, p. 275).

Referindo-se ao patrimônio cultural brasileiro, o Art. 216 da Constituição Federal de 1988, define como – bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...], significa que são bens não apenas de interesse de um indivíduo ou grupo isolado, mas de “valor coletivo” de importância sócio-cultural para o país.

Voltando as distinções entre historiografia geral e particulares, a segunda distinção se dá, decorrente do valor artístico ou arquitetônico, como já nos referimos, da sua condição própria de monumento, que permanece no tempo de fato.

Segundo Waisman (OP. CIT., p. 19), no caso da arquitetura, o que fica do evento original é uma forma física significativa. Não mais o fato total: o uso social, as condições de produção, o entorno com seus respectivos usos e significados, o significado que o monumento

o termo monumento “designa um edifício construído para eternizar a lembrança de coisas memoráveis, ou concebido, erguido ou disposto de modo que se torne um fator de embelezamento e de magnificência nas cidades”, indicando ainda, que “no último caso, a idéia de monumento, mais ligada ao efeito de produzido pelo edifício que ao seu fim ou destinação, ajusta-se e aplica-se a todos os tipos de edificações”. Tem assim, uma progressiva mudança no sentido memorial do monumento para o ideal estético de beleza. Ver mais sobre o assunto em Choay (2001); Castro (2008).

⁴¹ O termo patrimônio diz respeito à “herança paterna, bens da família; dote de ordinando; (p. ext.) quaisquer bens, materiais ou morais, pertencentes a um indivíduo ou a uma instituição; propriedade. (Do lat. *patrimoniū*). (FERNANDES et al., 1993). Como termo jurídico, refere-se a um *complexo de bens materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa e seja suscetível de apreciação econômica*. (FERREIRA, s/d). Nem tudo o que é patrimônio, no entanto, tem valor econômico ou de venda, segundo a definição publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre roteiro para a preservação do patrimônio cultural. Alguns bens podem ter “valor afetivo” ou “simbólico”. As primeiras iniciativas de institucionalização em defesa do patrimônio histórico e artístico brasileiro ocorreram na década de 1920, contudo, somente em 1936, segundo Pinheiro (2005, p. 119) foi elaborado por Mário de Andrade o projeto de Lei para criação do Serviço de Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN), que teve na Constituição de 1934 *as condições imprescindíveis para a efetiva organização de um sistema de preservação do patrimônio cultural, ao incluir entre os deveres do Estado a proteção dos objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país*. (Cap. II Art. 148) (ANDRADE, 1993 apud PINHEIRO, 2005, p. 41).

⁴² Ver mais sobre o assunto em IPHAN(2004); Choay (2001); Castro (2008).

teve para seus contemporâneos. Tudo isto poderá ser estudado, investigado, reconstituído até certo ponto, porém o monumento é uma “memória” do que ocorreu e o valor disso que permanece é que nos inclina a estudá-lo. Daí a condição especial do estudo da Arte e da Arquitetura, estado que requer uma compreensão especializada, mesmo iluminada pelo conhecimento histórico, mas que não se completa nele, exigindo, portanto, métodos próprios.

Waisman assinala que a especificidade do trabalho em História da Arte e da Arquitetura está na origem do questionamento sobre a causa da permanência do valor da obra, por aquilo que constitui a essência de sua qualidade como obra de arte ou de arquitetura. A necessidade de atender a qualidade atemporal do objeto de estudo se acompanha necessariamente da atenção à sua qualidade temporal, da sua condição de “acontecimento” criado em determinadas circunstâncias históricas (OP.CIT., p. 19).

Daí por que na metodologia de pesquisa de objetos arquitetônicos, como é, em parte, o caso desta pesquisa, devemos nos apropriar de testemunhos não artísticos, tais como escritos, planos, inventários, periódicos, dentre outros, que permitirão elucidar problemas históricos referentes ao objeto de pesquisa. Enquanto isso, datas, autoria, processo de produção, projetos e levantamentos gráficos, bem como visitas *in loco*, com registros fotográficos e acervos imagéticos, assumem o caráter de *documentos*⁴³ referidos aos *monumentos* em estudo.

Waisman esclarece bem esta necessidade das duas formas de pesquisa para o objeto de arte e arquitetura, quando assinala que

A obra não comunica com exatidão dados de índole cronológica; por sua vez o documento não poderá comunicar com exatidão o significado da obra, cuja qualidade é intransferível. Porém, seu aporte é indispensável para alcançar um juízo histórico, que requer dados certos acerca da filiação da obra, da formação das idéias que lhe serviram de base, de seu estado original, de suas sucessivas funções ou destinos, etc., etc. Seria incompreensível, por exemplo, a obra dos arquitetos que atuaram na época colonial sem o conhecimento dos livros de tratadistas que circularam no países da América Latina [...] (Op. Cit., p. 21).

De tal maneira, acatamos e tomamos como base as considerações de Waisman no que se refere às diferenças assinaladas entre Historiografia Geral e das Artes e da Arquitetura, pois indicam a necessidade de diferenciar instrumentos e métodos para a exploração das causas, a análise de dados, todos os elementos que, em definitivo, nos conduzirão ao juízo histórico.

⁴³ Documento é tudo aquilo que pode contribuir para clarificar e completar os caracteres históricos de um objeto de estudo, que por sua vez se constituem um monumento. Disso se infere que a obra de arte ou de arquitetura pode ser considerada monumento quando é objeto específico do trabalho historiográfico, podendo ser utilizado como documento por um historiador da cultura, que necessita obter dela dados necessários para compreensão de uma unidade histórica em tratamento (WAISMAN, 1990, p. 20).

3.1. Reflexões sobre tipologias arquitetônicas para uma análise da Arquitetura Escolar no contexto da pesquisa histórica em Arquitetura

Parte deste capítulo se desenvolve com o objetivo de esclarecer conceitos e categorias de análise – como composição, modelo, tipo, tipologias arquitetônicas – para melhor compreensão no processo de pesquisa da Arquitetura Escolar objeto de estudo deste trabalho.

Nessa direção, dialogamos ainda com vários autores, entre arquitetos e críticos de Arquitetura, cuja produção nos esclarece algumas questões pertinentes à teoria da Arquitetura.

Para Colquhoun (In NESBITT, 2008), voltar aos antigos exemplos para resolver novos problemas, isto é, voltar às soluções tipológicas, é um caminho possível e coerente para a atividade do profissional de Arquitetura.

Esta asserção nos deixa perante um quadro que se fazem necessários esclarecimentos. Antes do advento da ciência moderna, explica Colquhoun, *tradição, hábito e imitação* eram os métodos usados para elaboração de artefatos de toda ordem, utilitários ou não. Neste sentido, a palavra “arte” era empregada amplamente para descrever a habilidade de produzir artefatos. Com o desenvolvimento da ciência moderna, a palavra “arte” foi se restringindo à produção de artefatos que não dependiam necessariamente das leis gerais da Física, mas continuavam a basear-se na tradição e na concepção da forma final da obra como um ideal fixo; enquanto isso, o determinismo biotécnico⁴⁴, além do movimento moderno, cuja essência doutrinária funcionalista não era que a beleza, ou a ordem, ou o significado, fossem desnecessários, mas que não era mais possível encontrá-los por uma busca deliberada de formas finais. A forma passou a ser mero resultado de um processo lógico que reúne as necessidades e as técnicas operacionais. Daí por que, um dos argumentos utilizados contra a adoção de tipologias na Arquitetura é que elas são vestígios de uma era artesanal de produção (OP. CIT., 2008).

Argan (2004), no capítulo que dedica ao conceito de tipologia arquitetônica, inicia com a afirmação de que *a maior parte da crítica moderna fundada no pensamento idealista nega todo valor ao conceito de “tipologia arquitetônica”*. Discorda plenamente de que os “tipos arquitetônicos” ofereçam critérios de avaliação das obras de arte individuais; contudo, assinala que não pode ser contestado o fato de *certas tipologias arquitetônicas terem se formado e terem sido transmitidas pela literatura e pela prática da arquitetura*. Neste sentido, consideramos legítimo expor o problema das tipologias, seja no processo histórico da

⁴⁴ Teoria da qual provém a convicção sobre a importância absoluta dos métodos científicos de análise e classificação.

Arquitetura, seja no processo ideativo e operativo dos arquitetos individualmente (ARGAN, 2004, p. 65).

Assim, voltamos a buscar antigos exemplos para resolver novos problemas, e talvez, diz Alan Colquhoun, seja necessário usar uma tipologia de formas para preencher a lacuna, pois não podemos nos desvencilhar do passado. O que o autor defende não é a volta de uma arquitetura que aceita o uso da tradição irrefletidamente, mas aconselha, numa época em que as mudanças são as características dominantes em todos os setores de produção humana, que *vale a pena investigar o papel que as modificações de soluções-tipo desempenham com relação aos problemas e soluções que não têm precedentes em qualquer tradição* (COLQUHOUN, 2008, p. 282) e por que não dizer, também, investigar os *métodos de composição* utilizados ao longo do desenvolvimento da arte de fazer Arquitetura.

3.1.1. Método de composição na Arquitetura e seus caminhos ao longo da história

Projetar em Arquitetura é algo complexo. É importante iniciarmos pela compreensão do processo de projetar, visto que recai sobre o arquiteto a responsabilidade pela transformação gradual do entorno construído⁴⁵ para o futuro, sem perda do elo com o passado e o presente que o torna socialmente compreensível e aceitável (MARTINEZ, 2000).

Várias conotações foram adotadas, ao longo do tempo. As categorias *medida, lugar e uso* (costume e hábito), dentro de uma óptica de analogia com a natureza, aparecem como elementos constitutivos e característicos da operacionalidade da Arquitetura para Vitruvius. Medir era proporcionar, estabelecer relação equilibrada entre desigualdades de qualquer ordem, ou seja, medir era harmonizar⁴⁶.

A visão de Arquitetura para Vitruvius é a compreensão de um todo universal, em que as partes mantinham interdependência com o todo, tendo como princípios fundantes a tríade: *firmitas* (solidez), *utilitas* (exata distribuição dos elementos em cada lugar adequadamente - função) e *venustas* (beleza que era resultado da devida proporção de todas suas partes).

Estes atributos estabeleciam para os arquitetos na Antiguidade, conhecedores das leis da natureza, a possibilidade de repeti-las em suas obras, pois, na Arquitetura daquela época, a distinção dos edifícios e de seus ornamentos se fazia pela quantificação numérica, pela

⁴⁵ Segundo Martinez (2000), o entorno construído é a fonte com arrimo na qual o habitante constrói seus significados arquitetônicos: a casa, a rua, a cidade. E o arquiteto é um habitante que resolveu ser ao mesmo tempo produtor desse entorno e usuário.

⁴⁶ Que vem de harmonia – do grego *harmos* – é encaixe, junta (substantivo); *harmotso* é ajustar (verbo).

delimitação e colocação de seus elementos com base nas relações matemáticas encontradas pelas analogias de vários tipos, dentre as quais as mais importantes eram a proporção geométrica, a proporção aritmética e a proporção harmônica (OLIVEIRA, 2002).

Projetar, em Arquitetura, se revela com grande ênfase na Renascença, quando se deu a separação entre projetista e construção, criando, assim, a necessidade de objetivar as ideias dos primeiros e expressá-las em uma linguagem compreensiva para os segundos.

Para entender os processos do fazer Arquitetura, é preciso que se conheça a cultura⁴⁷ da época. O ser humano é impensável fora de uma cultura, ou seja, fora de um ambiente histórico, a cultura é produto do homem, mas ao mesmo tempo o homem é produto de sua cultura. As relações criadas pelos comportamentos e por uma série de padrões inerentes a uma coletividade conformam uma sociedade, sua cultura e seus juízos de valor, nas quais, as condutas individuais são balizadas. Sem o contexto, as condutas individuais não teriam parâmetro, portanto, perderiam o sentido de ser.

Waisman (1990) assinala que esta dupla condição, ou esta relação de caráter individual-universal, se apresenta em todas as formas de conhecimento. Sendo assim, da mesma forma da conduta individual, todo produto humano em seu caráter cultural e, portanto, histórico, pode pertencer a alguma ou algumas características gerais (universais) sem, contudo, perder sua condição de unicidade. A existência de conceitos gerais, entre os quais está o “tipo”, corresponde a uma necessidade comum às ciências da cultura.

Buscamos nos tratadistas da Arquitetura, como, Vitruvio, Alberti e Durand, que definiram princípios éticos e estéticos, além da operacionalidade da Arquitetura como ciência do “fazer” e sua atuação principalmente na vida urbana, fundamentação para o entendimento do processo histórico da inserção da Arquitetura como disciplina e seus processos intrínsecos, desde a origem clássica ocidental⁴⁸.

Para Vitruvio, “*o mundo é um todo harmônico onde as coisas funcionam em recíproca conexão e mútua comunicação*”. A atuação do arquiteto naquele momento era de contribuir com todas as outras ciências, sem hierarquização. Isto talvez se explique pela situação político-social em que viveu Vitruvio no século I a.C. no Império Romano.

⁴⁷ Cultura, na perspectiva sociológica, é definida como *conjunto acumulado de símbolos, idéias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família*. (JOHNSON, 1997, p. 59). Considerando-se como cultura material tudo o que é produzido ou transformado pela ação humana, a cultura imaterial, “inclui símbolos – de palavras à notação musical, podendo ser representada por atitudes, crenças, valores e normas”, de forma que alcance uma amplitude vista e vivenciada e que transcenda o pensamento do indivíduo.

⁴⁸ Ver mais sobre o assunto em Oliveira (2002).

A convicção de um profissional com formação generalista com capacidade para enfrentar o caráter universal da Arquitetura está também nas proposições de Alberti⁴⁹. É também em Alberti que vamos encontrar uma mudança de eixo intelectual:

A arquitetura não só constrói, ela planeja a realidade. Aparece em Alberti a consciência de que nenhuma outra atividade é capaz de materializar idéias de naturezas distintas, torná-las uma realidade sensível, concreta, que participa da ação do homem no seu cotidiano. E ela faz isso apoiada na pintura e na matemática, ou seja, na perspectiva, que foi no séc. XV, a ciência que permitiu a ordenação e a colocação exata das coisas no mundo. (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

Oliveira complementa que houve uma mudança na atuação do arquiteto em função do tratado de Alberti, tudo indica que *o arquiteto da época de Vitruvio deveria ser capaz de resolver problemas que já não seriam considerados por Alberti como sendo de sua alçada*. Naquele período o arquiteto já não detinha todo o conhecimento, mas considerava indispensável aconselhar-se com os mais experientes ou ainda consultar especialistas (OP. CIT., p. 30-32)

Assim, em Alberti, se dava a aceitação dos cânones da Arquitetura clássica em seus princípios e esquemas, mas não como leis absolutas, de onde vem a importância da *teoria compositiva* que determinou a organização espacial e a aparência dos edifícios na Renascença (IDEM, p. 54).

A autora explicita ainda que, para se conseguir equilíbrio no processo projetual, condição de beleza na obra renascentista, dentro dos cânones da teoria compositiva, primeiro era necessário considerar *a verdadeira natureza de cada coisa (material, ornamento)*, estudando suas qualidades para poder *colocá-las no lugar que é delas, que lhes “cabe” por “natureza”*; depois *dotar o projeto da harmonia presente no universo, seguir as leis da proporção*. Assim, *a beleza, dignidade e valor de uma obra estariam garantidos*.

As regras baseadas no naturalismo dos princípios clássicos, que desde Vitruvio e ainda em Alberti são aceitas como medidas canônicas clássicas, no século XVII, foram impregnadas pela ideia de *convenção* para explicar o reconhecimento destas regras. A racionalidade do sistema arquitetônico dos gregos, contudo, é assimilada no estabelecimento de uma ordem única – o módulo, que unia os elementos da construção trilitica (embasamento, entablamento e suportes) em regras proporcionais definidas (IDEM, p. 66). É com o princípio métrico do módulo, com a variação dos elementos arquitetônicos adotados pelos gregos (dórica, jônica e

⁴⁹ Leon Battista Alberti – arquiteto genovês que viveu no período da Renascença italiana. Além de arquiteto teórico de arte: um humanista italiano, ao estilo do ideal renascentista e filósofo da Arquitetura e do Urbanismo, pintor, músico e escultor. Foi o verdadeiro «uomo universale», ou seja, o letrado humanista atuante em diversos campos de atividade.

coríntia) e as ordens acrescentadas depois pelos romanos (toscana e compósita) que o processo projetual se constituía em escolher dentre estas a ordem mais adequada aos fins, compor uma organização espacial regulada por modelos de referência.

Neste sentido, o “tipo” até aqui apresentado refere-se a ordens e composição com base nas relações métricas já enunciadas, mas a eleição deste tipo construtivo-formal implica a consciência de *uso, lugar e medida*, e com este argumento, da adequação à realidade local. Por isso não poderia haver por parte dos arquitetos um compromisso “incondicional” com os modelos arquitetônicos passados.

Aqui é preciso frisar que a utilização dos tipos arquitetônicos, mesmo em seus primórdios, quando a tradição da *mimesis*⁵⁰ não era uma simples imitação ou repetição por meio de catalogação de obras antigas, mas a imitação da natureza, que nos cânones clássicos, significava imitar o original, o natural, portanto, na tradição do pensamento estético clássico era o procedimento fundante da invenção⁵¹.

Assim, quando os arquitetos antigos trabalhavam com tipos arquitetônicos resultantes das construções greco-romanas, Arquitetura tida como modelo, operavam dentro do princípio de imitação intrínseco à atividade criativa. Diferentemente disso, na Renascença

[...] a *mimesis* era um processo tributário não de um contato original com as forças arquetípicas atemporais mas da determinação da história. Não mais uma fusão, mas um distanciamento do modelo por um olhar crítico. A imitação era um processo comparativo, de ajuizamento do passado para as condições do presente. [...] Daí podermos concluir que a invenção renascentista foi fruto de uma *mimesis* já pasteurizada pelos filtros da crítica. (OLIVEIRA, 2002, p. 85-86)

Dessa maneira vai se perdendo a busca do modelo ideal, do sagrado, do original, e vai proliferando uma tendência de múltiplas escolhas e modelos. A ideia do uníssono, de Vitruvius, vai se extinguindo e passa à fragmentação do modelo em elementos.

Oliveira (2002) menciona que no século XVII a produção dos tratados eruditos foi sendo substituída gradativamente por manuais práticos e obras descompromissadas com a fundamentação disciplinar da Arquitetura até chegar ao século XIX, quando, com novos arquitetos, principalmente com Jacques Nicolas Louis Durand, os princípios de composição foram revolucionados, como veremos logo à frente, onde o estudo é intensificado no contexto do século XIX, período histórico que, com seus avanços no conhecimento de novas tecnologias e mudanças nos costumes, influenciou diretamente as condições da produção da Arquitetura no Brasil.

⁵⁰ Tanto Platão como Aristóteles viam na *mimesis* a representação da natureza (*physis*).

⁵¹ Invenção – idealização ou criação de um produto não existente na natureza e destinado a satisfazer determinadas exigências humanas.

3.1.2. Tipo e séries tipológicas na composição arquitetônica

Sendo pertinente à atuação do arquiteto a investigação das soluções-tipo, justifica-se, portanto, ainda mais neste estudo, a análise das *tipologias de edificação*; da ideia de *função* em Arquitetura e seus desdobramentos em termos de organização espacial, tendo em vista que a Arquitetura Escolar pode vir a se enquadrar em algumas “tipologias funcionais” que serão aqui abordadas.

A tipologia, assim como tratamento formal, é considerada categoria importante na tentativa de entender a produção artística em sua complexidade. E, mais que isso, é também um recurso historiográfico, quando no século XVIII se tornaram comuns os levantamentos de monumentos históricos agrupados por tipologias, o que se dava pela mesma função ou pelo mesmo padrão formal (PEREIRA, 2005).

Waisman (1990) considera que o entendimento do papel da tipologia pode se distinguir na teoria e na prática arquitetônica como instrumento ou como princípio da Arquitetura, sendo o primeiro caso derivado da consideração histórica de tipo; o outro, da abstração da evolução histórica. A tipologia como instrumento, segundo a autora, é utilizada tanto para análise como para o processo de projeto e tanto no plano de objeto arquitetônico como nos estudos urbanos. Especificamente para este trabalho, o enfoque é mais centrado na análise histórica e no objeto arquitetônico.

Vários autores que abordam a questão da tipologia na Arquitetura (PATETTA, 1984; ARGAN, 1963/2008; SEGAWA, 1988; MAHFUZ, 1995; MARTINEZ, 2000; OLIVEIRA, 2002; PEREIRA, 2005; PEREIRA, 2008, TAVARES FILHO, 2005) fazem referência ao conceito de “tipo” de Quatremère de Quincy⁵² (1755-1849) e aos trabalhos e reflexões de Durand⁵³ (1760-1834).

⁵² Antoine Chrysostome Quatremère de Quincy nasceu em 1755 em Paris, filho de comerciantes de tecidos. Mesmo não tendo formação em Arquitetura, sua carreira como erudito inicia com um prêmio com um ensaio sobre Arquitetura egípcia. De 1816 – 1839, atuou como secretário permanente da Académie des Beaux-Arts e procurou controlar todos os prédios oficiais. Fervoroso neoclassicista, procurava preservar a Antiguidade. Foi encomendado para escrever o primeiro dicionário formal da arquitetura – *Dictionnaire Historique D’Chitectu comprenant dans son plan les Notions Historiques, Descriptives, Archeologiques, Biographiques, Théoriques, Didactiques et Pratiques de cet Art*. Do Institut Royal de France, 1832.

⁵³ Arquiteto, professor da Escola Politécnica de Paris, 1795 a 1830, escreveu *Précis des leçons d’architecture* (1817). Considerado por Collins (1981) um dos quatro arquitetos revolucionários, Jacques-Nicolas-Louis Durand se formou sob a influência de Boullée. Tinham ideias diferentes e embora preferissem os planos circulares, o argumento de cada um diferia, pois um era pelo efeito externo que resultava a forma, Durand se preocupava com a economia e maior volume numa forma fechada. Considerava dois problemas de Arquitetura: 1 referente ao edifício privado, que era necessário dar a melhor acomodação, a menor custo; 2 concernente ao edifício público, prevê melhor acomodação para uma maior quantidade de público. Desde modo desprezava a opulência dos esquemas imaginativos típicos de Boullée. Seus critérios eram embasados nas noções de utilidade

Pereira (2008) assinala que, em razão de sua etimologia e da história de seu uso, a palavra “tipo” prestava-se especialmente bem para indicar tanto as formas e belezas ideais, como as categorias classificatórias dos edifícios⁵⁴ e suas qualidades expressivas. Apesar de ter sido definido formalmente em 1825, no terceiro volume da *Encyclopédie Methodique-Architecture* e integrar os preceitos da Academia Francesa do século XIX, quando Durand já havia submetido o termo a uma operacionalidade na prática arquitetônica, as descrições tipológicas já eram apresentadas desde Vitruvio⁵⁵.

Mesmo sendo um termo utilizado na Arquitetura desde a Antiguidade Clássica, como visto em Vitruvio, embora com outras conotações formais e identificações próprias da época, a formulação e uso do termo “tipo” em Arquitetura teve maior ênfase em decorrência da mudança de paradigmas no final do século XVIII, quando houve ruptura dos valores projetivos que vinham da Renascença⁵⁶ atribuídos às ideias e obras de arquitetos como John Soane, E. L. Boullée, C. N. Ledoux e J. N. L. Durand que, segundo Collins (1981) tinham pontos de vista inequivocamente revolucionários⁵⁷, pois suas idéias eram não no sentido de manter a tradição e reinterpretar os princípios, mas de refazê-los.

A grande contribuição de Quatremère de Quincy nesta fase de sistematização dos conhecimentos e de ordenamento dos elementos da Arquitetura foi elucidar a distinção de “tipo” e “modelo”, conceitos que, embora suscitem críticas de alguns, são amplamente utilizados por teóricos e críticos de arquitetura.

Le mot *type* présent moins l'image d'une chose à copier ou à imiter complètement, que l'idée d'un élément qui doit lui-même servir de règle au modèle. Ainsi on ne dira point (ou du moins auroit-on tort de le dire) qu'une statue, qu'une composition d'un tableau terminé et rendu a servi de *type* à la copie qu'on en a faite; mais qu'un fragment, qu'une esquisse, que la pensée d'un maître, qu'une description plus ou moins vague, aient donné naissance dans l'imagination d'un artiste à un ouvrage, on dira que le *type* lui en a été fourni dans telle ou telle idée, par tel ou tel motif, telle ou telle intention. Le modèle, entendu dans l'exécution pratique de l'art, est un objet qu'on doit répéter tel qu'il est; le *type* est, au contraire, un objet d'après lequel chacun peut concevoir des ouvrages qui ne se ressembleroient pas entre eux. Tout

e de custo mínimo. Por isto os detalhes eram dispensados, pois a beleza do edifício acontecia ao atender as necessidades.

⁵⁴ Pevsner utiliza o termo na elucidação de tipologias das edificações, quando apresenta grandes projetos significativos, ao longo da história da Arquitetura, agrupados pelo seu uso ou função, como edifícios governamentais, teatros, bibliotecas, dentre outros. Ver mais sobre o assunto em Pevsner (1980).

⁵⁵ Argan (In NESBITT, 2008), ao citar o projeto de Bramante como exemplo clássico de projeto que se baseia em um “tipo” – o templo de períptero circular descrito por Vitruvio no *Dez Livros de Arquitetura*, Livro IV, capítulo 8, parece reclamar a si o estatuto de modelo e de “tipo” ao mesmo tempo.

⁵⁶ Os princípios que regiam as elaborações renascentistas foram vistos no item anterior e os exemplos da arquitetura produzida por Alberti.

⁵⁷ Estes princípios, que não foram seguidos por muitos nem utilizados sistematicamente, mas, conforme Collins, estes arquitetos foram considerados os precursores da Arquitetura moderna, mesmo que um longo período *historicista* os separe dos arquitetos modernos – Corbusier e da *Escola Bauhaus*.

est précis et donné dans le modèle; tout est plus ou moins vague dans le *type*⁵⁸.

A palavra “tipo” representa, portanto, não a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada, mas a ideia de um elemento que deve servir como regra para o modelo. O modelo, no entanto, entendido em termos da execução prática da arquitetura, este sim é um objeto a ser repetido como tal, diferente do “tipo”, cujo princípio pode induzir a criação de vários objetos diferentes – *No modelo, tudo é preciso e dado. No tipo, tudo é vago.*

Argan explica que o “tipo” nunca é formulado *a priori*, é sempre uma dedução de uma série de casos ilustrativos. Além do mais, a criação de um “tipo”, segundo o mesmo autor, depende da existência de uma série de construções que tenham entre si uma evidente analogia formal e funcional, ou seja, quando um “tipo” é definido pela prática ou pela teoria da Arquitetura, ele já existia na realidade como resposta a um complexo de demandas ideológicas, religiosas ou práticas ligadas a uma determinada situação histórica em qualquer cultura (ARGAN in NESBITT, 2008, p. 269).

Com Durand⁵⁹, a concepção do todo arquitetônico ocorria mediante a combinação harmônica dos seus objetos constitutivos. Este princípio foi utilizado na formulação teórica da *Beaux-Arts*⁶⁰ do final do século XIX. Importante desdobramento do trabalho de Durand, segundo Tavares Filho (2005, p. 9), foi a introdução das progressões das *séries tipológicas*, em que o “tipo”, a partir de então, se tornava um elemento descontextualizável, possível de ser separado da forma arquitetônica.

Mesmo com a revolução dos princípios da Arquitetura no final do século XVIII e início do século XIX, a concepção do projeto arquitetônico era estruturada com base na *composição*. O que mudou ao longo dos anos foram o processo e o conteúdo dos elementos de composição. Conforme Oliveira (op. Cit., p. 88), Durand seguia dois princípios que deviam reger o projeto: *a conveniência*⁶¹ que exigia solidez, salubridade e comodidade, e a

⁵⁸ Texto extraído do *Dictionnaire Historique D'Architecture*. Par M. Quatremère de Quincy. Tomo II. Paris, 1832. p. 629. Disponível em <http://books.google.com/> Acesso em 10/01/2011.

⁵⁹ Durand foi discípulo de Boullée, depois professor de composição da *Ecole Royale Polytechnique*, de 1795 a 1830. Segundo Oliveira (2002), era radicalmente contra os métodos por meio dos quais se aprendia arquitetura na academia, ainda nos moldes da Renascença, em copiar e analisar os edifícios considerados de relevância arquitetônica, bem como a divisão de seus cursos em partes distintas: decoração, distribuição e construção. Considerava que estudar distintos edifícios era inoperante e improdutivo ao ensino. A segmentação não proporcionava ao aprendiz a compreensão total dessa arte.

⁶⁰ Consoante Czajkowski (2000), apesar da diversidade de possibilidades da Arquitetura eclética, de suas opções estilísticas e das alternativas de materiais e técnicas, algumas características comuns da Arquitetura *Beaux-Arts* (representante da Arquitetura acadêmica) do final do século XVIII e início do século XIX permitem compreender esse conjunto como uma categoria histórica bem definida: 1. Simetria; 2. Composição; 3. Proporção; 4. “*Architecture parlante*”; 5. Ornamentação.

⁶¹ *Conveniência* é um termo utilizado inicialmente por Vitruvius (séc, I a. C.) que significava a adequação do projeto a um programa arquitetônico dado pelo costume, ou seja, pelas necessidades sociais e culturais de um determinado contexto histórico-social e pela natureza dos lugares, o que, em outras palavras, seria considerar o

economia, que implicava dotá-lo de simetria, regularidade e simplicidade. Como consequência da aplicação destes princípios, se atingia a beleza da obra. Ressaltamos aqui que a *salubridade* já fazia parte da “boa” arquitetura.

Toda a estrutura organizacional de composição de Durand era trabalhada, tendo como base uma retícula ortogonal onde nos eixos da trama se alinhavam os elementos portantes como as colunas, pilastras e paredes. As séries tipológicas eram esquematizadas tanto em combinações horizontais, referentes às colunas, pilastras, paredes, portas e cruzamentos, quanto às combinações verticais de colunas e arcadas. O intercolúnio era utilizado como o módulo gerador da quadrícula, induzindo o processo formativo das partes e do conjunto.

O processo de composição proposto por Durand leva a um estudo *a priori* de formas e elementos, mostrando que a familiarização com os vários elementos e suas composições facilitaria ao processo de composição final do conjunto. Desta forma, o trabalho de Durand trata de *princípio combinatório*, distinguindo seu método de composição como *processo mecânico* enquanto em Vitruvio e Alberti como *processo orgânico*. (OLIVEIRA, 2002, p. 95)

Sobre a retícula ortogonal neutra modulada com base em certos elementos constituintes, como o espaço intercolúnio, se projeta todo o conjunto sob diferentes programas, de acordo com uma *conveniência*, que Oliveira assinala não ser a mesma *conveniência* como princípio unitário utilizada como critério de boa arquitetura em Vitruvio.

Não é nosso objetivo neste trabalho avançar ainda mais neste assunto, no entanto, vale-nos chegar até aqui, para que tenhamos uma noção das diferentes visões dos antigos tratadistas em seus diversificados contextos político, sociocultural e tecnológico que, de certo, os influenciava no modo de ver o mundo e de pensar sobre o fazer do arquiteto e da própria disciplina da Arquitetura. Cabe-nos ressaltar ainda que os princípios básicos da teoria de Durand, indiretamente, foram os fundamentos seguidos pela Arquitetura neoclássica que se fez presente no Brasil no século XIX, deixando traços e heranças no século XX.

Para Tavares Filho (2005), a noção de “tipo” em Arquitetura é produto de uma *teorização classificadora*, o que considera a possibilidade de conferir um sentido mecanicista e estanque ao entendimento da realidade, além de, por ter sido ao longo do tempo incorporado ao termo adaptações de significado, não apresenta unanimidade por parte dos teóricos da Arquitetura.

Argan (2004) não considera o processo formativo de uma tipologia mero processo classificatório e estatístico, e sim um processo com vistas a um fim estético preciso; as séries

tipológicas não se formam, na história da Arquitetura, apenas em relação às funções práticas dos edifícios, mas especialmente em relação à configuração deles (ARGAN, 2004, p. 67).

As tipologias arquitetônicas, como complementa Argan, podem ser consideradas produtos ao mesmo tempo do processo histórico da Arquitetura e dos modos de pensar e de trabalhar de certos arquitetos. Ele explica por que a tipologia pode não ser o fator determinante do processo de criação, mas é de fácil identificação. Aí vêm os questionamentos: como surge o “tipo” arquitetônico? O próprio autor sugere anteriormente que nunca é criado *a priori*, *é definido pela prática ou pela teoria da arquitetura* (ARGAN in NESBITT, op. Cit., p. 269) e se constitui pela redução de um complexo de variantes formais à forma básica comum.

Se, porém, o próprio autor considera que estas categorias são na verdade guias ao longo do percurso de projeto em busca de solução ideal, de que maneira estaria o “tipo” no processo de criação? E com base na definição de Quatremère de Quincy, assinalando que o “tipo” surge *no momento em que o artista não enxerga mais o passado como um modelo condicionante*, a aceitação do “tipo” exclui o momento histórico – Argan explica,

Toda escolha de um modelo implica um juízo de valor: o reconhecimento de que determinada obra de arte é perfeita e deve ser imitada. Quando essa obra reassume/readquire a natureza esquemática e indistinta de um “tipo”, a ação individual do artista não fica mais limitada a esse juízo de valor. O “tipo” é aceito, mas não “imitado”, o que significa dizer que a repetição do “tipo” exclui o processo de criação denominado de mimesi. A aceitação do “tipo” implica a suspensão do juízo histórico e é, portanto, negativa, apesar de também intencional, direcionada para a formulação de um novo tipo de valor, porque exige do artista – em sua negatividade – uma nova determinação formal. (ARGAN in NESBITT, 2008, p. 271)

Pelo que foi visto, na visão de vários estudiosos das questões afetas ao campo do conhecimento da Arquitetura, julgamos que as várias situações em que foi tratada a composição arquitetônica, tendo como fio condutor a definição, uso e modificações ao longo do tempo, a categoria do “tipo” arquitetônico se insere, portanto, no trabalho do arquiteto, como uma forma préexistente, consagrada na experiência arquitetônica, que utilizamos quando nos parece adequar aos objetivos que queremos.

Para exemplificar as séries tipológicas, podemos considerar que o edifício escolar estaria inserido nas séries dos “tipos” funcionais, como já mencionado, nas quais encontramos modelos arquitetônicos elaborados com base nas funções práticas préestabelecidas, tais como esquemas típicos de hospitais, escolas, dentre outros, instituídos a partir da segunda metade do século XIX na Europa, mas de origens anteriores.

O que são estes esquemas típicos de determinados programas arquitetônicos?

Ching (1999), apresentando de forma didática a linguagem arquitetônica, ao se referir aos princípios que norteiam a organização da forma e do espaço em um edifício, assinala uma síntese de *elementos definidores de espaço*, que intitula *sumário de tipologia*. Nesta síntese, dentre outros tópicos, refere-se aos planos verticais definidores de espaço, dos quais pinçamos os que, de certa forma, ajudam a visualizar esquemas típicos formais na análise das edificações objeto deste estudo. São eles: 1 planos verticais em “L”; 2 planos verticais paralelos; 3 planos verticais em “U”; e 4 quatro planos verticais delimitando um campo de espaço. Estas configurações resultantes da organização destes planos são facilmente detectáveis na análise de um edifício.

Para o primeiro caso, a configuração espacial resulta da conformação básica de dois planos em “L”, estes lados são preponderantes na composição do espaço. Esta forma se ajusta a vários tipos de programas e variam de escala em função da necessidade e tem a vantagem de ser flexível quanto à expansibilidade da construção. Cria um espaço livre propício ao uso coletivo, proporcionando em termos de aberturas a uma ventilação cruzada.

Um exemplo de edificação de planta em “L” é o Liceu Nilo Peçanha, em Niterói. Apresenta destaque de elementos no encontro das fachadas perpendiculares e acesso na esquina.

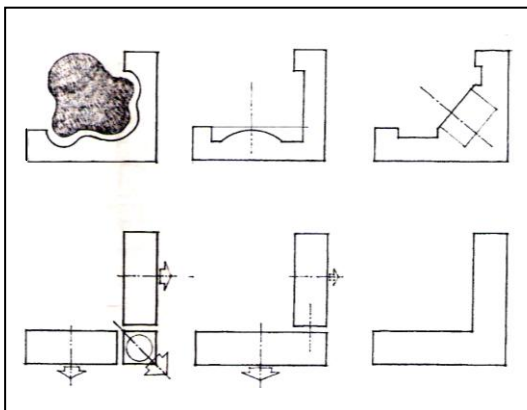


Fig. 3.1: Esquema de configuração em “L”
Fonte: CHING, 1998, p. 135



Foto 3.1: Liceu Nilo Peçanha⁶² - Niterói.
Fonte: <http://literaturamundana.blogspot.com/2010/12/liceu.html>

Outro exemplo de configuração de espaço escolar em forma de “L” é o Colégio Estadual de João Monlevade, onde podemos visualizar o pátio aberto formado pelos planos interiores dos volumes construídos, onde encontramos alunas em recreação.

⁶² O liceu Nilo Peçanha foi criado pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1847. Seu prédio construído em 1918 na Praça da República em Niterói. Foi tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual, faz parte do conjunto arquitetônico da praça da República. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Liceu_Nilo_Peçanha.

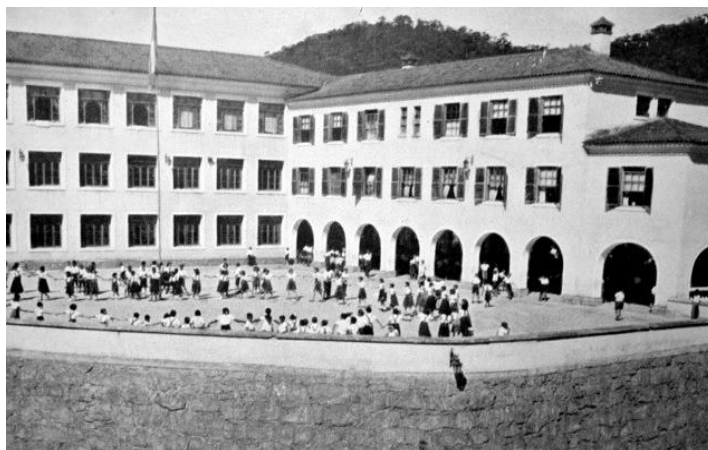


Foto 3.2: Colégio Estadual, antigo Ginásio Monlevade⁶³, João Monlevade – MG.
Fonte: <http://blogdoleunam.wordpress.com/page/118/>

No segundo caso – os *planos paralelos* – formam uma configuração de espaço entre si (Fig. 3.2). Segundo Ching (1999), os conjuntos de planos verticais paralelos podem ser transformados em uma ampla variedade de configurações.

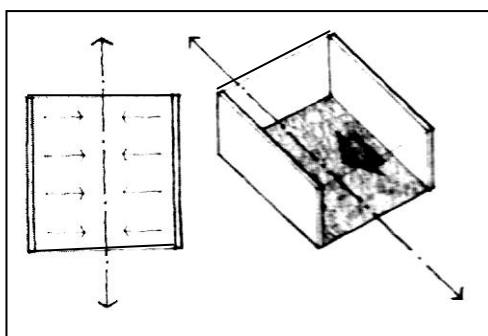


Fig. 3.2: Esquema de configuração em “planos paralelos”
Fonte: CHING, 1998, p. 140

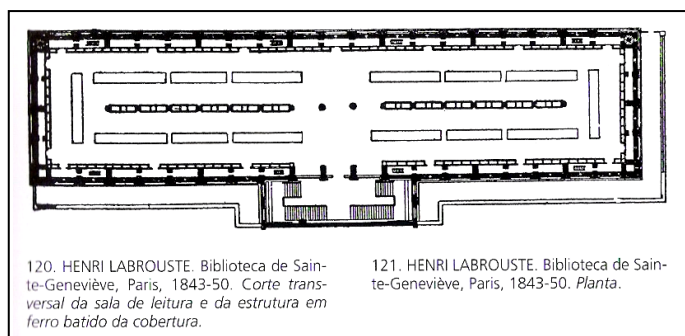


Fig. 3.3: Planta Biblioteca de Sainte-Geneviève, Paris, 1843-50.
Fonte: GIDEON, 2004. p. 247.

As galerias do século XIX podem servir de exemplos de esquemas de configuração de planos verticais paralelos.

Já o terceiro caso, da configuração de planos verticais em forma de “U”, define um campo de espaço semiaberto com foco direcionado para dentro ou para fora. Dependendo da

⁶³ O Ginásio Monlevade (atual Colégio Estadual) foi criado em 1955. O nome da cidade Monlevade em Minas Gerais e do ginásio estão ligados ao século XIX, com a chegada ao Brasil do engenheiro francês, formado em Engenharia de Minas, Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade, jovem de 28 anos. Desembarcou no Rio de Janeiro em 1817, seguindo para a província de Minas Gerais, onde adquiriu terras na comarca de São Miguel do Piracicaba. Ali, ele construiu sua Forja Catalã e sua moradia, o *Solar Monlevade*. Anos depois, o francês constituiu sua família, casando-se, em 1927, com a sobrinha do Barão de Catas Altas, Clara Sophia de Souza Coutinho, com quem teve dois filhos, João Pascoal e Mariana. Jean de Monlevade veio a falecer em 14 de dezembro de 1872. Disponível em:

http://www.camarajm.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22&Itemid=34

implantação no terreno, terá uma área construída mais fechada, onde o acesso é feito por meio desta parte fechada ou no sentido inverso, o acesso é feito pela parte aberta da forma em “U”. Simbolicamente a primeira implantação deixa um volume denso e fechado para a via de acesso, enquanto o segundo transmite a sensação de acolhimento. Normalmente nesta forma a parte livre é trabalhada com jardins. Esta forma remonta aos templos gregos (Ver Fig. 3.5).

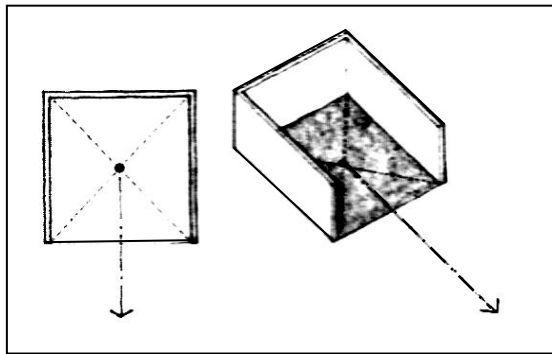


Figura 3.4: Esquema de configuração em “U”
Fonte: CHING, 1998, p. 146

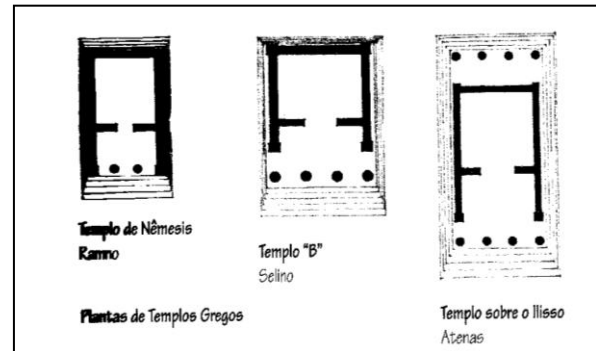


Figura 3.5: Plantas de templos gregos
Fonte: CHING, 1998, p. 150

A configuração pode ser na escala da edificação ou na escala da cidade, como é o caso de praças conformadas em três lados por edifícios de volumetria uniforme, como podemos observar no exemplo abaixo (Fig. 3.6).

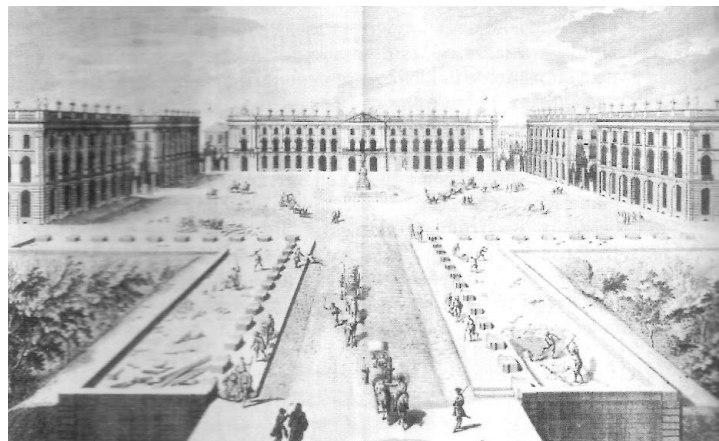


Fig. 3.6: Três praças interligadas em Nancy, 1752 -55
Fonte: GIDEON, 2004. p. 168.

Por fim, a configuração espacial definida com base em *quatro planos verticais* delimitando um campo de espaço, que é por si uma definição espacial possivelmente mais típica, e de certa maneira muito marcante. Um espaço confinado, é naturalmente introvertido, traz privacidade, embora seja propício ao uso coletivo.

É uma configuração que pode ser encontrada nas mais diversas escalas, desde a de uma grande praça urbana a um pátio ou átrio de um edifício. É a forma esquemática

característica de mosteiros medievais, castelos e palácios, que na realidade, recuando no tempo, pode ser encontrada em edificações árabes, influência da arquitetura árabe do período de ocupação da Península Ibérica. Forma encontrada também na arquitetura de fortalezas militares e em residências etruscas.

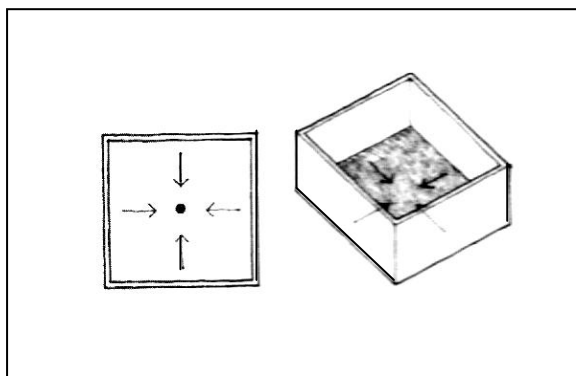


Figura 3.7: Esquema de *quatro planos verticais*
Fonte: CHING, 1998

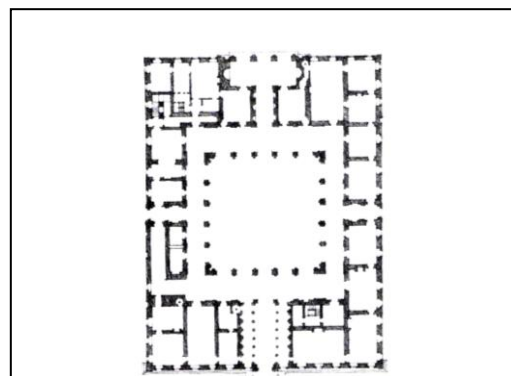


Fig. 3.8: Planta Palazzo Farnese, Roma, 1515.
Fonte: CHING, 1998

Neste formato podemos exemplificar com construções no Ceará – o *Mosteiro dos Capuchinhos*⁶⁴ em Guaramiranga, onde funciona a atual *Pousada Gruta*, que apresenta claustro com jardins aos moldes dos mosteiros medievais.



Foto 3.3: Pousada Gruta, antigo Mosteiro dos Capuchinhos, Guaramiranga – Ceará.
Fonte: Foto da autora, 2008.

⁶⁴ A família Caracas doou à Diocese do Ceará, em 23 de abril de 1898, um terreno no Município de Guaramiranga, onde foi construído o Convento dos Capuchinhos. Nesse terreno, já havia a Capela de N. Sra. de Lourdes, construída no período de 1887 a 1892 pelos proprietários das terras. A pedra fundamental do convento foi instalada em 22 de outubro de 1934. Uma pequena parte da edificação foi concluída em 1935 quando começam a habitá-lo Frei Constâncio, Frei Bernardino e um Irmão Terceiro. Até 1939, funcionou neste local, o Estudantado Comum das Missões do Norte do Brasil, que por dificuldades foi extinto neste ano. A Custódia prossegue sozinha na organização dos próprios estudos e formação, concluindo a construção em 1941 para funcionamento do seu próprio noviciado (MORAES, 2000).

3.1.3 Origem das tipologias das construções escolares

Para Viñao Frago (2001), o *espaço-escola* é uma construção cultural e, portanto, histórica, assim sendo, uma criação cultural sujeita a mudanças históricas. Essas mudanças resultam de transformações culturais, inovações pedagógicas, transformações nas tecnologias e no pensamento científico, como diria Viñao Frago,

[...] exigências das transformações culturais associadas aos industrialismo, ao positivismo científico, ao movimento higienista e ao taylorismo. E a culturalidade dessas mudanças reforça, da mesma forma, o sentido educador da arquitetura, ou seja, seu valor como programa (FRAGO, 2001, p. 46).

Buffa e Pinto (2007) consideram que a matriz *pedagógico-espacial* de nossas escolas encontra-se nos colégios do século XVI, fruto das mudanças implementadas pela Reforma e Contrarreforma, por conseguinte, tanto nos colégios protestantes como nos católicos, onde se inicia a organização dos alunos, dos estudos e dos espaços.

Nestes colégios foram introduzidos os graus, as séries, as classes organizadas conforme a idade e o desenvolvimento dos alunos; a seleção de disciplinas; os programas com horários e exames; o disciplinamento com recompensas e castigos; a submissão à autoridade do mestre; a organização hierárquica do ensino e da administração desses novos espaços de instrução.

Petit (1994) descreve os colégios⁶⁵ protestantes e jesuítas dos séculos XV e XVI e utiliza quatro categorias que lhe permitiram aglutinar as transformações que redundaram na chamada *pedagogia moderna* – o novo *espaço* de ensino; o uso sistemático do *tempo*; a seleção de novos *conteúdos* de ensino; e a nova estrutura de *poder*.

Concordamos com Buffa e Pinto (Op. Cit.) na apreciação do trabalho de Petit (1994), em que, apesar da distancia temporal que nos separa, e das transformações de todas as ordens ocorridas na sociedade, não podemos deixar de reconhecer nossas escolas nesta descrição, pois nelas se conservam traços marcantes da pedagogia e da organização espacial.

Exemplares destes colégios não ficaram restritos ao Território Europeu, com a disseminação da obra jesuítica pelo mundo. Consoante Bazin (1956), são encontrados dois colégios do século XVII no Brasil, conhecidos em alguns aspectos – um, no Rio de Janeiro e outro na Bahia. Do primeiro, poucos são os registros, enquanto o da Bahia, uma edificação que passou mais de vinte anos abandonada depois da expulsão dos jesuítas e, pelo interesse

⁶⁵ Petit (1994, p. 89) assinala que, por volta do ano de 1525, os colégios se disseminaram em toda a Europa. Na Suíça, foram criados colégios protestantes nas cidades de Zurique (1525), Berna (1533), Lausanne (1537), Genebra (1559). A partir do final do século XVI, os jesuítas dirigiam dezenas de colégios na França.

em reutilizarem-se as grandes instalações construídas, foi realizado levantamento gráfico da edificação pelo engenheiro real, José Antonio Caldas, a mando do governador Marques de Valença, para ali se instalar um colégio real.

A disposição do conjunto se desenvolvia com a centralização da igreja, tendo de um lado as escolas e, do outro, as construções dos padres. É nítido o esquema do pátio interno, tanto do lado onde se encontra a escola (A) como no claustro (C). A distribuição de salas de aula demonstra que existia algum tipo de seriação, diferindo da origem metodológica da escola de primeiras letras, cujo método mútuo não determinava a distribuição de alunos em salas separadas.

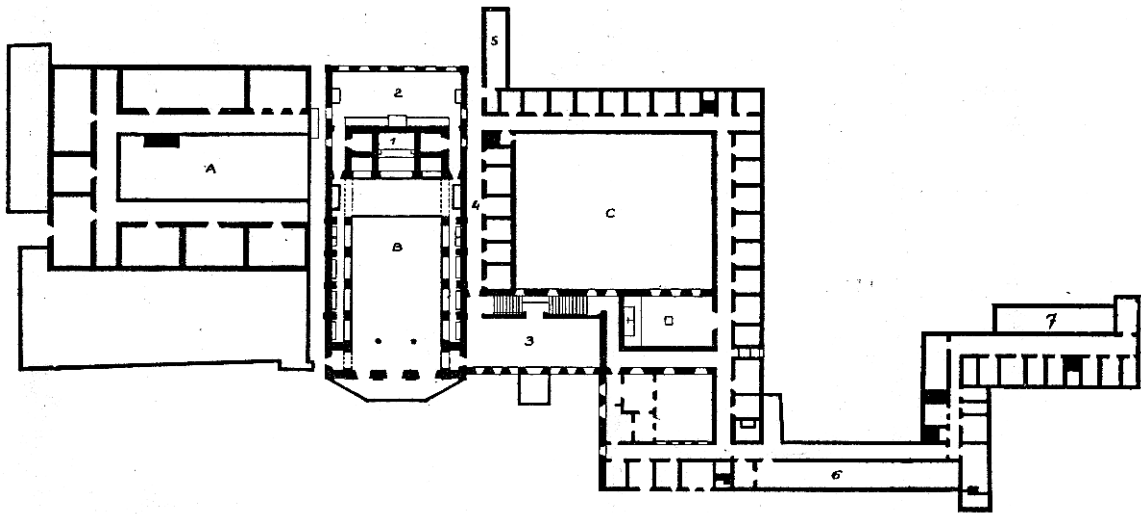


Fig. 24. — *Plan du collège des Jésuites de São Salvador (Bahia) en 1782. (Dessiné d'après un relevé de l'ingénieur José Antonio Caldas, publié par R. C. SMITH dans The Art Bulletin.)*
 A) Pátio dos estudos gerais; B) *église*; C) pátio dos padres; 1) capela-mor; 2) *sacristie* surmontée de la *bibliothèque*; 3) la *porterie*; 4) *corridor des cellules*; 5) *latrines*; 6) *infrmerie*; 7) casa de recoletos; sous le pátio C et à droite de l'escalier, la *chapelle domestique*.

Fig. 3.9: Planta do Colégio dos Jesuítas de São Salvador (Bahia), 1782.

Fonte: Germain Bazin, 1956, p. 76, Fig. 24.

Esta organização espacial com uso de claustro ou pátio, que nos monastérios era elemento articulador dos edifícios e local de contemplação e oração, nos colégios, passa a ser um local de agregação, reuniões, recreio e descanso.

O pátio apresenta muitas formas de análise para configuração do edifício-escola. Insere-se no estudo das tipologias como espaço configurado por quatro planos de fechamento, podendo ser visto com área aberta para iluminação e ventilação dos espaços contíguos, como pode também ser classificado simbolicamente como espaço *panóptico*⁶⁶ de vigilância de Foucault.

⁶⁶ Panóptico é um princípio geral de construção, é um dispositivo polivalente de vigilância, uma máquina óptica universal das concentrações humanas. “É polivalente em todas as suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ocioso”. (FOUCAULT, 1997, p. 170).

A multiplicidade de tipos de edifícios em escala considerável teve início com a Revolução Industrial na Europa. A Arquitetura Escolar – como *atividade educacional*, na classificação dos edifícios feita por Nelson Souza (apud GRAEFF, 1979), é considerada no grupo dos “edifícios de desenvolvimento”, juntamente com os grupos de *atividades culturais* (bibliotecas, teatros, cinemas etc), de *atividades religiosas* (igrejas, catedrais, capelas, templos etc), de *atividades comemorativas* (obeliscos, arco do triunfo, mausoléus, torres etc) e de *atividades recreativas* (clubes, cassinos, praças, parques, jardins etc). O edifício escolar é uma forma que comporta determinada força semântica por meio de signos e símbolos que exhibe, sendo inserido também na categoria de Arquitetura institucional.

3.2 Arquitetura Escolar no Brasil no final do século XIX e começo do XX

Outro aspecto relativo à análise da Arquitetura refere-se à Historiografia da Arquitetura concernente aos *movimentos históricos*, ou seja, sobre as características formais que se constituem resultado da produção arquitetônica no contexto historicista⁶⁷ do período do objeto de pesquisa. Quanto à análise desses movimentos, não é escopo deste trabalho avançar sobre este assunto, mas somente situar o contexto arquitetônico em que se enquadra o tema sob exame.

Com o intuito de se conhecer o “estado da arte” no âmbito desse assunto, realizamos leituras de trabalhos acadêmicos e bibliografia especializada, de modo a conhecer experiências ocorridas em outros lugares do Brasil e do mundo, de modo a se estabelecerem pontos de articulação com o estudo em questão para efeito de comparação.

A definição e a divisão de tendências não são feitas de maneira simples, até porque a própria Modernidade é um conceito por demais complexo. Collins (1981, p. 9) considera que *os limites da história da arquitetura moderna são tão difíceis de definir satisfatoriamente como os de qualquer outra área de história moderna, já que cada época tem uma idéia diferente do que se entende, historicamente por <moderno>*.

Collins admite que há uma unidade ao período de duzentos anos (1750-1950), e que nas mudanças que ocorreram no aspecto dos edifícios durante este período de dois séculos tem sido analisados exaustivamente por Henry-Hussel Hitchcock, do mesmo modo que a

⁶⁷ Segundo Pereira (2005, p. 150), um dos traços recorrentes da Arquitetura historicista é a associação entre determinados programas e estilos, tais como os prédios religiosos e os estilos medievais; ou os monumentos públicos e o neoclássico ou o neorrenascimento; ou os pavilhões voltados para o lazer e os estilos exóticos. Como diz a autora, é uma verdadeira tipologia definida pela relação entre estilo e função.

origem da Arquitetura contemporânea é um tema que tem merecido a atenção de Siegfried Giedion, embora tenha sido complementado por outros autores. Assinala, ainda, que

[...] a mais ortodoxa historiografia especificamente dedicada à arquitetura moderna não deve deixar de considerar os ideais do século XIX, já passados de moda, permitindo ao leitor decidir por si mesmo que idéias todavia são válidas e que aspectos da teoria do século XIX têm sido injustamente esquecidos ou condenados. (OP. CIT., p.11).

Pereira (2005) considera que grande parte da Historiografia da Arquitetura brasileira do século XIX tende a um reducionismo de divisões rígidas entre estilos, coadunando-se com a ideia de correspondência “natural” entre linguagens artísticas e períodos históricos – O barroco predominou na Colônia, o neoclassicismo no Império e o ecletismo na Primeira República.

A prática arquitetônica do século XIX é, no entanto, um conjunto muito mais complexo, em que vários elementos estão imbricados: a persistência de formas e técnicas coloniais; a necessidade de novos programas e funções; a incorporação de materiais importados; a diversificação dos agentes; os novos processos de formação profissional de arquitetos e engenheiros; sincronismo de várias linguagens formais e a apreensão dos estilos então contemporâneos (o neoclassicismo, revivalismos, além do ecletismo e do *art nouveau*). Portanto, foi um período de coexistência de técnicas, programas e estilos do passado e do presente, evidenciando a permanência da tradição colonial, entrelaçada no desejo de modernização e na necessidade de construção imaginária da nova nação (OP. CIT., p. 143-144).

No Brasil, o século XIX caracterizou-se por uma abertura à cultura européia e à francesa em particular. Nesse período, a elite brasileira, de um modo geral, aspira aos valores culturais europeus e às noções vigentes de Modernidade e de civilização, manifestadas nos costumes, nas artes, na moda, com destaque para a Arquitetura.

A influência francesa é, portanto, inegável no Brasil, no entanto, Sousa (1994) discorda de que a linguagem neoclássica tenha sido introduzida no Brasil por Montigny. Sua argumentação procede, quando acentua que a influência desse Arquiteto francês foi mais de âmbito regional do que nacional. Justifica sua posição com base em trabalhos de pesquisadores em vários estados e, de acordo com suas pesquisas locais, a influência francesa não teve origem na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Assinala ainda que, em Belém, por exemplo, o trabalho da pesquisadora Jussara Derenji aponta que a missão francesa teve pouca influência naquela região; no Rio Grande do Sul, segundo Günter Weimer, receberam mestres do neoclassicismo de outro contexto

europeu – a Alemanha e, no Ceará, por sua vez, segundo assinala Liberal de Castro, a utilização de elementos formais neoclássicos tinham o propósito de

[...] conferir à obra um tratamento distinto e até enobrecido, sem grandes investimentos e sem precisar recorrer à ajuda de pessoal altamente especializado [...]

Os projetistas do neoclassicismo cearense não mantinham qualquer vinculação com a Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro. Eram em sua maior parte estrangeiros ou seus descendentes diretos, tais como Paulet, Gouveia, Foglare, Berthot, Théberge, Privat, Seiffert, Herbster e mais uns quantos mestres-de-obras portugueses. (CASTRO, 1987, p. 213).

De uma maneira ou de outra, as características do neoclassicismo estiveram presentes no Brasil por todo o século XIX, como assinala Reis Filho (1976). Depois da independência do País, a Arquitetura da época firmou-se em duas versões: o neoclássico oficial, da Côrte, em sua maioria feito de importações, e a versão provinciana, simplificada, feita por escravos, exteriorizando apenas por detalhes.

Quanto aos espaços escolares, na sua maioria, eram adaptados ou, como disse Segawa (1988), uma “arquitetura reciclada” para uso de estabelecimentos de ensino. O projeto da *Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro* é uma arquitetura que se caracteriza como exceção neste quadro, sendo este o primeiro projeto de Grandjean de Montigny (1776-1850) no Brasil, especificamente projetado e construído entre 1816 e 1826 para a finalidade de ensino. Ainda com alguns elementos desta tendência arquitetônica, vamos encontrar as chamadas *Escolas do Imperador* no Rio de Janeiro.

3.2.1 As escolas do Imperador

No século XIX, segundo fontes historiográficas consultadas, o ensino particular no Brasil suplantava o ensino público, em relação tanto ao número de escolas quanto ao total de matrículas, mesmo porque os estabelecimentos particulares dispunham de ampla liberdade, sem maior controle efetivo do Governo central, sobretudo pela descentralização proporcionada pelo Ato Institucional de 1834. Assim, as escolas e as “aulas avulsas” de ensino secundário proliferavam. No Segundo Reinado, a defasagem persistia.

Foi ao término da Guerra do Paraguai que D. Pedro II, consoante Mello (2010) ganhou uma estátua equestre em homenagem à vitória no Conflito, mas esta foi recusada e, com sua verba, deu início a uma política pública de Educação, fortalecendo, assim, a sua imagem de

um governante engajado nas questões socioeducacionais do País. Propôs a construção de escolas de primeiras letras instaladas em prédios próprios, marco inicial de uma rede de ensino público da cidade do Rio de Janeiro⁶⁸.

O Imperador incentivou a criação de escolas públicas, contudo, o primeiro ato concreto foi realizado pela Câmara Municipal da Corte, ao mandar construir prédio específico para a primeira escola pública de instrução primária – a Escola da Freguesia de Sant’Anna, denominada Escola São Sebastião, demolida em 1938.

Posterior a esta escola, foram construídos na década de 1870 sete prédios no Rio de Janeiro em homenagem ao Imperador: 1 Escola da Freguesia de N. Sra. da Glória; 2 Escola da Freguesia de Santa Rita (Escola José Bonifácio, depois Centro Cultural José Bonifácio); 3 Escola da Freguesia de São Cristóvão (Escola Gonçalves Dias); 4 Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (Escola Orsina da Fonseca); 5 Escola da Freguesia de São José (Escola São José, demolido em 1920); 6 Escola da Freguesia de N. Sra. da Conceição da Gávea (Escola Luiz Delfino); 7 Escola da Freguesia de Sant’Anna.

Estas escolas fazem parte do patrimônio histórico da Cidade e sobre elas podemos apresentar alguns detalhes arquitetônicos que serviram de parâmetros de comparação às demais escolas aqui estudadas.

A primeira delas é a da Freguesia de Sant’Anna, denominada Escola São Sebastião, em homenagem ao santo guerreiro padroeiro da Cidade. Sua arquitetura insere-se nas tendências “classicizantes”⁶⁹, em que o eixo de simetria remanescente do neoclássico, neste caso, também servia para dividir a escola em ala feminina e masculina. A organização espacial se desenvolve com pátio interno, sendo uma ala frontal mais longa, duas outras alas laterais com dois pavimentos; no centro se encontra o relógio incrustado no tímpano da fachada como símbolo da Modernidade. Semelhantes elementos arquitetônicos encontram-se também na Escola Municipal de São Cristóvão – Escola Municipal Gonçalves Dias (Foto 3.6).

⁶⁸ Segundo informações verbais do professor Liberal de Castro, quando estudante da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, onde foi diplomado (1942), conheceu as chamadas *Escolas do Imperador*. Desta forma, tomamos conhecimento da existência destas escolas, o que nos motivou a procurar referências sobre elas.

⁶⁹ Incorporam alguns dos traços gerais do classicismo, como as linhas retas limpas de artificialidades, a simetria e o paralelismo.



Foto 3.4: Escola São Sebastião da Freguesia de Sant'Anna
Fonte: Escolas do Imperador, 2005, p. 27



Foto 3.5: Escola Municipal Gonçalves Dias
Fonte: Guia das Escolas Tombadas, 2008, p. 21

A Escola da Freguesia de N. Sra. da Glória⁷⁰, depois Escola José de Alencar e atualmente Colégio Estadual Amaro Cavalcanti⁷¹, apresenta características semelhantes à primeira. Além de possuir duas escolas, uma para meninos e outra para meninas, este prédio possuía também biblioteca popular e habitação para professores, uma sala para celebração de sessões e conferências literárias e um compartimento para posto de vacinação.

Projeto de autoria do arquiteto Francisco Joaquim Bettencourt da Silva, discípulo de Grandjean de Montigny e professor da Academia Imperial de Belas Artes que ficou conhecido por ter sido o autor de várias obras públicas, como as escolas da Freguesia de Santa Rita (Escola José Bonifácio) e da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho. Inaugurada em 1875, possui características ecléticas.

Localizada na antiga praça Duque de Caxias (largo do Machado) o prédio é constituído de três corpos de dois pavimentos, sendo o primeiro pavimento afastado do rés do chão de 2,20m e altura de 6,60m. A elevação do térreo decorre do uso de piso em tabuado,

⁷⁰ Fatos marcantes aconteceram neste local, relata Carula (2009). Cenário dos finais do século XIX, em pleno bairro nobre da Cidade, chegava a esta escola um *consagrado homem da elite letrada, carregado de livros e anotações a tiracolo, sobe no tablado a fim de falar para cerca de 200 pessoas*. Cheios dos ideais de divulgação do pensamento científico e de se aproximar, via educação, ao mundo civilizado, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e conselheiro do Estado Manuel Francisco Corrêa, iniciou as chamadas *Conferências Populares da Glória* em 1873. Até o Imperador e sua família delas participavam, mesmo que o governo não patrocinasse o evento. Estas reuniões aconteciam duas vezes por semana, às quintas e aos domingos. Embora fossem chamadas de “populares”, a presença da elite era maciça, ao ponto de ser criticada pela imprensa. Estas conferências foram muito importantes na disseminação de novas ideias, principalmente na legitimação daquelas que constituem parte de um projeto de educação científica, tendo prosseguido até o começo do século XX (CARULA, 2009).

⁷¹ A escola foi rebatizada de Amaro Cavalcanti, em homenagem ao prefeito Amaro Cavalcanti Soares de Brito, pelo decreto 1522 de 16 de fevereiro de 1963. Foi tombado pelo do decreto n° 9414 de 21 de junho de 1990. Amaro Cavalcanti Soares de Brito (1849-1922), jurista e político brasileiro que muito contribuiu com a Educação no Ceará, cuja atuação veremos mais adiante. Nascido em Caicó, comarca do Seridó, província do Rio Grande do Norte. Completou e aperfeiçoou seu curso de Humanidades na cidade de São Luís do Maranhão. Concursado para cadeira de Latim da cidade de Baturité, Ceará; dedicando-se aí também à advocacia, depois em toda a Província. Membro do Supremo Tribunal Federal, nomeado Ministro, em decreto de 11 de maio de 1906. Nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 1917, cidade onde faleceu. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=200> Acesso em 27/04/10.

como era comum na época, nas edificações de melhor acabamento. Solução comum em Fortaleza. O segundo pavimento, de 6,20m de altura com entablamento ornamentado, coroado por ático em vasos etruscos nos cantos e interrompido no centro da fachada por um frontão, tendo no nicho as armas imperiais em relevo, nos lados quatro estátuas⁷² representando as Letras, as Artes, o Comércio e a Indústria (RIO DE JANEIRO, 2005).

Com características arquitetônicas ecléticas e monumentalistas, a edificação utiliza-se de materiais, tecnologias e acabamentos nobres para a época como, por exemplo, possuir sobre sua platibanda esculturas do escultor francês Mathurin Moreau. Ao mesmo tempo, deve-se frisar a importância dada à fachada frontal da edificação. Nela, os alisares das esquadrias são em pedra enquanto nas fachadas laterais, estes reproduzem a pedra em pintura (MELLO, U. A. de. ET AL. 2010, p. 5).



Foto 3.6: Escola da Freguesia de N. Sra. da Glória, atual Colégio Estadual Amaro Cavalcanti
Fonte: Escolas do Imperador, 2005, p. 28

As características higienistas da “boa” arquitetura são contempladas nesta edificação, os cuidados com a ventilação cruzada na aplicação de grandes janelas, além da distância do primeiro piso do nível do solo, que tanto destaca o prédio na paisagem, como reduz o contato com o solo, aumentando, assim, o grau de salubridade do espaço construído.

⁷² Segundo a publicação *Escolas do Imperador* (2005), produzida pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, estas estátuas foram produzidas nas fundições de Val D’Osne, na França.

Outra instituição deste rol é a Escola Rivadávia Corrêa, inicialmente denominada “Escolas Primárias da Freguesia de Sant’Anna”⁷³. Teve sua pedra fundamental lançada em 1874 em grande evento com a presença do Imperador e demais autoridades da época. Sua localização privilegiada, no Campo da Aclamação, era área importante na vida da cidade. Sua construção foi iniciativa do Ministério do Império e contou com donativos de particulares, assim como as demais chamadas *Escolas do Imperador*.

Apresenta uma organização espacial mais compacta, caracterizada também pela simetria. É disposta em dois pavimentos, o que propicia uma situação de destaque na sua implantação urbana.

Atualmente, o sobrado histórico do século XIX está tombado como patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro pelo Decreto Municipal nº. 9.414, de 21 de junho de 1990, passando a abrigar desde 2002 o Centro de Referência da Escola Pública do Município do Rio de Janeiro, em cujo acervo tivemos acesso às informações e imagens aqui apresentadas.



Foto 3.7: Escola Rivadávia Corrêa, atual Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Guia das Escolas Tombadas, 2008, p. 29

⁷³ No século XIX, era usual denominar “Escolas” com o nome no plural, para a instituição de ensino que abrigava meninos e meninas num mesmo edifício, visto que eram separadas as alas masculina e feminina.

3.2.2 A chegada da Primeira República e os novos requerimentos sociais

Com a chegada da República, um grande esforço de modificar o estado da Educação encheu os discursos de ânimo e de ideologias estrangeiras. Nos primeiros anos, contudo, poucas mudanças foram notadas. Com a aproximação do centenário da Independência, dá-se um surto de interesse para com o nosso passado e inicia-se, em termos de Arquitetura, um período intermediário entre a importação do *modus vivendi* europeu e o modernismo universal que também já despontava nos centros mais desenvolvidos.

No Brasil, informa Reis Filho (1976), durante a maior parte do século XIX, a arquitetura das residências mais comuns nos centros mais importantes – Rio de Janeiro, Salvador, Recife – bem como as residências urbanas das províncias, apresentavam características neoclássicas de grande simplicidade. A assimilação desta arquitetura, segundo o mesmo autor, ainda que tenha provocado transformações de importância no plano formal, pela precariedade de mão de obra não especializada, ou pelo uso apenas superficial de elementos e pela dependência de importação de materiais, não chegou a corresponder um aperfeiçoamento da construção no Brasil. Conforme Reis Filho, isto aconteceu com a introdução de inovações de técnicas com o ecletismo.

O tempo é um fator preponderante para que as visões embotadas dos preconceitos encontrem lentes adequadas para melhor avaliação de tudo o que se passa. Assim, Patetta (1987) esclarece como a queda dos preconceitos críticos levou a Historiografia da Arquitetura a reavaliar, no final do século XIX, o barroco e, no apagar do século XX, o neoclassicismo e o ecletismo.

Castro (1987) reafirma esta posição referente às edificações urbanas no Ceará, quando assinala que *na prática, o neoclassicismo provincial ficava reduzido a meros indícios simbólicos do estilo, isto é, vergas de arco pleno, com o tímpano preenchido por bandeiras envidraçadas, e platibandas sobrepostas a cornijas de massa, além de rara presença de algum frontão.* (OP. CIT., p. 213).

O neoclassicismo tinha sua estruturação nas bases rígidas distributivas e tipológicas, nos ritmos das estruturas modulares fixadas por Durand. Os fundamentos continuaram mesmo depois das mudanças tecnológicas das estruturas de construção, daí por que Luciano Patetta garante que o século XIX encontrou o seu “próprio estilo” – o ecletismo.

Pateta (1987) aponta o ecletismo como a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa, que dava primazia ao conforto, amava o progresso, as novidades, em especial

quando melhorava as condições de vida, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto.

Mesmo contraditoriamente, foi a exigência da clientela burguesa que obteve progressos nas instalações técnicas, nos serviços sanitários da casa, bem como na sua distribuição interna. Solicitou ainda mudanças nas tipologias nos grandes hotéis, nos balneários, nas grandes lojas, nos escritórios, enfim, soube encontrar um novo patamar de reivindicações até chegarmos aos imponentes pavilhões das Exposições Universais (de Londres – 1851 – e de Paris – 1867-78-79), obtendo a aglutinação de todas as expressões formais em torno do mito do progresso: o Crystal Palace, a Tour Eiffel, Les Galeries des Machines, o Baile Excelsior, os romances de Julio Verne etc. (PATETTA, 1987, p. 13-14).

Fato interessante que o autor levanta é o de que, apesar dos *revivals*, como as igrejas neogóticas na Europa, o desenvolvimento das tecnologias que incrementaram a produção industrial eram encarado no século XVIII como curiosidade intelectual, passando a ser demandado na metade do século XIX, impondo dessa forma uma transformação nas relações econômicas e no canteiro de obras. As estruturas metálicas, por exemplo, vieram modificar toda a concepção arquitetônica, criando entre engenheiros e arquitetos uma dualidade na didática e na prática profissional.

No final do século XIX e início do XX, no Brasil, encontramos as mais diversas tendências. Além do estilo francês, começam a figurar outras tendências, como o ecletismo, que acreditava poder desenvolver uma linguagem nova baseada nas qualidades de várias outras (CZAJKOWSKI, 2000).

De modo geral, apregoamos a ideia de que o ecletismo era de certa forma um *revival* historicista, no qual os estilos eram reproduzidos e misturados a critério de seu projetista. Mais do que isso, o ecletismo foi um instrumento de estética eficiente para a assimilação de novas e importantes tecnologias. Com novos recursos, era possível a adoção de soluções plásticas e construtivas mais complexas. Para os brasileiros, foi um meio de incluir recursos de conforto semelhantes aos vistos nas edificações europeias daquela época (REIS FILHO, 1997).

O cenário econômico no final do século XIX proporcionava uma mudança do eixo econômico do País – o Sudeste. Com o desenvolvimento do café, propicia a ampliação de mercados e a criação de rede ferroviária. As transformações na paisagem urbana e nas formas de construir e habitar assinala Reis Filho (1976), foram influenciadas pela corrente de imigração europeia, iniciada após a supressão do tráfico de escravos, sendo estes imigrantes habitantes e construtores marcantes da arquitetura de onde vinham participar.

Este período foi marcado por incertezas de rumos, visto que o desenvolvimento da indústria pôs em xeque os princípios compositivos, tendo os arquitetos dificuldade de escolha, dilema entre retroceder ou avançar, ficar com a tradição ou superar-se a filiar-se à escola racionalista. No Brasil, além desta dicotomia, conviviam-se com outra questão – a nacionalidade, que produziu outros tipos de encaminhamentos inclusive na Arquitetura.

Arraijada a valorização da “arte tradicional” surgiu um movimento de culto à tradição⁷⁴, tendo como personalidade-chave o português Ricardo Severo, que apregoava a *exaltação da raiz cultural e étnica portuguesa no fundamento da arte brasileira*, atitude compatível da crença republicana e luso-nacionalista com o emergente ufanismo no Brasil do século XX (SEGAWA, 2002).

A pesquisa das raízes coloniais propiciou o desenvolvimento em busca de um estilo arquitetônico tradicional – o neocolonial – rebatimento nacional dos *neos* internacionais ecléticos. Verificando-se, posteriormente, como transição ao Modernismo.

3.2.3 O Movimento Neocolonial e a Arquitetura Escolar: em busca das obras públicas na Primeira República

No final da Primeira República do Brasil, mais precisamente na década de 1920, ao lado do projeto republicano, se desenvolveu, tanto no Brasil como nos países da América Latina⁷⁵ um movimento, no campo da Arquitetura, de busca das tradições nacionais. Neste sentido, na Arquitetura, e conseqüentemente na Arquitetura Escolar, se difundiu o Movimento Neocolonial.

Estranho é constatar que os precursores da arquitetura neocolonial tenham sido estrangeiros radicados em São Paulo, cidade do presente e do futuro, visto que no período colonial seu patrimônio era pouco significativo comparado a outras regiões, como o Nordeste, principalmente os Estados de Pernambuco e Bahia, que contavam com um patrimônio arquitetônico de maior vulto, assim também como Minas Gerais.

⁷⁴ Este movimento teve por base a Arquitetura do período colonial, numa espécie de nacionalismo em oposição às novas idéias chegadas da Europa, como diria Santos, *preconizando como que uma independência da cultura, cada qual procurando reviver formas senão autóctones, pelo menos caldeadas no Novo Mundo ao tempo da colonização – algumas repúblicas como o México e os Estados Unidos chegando a exortar essas formas (“Mexicano”, “Californiano”, “Mission Style”)*. (SANTOS, 1977, p. 98).

⁷⁵ Ver mais sobre os movimentos nacionalistas em outros países da América Latina em: PETRINA, Alberto; A. Brodaric y S. Katz. *Guia Patrimônio Cultural de Buenos Aires 7: Arquitetura Neocolonial*. Buenos Aires: Gobierno de La Ciudad de Buenos Aires, 2007.

A influência da arquitetura colonial luso-brasileiro manifestou-se inicialmente com a presença do engenheiro Ricardo Severo da Fonseca Costa (1869 – 1940)⁷⁶.

O movimento neocolonial iniciou-se no Brasil, portanto, com esse engenheiro português, radicado em São Paulo desde 1902. Dentre muitas conferências proferidas em sociedades de classe, a conferência na Sociedade de Cultura Artística, realizada por ele em 1914 sobre “A Arte Tradicional no Brasil”, foi considerada um marco no desenvolvimento do estilo neocolonial em São Paulo. Nesta conferência, Ricardo Severo enfatizava a contribuição portuguesa na Arquitetura brasileira, indo aos fundamentos étnicos e históricos. Discorreu sobre o tema “Casa Urbana, o Palácio e o Templo”. (LEMOS, 1985).

Além da conferência, a construção de sua residência no estilo neocolonial, bem como a de outras residências da elite de São Paulo, foi um marco na produção desta arquitetura. Bruand descreve esta arquitetura moldada no emprego sistemático de elementos reconstituídos da arquitetura civil portuguesa dos séculos XVII e XVIII:

Varandas sustentadas por simples colunas toscanas, telhados planos com largos beirais, feitos de telha canal e tendo, nos vértices, uma telha em forma de pluma virada para cima (lembrando a moda do exotismo chinês do Século das Luzes), rótulas e muxarabis de longínqua origem muçulmana, azulejos fabricados diretamente no Porto, recobrimdo as paredes das varandas. (BRUAND, 1981, p. 53)

Para Bruand, as residências construídas por Severo, no entanto, não se limitam a uma simples cópia das antigas casas coloniais, mas uma arquitetura tratada com muita liberdade permitida pela técnica contemporânea. Lemos afirma, no entanto, a produção de Ricardo Severo, apesar de possuir bom repertório de desenhos e levantamento de pormenores construtivos da nossa arquitetura tradicional, seus projetos nada mais eram do que estilizações do mais puro barroco lusitano das casas solarengas do norte de Portugal. Sua “Casa Lusa” era uma miscelânea de ornatos barrocos, sem possuir, na verdade, uma diretriz estilística coerente (LEMOS, 1985, p. 156).

Embora o movimento neocolonial tenha iniciado em São Paulo, com a atuação de Ricardo Severo, e seguido por Victor Dubugras, foi no Rio de Janeiro que vai encontrar ambiente propício para seu maior desenvolvimento.

⁷⁶ Nascido em Lisboa, criado no Porto, implicado na Revolução Republicana do Porto (1891), exilou-se no Brasil, onde se radicou. Foi sócio de Ramos de Azevedo em São Paulo. O nacionalismo português, admitido por Severo, podia encontrar boa receptividade no Brasil de então, como explica Bruand (1981, p. 53), “afinal, tratava-se de uma volta à tradição, que jamais tinha sido totalmente esquecida e que podia ser considerada como um manancial característico da personalidade luso-brasileira”.

O médico José Mariano Filho (1881 – 1946)⁷⁷ impulsionou o movimento e levou a uma amplitude maior do que em São Paulo. Embora não sendo arquiteto, sua riqueza e prestígio postos em favor do que chamava “a causa da nacionalidade”, fez do movimento neocolonial sua bandeira. Teve grande influência sobre os arquitetos no período em que foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) no Rio de Janeiro.

Informa Santos (1977) que o citado médico, aproveitando o clima de comemoração do centenário da independência, conseguiu influenciar os arquitetos participantes da Exposição do *Centenário da Independência* (1922), para que fossem executados no estilo neocolonial vários dos pavilhões expostos, como a provar que o neocolonial ganhava adeptos entre arquitetos de maior evidência.

José Mariano Filho teve injunção também na Administração Pública e no setor educacional. Inscrevendo-se na 2ª *Conferência Nacional de Educação* em Belo Horizonte, defendeu a tese em favor do reconhecimento oficial da arquitetura brasileira tradicional, a começar pelos prédios escolares, o que de fato se concretizou na administração de Prado Junior e Fernando de Azevedo, em que os prédios institucionais foram de inspiração neocolonial (OLIVEIRA, 1991).

A mais importante realização oficial no estilo neocolonial, conforme Bruand (1979), foi a *Escola Normal do Rio de Janeiro* (posteriormente Instituto de Educação), obra de Ângelo Bruhns e do português José Cortez, construída no período de 1926 a 1930. No item seguinte, sobre Arquitetura Escolar, serão apresentados detalhes sobre a arquitetura da referida instituição.

O saldo positivo do sentimento nacionalista que havia no movimento neocolonial impulsionou a que intelectuais buscassem a realização de pesquisas sobre a Arquitetura colonial brasileira, principalmente, com viagens de estudos a Minas Gerais, onde figuraram os arquitetos Nestor de Figueiredo, Nereu Sampaio e Lúcio Costa, dentre outros.

Mesmo se considerando as críticas ao movimento neocolonial por parte de muitos arquitetos que cedo aderiram ao movimento internacional da arquitetura moderna, podemos afirmar que foi um movimento positivo, embora, contraditório desde a origem, como afirma Bruand, porque não teve uma real independência, nem um espírito criativo dominante, pelo contrário, foi considerado pelos modernistas um retorno nostálgico.

⁷⁷ José Mariano Carneiro da Cunha Filho (1881-1946), nascido em Pernambuco, médico, historiador e crítico de Arte. Notabilizou-se por sua apaixonada, infatigável e polêmica campanha de longos anos para implantar no País a corrente nacionalista neocolonial como estilo arquitetônico mais adequado ao nosso clima e identificado, nas suas formas tradicionais, com o sentimento brasileiro. (Ver mais em MEC. *Dicionário Brasileiro de artistas Plásticos*. INLMEC, 1977).

O mesmo autor garante ainda, haver, por parte de muitos arquitetos, um desconhecimento dos princípios básicos e da diversidade da arquitetura luso-brasileira dos séculos XVII e XVIII, não se fazendo diferenciação de arquitetura laica e religiosa, nem as várias diferenças regionais.

Nas considerações de Bruand, as características do movimento neocolonial atendiam aos edifícios como igrejas, residências, palácios, mas, em sua essência, não respondiam aos padrões de edificações que a vida urbana começava a exigir, como os grandes edifícios de escritório, fábricas, programas típicos de uma civilização industrial.

A contribuição deste movimento para o contexto brasileiro, contudo, é inegável, ao sabermos que, no primeiro momento levou ao aprofundamento do conhecimento sobre a arquitetura colonial e, conseqüentemente, à ideia de conservação do patrimônio arquitetônico que vinha sendo desvalorizado, não reconhecido e esquecido, quando não demolido. O próprio Bruand considera que

A arquitetura neocolonial foi o símbolo de uma tomada de consciência nacional, que a seguir iria se desenvolver e dar um caráter particular às realizações brasileiras. Por conseguinte, por mais estranho que possa parecer, a priori, o estilo neocolonial constituiu-se numa transição necessária entre o ecletismo de caráter histórico, do qual era parte intrínseca, e o advento de um racionalismo moderno, cuja origem foi a doutrina de Le Corbusier, mas cuja grande originalidade local não pode ser questionada. (BRUAND, 1981, p. 58).

Um dos grandes achados desta pesquisa foi a identificação de uma relação muito grande da Arquitetura Escolar do período em estudo, dos anos de 1920-1930 com a Arquitetura neocolonial, motivo pelo qual temos intensificado a pesquisa no Movimento Neocolonial, influenciando várias cidades brasileiras, inclusive na Arquitetura Escolar de Fortaleza o fato a ressaltar é que as escolas construídas com a Reforma de ensino no Ceará (1922-1923) acompanharam mais de perto o movimento que eclodiu com as comemorações do centenário da Independência, antecedendo, portanto, às escolas do Rio de Janeiro que foram erguidas sob esta tendência com a Reforma de Fernando de Azevedo (1927-1930).

Paradoxalmente, numa visão de hoje, a arquitetura oferecida nas décadas assinaladas para acolher a pedagogia da Escola Nova continha elementos do passado, que, ao materializar escolas supostamente modernas, continham, na verdade, características tradicionais, fazendo das escolas verdadeiros templos e/ou palácios do saber que lembravam outra época: os tempos coloniais (SANTIAGO, 2008).

3.2.4 A Arquitetura Escolar em São Paulo

Conforme a historiografia consultada (SOUZA, 1998; BUFFA, 2002; VIDAL, 2006), se iniciou em São Paulo, ou pelo menos se tem registros sistematizados de uma organização do sistema escolar, pioneiro no Brasil, com a escola graduada.

Naquela época, os estados eram comprometidos com o ensino primário e com o ensino profissional, enquanto a União era a responsável pelo ensino secundário e superior. Foi um período de transformações do ensino elementar, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

O sistema de seriação das classes elementares induziu a um padrão de construções escolares dentro de um espírito de organização de uma rede escolar pública distribuída na malha urbana, tendo início em São Paulo em 1893. Nessa organização do ensino, as concepções pedagógicas iniciais ainda prevaleciam na pedagogia tradicional: princípios de simplicidade; formalismo; memorização; autoridade; emulação e intuição (SAVIANI, 2007).

Essa nova representação da escola, de agrupar num só espaço as chamadas escolas isoladas, constitui-se para a população como uma força simbólica na forma dos grupos escolares, uma presença marcante na cidade. Vidal (2006, p. 9) assinala que os grupos escolares *fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais)*.

A Arquitetura Escolar em São Paulo, no período que vai de 1890 a 1920, pode ser caracterizada pela frase de Cesário Motta Junior – “sem bons prédios é impossível fazer boas escolas”. (BUFFA, 2002, p. 31). O primeiro edifício projetado para abrigar uma escola pública na capital paulista foi o da Escola Modelo da Luz, mais tarde denominada Grupo Escolar Prudente de Moraes, cujo projeto era de autoria de Ramos de Azevedo⁷⁸ (BUFFA, 2002). A economia cafeeira paulista permitiu a construção de escolas com requinte de acabamentos, sendo inicialmente importados não somente os materiais, como também os estilos arquitetônicos (neoclássico e eclético).

Em 1920, os prédios dos grupos escolares, como também o da Escola Normal de São Paulo, segundo Buffa (2002), ainda traziam as características arquitetônicas do neoclassicismo e ecletismo, conforme podemos apreciar na foto do Grupo Escolar de Piracicaba, de autoria do arquiteto francês Victor Dubugras (Foto 3.8).

⁷⁸ Segundo Wolff (1992), Ramos de Azevedo se afirmou como arquiteto na cidade de São Paulo desde o final do Império, com prédios concebidos dentro de uma nova estética monumental e construídos com a técnica de alvenaria de tijolos e compostos com ornamentos neoclássicos que atendiam aos anseios dos governantes.



Foto 3.8: Grupo Escolar de Piracicaba-1895
Fonte: REIS FILHO, 1997, p.134

Este tipo de projeto para grupo escolar com planta compacta, dividida em dois setores para divisão de meninos e meninas, foi iniciado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, para o Grupo Escolar de Campinas, que funcionou como *planta-matriz* para quase todos os grupos escolares construídos no interior do Estado na virada do século, muitos deles desenvolvidos por Dubugras (Wolff, 1992).

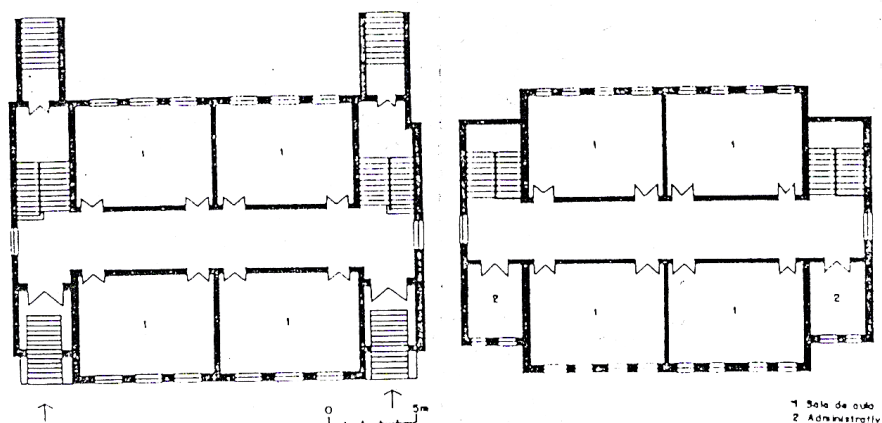


Fig. 3.10: Planta do projeto para Grupo Escolar – arquiteto Ramos de Azevedo
Fonte: CONDEPHAAT In: Wolff, 1992, p. 149

Foi, no entanto, Dubugras que elaborou o recurso de concepção de escolas em série, seus modelos repetíveis. Esta planta compacta, por sua vez, era chamada “planta-tipo”, que se repetia nos diversos terrenos, motivo pelo qual o projeto era dotado de um porão alto, que, além dos fatores de cuidados com a salubridade e higiene, facilitaria sua implantação nos mais diversos tipos de terreno. A fachada, no entanto, era sempre trabalhada de forma diferenciada

e contemplara vários tratamentos formais, desde os detalhes neoclássicos, ecléticos aos neocoloniais.

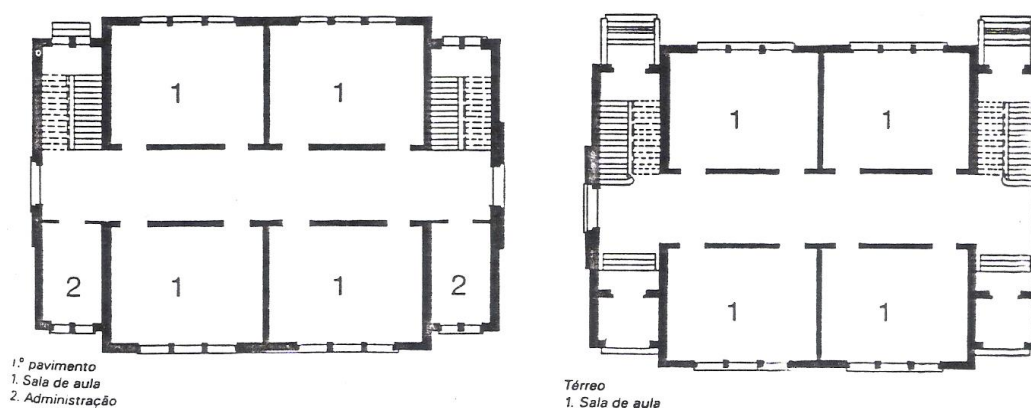


Fig. 3.11: Planta-tipo de projeto de grupos escolares projeto de Dubugras, 1985
Fonte: SEGAWA, 1988, p. 133

Foi com o plano de expansão dos grupos escolares no interior de São Paulo que foi concebido pelo arquiteto van Humbeeck, em atendimento ao pedido da Intendência de Pindamonhangaba, o projeto de um grupo escolar térreo, pelo que para o interior se tornava oneroso o de dois pavimentos. Com planta quadrada em torno de um pátio, para o qual se desenvolve a circulação, reencontra-se assim seu padrão ancestral – o *claustro*, e se mantém a simetria para divisão da escola de meninos e meninas (WOLFF, 1992).

Do renomeado arquiteto Victor Dubugras (1868-1933), cujos projetos de grupos escolares⁷⁹ tinham características neoclássicas e ecléticas, aderindo ao estilo neocolonial, nos seus projetos residenciais, vamos encontrar referências em Reis Filho que atestam a existência de um projeto de escola pública (Ver Fig. 3.12) de 1933, no Rio de Janeiro, de autoria de Dubugras, de características neocoloniais (REIS FILHO, 1997).

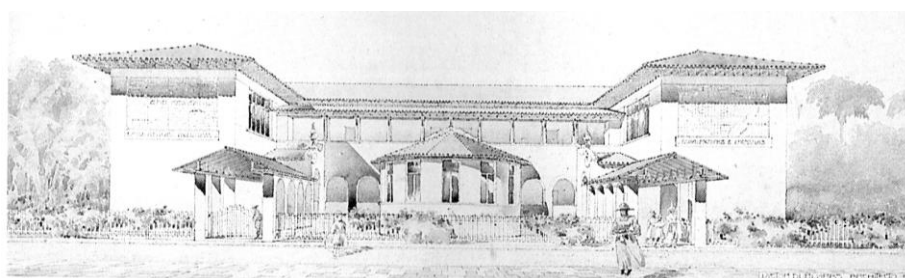


Fig. 3.12: Projeto de Escola Pública – Rio de Janeiro, 1933
Fonte: REIS FILHO, 1997, p.125

⁷⁹ Foram de autoria de Vitor Dubugras os seguintes projetos: em 1895 – Grupo Escolar de Botucatu, Grupo Escolar de Piracicaba, Grupo Escolar de Espírito Santo de Pinhal e Grupo Escolar de Taubaté; em 1896 – Grupo Escolar de Itapira, de São Manuel, Grupo Escolar de São Carlos; em 1897 – Grupo Escolar de Mogi Mirim, Grupo Escolar de Amparo.

Na década de 1920, o movimento dos republicanos e educadores amparados pela preocupação com os princípios higienistas e sanitaristas de um período marcado por epidemias contagiosas, trabalha no sentido de mudanças e reformas educacionais. Somente depois do manifesto de 1932, na era Vargas, quando era diretor geral da Instrução Pública em São Paulo, Fernando de Azevedo, foi elaborado o Código de Educação (CE), o qual contém, segundo Buffa (2002, p. 67), um capítulo específico sobre prédios e instalações escolares, com o objetivo de *propagar a nova política das construções escolares, ampliando em todas as camadas sociais a consciência da necessidade de cada escola possuir instalações pedagógicas que façam dele centro de saúde e alegria, ambiente de educação estética e fator de nacionalização*. (CE, art. 32 apud BUFFA, op. Cit., p. 67)

Deste modo, a *Comissão de Obras Públicas de São Paulo* passou a constituir-se de equipe multidisciplinar, dentre eles educadores, administradores, engenheiros, arquitetos, médicos e higienistas. São claras as recomendações quanto ao programa arquitetônico⁸⁰ dos novos grupos escolares que passaram a ser concebidos a partir de determinações desta equipe.

Além de examinar aspectos técnicos da construção, a Comissão investiu também nos aspectos estéticos, optando pela arquitetura moderna, que já se fazia presente e estaria em consonância com as novas tendências educacionais escolanovistas, em que a escola tem que ser alegre, acolhedora, bonita, espaçosa, higiênica, para possibilitar uma educação integral (IDEM, p. 75). A autora comenta, entretanto, que estes prédios apenas introduziram novos espaços, como auditório e museu, mas as características de estilo ainda eram ecléticas.

Foi somente com os projetos do arquiteto-engenheiro José Maria da Silva Neves que os prédios incorporaram os princípios modernistas, usando formas geométricas simples, adotando o concreto armado, propondo estrutura independente da vedação, pátios internos sob pilotis e grandes aberturas envidraçadas (IDEM, p. 78).

No Grupo Escolar Godofredo Furtado, Buffa nos revela a descentralização da entrada da escola, que, embora marcante, foge ao padrão neoclássico de simetria. Em termos de concepção de custos, este tipo de projeto se tornava mais oneroso aos cofres públicos.

⁸⁰ [...] salas de aulas amplas, claras e bem ventiladas, de seis metros por oito, com pé direito de 3,60m e pintadas entre o creme e o verde claro; dependências de trabalho; um auditório, com área igual `de três ou quatro salas de aula, destinado às mais variadas funções como educação física, jogos, canto, cinema educativo, sala de festas, de reuniões sociais, de assembléia de pais e mestres etc; sala de leitura [...] instalações de assistência médica, dentária e higiênica entre as quais chuveiros para habituar as crianças ao asseio; anexos para administração e para os professores [...].(BUFFA, 2002, p. 74).

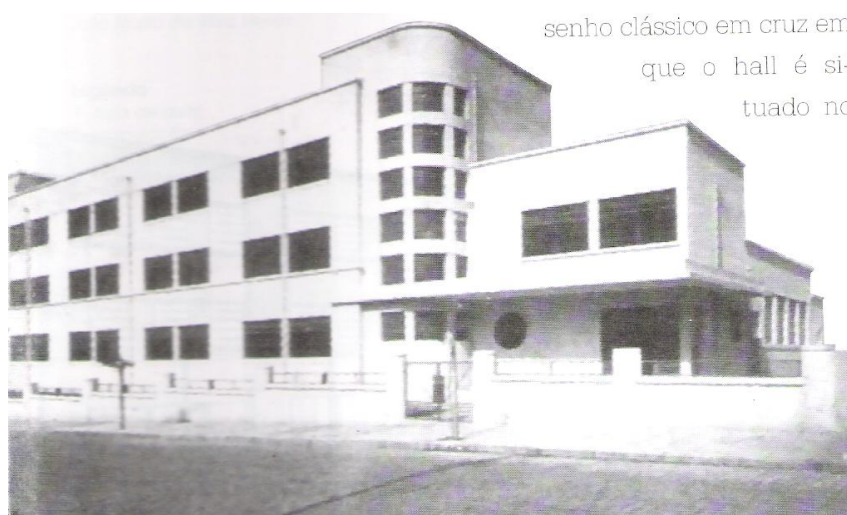


Foto 3.9: Grupo Escolar Godofredo Furtado – Arq. José Maria da Silva Neves
Fonte: Buffa, 2002, p. 82

Podemos visualizar a configuração espacial em forma de “S” nas plantas dos três níveis do Grupo Escolar Visconde Congonhas do Campo abaixo, respectivamente: 1. Planta do térreo com pilotis; 2. Primeiro pavimento; 3. Segundo pavimento. As salas de aulas são distribuídas ao longo de circulações que permitem a total ventilação cruzada.

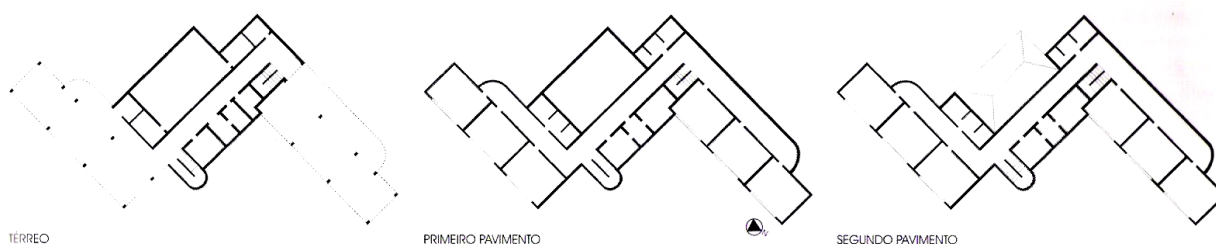


Fig. 3.13: Plantas dos diferentes níveis do Grupo Escolar Visconde Congonhas do Campo – Arq. José Maria da Silva Neves
Fonte: Buffa, 2002, p. 82

Podemos aqui fazer algumas considerações, no sentido de que, apesar do neocolonial ter iniciado em São Paulo, com a atuação de Ricardo Severo, e seguido por Victor Dubugras em projetos residenciais, no que se refere à Arquitetura Escolar, este movimento não teve muita repercussão em São Paulo, dado que, nesta área de projetos de instituições escolares, houve praticamente uma passagem direta do neoclassicismo e ecletismo para o modernismo, tendo, dentro de uma visão atual, uma harmonia de tendências da Educação com a Arquitetura, pelo menos após os prédios construídos por Silva Neves. Foi no Rio de Janeiro, no entanto, que o movimento neocolonial encontrou ambiente propício para seu maior desenvolvimento na Arquitetura Escolar.

3.2.5 A Arquitetura Escolar no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, onde as transformações urbanas aconteceram sob a administração de Francisco Pereira Passos (1902 – 1906), parte do centro antigo foi demolida, e em suas principais avenidas se estamparam exemplares do ecletismo. Nessa época, a modernização significava a mudança da velha paisagem colonial da Cidade para as fachadas ecléticas que ora se erguiam.

Posteriores a estas manifestações e, particularmente, à 1ª Grande Guerra, começaram outras mudanças, desta vez, guiadas por uma busca de identidade nacional. Na Arquitetura, surgiu o Movimento Neocolonial, apresentando-se como uma forte tendência nacionalista, mas portador de uma modernidade controvertida. O clima cultural no Rio de Janeiro era diferente do de São Paulo, pois lá havia uma elite intelectual que não ficava indiferente ao estudo das artes do passado. A Escola de Belas-Artes imitava, até então, a Europa, ignorando as referências coloniais brasileiras. Vindo a tomar consciência do valor da arte luso-brasileira, estes intelectuais passaram a valorizar o Movimento Neocolonial, o que lhe deu impulso e condição propícia ao desenvolvimento.

O Movimento Neocolonial tornou-se arquitetura oficial das escolas no Rio de Janeiro (Distrito Federal). A que se deve este fato? A resposta a esta pergunta nos traz aspectos bastante elucidativos acerca da dimensão nacional inscrita nos projetos públicos dos prédios escolares concebidos pelo Poder Público.

Neste sentido, Oliveira (1991) nos apresenta um panorama do Movimento Neocolonial e sua influência na Arquitetura Escolar e sobre o início de uma rede escolar do então Distrito Federal (DF) de pretensão irradiadora para o País, mesmo que ainda não houvesse no Brasil um mecanismo político unificador da Educação. O período que trouxe Fernando de Azevedo para a direção da Instrução Pública do DF foi de todo modo marcante e bastante referenciado na Historiografia nacional.

Na década de 1920, a área de Educação estava também em transformação e adaptação social, tendo aqui e em vários países a reestruturação do sistema educacional de ensino. A Educação no Brasil se insere nesta renovação fundamentada na escola ativa, iniciando com a reforma de Sampaio Dória (1920) em São Paulo, com Lourenço Filho (1922), no Ceará, foco deste trabalho, que será tratada aqui mais adiante. Fernando de Azevedo assumiu a reforma educacional no DF (1928), sendo ele um educador que considerava a Arquitetura escolar uma das peças cruciais do sistema educacional, a qual deve se enquadrar nos princípios

educacionais e ao mesmo tempo contribuir para a descoberta e preservação das tradições nacionais.

Foi nesse momento, da administração de Antônio Prado Junior, no Distrito Federal, Fernando de Azevedo à frente da Diretoria da Instrução e Washington Luis na Presidência da República, que se encontraram oficialmente a Escola Ativa, os princípios da Escola Nova e o neocolonial. Neste sentido, para a visão modernista dos intelectuais da época, o neocolonial, nascido das aspirações nacionalistas da década de 1920, veio a ser a tendência arquitetônica escolhida para representação das tendências *modernizantes* em prol da Escola Nova (OLIVEIRA, 1991).

O arquiteto Heitor de Melo foi um dos que primeiro adotou o referido estilo nas escolas cariocas. Segundo Paulo Santos (1977), naquela década, o Arquiteto já teria feito vários projetos neste estilo, dentre eles o Grupo Escolar D. Pedro II, em Petrópolis.

Por meio do *Guia das Escolas Tombadas*⁸¹, fazem parte deste estilo, no Rio de Janeiro, as seguintes instituições atualmente tombadas: Escola Municipal Sarmiento⁸², Escola Municipal Uruguai, projeto de Nereu Sampaio e Gabriel Fernandes; a Escola Henrique Dodsworth, no Jardim de Alá, Ipanema; a Escola Municipal Soares Pereira e Escola Municipal Barão de Itacurussá, na Tijuca; e Escola Municipal Estados Unidos.

Fazem parte ainda dos exemplares de instituições escolares de características neocoloniais o Grupo Escolar D. Pedro II e o Instituto de Educação (antiga Escola Normal).

No sentido de melhor elaborar estudo comparativo com as escolas do Ceará construídas com características arquitetônicas semelhantes, foram realizadas visitas e registro fotográfico de algumas destas escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro⁸³.

A Escola República Argentina, hoje Sarmiento⁸⁴, localizada no Engenho Novo, e a Escola Uruguai, em São Cristóvão, apresentam o mesmo projeto, contendo em uma de suas

⁸¹ O Guia das Escolas Tombadas é uma publicação do *Centro de Referência da Educação Pública da cidade do Rio de Janeiro* (CREP/RJ) em sua 2ª edição, 2008.

⁸² A Escola Municipal República Argentina, segundo o *Guia das Escolas tombadas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro* (2008, p. 129), começou a funcionar em 1922, na Rua Turf Club. Em 1929, foi transferida por Fernando de Azevedo, então diretor geral de Instrução Pública do DF, para um prédio em estilo neocolonial, localizado na rua 24 de Maio, no bairro do Engenho Novo. Posteriormente se tornou a sede da Escola Sarmiento.

⁸³ Com autorização da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, de 01 de dezembro de 2010 (em anexo), foram realizadas visitas e feito registro fotográfico de algumas escolas municipais desta Cidade. A iniciativa desta viagem de visitas às escolas cariocas resultou da sugestão do arquiteto, historiador e professor Liberal de Castro, a quem agradecemos esta orientação nossa pesquisa de campo.

⁸⁴ Denominação da escola em homenagem a Domingos Faustino Sarmiento (1811-1888), Presidente da Argentina eleito em 1868. Nascido em San Juan, foi educador, fundador do primeiro colégio para meninas na sua cidade natal. Foi diretor do primeiro colégio normal da América do Sul e defendeu a Educação pública como meio de desenvolvimento. Jurista. Mentor do Plano Nacional de Educação. Literato, autor de um livro básico para os argentinos – o *Facundo* ou, por extenso - *Civilização e Barbárie: a vida de Juan Facundo Quiroga, aspecto físico, costumes e hábitos da República Argentina* (1845). É um romance e ao mesmo tempo um estudo sociológico do país.

paredes uma azulejaria didática, com informações sobre sua construção e outro com os mapas do Brasil e do Distrito Federal. Estas escolas formam, com a Escola Estados Unidos, a trinca de edifícios escolares projetados por Fernando Nereu Sampaio e Gabriel Fernandes no final da década de 1920, na gestão do Prefeito Antonio da Silva Prado Junior.

O projeto das Escolas Argentina e Uruguai, segundo Oliveira (1991, p. 59), responde “aos requisitos modernos de instalações escolares⁸⁵, tanto no que diz respeito à iluminação e aeração, quanto à higiene e pedagogia”.



Foto 3.10: Grupo Escolar Sarmiento
Fonte: CREP/RJ, 2008



Foto 3.11: Grupo Escolar Uruguai
Fonte: CREP/RJ, 2008



Foto 3.12: Grupo Uscolar Uruguai
Fonte: CREP/RJ, 2008



Foto 3.13: Grupo Escolar Estados Unidos
Fonte: CREP/RJ, 2008

⁸⁵ As salas estão completamente isoladas, de maneira a impedir que os trabalhos de uma classe sejam perturbados pela vizinhança das outra; a iluminação natural foi calculada de modo que nas classes não haja nem excesso nem deficiência de luz, pois as janelas basculantes e com réguas móveis poderão regular a passagem dos raios luminosos refletidos; a aeração natural está garantida pela distribuição de aberturas, com janelas basculantes, colocadas em alturas convenientes [...] a pintura dos ambientes em cores neutras que descanssem a vista, e finalmente a colocação de quadros negros, em alturas que fiquem dentro dos limites do campo de visão dos alunos [...] (OLIVEIRA, 1991, p. 59-60).

O primeiro bloco se constitui da parte administrativa e dos gabinetes médicos, enquanto nos blocos posteriores estão as salas de aula comuns.

Outra escola deste período é a Escola Municipal Soares Pereira⁸⁶, que em 22 de março de 1927 teve o termo de entrega do edifício assinado pela viúva de José Antônio Soares Pereira com a determinação de construir para funcionar escola primária e doar para a Prefeitura do Distrito Federal.

Situada na esquina da av. Maracanã com a rua Pinto Guedes, na Tijuca, conforme Czajkowski (2000), apresenta especial interesse no pequeno acesso avarandado, valorizado por seis colunas toscanas lisas de granito e frontão ondulado. As salas de aula do prédio original apresentam pé direito (altura de piso ao teto) de 3,27m até o forro falso de lambri em madeira.

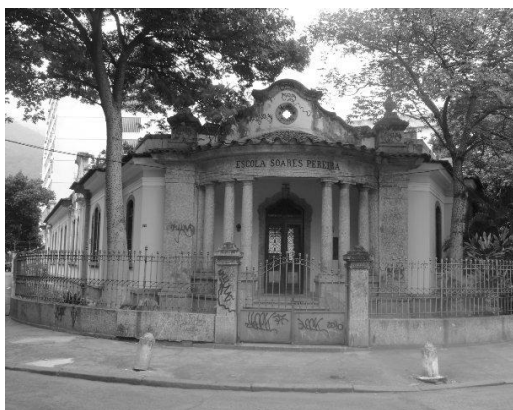


Foto 3.14: Escola Soares Pereira, Cruzamento da av. Maracanã com r. Pinto Guedes, Tijuca, Rio de Janeiro
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 3.15: Detalhe de azulejaria da fachada neocolonial - Escola Soares Pereira, Tijuca, Rio de Janeiro
Fonte: CREP/RJ, 2008



Foto 3.16: Sala de aula - Escola Soares Pereira, Tijuca, Rio de Janeiro
Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 3.17: Detalhe piso da circulação externa em ladrilho hidráulico - Escola Soares Pereira, Tijuca, Rio de Janeiro
Fonte: Foto da autora, 2010

⁸⁶ Atualmente, a escola encontra-se tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal, pelo Decreto 19342, de 27 de dezembro de 2000. Foi acrescentado um prédio moderno na parte posterior do terreno, pelo qual é feito o atual acesso dos alunos.

Esta escola tem sua planta baixa em forma de “V” em razão de o prédio acompanhar o alinhamento externo das faces das ruas que se constituem em ângulo menor que 90°. Exemplifica uma implantação de construção rente à rua, utilizando a esquina como acesso da escola (Ver Fig. 3.14).



Fig. 3.14: Planta Baixa Escola Pereira Soares (prédio original)
Fonte: Guia de Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro. 2000.

Como vimos anteriormente, a Escola Normal do Rio de Janeiro (posteriormente Instituto de Educação), localizada no bairro da Tijuca, à rua Mariz e Barros n.º 273, é considerada pela crítica (SANTOS, 1977; BRUAND, 1997) a mais importante realização oficial no estilo neocolonial. Santos (1997) a considera de grande importância pela demonstração de adaptabilidade do estilo a um edifício de porte monumental. Os largos corredores foram projetados para criar a sensação de liberdade total de movimento, todas as paredes das salas de aula são duplas, o que as torna de melhor qualidade acústica.

As características do espaço interno, com pátio aberto e galerias triplas superpostas, fazem alusão aos antigos colégios jesuítas. Externamente, sua fachada com frontispício central rememora algumas igrejas de conventos em Pernambuco. A simetria absoluta do conjunto enfatiza a tendência clássica e a monumentalidade, embora a fantasia não seja excluída, expressando-se nos detalhes, elementos que caracterizam a expressividade da arquitetura neocolonial (BRUAND, 1997).



Foto 3.18: Escola Normal do Rio de Janeiro - Fachada
Fonte: Foto da autora, 2010.



Foto 3.19: Escola Normal/RJ – Pátio interno
Fonte: por DiegoReis no Flickr www.skyscrapercity.com

Desta forma, podemos dizer que o Movimento Neocolonial no Rio de Janeiro se perpetuou com o projeto da Escola Normal. Passado o tempo, esta edificação, que abriga atualmente o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, é um marco não só da História da Educação, como também da Arquitetura.

Quanto ao estilo arquitetônico neocolonial, vigente na década de 1920, no então Distrito Federal, além de pretender se colocar como estilo oficial para instituições públicas locais, o que aconteceu no Rio de Janeiro em algumas obras, principalmente nas escolas públicas no período de Fernando de Azevedo (1927-1930) na Diretoria da Instrução Pública, viera, antes disso, por ocasião das manifestações de comemoração do Centenário da Independência, influenciar a arquitetura de outras cidades, como é o caso do Ceará, nos projetos de dois grupos escolares projetados em 1922 pelo arquiteto carioca Armando Oliveira nos moldes da arquitetura dita tradicional, bem como outras cidades que aderiram ao tratamento formal na Arquitetura Escolar até a década de 1940, como Curitiba e Belo Horizonte.

3.2.6 A Arquitetura Escolar em outras cidades brasileiras

Em Curitiba, como nas outras cidades, se tornava imperativo o investimento na construção de edifícios escolares, contudo, consoante Bencostta (2005, p. 104), *este investimento, que contribuiu, sem sombra de dúvidas, para o enaltecimento da República tornou-se muito mais uma estratégia de visibilidade do que uma ação que necessariamente democratizaria a escola.*

Nessa cidade, a pesquisa sobre Arquitetura Escolar de Elizabeth Amorim de Castro e Marialba Rocha Gaspar Imaguire apresenta como sendo filiado às tendências neocoloniais o prédio do Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa⁸⁷. É um exemplo desta arquitetura que, embora tardiamente, vem reforçar a difusão do referido estilo nas cidades brasileiras. A entrada é marcada por uma pequena torre, fazendo alusão aos solares coloniais, assim como os grandes beirais, circulações semelhantes às varandas com vãos em arco pleno (Fotos 3.20 e 3.21).

⁸⁷ O prédio da nova sede do Grupo Escolar da Água Verde, cuja construção foi iniciada em 1943, passa à denominação de Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa, pelo Decreto Estadual nº 2.268 de 29 de janeiro de 1946. (Ver mais em CASTRO e IMAGUIRE, 2006).



Foto 3.20: Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa
Fonte: Castro e Imaguire, 2006



Foto 3.21: Grupo Escolar Lysimaco Ferreira da Costa
Fonte: Castro e Imaguire, 2006

Em Minas Gerais, os primeiros grupos escolares iniciaram com o Regulamento de 16 de dezembro de 1906, com a Reforma de João Pinheiro. Para exemplificar esta produção, encontramos o Grupo Escolar de Uberaba, primeiro exemplar deste tipo de instituição de ensino na cidade, inaugurado em 1909, que trazemos como exemplificação destas edificações mineiras que permanecem até os dias atuais configurando-se ainda como escola.

Com planta fornecida pelo governo, segundo Guimarães e Gatti Junior (2008),

Entre a monumentalidade e a precariedade: o espaço físico do Grupo Escolar de Uberaba. Para a edificação dos prédios escolares o governo forneceu os “typosarchitetonicos”, em desenhos que compreendiam “as plantas detalhadas correspondentes” (APM. Coleção das Leis e Decretos do Estado de MG. 1906 p. 162, art. 49 apud GUIMARÃES E GATTI JÚNIOR, Op. Cit., p. 285)).

Os autores acrescentam que o aspecto da monumentalidade é traduzido pelas dimensões da edificação enfatizada pela altura da edificação em virtude de o seu pé direito bastante elevado, além das linhas neoclássicas que se apresentam em sua fachada, destacando-a como única construção deste porte situada na praça pública. Seu valor simbólico de um século de existência na formação de gerações que por ali passaram foi preservado, tombado pelo Patrimônio Histórico do Município de Uberaba.

Veremos como esta planta é semelhante a plantas de grupos escolares de outras localidades no Brasil, onde a ordem de simetria neoclássica ainda impera na feição destes projetos, principalmente pela facilidade que proporciona para a divisão da escola por sexo, havendo sempre uma divisão, neste caso, foi o muro dividindo os pátios.

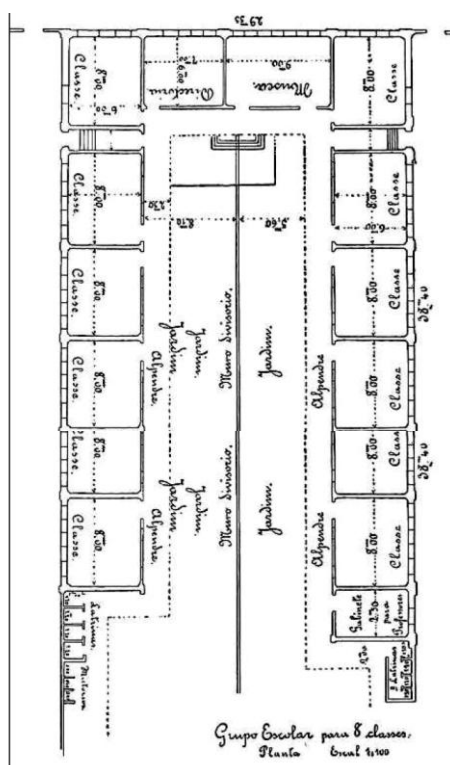


Fig. 3.15: Planta Baixa Grupo Escolar de Uberaba
 Fonte: Guimarães e Gatti Junior (2008)

Posteriormente, nos anos de 1920, em Belo Horizonte, a Arquitetura Neocolonial também se fez presente nos espaços escolares, como vemos no edifício da Escola Estadual Pedro II (Foto 3.22).



Foto 3.22: Escola Estadual Pedro II, em Belo Horizonte construída na década de 1920.
 Fonte: www.vitruvius.com.br/.../textos/resenha254.asp

Assim como as demais cidades brasileiras, Fortaleza, no final do século XIX e início do XX, também tendia a incorporar essas influências dos movimentos da Arquitetura da Europa. Mesmo que tardiamente, a paisagem da Cidade se transformou com obras e reformas num cenário que representa um movimento denominado ecletismo, passando a ser conhecida, posteriormente, nas citações dos historiadores, como a Arquitetura *belle époque* fortalezense,

cuja lembrança é considerada para seus cidadãos como um período de paisagem urbana harmoniosa (CASTRO, 1998).

Marcaram também presença nesta Cidade, nas décadas de 1920-30, obras com características *Art Déco*⁸⁸ e *Mission Style*⁸⁹, que trataremos apenas como neocolonial⁹⁰. No centro da Cidade, vários edifícios foram influenciados pelo Movimento *Art Déco*⁹¹, enquanto ao que se refere ao Movimento Neocolonial, temos como exemplo a reforma do *Parque da Liberdade*, ocorrida com as comemorações do centenário da Independência (1922), reforma esta que proporcionou ao parque um gradil de ferro apoiado em mureta de alvenaria concebida com volutas que lhe conferem um ar colonial, tendo ainda nos portões de entrada a aplicação de azulejos portugueses em azul e branco.

Posteriormente, nas décadas subsequentes, as obras do arquiteto Sylvio Jaguaribe Ekman⁹², das quais, ainda nesta categoria estética, se encontram a residência de Fernando de Alencar Pinto e o Jangada Clube.

Ainda de característica neocolonial foram projetados pelo arquiteto carioca Armando Oliveira os grupos escolares que integram esta pesquisa detalhados no capítulo 5.

⁸⁸ O termo é proveniente da Exposição de 1925 na França – *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels*, conhecida de modo abreviado como *Art Déco*.

⁸⁹ O Professor Liberal de Castro sintetiza as origens deste estilo, recorrendo às antigas *missões franciscanas* e seus conventos erguidos nas Américas Sul e Central. Descreve as edificações com claustros, cujas faces voltadas para o pátio interno aberto eram definidas por uma arcaria formada de arcos de meia volta, paredes de tijolos revestidos de reboco grosso, caiado, sendo o conjunto coberto de telhas cerâmicas de canal sobre madeiramento aparente. No canto se levantava a igreja cuja torre constituía marco vertical de um conjunto que primava pela singeleza, contudo, era destaque na paisagem. Assinala ainda que a distância ds fontes culturais emissoras tanto fizera desaparecer a opulenta decoração barroca das fachadas, característica da arquitetura religiosa espanhola do período, como levava a eliminar, nos interiores das igrejas, os forros de artesoadado, com rebuscados desenhos de longínqua influência muçulmana (CASTRO, 1998, P. 61-62)

⁹⁰ Segundo Castro (1988, p. 28), a Arquitetura *neocolonial* constitui um rebatimento nacionalista do movimento conhecido por *Eclétismo Arquitetônico*, corrente dominante no transcorrer dos oitocentos e nas primeiras décadas do século atual [XX].

⁹¹ Ver mais sobre Art Déco na cidade de Fortaleza em BORGES, Marília Santana. *Quartirão de sucesso da cidade: o Art-decô e as transformações arquitetônicas na Fortaleza*. Dissertação de Mestrado – FAUUSP, São Paulo, 2006.

⁹² Segundo Castro (1998), o arquiteto Sylvio Jaguaribe Ekman (1900-1978) foi figura de destaque no processo de transformação material da Capital cearense nos anos de 1930 e 1940. Sua filiação materna é de origem cearense, sua mãe, era filha do cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho (1847-1927), médico, radicado em São Paulo. Sua filiação paterna é sueca. Seu pai, Carl Ekman (1866-1940), radicou-se em São Paulo, tendo como uma de suas obras de alto significado o palacete da família Penteadado, edificação de feição *Art Nouveau*. Atualmente tombada pelo patrimônio Estadual, abriga a Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. Nascido em São Paulo, estudou em Nice, França, em 1910, e Lausanne, na Suíça, em 1912. Ingressou no curso de Arquitetura da *Escola de Engenharia da Mackenzie*, obtendo em 1922 o diploma de engenheiro-arquiteto. Veio para o Ceará em 1935, permanecendo até 1947. Dentre o conjunto de suas obras no Ceará, estão: o Edifício Carneiro; o Edifício Parente; a loja A Cearense; residência de Fernando de Alencar pinto; o Jangada Clube; Edifício Prudência; o Ideal Clube. (Ver mais em Castro, In: *Separata da Revista do Instituto do Ceará* – 122/1998).

CAPÍTULO 4:

TRADIÇÃO E MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO FINAL DO SÉCULO XIX E NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO CEARÁ

4.1 O Ceará no quadro nacional e nas mudanças na virada do século XIX

O Ceará pode ser apresentado neste período do final do século XIX ao início do século XX sob vários aspectos, dentre os quais escolhemos dois bem distintos, pela relevância no âmbito desta pesquisa: de um lado, um cenário de calamidades decorrentes de fenômenos climáticos e, de outro, um quadro de gente “letrada”, aspirando aos ares europeus.

Poderíamos ainda apresentar o lado das disputas políticas, pela elite que se comprazia no poder, enquanto a população mais pobre sofria em maiores proporções os efeitos das calamidades efêmeras da terra. Muitos são os trabalhos sobre o terceiro ponto, que nos esquivamos de enfatizar, para não perder o foco central deste tópico⁹³. Para fins deste estudo, neste capítulo, priorizaremos os dois primeiros aspectos que consideramos esclarecedores para os nossos objetivos, embora tenhamos que admitir e não podemos omitir as consequências da situação política deste período.

O que se apresenta no Ceará não difere do que Nunes (2007) retrata para a Capital do País, relativizando as proporções em virtude da escala do território urbano dos municípios, onde a “tradição letrada”⁹⁴ se preocupa em como se inserir no mundo “moderno”.

O primeiro aspecto diz respeito à situação de um alegado atraso, onde vários elementos podem ser enumerados, desde as condições da vida no campo desfavorecida pelas próprias condições físicas e dos constantes períodos de estiagem em níveis insuportáveis com seus efeitos nocivos e destruidores de epidemias e pela ignorância e inoperância dos meios políticos do momento, sem planejamentos técnicos e recursos propícios.

⁹³ GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza: Programa Editorial – Casa José de Alencar – UFC, 2000; GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Série A. Documentário – Vol. 5. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971; LIMA, Antonio Claudio Ferreira. *A construção do Ceará*. Temas de História econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008; SOUSA, Simone de (Org.). *Uma Nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *João Hippolyto de Azevedo e Sá: O Espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

⁹⁴ Em palestra proferida pela Professora Juraci Maia Cavalcante no VIII ECHE e publicada no livro *Escolas e Culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais* (2009), ela estabelece a relação de cultura e a “tradição letrada” cearense, comenta que *a tradição letrada do Ceará, no último quartel do século XIX, nos primeiros anos da República e nos primeiros anos do século XX, um período marcante, é um desafio para a Sociologia da vida intelectual*. (CAVALCANTE, 2009, P. 110).

Cruz Filho (1931) mostra de forma clara o que passou o Ceará por todo o longo período de secas intercaladas (em 1804, 1809, 1816-1817, 1824-1825, 1830, 1844-1845, 1877-1879, 1888-1889, 1898, 1900, 1903, 1907, 1915, 1919)⁹⁵ que geraram um verdadeiro ciclo de epidemias e desastres, não só na produção agrícola, como também na criação de animais, tendo maior impacto na vida humana.

Pela sequência de ciclos de estiagem, o Ceará, de certa forma, se tornou conhecido no País como “lugar de seca”, “pobreza”, “gente com fome”, “gente esquelética”. Estes fatos, apesar de efêmeros, foram tão marcantes que passaram a ter lugar inclusive na literatura.

Nesta situação que o Ceará se inseriu no novo regime político da República. Diante de tantos problemas, como assinala Girão (1966) que, assim como a abolição dos escravos, a fome e a falta de condições dos donos da terra, já os tinham há muitos despachados para o sul, a república aporta por aqui como notícia, por um telegrama chegado do Rio de Janeiro a 16 de novembro, onde a substituição de um governador militar Coronel Moraes Jardim, se faria por outro militar Tenente-Coronel Luiz Antônio Ferraz. Tinha como primeiras iniciativas a destruição de símbolos, mudança de nome de ruas, demissão de funcionários, proibição do ensino de religião nas escolas e tudo o que lembrasse a dinastia derrubada.

A despeito disso, segundo Girão, *tantas modificações não iam além da casca, limitando-se, no campo da política, os partidos a trocarem de rótulo, exatamente como seus jornais* (Op. cit., p. 417). Outros autores, como Schueler e Magaldi (2008), também se referem às mudanças republicanas de forma semelhante, o que podemos perceber uma certa homogeneização de comportamento que repercutiu no País com algumas similaridades.

De concreto, nada muda no início, mesmas condições, mesmos métodos econômicos, nenhuma inovação na parafernália administrativa. Na indústria agropecuária, introdução de novos reprodutores sem a adequada orientação técnica, resultando em fracassos no setor. Quanto ao cultivo da terra, como diria Tomaz Pompeu de Sousa Brasil,

O indivíduo que adquirir terras aqui [...] não procura adquirir máquinas, não deseja experimentar processos novos. [...] Não se calculam as necessidades e não se prevêm as carências para a determinação de um

⁹⁵ [...] No decurso do século XIX, foi o Ceará assolado pelas seccas de 1804, 1809, 1816-1817, [...] 1824-1825, em que pereceu cerca de um terço da população da Província, victimada pela fome pelas epidemias e pela guerra civil [...]; pelas de 1830 e de 1844-1845, a segunda grande secca do século, pela de 1877-1879, uma das maiores calamidades de que ha noticia, alliada a epidemias mortíferas; pela de 1888-1889, em que cerca de 60.000 cearenses succumbiram ao flagello ou emigraram; pela de 1898, a que succedeu, no anno seguinte, o mais copioso inverno que teve o Ceará; e pela de 1900, em que o governo da Republica propoz ao Congresso Nacional a abertura de um credito de 10 mil contos, a fim de serem empregados na expatriação dos famintos cearenses...[...] as seccas de 1903, 1907, 1915, custando esta ao Ceará a perda de cerca de setenta e dois mil habitantes entre mortos e emigrados, bem como a de um milhão e meio de rezes; a de 1919, a ultima calamidade sobrevinda, em que os serviços públicos e a caridade particular minoraram ao rigores do flagello (CRUZ FILHO, 1931, p. 170).

capital inicial. Não se procuram os métodos mais econômicos, porém os mais baratos. Não se encara a direção técnica, porém a menos custosa.

E, entretanto, há extensões enormes abandonadas ou barbaramente exploradas, pertencentes a homens de fortuna e até de cultura. [...] Os mais elementares preceitos de agro e zootecnia são inteiramente desconhecidos dos nossos agricultores. [...] A lavoura mecânica, a adaptação da cultura do solo, a rotação, a melhoria das espécies, a higiene dos campos, o beneficiamento dos produtos, a alimentação racional dos rebanhos, tudo fica subordinado a ilustração negativa de tais agricultores (SOUSA BRASIL apud GIRÃO, 1966, p. 421-422)

Na primeira década do século XX, as secas foram mais amenas e no período compreendido entre 1911 e 1920, segundo Alves (1966), o Estado teria apresentado relativa prosperidade e maior índice de progresso se as perturbações políticas não tivessem alterado seu ritmo de crescimento. Registra, no entanto, um movimento educacional ascendente, com escolas distribuídas pelo interior, mas o ensino primário foi, de todo modo, prejudicado pela situação criada pelas tensões políticas que produziram agitações populares ao ponto de ser deposto o governador Nogueira Acioly (1912), prolongando-se até 1914 quando houve a contrarrevolução iniciada em Juazeiro do Norte, culminando com a deposição do governo de Franco Rabelo, passando o Estado com estas disputas e conflitos políticos sem um planejamento efetivo em vários setores, inclusive na Educação.

Em 1915 a reincidência da seca assolou novamente a população, destruindo cerca de 80% da riqueza particular. Esta calamidade de 1915 ficou na história traduzida em literatura pela escritora Rachel de Queiroz, no romance *O Quinze*. O livro que retrata a dicotomia posta no início do capítulo, onde o Ceará é representado pelo flagelo e pela '*tradição letrada*'. A obra de Rachel de Queiroz, além de evidenciar o conflito de sobrevivência do homem e natureza, narra a história de uma jovem que se delicia nos romances franceses.

Nos anos seguintes, quando a situação começou a se normalizar, apareceram mais uma vez em 1919, seca e flagelo, desta vez não tão destruidora quanto a da última, mas que contribuiu para desorganização do ensino no interior. Com os movimentos migratórios, muitas vezes provocados pela expulsão do homem do campo, e mesmo por famílias inteiras que perderam seu gado ou as condições em que viviam em fazendas no interior do Ceará, devido às constantes estiagens, algumas cidades, principalmente Fortaleza, passaram por condições de enfrentamento de situações de emergência, pela ocupação dos retirantes e pelas epidemias que proliferaram.

O segundo aspecto com que se apresentava e se enquadrava o Ceará no cenário nacional, bem diferente do primeiro, é aquele ideal de Modernidade representado por meio dos letrados e ilustres filhos da terra, que circulavam por outras cidades e países. Era comum aos filhos de famílias de posse estudar nos centros urbanos mais desenvolvidos, desde Recife,

dos mais próximos, à longínqua Paris. Entre aos anos de 1832 e 1889, se formaram 280 cearenses na Escola de Direito do Recife e 20 em São Paulo, além dos que tinham contatos e viagens ao exterior, como José Barcelos, Amaro Cavalcanti⁹⁶ e muitos outros que poderiam ser citados.

Girão (2000) comenta que apesar das dificuldades, a vida literária em Fortaleza, no entanto, nunca perdeu a vivacidade que a caracteriza, principalmente desde os tempos da Padaria Espiritual e do Centro Literário, dos fins do século XIX. Esta efervescência cultural neste final de século é ressaltada por vários historiadores e pesquisadores, como Barão de Studart; Raimundo Girão; Plácido Castelo; Djacir Menezes, como também registrada nas inúmeras publicações cearenses entre periódicos da época, bem como nos relatórios dos Presidentes da Província do Ceará. Uma pequena mostra destes movimentos culturais é encontrado no *Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*⁹⁷ (1923) e em outras referências, nas quais são assinaladas associações⁹⁸ literárias, científicas, artísticas, beneficentes e religiosas.

⁹⁶ Por interesse próprio, ofereceu-se, quando ainda era professor de latim em Baturité, a viajar para os Estados Unidos a fim de estudar a experiência da instrução pública americana para aplicação à província (SILVA, 2001). Nos Estados Unidos, teve a oportunidade de cursar a Escola de Direito da Union University (Albany), o que lhe propiciou ao voltar ao Brasil, além de elaborar o Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará (1881) (Disponível em : <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=200>. Acesso em 27/04/2010).

⁹⁷ Este Almanaque é impresso desde 1895. Segundo Dias (2009), o impresso mais longo no Estado do Ceará, 65 anos, organizado pelo ex-tipógrafo João Câmara, como será uma fonte muito citada neste trabalho, faremos uso de uma abreviação, sendo citado *a posteriori* como *Almanach do Ceará*.

⁹⁸ Dentre elas: a *Beneficente Portuguesa*, fundada nesta Capital em 2 de fevereiro de 1872; *Gabinete Cearense de Leitura* (1875); *Clube Literário* (1876); o *Instituto do Ceará*, fundado em 3 de março de 1887; a *Padaria Espiritual*, associação literária, fundada em Fortaleza, à rua Formosa n.º. 105 (1892); A *Academia Cearense de Letras*, instalada em 15 de agosto de 1894 – como Academia Cearense, associação de homens cultos do final do século passado que objetivava inteirar-se, debater e utilizar os progressos culturais da “época do progresso” e reorganizada em 17 de julho de 1922, tendo como seu presidente o dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil e vice-presidente o Dr. Barão de Studart; a *Sociedade Artística Beneficente*, fundada em novembro de 1902; a *Sociedade de História e Geographia do Ceará*, fundada em 11 de julho de 1911; o *Instituto de Protecção e Assistencia á Infância*, fundado em 19 de maio de 1913 por Abdenago da Rocha Lima; o *Centro Médico Cearense* – instalado em 1913 e o *Centro Cívico Literário José de Alencar*, em *Porangaba*, ambos sob a presidência do Barão de Studart, além dos gabinetes de leitura do interior dentre outras associações.

4.2 Influência dos princípios higienistas na organização das cidades

Os princípios do higienismo passaram a fazer parte das questões de bem-estar na vida cidadina na primeira metade do século XIX na Europa, passando os governantes a se preocuparem com os problemas de saúde que afetavam a vida urbana.

No Brasil, contudo, foi na passagem do século XIX e início do XX, como já assinalado, que surgiu um maior cuidado com as condições sanitárias de espaços coletivos, preocupação esta decorrente de inúmeras epidemias que se alastraram em várias cidades brasileiras. As descobertas no campo da saúde foram aos poucos induzindo os poderes públicos a aplicar os princípios da profilaxia para minimizar os efeitos nocivos da falta de higiene.

Sobre o assunto, Jucá Neto (1992) busca avançar na compreensão conceitual das estratégias, das rupturas e das lógicas presentes nas intenções *modernizadoras* dos administradores da Província em todo o século XIX e, depois, do Estado no final do século XIX e início do XX, visto que reconhece no período a formação de saberes especificamente urbanos. Além do mais, antes da metade do século XIX, foram encontradas ações que revelaram desconhecimento das táticas e técnicas científicas que poderiam minimizar as constantes ameaças – epidemias, secas, o acúmulo de migrantes sazonalmente concentrados na área urbana.

A situação de constantes surtos epidêmicos não foi privilégio dos cearenses, pois estas indesejáveis ocorrências estiveram presente em todo o País. Mascarenhas (1973) assinala a situação da saúde pública do Estado de São Paulo, no final do século XIX, como grave pelos surtos de doenças transmissíveis, tais como, varíola, febre tifóide, cólera, febre amarela, tendo o governo do Estado necessidade de implantar imediatamente seus serviços de saúde pública.

Pelas fontes consultadas verificamos obras em andamento e outras já concluídas, demonstrando que, a partir da segunda metade do século XIX, foi notada uma expansão tanto urbana⁹⁹ como das estradas¹⁰⁰ de ligação dos municípios cearenses.

⁹⁹ Construção da Casa da Tesouraria provincial, obra concluída; casa da Assembleia Provincial, obra em andamento; cadeia da Capital, em andamento; calçamento na Capital do caminho que vai do pátio da matriz à capela de N. Sra. da Conceição, correção de alinhamento; aterro e calçadas no pátio interno do Colégio de Educandos; ainda não está completa a obra do Passeio público, tendo sido contratada a construção do gradil e portões de ferro, além do nivelamento do primeiro plano foi concluído; obras do cemitério da Jacarecanga em andamento; contratada a iluminação da Capital com gaz hidrogênio carbonado; contratada obra de encanamento de água potável do sítio Bem-fica para esta Capital, com implantação de chafarizes nas praças: Municipalidade, Garrote, Carolina e Patrocínio (Mensagem do Presidente da Província, Dr. Lafayette Rodrigues, 1864).

¹⁰⁰ Estrada para Baturité, em andamento; ramal da Estrada de Baturité para o Acarape, obra executada; Reparos do aterro da Pacatuba; ponte de ferro sobre o rio Ginipabu e Timbo; ramal de Arronches a Mecejana, concluída; estrada do Maranguape, concluída; ponte sobre o rio Cocó na estrada de Mecejana, concluída; Estrada que liga a Capital a Comarca de Imperatriz, em andamento; estrada de Canindé para Maranguape, ainda em péssimas condições; estrada da Capital ao Aracati, ponte ameaçada de ruir; estrada entre o porto do Aracati e a cidade do Icó, considerada uma das mais importantes da Província na época – por ela se fazia o transporte da produção dos Municípios de S. Bernardo, Telha, Icó, Missão-Velha, Crato, Jardim e Milagres (Mensagem do Presidente da Província, Dr. Lafayette Rodrigues, 1864).

Foi neste período que aumentaram as justificativas de sanear, ordenar o uso do espaço urbano, disciplinar seus habitantes, regular a circulação. Foram questões centrais nas reformas empreendidas nas grandes cidades. No Rio de Janeiro, segundo Veiga (2002), foi criada em 1874 a Comissão de Melhoramentos da Cidade, que propunha a necessidade do *aformoseamento*¹⁰¹ de seus espaços para produzir uma nova estética. Este processo aconteceu em muitas cidades brasileiras que passaram por sensíveis melhoramentos. As ações urbanas já possuíam respaldo científico, mas a guerra contra o Paraguai arrefeceu a euforia, que só retornou com a proclamação da República, principalmente na entrada do primeiro decênio do século XX, quando muitas cidades receberam profundas remodelações e projetos ligados a obras de saneamento.

Importante é frisar, que, embora as conquistas da arquitetura europeia se manifestassem com certa defasagem no Brasil, aos poucos, este atraso foi diminuindo com a inserção da economia nacional no mercado internacional, de modo que o País, depois da Primeira Guerra, passou a acompanhar *pari passu* a evolução internacional da Arquitetura (WEIMER, 1996).

Nesse período, no Ceará, reconhecemos um rebatimento formal dos saberes da ciência, aliado ao comércio direto com a Europa, que apontava para a definitiva autonomia da Província do Ceará em relação aos portos do Recife e de São Luís e estimulava o estabelecimento de novos estrangeiros na Capital cearense, justificando intenções e ações que visavam ao *aformoseamento* de Fortaleza. Aqui nos deteremos um pouco mais sobre a cidade de Fortaleza.

De conformidade com esta nova racionalidade, havia uma busca de padrões parametrizados num processo de normalização, que, no caso cearense, segundo Jucá Neto (1992), se manifestava pela exclusão no espaço urbano do que significasse obstáculo para a adequação de Fortaleza ao novo momento econômico-social. Deste modo, medidas disciplinadoras impunham o reajustamento das práticas populares e o reordenamento físico da Cidade por meio da adoção da "malha xadrez", ou pelo aparato técnico-científico, que iniciava, no período, os primeiros sinais de vitalidade.

Na verdade, o ideal de urbanização, que crescia juntamente com a ideia de progresso, baseava-se na organização espacial, limpeza, ajardinamento, enfim, a valorização do belo, tanto que o termo utilizado era *aformoseamento*, aliado á ação preventiva contra os males causados pelo desordenamento e pela sujeira.

¹⁰¹ *Aformoseamento* equivale ao *embellissement* francês. Liberal de Castro comenta sobre o desaparecimento do adjetivo *formoso/a* no correr do século XX. Em Fortaleza, havia a Praia Formosa e a Rua Formosa (atual rua Barão do Rio Branco). No Rio de Janeiro, havia a Praia Formosa. Em São Paulo, ainda há uma Rua Formosa.

4.3 Transformações urbanas: importação de valores europeus

O século XIX caracterizou-se no Brasil por uma abertura à cultura europeia, principalmente à francesa, como já vimos nos capítulos anteriores. Nesse período, no Brasil, desenvolvia-se a tendência ao *eclétismo arquitetônico*, quando ocorreram profundas modificações na configuração dos espaços das cidades brasileiras mais importantes. Havia uma espécie de euforia civilizatória, em que a França, nas palavras de Castro (1987) era o *centro universal da vida social, da cultura e das artes, a verdadeira capital do Século XIX*. A maneira que o Brasil encontrou de se inserir no panorama europeu foi incorporando os padrões importados daquele país.

No Ceará não foi diferente. Nobre (1999) assinala que o Seminário Diocesano e o Colégio das Órfãs (da Imaculada Conceição), pela origem de suas congregações – francesas, desencadearam um apreciável *francesismo*, que influenciou, de certo modo, a população cearense, notadamente a de Fortaleza nas últimas décadas do século XIX. Castro confirma esta hipótese do *francesismo* pela ação destas ordens religiosas dedicadas ao ensino, em que

[...] no processo de europeização da cidade, sem dúvida, pesou muito a ação dos padres lazaristas do Seminário da Prainha, ligada aos projetos de romanização da Igreja católica no Brasil, e o trabalho das Irmãs de Caridade do Colégio da Imaculada Conceição, envolvido por um direcionamento no campo da educação feminina voltado para o francesismo. (CASTRO, 1987, p. 212).

Tal influência na cidade de Fortaleza¹⁰² pode ser observada no refinamento dos costumes, na moda, na vida social, na preferência por escolas de Literatura e Arte, até nos termos usados pelo segmento letrado da população. Nobre (1999) ressalta que os jornais de Fortaleza dedicavam rodapés a traduções de romances, novelas e poesias originariamente publicadas na França. E logo que foi instituída a Escola Normal no Ceará, José Barcelos pôs à disposição de professores e estudantes, na biblioteca daquele estabelecimento, referências francesas.

Esta ebulição de fatos e de busca de um perfil civilizado conduz a uma necessidade de mudanças urbanas, à valorização da cidade como vitrine da civilização, segundo Castro,

[...] exigindo a modificação dos espaços urbanos, incentiva o surgimento de novas formas que permitissem o conforto ou que favorecessem a exibição das classes dominantes. Seriam, portanto, fatos consequentes tanto a transposição da vida social de uma Europa *belle époque* como a importação. Pelos trópicos, da própria organização formal da arquitetura (OP. CIT, p. 215).

¹⁰² Azevedo (2005) nos apresenta as principais firmas de Fortaleza à época, em que é notada a influência estrangeira, ou até mesmo são estrangeiros os próprios proprietários, como Torre Eiffel (loja de modas), Fotografia N. Olsen, Hotel de France, Casa Bordallo, Pharmacia Pasteur, Bóris Frères, Benjamin Franklin, dentre outras.

Em virtude das limitações econômicas do Estado, a “modernização” pretensa se limitou ao *aformoseamento*¹⁰³ da cidade de Fortaleza no começo do século XX, que aos administradores locais se constituía de ajardinamento de praças e a aparência urbana.

Conforme estudos de Jucá Neto (1992), bem anterior às ações há pouco citadas, estão as recomendações do Código de Postura (1835), instrumento importante para análise histórica das mudanças referentes às práticas e ao espaço físico, pois nele são reconhecidos os

[...] germes delineadores de uma “nova ordem” – racionalizadora e normatizante - determinadora de mudanças no sentido de uma reeducação social e de um reordenamento físico durante todo o século XIX. A “nova ordem” procuraria estabelecer as linhas demarcatórias entre a legalidade e a ilegalidade [...] através de um código municipal, de um tímido processo “civilizatório”, que, por todo o século, promoveu o reajuste das práticas populares tidas como “indesejáveis”, e ainda um processo de “aristocratização” dos setores mais abastados, além do próprio remodelamento da cidade de Fortaleza. (JUCÁ NETO, 1992, p. 28).

O Código de Postura de 1835 faz recomendações para o alinhamento das ruas da Cidade, exigindo pela primeira vez a presença de um “arruador público” nomeado pela Câmara a fim de alinhar as novas edificações a serem levantadas na capital.

Mesmo que sejam reveladas preocupações com o estado de insalubridade pública, por influência, talvez, das posturas municipais do Rio de Janeiro, contudo, ainda não havia até aquele momento influência da Ciência Médica em Fortaleza. Segundo o mesmo autor, um discurso médico-científico ordenador de Fortaleza teve início a partir da segunda metade do século XIX. No Código de Posturas de 1893, haviam determinações de adoção de *padronização formal nas platibandas, obrigatórias nas fachadas de frente, bem como nos vãos de portas e janelas externas*¹⁰⁴. Foi, no entanto, no começo do século XX encontramos uma realização mais efetiva das “ações ordenadoras” urbanas.

Este período, quando existiu certa *harmonia* no conjunto urbano, é lembrado também pela literatura. Em *Mississipi*, de Gustavo Barroso (1961), personagens homens e mulheres, pobres e ricos, nativos e estrangeiros das mais variadas profissões, com seus valores, suas dores, seus anseios, suas decepções, suas alegrias, figuram numa Fortaleza do início do século XX¹⁰⁵ ainda bafejada pelos ecos da *belle époque*.

Fazendo um diálogo com o contexto urbano e a arquitetura dominante na Cidade, encontramos o triunfo do capitalismo emanado principalmente da França, espalhando-se pela

¹⁰³ Sobre este assunto ver mais em Castro (1987); Jucá Neto (1992); Ponte (1999); Borges (2006).

¹⁰⁴ Ver mais sobre o assunto em Castro (1987).

¹⁰⁵ Em Barroso (1961) encontram-se 42 citações sobre lugares, logradouros e edifícios de Fortaleza.

Europa e por todos os países envolvidos pelo processo de ocidentalização, atingindo de certo o Brasil, cuja *belle époque* durou até a Revolução de 1930.

A cidade de Fortaleza ganha significação urbana depois de 1850. A execução da “*Planta Exacta da Cidade*”, trabalho datado de 1859 (com modificações em 1861), depois a “*Planta Topographica da cidade de Fortaleza, Capital do Ceará*” em 1863, a “*Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios*” de 1875, e a publicada em 1888, são atribuídas ao Engenheiro Adolpho Herbster, que respondia pelo cargo de “*architecto do município*”, as três últimas visavam à expansão física programada da cidade (CASTRO, 1994). Possivelmente, a criação das vias circundantes, já na planta de 1963, – *boulevards*: *Boulevard* do Imperador, do Livramento e da Conceição, que posteriormente passaram as denominações de avenida do Imperador, avenida Duque de Caxias e avenida D. Manuel, respectivamente, tenha sido influência dos princípios utilizados nas realizações de Paris, gerida pelo Barão de Haussmann, adaptando-os às condições locais.

Em 1880, a Cidade ganhou serviços e equipamentos urbanos, como o transporte coletivo por meio de bondes com tração animal, serviço telefônico, caixas postais, o cabo submarino para a Europa e, na virada do século. Fortaleza já detinha a sétima maior população urbana do País, passando a tomar medidas de higienização social e de saneamento ambiental, além de executar um plano de reformas urbano com a implantação de jardins, cafés, coretos, monumentos e a construção de edifícios seguindo padrões estéticos europeus. Na praça do Ferreira, eterno coração da Cidade, estavam presentes elegantes cafés.

Por outro lado, havia muitas dificuldades. Por volta de 1914, a pavimentação da Cidade só acontecia nas ruas do centro, não havia o meio-fio nas calçadas. A luz elétrica inexistia, sendo as ruas iluminadas a gás carbônico e o serviço de abastecimento de água chegou em 1912, com a construção das caixas d’água na praça Visconde de Pelotas (AZEVEDO, 2005). Era, portanto, uma cidade de contrastes, assim como o Ceará.



Foto 4.1. Praça do Ferreira (1923)
Fonte: Arquivo Nirez



Foto 4.2. Praça do Ferreira –
Café Java
Fonte: Arquivo Nirez



Foto 4.3. Praça Marquês de
Herval (José de Alencar)
Fonte: arquivo Nirez

Neste contexto, a praça Jose de Alencar, à época Marquês de Herval, passou por profunda reforma, ganhando elementos que lhe imprimiam ares de urbanidade, modernidade e beleza, nos moldes da aspirada Paris de então, principalmente com a inauguração do Theatro José de Alencar (1910), passando a ser o principal espaço cultural da Cidade, consistindo num *locus* privilegiado onde se praticavam patinação, ginástica, ouvia-se a banda de música do Batalhão de Segurança Pública que se apresentava no coreto, dividindo espaço com a igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, os frequentadores da Fênix Caixeiral e da Escola Normal.



Foto 4.4. Teatro José de Alencar

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fortaleza_34_-_teatro_jos%C3%A9_de_alencar.jpg#file



Foto 4.5. Santa Casa de Misericórdia

Fonte: <http://www.santacasace.org.br/>

A praça do Passeio Público é outro espaço histórico, desde a execução de mártires da Confederação do Equador ao espaço elegante dos finais do século XIX e início do século XX, quando se tornou a praça de lazer da Cidade. Ao lado dela, se encontra a Santa Casa de Misericórdia, cuja localização estava de acordo com os preceitos higienistas do século XIX. Esta casa teve destaque nos períodos de seca, apresentando importante papel na prática da Medicina Moderna e preventiva que se consolidou no final do século XIX, atuando, *a priori*, como hospital exclusivamente remediador, ficando os casos epidêmicos a cargo do Lazareto da Lagoa Funda. Dez anos depois da grande seca, a Santa Casa passou a se firmar como um hospital de alta tecnologia ao ser o primeiro no Estado a introduzir o serviço de Radiologia – aparelho de Raios X, ao inaugurar em 1925.

Algumas áreas da cidade, como o bairro da Prainha, foram de muita significação para a cidade nesta época. No primeiro quarteirão, no encontro do antigo Boulevard da Conceição (atual av. D. Manuel) com a antiga rua do Seminário (atual avenida Monsenhor Tabosa), foi criado o Seminário Diocesano de Fortaleza, sendo inaugurado em outubro de 1864¹⁰⁶. Nesta área, que corresponde hoje à praça do Cristo Redentor, antes de 1915 (ADERALDO, 1993), no lado oeste, existiam apenas casebres, quando foi levantado o suntuoso prédio do Círculo

¹⁰⁶ Ver mais sobre o assunto em Castelo (1970).

Operário São José (hoje teatro São José). Em 1922, no centro da praça, foi erguida uma coluna com a imagem do Cristo Redentor em comemoração ao centenário da Independência do Brasil.

Na antiga travessa da Praia (atual rua Boris), perpendicular à avenida Pessoa Anta encontra-se a Casa Boris – “*Théodore Boris & Irmão*”, fundada em 1869, passando posteriormente a ser “*Boris Frères & Cia*”, tendo como sede a cidade de Paris¹⁰⁷.

Entre as décadas de 1920 e 1930, foram inaugurados diversos cinemas, e os bairros como Jacarecanga, Praia de Iracema e Aldeota passaram a ser habitados pelas elites que começam a valorizar a proximidade com o mar.



Foto 4.6. Praça Fernandes Vieira (do Liceu, hoje Gustavo Barroso), no Bairro Jacarecanga. 1940.
Fonte: Arquivo Nirez



Foto 4.7. Descida Av. Jaceguai (1905) Bairro da Prainha
Fonte: Arquivo Nirez

Em relação ao bairro da Aldeota, as personagens do *Mississippi* falavam da valorização dos terrenos que começava a se processar na Cidade. *Na Aldeota, o palmo da testada já subira cento por cento. A usina de eletricidade instalada pela Câmara no primeiro plano do abandonado passeio público precisava expandir-se.* (BARROSO, 1996, p. 89-90).

Vimos como a literatura também pode nos fornecer uma percepção dos costumes, dos dramas sociais, mas também de retratar um pouco do processo de urbanização por que passou Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, quando do seu *aformoseamento* com base em ideias e concepções importadas da acalentada *belle époque* parisiense.

¹⁰⁷ Segundo Azevedo (1991), graças a esta família de comerciantes tem-se hoje a oportunidade de conhecer Fortaleza do início do século, em cerca de cento e sessenta fotografias editadas em dois álbuns em 1908 com o título “Vista do Ceará – 1908”, impressos em Paris.

4.4 Os princípios higienistas e a Educação

Na segunda metade do século XIX, a Medicina ampliou seu círculo de atuação. Assim, a educação emerge como campo conformado pelo discurso médico, uma vez que os médicos passaram a definir regras para a organização e funcionamento da educação escolar. Neste sentido, a atuação de profissionais da saúde também foi um fato na Educação no Ceará. Na verdade, não só na Educação, mas em vários setores, como por exemplo, a participação dos médicos no Código de Postura de 1893, em decorrência de questões sanitárias.

Visto que a Educação era ponto de pauta nas mensagens dos presidentes do Estado, utilizamos esta fonte para percebermos como era tratado tal assunto. Em 1911, o Presidente Nogueira Accioly ressaltava as recomendações do *Congresso Internacional de Hygiene Escolar* realizado em Paris, indicando observar *uma pedagogia Nova, - a pedagogia natural e physiologica, - que revigora a educação intellectual, diminuindo o tempo consagrado ao ensino e ao estudo*. Para isto, era necessário preconizar *ar nas escolas, ar nos pulmões, ar nos programmas*.

Voltamos ao projeto de Alfredo Vidal para as escolas cariocas (1910-1914), que comentamos no segundo capítulo – pois também se refere aos princípios de higiene discutidos no *Congresso de Paris* há pouco citado pelo Presidente do Estado do Ceará em sua Mensagem de 1911. Isto revela como o Ceará não estava desligado da realidade europeia, tampouco o Rio de Janeiro, que apesar de instrumentalizado tecnicamente, não conseguiu de pronto resolver seus problemas de espaços escolares.

Nunes (1996) descreve o projeto escolar de Alfredo Vidal em minúcias, a começar pela determinação do dimensionamento de terreno com a dimensão mínima de 65m por 130m. Quanto às questões de ventilação, deveria ser erguido de forma subordinada às correntes de ar e às condições de boa iluminação. Na configuração espacial, é dividido em *três corpos*: um central (crianças de sete a dez anos), e dois laterais (separados meninos e meninas de dez a 15 anos). Cada compartimento do vestiário no início das salas deveria ser classificado por aulas (leia-se salas de aula) e alunos, organização essa necessária, como Vidal mesmo afirma, para *incutir no espírito das crianças hábitos de ordem e higiene*. Ao lado de cada pavilhão de salas haveria áreas arborizadas para as aulas ao ar livre e modelos e quadros instrutivos executados em cerâmica. As salas de aula seriam isoladas, por uma galeria, em grupos de duas e apresentadas como se fossem *células*. Essas *células* seriam compostas de duas partes simétricas. Cada uma dessas partes constaria de uma sala fechada em três de suas faces, sendo a outra aberta para a área arborizada. Esta solução que conciliava duas tendências

– a das aulas ao ar livre e a das aulas fechadas. Tratava-se de uma *aula semiaberta*¹⁰⁸ que visava a combater efeitos maléficos de aglomeração em recintos herméticos. (OP. CIT., p. 166-167).

Como podemos observar nesta descrição, era uma proposta minuciosa, com detalhes da escola, dentro de uma linha completamente diferente da escola tradicional.

A proposta arquitetônica adotava conceitos de concepção modernista – espaço pavilhonar, cheios e vazios contrapondo toda a tradição de espaço escolar existente até o momento, contudo, não foi concretizado, e para Nunes (1996), talvez não só por conta das dificuldades dos cofres públicos, mas também por dificuldades maiores da Administração Pública de não resolver os problemas básicos e antigos do espaço urbano: habitação, transporte, água, esgoto, escolas.

Enfim, eram projetos e intenções nem sempre realizados. De fato, a escola era lentamente transformada, recebendo novos aparatos, e, de todo modo, como lugar de aglutinação de pessoas, passou a ser preocupação das municipalidades e do Estado com a higiene, principalmente tendo em vista a criação dos grupos escolares que propiciava um número maior de alunos numa mesma escola.

Veremos que na legislação vigente, tanto da Instrução Pública como da Diretoria da Higiene, se faz presente, pelo menos é prescrita a preocupação com a higiene e determinações no sentido de realização de inspeção médico-sanitária das escolas públicas e particulares.

A prescrição sobre a higiene na escola foi mais intensificada no Regimento dos Grupos Escolares de 1907, no qual se apresenta o *Capítulo XV – Higiene Escolar*, Art. 145, que prescreve 21 itens que dizem respeito a várias recomendações, como asseio de todos os cômodos da escola com limpeza diária; lavagem semanal; abertura das janelas também nos horários do recreio; iluminação natural nas salas de aula, preferencialmente pela esquerda da posição do banco do aluno; a água potável a ser bebida deveria ser fervida ou filtrada; vacinação dos alunos; rejeição da presença de alunos acometidos de epidemias; cuidados com a acuidade visual; enfim, uma série de recomendações quanto à higiene a ser cumprida pelas professoras e supervisionada pela direção da escola.

No Decreto nº. 1.643, de 8 de novembro de 1918, que aprova modificações no Regulamento da Diretoria da Higiene, dentre as competências do diretor geral se encontra a de “*organizar a inspeção médico-sanitária das escolas de acordo com o Governo do*

¹⁰⁸ Nos rituais da escola, segundo McLaren (1991, p.265), percebemos dois tipos de sala de aula – as convencionais fechadas e as de “plano aberto” – *originalmente previsto como arena de espaços flexíveis de múltiplas finalidades, onde carteiras, quadros-negros e paredes podiam ser removidos e ajustados, as áreas abertas das escolas eram supostamente adaptáveis a uma ampla gama de opções pedagógicas e estilos de ensino.*

Estado”. E aos inspetores sanitários compete inspecionar, de um modo geral, as construções no que diz respeito aos preceitos de higiene e de salubridade. Nos artigos seguintes do referido regulamento, podemos exemplificar a preocupação com a higiene:

333) O soalho do primeiro pavimento deve ficar afastado do solo, cinquenta centímetros pelo menos.

334) Todos os compartimentos de imovel terão sempre aberturas, portas ou janelas, para o exterior, ou claraboias, de modo que recebam luz e ar directo.

335) Todos os aposentos terão no mínimo trinta metros cubicos de capacidade, sendo de três metros e cinquenta centímetros o seu pé direito¹⁰⁹. (Decreto n.º 1.643, de 8 de novembro de 1918)

Quanto à inspeção sanitária das escolas, o decreto acima considera que

Art. 386. – Este serviço que comprehenderá os estabelecimentos públicos ou particulares de ensino primario, secundario e profissional, terá como objectivo principal a indicação das medidas hygienicas quanto á situação e construcção dos edificios escolares e velar para que na escolha do mobiliario escolar, dos methodos e progressos de ensinios, das posições e attitudes dos alumnos e em tudo mais que diz respeito ás funções pedagogicas, sejam attendidas as regras hygienicas indispensaveis ao bom desenvolvimento physico e mental dos educandos.

§ unico – compete tambem ao mesmo serviço a prophylaxia das molestias transmissiveis, o exame individual dos doentes, alumnos e empregados e a vaccinação e revaccinação do pessoal das escolas.

Instrumentos legais, como o Regimento dos Grupos Escolares (1907) e o Regimento Interno das Escolas Públicas (1915), revelam uma mentalidade higienista e uma cultura escolar moderna. Saber se foi posta realmente em prática é outra questão a ser estudada. No primeiro, temos o *capítulo XV – Hygiene Escolar*, cujo artigo 145 como se adiantou, se constitui de 21 itens relativos à higiene. No segundo documento, de 1915, em seus artigos 26 e 27, também apresenta prescrições semelhantes sobre o assunto¹¹⁰.

¹⁰⁹ Sob tal aspecto difere do Regimento Interno das Escolas Públicas do Ceará de 1915, que em seu artigo 10º, determina que a altura da sala de aula não deva ser inferior a 4m, o que é razoável, em virtude do número de alunos que pode comportar cada sala – sessenta.

¹¹⁰ Art. 26 – Os professores publicos primarios deverão observar as seguintes prescrições relativas á hygiene escolar: 1. A sala da aula e suas dependências devem achar-se em estado constante de asseio. 2. A escola será varrida diariamente. Não convem varrer a secco o pavimento., sendo preferível passar panno ou esponja molhada. 3. O pavimento deve ser lavado semanalmente com liquido antiseptico: as paredes caídas ou lavadas ao menos duas vezes por anno. 4. Os bancos-carteiras serão desinfectados mensalmente e as privadas duas vezes por semana. 5. As latrinas não devem ter communicação com a sala de aula. 6. As fossas devem ser estanques. 7. Para desinfeccção da escola deverão ser observadas as instrucções do Anexo -A-. 8. O ar da sala de classe deve ser constantemente renovado. As janellas ficarão abertas nos intervallos das aulas, todas as vezes que os alumnos deixarem as salas. 9. Depois do recreio e antes de ir para a classe o alumno deverá lavar as mãos. 10. Comvem combater o habito de escarrar no pavimento, o de deitar na respectiva talha os restos deixados nas canecas, como o de levar á boca o lápis para umedecer-o (não sendo elle do uso exclusivo do alumno). 11. A agua potavel deverá ser fervida ou filtrado. 12. Os alumnos affectados de molestias contagiosas deverão ser retirados da escola até que cessem as causas que motivaram tal medida. 13. Verificada doenca transmissivel em algum alumno, deverá p professor prohibir a entrada na escola aos irmãos ou irmãs do alumno atacado e a

Alguns destes aspectos foram lembrados, quando em entrevista com a ex-aluna do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, Yolanda Magalhães de Sousa¹¹¹, que estudou neste estabelecimento no final da década de 1920, ela confirma esta preocupação com as doenças e comenta o comportamento das professoras e da própria diretora na fiscalização do asseio dos alunos.

A Diretora era D. Carmelia Dutra, morava perto de Maranguape, ficava no turno da tarde. Eu tive catapora, quando ia saindo [da escola] ela [diretora] examinava, “vem cá, vem cá, tá com catapora, olha uma bolha no pescoço”. Fui pra casa chorando pensando numa doença terrível. (Risos).

Na década de 1920, o interesse pela disseminação dos princípios higienistas tornou-se uma questão pública, tendo o Dr. José Paracampos, à frente da Diretoria de Higiene do Estado do Ceará, assinalado em seu relatório de 1922. A organização do serviço de higiene e saúde pública determinado pelo então Presidente do Estado, Dr. Justiniano de Serpa, empenhado na campanha contra as epidemias, celebra contrato com a União, cabendo ao Dr. Galvão Gonzaga a direção do *Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Estado do Ceará* (SANTIAGO, 2010).

Quanto à higiene escolar, ressalta a função especial do médico ao lado do educador, bem como a importância da educação física ou motora.

A pedagogia, a sciencia da educação, é muito mais complexa do que, geralmente, se nos affigura. **O médico tem função especial e indispensável ao lado do educador** [grifo meu], sem aquelle, este se encontrará, quasi sempre, desparelhado para o desempenho cabal de sua missão, consoante á moderna orientação dos estabelecimentos escolares.

Decorre isto do principio, hoje comezinho, de ser a educação physica tão necessária quanto a educação intellectual. Sem a primeira não se levará a segunda a bom termo com êxito apreciável (RELATÓRIO da diretoria de Higiene do Estado do Ceará. 1922, p.13-14).

quaesquer pessoas que habitarem a mesma casa. 14. Do mesmo modo procederá quando houver conhecimento de que alguma pessoa da família do alumno está atacada de molestia infecciosa. 15. Aos alumnos que forem matriculados não tendo sido vaccinados ou não tendo signaes de haver soffrido variola, o professor vaccinará ou fará vaccinar, até trinta dias depois da matricula. 16. Os professores evitarão o mais possivel os efeitos da sendetariade nos seus discipulos, permitindo até ode não degenere em indisciplina, o Maximo de movimento na escola. 17. Os professores não consertirão que as creanças leiam tendo os olhos mui próximos ou mui affastados do papel. Os livros devem estar distante dos olhos 0,33.centimetros. 18. Deve-se evitar o emprego de livros impressos em pequenos caracteres que são uma causa de canção para os olhos, e consequentemente, expõem á miopia. 19. As cartas parietaes não devem ter a superficie envernizada. O professor evitará o mais possivel que as creanças as leiam de seus logares. 20. Em relação aos exercicios calligraphicos, impedir que o alumno tome posições viciosas e recommendar mui especialmente a escripta direita em papel direito e com corpo direito. Art. 27 – O professor não deve consentir nunca que o alumno se apresente sujo na escola. Ao começar os trabalhos escolares deve ser o primeiro cuidado do professor verificar o estado de asseios das mãos, das orelhas, do pescoço, dos dentes, do cabelo, da roupa e do calçado de cada alumno, convencendo-os de que a escola é um lugar de respeito onde não se entra sem certo ar de decencia e dignidade. (Regimento Interno das Escolas Publicas do Ensino Primario, 1915, p, 136-137)

¹¹¹ Yolanda Magalhães de Sousa, nascida em 1917, filha da normalista Joana Magalhães. Concedeu-nos sua entrevista no dia 28/04/2009 em sua residência, no bairro do Montese, Fortaleza.

A Lei nº. 1.953, da Reforma de 1922, coaduna-se com a Diretoria de Higiene do Estado no sentido da inspeção médico-escolar, contudo, a contratação de um profissional médico era restrita à capital, como constatamos nos Artigos 5º e 6º da referida lei.

As influências do higienismo, como vimos anteriormente, começam pela figura do médico higienista, diretor da Escola Normal, Prof. João Hypollito, com formação no Pedro II, Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro e estágio/residência em Paris e Londres. Aliado a isto estavam os estudos de Psicologia, os médicos higienistas e os engenheiros com a modernização. A formação dos professores da Escola Normal incluía médicos, engenheiros, advogados ou normalistas¹¹².

Este tema, portanto, perpassa vários setores. Assim como influenciou na transformação das cidades, justificando os argumentos técnico-cientificistas, teve um papel importante na educação, na concepção das casas de escola e dos grupos escolares.

4.5 A euforia da chegada do Centenário da Independência

Além das mudanças urbanas na busca de um *aformoseamento*, ressaltamos ainda a situação em que se encontrava Fortaleza às vésperas do centenário da Independência e os preparativos para esta comemoração. Lendo os jornais da época, temos a impressão de que o “civismo e nacionalismo” estavam à flor da pele, pois tudo respirava comemoração, cada dia era noticiado algo relativo às atividades comemorativas, seja na praça, na escola ou na igreja. Tudo gravitava na órbita das comemorações do Centenário¹¹³. Uma campanha foi feita em prol da coluna do Cristo Redentor, na praça ao lado do Seminário da Prainha, como parte das comemorações. Não sabemos se realmente pelo fato em si, ou se por que, em razão de um momento histórico de fato, inegável, que são os 100 anos de independência do País, e desta vez, ocorrendo na efervescência dos movimentos de intelectuais-cientistas na concretização da República nos anos 1920, era de se esperar ser um grande acontecimento.

O movimento cívico de preparação das festividades do Centenário incluiu as escolas públicas e nos apresenta grupos escolares já organizados em Sobral e Maranguape, pela manchete de jornal de 19 de agosto de 1922 – “As Escolas Primárias nas Festas do Centenário”, onde o professor Lourenço Filho, já como diretor da Instrução Pública,

¹¹² Notas de aula da disciplina *Seminário IV: Tópicos Avançados em Educação – “História e Escola”* do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira/ Faced/UFC com a Professora Juraci Cavalcante (2008).

¹¹³ Talvez por que o jornal mais consultado foi *O Nordeste* (julho/1922 a 1924; 1930), considerado católico e situacionista.

[...] providenciou no sentido de que os Grupos Escolares de Sobral e Maranguape preparem as crianças para festejarem nessas localidades a data do Centenario. Essa preparação consiste em aulas especiaes sobre a grande data nacional e ensayo do hymno da Independencia.

As escolas de arraial desta capital não tomarão parte nas festas escolares de 7 de setembro, por não haver tempo de ministrar ás crianças das mesmas o ensino da gynastica e também porque muitas destas escolas funcionam irregularmente, o que embarçaria qualquer trabalho de preparação e ensino. (*O NORDESTE*, 19/09/22, p.1)

Dentre as ações dos preparativos das comemorações do Centenário, foi contratado o arquiteto carioca Armando Oliveira para elaboração do projeto de remodelação do Parque da Liberdade, criado em 1890, passando à denominação de Parque da Independência, sendo inaugurado por Ildefonso Albano.

No período em que se aproxima a comemoração do Centenário da Independência, as condições começaram a se modificar e se tornar propícias à aquisição de outras ideias e de fornecer melhores condições do ensino primário público.

Na década de 1920, segundo Girão (1984), apesar da seca de 1919, não houve crise. As obras federais e as vias de comunicação já se espalhavam pelo interior ao lado das providências da Administração estadual, que conseguiram atenuar o flagelo. Foi quando a economia fez ver o céu mais azul, a esperança fez crescer a força do cearense.

Ademais, assumiu o governo do Estado o jurista Justiniano de Serpa, conforme Girão, “governo-marco”, que imprimiu mudanças e melhorias há muito necessárias.

Este era o Ceará de então, o “espírito da época”, em que o interesse pelos movimentos literários se fazia presente na vida de pelo menos uma parte da população *letrada*, evidenciando os contrastes de uma terra assolada pela miséria, ignorância e calamidades. Foi neste ambiente, de entusiasmo pela comemoração do Centenário, que o professor Lourenço Filho encontrou o Estado, verdadeiro laboratório para um intelectual observador e perspicaz.

Antes de aprofundar o estudo sobre a Reforma de 1922, algumas perguntas nos fizeram recuar no tempo e explorar um pouco sobre como era a situação da instrução primária no Estado, notadamente em Fortaleza, antes da Reforma de 1922. Que escolas havia? Qual era o panorama da Educação? Como e quando surgiram no Estado os primeiros grupos escolares? Que regulamentos sobre a Instrução Pública existiam? Que tipo de direcionamento referente ao espaço escolar havia nestes regulamentos oficiais? Estas e outras questões sobre o cenário mais específico da Educação no Ceará serão adiante apresentadas e discutidas.

4.6 Tradição e mudanças na educação no Ceará, com ênfase em Fortaleza

A Historiografia relativa ao final do século XIX relata iniciativas de instalação de escolas em salões de igreja, casas alugadas, nas casas dos próprios professores, que eram respeitados pelos pais, e tinham sob seu controle o domínio do conteúdo a ensinar. Sobre esta afirmação, no que concerne ao professor, vimos no Relatório do diretor geral da Instrução do Ceará, Justino Domingues da Silva (1875, p. 207-A5-4) situação oposta, em que os pais não tinham interesse em levar os filhos à escola, e que os retiravam sem nenhum respeito ao mestre. Talvez fossem as escolas em povoados menores, em que os pais tinham nos filhos a mão de obra para o trabalho na lavoura. Ainda não havia a necessidade da instrução para os jovens como aquisição de conhecimento, ante a necessidade do trabalho familiar. Isto é fato, pela necessidade, posteriormente, da escola noturna, forma de reaver o tempo perdido de estudo na juventude.

Aquelas escolas que as províncias, em sua pequena autonomia de ação, desenvolveram, eram também escolas de primeiras letras, dais quais temos notícias do funcionamento no século XVIII, segundo Paiva (2008),¹¹⁴

A **primeira escola primária pública**, implantada em terras cearenses, funcionou em Ibiapina (1784), dirigida pelo Professor José Barros Wanderley, destinando-se a ensinar a ler, escrever e contar. Entre 1759 e 1822, desde a expulsão dos jesuítas até a Independência, foram criadas 27 escolas primárias no Ceará. (P. 643).

Depois da saída dos Jesuítas por força do alvará pombalino, duas escolas primárias foram abertas no Ceará em 1759: *uma na Caucaia, com 142 discípulos de ambos os sexos, alguns já casados. O mestre foi Manuel Felix de Azevedo. A segunda, na aldeia de Paiacus, com 29 meninos e 34 meninas.* (STUDART, v.1, apud MENEZES, 1939). Sendo, portanto, anterior aos dados de Paiva (OP. CIT.).

Quanto ao chamado “mestre-escola”, mencionado no capítulo anterior, era, inicialmente, a figura de um professor austero e distante, porém, Castelo (1970) nos apresenta um quadro de movimento escolar no Ceará de 1822 a 1834, onde já consta a contratação de quatro professoras: Florinda Xavier de Almeida, nomeada em 23.10.1822, para o cargo de professora em Fortaleza; Maria Clara de Jesus Almeida, nomeada em 01.01.1825, também

¹¹⁴ Estes mesmos dados constam nos escritos de Castelo (1942) *História da Instrução e da Educação do Ceará. Revista Instituto do Ceará*. Já em Ribeiro (1982) quando descreve Messejana desde suas origens, assinala que *oficialmente a primeira escola publica que funcionou em Messejana, foi em 1760*. Seria, portanto, anterior à referida por Paiva

para Fortaleza; Dona Maria José de Jesus, nomeada em 17.12.1830, para Icó; e Ana Joaquina da Conceição, nomeada em 06.01.1832, para Fortaleza.

Menezes (1939), baseado em informações reunidas pelo Barão de Studart, refere-se a Dona Ana Clara da Encarnação como pioneira do magistério feminino no Território cearense, nomeada por provisão de 16 de novembro de 1791¹¹⁵, pelo governador da Capitania do Ceará Bernardo Manuel de Vasconcelos. A figura da professora primária foi emergindo ao longo do tempo na escola pública, de forma a se tornar a sua maioria, tendo, porém, no início, muitas dificuldades, inclusive de deslocamento para escolas, principalmente na área rural.

Na escola isolada, tudo dependia do professor, considerando que a tarefa do “mestre-escola” não se restringia a ministrar a instrução. Entre suas atribuições, conforme o Regimento Interno das Escolas Primárias de 1881, estava a responsabilidade também pela *limpeza do lugar e a boa ordem de seus utensílios*. Como sabemos, a escola por vezes vinculada à Igreja, neste período, trabalhava em consonância com o Estado.

No Império, como vimos no primeiro capítulo, foi adotado o método Lancaster, que, segundo Araújo (1978), se tornou obrigatório no Ceará pelo Regulamento n.º 8 de 14 de junho de 1837, assinado pelo presidente Martiniano de Alencar. O autor, que escreve sobre a Educação em Sobral, ressalta que ali o sistema não obteve o sucesso esperado, por absoluta falta de preparação de seus executores.

Comparando alguns dos artigos constituintes do *Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará* (1881) com o método usado nas escolas lancasterianas dos Estados Unidos, veremos que existem muitas semelhanças. Os prêmios aplicados neste método, por exemplo, como o do “*First Boy*”, a medalha de “Primeiro aluno”, era aqui no Brasil também adotado nos regimentos da instrução primária do século XIX.

Com relação à espacialidade e disposição dos alunos em sala de aula, no entanto, ao contrário do que vimos nas escolas ianques, onde que havia o movimento do aluno se deslocando da carteira para os planos semicirculares de recitação das lições e assim avaliados em seu comportamento, as escolas públicas no Ceará, no período Imperial, propunham uma disposição dos bancos de forma a estarem todos à vista do professor e para a ordem e o disciplinamento, mas com a recomendação de que evitassem sua fixidez durante a aula.

Art. 11. Quanto ao material da escola:

§ 1º. Os bancos serão dispostos no salão d’aula sempre e frente do professor, de modo que este possa, mesmo de sua cadeira, inspeccionar todos os actos e movimentos dos alumnos; havendo, porém, comoda

¹¹⁵ Nobre (1999), em artigo sobre o Colégio da Imaculada, assinala a mesma professora Dona Ana Clara da Encarnação como primeira professora e corrige para o ano de 1799 a data de sua nomeação pelo então Governador da Capitania do Ceará.

passagem netre as diferentes ordens de assento (REGIMENTO Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará, 1881).

Havia também a ordem coreografada, como assinala o Art. 14 § 4º. do nosso Regimento – *toda vez que o professor tiver de chamar uma classe á lição, bastará dixer em vóz clara - <classe, numero tal>...; á esta vóz os alumnos deverão levantar-se com ordem e silencio e postarem-se no lugar determinado, em frente do professor.*

A forma participativa, embora não completamente monitorial, se fazia na correção dos colegas, como explicita o § 5º do Art. 14 – *o professor somente deverá emendar por si os erros ou enganoss do alumno, commettidos na lição quando não houver na classe quem os saiba emendar.*

Sousa Pinto (1939), em sua memória histórica sobre a instrução pública primária no Ceará, no que se refere ao regime republicano, assinala que muito se há comentado da *ineficiência do ensino* e das *condições vexatórias do erário publico*, que ele explica, questionando a sua veracidade e comentando a existência de mensagens dos presidentes do Ceará, no final do século XIX, defendendo a ideia de que não se evoluía de uma situação de analfabetismo, mesmo com os gastos realizados, em outros, como é o caso da mensagem do presidente Antonio Pinto Nogueira Accioly (1900), ao afirmar que “*o ensino primário não tem ficado estacionário; com o aumento de cadeiras, que presentemente se elevam a 335, tem-se assinalado um proporcional aumento de matriculas*” [...]

Enquanto isso, o relatório do inspetor escolar, Dr. Valdemiro Cavalcante, da mesma época, sobre a situação das escolas, é de que a maioria das escolas dá a mesma impressão – as escolas publicas do Estado *não correspondem ao sacrificio orçamentário nem ao seu fim institucional*. São desconhecidos pela maioria dos professores e inspetores escolares os regulamentos e as leis de ensino.

[...] contrista ver professores diplomados pela Escola Normal seguirem esse mesmo rumo, esquecendo os ensinamentos que receberam, pela *comodidade* que oferece o processo *taboada cantada* e a aplicação do *método papagaio*, em todas as disciplinas. (SOUSA PINTO, 1939, p. 81).

Assim, tanto nesta memória histórica da Educação, de Sousa Pinto, quanto na leitura dos relatórios e mensagens dos presidentes da Província e, posteriormente, do Estado, percebemos discursos enaltecedores da Educação, colocando-a nos mais altos níveis de preocupação, sem que existissem, contudo, realizações para equacionar os problemas do ensino escolar, os quais, normalmente, não faziam parte da pauta de prioridades dos governos anos após anos.

Na segunda metade do século XIX, principalmente por volta da década de 1870, houve uma efervescência cultural, que se destacou na busca de transformações de ordens diversas, inclusive da Educação. Encontramos na *A Tribuna do Povo* (1870), em Aracati, comentários sobre a problemática da Educação, tendo nas escolas estadunidenses o exemplo de espírito civilizador moderno, denotando que os Estados Unidos eram uma nação na qual se espelhavam os ideais brasileiros no Império. Referindo-se àquele País assinala que lá se encontram *monumentos majestosos*, verdadeiros *palácios da infância*, onde se reflete, como num espelho, a família e a sociedade.

Na opinião de Araújo (1978), o programa de instrução pública do ensino primário neste período, no Ceará, era precário e rudimentar, sem seriação, constando de *educação moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais de gramática nacional, princípios de aritmética com prática das quatro operações com números inteiros e quebrados, decimais e complexos, bem como sistema usual de pesos e medidas da Província e do Império*. Ao ensino feminino eram acrescentados os trabalhos manuais de agulhas e prendas domésticas. Não havia, no entanto, segundo Araújo, maior organização do sistema escolar provincial.

Conforme o mesmo autor, a primeira tentativa de instituir um sistema de ensino para a Província foi iniciativa do presidente Lafayette Rodrigues Pereira, com a Resolução nº. 1.139, de 5 de dezembro de 1864, em que dividiu a instrução pública em distritos literários fiscalizados por inspetores¹¹⁶.

Utilizando como fontes os Relatórios dos Presidentes da Província, constatamos, de um modo geral, muitas queixas, problemas e falta de condições para realizar uma instrução pública primária mais eficaz, contudo, alguns se destacam por anunciar ações positivas e fornecer informações sobre o assunto. Destacamos os relatórios dos anos de 1864, de 1866 e o de 1881, sem esquecer o de 1837, com a iniciativa do Senador Martiniano de Alencar como presidente da Província, de criar, embora sem êxito, a Escola Normal do Ceará, como veremos no próximo capítulo.

O Relatório do presidente Lafayette Rodrigues Pereira (1864) situa os problemas da instrução primária como de maior relevância, lembrando que sem bons mestres não é possível boa instrução e insiste em que os países desenvolvidos, tais como Alemanha e França, onde a Educação primária tem merecido séria atenção, estão em uso as *Escolas Normais, estabelecimentos que são destinados a formar professores*. Mostra, ainda, que, na Áustria, o

¹¹⁶ No relatório do diretor geral da Instrução (1866) constam elogios aos inspetores da comarca da Capital, Juvenal Galeno da Costa e Silva, do inspetor do Aracaty, bacharel Manoel Lopes da Cunha Maciel, do de Inhamuns, João Damasceno Pinto de Mendonça e, do Icó, bacharel Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira. (Relatório do Presidente da Província, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, 1866, p. 25)

sistema é diverso, *forma-se o professor pela prática, não em escolas normaes, mas empregando-o como fiscal, e depois como ajudante ou mestre adjunto.*

Estudo sobre os sistemas educacionais feitos por Victor Cousin, assinalado neste relatório, dá preferência ao das escolas normais. Enquanto, no Ceará, acrescenta que o regulamento de 22 de outubro de 1855 não adotou nenhum destes sistemas.

Nesse relatório, é apresentado um quadro de despesas com ensino primário e secundário na Província. A ilustração resume os gastos denotando quanto o ensino primário demanda custos. Assinala que para a Província, esta despesa com a instrução pública é a sexta parte de suas rendas.

Quadro 4.1
Despesas com Ensino Primário e Secundário no Ceará (1864)

Instrução Primária	Despesas
Ordenados e gratificações aos professores e professoras	70:100\$000
Gratificações aos adjuntos	240\$000
Aluguel de casa para escolas	5:380\$000
Utensílios para as mesmas	3:000\$000
Subtotal	78:720\$000
Instrução Secundária	Despesas
Com a instrução secundária	17:700\$000
Total	96:420\$000

Fonte: Transcrição de dados do Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1864.

A instrução primária em 1864, segundo o mesmo relatório, contava com 114 cadeiras de ensino primário, sendo 84 para sexo masculino, 30 para o feminino, sendo a instrução primária dada em 33 aulas particulares, das quais 23 do sexo masculino e dez do feminino.

Ainda neste relatório, pela transcrição do Relatório da Diretoria da Instrução Pública daquele ano, encontramos a declaração de que a única casa de escola de prédio “próprio” é a *que se denomina do ensino mútuo e que funciona a escola do Professor Joaquim Alves de Carvalho, todas as demais escolas da Província, quer de sexo masculino, quer do feminino, funcionam em casas de alluguel, que paga o governo.*

Quanto às escolas particulares, assinala a existência de importantes instituições: o *Atheneu Cearense* e o *Colegio de Educandos Artífices*, cujo relatório do diretor é fonte de informações sobre o programa, aulas de primeiras letras e música, faz alusão a ginástica, com o subtítulo – *A gymnastica como elemento de educação*¹¹⁷, mostrando a importância da

¹¹⁷ [...]” a educação physica vem em auxilio da natureza [...]. Sem duvida que a educação physica augmenta-nos as forças do corpo á vista de um regimen severo e exercícos saluitares, que por sua vez nos vigoram conjuntamente a saude. [...] Para se obter, porém, um fim proposto, é indispensável a applicação dos meios adequeridos. Estes meios devem formar um systema, e este systema, applicado methodicamente. O método,

ginástica na complexa obra da educação, como integrante de um sistema, sugerindo, inclusive a criação de um *gymnasio normal* onde seria treinada a ginástica na complementação da educação intelectual e moral.

Vimos que as dificuldades são muitas, mas, nessa época, percebemos algumas iniciativas de recomendações sobre a adoção de escola normal e de formação de professores também para a Educação Física, no que a Lei n.º 1138, de 5 de dezembro de 1864, parece trazer novos rumos na Educação, algumas referências são feitas a esta lei no sentido de inovações na educação, inclusive a construção de uma escola-modelo.

Neste mesmo pensamento, o então presidente da Província faz viajar para Bahia o diretor da Instrução Pública, Professor José Barcelos, para verificar *o método seguido na escolla modelo d'aquella capital, a qual consta ser uma das que mais teem medrado no Imperio*. (Relatório do Presidente da Província, Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, 1864, p. 24).

Em 1866, segundo o Relatório do presidente da Província, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello¹¹⁸, encontrava-se em execução a obra da *Escola Modelo*,

Acham-se promptas as obras grossas de pedreiro e a coberta do edifício destinado á eschola-modelo, cuja construcção foi autorizada pela lei n.º 1138 de 5 de dezembro de 1864.

Estas obras, executadas administrativamente, importaram na quantia de 13:466\$074, inclusive as duas prestações recebidas pelo engenheiro Herbster para as obras de carpintaria.

O edificio compõe-se de um vestíbulo, duas salas, e um salão que tem capacidade para admitir cem alunos. [Grifo nosso]. (P. 35).

As evidências nos levam a crer que, na Província, mesmo com todas as precariedades de recursos e de formação de professores, tivemos algumas iniciativas como a autorização de construção de prédio destinado ao funcionamento de uma escola-modelo em 1864, com o intuito de que os professores aí tivessem uma formação técnica. O dimensionamento de ao menos um salão para “cem alunos” indica que ali seria utilizado o método mútuo. Percebemos ainda que a descrição deste edifício é a mesma de outras escolas públicas que veremos adiante, referidas no Relatório do Presidente, Sr. Eneas de Araújo Torreão em 1888.

No ano de 1871 apareceu novamente insatisfação com as condições da instrução pública, pois se referia à Lei n.º 1.138 de 1864, como não mais suficiente aos ideais da

porém, pressupõe a sciencia, e a sciencia da educação physica da mocidade tem por base a gymnastica”. (Relatório do Diretor da Escola de Educandos In: RELATÓRIO do Presidente da Província, 1864, A5-8)

¹¹⁸ Consta neste relatório a existência de 117 escolas de instrução primária, sendo 86 do sexo masculino e 31 do feminino. Havia 39 aulas particulares de instrução primária, das quais 27 do sexo masculino e 12 do sexo feminino. O ensino de primeiras letras era igualmente dado na Capital nos estabelecimentos: Colégio de Educandos, frequentado por 69 alunos; Companhia de Aprendizes Marinheiros, 96 meninos e Colégio de Educandas, fundado pelo Exmo. Prelado Diocesano, com 70 meninas, todas internas (Relatório do Presidente da provincia, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, 1866. p. 26).

instrução, assinala que “*a resolução [...] de 1864 exige em verdade certa pratica e como que um aprendizado durante, pelo menos, seis mezes em uma das escolas do ensino primario da capital. É isto, porém, insufficiente.* (RELATÓRIO do Presidente da Província Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, 1871, p. 14).

Havia reclamações, também, sobre a inspeção escolar (Resolução Provincial n.º 1.381 de 23 de dezembro de 1870, que autorizou o Presidente a reformar a instrução primária pública), que substituiu a dos distritos literários de 1864, contando apenas com três inspetores, considerando-a *quase nenhuma* para atender a 172 aulas distribuídas num território extenso e com deficiência de estradas. Neste sentido, percebemos um retrocesso na inspeção da instrução cearense. Uma inovação, contudo, foi sugerida neste período – as escolas noturnas.

No Relatório do vice-presidente Cunha Freire, de 1871, observamos a preocupação com a instrução daqueles que já passaram da idade escolar, então trabalhadores. Percebemos aqui a iniciação da escola noturna que aos poucos foi se tornando realidade. No ano de 1872, além da escola noturna da Capital, foram criadas uma em Sobral e outra no Crato¹¹⁹.

Dando continuidade à leitura de mensagens dos presidentes da Província do Ceará, um dos relatórios ricos no que se refere à instrução é o do presidente Pedro Veloso (1881), que empenhado em melhorias na instrução pública, nomeou comissão para que fosse formulado um projeto de reforma da instrução, sobre as bases da Lei n. 1790, de 28 de dezembro de 1878, sendo esta comissão formada pelo diretor geral da Instrução Pública e pelos professores Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, João Brígido dos Santos e José Barcellos¹²⁰. Em seu relatório, apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará, o Presidente há pouco citado, assinala a situação das escolas públicas. Havia na Província 209 escolas publicas de instrução primaria sendo: do sexo masculino – 105; do sexo feminino – 88; mistas – 16; destas, acham-se providas efetivamente – 182; interinamente – 18; vagas – 9. Eram 203 os professores da Província, sendo: homens – 103; mulheres – 100; efetivos – 185; interinos – 18; avulsos – 2; adido – 1; em suas cadeiras – 200. Admitindo que

¹¹⁹ Consta no Relatório do conselheiro Barão de Taquary, ao passar a administração da Província do Ceará ao comendador Joaquim da Cunha Freire, 2º vice-presidente da mesma, em 8/01/1872.

¹²⁰ Homens importantes que mereciam rastreamento de biografia, são sujeitos protagonistas, integrantes da elite letrada do Ceará à época. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1852-1929), cearense, formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Defensor da educação técnica no campo, tendo em vista uma formação científica para a agricultura. Representou o Ceará na Exposição de Chicago em 1909; José Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1842 - 1908), cearense, fez seus estudos secundários no Liceu do Ceará, formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi deputado pelo Partido conservador em 1872 e 1878. Foi também Inspetor Geral de Instrução Pública, professor de latim no Liceu do Ceará. Foi agraciado com o grau de *Cavalheiro da Ordem de Christo*, por serviços prestados à instrução primária (ABREU, 1932); João Brígido dos Santos (1829-1921), nascido no Espírito Santo, jornalista, advogado, publicista, cronista histórico. Responsável pelos primeiros estudos e publicações a respeito da História do Ceará.

a população da Província fosse de 750.000 habitantes, teremos que havia **uma escola para 3.636 habitantes** [Grifo nosso]. (RELATÓRIO Presidente da Província, 1881. p. 59)

Esta relação de proporção de número de escolas para número de habitantes era considerada um grande problema a solucionar, e se agravava quando em comparação com outros países, conforme quadros apresentados neste mesmo relatório:

Em Hespanha há	1	escola para 600 habitantes
França	1	500
Baviera	1	500
Itália	1	500
Hollanda	1	500
Inglaterra	1	500
Suissa	1	300
Estados-Unidos	1	160
Prússia	1	150
Portugal	1	1500

(RELATÓRIO Presidente Pedro Veloso, 1881. p. 59)

Sendo os Estados Unidos considerados um dos países bem mais situados nesta questão à época, o referido relatório ainda assinala a situação de vários estados ianques, em que esta proporção oscila entre uma escola para 105 a no máximo 800 habitantes, a saber:

Califórnia	1	Escola para 305 habitantes
Connecticut	1	236
Illinois	1	124
Indiana	1	151
Jowa	1	105
Kansas	1	194
Kontuky [Kentucky]	1	202
Maine	1	186
Maryland	1	405
Massachussets	1	243
Michigan	1	119
Minesote	1	118
Missouri	1	206
Nevada	1	806
New-Hampshire	1	110
New- Jersey	1	373
New- York	1	161
Ohio	1	120
Pensylvania	1	198
Rhode-Island	1	328
Vermont	1	80
West-Virginia	1	207
Wiscansin	1	119
Districto de Colombia	1	700

(RELATÓRIO Presidente Pedro Veloso, 1881. p. 60).

A apresentação destes quadros comparativos com a situação de outros países denota, tanto uma preocupação com os rumos de nossa instrução, como também uma visão moderna dos governantes, de uma análise do contexto, tendo como base os países considerados mais atuantes e modernos em matéria de ensino.

Conquanto a instrução pública do Ceará no final do Império apresentasse uma escola para 3.636 habitantes o que, aos olhos de hoje, é “deficitário”, contava, porém, com a Escola Normal e o Liceu, escola de formação de professores e de ensino secundário, respectivamente.

O Liceu do Ceará, criado pela Lei nº 304 de 15 de julho de 1844, não faz parte do nosso objeto de estudo, por ser de ensino secundário, contudo, não podemos deixar de assinalar dois pontos sobre esta instituição: primeiro, é uma das instituições mais tradicionais de ensino do Ceará. Dela saíram muitos letrados, que ingressaram nos cursos superiores. Segundo, é importante ressaltar que no período imperial foi estabelecida a construção de prédio destinado ao funcionamento do Liceu e, para este tipo de instituição de ensino secundário, vamos encontrar a sistematização do ensino com divisões de sala de aula, verificando que o ensino secundário se desenvolvia desde o princípio com a especialização que se usa hoje pela diversidade e nível do conhecimento de ensino.

Tendo inicialmente se instalado no dia 19 de outubro de 1845, na sala do sobrado de Odorico de Arnaut, somente em 1872 teve a autorização para que se “adquirir um prédio que ofereça as necessárias acomodações, para servir de Liceu, bem assim, vender o em que funcionava.” (CASTELO, 1970, p.130).

Saboia (1995) assinala que o Liceu passou a ter sede própria, prédio construído pelo tenente João Arnoso na Praça dos Voluntários, inaugurado a 15 de março de 1894.



Foto 4.8: Prédio do Liceu na praça dos Voluntários
Fonte: Saboia, 1995, p. 86



Foto 4.9: Prédio do Liceu na praça dos Voluntários
Fonte: Bezerra de Menezes, 1992, p. 47

Sobre a nova sede do Liceu, Castelo (OP.CIT. p.325) comenta suas características, onde confirmamos a existência das salas de aula separadas:

Belo edifício, constava de oito salões, cinco para aulas, um para diretoria, um para secretaria e outro para o arquivo; tinha varanda fechando o fundo de toda a largura da frente, com 24m96, para assistência dos estudantes. [...] Os dois primeiros prédios onde funcionara o Liceu foram demolidos [...]. O Ceará é pródigo nesses arrojos. Dificilmente constrói edifícios para seus serviços. Facilmente, porém, cede, transfere, faz doações, manda demolir, na insensatez do perdulário e do desavisado. Terra maravilhosa de contrastes!

A sede definitiva do Liceu, na praça Gustavo Barroso, foi inaugurada em 1935, com projeto arquitetônico de autoria do Escritório Clóvis de Araújo Janja. O prédio se desenvolve de uma simetria de fachada, desde a escadaria central, marcando a porta de entrada e desenvolve as circulações de salas de aula em torno de um pátio aberto central. Utiliza o porão alto, fazendo o segundo pavimento também de salas e biblioteca.



Foto 4.10: Liceu do Ceará na praça Gustavo Barroso
Fonte: Foto da autora, 2004

Em 1935, a direção da escola promoveu nova fase de adaptação do prédio, que possibilitou a expansão das salas especiais de laboratórios.

A origem da distribuição espacial e conformação dos pátios internos de escolas como o Liceu do Ceará e do novo prédio da Escola Normal, ao que tudo indica, são herança da forma usada nos colégios ligados às ordens religiosas do período colonial, dos Jesuítas. Diferenciando, contudo, na escadaria de entrada que leva ao nível do piso alto e retorna também por escadaria ao nível do pátio interno. Em Fortaleza, somente na década de 1950, se encontram colégios com plantas em pavilhões, como é o caso do Instituto de Educação.



Foto 4.11: Pátio interno/escadaria
Fonte: Foto da autora, 2004



Foto 4.12: Circulação de salas de aula
Fonte: Foto da autora, 2004

É preciso ressaltar que essas duas instituições assinaladas são formadoras de um nível de ensino mais elevado, quer dizer, a existência delas denota o empenho dos governantes da época em favorecer o incremento da educação, mesmo que sem a expansão plena do acesso à toda a população, mas entendendo que decerto, uma elite teria que ser formada para atender às próprias necessidades administrativas do Estado, tanto imperial, quanto republicano. Esse era o horizonte da época, não cabendo a nós lançar julgamento de valor, achando ser deficitário, demonstrando a insatisfação para com o quadro do ensino da época; a comparação pode ser um parâmetro, contudo, estas foram as condições.

As iniciativas particulares, por outro lado, nos parecem em quantidade, o que percebemos haver uma demanda para este setor, o qual merecia outros estudos. Foram criadas várias instituições particulares, a saber: Ateneu Cearense¹²¹ (1863); Panteon Cearense (1870); Colégio São José (1876); Instituto Cearense de Humanidades (1879)¹²²; Colégio Santa Rosa de Lima (1881); Partenon Cearense (1882); Ginásio Cearense (1887), Externato Santa Clotilde (1891); Colégio Assunção (1887); Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1889) dentre outras, além das primeiras escolas profissionais – Escola de Comércio do Ceará e Fênix Caixeiral¹²³. É também deste período a criação de movimentos culturais como a *Padaria Espiritual* (1892-1898), que congrega artistas e intelectuais, a *Academia Cearense* (1894) e o *Centro Literário* (1894). Outras iniciativas tiveram lugar no início do século XX, como o Externato Miguel

¹²¹ Internato fundado em 1863 por João de Araújo Costa Mendes, depois sob a direção de Manoel Theophilo da Costa Mendes, de ensino primário e secundário (Falla com que o Barão de Ibiapaba abriu a 1.a sessão da 22.a legislatura da Assembléa Provincial do Ceará no dia 1 de julho de 1874, p. 17)

¹²² Ver mais sobre a instituição, que na verdade foram três com a mesma denominação, em Bindá (2008); Girão (1956).

¹²³ Ver mais sobre educandários cearenses, em Menezes (1939); Alves (1996); Girão (1966); Castelo (1970).

Borges (1900); Externato Colombo (1902) e Instituto de Humanidades (1904), do Professor Joaquim Nogueira.

Uma grande contribuição na Educação neste período se faz, não só pelas escolas particulares, mas também por meio de escolas confessionais, que não constituem objeto de estudo deste trabalho, mas que não poderiam deixar de ser mencionadas, quando se sabe que a iniciativa privada e a Igreja Católica foram responsáveis por uma grande parcela da formação de jovens de elite e/ou para ela preparados quando beneficiados com bolsas ou ajudas, não só no Estado do Ceará, mas também em todo o País.

McLaren (1991), ao pesquisar os comportamentos de alunos numa escola católica em Toronto, assinala como são fortes os signos e ritos trabalhados por estas instituições e recorre aos argumentos de Bronowicz (1982, apud McLAREN 1991) sobre a essência de uma instituição católica, explicando a importância dos símbolos e rituais, em que uma instituição católica em sua filosofia geral, sua motivação e *modus operandi* refletem a vida, o pensamento e os ensinamentos de Cristo. Que os símbolos religiosos demonstram que uma determinada escola é católica, senão a que finalidade eles servem? Os símbolos são auxílios visuais do ensinamento e das verdades e dos valores cristãos para a Igreja e suas escolas. Além de seu valor educacional, as figuras e símbolos religiosos conferem à instituição uma identidade católica clara, inconfundível e necessária. (OP. CIT., p. 112).

Fragmentos da obra de McLaren (1991) denotam o clima gerado numa escola católica e a posição clara da igreja quanto à educação: “*uma disciplina de religião pode e deve ser um aspecto importante na vida de todo estudante católico*”. (P. 90); “*a educação pública não satisfaz aos católicos porque não tem contato com o sagrado*” (p. 91); “*a primeira coisa que me chamou atenção, quando eu entrei na escola, foi a fotografia do Papa João Paulo II, colocada ao nível dos olhos, no final do corredor. Esta era, sem dúvida, uma escola católica*”. (P. 105).

Ordens católicas se instalaram no Ceará, notadamente em Fortaleza, no período de 1867 a 1915, que, por certo, muito contribuíram para a organização do ensino do Estado, deixando inclusive como marco alguns dos imponentes prédios escolares em Fortaleza e no restante do Estado¹²⁴. Como exemplos em Fortaleza, podemos citar: Seminário Episcopal (1864); o Colégio da Imaculada Conceição (1865); o Colégio Pio X; o Colégio Santa Cecília (1911); o Colégio Cearense, depois Colégio dos Irmãos Maristas (1912); o colégio N. Sra. do Sagrado Coração (1915) e a Escola Jesus Maria José (1905). Apresentamos alguns registros por meio de fotografias localizadas em acervos consultados.

¹²⁴ Fundado na Serra de S. Estevão o Colégio São José (1903) dos monges beneditinos;

- Colégio da Imaculada Conceição

As Irmãs de Caridade, francesas que chegaram ao Ceará desde 1867, se estabeleceram inicialmente no centro da Cidade. Depois, quando foi entregue o edifício do antigo Colégio dos Educandos para o Bispo D. Luiz, a fim de funcionar neste estabelecimento o Colégio das Órfãs, passaram a dirigir esta instituição sob a denominação de Colégio da Imaculada Conceição¹²⁵.



Foto 4.13: *Colégio das Órfãs* (antes da ampliação)
Fonte: CEARÁ, Proprios Estaduais, 1912

O Colégio¹²⁶ situado na face norte da praça Filgueira de Melo, apresentava em sua fachada principal uma porta e doze janelas, seis de cada lado, guardadas por um muro gradeado e portão de ferro, limitando ao nascente pela capela de Nossa Senhora de Lourdes, e ao poente pela da imaculada Conceição, e em seguida a igreja do Pequeno Grande.

Esta igreja, anexa ao Colégio, foi inaugurada em 1903, segundo Castro (1987, p. 213), obra de maior vulto da corrente neogótica, que entrou em voga depois de 1870, num

¹²⁵ O edifício onde se estabeleceu o Colégio “foi mandado construir em 1855 pelo presidente Francisco Xavier Paes Barreto para servir de hospital aos moradores do Oiteiro, caso fosse esta Capital invadida pelo Colera-morbus”. Como não aconteceu, foi servir para os educandos, mas logo também foi extinto. Assim, foi lavrado o contrato em que o presidente João de Souza de Mello e Alvim entregou ao Sr. Bispo D. Luiz o edifício para nele funcionar o Colégio das Órfãs, contrato que durou 20 anos. Expirando em 31 de dezembro de 1886, o tal contrato celebrado entre o Bispo e o Governo provincial, de acordo com a Lei n.º 2.143, de 29 de junho de 1889, a Presidencia era autorizada a renovar o contrato por mais 50 anos, que findaria em 1939, no fim dos quais seria devolvido à Província com todos os melhoramentos que nele tivessem feito. Este prédio passou a pertencer à Diocese pela Lei n.º 216, de agosto de 1895. (CEARÁ, 1912).

¹²⁶ “O edifício tem uma ordem de compartimentos na frente, duas na parte da rua da Assembléa a oeste, duas da parte 25 de Março, e duas da parte da rua do Sol, no fundo. Na primeira fica o salão do parlatório, no meio á direita deste a despensa dos pobres, a rouparia, e a esquerda os aposentos das Irmãs de Caridade. Na parte de leste, em continuação ao fundo da capella de Nossa Senhora da Conceição, acham-se um salão que serve de dormitório, a sala de trabalho, e outra para estudo de piano e em seguimento três compartimentos, onde funciona o Externato de S. Vicente de Paulo, e mais além a fabrica de meias; e no interior, dois salões que servem de dormitórios das pensionistas. Na parte de leste, em continuação ao fundo da capella de Nossa Senhora de Lourdes, dois dormitórios para orphans. No fundo, o refeitório das pensionistas á direita, a cozinha e o refeitório das orphans á esquerda; e na anterior quatro espaçosas salas para as aulas”. (CEARÁ, 1912, p. 29-30).

neogoticismo tardio, de coberta íngreme, à imitação dos telhados de ardósias, apoiado numa estrutura metálica importada da Bélgica.

Em 1930, o Colégio abrigava como internas 130 meninas. Entre seus docentes externos, segundo *O Nordeste*, figuram nesta época Menezes Pimentel, Raimundo Arruda, Mozart Pinto, dentre outros. Neste período, passou por uma reforma e ampliação sob a responsabilidade do arquiteto prático José Barros Maia – Mainha.

A nova feição de tendências ecléticas, constituída de segundo piso e ampliação do Colégio ocorrida em 1930, deixou o Colégio com a configuração que tem até hoje: dois pavimentos numa conformação fechada, com largas escadas e pátios internos.



Foto 4.14: Colégio da Imaculada Conceição e igreja do Pequeno Grande

Fonte: http2.bp.blogspot.com_mYcqvn4ly50TBqMH7W23gIAAAA AAAABDEo_K474gobeks1600desktop.jpg



Foto 4.15: Escadaria e pátio interno do Colégio da Imaculada Conceição

Fonte: Álbum de Fortaleza, 1931

- O Colégio Pio X

Destinado à educação de jovens, funcionava à rua Barão de Aratanha nº. 51. Tem sua origem na obra de catequese organizada e fundada por Frei Mansueto em 2 de fevereiro de 1903, com o auxílio da Ordem Terceira masculina e feminina e de duas outras associações do Santuário do Sagrado coração de Jesus (MORAES, 2000).

Inicialmente era um grande salão inaugurado em 1908 com a denominação de Escola Dominical Pio X, cujo programa e regulamento associavam o ensino do catecismo com a instrução primária. Em 1923, foi iniciada a construção da segunda parte da escola, constando de um pavimento superior dividido em diversas salas de aula. Neste período, segundo *O Nordeste*, contava com uma pequena subvenção anual de um conto e oitocentos mil réis, o mesmo que recebia uma professora primária. Neste mesmo ano, contava com matrícula de quase 800 alunos (*O Nordeste*, 23/03/1923).

A escola pública e a católica pareciam ter certa articulação, visto que no ano de 1924, alunos da *Escola-Modelo*, naquela data, realizaram, no Theatro José de Alencar, festival infantil, em benefício do estabelecimento de Educação popular dirigido pelos Capuchinhos. O Jornal apresenta ainda toda a programação no intuito de divulgar e chamar a atenção do povo para participação daquele ato (*O Nordeste*, 1924, 24/05/1924).



Foto 4.16: Escola Pio X
Fonte: foto da autora, 2011

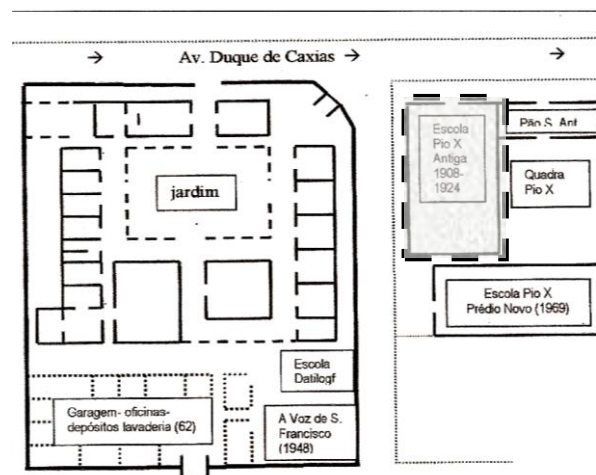


Fig. 4.1: Planta de localização Escola Pio X
Fonte: Moraes, 2000

Posteriormente, nos anos de 1960, foi construído o Colégio Pio X, ao qual foi incorporada a antiga escola.

- O Colégio Santa Cecília

Criado em 1911, passou a ser dirigido posteriormente pelas irmãs de congregação belga. Em 1924, o *O Nordeste* anuncia convite das professoras e alunas para comemoração da libertação dos escravos, tendo como endereço a rua Conde d'Eu, n. 298, o que demonstra ter funcionado no centro da cidade a esta época, passando depois a av. João Pessoa (atual avenida da Universidade), no bairro do Benfica, instalado ali até 1959. Este chalé, foi a primeira sede da Escola de Arquitetura da UFC, local onde o Prof. Liberal de Castro ministrou a primeira aula de História da Arte para o recém-inaugurado curso de Arquitetura, possivelmente a primeira aula da Escola. Conforme informações do mesmo, o chalé ruiu quase todo numa *chuvarada noturna de inverno forte*, caída no primeiro semestre. Atualmente se encontram ali o Museu de Arte da UFC (MAUC) e o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC.

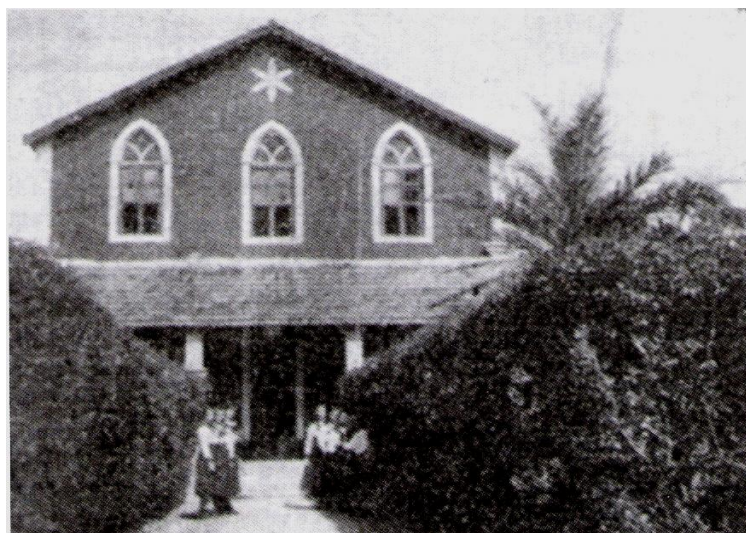


Foto 4.17: Colégio Santa Cecília na Av. João Pessoa.
Fonte: Arquivo Nirez.

- O Colégio Cearense

Foi fundado a 4 de janeiro de 1912, conforme Girão (1966), pelos Padres Climério Chaves, Misael Gomes da Silva e José Quinderé, com externato e internato. Iniciou na antiga residência do Mons. Hipolito Gomes Brasil, transferindo-se posteriormente para a rua Barão do Rio Branco, local onde hoje se encontra o *Edifício Diogo*. As aulas de Português e Francês estavam confiadas ao Prof. Raimundo de Arruda. Três anos depois, o Colégio passou à propriedade e orientação da *Ordem dos Maristas*, sendo ampliado e ao longo de sua existência portador das mais sólidas tradições. O colégio foi extinto e funciona em suas instalações a Faculdade Católica Marista.



Foto 4.18: Colégio Marista Cearense
Fonte: Cals, 2002

- O Colégio de Nossa Senhora do Sagrado Coração

Ex-Instituto Sta. Dorotéia, é mais conhecido como o Colégio das Dorotéias, irmandade que dirigia a instituição. Localizado à avenida Visconde do Rio Branco n.º 2078, bairro Joaquim Távora, foi criado em 7 de abril de 1915, sob os auspícios de Dom Manuel da Silva Gomes e dirigindo o colégio a Madre Lemos. Na administração da Madre Andrade, o Colégio passou por ampliação e reforma a cargo da empresa construtora Emilio Odebrech e Cia, ganhando a edificação um salão de festas com palco, ladeado de escadaria em mármore. No pavilhão edificado encontra-se ainda a seção de estudos de piano, que pela descrição, era local de fino trato cultural (*O Nordeste*, 29/06/1930).

Além dos espaços culturais eram descritos os gabinetes de Física e Química, considerados um dos melhores em razão do seu aparelhamento invejável, para o meio, tendo a nova reforma introduzido ali ampla mesa de experiências, em concreto armado, mosaicada em branco, com água encanada e fonte elétrica para uma maquina de projeções. Outros ambientes, como as salas de aula, refeitórios, dormitórios, capela, parlatório, recreio, tudo, no Instituto Santa Doroteia, segundo a crítica jornalística, denota a proficiência, o carinho e a dedicação que as suas beneméritas diretoras depositavam no desempenho da sua missão educacional.



Foto 4.19: Colégio de Nossa Senhora do Sagrado Coração (Dorotéias)
Fonte: Album de Fortaleza, 1931.

O prédio apresenta linhas arquitetônicas ecléticas, de influência francesa¹²⁷. É um dos exemplares de edifícios escolares de grande porte do começo do século XX na Cidade.

¹²⁷ O colégio foi desativado, tendo sido adquirido para funcionamento de uma faculdade. Segundo informações da Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor), com a criação do Conselho Municipal de Proteção ao

4.7 O que dizem os documentos oficiais que regulamentam a Instrução Pública e as mensagens dos presidentes da Província e do Estado do Ceará anteriores à Reforma de 1922 sobre espaços escolares

A problemática do espaço escolar é tema muito discutido em termos de análise da situação e planejamento de rede escolar e novos espaços. Os discursos e planos governamentais são normalmente onde encontramos uma conotação de defesa em prol da adequação desses espaços, ressaltando sua importância para o desenvolvimento de uma cidade ou de uma nação, dependendo do nível de abrangência da esfera governamental.

Castelo (1970, p. 319) ressalta que, no Brasil, desde o Império, era comum este tipo de discurso. Destacavam-se nos programas dos candidatos aos postos do Executivo e do Legislativo, tanto no Império quanto na República, pronunciamentos em favor da construção de prédios adequados a escolas e ginásios, embora, na prática, nem sempre eram encontrados estes resultados e a concretização destes empenhos discursivos. Percebemos, inclusive, numa comparação tempo-espaço, ao longo da história de vários países, que sua concretização ocorre em diferentes níveis de atendimento e satisfação da população.

No Brasil, não se apresentava uma diretriz nacional sobre a instrução pública desde o Império. O *Ato Adicional de 1834*, dentre outras deliberações, determinava que as assembleias provinciais legislassem sobre a instrução primária, e depois na Primeira República, a *Lei Orgânica Rivadávia Correia* (1911) veio proporcionar total liberdade aos estabelecimentos escolares, tirando do Estado o poder de interferência. Em consequência, em cada Estado a estrutura e o funcionamento das escolas se desenvolveram conforme cada governo e, de certa forma, tomaram as mesmas, características particulares.

Deste modo, somente com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, pelo Decreto n.º 19.402, em 1930, com o presidente Getúlio Vargas, se inicia uma sistematização nacional do ensino, reforçada pela primeira *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, que veio acontecer de fato em 1961. O País estabeleceu, assim, as bases nacionais para a Educação somente na segunda metade do século XX.

Independentemente da descentralização ou centralização do sistema educacional, a realidade nos mostra – de um modo geral, observadas as diferenças regionais, que são até

Patrimônio Histórico-Cultural (Comphic), foi aprovado no ano passado o tombamento do referido prédio. Em declaração da coordenadora do Departamento de Patrimônio da Secultfor, “o restauro da fachada preserva o desenho original. Mas a parte interna já está muito comprometida devido a intervenções aleatórias feitas anteriormente, ao longo dos anos”.

Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/cultura/index.php?option=com_content&task=view&id=10277

hoje apontadas por especialistas e pela própria sociedade civil – uma deficiência em termos não somente quantitativa como qualitativa dos espaços educacionais.

Recuando no tempo, alguns registros contidos nas mensagens dos presidentes do Estado do Ceará nos proporcionaram uma percepção do tratamento dado aos espaços educacionais públicos ao longo do período que antecede a Primeira República e nos primeiros anos do século XX.

A Reforma da Instrução Pública da Província pela Resolução n.º 1.136, de 5 de dezembro de 1864, no governo de Lafayette Rodrigues Pereira, não trouxe nenhuma recomendação sobre espaços de escolas. A novidade apresentada foi a divisão dos distritos literários, tendo assim inspetores literários e inspetores dos distritos. Deste modo, vemos a intenção de um reforço na inspeção do ensino.

Em 1881 foi editado o Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará de 1881, na gestão do presidente Pedro Leão Velloso. Este Regimento, assinado pelo então Inspetor Geral da Instrução Pública, Amaro Cavalcanti, apresenta instruções sobre a *casa da escola*, que consideramos de muita riqueza de detalhes, sendo importante instrumento de análise, dentro das condições da época. Referindo-se ao funcionamento da escola em “salão”, de livre ventilação, arejado, separado da vivenda do professor, isto evidencia que a casa de escola poderia ser também a casa do professor, que poderia ser alugada ou cedida. Fazia referência também a local que tivesse pátio para recreio e exercício dos alunos. Na mobília, entre outros móveis, encontra-se a mesa de “seis palmos” de utilização do professor, mobiliário este que perdura até os dias de hoje, praticamente com as mesmas dimensões (1,20m x 0,70m).

Art. 1º. – As escholas do ensino primario devem funcionar em predios, que bem satisfaçam todas as condições hygienicas; em salão bem arejado por livre ventilação e de capacidade para bem accomodar os alumnos e moveis precisos. O salão da escola deve ser, em todo caso, separado da «vivenda» do professor; situado no ponto mais central da povoação ou bairro, e proferivel aquelle, que tiver algum pateo para recreio e exercicio dos alumnos.

Art. 2º. – O salão da escola, alem do acceio e limpeza, em que deve ser sempre conservado, terá abertas suas janellas (salvo em occasião inconveniente) não só durante as horas de lição, como tambem, pelos menos (*sic*), uma hora antes de começarem os trabalhos escolares.

Art. 3º. – O material da escola deve comprehender:

1 Mesa de seis palmos com gavêtas, estrado e escrivanhinha; [...]

Nas escolas do sexo femenino haverá tambem o material necessario para o ensino da costura e mais misteres, sendo permittido ás alumnas levar para a escola objectos proprios, ouvida a professora a respeito. (REGIMENTO Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará, 1881, p. 76.)

No Art. 2º, quando se refere ao “salão” da escola, podemos perguntar: por que não “salas”? Neste caso, percebemos que, pela arquitetura, podem se materializar os métodos de

ensino. A arquitetura expressa, pela sua configuração espacial, a que método está atendendo, ou seja, na Província, tínhamos escolas de primeiras letras e o método utilizado era o mútuo – não havia a seriação – por isso encontramos a referência ao “salão”, pois de fato, era uma única sala de grandes proporções, que atendia a aproximadamente 100 alunos de vários níveis de conhecimento e de idades diversas.

A realidade da inexistência de prédios oficiais de ensino, contudo, é detectada pela própria afirmação no Regimento sobre as “casas alugadas”, como observamos no Art. 7º. – *Nos lugares, onde não hoverem edificios publicos para as escolas, estas funcionarão em casas alugadas pelo inspector escolar de parochia, competentemente autorizado pelo inspector geral da instrucção publica.* (Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará, 1881, p. 77.)

É interessante notar que o método de ensino vigente na época requeria uma disposição da mobília, bem como uma ordenação para alcançar o objetivo de o aluno adquirir hábitos ordeiros que lhe seriam úteis na vida prática, o que se verifica na descrição dos artigos que se seguem, constantes no *Regimen e methodo escolar*, onde encontramos, além da «*lição das cousas*»,

[...] os bancos serão dispostos no salão d’aula sempre e frente do professor, de modo que este possa, mesmo de sua cadeira, inspeccionar todos os actos e movimentos dos alumnos; havendo, porém, commoda passagem entre as differentes ordens de assento.

§ 2.º - O salão será convenientemente dividido em duas secções; uma para os alumnos, denominados «primarios» e outra para os «grammaticos» (REGIMENTO Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará, 1881, p. 78.)

No segundo parágrafo, há a denotação de que, mesmo em único salão, havia uma divisão entre os alunos – os «primários» e os «grammaticos».

De um modo geral, independentemente das precárias condições dos espaços escolares no Ceará, observamos que a preocupação com a escola é encontrada nos discursos dos governantes desde o Império, mesmo que proveniente de lei de reforma eleitoral. *A lei da reforma eleitoral perfilhou uma ideia luminosa, quando no art. 8 n.II dispoz que para ser inscripto eleitor, de 1882 em diante, será preciso saber ler e escrever [...]* (RELATÓRIO do Presidente da Província do Ceará à Assembléia Legislativa, Sr. Pedro Leão Veloso, em 1881).

De todo modo, vale ressaltar as palavras deste mesmo presidente, no que diz respeito à importância do edifício escolar para imprimir à escola caráter de instituição, mesmo antes da República, período para o qual a historiografia ressalta as ideias de renovação educacional.

É portanto fácil de compreender a importancia e alcance que tem sobre o ensino a **questão de edificios apropriados** [grifo nosso], destinados a engrandecer a escola aos olhos do povo, e ainda mais aos olhos dos meninos, motivados pela ideia de grandeza da cuasa; impregnar na população sentimentos de respeito pela instituição.

É questão vital a de casas para escolas, por qaunto se prejudicam por falta dellas uma grande parte dos problemas da educação, como a hygiene, a educação physica, os methodos, a obrigatoriedade do ensino, e outros muitos pontos.

A edificação de casas para escolas deve hoje valer o que n'outras epochas já valeu a construcção de templos.

Não pretendo inculcar a construcção de palácios, senão modestos edificios, adequados ao fim, em cuja edificação se observem **regras de architectura**, de estylo simples, mas de real elegância, servindo de estímulo ao gosto. (IDEM, p. 62-63).

Ainda no mesmo relatório de 1881, as localidades onde a muito custo, mesmo sem cumprir regras de arquitetura, conseguiram concluir escolas provinciais, foram: Aracati, Acarape, Aquiraz, Monte-mor, Baturité, Canindé, Itaboassú, Ipú, Imperatriz, Arraial, Mundahú, Pacatuba, Quixeramobim, S. Francisco, Maranguape, Maria Pereira e Sobral.

Os relatórios dos presidentes, muitas vezes eram elaborados com base em relatórios específicos. Alguns chegam mesmo a transcrever, como é o caso deste de 1881 que anexa o relatório do Diretor da Instrução Pública, Amaro Cavalcanti, que apresenta a precariedade de material, de utensílios, de livros, além da falta do método e disciplina regular na organização e manejo das escolas.

Acrescenta, ainda, que o programa do ensino se compõe das matérias: Leitura – embora os livros adotados ainda possam variar de escola à escola; Escrita; Elemento de Aritmética; Elementos de Gramática; Sistema Métrico Decimal e Catecismo religioso; comentando que os professores, contudo, se regem pela rotina comum. Este relatório faz ainda uma descrição detalhada de onze escolas públicas, sendo três regidas por professor e oito por professoras¹²⁸, assinalando o nome do professor, endereço e condição do “salão” da escola.

Em 1888, encontramos um relato muito importante para nosso estudo, em que o Presidente da Província assinala a aquisição de terrenos para construção de escolas públicas no boulevard do Visconde do Rio Branco e na praça da Conceição, em Fortaleza, descrevendo minuciosamente a edificação a ser erguida, provavelmente uma transcrição da proposta da Diretoria da Instrução ou do próprio engenheiro que elaborou o orçamento da obra,

[...] sendo ambos do mesmo typo e dimensões, cercados por um muro de três lados e um gradil com portão de ferro e com as seguintes accomodações:

¹²⁸ A relação das escolas provinciais e seus respectivos “mestres” encontra-se no Anexo-A.

um vestíbulo saliente com 3m X 2m,80; um pequeno corredor que liga o vestíbulo ao salão de aula, e aos lados do corredor; dous gabinetes, um para o professor e outro para os alunos, tendo cada gabinete 3m,80 X 2m,80; e o salão d'aula 10m X 8m, e havendo alem dos compartimentos descriptos, varanda para recreio e latrina.[Grifo nosso].

Todo o edifício será forrado e assoalhado.

Cada prédio segundo o orçamento apresentado segundo o engenheiro, custará cerca de 10 contos de réis (RELATÓRIO do Presidente da Provincia Sr. Eneas de Araujo Torreão, 1888, p. 20).

A descrição do salão de aula com dimensões de 10,00m x 8,00m, possivelmente, caracteriza o grande “salão” utilizado no método lancasteriano, que encontramos aqui com estas dimensões especificadas pela primeira vez. Por meio desta precisa descrição, reconstituímos a planta da escola que apresentaremos mais adiante, juntamente com a imagem de duas escolas públicas encontradas em publicação sobre *Assentamentos de Proprios Estaduaes* (1912). Ao que parece, se referem à citação feita há pouco. Não tivemos, contudo, condição ainda de os localizar, mesmo sendo descrito que se encontram no Boulevard do Visconde do Rio Branco e na Praça da Conceição, provavelmente as escolas foram demolidas.

Quando se iniciou a República, observamos novamente o tom de lamúria sobre as condições das escolas. Chamamos a atenção para o fato de que a República, como novo regime, tratará de dizer que, na fase anterior, nada foi feito. Na mensagem de 1891, o presidente do Estado, general José Clarindo de Queiroz, enalteceu a iniciativa dos estabelecimentos particulares de ensino, em acordo com um ditame liberal, ficando claro que a iniciativa particular na época se adiantava à pública e era bem-vista pelos republicanos.

Quanto às obras públicas, o relato do Presidente demonstra que o orçamento para “*este ramo de serviço [instrução pública] tem sido applicada à conservação e reparos de obras, conclusão da escola publica do boulevard do Visconde do Rio Branco*”, mas não cita a denominação da escola, porém, por dedução, é possível que esta escola possa ainda ser a edificação de número 2.643 da av. Visconde do Rio Branco (Ver Foto 4.20), de características ecléticas muito comuns no período e provavelmente a obra iniciada no governo do presidente da Província Eneas de Araújo Torreão (1888) e, também, porque os outros três prédios escolares existentes na mesma rua são de construção mais recente, que são o Grupo Escolar Domingos Brasileiro, desativado, o Colégio de Nossa Senhora do Sagrado Coração, criado em 1915, e o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, de 1923, atual Escola de Ensino Fundamental e Médio Visconde do Rio Branco, a não ser que aquele prédio do qual reconstituímos a planta tenha existido neste local, e depois demolido para construção do grupo escolar em 1923.

O levantamento gráfico de uma escola pública no Boulevard do Visconde do Rio Branco, encontrado no acervo do Departamento de Edificações e Rodovias – DER, com desenho do antigo Departamento de Obras da Secretaria de Educação do Estado (1970), apesar de incompleto, pois não registra o porão alto, nem pormenores de elementos da fachada, mesmo assim, a semelhança desta e endereço indicam ser a antiga escola. Atualmente a edificação é de empresa particular.

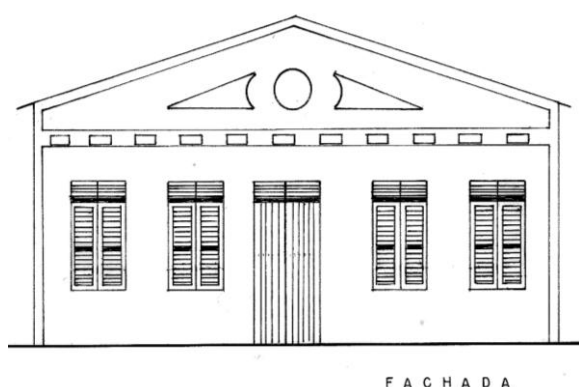


Fig. 4.2: Fachada Grupo Escolar Joaquim Távora
Fonte: Acervo do DER, 1975.



Foto 4.20: Edificação n. 2634 na atual Rua Visconde do Rio Branco
Fonte: foto da autora, 2011.

O presidente Pedro Augusto Borges, em sua mensagem de 1901, comenta a obrigação de o Estado *ministrar a instrução primária gratuita*, definida pelo regulamento expedido pelo seu antecessor em 1897, bem como a categorização das escolas estabelecida por este regulamento. Acrescenta a preocupação daquele com a instituição dos grupos escolares já considerados realidade em outros países ditos adiantados.

No Ceará, até 1904, as escolas isoladas constituíam o cenário da instrução. Estas escolas funcionaram mesmo com a criação dos grupos escolares, até porque esses foram instalados em municípios onde havia a necessidade de agrupamento de escolas, pois em muitos locais era necessária a permanência da escola isolada, principalmente no meio rural.

Mesmo na Capital, estas escolas também funcionaram em paralelo aos grupos escolares por muito tempo, como “categoria” de *escolas isoladas* consideradas *estabelecimentos que apresentam apenas uma ou duas salas de aula, com a quantidade de duas a quatro professoras, onde não há divisões de classes ou séries e, possuem reduzido número de alunos.* (CEARÁ, 1974).

Nas mensagens subsequentes, de 1902, 1903 e 1904, o presidente Pedro Augusto Borges comenta sobre necessidade de *reformulação na instrução pública*, contudo, admite a

subordinação às condições financeiras do Estado, que, segundo o próprio Presidente, não permitiam melhoramentos que demandassem aumento de despesas, e acentua ainda que não alterou o número de escolas, pelo contrário, foram reduzidas, além disso, até 1904, a instrução pública continuava a ser regida pelo Regulamento expedido em 10 de março de 1897.

No seu segundo governo, Antônio Pinto Nogueira Accioly iniciou o trecho de sua mensagem de 1905 sobre Instrução pública declarando que há muito este setor vem demandando gastos públicos, *cerca de quarta parte de sua receita com a dotação deste serviço* e não se tem resultados a contento. Nesta mesma mensagem, faz uma análise de dados sobre a instrução primária ao longo do tempo. Considera que a fase progressiva da instrução primária no Ceará termina em 1875, *sucedendo-lhe apathico estacionamento até o anno fatal de 1877* [ano de seca], *quando se desenha o movimento regressivo, mais ou menos accentuado, até tocara culminância retroactiva em 1878 e o máximo de progressão em 1889 com 237 escolas primarias e 11.907 alumnos matriculados.* (P. 15-16).

Esta mensagem faz uma análise não só das condições da instrução primária pública, mas também acerca de fatores sociais, econômicos e ambientais que afetam o funcionamento e desempenho da instrução primária, bem como alude ao ensino em agrupamento e às escolas graduadas dos Estados Unidos:

A concentração de escolas nesta capital por agrupamentos facilitará não só sua fiscalização, como por uma divisão racional e gradativa do trabalho profissional, proporcionará melhor aproveitamento aos alumnos.

Os grupos escolares, creados pelo art. 30 e seguintes do novo regulamento¹²⁹, são as *graded schools* dos Estados Unidos, as *escuelas graduadas* na República Argentina, actualmente generalizadas nos estados de São Paulo, Pará e Maranhão.

[...] o grupo escolar compreenderá tantas secções ou aulas quantas forem as gradações no desenvolvimento instructivo da creança. [...]

A inspecção por sua vez tornar-se-há mais facil e a economia interna mais simples.(P.28)

Podemos concluir, da leitura desta mensagem, que se confirma com o Regulamento de 1905 a nova configuração espacial de salas de aula separadas, tendo um professor para cada classe, conforme sua graduação. Este tipo de escola apresentava a vantagem pelos aspectos da facilidade de fiscalização e da redução de custos em reunir em um só prédio cinco escolas. Inicia-se aqui, portanto, uma nova etapa da Educação cearense com os grupos escolares.

Deste modo, na mensagem de 1907 do mesmo Presidente, vamos encontrar a aquisição de prédio destinado ao funcionamento de um grupo escolar no valor de *vinte e cinco*

¹²⁹ Referindo-se ao Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará expedido em 13 de março de 1905.

contos de reis. Acrescentando-se a esta quantia de 2:610:000 rs indispensáveis a sua adaptação. Neste sentido, ao que parece, o primeiro grupo escolar funcionou em prédio adaptado.

Comenta ainda que, tanto o governo da União quanto dos maiores estados, entre os quais cita Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pará, parecem empenhados em ampliar o ensino primário, com a criação de escolas. O Ceará, por sua vez, se move lentamente – diz a mensagem; e a intensidade das lutas políticas absorve e gasta dispersivamente o melhor da seiva mental dos seus talentos, embora todos reconheçam que os 84% de analfabetos do Estado depõem contra a almejada civilização, que talvez não encontre similitude em qualquer outro país progressivo.

É também na mensagem de 1907 que se observam recomendações como devem ser os diferentes tipos de escolas – em todo o Estado e na capital.

A escola deve começar por ser útil e prática; subir das noções rudimentares do alfabeto ao portico das multiplas profissões que aproveitam a actividade individual. Nas cidades o ensino se inspirará no utilitarismo industrial e comercial, no interior em aperfeiçoar os conhecimentos relativos á lavoura e á criação. (OP. CIT, p.15)

A Mensagem de 1908, do presidente Antonio Pinto Nogueira Accioly, faz menção a uma escola no *boulevard* Visconde do Rio Branco e a um grupo escolar, do qual trataremos mais adiante. Refere-se às obras públicas nos seguintes termos: *executaram-se concertos de asseio e conservação na Escola Publica do Boulevard Visconde do Rio Branco, no Grupo Escolar Nogueira Accioly [...]*. Este último é ressaltado na mensagem de 1910, do mesmo Presidente:

O Grupo Escolar – Nogueira Accioly – fundado nesta capital no anno de 1908 na conformidade das disposições do Regulamento de 13 de março de 1906 [1905] continua a prestar os mais relevantes serviços á causa da educação infantil. Confiado, desde a data de sua criação, a uma bem orientada e criteriosa direcção, installado em um predio espaçoso e confortavel, provido de professores de reconhecida capacidade para o magisterio, esse novo estabelecimento de ensino primario tem dado os melhores resultados práticos, attestados pelo grão de aproveitamento e cultura que seus alumnos vão colhendo e exhibindo em seus exames. (MENSAGEM do Presidente Antonio Pinto Nogueira Accioly, 1908, p. 22)

No tocante à instrução publica, o mesmo Presidente faz referências à necessidade do combate ao analfabetismo, e declara a urgência no aumento gradativo da quantidade de escolas, não somente para combater o analfabetismo, como também para atender ao crescimento vegetativo da população, explicando que, das 314 escolas, sendo 22 criadas em

1907, *comportariam na melhor hypothese 15.700 a 16.000 alumnos. Sendo a população escolar deste Estado de 180 a 200.000 creanças, segue-se que aquelles estabelecimentos representam apenas a fracção de 1 para 12 dos que havia mister, afim de ser cumprido o preceito constitucional que garante a todo cidadão a instrução primaria leiga e gratuita.* (MENSAGEM do Presidente Antonio Pinto Nogueira Accioly, 1908, p. 22).

Explica ainda que, na Capital, onde a fiscalização pode ser melhor, há problemas de desvio entre as suas necessidades escolares e o que existe é lamentável.

Das 12000 creanças, carecidas do primeiro ensino, apenas o recebem 1600 a 1700 nas escolas publicas, ficando delle privadas mais de 10.000, o que importa dizer, por outros termos, que só a sétima parte das creanças, a quem incumbe o Estado proporcionar instrução, são por elle acolhidas nos seus estabelecimentos. As 41 escolas existentes, devidamente localizadas, comportariam 2.000 a 2.300 alumnos.

Na mesma proporção seriam necessarias 200 escolas para, a 60 alumnos, satisfazerem as exigencias do ensino primario obrigatorio na Fortaleza! (MENSAGEM do Presidente Antonio Pinto Nogueira Accioly, 1908, p. 24-25).

A mensagem de 1909, do presidente Nogueira Accioly, comenta sobre a instrução pública que a verba de custeio para este setor em 20% do total das despesas não permite maiores avanços. Neste sentido, foram criadas 13 cadeiras de instrução primária, ascendendo a 327 o número de escolas. Para entendermos a situação à época, quando se afirma 327 escolas, não são prédios escolares, mas escolas isoladas.

O presidente Nogueira Accioly ressalta sobre a higiene escolar, as recomendações do *Congresso Internacional de Hygiene Escolar* realizado em Paris¹³⁰, indicando observar *uma pedagogia Nova, - a pedagogia natural e physiologica, - que revigora a educação intellectual, diminuindo o tempo consagrado ao ensino e ao estudo.* Para isto, era necessário preconizar *ar nas escolas, ar nos pulmões, ar nos programmas.*

No relato de Sousa Pinto sobre a instrução pública primária no Ceará para a *Conferência Educacional*, que se realizou no Rio de Janeiro em 1931, publicado na *Revista do Instituto do Ceará* de 1939, constam citações de pronunciamentos de presidentes de Estado e inspetores escolares acerca dos problemas referentes à educação primária.

Dentre estas citações, destaca-se a Mensagem de 1913, do Coronel Franco Rabelo, que assumiu a Presidência do Estado em período de grande conflito político entre duas forças partidárias no Ceará, o que resultou no afastamento de Accioly. O então empossado

¹³⁰ 3º Congresso Internacional de Higiene Escolar ocorrido em Paris no ano de 1907 (PINTASSILGO e COSTA [on line] Artigo: *A construção histórica do tempo escolar em Portugal (do final do século XIX às primeiras décadas do século XX)*. Disponível em http://cie.fc.ul.pt/membrosCIE/jpintassilgo/textos_08/tempo_escolar.doc.

Presidente do Estado afirma a necessidade urgente de uma remodelação completa no serviço de instrução, justificando que o existente é de uma *imperfeição lamentável. Penso que em nenhuma parte do mundo ele está plenamente resolvido, mas no Ceará nunca se procurou dar-lhe uma solução sensata e racional*. Suas palavras soam como revide político em crítica ao seu antecessor.

A gravidade da situação da educação primária no Ceará considerada nesta época parece ser reflexo da condição política, que neste período se encontrava sob grandes tensões. Segundo Sousa (1939), o Estado dispunha de “403 escolas, quando, pela necessidade do ensino, devia possuir cerca de 4.000 para instruírem 200.000 crianças, aproximadamente, de idade escolar”.

As tensões políticas também acarretavam sérios danos ao bom funcionamento e desenvolvimento da instrução pública, como anota em sua mensagem de 1914 o presidente do Estado Cel. Benjamin Liberato Barroso¹³¹. Por outro lado, ele considera o bom desempenho dos grupos escolares como instrumento eficaz na educação popular e nos apresenta uma ação concreta na asserção de criar mais dois grupos na capital.

A instrução pública, no entanto, atendia a certa parcela da população, pois, consoante Alves (1966), o ensino particular se apresentava, em 1916, com uma matrícula correspondente a 40% da matrícula do Estado. Os colégios particulares, conforme o mesmo autor, *ofereciam mais estímulo às crianças, tinham instalações melhores, um corpo docente mais interessado pelo desenvolvimento do ensino, imprimiam, enfim, uma vida atrativa às atividades escolares*. Não podemos avaliar essa condição ou a qualidade do ensino neste estudo, nem é nosso objetivo. Ficam, contudo, os registros.

Dados importantes sobre o estado da instrução pública são encontrados na mensagem do presidente do Estado, Sr. João Thomé de Saboya e Silva, em 1919. O Estado contava com 531 escolas isoladas, cinco aulas noturnas e sete grupos escolares, incluindo o Grupo-Modelo¹³², instituído neste ano. Na Capital, o ensino primário era ministrado em seis grupos

¹³¹ As disputas políticas entre o grupo da chamada *Oligarquia* vinculada ao setor rural, da qual participava Antonio Pinto Nogueira Accioly (1840-1921), político de grande influência no Ceará. Governou o Ceará de 1896-1900; 1900 – 1912, quando foi deposto; e, por outro lado, o grupo representante da burguesia, dos comerciantes, para o qual o nome de Franco Rabelo (1851-1940), cearense, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro, seria possível nome a enfrentar aquele adversário. Governou o Ceará de 1912-1914. Girão (1971) narra todo processo que chega a ser violento da disputa e a rendição do governante Accioly em 1912.

¹³² Segundo consta na Mensagem do presidente João Thomé de Saboya e Silva (1919), o Grupo Escolar Modelo foi instalado em 7 de abril de 1919, sob autorização do Decreto Legislativo n. 1.635, de 4 de novembro de 1918, tendo como diretor em comissão o inspetor de ensino Moacyr Caminha. O grupo consistia em uma seção masculina com cinco classes, uma seção feminina com cinco classes e o Jardim de infância, com duas classes. Havia também aulas de Música, Desenho, Trabalhos Manuais e Ginástica Sueca. A formação do grupo escolar era composta da reunião das seguintes escolas isoladas: Pelotas, S. Sebastião, Estrada da Mecejana, Morro da Madame, Assumpção, Barro Vermelho, Conselheiro Liberato Barroso, Aguanamby, Barão de Aratanha e Cruz, que a partir da criação do grupo escolar foram extintas.

escolares, cinco escolas isoladas de 1ª categoria e 46 escolas de 4ª categoria. Nas outras cidades, contava apenas com o grupo escolar de Maranguape e 89 escolas de 2ª categoria. Nas vilas havia 84 escolas e nas povoações 256.

Constatamos que os discursos produzidos nesta época, em meio a mudanças de regime político e disputas político-partidárias, nos trazem informações e indícios de que havia mais lamentação e identificação da situação do que ainda estava por fazer, do que propriamente da efetiva realização de melhorias na instrução primária. De todo modo, tais discursos dos governantes, produzidos entre o final do Império e os primeiros tempos da República, nos esclarecem alguns pontos de grande relevância histórica, tais como: a instituição de cadeiras que davam origem às escolas isoladas; a observância de que existiam alguns prédios especificamente construídos para escola, embora a maioria fosse adaptação; indicações sobre o número de escolas na capital e no Estado neste período analisado; a instituição dos primeiros grupos escolares; condições de higiene e conforto das escolas, como também da prática da Educação Física; e da necessidade de formação dos grupos escolares pelas premissas pedagógicas, bem como pelas vantagens do agrupamento pela facilitação da fiscalização e pela redução dos custos de manutenção de estrutura física.

Como vimos, havia também fatores que conspiraram contra um maior desenvolvimento da Educação primária neste período, incluindo as lutas políticas internas, bem como o flagelo das secas. Sousa (*Opus. Cit.*) aponta, ainda, como causas do insucesso da instrução primária, a falta de preparo pedagógico dos professores; a falta de obrigatoriedade do ensino; a falta de higiene escolar; as constantes concessões de licença; as remoções; a falta de inspeção escolar e a inadequação na localização das escolas. Mesmo em muitas dificuldades, percebemos que a consciência da necessidade de mudança era um processo que já acontecia, mesmo que lentamente.

4.8 Arquitetura escolar no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX: prédios construídos ou adaptados?

No período compreendido entre 1877-1879 e 1888-1889, além da seca, se alastravam várias epidemias, dentre elas a varíola, dizimando uma parcela da população do Estado, necessitando de uma intervenção externa. Foram executadas, então, diversas obras, tais como açudes, cadeias, mercados e escolas, com recursos oriundos da Corte, para socorro de obras emergenciais, os chamados “*socorros públicos*”.

Na publicação editada pelo governo do Estado do Ceará – *Assentamentos dos Proprios Estaduaes*, datado de 1912, encontram-se descrições de escolas públicas na Capital do Estado e no seu restante com identificação apenas da rua de sua localização. As escolas públicas na Capital com prédio próprio são assim descritas assim:

ESCOLAS PUBLICAS

1ª

Situada na rua do Seminario, tem três portas de frente, salientando-se uma da linha das outras, 3.m 22, e quatro janellas. Fica dentro de um muro, gradeado pelo lado do norte, que tem 16.m de frente, e 42.m 66 de fundo.

Para penetrar no predio é preciso galgar dez degraus, e o mesmo se dá para o nivel da entrada do portão, que domina seis degraus.

É pequeno, mais gracioso.

Foi mandado construir pelo governador Luiz Antonio Ferraz, e começou a funcionar em 1890.

2ª

Está edificada na face oriental do Boulevard do Visconde do rio Branco.

É o mais elegante dos pequenos predios destinados à Escolas Publicas.

Encerrada em um muro gradeado pelo lado do poente, tem de frente 9.m 33, e de fundo 33.m.

A porta da entrada destaca-se do corpo do edificio 3.m 22, e este pequeno compartimento tem janellas de ambos os lados. A diferença desta peça pela parte do norte e sul apresenta uma janella de cada lado.

O oitão da direita tem quatro janellas, e a mesma face apresenta o da esquerda.

Foi construído na administração do Presidente dr. José Freire Bizerril Fontinelle, e nelle começou a funcionar a aula publica em 1893. (p. 34)

Nesta mesma publicação é apresentada a foto de escolas públicas, sem fazer referência a qual escola corresponde cada imagem. Provavelmente, pela descrição da primeira escola, sobre a necessidade de galgar dez degraus e mais seis, corresponde à imagem adiante, uma vez que nas características espaciais são idênticas: apresentam *hall*, com porta centralizada,

ladeada por janelas, e, no corpo do prédio, havia quatro janelas de cada lado. O gradeado e portão de ferro centralizado também são comuns às duas. Chama atenção ainda o aspecto de “templo” de algumas delas, como as que apresentamos na sequência, com uma escadaria que leva ao prédio situado mais acima, mostrando uma rica simbologia de valorização do saber, que, para ser alcançado, tem que ser buscado no alto.

Estas imagens também podem corresponder aos prédios citados anteriormente no Relatório do presidente da Província, Sr. Eneas de Araujo Torreão, em 1888, cuja descrição se assemelha aos aqui representados bem como a localização, um no Boulevard do Visconde do Rio Branco e outro na praça da Conceição (depois Praça do Cristo Redentor).

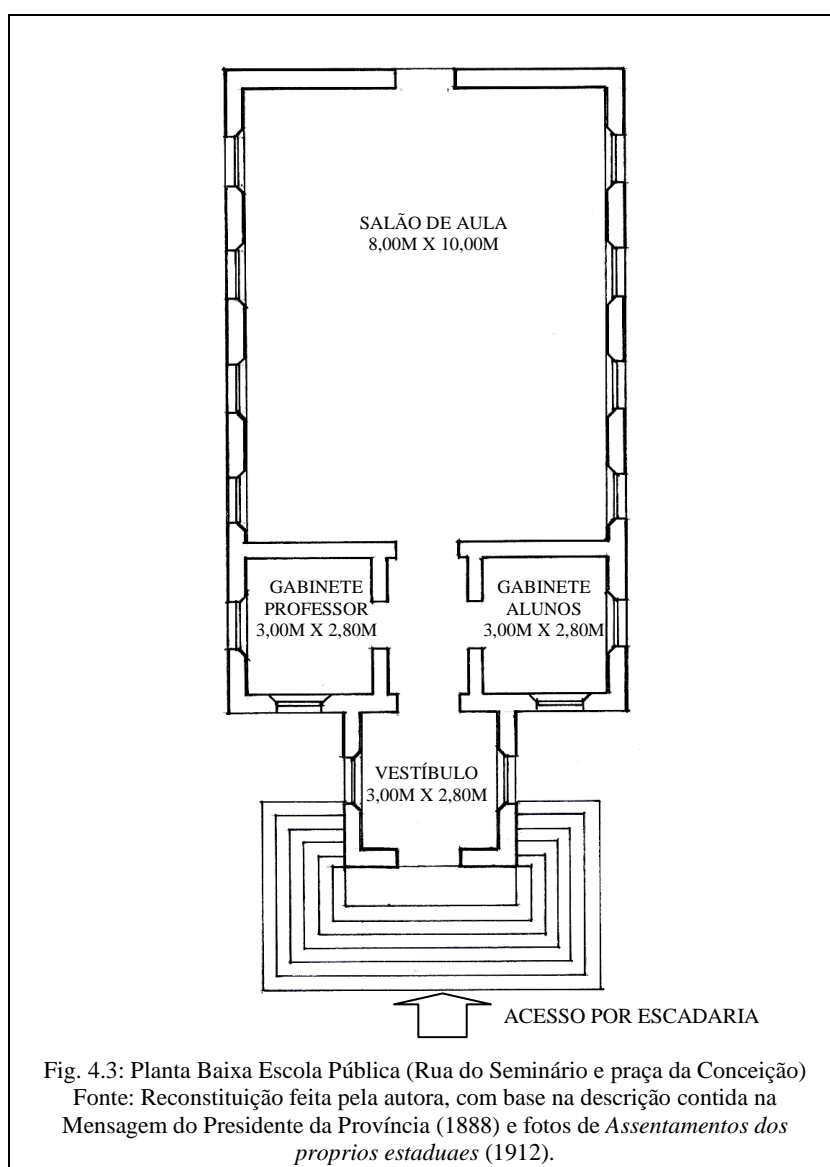


Foto 4.21: Escola Pública 1
Fonte: CEARÁ. Assentamentos de Proprios Estaduaes, 1912

Assim, pela descrição da 2ª escola, provavelmente se refere a esta imagem apresentada no final do texto, pois corresponde com a descrição de quatro janelas nas laterais e a porta da frente avança criando um espaço ladeado por janelas. Como foram erguidos na mesma época, decerto teriam a mesma planta, que a reconstituimos com base na descrição contida na mensagem do presidente do Estado (1888).



Foto 4.22: Escola Pública 2
 Fonte: CEARÁ. Assentamentos de Proprios Estaduaes, 1912.



Sobre esta planta reconstituída com amparo na descrição contida na Mensagem do Presidente da Província (1888, p. 20), há indícios que o grande salão, pelas suas dimensões, confirma a utilização do método mútuo ou lancasteriano, inclusive pela presença do gabinete para alunos – provavelmente para os monitores. O grande salão único denota que neste período não havia a seriação, portanto, tudo indica, mais uma vez, que a configuração espacial tende a refletir o atendimento ao método vigente. Estamos diante da Arquitetura Escolar realizada para atendimento a um programa da *Escola Pública* cearense que figurou possivelmente no período que antecede à República e início desta.

A terceira descrição se diferencia das outras por ter afastamento somente nas laterais e não ter recuo de frente. As três portas descritas estão dispostas no limite do terreno com a calçada, apenas a descrição das janelas laterais não corresponde à imagem, talvez um engano, em vez de três, seriam seis janelas de cada lado, como se vê na foto abaixo.

Situada na face oriental da praça do Senador Filgueira de Mello. Tem três portas de frente, e três janelas de cada lado.

Mede de frente 6.m 66e de fundo 43.m 33. Fica dentro de muro gradeado pelo lado ocidental, e tem de extensão pelo mesmo lado 14.m 33. (p.35)



Foto 4.23: Escola Pública na praça Filgueira de Melo
Fonte: CEARÁ. Assentamentos de Proprios Estaduaes, 1912.

Esta imagem de escola pública difere das outras primeiras e nos parece, pelas suas características de três portas rente à calçada, uma edificação existente de características mais propícias ao funcionamento de comércio, que pode ter sido adaptada para utilização de escola.

Em relação aos prédios do Estado onde funcionavam as escolas nos outros municípios, encontramos nas descrições deste mesmo documento organizado pelo diretor da Secretaria

dos Negócios da Fazenda do Ceará (1912), informações que constam normalmente de dados de localização da escola no município; se a escola é para alunos do sexo feminino ou masculino; a ordem de construção; o valor em contos de réis, dimensões gerais, que não sabemos ao certo se são dimensões do terreno ou da edificação.

Visando a contribuir com informação para outras pesquisas, como também para tomarmos consciência dos poucos registros que havia de espaços escolares públicos até aquele momento, transcrevemos, no Anexo D, o trecho da publicação *Assentamentos dos próprios Estaduaes* (1912), que descreve todas as casas de escolas de propriedade do Estado nos vários municípios na primeira década do século XX. Esta publicação nos apresenta dados, que podemos utilizar como parâmetros de comparação com os estabelecimentos de ensino criados ou reorganizados com a Reforma da Instrução de 1922, tema central desta pesquisa.

Com a leitura desta publicação de 1912, resta claro que, embora não possamos avaliar as condições físicas espaciais destas escolas, em muitos municípios do Ceará, no início do século XX, se encontravam prédios/casas de escolas públicas, e podemos também afirmar que os problemas das secas que tanto atrasavam o desenvolvimento da instrução, pelas repetidas interrupções e dificuldades que impunham aos professores e professoras nos deslocamentos, hospedagem e manutenção no interior, por outro lado, propiciaram a construção de todas estas “casas de escolas” com recursos dos chamados “socorros públicos” que eram os suprimentos financeiros oriundos no final do Império para sanear ou minorar os danos causados pela seca.

Intuímos, com efeito, que os gastos públicos, comentados pelo presidente do Estado Antonio Pinto Nogueira Accioly em relação à instrução, sem que se tenha um maior resultado, pode ser referindo-se a estes custos, de construção de casas de escolas no Ceará, cujos valores estão citados na publicação dos *Assentamentos dos Proprios Estaduaes* (1912), que coincidem com o período do governo de Accioly.

Mesmo tendo esta configuração na primeira década do século XX, a inspeção escolar foi tema de vários discursos de presidentes da Província e do Estado, como da Diretoria Geral da Instrução, que, pelo Decreto 1.375, de 15 de setembro de 1916 – que é criada como *Inspetoria Geral de Instrução Pública*, com o objetivo de inspecionar o ensino primário do Estado e executar deliberações do Governo para esse mesmo ensino; e que, depois da Reforma de 1922, foi reorganizada pela Lei nº 2.226, de 10 de novembro de 1924, a Diretoria Geral da Instrução, que estabeleceu o número, cargos e vencimentos dos funcionários.

4.9 Os primeiros grupos escolares no Ceará – uma rede de grupos escolares?

Quando iniciamos os estudos sobre a Reforma da Instrução Pública de 1922, víamos na historiografia sobre o assunto que se retratava sempre a criação e construção de 17 grupos escolares no Ceará, dando-nos a impressão de que antes desta reforma, não existia nenhum grupo escolar. Com efeito, a nossa primeira indagação foi saber o que existia antes de 1922. Para obter dados sobre o assunto, procuramos os *Almanachs do Ceará*¹³³, pois neles constam registros de criação e funcionamento de várias instituições, inclusive escolares.

No *Almanach do Ceará* de 1920¹³⁴ consta que a instrução pública em Fortaleza contava com seis grupos escolares, dentre os quais um grupo escolar-modelo; dois estabelecimentos de ensino secundário – a Escola Normal e O Liceu; uma escola de ensino superior; 52 escolas primárias isoladas; e no restante do Estado contava com os cursos secundários de Sobral e Crato, o Grupo Escolar de Maranguape e 472 escolas primárias.

Elaboramos um quadro de localização dos grupos com base na descrição no *Almanach de 1920*, a saber:

Quadro 4.2
Grupos Escolares do Ceará início do século XX

Ano criação	Grupo Escolar	Localização
1905	Primeiro Grupo Escolar	Rua formosa (depois transferido para Praça Marques de Herval ¹³⁵)
1916	Segundo Grupo Escolar	Rua Clarindo de Queiróz, 321, canto da Pça de Pelotas
1916	Terceiro Grupo Escolar	Rua do Seminário
1916	Quarto Grupo Escolar	Rua Sena Madureira, 293
1918	Quinto Grupo Escolar	Rua Clarindo de Queiroz, 321, no mesmo edifício do 2º Grupo
1919	Grupo Escolar Modelo	Boulevard do Visconde do Rio Branco
1916	Grupo Escolar Benjamim Barroso	Em Maranguape

Fonte: Organização de dados do *Almanach do Ceará*, 1920

Pelas localizações indicadas nessa publicação, constatamos que os primeiros grupos escolares de Fortaleza estavam situados no perímetro central, tendo os locais mais distantes os

¹³³ O *Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará* é uma publicação lançada em 1895. Segundo Dias (In: Anais do II LIHED - Almanach do Ce. Pdf [online]) é o mais longevo do gênero no Estado, circulando por 65 anos, fundado por João Eduardo Torres Câmara. Os exemplares consultados foram encontrados em vários acervos – Biblioteca do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC; Sala de História da Arquidiocese de Fortaleza; Biblioteca Pública Dollor Barreira.

¹³⁴ Almanaque do Ceará (1920) - acervo da Biblioteca do Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFC.

¹³⁵ O primeiro grupo escolar iniciou seu funcionamento em 1908 em prédio próprio à rua Formosa (atual Barão do Rio Branco), no entanto, conforme Azevedo (2005), o grupo foi transferido de local, indo para a parte sul da praça Marques de Herval (atual José de Alencar), por isso, no Almanach de 1922 (Acervo Sala de História Arquidiocese de Fortaleza), encontramos que o 1º grupo escolar funcionava no palacete da Phenix Caixeiral, que era na já referida praça, significando que o prédio original foi cedido para outra repartição pública ou teve outro uso.

grupos localizados no bairro do Outeiro e o Grupo Escolar Modelo, no boulevard do Barão do Rio Branco, que correspondem, respectivamente; à via de direção do centro para o mar, área de expansão da Cidade; e via de saída sul, em direção a Messejana e demais localidades na direção de Aquiraz, Aracati, uma das saídas para outros estados do Nordeste e Sul.

Apesar das inúmeras mensagens dos presidentes do Ceará sobre agrupamento de escolas, como vimos na mensagem de Pedro Velloso, em 1881, a organização da escola em grupo escolar apareceu no Ceará com o Regulamento da Instrução Primária em 1905.

A denominação de “Grupo Escolar” (G.E.), tomando-se como referência a determinação do Art. 30 do referido regulamento – *as escolas publicas desta capital serão reunidas em grupos de cinco escolas, funcionando cada grupo em um só prédio para esse fim construído ou adaptado*, nos leva a uma interpretação de que para cada grupo escolar haveria um prédio.

Em 1912, a referência feita ao grupo escolar também parece ser espacial, quando o então presidente do Estado, Sr. Antônio Pinto Nogueira Accioly, em sua Mensagem à Assembleia menciona que:

Actualmente funciona somente o grupo Escolar Nogueira Accioly – com uma grande frequencia. Devido aos esforços empregados pela Directoria e corpo docente, esse grupo tem preenchido devidamente seus fins.

As aulas primarias continuam mal acomodadas em casas particulares, muitas vezes sem certas condições hygienicas.

Há necessidade urgente de uma reforma completa no ensino primário.

Penso que todas as aulas primarias da Capital deviam ser substituidas por **Grupos Escolares** [grifo meu], com a maior brevidade possível. (MENSAGEM de 1º de julho do Presidente do Estado Coronel Antonio Frederico Carvalho Motta, 1912. p. 14)

Referente a este mesmo Grupo Escolar, encontramos uma descrição do edifício e sua localização no centro da cidade, à rua Formosa (atual Barão do Rio Branco).

Um predio abarracado em forma de chalet.

Fica situado este prédio na rua Formosa n.º 142, lado do poente, tendo na frente uma porta e três janellas, uma área com jardim e portão de ferro de entrada.

É incravado entre casas térreas do Dr. Virgilio Augusto de Moraes pelo lado sul, e de D. Eulalia de Carvalho Lima pelo norte, e em um terreno com sessenta e dois palmos de frente sobre fundos de meio quarteirão, quintal amurado e servidão por meia cacimba de alvenaria.

Foi comprado pelo Estado a proprietária D. Judith Rossas, em 5 de setembro de 1906, pela quantia de 25:000\$000, em virtude de resolução do Exmo. Sr. Presidente do Estado, datada de 4 do referido mez de Setembro, autorizado pela Lei n.º 813 de 30 de Agosto de 1905. (CEARÁ, 1912, p. 36).

Ao que tudo indica, este prédio deveria corresponder ao prédio do primeiro grupo escolar do Ceará, o qual não tivemos como identificar, se fora construído ou adaptado. Temos notícia apenas do local e de que sua primeira diretora foi a professora Ana Facó, indicada pelo diretor da Escola Normal, professor José Barcelos.

Havia dez grupos escolares em Fortaleza, conforme o *Almanach do Ceará* (1921). Isto significa, portanto, que, antes de 1922, mesmo com as precariedades e contratemplos provocados pelas secas e pelas disputas políticas, havia, sim, de todo modo, um sistema de Educação pública de ensino primário que se constituía de: 540 cadeiras de ensino primário, sendo cinco isoladas de 1ª categoria na Capital; 82 de 4ª categoria em seus arraiais; 96 de 2ª categoria nas cidades; 68 de 3ª categoria nas vilas; 256 de 4ª categoria nas povoações e arraiais no Estado, grupo escolar em Maranguape e Sobral, além de dez grupos escolares na Capital, a saber:

1. **Primeiro Grupo Escolar**¹³⁶ - “Creado em execução do art. 171 do Reg. da Instrução Primária, de 13 de Março de 1905 e inaugurado a 12 de julho de 1907.” (*Almanach do Ceará*, 1921, p. 48).

Sobre este grupo, Aderaldo (1958), ao descrever a rua Formosa de seu tempo, sobre o quarteirão compreendido entre as ruas Liberato Barroso e Pedro Pereira, lembra o n.º 1200, que, em outros tempos, já foi o n.º 142, como um prédio de linhas clássicas, cinzento, de um só pavimento, porão alto, o que eleva a edificação.

[...]A sua construção se deveu a Ildefonso Albano, embora haja sido concluído no governo do Des. Moreira da Rocha.

Recuando mais no tempo, existia no local uma casa antiga que pertencera ao velho Francisco Rossas, pai do Dr. Cesar Rossas, onde já funcionava o Tribunal, antes de sua demolição por Ildefonso Albano. Era segundo se diz, uma casa antiga, recuada, com jardim em frente, onde fora instalado antes do Tribunal, o primeiro grupo Escolar da cidade, sob a direção da ilustre educadora Ana Facó e onde D. Alba Valdez, minha eminente colega do instituto do Ceará ensinou. (ADERALDO, 1974, p. 74).

2. **Segundo Grupo Escolar**¹³⁷ - Creado por acto de 15 de abril de 1916, em virtude dos arts. 30 e 182 do Regulamento da Instrução Primária, de 13 de Março de 1905 e instalado a 30 de setembro de 1916”. (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1921, p. 49).

¹³⁶ Sobre a inauguração do 1º grupo escolar o jornal *A República* anuncia – “Amanhã às 11 horas do dia, será inaugurado o Grupo Escolar. Sabemos que não haverá convites especiais para essa solenidade, que será presidida pelo Chefe do Estado” . “O Grupo Escolar nº 1, no prédio próprio que o governo lhe destinou á rua Formosa, onde elle se acha magnificamente installado”. (Jornal *A República* de 11.07.1907) Nogueira Accioly “foi recebido no alto da escadaria do edificio”. Coro escolar de “vozes infantis”. Diretora Anna Faço e professoras Margarida Queiroz, Maria Rodrigues, Cândida Freire, Edith Borges, Maria Augusta do Amaral” (Jornal *A República* de 12.07.1907).

¹³⁷ Segundo, Azavedo (2005) o Segundo Grupo Escolar, funcionando em prédio na esquina da Rua Clarindo de Queirós, na praça de Pelotas (praça da Bandeira, hoje Clóvis Beviláqua).

3. **Terceiro Grupo Escolar** ¹³⁸ - Creado por acto de 15 de abril de 1916, e instalado a 24 de julho do mesmo anno. Funciona pela manhã, á rua do Seminario” (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1921, p. 49).
4. **Quarto Grupo Escolar** - Creado por acto de 4 de Julho de 1915, e instalado a 28 de setembro do mesmo anno. Funciona á tarde, á rua do Seminario” (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1921, p. 49).
5. **Quinto Grupo Escolar** ¹³⁹ - Instituído por acto de 17 de Maio de 1919, nos termos do Decreto n. 1.635, de 4 de Novembro de 1918. Funciona pela manhã, á rua Sena Madureira” (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1921, p. 49).
6. **Sexto Grupo Escolar** - Instituído por acto de 29 de Dezembro de 1919, nos termos do Decreto Legislativo n. 1.635, de 4 de Novembro de 1918. Funciona á rua Senador Pompeu n. 54” (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1921, p. 50).
7. **Sétimo Grupo Escolar** - Instituído por acto de 31 de Dezembro de 1919, nos termos do Decreto Legislativo n. 1.635, de 4 de Novembro de 1918. Funciona pela manhã, á rua Senador Pompeu n. 54, mesmo edifício do Sexto Grupo” (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1921, p. 50).
8. **Oitavo Grupo Escolar** - Instituído por acto de 24 de maio de 1920, nos termos do Decreto Legislativo n. 1.635, de 4 de Novembro de 1918. Funciona á tarde, No palacete da Fênix Caixeiral (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1921, p. 50).
9. **Nono Grupo Escolar** - Instituído por acto de 24 de janeiro de 1922, em virtude do desdobramento do Grupo Escolar Modelo. Funciona pela manhã, ao Boulevard Visconde do Rio Branco (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1921, p. 51).
10. **Décimo Grupo Escolar** - Instituído por acto de 24 de janeiro de 1922, que desdobrou o Grupo Escolar Modelo. Funciona á tarde, ao Boulevard Visconde do Rio Branco (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1921, p. 51).

Para melhor visualização desde mapeamento inicial, montamos um mapa com as localizações aproximadas dos dez grupos escolares, lembrando que alguns eram divididos por sexo em turnos diferentes, mas funcionavam no mesmo prédio.

Pela distribuição na Cidade, constatamos que a localização dos dez primeiros grupos escolares do Ceará, excetuando os grupos de Sobral e Maranguape, estão situados no perímetro urbano de Fortaleza, estabelecido desde a criação do primeiro grupo escolar, praticamente extrapolando apenas ao sul o limite dos *Boulevards*.

¹³⁸ Sobre este grupo, serão feitas maiores explicações no capítulo seguinte, quando serão apresentados os grupos criados ou reorganizados pela Reforma de 1922.

¹³⁹ Segundo Azevedo (2005), em 26 de maio de 1919, instalou-se o quinto grupo escolar no mesmo prédio onde funciona o segundo grupo escolar.

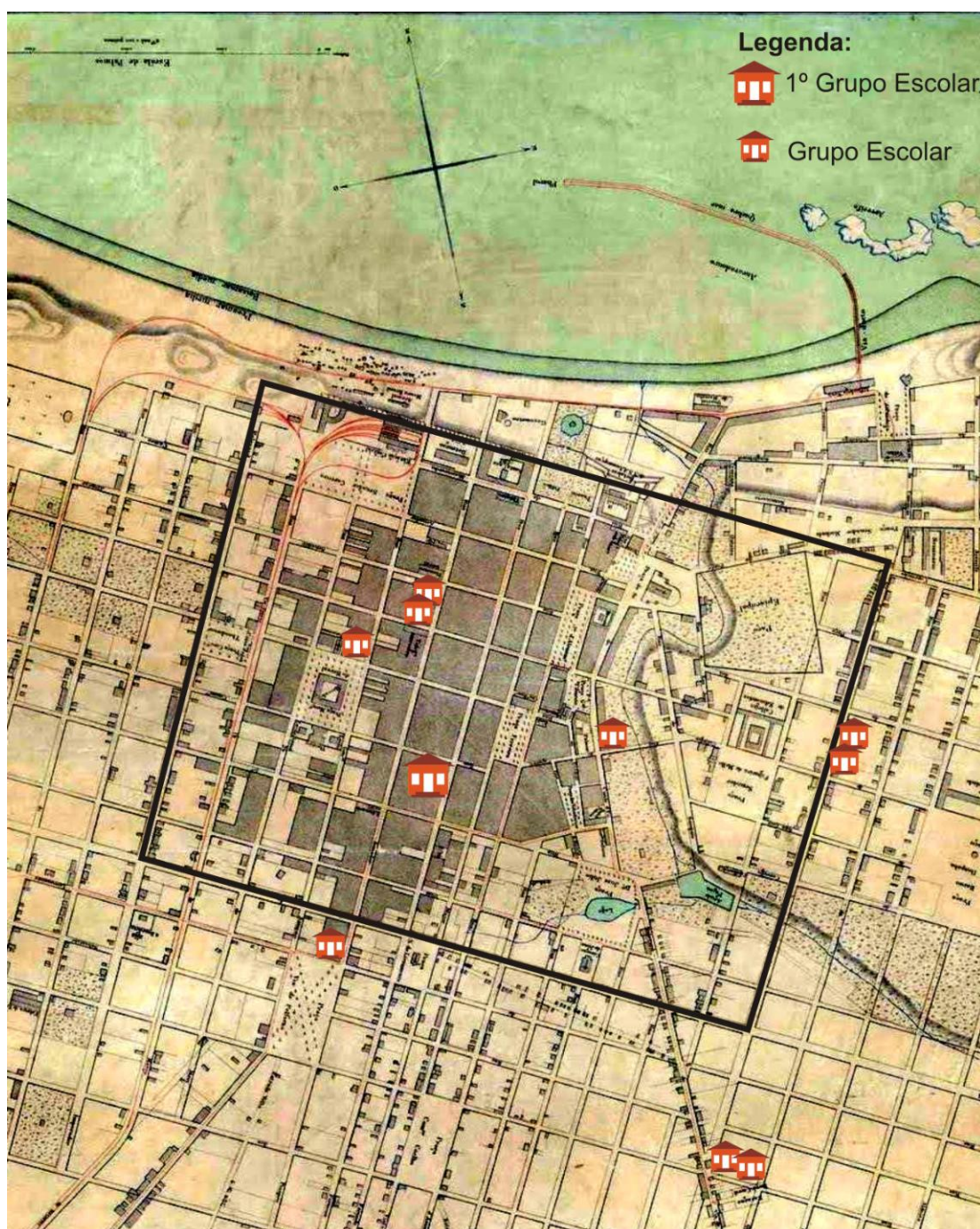


Fig.. 4.4: Mapa1- Montagem de localização dos 10 grupos escolares pela autora, 2011.
 Fonte: Planta da Cidade de Fortaleza (1888) extraído do site <http://fortalezaantiga.blogspot.com/>

Nos outros municípios, encontramos grupos escolares inicialmente em: Maranguape – G. E. Benjamin Barroso – *Instituído nos termos da Lei n. 1317, de 11 de julho de 1916, e instalado na cidade de Maranguape, a 21 de Julho do mesmo anno. (Almanach do Ceará, 1921, p. 51).* E outro em Sobral – G. E. Dr. Antônio Ibiapina – *Instituído por acto de 28 de janeiro de 1921, e instalado na cidade de Sobral, a 15 de Abril do mesmo anno. (ALMANACH DO CEARÁ, 1921, p. 52).*

Em algumas leituras a respeito dos grupos escolares, transpareceu a ideia de que, no início, poderia não corresponder, no entanto, à visão espacial de um prédio como foi descrito acima há pouco, e sim a um simples “agrupamento” de cinco professoras e suas respectivas classes com uma professora nomeada diretora. Esta constatação é exemplificada em dois momentos: primeiro, na *Mensagem do Presidente do Estado*, Dr. João Thomé de Saboya e Silva, à Assembleia do Estado em 1920, quando se refere aos 6º e 7º grupos escolares localizados no mesmo endereço à rua Senador Pompeu n.º 54:

O edifício em que funcionam o 6º e 7º Grupos Escolares desta Capital foi transformado para adaptação dos mesmos Grupos. Foi demolido um grande sótão e em lugar do mesmo aberta uma área central, para penetração de luz e ar em todas as salas do edifício. Foram também demolidas diversas paredes, construindo-se e reforçando-se outras. O soalho da antiga sala de refeições, que estava em completa ruína, foi substituído por mosaico, para o que foi necessário fazer aterro no respectivo pavimento. Em todo resto do edifício, exceptuando-se a sala de visitas, substituiu-se o antigo ladrilho por mosaico e cimentou-se a parte posterior do prédio. Foram também construídos forros de cedro nas duas salas centrais e bem assim instalações sanitárias com fossas de sistema “Moura”. Foi feito o retelhamento total da cobertura, procedeu-se à pintura geral do interior do prédio e à drenagem das águas pluviais, ficando assim o referido edifício um dos estabelecimentos escolares que melhor corresponde aos princípios de higiene e conforto. (P. 34).

Confirmada pelo relato da Inspeção Geral de Instrução Pública no *Almanach do Ceará* (edição especial de 1922), onde o sexto e o sétimo grupo escolar funcionam no mesmo local, à rua Senador Pompeu n.º 54.

No segundo momento, no relato da Inspeção Geral de Instrução Pública no *Almanach do Ceará* (edição especial de 1922), sobre o funcionamento do 9º e 10º grupos escolares no *boulevard* do Visconde do Rio Branco, em que o 9º grupo funciona pela manhã e o 10º grupo funciona no mesmo prédio no período da tarde.

Ao que observamos, a terminologia “grupo escolar” empregada neste período era referente a um agrupamento de classes de um sexo. Normalmente, no turno da manhã, funcionavam as classes para meninas e à tarde para os meninos.

As referências sobre a arquitetura dos primeiros grupos escolares do Ceará são muito escassas. Uma das edificações de escola primária do início do século XX, que exemplifica as características arquitetônicas¹⁴⁰ da época, é a Escola Nossa Senhora Aparecida, antiga Casa Paroquial e Escola Jesus, Maria e José, inaugurada em 22 de janeiro de 1905, iniciativa do Bispo Diocesano D. Joaquim José Vieira, projeto de autor desconhecido, situada na rua

¹⁴⁰ Edificações com piso elevado em relação ao nível da rua, por vezes, de porão alto, com acesso principal através de escadaria central.

Coronel Ferraz, ao lado do Colégio da Imaculada Conceição, dirigido pelas Irmãs de Caridade.

Atualmente esta edificação integra a lista dos bens tombados pelo patrimônio municipal de Fortaleza.

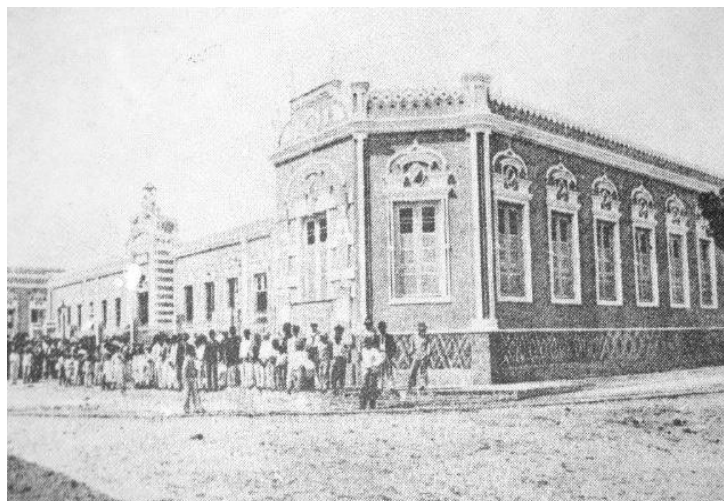


Foto 4.24: Escola N. Sra. Aparecida
Fonte: AZEVEDO, 1991, p. 173

No *Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará* (1905), a novidade é o Capítulo V – Grupos Escolares, comentado anteriormente, determinando o agrupamento de cinco escolas isoladas passarem a funcionar em um mesmo prédio, seja ele construído ou adaptado para este fim.

Art. 30. – As escolas publicas desta capital serão reunidas em grupos de cinco escolas, funcconando cada grupo em um só predio para esse fim construido ou adaptado.

Art. 31. – Cada uma das escolas passará a ser considerada como uma classe do grupo escolar, ficando cada classe a cargo de uma professora e devendo todas funcconar em salas separadas.

Art. 32. – Nos grupos escolares desta capital o ensino será dividido em cinco classes ascendentes com as determinações de I, II, III, IV e V.

Art. 33. – O ensino será dado em completa harmonia com o plano traçado neste Regulamento [art. 16] e instrucções e programmas que foram expedidos.

Art. 34. – Cada grupo escolar poderá comportar até o numero maximo de trezentos alumnos.

Art. 35. – Os grupos escolares poderão ter denominações especiaes em homenagem aos cidadãos que por ventura concorrem com donativos importantes para o desenvolvimento da educação popular, principalmente no que se refere ao agrupamento das escolas.

Cabia a uma professora, que tivesse se destacado no exercício do magistério, a direção deste estabelecimento de ensino.

Art. 36. – A direcção de cada grupo escolar será confiada a professoras públicas que mais se tenham distinguido no effectivo exercicio do magisterio.

Art. 37. – A direcção do grupo escolar compete:

1º A representação official do grupo em todas as suas relações exteriores.

2º Fiscalisar todas as classes durante seu funcionamento, imprimindo-lhes a direcção que julgar mais conveniente ao ensino.

3º Cumprir e fazer cumprir os regulamentos e ordens emanadas das autoridades do ensino.

4º Com o auxilio das professoras fazer a matricula e primeira classificação dos alumnos.

5º Organisar os mappas estatísticos referentes ao grupo escolar.

6º Notar as faltas diarias das professoras e organisar mensalmente a folha do pagamento.

7º Velar pela boa guarda do edificio, biblioteca, museo escolar e material de ensino.

8º Apresentar á autoridade fiscalisadora do ensino, no fim do anno lectivo, um relatório minucioso sobre o movimento do grupo escolar, mencionando todas as occorrencias que se deram, e acompanhado de mappas e quadros estatísticos.

Art. 38. – A directora do grupo escolar é obrigada a permanecer no estabelecimento durante todo o tempo em que funcționarem as aulas.

Art. 39. – A directora do grupo escolar será substituida nos seus impedimentos pela professora mais antiga. (Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará, 1905, p. 96-97)

Ainda em seu Art. 41, indicava novos funcionários: o porteiro e o servente ou a servente, caso a escola fosse para meninas.

Ainda referente aos ambientes do grupo escolar, o Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará – 1905 declara a possibilidade de estabelecimento de biblioteca em cada grupo escolar, bem como de um museo escolar.

Bibliothecas e museus escolares

Art. 77. – Poderá ser estabelecida em cada escola primaria uma pequena bibliotheca que ficará sob a vigilancia do professor na sala de aula.

Art. 78 – A bibliotheca escolar comprehenderá:

1º O deposito de livros de classe para uso da escola

2º Obras concedidas á escola pelo Governo ou pelas municipalidades

3º Livros doados pelos particulares.

Art. 79. – As obras poderão ser emprestadas ás familias que se comprometterão a entregal-as em bom estado ou restituir o seu valor.

Art. 80. – No fim de cada anno os inspectores Escolares informarão circumstanciadamente ao Secretario do Interior sobre o estado das bibliothecas existentes nas escolas de suas circumscripções.

Art. 81. – Os professores publicos, com a cooperação de seus alumnos, poderão organizar “museus escolares”, contendo pequenas colleções das principaes producções da localidade, especimens de materias primas e manufacturadas.

Art. 82. – Estas pequenas colleções terão por fim tornar as licções palpaveis, interessantes e proficuas, habituar os alumnos á observação e fazel-os reflectir sobre a natureza, fórma, fim ou utilidade de cada cousa. (Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará, 1905)

4.10 O Regimento das escolas públicas do Ceará - 1915

Mesmo em condições de poucos recursos, em razão do flagelo das secas que tirou de função várias professoras do Estado (exceto a Capital), em 1915 que a Diretoria da Instrução, no governo de Benjamim Liberato Barroso (1914-1916), elabora importante e criterioso regimento, que consideramos, dentre os documentos pesquisados, elaborados desde 1881, o de maior relevância sob vários aspectos: dentre eles, denota uma ruptura com documentos anteriores, onde é evidenciado “*o despertar do desejo de aprender*”, na busca de eliminar o sistema mecânico de reproduzir de cor as lições de compêndios, e “*desenvolver a faculdade de observação e a reflexão espontânea*”, e determina a configuração dos espaços escolares e seus elementos constitutivos.

Inicialmente, imaginamos que o Regulamento de 1915 pudesse ter sido elaborado com base em regulamentos da Capital – Rio de Janeiro, centro político e cultural do país, em função do projeto inovador de Alfredo Vidal, na gestão do prefeito Bento Ribeiro Carneiro Monteiro (1910-14), comentado no capítulo anterior. Embora não tenha sido executado, as diretrizes formuladas são pertinentes ao que se encontra em termos de construções escolares posteriormente.

Transportando estas informações e confrontando com a legislação de 1915 no Ceará, encontram-se algumas semelhanças. O Regimento Interno das Escolas Públicas do Ceará (1915) faz referência à *Organização Material* e da *Casa de Escola*, que consideramos da maior importância pelo nível de detalhe com que trata a edificação escolar na busca de um espaço adequado, principalmente no que diz respeito ao conforto e iluminação, quanto ao dimensionamento de área por aluno, limitando ainda o número máximo de alunos para cada classe.

Em decorrência da reconhecida precariedade dos recursos estaduais, também faz concessões, quando no Art. 1.º considera a possibilidade de, *enquanto não houver edifícios públicos apropriados às escolas primárias, funcionarão estas em casas alugadas, nos termos do Regulamento da Instrução Primária de 13 de Março de 1905.*

Em função das casas de escolas contratadas, onde morava o professor, o Art. 2.º – considera que, *a aula deve funcionar na sala principal*, exigindo que pelo menos que tenha *capacidade para sessenta alunos*. Quanto ao local da cidade a ser escolhido para uma nova escola, o Art. 3.º recomenda que *deve ser sadio, bem arejado, de fácil acesso, central e arredio de estabelecimentos nocivos quer à saúde quer à moral dos alunos*. A edificação escolar deveria, portanto, *ficar isolada das construções próximas e da via pública*. (Art. 4.º).

Em se tratando de uma nova construção a expensas do Estado, o Art. 5.º determina um programa mínimo constando de: *uma sala de classe, um vestíbulo, um pátio de recreio, privadas e mictório em numero suficiente*. E em cada artigo subsequente vai detalhando e especificando tudo.

Art. 6.º – O plano de sala de classe será rectangular em angulos levemente arredondados.

Art. 7.º – Tratando-se de casas para grupos escolares, alem das indispensaveis para as classes determinadas pelo Regulamento, haverá salas para a directoria, para o museu e bibliotecas escolares e um salão que possa conter todos os alumnos do grupo e que servirá para reuniões, conferencias e exames.

Art. 8.º – A iluminação será unilateral esquerda.

Art. 9.º – A superficie do pavimento das classes será calculada na razão de 1m,25 para cada alumno.

Este dado abrange o espaço para o professor e os moveis necessarios.

Art. 10.º – A altura das salas de classe não deve ser inferior a 4 metros.

Art. 11.º – As paredes das salas de aula devem ser pintadas de cor cinzenta ou azulada.

Art. 12 – A capacidade será calculada de modo que caiba a cada alumno um minimum de 5m,c.

Nestas condições uma sala de classe, frequentada por 60 meninos, o maximum admittido pelo Regulamento vigente, deverá ter as dimensões seguintes: Comprimento 10m. Largura 7m,50. Superficie total 75m,q. Superficie para cada alumno 1m,25. Altura da sala 4m. Capacidade para cada alumno 5m,q. (Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário, 1915)

O Art. 16 deste Regimento merece maior estudo e elaboração gráfica de cada mobiliário aqui especificado, pois, com isto, podemos verificar em que ponto este documento tinha um refinamento e uma visão moderna sobre a espacialidade e a ergonomia escolar. O mencionado documento chega a definir o dimensionamento para atender as diversas idades, correspondentes às diversas estaturas dos alunos¹⁴¹: do tipo I, para meninos de 1,10m a 1,20m; do tipo II, para meninos de 1,21m a 1,35m; do tipo III, para meninos de 1,36m a 1,50m.

Sintetizamos em quadros e traduzimos em desenhos elucidativos estas determinações dos artigos 16 e 17, que apresentaremos a seguir.

¹⁴¹ Recomenda ainda que a inclinação da tábua da carteira (mesa) deve ser de 15º a 18º, nunca inferior a 15º, sendo o banco fixo, ligeiramente inclinado para traz. O encosto do banco é formado por uma travessa de madeira de 0,10m, ficando a aresta superior acima do assento, na distancia de 0,21m para o tipo I; de 0,24m para o tipo II; de 0,26m para o III. A distancia horizontal entre a borda anterior da carteira (mesa) e a do banco deve ser *nulla*, isto é, que a vertical baixada da aresta da carteira tem de encontrar a borda anterior do banco. (Regimento Interno das Escolas Públicas do Ceará, de 1915).

QUADRO 4.3
Tipos de bancos-carteiras, conforme Art. 17 do Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário (1915)

Dimensões das carteiras	Tipo I	Tipo II	Tipo III
Altura acima do solo tomada da borda anterior da carteira	0,49m	0,55m	0,62m
Largura	0,37m	0,39m	0,42m
Comprimento para dois lugares	1,00m	1,00m	1,00m
Dimensões dos bancos	Tipo I	Tipo II	Tipo III
Altura acima do solo	0,30m	0,34m	0,39m
Largura	0,23m	0,25m	0,29m
Comprimento para dois lugares	0,90m	1,00m	1,00m

Fonte: Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário, 1915

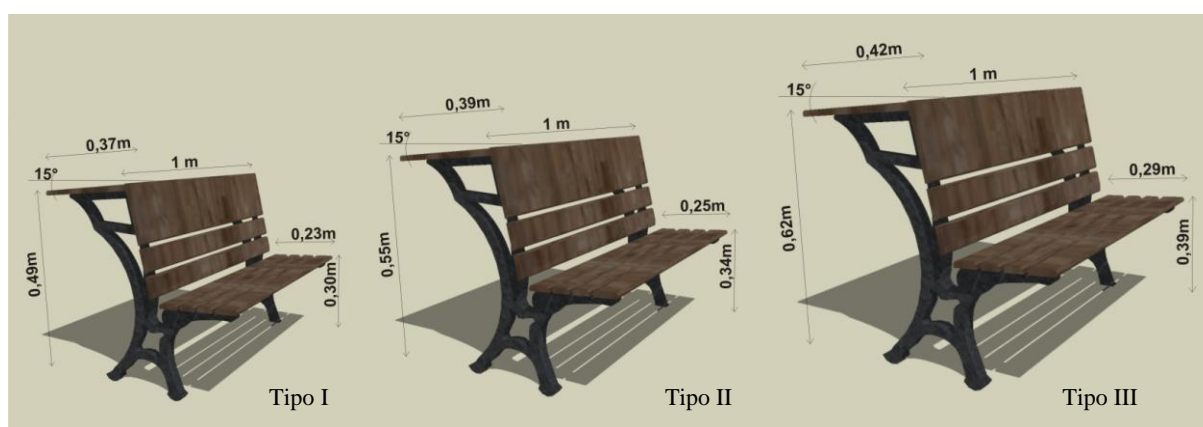


Fig. 4.5: Desenho elucidativo dos bancos-carteiras tipos I, II e III.

Fonte: Com base nos dados do Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário de 1915 - Desenho de Plínio Silveira, 2011.

Fato ainda importante é o cuidado com a posição dos bancos-carteiras, em virtude da iluminação natural e com a circulação na sala, como podemos constatar nos seguintes artigos:

Art. 19 – em cada banco-carteira escrever-se-á o numero do typo a que pertence, com a indicação da estatura correspondente. Exemplo: II, 1m,21 a 1m,35

Art. 20 – Os professores deverão medir seus alunos uma vez por anno, por ocasião da abertura das aulas.

Art. 21 – Os bancos-carteiras serão sempre collacados conforme a projecção da luz.

Art. 22 – Entre as alas de bancos haverá uma passagem de 0m,50, e á volta da sala, o espaço deve ser de 0m,50 a 0m,65.

Art. 23 – Deixar-se-á um intervalo de 0m,10, pelo menos, entre as costas de cada banco e a aresta da carteira seguinte. (Regimento Interno das Escolas Públicas do Ceará, de 1915).

Já quanto à organização e localização do professor na sala de aula, seguem os moldes tradicionais de vigilância, em que se recomenda, no Art. 24 – *N'um dos topos da sala ficará o estrado do professor, e á direita e á esquerda a biblioteca e o museu escolar.*

A determinação de agrupamento das escolas em grupos escolares foi repetida no Decreto nº. 1.635, de 4 de novembro de 1918. Além de nomear, segundo art. 5º deste decreto, - *Um dos Grupos Escolares da capital terá a determinação de grupo Escolar Modelo, e será um campo de experimentação de novas idéas pedagógicas.*

Como se percebe, a intenção da “escola-modelo” já era preconizada antes mesmo da Reforma de 1922, embora quanto ao método pedagógico e material didático não tenham atingido o mesmo patamar, conforme documentos e historiografia consultada (ALVES, 1966; Girão, 1966).

4.11 Visão panorâmica e cronológica das escolas públicas de Fortaleza do Império à República, anterior à Reforma de 1922

Para uma visão panorâmica do que havia de escolas até a década de 1920 em Fortaleza, foco maior desta pesquisa, buscamos identificar, na Historiografia do Ceará e da Educação, as escolas desde o Império e começo da Primeira República até a década de 1920, bem como quando possível, analisar como, eram tratados os espaços educacionais neste período.

Pelas fontes consultadas, verificamos que, a esta época, os estabelecimentos de ensino público eram imbricados com a própria casa do mestre, que funcionava ou em casa alugada ou de propriedade do Estado. As referências de prédios próprios públicos eram perceptíveis a partir de 1888, construções constituídas de um vestíbulo, sala de professores, sala de alunos e um grande salão. Este foi o primeiro programa escolar materializado em escola e registrado por fotografia nos *Proprios Estaduaes* (1912).

De estabelecimentos escolares particulares importantes na formação de crianças e jovens cearenses no final do século XIX e início do século XX, se destacam na Historiografia da Educação os colégios já assinalados neste capítulo, além do Jardim de Infância La Ruche (1916) e do Colégio Militar de Fortaleza (1919).

Com apoio nas fontes consultadas, criamos um quadro-síntese para se ter uma visão panorâmica e cronológica dos estabelecimentos de ensino na cidade de Fortaleza no período ora citado. Este quadro-síntese é dividido em duas partes, na verdade, em dois quadros: o primeiro é constituído de escolas criadas no Império; e o segundo de escolas instituídas na Primeira República até os anos anteriores à Reforma de 1922.

QUADRO 4.4
Escolas criadas em Fortaleza no período do Império

ANO	ESCOLA OU PROFESSOR(A)	INICIATIVA/PRÉDIO/LOCALIZAÇÃO
1845	**Liceu do Ceará	Província/Praça dos Voluntários (atual estadual está na Praça Gustavo Barroso)
1852	***1ª escola Pública (do sexo feminino)	Província/ Dirigida por Isabel de Oliveira Braga
1853	***2ª escola Pública (do sexo feminino)	Província/ Dirigida por Amália Joaquina de Moraes./ * Província /Prédio particular – Rua da Boa-Vista
1863	***** Ateneu Cearense	Particular/ Fundado por João de Araujo Costa Mendes em 8/01/1863 ¹⁴²
1864	Seminário Episcopal	Rua do Seminário – Diocese de Fortaleza
1865	**Colégio da Imaculada Conceição	Iniciativa D. Luis Antônio dos Santos/Associação S. Vicente de Paulo – Praça Filgueira de Melo, 55
1868	***3ª Esc. Pública (sexo feminino)	*Província / dirige a Profª D. Urçula Mª da Guerra Passos!/ Prédio particular – rua do Outeiro
1870	***** Panteon Cearense	Particular/ fundado pelo prof. Pedro da Silva Sena/ curso primário c/ internato e externato
1870	***1ª Escola Pública (sexo masculino)	Província/ Dirigida por Fausto Sobreira de Andrade.
1870	***Escola de José Querino de Araujo	Particular/ rua 24 de Maio, n.158
1873	***2ª Esc. Pública (sexo masculino)	*Província – dirigida pelo Prof. Pedro Pereira da Silva Guimarães! / *Prédio público no Outeiro
1873	***4ª Escola Pública (sexo feminino)	Província/ Dirigia por Raquel de Oliveira B. Lima
1873	***5ª Escola Pública (sexo feminino)	Província/ dirigida por Profª D. Izabel de Abreu Perdigão! / *Prédio particular – Praça dos Voluntarios
1873	***1ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Felismina Teobaldo
1879	Instituto do Pe. Bruno	Primeiras letras/ preparatórios/ externato e internato e semi-internato – na Rua Senador Pompeu, depois na Conde D'eu
1879	*** 2ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Francisca de Vasconcellos Cavalcante! / *Província /Prédio particular – Rua do Senador Pompeu
1880	*** 3ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Margarida de Queirós
1881	Colegio Sta Rosa de Lima	Orientado por Julia Amaral e sua irmã Judite ¹⁴³
1881	*Escola dirigida por Prof. Thomaz Antº de Carvalho ¹⁴⁴	Província/Prédio particular – Rua do Quartel
1881	* Escola dirigida por Prof. Tristão Pacheco Spinosa ¹	Província /Prédio particular – Rua Amélia
1881	* Escola dirigida por Profº D. Cornelia Altina de Souza ¹	Província /Prédio particular – Rua da Boa-Vista
1881	* Escola dirigida por Profª D. Izabel Rabello da Silva ¹	Província /Prédio particular – Rua Formosa
1881	* Escola dirigida por ProfªD. Izabel Vieira Theofilo ¹	Província /Prédio particular – Rua do Sem Pompeu
1881	* Escola dirigida por Profª D. Maria Libania Catunda ¹	Província /Casa particular – Rua 24 de maio
1882	***Escola Cristã (fechada em 1898)	Iniciativa do Mons. Liberato Dionisio da Costa /Rua do Sampaio
1882	***6ª Escola Pública (sexo feminino)	Província/ dirigida por Maria Felícia Barreto

¹⁴² Eram professores: Joaquim Catunda, de Português; José de Barcelos, de Francês; Guilherme Studart, de Inglês; Almino Álvares Afonso, de Latim e Retórica; Adolfo Herbster, de Geometria e Desenho; João Lopes Ferreira Filho, de História; Pedro Borges, de Geografia; Capitão Vasconcelos, de Filosofia e Matemática.

¹⁴³ NOBRE, F. Silva. *Cronologia da Cultura Cearense*, Rio de Janeiro: Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 1988.

¹⁴⁴ Método Lancaster.

1882	***7ª Escola Pública (sexo feminino)	Província/ dirigida por Helena Brasilina Queirós
1882	*** 4ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Teresa de Jesus Castro
1882 [?]	*** 5ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Maria Augusta do Amaral
1882 [?]	*** 6ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Antonio Nogueira de Pontes Meneses
1882	Partenon Cearense	Do Prof. Lino de Sousa da Encarnação
1878	**Escola Normal	Província /Prédio próprio público na Praça Marques de Herval
1883	**Externato S. Vicente de Paulo	Irmãs de Caridade/particular – Rua 25 de Março
1883	***Jardim da Infância	Iniciativa de Josefa Sidrim da Costa/ Rua do Senador Pompeu, n. 76.
1887	***Colégio da Anunciação	Iniciativa de Mª. Teresa Maia/Rua do Senador Pompeu n. 60
1887	***Ginásio Cearense ¹⁴⁵	Iniciativa de Anacleto Pereira Cavalcante de Queiroz/Rua do Senador Pompeu, n. 24.

Fonte: Elaborado pela autora com suporte em referências¹⁴⁶

Para constituição do primeiro quadro, desconsideramos as escolas de primeiras letras do começo do século XIX, por entendermos que o recuo já extrapolava os nossos interesses de pesquisa, embora a leitura sobre este tipo de escola tenha sido feita (MENEZES, 1939; CASTELO, 1970, dentre outros). Nas observações deste intervalo de 44 anos (1845 a 1889), tanto na Historiografia, quanto nos relatórios dos presidentes da Província do Ceará, percebemos que as escolas provinciais eram vistas dentro de uma visão simplificada, direcionada à figura do mestre, sem maiores atenções e aparatos ao espaço que abrigava a escola.

Isto, decerto, poderia ser justificado pelo fato de as famílias de maior posse terem preceptores em casa, ou encaminhavam seus filhos para estudar nos centros ditos mais cultos e civilizados, notadamente na Europa. As filhas moças eram levadas, no começo do século XX, a estudar em escolas confessionais de Paris. É uma prática que se estende aos nossos dias. Por outro lado, para a população rural ou menos favorecida, a escola não tinha, certamente, nem o interesse dos pais, pois estes precisavam de seus filhos no “cabo da enxada” para tirar da terra a produção. Não se falava propriamente em escola e sim em “cadeiras” e “nomeação de professores”.

¹⁴⁵ Segundo Raimundo Girão (nota 50, p. In: Bezerra de Meneses, 1992), *este sobrado pertenceu de início a Antonio P. de Brito Paiva. Depois funcionou o Colégio Ruche, de Madame Gonthier.*

¹⁴⁶ *“(Relatório com que o Exmo Sr. Senador Pedro Leão Velloso, presidente da Província, passou a administração ao exmo. Sr. Dr. Torquato Mendes Vianna, 1º Vice-presidente no dia 26 de dezembro de 1881” – contém o relato do Diretor da Instrução Pública, Amaro Cavalcanti.

** CEARÁ. Secretaria do Planejamento/ Fichário Central de Obras Sociais do Ceará. *Guia Educacional de Fortaleza*, 1974.

*** BEZERRA DE MENEZES, Antonio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: EdUFC/PMF, 1992, p. 102/171-174.

**** Sousa, Joaquim Moreira de. *Estudo sobre o Ceará*. Publicação n. 8. MEC/INEP/CILEME. 1955.

***** *Almanach do Ceará* [para] 1922. Edição especial. Fortaleza: ? 1921[?]

***** Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1919 pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado, p.20.

*****GIRÃO, Raimundo. Educandários de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. T. 69: 50-71, 1955.

Com a saída dos Jesuítas, a instrução não teve de imediato uma organização sistemática, chegando-se ao século XIX com uma situação não muito diferente, ao ponto de alguns autores considerarem precária, com professores mal pagos (MENEZES, 1939). Esta situação teve uma melhoria com José Martiniano de Alencar, que governou a Província de 1834-1837 e tomou providências, como a Lei de 20 de setembro de 1836, pela qual foram aumentados os vencimentos dos professores.

Na segunda metade do século XIX, começaram a se desenvolver as escolas públicas e as de iniciativa de particulares. neste período tivemos uma intensidade de ações que resultaram na criação do Liceu e, posteriormente, da Escola Normal.

Observamos um crescimento quantitativo das escolas primárias no período de 1877 a 1880, e foram construídas escolas em vários municípios com verba dos *socorros públicos*, *casas de escola*, que não foram incluídas no quadro, por não serem em Fortaleza e sim em vários municípios.

Neste período, foram criados, de iniciativa de particulares, externatos, internatos, jardim de infância, bem como algumas escolas confessionais que se tornaram tradicionais em Fortaleza, como o Colégio da Imaculada e o Seminário Episcopal.

O segundo quadro é composto pela compilação da Historiografia consultada, no que se refere ao estabelecimento de espaços escolares no período da República, desde o seu início até ao ano que antecede a Reforma educacional de 1922.

QUADRO 4.5
Escolas criadas em Fortaleza no período da República até os anos antecedentes à Reforma de 1922

1890	***Escola Pública (?)	Concluído na administração do governador Cel. Luis Antonio Ferraz no Outeiro.
1891	***Fênix Caixerai	Fundada por Heráclito Domingues da Silva, César Augusto da Silva, Miguel Teixeira da Costa, Januário Augusto Fernandes e Benvindo Alves Pereira. Instalada no Clube Iracema
1891	***Externato Santa Clotilde	Direção de Francisca Clotilde/ praça do marques de Herval.
1892	***Instituto de Humanidade	Fundado por Cônego Vicente Salazar da Cunha e Dr. Antônio de Vasconcelos/ rua Sena Madureira c/ rua do Cajueiro(do Pocinho)
1892	***Parthenon Cearense	Fundado por Lino de Souza Encarnação/ rua 24 de maio c/das Trincheiras (Liberato Barroso)
1892	*** 7ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Maria Olímpia Feijó
1892	*** 8ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Maria Rodrigues
1892	*** 9ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Maria Emília de Araújo
1892	*** 10ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Julia Viana de Saboia
1892	*** 11ª Escola Pública mista	Província/ dirigida por Maria Amélia Torres Portugal
1893	***Escola Pública (?)	Concluído na administração do governador José Freire Bezerril

		Fontenele no boulevard do Visconde do rio Branco.
1893	***Escola de Maria Adelaide da Frota Pessoa	Particular/ rua Sena Madureira, n. 111
1895 [?]	***Externato Alba Rosa	Fundado pela diretora Raquel Amaral – na praça do Visconde de Pelotas (praça Clóvis Beviláqua)
1900	**Instituto Miguel Borges	Particular- iniciativa Odorico Castelo Branco/av. D. Manuel, 339
1901	**Externato São Rafael ¹⁴⁷	Associação Internacional de caridade/rua João Lopes, 138 (hoje municipal noutra local)
1903	**Colégio Pio X (ex – Ginásio Pio X)	Iniciativa Frei Mansueto/ rua Barão de Aratanha, 51 – centro
1904	**Escola Isolada Pinto Machado (ex- Centro Artístico Cearense)	Estadual/av. Tristão Gonçalves, 1008.
1904	Collegio Instituto de Humanidades	Propriedade do Prof. Joaquim da Costa Nogueira
1905	Escola Jesus, Maria José	22/janeiro- iniciativa do Bispo diocesano d. Joaquim José Vieira, É dirigida por Irmãs de Caridade/ Bairro do Outeiro.
1905	Phênix Caixeiral	Prédio construído a pça marques de Herval ¹⁴⁸
1906	Externato Coração de Jesus	Das Professoras Maria Bastos Dantas Ribeiro e Célia Brígido, reorganizado em 1912 ¹⁴⁹ .
1907	**Colégio N. Sra. De Lourdes	Particular irmãs Capuchinas – rua Conselheiro Estelita, 500
1907	Colegio N. Sra. Do Carmo	Direção de Maria Clara de Sousa Marques ¹⁵⁰
1907	*****1º Grupo Escolar - Nogueira Accioly	(<i>funciona pela manhã no Palacete da Phenix Caixerel</i>). Na mensagem de Nogueira Accioly – 1907, p.08 - Prédio adquirido pelo Estado. Citado também: ¹⁵¹ (12 de julho/1907)
1909	G. E. do Boulevard do Visconde do Rio Branco (?)	Citado na Mensagem de Nogueira Accioly - 1909
1911	**Colégio Santa Cecília	Particular/ Almerinda Albuquerque/ Associação das Religiosas da Instrução Cristã/ Av. João Pessoa (hoje na av. Sen. Virgílio Távora)
1911	Colégio N. Sra. da Assunção	Dirigido pela Profª. Cristina Arruda Gondim ¹⁵²
1912	Colégio Cearense	Pelos padres Primévio Chaves, Misael Gomes da Silva e José Quinderé.- depois transferido para os irmãos Maristas
1913	**Colégio Cearense Sagrado Coração	Particular (Irmãos Maristas) – Diocese de Fortaleza/av. Duque de Caxias, 101.
1915	**Colégio N. Sra. do Sagrado Coração (ex- Instituto Santa Dorotéia)	Particular/ Congregação de Sta. Dorotéia do Brasil – av. Visconde do Rio Branco, 2078
1915	***** 4º grupo Escolar	Estadual/ (Funciona pela manhã á rua do Seminário) não é sede própria
1916	**G. E. Clóvis Beviláqua	Estadual/Av. D. Manuel, 511
1916	***Collegio <i>La Ruche</i> (jardim de infância)	Particular/ Madame E. Ruedin Gonthier/Senador Pompeu, n. 24. (<i>O Nordeste</i> , de 16/01/1924 assinala esta rua o nº 38).
1916	*****2º G. E.	Estadual/(<i>Funciona á tarde na Sena Madureira, 293</i>)

¹⁴⁷ Nesta Escola estudou o Presidente Castello Branco.

¹⁴⁸ Studart, 2001. p. 173 – 24 de junho – Inauguração solemne do prédio mandado construir pela Phenix Caixeiral á Praça Marquez do Herval nº. 2, Fortaleza. A construção deste palacete, que occupa uma área de 300 metros, teve começo em Março de 1904.Tem elle de frente 160 palmos de comprimento, 65 de largura e 40 de altura.

¹⁴⁹ NOBRE, F. Silva. *Cronologia da Cultura Cearense*, Rio de Janeiro: Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 1988.

¹⁵⁰ NOBRE, F. Silva. *Cronologia da Cultura Cearense*, Rio de Janeiro: Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 1988.

¹⁵¹ NOBRE, F. Silva. *Cronologia da Cultura Cearense*, Rio de Janeiro: Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 1988.

¹⁵² NOBRE, F. Silva. *Cronologia da Cultura Cearense*, Rio de Janeiro: Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 1988.

1916	*****3º G. E.	Estadual/ (<i>Funciona pela manhã á rua do Seminário</i>) não é sede própria.
1918	**Escola Dr. Couto Fernandes	Particular gratuita/Engenheiro Dr. Couto Fernandes p/ filhos de Ferroviários/ rua 24 de Maio, 230
1919	****Colégio Militar de Fortaleza	Federal/Praça General Tibúrcio (em 1955 – Escola Preparatória de Cadetes)
1919	*****5º G. E.	Estadual/ (<i>Funciona pela manhã á rua Sena Madureira</i>) não é sede própria.
1919	*****6º G. E.	Estadual/ (<i>Funciona á rua Senador Pompeu, n. 54</i>) prédio adaptado para escola (ver mensagem presidente Estado, 1920).
1919	*****7º G.E.	Estadual/ (<i>Funciona á rua Senador Pompeu, n. 54, mesmo edificio do Sexto Grupo</i>) prédio adaptado para escola (ver mensagem presidente Estado, 1920)
1919	*****G. E. Modelo (onde funcionou? No Boulevard?)	Estadual/Sede própria. <i>Foram reunidas as seguintes escolas desta Capital: Pelotas, S. Sebastião, Estrada de Messejana, Mão da Madame, Assumpção, Barro Vermelho, Conselheiro Liberato Barroso, Aguanamby, Barão de Aratanha e Cruz.</i> (p. 20)
1920	*****8º G. E.	Estadual/ (<i>funciona á tarde no Palacete da Phenix Caixerai</i>)
1922	*****9º G. E.	Estadual/ (<i>Instituído por acto de 24 de janeiro de 1922, em virtude do d do Visconde do Rio Branco</i> dobramento do Grupo Escolar modelo. <i>Funciona pela manhã, ao boulevard Visconde do Rio Branco</i>)
1922	*****10º G. E.	Estadual/ (<i>Instituído por acto de 24 de janeiro de 1922, em virtude do desdobramento do Grupo Escolar modelo. Funciona á tarde, ao Boulevard Visconde do Rio branco</i>)

Fonte: Elaborado pela autora com base em referências ¹⁵³

No segundo intervalo de tempo, de 30 anos, tanto na Historiografia, quanto nos relatórios dos presidentes do Estado do Ceará, percebemos, primeiro, um crescimento de iniciativas de particulares na criação de escolas; depois um aumento de criação de escolas confessionais; e, por fim, a grande novidade foi o aparecimento dos agrupamentos de escola – os “grupos escolares”.

Quanto aos registros das casas de escola, deste período, não foi possível chegar até eles. Um trabalho mais específico poderia ser aprofundado neste aspecto da pesquisa, contudo, percebemos que, pelas descrições destas casas e, em algumas, a localização, pelo menos, as da Capital, situavam-se no centro da Cidade e nos seus arredores. Poderíamos

¹⁵³ * “Relatório com que o Exmo Sr. Senador Pedro Leão Velloso, presidente da Província, passou a administração ao exmo. Sr. Dr. Torquato Mendes Vianna, 1º Vice-presidente no dia 26 de dezembro de 1881” – contém o relato do Diretor da Instrução Pública, Amaro Cavalcanti.

** CEARÁ. Secretaria do Planejamento/ Fichário Central de Obras Sociais do Ceará. *Guia Educacional de Fortaleza*, 1974.

*** BEZERRA DE MENEZES, Antonio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: EdUFC/PMF, 1992, p. 102/171-174.

****Sousa, Joaquim Moreira de. *Estudo sobre o Ceará*. Publicação n. 8. MEC. INEP. CILEME, 1955.

***** *Almanach do Ceará* [para] 1922. Edição especial. Fortaleza: ? 1921[?]

***** Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1919 pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, presidente do Estado, p.20.

*****GIRÃO, Raimundo. Educandários de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. T. 69: 50-71, 1955.

elaborar um mapeamento geral de localização das escolas, o que se torna impraticável pelas condições de tempo e limitações quanto ao foco da pesquisa, o que nos leva a pensar sobre outros trabalhos posteriores que possam vir a desenvolver este mapeamento das escolas de forma gráfica, podendo constar da visualização da distribuição das escolas na Cidade em vários períodos, no Império, no começo da República, enfim, inúmeros caminhos e possibilidades de estudo de articulação da rede pública de ensino com o desenvolvimento urbano de Fortaleza, vindo a ser uma contribuição para a História da Educação.

Quanto à Arquitetura Escolar, pela mostra que conseguimos registrar, podemos perceber que as primeiras manifestações de Arquitetura Escolar na esfera pública, a que tivemos acesso, excetuando as casas adaptadas e de aluguel, são construções pequenas, com tratamento formal eclético, embora a simetria neoclássica predomine, lembrando os primeiros grupos escolares paulistas de planta compacta, contudo de menor porte. São construções elevadas em seu embasamento, denominadas de “prédio assobradado”¹⁵⁴, dando destaque à edificação, e se assemelham a pequenos templos.

Diferente destes é a Escola Jesus, Maria e José, da Diocese, erguida em 1905, ao lado do Colégio da Imaculada Conceição. Apresenta-se de maior porte do que as escolas públicas vistas aqui. Construída sobre um embasamento que dá destaque ao edifício, segue a simetria neoclássica, marcada pela entrada, embora o tratamento formal seja característico do ecletismo.

Quanto à organização da instrução pública primária, observamos, além das escolas isoladas, uma rede de dez grupos escolares em Fortaleza, embora, pela localização, alguns funcionassem no mesmo prédio, dividido por turno para cada sexo.

Percebemos ainda que nas iniciativas particulares, em sua maioria, eram escolas em edificações adaptadas, raramente construídas para este fim, e que praticamente não deixaram vestígios, bem como mudavam de endereço com certa facilidade. Além disso, o tempo de funcionamento destas escolas, por vezes, era pequeno; logo se extinguíam.

Ao contrário das demais, as escolas dirigidas por ordens religiosas foram erguidas com estrutura de maior porte e em grandes terrenos. Normalmente passaram por ampliações e ainda se apresentam em atividade, como nos casos do Colégio da Imaculada Conceição, do Seminário da Prinha, atual Faculdade Católica, do Colégio dos Maristas, atual Faculdade marista e o Colégio das Doroteias, adquirido por faculdade particular de Pernambuco.

¹⁵⁴ Prédio de um só pavimento mas que tem o seu nível do piso sobre porão alto ou embasamento de altura igual ou superior a 1,50m (*Código de Posturas*, 1932).

CAPÍTULO 5:

A REFORMA DO ENSINO DE 1922, A ESCOLA NORMAL E A REDE DE GRUPOS ESCOLARES NO CEARÁ [PARTE I]

Neste capítulo, foco principal deste estudo, analisamos a Reforma de 1922, explorando os objetivos da referida mudança, sobretudo o que diz respeito ao sentido arquitetônico, político e pedagógico dos espaços escolares produzidos ou adaptados para tal, a partir do ano de 1922, que escolhemos como “referencial”, visto que, na Historiografia local sobre História da Educação, esta reforma é sempre a mais destacada e, principalmente, pelo fato de ter induzido a mudanças de maior impacto, como a reorganização da Escola Normal, instituição de maior importância para a instrução primária da época, para a formação de professores primários, em consequência, a reorganização e criação de grupos escolares na Capital e no restante do Estado, bem como a construção de espaços adequados destinados a este fim, começando pela construção da nova sede da Escola Normal, seguida da edificação de grupos escolares.

Este capítulo está estruturado em duas partes: inicialmente, analisamos a reforma de 1922 – buscando seus objetivos, proposições, a legislação e desdobramentos, com base na Historiografia, em documentos e jornais; e, em segundo, a análise dos espaços escolares construídos e/ou reformados ou reorganizados para atender as determinações da referida reforma. Na segunda parte, objetivamos reconstituir a história destas instituições, com ênfase na cultura material escolar, mais especificamente, sobre os espaços da escola. No decorrer da investigação, tivemos muitas vezes a condição de perceber a escola em seu percurso de funcionamento ao longo do tempo, podendo comparar o que e como acontecia a escola em seus espaços e em suas reformas, mudanças e ampliações. Como critério de análise, utilizamos a localização da escola na Cidade, com vistas a perceber os aspectos urbanísticos e extraíndo sua representatividade como equipamento social urbano, importância deste equipamento; implantação no terreno, onde observamos a utilização do lote, recuos, fechamentos; a tipologia da edificação, partido, simetria, espaço fechado e aberto, verificando a existência de pátio interno e áreas livres; dimensionamento e distribuição de salas de aula; além dos aspectos sanitários, de iluminação e ventilação. Em alguns casos, não foi possível a análise por ter sido demolido o prédio original, ou por não haver o dito prédio original nem documentos gráficos, mas apenas adaptações já não mais existentes.

5.1 A Reforma de 1922 na Historiografia

Considerando que a reforma educacional do Ceará de 1922 é considerada referencial na História da Educação brasileira, por ter sido uma das primeiras no rol das reformas realizadas nessa década, buscamos fazer uma garimpagem na Historiografia. Com efeito, Cavalcante (2000)¹⁵⁵ adiantou-se na compilação das referências sobre o assunto, quando de sua pesquisa *João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922 no Ceará*, ao que podemos acrescentar algumas outras referências.

Iniciando por intelectuais da época, como Fernando de Azevedo (1964), um dos mais envolvidos com as reformas daquela década e movimentos posteriores de organização nacional da Educação no Brasil, suas palavras sobre os reformadores é por todos conhecida, quando nomeou Lourenço Filho, no Ceará; Anísio Teixeira, na Bahia; Carneiro Leão, no Rio de Janeiro, e Lisímaco da Costa, no Paraná, cujos esforços já se orientam por uma ação [...] para a renovação escolar, semeando novas ideias e técnicas pedagógicas (AZEVEDO, 1964).

O que não se tem na referência de Azevedo em relação ao Ceará é a alusão aos intelectuais da terra, que aqui também estavam a par da necessidade de promover inovações no ensino, como o próprio Justiniano de Serpa, Francisca Clotilde, José de Barcelos, Ana Facó, Soriano Albuquerque, Rodolfo Teófilo, Newton Craveiro, João Hippolyto, diretor da Escola Normal, e muitos outros nomes da intelectualidade cearense.

Clarice Nunes (1998) comenta sobre a atuação de Lourenço Filho no Ceará, assinalando que inicia sua carreira de autor como intérprete da realidade sertaneja nordestina. E sua incumbência de reorganizar o ensino público no Ceará o levou a percorrer os sertões, a fim de instalar escolas e, conseqüentemente, examinar as condições da vida regional e da mentalidade do sertanejo. Considera que o sucesso de sua obra, *Juazeiro do Padre Cícero* (1926), a qual o levou a ser eleito para a Academia Paulista de Letras, foi encoberto pelas obras no âmbito da Psicologia Escolar, de conteúdo específico da Educação, foram mais lidas pelos professores das escolas públicas do que a obra de estreia.

Para Maria Leda Silva Lourenço (1997), a reforma de 1922 no Ceará foi tida como laboratório das experiências que iniciaram o movimento da Escola Nova – cujo grande momento foi o Manifesto de 1932, no qual, continha

¹⁵⁵ Da Historiografia citados em Cavalcante (2000), estão os seguintes autores: Azevedo (1976); Nagle (1974); Sampaio (1983); Newton Craveiro (1923); Souza Pinto (1939) e Joaquim Alves (1958); Menezes (1944); Sousa (1957); Castelo (1970); Nogueira (1985).

[...] um programa completo de reconstrução educacional, traduzindo uma nova política educacional e os princípios da educação nova, refletiu todo um movimento de renovação – social, política, econômica, cultural e educacional – que se desenvolvera no País, nos anos dez e se intensificara a partir dos anos vinte. (LOURENÇO in MONARCHA, 1997, p. 63).

Segundo a mesma autora, ao discorrer sobre o pensamento de Lourenço Filho em seus escritos pedagógicos e nas conferências da *Associação Brasileira de Educação*, considera que o livro *Introdução ao estudo da Escola Nova* (1930), constitui marco fundamental do movimento escolanovista e que as reformas de ensino no Ceará (1922-1923), em São Paulo (1930-1931) e a organização e direção da Escola Primária Experimental Rio Branco (1927-1930) empreendidas por Lourenço Filho foram realizações concretas do referido movimento (OP. CIT, p. 63-64).

Carlos Monarcha (2002), no prefácio da 4ª edição do livro *Joaseiro do Padre Cícero*, argumenta que, para diferentes analistas, a reforma do ensino conduzida por Lourenço Filho representou um marco histórico na trajetória da Educação brasileira, sendo considerada uma das primeiras manifestações do movimento da Escola Nova no Brasil (OP. CIT., p. 11-12).

Marta Maria Chagas de Carvalho (2007), em *500 anos de Educação no Brasil*, faz um retrospecto das reformas da instrução pública no Brasil nos anos de 1920, analisando as questões pedagógicas que envolveram estas reformas em São Paulo, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Ao referir-se à Reforma de 1922 no Ceará, aponta como fundamental a redefinição dos moldes educacionais, inserindo, além de novas disciplinas na formação de professores, nos termos propostos por Sampaio Dória, espaço para a educação moral e para o desenvolvimento de aptidões físicas.

O cerne da nova mentalidade que queria implantar residia na compreensão de que a escola não mais devia limitar-se a ensinar a ler, escrever e contar. O programa era simples: tratava-se de inscrever a escola e a Pedagogia nos marcos spencerianos que propunham como objetivo a educação – física, intelectual e moral –, adaptando-os ao meio cearense. Nesta adaptação, a escola verbalista era repelida, os objetivos da educação intelectual redefinidos por Sampaio Dória, abrindo-se espaço para a educação moral e para o desenvolvimento de aptidões físicas. (OP. CIT., p. 234-235)

Com efeito, complementa a mesma autora a ideia de que, entre as novas disciplinas, *ganham espaço as que permitem educar o corpo e harmonizar o espírito por meio de exercícios físicos: os desenhos, os trabalhos manuais, os jogos, o escotismo e a ginástica sueca* (IDEM).

Faz destaque ao livro didático *João Pergunta*, de autoria do cearense Newton Craveiro, e faz citação desse autor sobre a *Escola-Modelo*, enfatizando a orientação do

professor paulista Lourenço Filho e o fato de que o mobiliário foi todo comprado em São Paulo. Lembra ainda o episódio de Juazeiro do Norte e Padre Cícero, que, ao nosso entender, apesar de constituir fato negativo para a época, o tempo encarregou de transformar em positivo para ambos: para o Professor Lourenço Filho, uma experiência ímpar no sertão cearense e um livro premiado; para o Padre (e para Juazeiro do Norte), uma divulgação nacional, quiçá internacional, daquele local.

No Ceará, tanto as mensagens dos presidentes do Estado, quanto a Historiografia se referem à Reforma de 1922 de forma positiva, bem como aos seus desdobramentos em períodos históricos subsequentes.

Em 1927, a mensagem do Presidente do Estado, desembargador José Moreira da Rocha, comenta sobre o benefício que resultou o movimento da Caixa Escolar, uma herança de 1922, sendo apresentado pelo então diretor geral da Instrução Pública, professor Antônio de Salles Campos, o quadro de matrículas, avaliando que diminuiu a frequência do ano de 1926 em relação ao ano anterior.

O mesmo Presidente apresenta, em sua mensagem de 1928, o quadro positivo e gradual de crescente número de estabelecimento de ensino e da frequência (Ver tabela 4.1).

Tabela 5.1

MOVIMENTO GERAL DAS ESCOLAS PUBLICAS DO ESTADO EM 1927

Categoria dos estabelecimentos		N. de Estab.	Matricula geral	Freq. média
Na Capital	Grupos Escolares	7	3.461	1.961
	Escolas Reunidas	4	667	320
	Escolas Isoladas	29	1.795	979
	Escolas Municipaes	10	447	283
	Total	50	6.370	3.543
No Interior	Grupos Escolares	18	4.675	2.647
	Escolas Reunidas	27	3.615	2.195
	Escolas Isoladas	229	11.076	6.698
	Esc. subvencionadas	86	3.615	2.188
	Total	360	22.981	13.728
Em todo o Estado — Total geral		410	29.351	17.271

25

Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1463/000025.html>

O presidente do Estado, José Carlos de Matos Peixoto, em sua Mensagem à Assembleia Legislativa, no ano de 1930, considera que, com a reforma de 1922, a instrução pública primária no Estado tomou nova feição, com a adoção do ensino intuitivo, tendo a esta altura, experiências, nos grupos da Capital, para a incorporação dos métodos da Escola Nova. Importante também, nesse documento, é a asserção da criação de *Círculos de Pais e Professores*, de *Cooperativas Escolares*, instalação de gabinetes dentários, bem como a autorização para criação de 150 escolas rurais subvencionadas,

[...] Tendo a lei nº. 2.685, de 24 de agosto PP., autorizado o Executivo a crear até 150 escolas ruraes subvencionadas, foram, até agora, creadas 50 dessas escolas, que estão servindo efficientemente.

[...] Além de 15 escolas creadas anteriormente, de conformidade com a lei nº. 2.599, localizaram-se, ao todo, 81 novas escolas, das quaes 50 ruraes e 31 de diplomadas (as 31 foram creadas de junho de 1929 a 21 de maio de 1930). [...] Installaram-se dois grupos escolares, um em Pacatuba, outro em são Bernardo das Russas, tendo os respectivos prefeitos adaptado prédios para o seu funcionamento. (MENSAGEM do Presidente do Estado, José Carlos de Matos Peixoto, 1930, p. 10-11).

Nesta mensagem, tanto percebemos a boa repercussão nos novos métodos de ensino, como a continuidade do propósito de abertura de escolas, embora a maioria delas ainda na categoria de Escola Isolada, pois apenas dois grupos escolares foram criados. O movimento da matrícula nos 434 estabelecimentos de ensino foi de 31.421 crianças, das quais saíram alfabetizadas 6.520.

Joaquim Moreira de Sousa, que, no início da década de 1930, ocupou a Direção da Instrução Pública, considera a Reforma de 1922 um marco na História da Educação do Ceará. Assinala ter sido até os anos 50 o mais representativo dos caminhos do Ensino Normal neste Estado, por ter promovido a reorganização da escola de formação de professores primários, a Escola Normal, suprimido disciplinas, criado outras, aplicado práticas escolares que se fundam nos princípios da “Escola Nova”. Segundo Sousa [196-?, p. 165],

[...] valorizou-se o ensino experimental; puseram-se os alunos a participar das aulas, combateu-se a memorização e o dogmatismo arcaicos, até então reinantes. Refizeram-se os prédios das escolas públicas. A própria Escola Normal recebeu novo edifício, cuja construção se iniciou no mesmo ano de 1922. O Estado aumentou consideravelmente o número de escolas e grupos escolares.

O mesmo autor garante que foi instituído pela Reforma um programa de construção de prédios escolares apropriados aos trabalhos educacionais. *Dez grupos escolares em vários locais do Estado, criados e reorganizados cinco grupos escolares na Capital e instaladas escolas reunidas em dezoito municípios.* É esta afirmação de Moreira de Sousa que tomamos como ponto de partida da pesquisa no restante do Estado, a fim de verificar os vestígios destes grupos escolares criados com a Reforma de 1922, dos quais trataremos mais adiante.

Cruz Filho (1931) nos apresenta uma visão geral da História do Ceará e lamenta que os governantes tenham deixado o analfabetismo chegar a um nível que ele denominou “institucional”. Por outro lado, ressalta o governo de Justiniano de Serpa como administração *com mais largueza de vistas ao problema*, faz referência a reinstalação da Diretoria da

Instrução. Na sua avaliação sobre a reforma, comenta que Lourenço Filho *imprimiu uma direção promissora ao ensino, cujos frutos ainda estamos colhendo* (OP. CIT., p. 214-215).

Alves (1966) também vê como positivos os resultados da Reforma, assinalando que, no período de 1921 a 1930, iniciou-se outra fase na Educação, em que o ensino primário passou por uma reforma iniciada pelo professor Lourenço Filho, acompanhada de condições favoráveis no governo de Justiniano de Serpa, quando as dificuldades decorrentes dos problemas climáticos tinham desaparecido e o Estado entrara em uma fase de prosperidade econômica, com o aumento da produção, das rendas e do desenvolvimento comercial.

Como um efeito da Reforma, explica o autor que o professorado adquiriu conhecimentos modernos, com a introdução de compêndios de autores como Claparède, Dewey, Kilpatrick, Ferrière, entre outros expoentes do movimento da Escola Nova, que foram na década seguinte enfatizados no livro escrito por professor Lourenço Filho, *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, que se tornou uma espécie de bíblia do professores primários renovados culturalmente, contribuindo para que a escola primária cearense se enquadrasse no movimento de renovação que se processava no Brasil.

Com a instalação da Reforma de 1922, novos métodos de ensino e outros livros didáticos foram introduzidos. No final daquela década, no entanto, o quadro se apresentava com precariedade dos prédios escolares e a falta de construções para um número de crianças que crescia e demandava escolarização.

Um reforço à infraestrutura do sistema de instrução pública primária só veio uma década depois, com a unificação do ensino primário pelo Estado. Com o Decreto-Lei nº. 343, de 31 de dezembro de 1931, baixado pela Interventoria Estadual, transferindo as escolas municipais para o Estado, resultou a criação dos seguintes estabelecimentos escolares: um grupo escolar na Capital, seis escolas reunidas no restante do Estado, 364 escolas isoladas, destas, 285 rurais.

A Reforma de 1922 criou uma atmosfera favorável à renovação do ensino público no Ceará, que continuou mesmo depois do retorno de Lourenço Filho a São Paulo, em 1924, em função da morte do presidente Justiniano de Serpa, conforme nos aponta Cavalcante (2000). Segundo a citada autora, particularmente as décadas de 1930 e 1950 foram demarcadas por iniciativas do Poder Público de continuidade e/ou retomada de programas de reforma pautados no ideário da Escola Nova.

Girão (1984) faz elogios à gestão do presidente Justiniano de Serpa, como homem de visão arejada. Neste sentido, a respeito das mudanças na instrução pública, comenta o convite a técnico alheio às conveniências da terra e transformar o método de ensino em maneira mais

prática e coerente, e descreve alguns pontos fortes do processo de reforma, como a reestruturação pedagógica da Escola Normal; instalação da Diretoria da Instrução Pública; a realização do cadastro escolar; a criação de grupos escolares e escolas reunidas.

Castro (1987), comentando sobre obras públicas, em ensaio sobre o Ecletismo no Ceará, assinala ações de Justiniano de Serpa, dentre elas a construção de prédios escolares.

As propostas de reformulação do sistema de ensino público do Estado, iniciadas na gestão Justiniano de Serpa, corresponderiam a uma mudança na arquitetura dos edifícios escolares, que deveriam ser construídos com fins específicos e à moderna.

[...] dentre as novas realizações constavam os Grupos Escolares Visconde do Rio Branco e Fernandes Vieira (hoje Juvenal Galeno). Os projetos desses prédios haviam sido solicitados por Albano ao arquiteto Armando Oliveira, do Rio de Janeiro, um dos participantes do chamado Movimento Tradicionalista, propagado por Ricardo Severo e patrocinado por José Mariano Filho na própria Escola de Belas artes. (CASTRO, 1987, p. 231)

Cavalcante (2000) faz uma abordagem diferente e complexa sobre a Reforma de 1922. São comuns na historiografia as referências serem feitas de forma direta e superficial em relação ao Professor Lourenço Filho no comando da Reforma. O Próprio Joaquim Alves se reporta à *Reforma Lourenço Filho...*

Percebemos, no entanto, na abordagem de Cavalcante, um ângulo diferenciado de visão sobre o assunto. Decerto, ao deparar o arquivo particular do professor João Hyppolito, diretor da Escola Normal, novas perspectivas lhe despertaram sobre o assunto.

A autora, com efeito, não centraliza seu estudo somente na pessoa de Lourenço Filho, mas explora e amplia a participação cearense na referida reforma. Mesmo porque, com o material inédito em mão – o arquivo pessoal de João Hyppolito, e nele as correspondências que este mantinha com seu amigo Lourenço Filho – logra realizar um estudo aprofundado sobre as inúmeras questões que envolvem as mudanças e retrocessos da Educação no Ceará neste período, bem como pelo uso dos jornais como fonte, aquilatar as disputas políticas que envolvem personagens atuantes no governo e na educação do Estado, levando a autora a uma releitura do período analisado.

Podemos citar, ainda, outros trabalhos locais que abordam a Reforma de 1922 sob vários aspectos, tais como em Nogueira (2001); Pinho (2004); Oliveira (2008); Silva (2001), os quais também foram subsídios para pesquisa. Decidimos fazer uma abordagem ainda sobre os instrumentos legais e analisar a produção arquitetônica resultado desta reforma.

5.2 Instrumentos legais, elementos norteadores e desdobramentos da Reforma

A Reforma da Instrução Pública resultou de uma decisão política, embora recheada de *embates com as forças políticas locais*, assunto por demais debatido entre os autores que se aprofundaram no tema por meio de novas abordagens (CAVALCANTE, 2000; NOGUEIRA, 2001; PINHO, 2004; SILVA, 2002; OLIVEIRA, 2008), as quais não sentimos a necessidade de rediscutir, mas de vislumbrar outros aspectos ainda não tratados.

Segundo o *Almanach do Ceará* (1924), em 2 de julho de 1922, foi reinstalada a Inspeção de Instrução Pública, transformada em Diretoria Geral da Instrução, e, em 2 de janeiro de 1923, foi expedido o Decreto n.º 474, que aprovou o novo Regulamento da Instrução, e conseqüente a este, a reorganização dos grupos escolares da Capital e do restante do Estado, sendo criados grupos ali, num total de 11 e 20 *Escolas Reunidas*; foi também estabelecida a fiscalização do ensino particular nos municípios, dispondo-se de inspetores regionais; criadas ainda a Caixa Escolar, a inspeção médico-escolar dentre outras providências, como veremos a seguir.

Para melhor entender a reforma, fizemos inicialmente a leitura da legislação prescrita em 1922, dos documentos e dos registros da época e, em contato com os jornais da década de 1920, pudemos perceber os efeitos por ela provocados, positivamente ou não. Os periódicos de então acompanham de perto todas as atividades que dizem respeito à Reforma. Algumas vezes apenas noticiando o fato, outras tecendo elogios e ainda há algumas delas em tom de crítica. Entre aquelas e estas, destacamos algumas opiniões do editorial do jornal católico *O Nordeste*.

Foi compreendida, finalmente, pelos nossos governantes a necessidade urgente e palpitante de reformar-se, sob moldes modernos e eficazes, o ensino publico, quer primário, quer normal.

A deficiência do professorado, o numero exíguo de escolas, estas pessimamente accommodadas, aquelle sem a pratica e o discortino requeridos pelo seu mister, de há muito reclamavam a acção energica e patriotica dos governos.

Hoje, todos sabemos que o dr. Justiniano de Serpa está empenhado em remediar, sinão extinguir as falhas do ensino publico.

Assim é que o dr. Lourenço Filho, pedagogo paulista, contractado pelo nosso governo, age com poderes discrecionarios, á frente da Directoria da Instrucção.[...]

O Grupo Escolar modelo, que, como indica o seu nome, servira de copia aos demais grupos escolares. Já se encontra definitivamente installado, com os requisitos exigidos.

Assim a instrucção primaria, como a normal, marcarão phase de progresso invejável e digno de registo. (*O NORDESTE*, 21 de julho de 1922. n.º. 20, p. 1)

Houve outras, ainda, em tom de reclamação, como é o caso das críticas em relação ao atraso do pagamento das professoras – “*ensino fiado*”, ou as apologias feitas em meio ao intenso nacionalismo/civismo que também era enaltecido pelas diretoras e professoras, principalmente dos grupos escolares, noticiadas nos jornais.

O resultado de todo este esforço de leitura e apreensão do momento histórico da Reforma Educacional de 1922 e seus desdobramentos é apresentado, à medida que comentamos e analisamos as linhas mestras da Reforma, segundo as duas referências que encontramos, ambas de autoria de Newton Craveiro¹⁵⁶, Inspetor Escolar que trabalhou com Lourenço Filho: a primeira referência é a *Revista Nacional* n. 7., de 1923; a outra é o *Almanach do Estado do Ceará* (1923), onde o autor intitula *Período de “Renascença”*.

Além das referências, consideramos a entrevista concedida pelo professor Lourenço Filho¹⁵⁷ a *O Nordeste*¹⁵⁸, de maior importância para o entendimento da visão dele em relação à proposta de reforma. Julgamos, então, ser pertinente reproduzir os pontos fundamentais do que estava sendo então pensado quanto ao possível desdobramento da reforma para o Ceará, em termos de uma continuidade para se obter a mudança efetiva na Educação popular.

Ressaltamos aqui alguns pontos de sua entrevista. Inicia dizendo que a *instrução chegou a ótimo ponto para grande desenvolvimento do plano de remodelação que foi traçado e foi cumprido á risca, nas suas partes iniciais, mais dificultosas*; que o governo, dando continuidade à orientação que se tem agora, possivelmente dentro *de dois anos, poderá ter quase a metade da população em idade escolar cursando escolas*. Isto porque estava nos planos da reforma a criação de cem escolas.

Argumenta que, dentro de pouco tempo, se verificará o valor das novas instalações da Escola Normal, e esta terá influência na organização de todo o ensino primário e também no ensino secundário do Estado, o que de fato aconteceu até os anos de 1950. E explica que alguns pontos representam a espinha dorsal deste processo. Transcrevemos somente os pontos por ele destacados:

- A reforma fez, em 1923, a organização do ensino urbano. Naturalmente não ficou completa, mas ficou bem encaminhada. A perfeição do ensino urbano, nas cidades e villas do interior, representa a segurança de

¹⁵⁶ Newton Craveiro (1893-1926) desde cedo dedicado às questões de Educação, foi educador, jornalista, sociólogo e escritor. Trabalhou durante a Reforma de 1922 no Ceará como Inspetor do Ensino, colaborador de Lourenço Filho. Autor dos livros: *Quem é o sertanejo*, e *João pergunta* (GIRÃO, 1966).

¹⁵⁷ Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), nascido em Porto Ferreira – São Paulo, diplomado pela Escola Normal Secundária em 1917. Em 1922, a convite do Governo cearense, assumiu o cargo de Diretor da Instrução Pública e lecionou na Escola Normal de Fortaleza. As reformas por ele empreendidas no Ceará repercutiram no País. Cátedra de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal de Piracicaba. Conhecido, sobretudo pela participação no Manifesto de 1932 – Os Pioneiros da Escola Nova. Autor de vários livros. Ver mais em Monarcha (1997).

¹⁵⁸ *O Nordeste* foi consultado no Acervo da Sala de História da Arquidiocese de Fortaleza.

toda a educação popular. **Valerá mais um grupo escolar funcionando bem, como um fóco de progresso, no alto sertão, do que vinte escolas isoladas que por força das circunstancias, são absorvidas pelo meio e não podem reagir para elevá-lo** [grifo meu].

Tome nota, pois:

1 – Do aperfeiçoamento do ensino urbano (grupos e escolas reunidas) depende tanto o futuro do ensino particular. Esses estabelecimentos serão os núcleos qualitativos do ensino. [...]

2 – Ao lado do ensino urbano, organizar o ensino rural. [...]

3 – Desenvolver a Caixa Escolar.[...]

4 – Manter o critério de selecção do professorado.[...]

5 – Elevar os vencimentos do professorado.[...]

6 – Não permitir a deslocação de escolas do interior para o município da capital, o que só visa fins pessoas e nunca as necessidades publicas.[...] (*O NORDESTE*, Anno II, 5/01/1924, n. 456, p. 1).

Nesta entrevista, ele reafirma que a Reforma de 1922 constituía um salto de qualidade do ensino urbano; depois, viria a quantidade, com a organização do ensino rural. Ressalta a necessidade da participação das municipalidades no cumprimento do preceito constitucional, uma vez que, em 1923, apenas 16 municípios cumpriram de fato; isto para que se obtenham meios de dar continuidade e alcançar resultados no combate ao analfabetismo. Desta forma, se distribui um bom ensino urbano estadual, com os grupos escolares, que vão naturalmente elevando o nível da instrução.

Lourenço Filho assinala ainda que

Um dos males do systema antigo do Ceará foi dispersar demais os seus elementos em escolas isoladas, dando logar a um semi-analphabetismo sem vantagem pratica nenhuma.

É preciso que o ensino urbano e rural não se confundam na qualidade: é preciso que se mantenha o ensino graduado dos grupos escolares, ou não haverá educação popular digna desse nome. (*O NORDESTE*, Anno II, 5/01/1924, n. 456, p. 1).

É notadamente contra as escolas isoladas, pois considera que, sem a *seriação*, não se pode avançar na Educação popular. Por isso, enfatiza a ideia de que os grupos escolares devem ser criados nas cidades, realça ainda a noção de que a qualidade deve estar no ensino urbano, pois que pelas dificuldades das escolas isoladas rurais, sejam criadas escolas subvencionadas; e que a *Caixa Escolar* é uma saída para garantir a frequência da população que não tem condições de manter o filho com fardamento, calçado, livros e materiais.

Reconhece que manter o critério de seleção do professorado é muito importante, mas, aliado a isto, é preciso melhorar as condições materiais para o magistério. Observa que o Ceará deve preocupar-se mais com a extensão do ensino de todo o Estado, que conta com o da Capital, porque aqui a iniciativa privada e mesmo as instituições beneficentes muito fazem e podem ainda fazer pela Educação popular. Condena ainda a transferência de professores das

idades para a Capital, pois visam normalmente a fins pessoais em detrimento das necessidades públicas.

Estes são, portanto, os pontos críticos reunidos por Lourenço Filho na remodelação do ensino, e, para mantê-lo e melhorá-lo com qualidade, exigem da parte do Governo a manutenção do serviço de inspeção escolar

Sem a inspecção regional, com liberdade de acção, nada se fará.

Aliás, tudo isso não é sinão cumprir a decreto 474, de 2 de janeiro de 1923...[...]

O Regulamento em vigor é, realmente, um trabalho que procura obviar aos embaraços do favoritismo. Mas o Regulamento é apenas uma sugestão: é preciso que os homens de governo o respeitem e o defendam. (*O NORDESTE*, Anno II, 5/01/1924, n. 456, p. 1).

Os seis pontos expressos pelo professor Lourenço Filho na citada entrevista não são exatamente as linhas mestras apresentadas adiante por Craveiro (1923), inspetor de ensino, testemunho e participante na reforma no posto de inspetor escolar, mas são pontos complementares em relação aos futuros desdobramentos da Reforma, por ele consideradas principais para a continuidade deste processo. Tais pontos também são importantes pelo fato de propiciarem elementos para uma futura avaliação, ou seja, se tais eixos foram de fato condições determinantes para o sucesso ou não da reforma. Caso alguns desses pontos não tenham sido atingidos na prática, já que nem tudo se atingiu em plenitude, isto desencadearia falhas e insucesso.

Newton Craveiro merece destaque pela sua participação ativa na concretização dos objetivos da Reforma de ensino primário no Ceará. Coube a ele elaborar o registro denominado *«A Renascença cearense»*, uma contribuição para Historiografia de todo o processo ocorrido na referida Reforma. Alves e Mota (2010), bem como Monarcha (2002), lembram bem quando assinalam que o próprio Lourenço Filho atribuía a Newton Craveiro a elaboração matricial e o registro das ações inerentes à Reforma.

As linhas mestras assinaladas por Craveiro se referem aos pilares da Reforma, executada entre 1922-1923, que consistiam no seguinte:

- a) *Reorganização da Escola Normal*
- b) *Instalação da Directoria da instrução.*
- c) *Realização do “Cadastro escolar” – Estado dividido em seis regiões para o cadastro.*
- d) *Relocalização das escolas – não se tinha antes nenhuma escola reunida. “Typo commodo e barato do grupo-escolar (p. 434).
8 grupos escolares
21 escolas reunidas*

e) *Introdução de novas praticas escolares – “a leitura analytica, o calculo concreto, o ensino simultaneo da leitura e da escripta, o desenho do natural, o ‘slodj’, a cartographia, a gymnastica sueca, etc”.*

f) *O “Curso de Férias” – terminou com conferencias sobre Hygiene pratica realizada por medicos especialistas.*

g) *A Construção de Predios Escolares – foi adquirido e adaptado “um excelente predio para o grupo escolar do outeiro, e será iniciada a construção para o grupo escolar do Bemfica nesta capital”.*

h) *Outras inovações da Reforma: Nomeação por concurso; fiscalização sistemática; obrigatoriedade escolar; Caixa Escolar; Escotismo; Inspeção Medico-escolar – pelo Dr. José Furtado Filho – iniciam na Escola Modelo e Grupos Escolares da Capital com “Ficha sanitaria individual”. (REVISTA NACIONAL nº 7, 1923).*

Não vamos nos deter em todos os aspectos apontados por Craveiro na Reforma, até porque outros autores já citados o fizeram, tanto nas questões pedagógicas, como políticas, mas vale ressaltar alguns pontos pertinentes aos nossos objetivos de estudo, porém não cuidaremos nesta mesma ordem, e alguns tópicos serão mais detalhados, como o referente à construção de prédios escolares.

Iniciamos pelo conceito de “reforma” utilizado no trabalho organizado por Diana Vidal e Adrián Ascolani (2009) acerca de ensaios de História Comparada da Educação sobre reformas educativas no Brasil e na Argentina (1820-2000). Debater e repensar sobre o conceito de reforma, que, segundo as autoras, tinha a finalidade não de chegar a um amplo conceito que acomodasse todas as especificidades possíveis, mas de se acercar de um *conjunto de precauções teóricas e indagações de pesquisa para permitir ampliar o olhar sobre esse objeto de investigação.*

Etimologicamente, reforma tem origem no latim *Reformatio* (*ônis*), que indica metamorfose e, no sentido figurado, costumes. O verbo *reformato*, *ãs*, *are*, *ãvi*, *atum* significa tanto devolver à primeira forma, **refazer e restabelecer**[grifo meu], quanto **corrigir e melhorar**. Como é transitivo demanda complemento. Portanto, reformar abre vazios em torno de si, que devem ser preenchidos por dois papéis semânticos: os sujeitos que realizam a **ação** e os **objetos** sobre os quais age. [...]

[...] Assim, o termo reforma tem sido usado para designar um ato político ou legislativo na tentativa de alterar, corrigir e produzir mudanças sempre numa perspectiva de aprimoramento. (OP. CIT., p. 16-17)

A reforma educacional não chegou a ser, portanto, uma “revolução”¹⁵⁹, uma ruptura completa, mas uma reorganização, uma atualização, uma dinamização nos métodos, com introdução de alguns novos elementos que contribuiriam para aprimorar e tornar mais eficaz o ensino-aprendizagem, como veremos nas linhas mestras da reforma apresentadas por Craveiro (1923).

¹⁵⁹ Sobre o conceito de “revolução” ver mais em Oliveira (1991).

Analisando a Lei nº 1.953, de 2 de agosto de 1922¹⁶⁰, que dispõe sobre a Instrução Pública do Estado, visando a encontrar indícios, elementos ou princípios norteadores que fizessem referência a configuração dos espaços, ou aos elementos construtivos, como dimensão de salas, altura do teto, iluminação, aberturas de iluminação e ventilação, ou até mesmo sobre o mobiliário, muito pouco conseguimos relacionar.

Por isso resolvemos investigar em regulamentos de reformas anteriores, para verificar se, uma vez já estando este assunto estabelecido de conformidade com os princípios tanto de Arquitetura e construção como de higiene vigentes e aceitos em período antecedente, a Reforma de 1922 teria se preocupado mais com outros aspectos que não estes.

Desta forma, pensamos na hipótese de que, a Reforma tinha como objetivo principal a formação de professores e mudança de métodos pedagógicos, a construção de prédios escolares estava em decorrência do objetivo principal, mas em segundo plano de prioridade.

O que realmente percebemos e confirmamos, ao ler e comparar os regulamentos e regimentos internos da instrução primária a que tivemos acesso, ou seja, os documentos regulamentares dos anos de 1881, 1905, 1907 e 1915, é que nos parece haver um desenvolvimento paulatino no que se refere à preocupação com o espaço da escola, como visto no capítulo anterior. Identificamos, portanto, o fato de que, embora sejam descontínuas e tênues, por força das secas e disputas políticas ocorridas entre o Império e a República, as tentativas de organização do ensino neles contidos indicam a existência de uma preocupação constante do Poder Público em criar, manter ou reformar escolas e seus métodos pedagógicos.

O Regimento de 1881, portanto, no Império, tratava de uma escola ainda nos moldes tradicionais, embora se encontrassem nos relatórios dos presidentes da Província neste período comentários sobre como deveriam ser as escolas, tudo gravitava ao redor do mestre-escola, o professor. O regulamento de 1905 instituiu no Ceará pela primeira vez os grupos escolares. E no de 1915 encontra-se farto material, determinando e condicionando a configuração de um espaço escolar.

A Lei nº. 1.953, de 2 de agosto de 1922, praticamente não trata dos aspectos espaciais da escola. Comparando-a ao Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário de 1915, percebemos que é omissa em relação a temas tratados anteriormente, tais como o referente à relação espaço-aluno. A legislação de 1922, em seu art. 88, inciso 1 assinala que – *o número mínimo da matrícula, para cada classe ou escola, é o de trinta alunos, e o máximo de sessenta*, mas não determina uma relação de espaço-aluno, ou seja, que dimensões de sala

¹⁶⁰ A Lei de n.º 1.953, de 2 de agosto de 1922, encontra-se em Nogueira (2001) em anexos.

devemos ter para receber esta quantidade de alunos. Enquanto isso a legislação de 1915, neste sentido, deixa claro em seu Art. 9º, como já vimos no capítulo anterior, que – *A superfície do pavimento das classes será calculada na razão de 1m,25 para cada aluno. E complementa que nestas condições uma sala de classe, freqüentada por sessenta meninos, o maximum admitido pelo Regulamento vigente, deverá ter as dimensões seguintes: Comprimento 10m. Largura 7,50m. Superfície total 75mq [m²].* Disciplinando também a altura da sala ou “pé direito” de 4,00m.

A legislação de 1922, por sua vez, enfatiza e prioriza os aspectos mais pedagógicos, trazendo de volta, porém em novos moldes de concepção a *escola de aplicação* como escola-modelo para exercício da prática pedagógica das normalistas, as *conferências pedagógicas*, a *caixa escolar*, que já era prescrito no regulamento de 1905.

A Educação foi matéria incipiente na Constituição Estadual de 1921. A novidade foi o estabelecimento de atribuições relativas ao Município, sendo definida como competências das câmaras municipais “criar escolas de instrução primária e profissional reservando para este serviço dez por cento, pelo menos, de suas rendas”. (INEP, 2006).

Como visto na Constituição estadual, em termos de matéria de Educação, é bem menos inovadora e enfática do que foram os documentos da Instrução Pública – *Regulamento da instrução Primária do Estado do Ceará* (1905) e *Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário* (1915) que, pelo que percebemos, são fundamentais para as reformas que se sucederam nos anos vindouros. Inclusive, no *Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário*, de 1915, encontram-se elementos organizadores dos espaços escolares que não encontraremos nos documentos da Reforma de 1922, portanto, se estes não foram revogados, continuam sendo seguidos por aquiescência ou por falta de outros que venham a ser julgados mais apropriados.

5.2.1 Elementos norteadores dos trabalhos da Reforma de 1922

Conforme a Lei nº. 1.953, de 2 de agosto de 1922, que dispõe sobre a Instrução Pública do Estado, a organização e distribuição do ensino no Estado do Ceará passou a compreender as seguintes etapas, conforme Art. 1º do referido documento.

A instrução pública do Estado do Ceará compreende:

1º - o ensino preliminar, de três anos, que será ministrado nas escolas isoladas e reunidas;

2º - o ensino primário integral, de 4 anos, nos Grupos Escolares (Título VII);

3º - o ensino complementar, de dois anos, na Escola Complementar (Título V);

4º - o ensino secundário especial no Lyceu e na Escola Normal;

5º - o ensino profissional nas escolas profissionais a serem criadas;

6º - o ensino superior, na Faculdade de Direito da Capital.

Com base na organização descrita, verificamos que as escolas isoladas não foram extintas, continuaram como estrutura de ensino preliminar de três anos. Aqui merece uma investigação com vistas a se conhecer melhor as diferenças programáticas e pedagógicas do ensino nestas escolas, que possivelmente, deveriam ser menos estruturadas do que o conteúdo de quatro anos dados no grupo escolar em turmas homogêneas.

As linhas mestras da Reforma, segundo Craveiro (1923), de maior interesse para este estudo e que serão aqui comentadas, são a reorganização da escola normal; a realização do cadastro escolar; a realocação das escolas; a introdução de novas práticas escolares; o curso de férias; a caixa escolar e a construção de prédios escolares.

- **Reorganização da Escola Normal**

A Escola Normal foi o “núcleo de toda reforma”, tendo como objetivo principal “corrigir a orientação literária ou formalística do programma que, composto mais de sciencias abstractas ou descriptivas, orna o espirito mas não o fôrma”¹⁶¹.

Segundo Craveiro (1923), com a Reforma, foram extintas as cadeiras de Inglês, por desnecessária, a de Literatura, por demasiada, sendo criadas outras, como *Physica e Chimica, Anatomia e Physiologia Humanas e Hygiene, a Pratica Pedagogica, e as aulas de Musica e Gymnastica, absolutamente necessárias*.

É interessante como a influência do higienismo da época faz ressoar nos trabalhos das normalistas, considerando que, segundo Silva (2001), as monografias das normalistas

¹⁶¹ Prof. Lourenço Filho, Memorial ao Governo, maio 1922 (In: *Revista Nacional*, n. 7, 1923)

apresentavam a higiene como responsável pelos cuidados com a saúde do homem tanto individual como coletivamente. No caso das escolas, diz respeito à organização espacial, desde a escolha do terreno de localização da escola, construção do prédio, dimensão das salas e tratamento das paredes, piso e teto, da iluminação, do asseio, do mobiliário, material didático como também na distribuição e medição do tempo de atividades (SILVA, 2001).

Aliado ao higienismo, neste período da Primeira República, é intensiva também a preocupação com a eugenia, possível de se perceber pela valorização e entusiasmo pela Educação Física¹⁶², tendo a *Gymnastica Physiologica*, chamada sueca, considerada educadora por ser um *programma de gymnastica racional*, com sua disciplina especial, com suas regras, com seus *principios scientificos e com seus methods...* (monografia sobre Educação Physica de Aracy Coêlho de Negreiros, 1923, apud SILVA, p. 176).

Conforme a autora da monografia, *a educação física teria o papel não só de fortificar o corpo, para atender a necessidade de formar um corpo bem constituido, nervos disciplinados, músculos ageis, mas a mente, ao serviço de um espírito bem orientado, onde o caráter é inquebrantavel e o dominio da vontade é absoluto*. Chega a afirmar que a Educação Física *é de uma necessidade imprescindível, é um factor de melhoramento das raças* (IDEM, p. 177). Aí já se apresenta também um aspecto evidente da eugenia.

Em 1887, a *Gymnastica* foi incluída no programa de ensino da Escola Normal¹⁶³, contudo não percebemos conotações a respeito do espaço referente a tal exercício. Possivelmente era realizada na área livre da edificação. Com a Reforma de 1922, no programa da Escola Normal, passou a exigir espaço físico para sua realização.

As monografias das normalistas apresentam a conotação da época em que os discursos do higienismo e do eugenismo eram postos na Educação e na formação das normalistas, como formadoras da instrução primária, criando assim uma mentalidade que iria influenciar os jovens com este mesmo ânimo, contribuindo, desta forma, para uma visão e crença coletivas da importância destes dois fatores de modernização urbana e civilização da sociedade.

Craveiro assinala que Lourenço Filho, como professor de Pedagogia e Didática, com apoio do diretor da Escola Normal, Dr. João Hyppolito de Azevedo,

[...] reagiu contra o *psittatismo*¹⁶⁴ que reinava em quasi todas as cadeiras, inaugurando as praticas escolares que se fundam nas leis da Physicologia e segundo as quaes o alumno é um ser activo que se educa, reagindo ao

¹⁶² Sobre Educação Física, ver mais em Rocha (2008).

¹⁶³ Ver Silva, 2001, p. 115.

¹⁶⁴ S.m. Vício de linguagem que consiste no emprego de palavras vazias de sentido; arte de alinhar frases ocas; verborreia (FERREIRA, 1971).

contacto do meio ambiente. “o professor é apenas um intermediário: o seu papel é o de estreitar e multiplicar as relações do individuo com o meio, não só aproveitando as circunstancias, mas criando circunstancias artificiaes, de que o alumno se terá de sahir, agindo e raciocinando, associando e abstrahindo – organizando, enfim, a sua própria mentalidade”. (CRAVEIRO in *ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 366)

Nas observações de Craveiro, esta nova prática não era apenas retórica, mas demonstrava na prática, onde o campo de experimentação eram as aulas da Escola-Modelo, onde não só os alunos da Escola Normal, mas também professores de escolas públicas e particulares, inspetores escolares, deputados, e outros profissionais interessados, assistiam às aulas de Lourenço Filho. Talvez daí tenham estabelecido o *Curso de Férias*, que será comentado em detalhes.

O exame de admissão da referida Escola foi anunciado na mídia com a descrição do conteúdo do programa, onde percebemos o nível de conhecimento exigido: *Lingua vernacula, arthmetica, Frances, álgebra, geographia, historia do Brasil e sciencias physicas e naturaes, desenho* (*O NORDESTE*, 28 de agosto de 1922, n. 52, p.2).

- **Realização do Cadastro Escolar**

Os objetivos fundamentais para realização do cadastro escolar foram: saber o número de crianças em idade escolar no Estado; o número de crianças nas escolas; o número de analfabetos; a boa ou má colocação das escolas; os prédios para escolas existentes no Ceará (*O NORDESTE*. Anno II. N. 455. 4/01/1924).

O recenseamento deveria ser feito seguindo os padrões do que fora realizado em São Paulo, em 1919, pelo dr. Sampaio Doria, mestre e amigo do professor Lourenço Filho, em menor tempo possível e com despesas mínimas para o Estado, sendo recenseadas todas as crianças de seis a 12 anos, frequentando ou não escolas, sabendo ou não ler e escrever.

O governador Justiniano de Serpa, tendo em vista que a necessidade do cadastro escolar era imprescindível ao andamento da reforma educacional, fez um apelo em circular aos prefeitos que estavam reunidos no *Congresso de Prefeitos* em Fortaleza, deixando claro que o cadastro deveria ser realizado nos municípios com seus próprios recursos.

Já se acha organizado e aprovado o plano do Cadastro Escolar, [...] ao Estado cabe a organização e fiscalização do serviço, para o que dividio o Estado em seis regiões censitárias, cada uma das quaes será confiada a um funcionario, que percorrerá todos os municípios de sua circumscripção,

para entrar em entendimento com os Prefeitos e transmitir-lhes as instruções necessárias.

Ao município cabe, conforme acordo feito no Congresso dos Prefeitos, e o dispositivo contido no n. 13 do art. 93 da Constituição do Estado, levantar, no seu território e com os seus próprios recursos, o Cadastro Escolar, segundo as instruções que será portador o chefe da Região, e, bem assim, facilitar a esse funcionario os indispensaveis meios de transporte.

[...] O governo do Estado na imprescindivel obra de renovação escolar que ora emprehende, muito espera do patriotismo daqueles que se acham á testa dos municipios.

Se aos municípios escassearem recursos financeiros para levar a effeito o levantamento do Cadastro, esse facto não deve constituir motivo de desanimo e apenas significa que a Prefeitura deve appellar para todos os que, pela força do seu prestígio e pela distincção dos seus sentimentos civicos, forem capazes de cooperar nessa obra de que muito depende o progresso do Ceará.

(ass.) *Justiniano de Serpa*
(*O NORDESTE* anno I. 29 de agosto de 1922. num. 53, p.2)

O *O Nordeste* relata a divisão do Estado nas seis regiões¹⁶⁵ citadas pelo Governador para realização deste serviço. O *Regulamento Orgânico da Instrução Publica e Particular da Província do Ceará* de 1881 já havia dividido o território em cinco distritos escolares, onde aparecem 19 dos municípios nesta nova configuração, deixando transparecer que, supostamente, a nova divisão era uma ampliação da primeira, elaborada ainda no Império.

Depois da realização do Cadastro Escolar, o remanejamento de professoras foi adotado para melhor atender às demandas locais, de forma que, onde houvesse maior matrícula, seriam removidas mais professoras e acrescentadas classes; onde houvesse menor matrícula, seriam retiradas e remanejadas para outro local.

Como resultado do cadastro escolar, a imprensa acompanha a movimentação, nas cidades do Estado; de doação de casas particulares para instalação de escolas isoladas ou reunidas e até para grupos escolares.

Em Aquiraz, foi obtida, para escolas reunidas, uma boa casa na praça da matriz.

¹⁶⁵ 1ª Região – Fortaleza, Maranguape, Pacatuba, Redempção, Aracoyaba, Baturité, Guaramiranga, Pacoty, Coité, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Lages, Iguatu, Ico e Cedro; 2ª Região – Soure, S. João de Uruburetama, Itapipoca, S. Francisco, Pentecoste, Canindé e Bôa Viagem; 3ª Região – Sobral, Massapé, Palma, Granja, Camocim, Viçosa, Tianguá, Ubajara, S. Pedro de Ibiapina, S. Benedicto da Ibiapaba, Campo Grande, Ipú, Ipueiras, N. Russas, Tamboril, Cratheús, Santa Quitéria, Sant'Anna e Acarahú; 4ª Região – São Matheus, Campos Salles, Sabueiro, Tahuá, Independência, Maria Pereira e Pedra Branca; 5ª Região – Lavras, Aurora, Milagres, Brejo dos Santos, Missão Velha, Barbalha, Joaseiro, Crato, S. Pedro do Cariry, Varzea Alegre, Assaré, Araripe e Sant'Anna do Cariry; 6ª Região – Aquiraz, Cascavel, Aracaty, União, Russas, Limoeiro, Morada nova, Jaguaribe-mirim, Pereiro, Cachoeira e Laranjeiras. (*Jornal O Nordeste*, anno I. 1º. de agosto de 1922. num. 29, p.1)

Em Mecejana, a escola reunida vai funcionar em prédio que se destinava á prefeitura municipal, elegante, grande, arejado, em perfeitas condições hygienicas para o novo mister que lhe deram.

Está quase todo construído.[...]

Ainda hontem, também, o dr. Lourenço Filho, director da instrucção publica, visitou o prédio, que em Pacatuba, se preparou para idêntico fim, julgando-o em condições satisfactorias. (Jornal *O Nordeste*, anno I. 15 de dezembro de 1922. num. 140, p.1)

Os resultados do cadastro escolar organizado pelos reformadores foram elogiados não só pela aplicação de novo método de ensino, como nos processos administrativos, por se livrar das contendas políticas, quanto na solução encontrada para obtenção de casas e prédios, aumentando assim o patrimônio do Estado para o ensino público.

A Diretoria da Instrução, como resultado dos trabalhos de Cadastro Escolar, propos ao governo a criação de mais de 100 escolas distribuídas nos mais de 70 municípios existentes naquela época. Isto foi muito importante para a ampliação do ensino público à época, e podemos acompanhar os desdobramentos deste ato pelas mensagens dos presidentes do Estado, onde é possível perceber que aos poucos foram sendo realizadas as promessas e compromissos assumidos pelo Governo.

- **A realocização das escolas**

Sabemos, contudo, que a reorganização de escolas e/ou agrupamentos era uma demanda que há muito existia por parte da população e pelos discursos dos presidentes do Estado em suas mensagens à Assembleia Legislativa desde o final do século XIX.

Sousa Pinto, em seu relato, também comenta sobre os efeitos da Reforma de 1922, os tipos de escola e da formação dos grupos escolares, embora esta já tenha sido alvo de preocupação por parte do Poder Público, desde o *Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará* (1905) – aprovado por Nogueira Accioly.

Na Reforma de 1922, um novo alcance se fez na organização do ensino público primário quando foram reorganizados grupos escolares na Capital, além dos que foram criados no resto do Estado juntamente com *Escolas Reunidas*, que como vimos anteriormente, no capítulo 2, eram consideradas instalação cômoda e barata em relação ao grupo escolar.

Sousa Pinto se refere a dez grupos, mas essa referência não é correspondente a dez edifícios escolares, pois alguns grupos, como os 6º e 7º, bem como 9º e 10º, funcionavam no mesmo prédio em turnos diferentes. A organização era pela gestão escolar constituída de uma

diretora e no mínimo cinco professoras, respectivamente, com cinco turmas, que pela manhã funcionava normalmente para as meninas e à tarde para os meninos, forma diferenciada da utilizada em São Paulo, onde a planta era compacta e dividida em setores masculino e feminino, como vimos na planta apresentada no capítulo 3.

Com a Lei 1953, de 2 de agosto de 1922, foram reorganizados os grupos escolares da Capital. Antes, estes estabelecimentos eram em número de dez de cinco classes, com designação numérica, de 1º a 10º grupo escolar, na nova organização, passaram a ser apenas cinco de dez classes, e passaram a ter denominação local. E com a extinção da Prefeitura de Porangaba, o grupo escolar instalado naquela localidade passou a ser também de Fortaleza. Na reorganização, ficaram assim constituídos¹⁶⁶: **G.E. do Bemfica** (10 classes), Directora: Rossicler Vieira; **G. E. do Boulevard do V. do Rio Branco** (10 classes), Directora: Beatriz Ibiapina Siqueira; **G.E. de Fernandes Vieira** (10 classes), Directora: Isaura Braga Mourão; **G.E. do Outeiro** (14 classes), Directora: Flora Ivette Costa Sousa; **G.E. do Norte da Cidade** (10 classes), Directora: Cristina Cabral (*O NORDESTE*, Anno I, de 23 de dezembro de 1922, n. 147).

Observamos que o Grupo Escolar do Outeiro foi constituído de quatro classes a mais do que os outros, para completar. Deste modo, foram reunidas as cadeiras 1ª do sexo masculino, do Outeiro, D. Manoel e *Aldeota*, que lhe ficavam vizinhas, regidas respectivamente por Francisca Barbosa Ramos, Graziela Pinto Oliveira e Raymunda da Silva Bayma.

O ato de reorganização dos grupos escolares é de muita riqueza de informação, além de vários aspectos, podendo ser explorados para distintos objetos de pesquisa. Abrimos um parêntese para ressaltar a hegemonia da presença feminina, evidenciada, aqui, no ensino primário público da época, o que nos remete ao fenômeno da *feminização do magistério* abordado por alguns autores, como Antonio de Pádua Lopes, em seu trabalho intitulado *Beneméritos da Instrução: a feminização do magistério primário piauiense* (1996). Esta temática é uma preocupação específica com o ensino primário. No século XIX, como vimos no primeiro capítulo, há indícios de que a feminização do ensino primário era sugerida como mais adequada, *enquanto não se entregasse à mulher o ensino primário, de nada adiantariam as reformas* (REIS, 1875 in SALGUEIRO, 1997).

O ato de reorganização dos grupos escolares nos esclarece ainda a existência de uma rede de grupos escolares na organização do sistema escolar antes de 1922. Sabemos, contudo,

¹⁶⁶ Ver no Anexo-B o Ato Presidencial de reorganização com lista dos grupos escolares da Capital e seu quadro docente.

que o ensino nesta rede funcionava ainda nos moldes da Pedagogia tradicional e, na maioria das vezes, não existiam prédios construídos destinados a escolas. Os indícios são de que estes grupos funcionavam em casas normalmente alugadas e adaptadas, como é o caso do Grupo Escolar do Outeiro (antigo 3º Grupo Escolar). Anterior ao funcionamento de grupos escolares, salvo as imagens encontradas na publicação de Assentamento de Propios Estaduaes (1912) vistas no capítulo anterior, em que pelo menos dois dos edifícios nos parecem ter sido construídos para funcionamento de escola. Acreditamos que os prédios eram adaptados para escola, principalmente as “casas-de-escola”, onde funcionavam escolas isoladas.

A Arquitetura Escolar que aparece em função da Reforma de 1922 é diferente da que existia no que se refere aos três edifícios novos construídos para funcionamento dos ditos grupos, o que não aconteceu com todos, que foram prédios adaptados.

Além da reorganização dos grupos escolares da Capital, outras providências são tomadas, como a assinatura da Lei n. 2027167, de 4 de novembro de 1922, pelo presidente do Estado, Dr. Justiniano de Serpa, que Dispõe sobre distribuição e localização das escolas do Estado. Esta lei determina a distribuição de escolas públicas pelos municípios respeitando os dados do Cadastro Escolar, bem como de acordo com as facilidades de funcionamento que lhes sejam oferecidas pelas municipalidades ou particulares, no caso de subvencionadas.

Em seu Art. 2º, fica o Estado dividido em quatro entrâncias de ensino de modo seguinte: 1ª. entrancia – Fortaleza; 2ª. entrancia – Maranguape, Soure, Aquiraz, Cascavel, pacatuba Redempção, Aracoyaba, Baturité, Guaramiranga, Pacoty, Coité, Quixadá, Quixeramobim, Senador-Pompeu, Lages, aracaty, São Gonçalo, Itapipoca, São Francisco e São João da Uruburetama; 3ª. entrancia – Sobral, Camocim, Aracahú, Sant’Anna, Pentecostes, Canindé, União, São Bernardo das Russas, Limoeiro, Iço Iguatú, Crato, Granja, Massapé, Viçosa, Lavras, São Benedicto de Ibiapaba, Ipú, Maria Pereira, Pedra – Branca, Morada-Nova, Jaguaribe-Mirim, Pereiro, Cachoeira, Aurora, Barbalha, Cedro e Joazeiro; e 4ª. entrancia – Tyanguá, São Pedro de Ibiapina, Ubajara, Ipueiras, Tamboril, cratheús, Independência, Tauhá, Arneiroz, Saboeiro, São Matheus, Boa-Viagem, Santa Quiteria, Laranjeiras, Missão Velha, Brejo dos Santos, Jardim, São Pedro do Cariry, Varzea-Alegre, Sant’Anna do Cariry, Assaré, Campos Salles e Palma (ASSEMBLÉA Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza, 27 de outubro de 1922).

O que diferenciava em relação às cadeiras era a forma de provimento. No caso da 4ª entrância, era de livre nomeação do Governo, entre profissionais diplomados, ou, na falta

¹⁶⁷ Disponível em seu original manuscrito no Setor de Documentação da Assembleia Legislativa do Ceará e cópia no Anexo-C

destes, entre não diplomados, que se habilitassem ao exercício do magistério, para essa entrância, por um exame realizado perante uma comissão de professores da Escola normal, designada pelo Diretor da Instrução. Para provimento de cadeiras de 3ª entrância, era de livre nomeação do Governo, porém entre professores diplomados. As de 2ª, eram preenchidas por concurso de notas realizadas em dezembro de cada ano e, as de 1ª entrância mediante concurso, em que, sem se desprezar o coeficiente de notas, predominasse a prova de capacidade profissional.

A legislação privilegiou, ou pelo menos usou de meios justos com as antigas professoras, que estivessem regendo interinamente uma cadeira há mais de dez anos, que poderiam ser efetivadas na mesma cadeira, desde que fizessem requerimento dentro de três meses, e se submetessem a exame de Habilitação na Diretoria da Instrução Pública. (Lei n.º 2027, 4 de novembro de 1922, Estado do Ceará).

Esta lei se reporta ao cadastro escolar que fora realizado em todo o Estado. Pela simples leitura da legislação, não se tem uma visão de sua aplicabilidade. É, portanto, via jornais da época em circulação no Ceará, que podemos sentir as manifestações positivas e negativas que causaram tais determinações.

Algumas críticas quanto à realocização das escolas podem ser lidas no jornal *O Nordeste*, no que diz respeito à extinção de escolas, como é a queixa feita no jornal do dia 12 de março de 1923.

Fortinho, porto marítimo do Aracaty, donde, dista 3 leguas, tem 65 casas habitadas sendo 20 de telhas e 45 de palhas; população 780 habitantes, sendo 96 meninos de 6 a 12 annos, mor parte analphabetos; uma Estação Telephonica, federal; uma Igreja, das mais lindas do município, naqual se celebra missa em um dos domingos de cada mez; uma estrada de ferro, que embora paralizada, liga esta localidade a das importantes salinas e Canoé.

.....
E é num povoado deste que o Governo do Estado ou a Directoria da Instrucção, supprime uma unica cadeira do ensino mixto que nelle existia?!...

Fortinho, 23 de fevereiro de 1920.

[assinado] J. P.

Outro tipo de crítica vista nos jornais da época era a propósito das escolas do Estado. Assim eram postas as indagações: *alguém facilita a localização da escola? Quem dá casa? Quem dá pensão ao professor? Quem dá terreno para construção da futura escola?*

Neste mesmo jornal, encontramos a defesa da Diretoria Pública, sobre este episódio. O diretor esclarece que, conforme plano estabelecido na Reforma,

[...] não basta haver grande numero de creanças em idade escolar num determinado local para existencia de escola; é preciso que haja casa, residência para o professor e freqüência na escola, ao mesmo tempo que a população favoreça o funcionamento da classe e acate a professora em exercício. Para isso é que se fez o cadastro.

Fortinho não tem a taxa exigida para o funcionamento de escola (sem creanças em idade escolar); mas a sua escola seria conservada, si não tivesse sido hostilizada, como foi, durante todo o segundo semestre do anno passado, devido á existência de duas escolas particulares no local. (*O NORDESTE*, Anno I. 15 de março de 1923. p. 2)

E quanto às perguntas, sobre as escolas do Estado (exceto as de Fortaleza), o Diretor também esclarece que a própria lei da Reforma já determina a criação dos grupos escolares e escolas reunidas para facilitar as condições de trabalho das professoras e de prédio para abrigar a escola, sendo este fornecido pela Municipalidade. O Diretor da Instrução Pública, Lourenço Filho, reconhece, no entanto, que é preciso uma constante e intensa propaganda no sentido de se obter *prédios escolares higiênicos*, sabendo que a realidade do Estado é difícil. Diz ele:

Infelizmente, nem a própria capital possui prédios escolares, estando esta Directoria em serias dificuldades para instalação dos Grupos do Bemfica e do Matadouro, por falta de casas, facilmente adaptáveis. A segunda questão, a dos ordenados, por sua importância, não necessita sequer de ser discutida.

[...] O programma administrativo que mais convém actualmente ao ensino no Ceará, é este: deixar de pagar aos que não trabalham, para poder pagar melhoraos que sempre cumpriram com seus deveres. É este o pensamento do Exmo. Sr. Presidente do Estado, que cada dia mais nos convencemos deixará seu nome ineprecivelmente ligado á instrucção. (*O NORDESTE*, Anno I. 4 de agosto de 1922. Num. 32. p. 1)

Parece-nos, portanto, se tratar de uma reorganização criteriosa por parte da Diretoria da Instrução, na qual observamos a preocupação com o espaço escolar e as condições de alojamento da professora, que normalmente se deslocava para as outras cidades do Estado, sem a mínima condição para o exercício do magistério.

- **A introdução de novas práticas escolares**

Pelo modo como se deu a reorganização do ensino primário cearense, as novas práticas escolares tiveram início na Escola Normal, com a criação de disciplinas, na diferenciação do conteúdo e da didática. Foi na Escola-Modelo, contudo, que estas novas práticas foram vivenciadas inicialmente. Nas aulas experimentais realizadas na Escola

Modelo, como já foi citado, acontecia de fato o laboratório dos princípios reformadores do ensino no Ceará, considerando-se que a Escola-Modelo, equipada e organizada pessoalmente pelo diretor da Instrução, tinha o objetivo de ser *padrão da nova escola primaria do Estado*.

Estas novas práticas escolares introduzidas experimentalmente na Escola-Modelo consistiam em: *leitura analytica, o calculo concreto, o ensino simultâneo da leitura e da escripta, o desenho do natural, o “slodj”, a cartographia, a gymnastica sueca, [...]* (CRAVEIRO in *ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 371).

Em relação a estas novas práticas, comentadas na Historiografia, deparamos o termo *sloyd* e não *slodj* encontrado na leitura de Clarice Nunes (1996) sobre *cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca*, onde a autora comentando sobre a ação dos educadores cariocas na adoção de estratégias ordenadoras de ensino e utilização de material didático, assim se referia:

A mesma intencionalidade ordenadora estava presente na confecção do desenho e dos trabalhos manuais. Nos trabalhos em madeira seguia se a preferência pelo *sloyd* americano, tornado obrigatório nas escolas primárias públicas a partir de abril de 1921¹⁶⁸. O *sloyd* era iniciado pela instrução em série de exercícios indicados para adestrar a habilidade manual e, paralelamente, as qualidades de previsão, disciplina e vontade. Apesar da obrigatoriedade, foi acintosa a despreocupação de quase todas as escolas em produzir, dentro das séries pedagógicas, artigos vendáveis (HERSCHMANN; KROPF e NUNES, 1996, p. 173).

O que é, afinal, o *slodj* ou *sloyd*? Encontramos referências ao termo - *Sloyd (Slöjd)*, *slöjd* no sueco, e *sløjd* no dinamarquês, também conhecido como *Sloyd education*. Era um sistema de Educação básica artesanal iniciado por Uno Cygnaeus (1810-1888)¹⁶⁹ na Finlândia, em 1865. O sistema foi aperfeiçoado e promovido em todo o mundo, incluindo a sua adoção nos Estados Unidos, até o início do século XX¹⁷⁰. Um dos principais objetivos deste sistema educacional é contribuir para que o aluno desenvolva competências necessárias para lidar com o cotidiano, com as atribuições de trabalho, até para serem utilizadas como *hobbies* e orientá-lo para uma educação profissional posterior.

Dentre as providências do diretor da Instrução, Lourenço Filho, na reorganização dos grupos escolares da Capital, está a apresentação de novo programa e horários a serem implantados nestes estabelecimentos de ensino. Para isto, reuniu-se com as diretoras dos grupos escolares, segundo notícia do *O Nordeste*, de 9 de agosto de 1922, a saber:

¹⁶⁸ Aqui se refere ao termo *sloyd*, sendo obrigatório no Distrito Federal a partir de abril de 1921, portanto, antes da Reforma da Instrução do Ceará de 1922.

¹⁶⁹ Considerado “Pai” do sistema escolar público finlandês.

¹⁷⁰ Disponível em: [en.wikipedia.org / wiki / Sloyd](http://en.wikipedia.org/wiki/Sloyd)

O primeiro assumpto a ser tratado foi o dos programmas e horários, sendo distribuídos os novos programmas bem diversos dos actuaes, na forma e no espírito. É assim que todas as disciplinas do curso, desde a leitura, arithmetica, geographia e historia, geometria pratica, linguagem oral e escripta, calligraphia, sciencia physico-naturaes, até a educação moral e cívica, musica, desenho, gymnastica e trabalhos manuaes são ensinados desde o primeiro anno do curso.

Quanto aos horários, os grupos escolares que funcionassem pela manhã passaram ao horário de 8h às 11h e 50min e os da tarde de 12h e 30min às 16h e 20min. Outras medidas foram tomadas, como, por exemplo, em relação à Higiene Escolar – passou a exigir canecos individuais para as crianças, a entrada de luz na sala de aula, dentre outras.

Quanto à nova programação, destaca a gradação dos assuntos e a pequena extensão do programa anual, que tornam o aprendizado mais interessante e ameno, respeitando as condições de desenvolvimento mental da criança, mas exigindo o aprendizado ativo por parte do aluno. Além disso, a metodologia de ensino aborda as noções de conhecimento do nosso meio, com explicações e aplicações práticas sobre os fenômenos climáticos do Ceará.

O Diretor da Instrução solicitou às diretoras toda a atenção às primeiras classes alfabetizantes, e anunciou que já tinha autorização do Presidente do Estado para solicitar material didático para todos os grupos da Capital.

Em relação a livros adotados, o O Nordeste anuncia os seguintes livros

A Directoria da Instrucção acaba de aprovar os seguintes livros para uso nas escolas publicas:

Sciencias Physicas e Naturaes, do prof. Miguel Milano, e Historia Natural, de W. Potsch, para auxiliar o estudo das sciencias physicas e naturaes; Paginas Civicas, de Ramon Roca; Sombras que vivem, de João Toledo, para leitura suplementar, na 4ª. Classe dos grupos escolares. (*O NORDESTE*, n. 222 de 23/03/1923).

Com a intenção de dar uma grande contribuição na implementação dos novos métodos, e enfatizando novos conteúdos, foi publicado o livro didático João Pergunta, de autoria do professor e inspetor escolar Newton Craveiro, sendo considerado o primeiro livro de orientação pedagógica prática do Brasil.

Na opinião de Araújo (1978), mesmo antes da Reforma de 1922, Newton Craveiro tudo fez para melhorar o ensino da cidade de Sobral. A produção deste livro didático nos parece ter sido uma proposta de maior envergadura, pois sua adoção alcançou todo o Estado e se tornou célebre no Brasil. Assinala Araújo (1978) sobre Craveiro,

Jovem de grande talento e profundo conhecedor da Escola Nova que começava a ser conhecida entre nós por influência do professor Lourenço Filho, tudo fez para melhorar o padrão de ensino da cidade. Para renovar os métodos pedagógicos nas escolas cearenses, Newton Craveiro escreveu um livro didático que se tornou célebre em todo o Brasil e que se intitulava “João Pergunta”. O êxito desta obra foi enorme. Escrito em linguagem simples e atraente. “João Pergunta” deliciava as crianças com as histórias infantis e os ensinamentos adaptados à idade de alunos. (ARAÚJO, 1978, p.161-162).

Comentários elogiosos na imprensa de Fortaleza deixam clara a aceitação geral do livro de Newton Craveiro.

A obra de Craveiro visa, particularmente, ao meio em que vivemos, á terra cearense, ao homem do Ceará e ao progresso do Estado em face da actuação do homem sobre a terra. É o que se pode chamar um trabalho genuinamente cearense. [...] Com efeito, “no nordeste luta-se com a secca e a escola primaria nunca cogitava do calamitoso phenomeno climático, que omittia mesmo do programma; no nordeste, vive-se da lavoura e da pecuária, quase exclusivamente, e Ella orientava para o literatismo. Precisavamos de lavradores; davam-nos retóricos. Precisávamos de homens rijos, davam-nos moluscos”. (*O NORDESTE*, 29/06/1924)

Cavalcante (2004) ressalta a importância deste livro didático como meio de orientação pedagógica de professores da escola primária do Ceará no período da Reforma e, pelo menos, segundo pesquisas, sendo editado duas vezes entre 1924 e 1928. Este livro de Newton Craveiro,

[...] além de pretender servir de manual ao professorado para a consolidação de uma nova pedagogia, anuncia a intenção de educar a criança cearense para integrar-se ao meio nordestino, o qual tem como desafios principais o combate à seca, à fome, às doenças endêmicas e o atraso econômico para promover a modernização do campo e sustar o êxodo rural. (OP. CIT., p. 1).

Cavalcante (2000) comenta ainda que a importância histórica deste livro didático era assinalada pelo próprio Lourenço Filho, em cartas ao diretor da Instrução em 1930, como o *primeiro livro de globalização do ensino primário aparecido no Brasil*¹⁷¹.

Quem estudou nos grupos escolares de Fortaleza na década de 1930, como o professor emérito da UFC, José Liberal de Castro, lembra-se deste livro. Em conversas sobre o *tempo de menino*, conta que, na sua infância, estudou no Grupo Escolar Fernandes Vieira, sendo ainda o livro *João Pergunta* um dos livros adotados. Com este livro, diz ele, *se tinha desde criança uma formação do pensamento racional, era a modernidade racional incutida desde a escola primária* – o que se coaduna com os princípios da Escola Ativa.

¹⁷¹ Ver mais sobre o assunto em Cavalcante (2000); Cavalcante (2004).

Outro aspecto inserido nas novas práticas foram as festividades e comemorações, entre elas, a “Festa das Árvores” – a qual aparece inclusive como a lição 34 do livro *João Pergunta*. Seu sentido educativo e de formação cívica podemos perceber nas palavras do professor Lourenço Filho. Esta data está determinada no Art. 155 do *Regulamento da Instrução Pública* (1922) – *A festa das árvores será realizada no primeiro sábado de Maio, em todos os estabelecimentos de ensino primário do Estado*. Há registros tanto em jornais como em periódicos da época. Ele recomenda que esta data deveria acontecer em todas as escolas, e explica as razões.

O Nordeste, na coluna *Notas de Educação*, traz uma mensagem de Lourenço Filho: “*Por que se faz a festa das arvores*”¹⁷². Neste artigo, o autor enumera seis pontos, respondendo o porquê desta data de ação comemorativa. Desta forma, resta cristalizada a festividade incutida nas mentalidades infantis por meio dos rituais escolares. Várias imagens registram estes eventos nos grupos escolares.



Foto 5.1: Festa das Árvores na Escola Modelo, maio de 1922
Fonte: *Revista Nacional* n.º. 7, p. 427

¹⁷² 1 – *o culto às arvores é uma acção moral*. Explica que as crianças ao começarem a formar sentimento de respeito pelas coisas, pelos seres viventes, passarão assim, a ter respeito também às pessoas; 2 – *o culto às arvores é uma lição instructiva*. Porque desperta o interesse da criança para o estudo dos vegetais; 3 – *o culto às arvores é um exercício esthetic*. Porque considera a beleza estética da árvore um dom da natureza; 4 – *o culto às arvores é a propaganda da vida sã dos campos, a exaltação da vida campestre, a apreço às profissões normaes do lavrador e do criador*. Faz a criança aprender a exaltar a vida campestre, a riqueza da terra, o trabalho dos lavradores e criadores. Aqui, há uma exaltação negativa ao urbanismo – *É indicar á criança as profissões normaes, é combater o urbanismo corruptor, um dos males sociaes mais evidentes no Brasil*. Nesta expressão de urbanismo que se utiliza aqui, acreditamos que Lourenço Filho, possa ter enfatizado, de um modo geral, para o interior do Estado do Ceará, a tentativa de fazer o lavrador, o criador, se manterem na zona rural, e não se deslocarem para a cidade, mais precisamente para a capital, quando das migrações em tempos de seca, vemos isto mais como uma atitude articulada com o governo na preocupação com o êxodo rural, do que propriamente contra o desenvolvimento do urbanismo. 5 – *o culto às arvores é propaganda econômica da defesa florestal e do reflorestamento*. Explica que a iniciativa da festa das árvores surgiu dos defensores da devastação sistemática das florestas para aplicação da madeira nas indústrias e nas artes; 6 – *o culto às arvores é, no Ceará, particularmente, uma acção de defesa da vida*. Lembrando que em tempos de grandes estiagem, são ainda certas árvores como o *juazeiro*, para qual recorrem os criadores. (*O NORDESTE*, 23/04/1924).

A legislação recorrente da Reforma de 1922 faz, ainda, para todas as escolas públicas e particulares, menção sobre três assuntos: a formação de bons hábitos; a prática da Educação Física, visando à saúde corporal, e a obrigatoriedade dos Hinos Nacional e da Bandeira.

Encontramos situações, tanto em jornais como em outros periódicos que exprimem este objetivo. Nos grupos escolares de Fortaleza, por exemplo, foi instituída a entrega da bandeira à classe que apresentasse maior frequência durante o mês. O Grupo Escolar do Boulevard Visconde do Rio Branco realizou sessão cívica com o 4º e 1º anos, como culto à bandeira, sendo iniciada com o hino à bandeira, explanação da ideia de pátria, em especial da Pátria Brasileira, organizada pela professora Zilda Ferreira Costa, com recitativos dos alunos, finalizando a sessão com o hino nacional, o que bem retrata o cenário da época de todo um esforço de formação cívica, exaltação do nacionalismo em sintonia com o projeto republicano (*O NORDESTE*, Anno I. 15/03/1923. n.º. 214. p.1).

Quanto à Educação Física, fica instituída no programa do Curso Complementar a Ginástica (Art. 8º e § Único) e no programa do Curso Normal (Art. 10, item i); não encontramos, no entanto, nesta legislação, artigo que se refira à implantação da ginástica nos grupos escolares e escolas reunidas, nem mesmo uma exigência em termos de espaço reservado para tal prática. Temos registros, no entanto, de que a introdução do ensino da ginástica sueca foi instituída pelo Governo do Estado também nos grupos escolares de Fortaleza e Maranguape e nas escolas primárias da Capital, contratando duas professoras Dona Lucy Barroso e Dona Rosina de Carvalho Freire¹⁷³. Percebemos da prática da ginástica nos grupos escolares também por meio de alguns comentários referentes a fotografias de alunos em exibição de *gymnastica sueca* nas festas cívicas e escolares.



Foto 5.2: Alunos do Grupo Escolar de Aracati, 1940
Fonte: Acervo Escola Estadual Barão de Aracati – Aracati, 2010.

¹⁷³ *Almanach do Ceará*, Edição Especial para 1922, [1921], p. 52.

Tomando a fotografia como documento de pesquisa, recorreremos novamente a Cardoso e Mauad (1997) no uso de imagem fotográfica que, *compreendida como documento revela aspectos da vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta* (OP. CIT., p. 406).

É por meio de fotografias que percebemos serem as ruas, as praças e os arredores das escolas, àquela época, os espaços onde se exercitavam as crianças, principalmente nas datas festivas e de comemorações cívicas.

Na formação das normalistas, como vimos em passagens anteriores, existia a discussão sobre a higiene corporal, sendo inclusive tema abordado em suas monografias. Segundo Cavalcante (2009), a formanda Aracy Negreiros apresenta três objetivos inerentes à Educação Física: *conservar, corrigir e desenvolver*, sendo o primeiro relativo à higiene para manutenção; o segundo pertence à Ortopedia, à Medicina, no sentido de corrigir defeitos físicos e desvios funcionais; e o terceiro é relativo ao exercício. Esta formação mostrava o esforço de mudar uma realidade, a busca de uma almejada Modernidade.

Para implementação de novas práticas, o material didático e o mobiliário foram pontos importantes, haja vista a precariedade que vinham representando as condições do ensino público desde há muito tempo, pois nem os grupos da Capital tinham mobiliário adequado, muito menos os do restante do Estado, que em sua maioria improvisavam tamboretas e não dispunham de material didático. Neste período da reforma, mesmo sendo insuficiente, o Governo abriu crédito suplementar de 80 contos de reis para compra de material escolar (*O NORDESTE*, 29/03/1923. n.º. 225. p.2).

Na segunda parte deste capítulo, é apresentado o mobiliário utilizado no Grupo Escolar Modelo, por Newton Craveiro no artigo *A Reforma do Ensino – período de <Renascença>* – extraído da *Revista Nacional n.º 7, 1923*.

- **O Curso de Férias**

Pela necessidade de maior envolvimento de todos os profissionais da Educação, tanto da capital como do restante do Estado, foi pensado um curso especial, que ficou conhecido como “Curso de Férias”. Foi uma programação de grande alcance divulgada pelos meios de comunicação. Estas palestras realizadas no curso de férias aos professores nos parecem trazer

semelhanças com as famosas *Conferências da Glória*¹⁷⁴, que se iniciaram em 1873, por intelectuais numa das chamadas Escolas do Imperador na Freguesia da Glória no Rio de Janeiro, comentadas no segundo capítulo. Estas conferências tinham o objetivo de espalhar os conhecimentos científicos, e aconteciam como eventos extracurriculares, além de serem abertas ao público. Encontramos características semelhantes em alguns aspectos, como as relativas aos temas de higiene. Parece haver, então, a possibilidade de que estas conferências cariocas venham a ser precursoras dos seminários existentes no final do século XIX e início do século XX no Brasil, como as conferências prescritas no *Regulamento Orgânico da Instrução Publica e Particular da Província do Ceará* (1881), Art. 100 –

Os professores públicos de um e outro sexo desta Capital poderão reunir-se annualmente, em epocha e logar designados pelo Inspector Geral da Instrução Publica, para conferenciarem entre si sobre pontos que interessem ao regimen interno das escolas, modos de ensino, methods, meios disciplinares de conformidade com o programma que for organizado.

Não encontramos nas fontes consultadas se estas conferências aconteceram ou não, contudo, a leitura deste regulamento nos dá indícios de que, em terras cearenses, no final do século XIX, poderiam também ter acontecido tais eventos. E o objetivos são semelhantes aos propostos no “Curso de Férias” – como parte das atividades da Reforma de 1922, que estão determinados no Art. 149 do *Regulamento da Instrução Pública* (1922).

A fim de manter o interesse pelos modernos processos do ensino, a Directoria da Instrução poderá convocar, nas férias de fim de ano, na Capital, ou nas redes das Inspectorias Regionais, uma reunião dos directores de grupos escolares e escolas reunidas, e de limitado numero de professores, a fim de discutir e ventilar as questões pedagógicas que julgar mais oportunas.

No nosso entendimento, o *Curso de Férias* programado no último regulamento, e tendo sido realizado com a participação de muitas professoras, foi a grande propulsora da divulgação e amplitude dos conceitos-chaves que se queriam implantar com a Reforma. Realizado de 26 de dezembro de 1922 a 15 de janeiro de 1923, durante as férias, para justamente não interferir nem prejudicar o ano letivo, foi bem divulgado pelos jornais e outros periódicos da época¹⁷⁵. *Quase todo o professorado foi convocado em Fortaleza, para um grande congresso pedagógico, que se veiu a chamar de “Curso de Férias”, e no qual foram expostos e discutidos os principaes pontos da reforma. (ALMANACH DO CEARÁ, 1923, p. 28).*

¹⁷⁴ *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2009, p. 66-67.

¹⁷⁵ Ver mais sobre o papel dos jornais na divulgação da Reforma de 1922 em Pinho (2004).

Para realização do referido curso em Fortaleza, a Diretoria da Instrução concedeu uma pequena ajuda de custo às professoras das outras localidades, bem como a passagem em *Estrada de Ferro*¹⁷⁶, o que propiciou um pronto atendimento chegando as inscrições a 362. Por ocasião do curso, foi distribuído o primeiro volume da *Revista do Ensino* organizada pela Diretoria da Instrução com a divulgação dos modernos processos de ensino.

Outra publicação da época que traz muitos registros sobre a Reforma de 1922, sendo, portanto, importante fonte da Historiografia da História da Educação no Ceará neste período, é a *Revista Nacional: Nossa gente, nossa língua, nossa terra* (1923)¹⁷⁷. Dedicada ao Estado do Ceará, divulga várias matérias sobre a Reforma de ensino de 1922, inclusive as palestras proferidas no Curso de Férias, dentre elas a do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá – *Introdução ao estudo da Higiene; A educação cívica e as Festas Escolares* – da Professora Maria de Jesus Mello; *Como a Escola Primaria deve ensinar rudimentos de Sciencias Naturaes*, por Dias Martins¹⁷⁸.

A aceitação e o interesse pelo curso parecem ter sido tão grandes que foi preciso um local de maior capacidade. Para isso foi disponibilizado o Theatro José de Alencar, que se fez sala de conferência por mais de quinze dias.

- **A Caixa Escolar**

Assumindo a Direção da Instrução Pública, Lourenço Filho teve a iniciativa de criar a Caixa Escolar, cujo fundo de reserva seria constituído, principalmente, de donativos. De acordo com o *O Nordeste*, de 11 de julho de 1922, esta importância alcançada com a *Caixa Escolar* destinava-se especialmente a fornecer roupas, calçados, livros e objetos escolares às crianças pobres para que pudessem frequentar as aulas. Era quase inútil que o Governo tornasse obrigatória a frequência das crianças de sete a 12 anos de idade, quando as famílias não podiam arcar com as despesas necessárias ao seu custeio.

Para incentivar a população e fazer valer a sua ideia, o Prof. Lourenço Filho foi o primeiro a contribuir com a Caixa Escolar.

O professor Lourenço Filho dando início a realização de sua ideia, fez a futura instituição o donativo de 406\$000, importância que recebera por um

¹⁷⁶ Jornal *O Nordeste*, Anno I, 4 de dezembro de 1922, nº. 131.

¹⁷⁷ Essa revista faz parte do acervo de obras raras da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

¹⁷⁸ Dias Martins publicou, juntamente com Antonio Bezerra de Menezes e Justiniano de Serpa em 1883, o livro *Três liras – os Poetas da Abolição*. Disponível em <http://www.ceara.pro.br/ACL/Patronos/AntonioBezerraMenezes.html>

mês de aulas, no curso particular de Pedagogia, que abrira em Fortaleza, agora oficializado (*O NORDESTE*, 11 de julho de 1922, n.º. 11, p. 2).

O movimento em torno da Caixa Escolar foi de muita valia para apoio ao período da reforma, um aporte indispensável ao estímulo à parcela da população que não tinha condições de comprar materiais e até vestimenta, a levar seus filhos à escola. A criação da Caixa Escolar resolvia problemas suscitados há muitos anos. Para relembrar um episódio, quando na Província do Ceará, a lei da instrução pública de 1850 tornava obrigatório o ensino primário, o jornalista João Brígido, do *O Ceará*, criticou a referida lei, assinalando – *como poderia um pai obrigar o filho ir para escola sem ter um par de sapatos?* Neste sentido, com a Caixa Escolar, as deficiências de recursos dos mais carentes eram supridas de alguma forma, resultando na aquisição de livros, fardamentos, aumentando de matrícula.

O movimento da Caixa Escolar contagiava as próprias professoras, que começaram a agendar festas com repercussão na mídia, sendo até noticiadas várias vezes nos jornais,

A Directoria da Instrução acaba de oferecer á Caixa Escolar de Fortaleza, 200 “Cartilhas de Ensino Rápido”, 100 “Cartilhas Analyticas”, 30 volumes do livro “Coração de Creanças”, 20 de “Leituras Preparatorias”, 20 do “Anno Escolar”, 50 de “Arithméticas Primarias”, como contribuição do governo, este semestre, a tão util instituição. Com o auxilio da Caixa, a matricula dos Grupos Escolares cresceu de mais de 100 alumnos e espera-se que seus effeitos se façam sentir mais pronunciadamente nas escolas isoladas, visto estarem estas localizadas nos pontos de população mais necessitada (*O NORDESTE*, 15/03/ 1923. n.º. 214. p. 2).

A Caixa Escolar foi um impulso para a Reforma, um esforço de toda a sociedade envolvida na condição de dar oportunidade à população menos favorecida em frequentar a escola.

- **A Construção de prédios escolares**

Este item sobre a construção de prédios é de grande interesse aos objetivos da pesquisa, visto que a abordagem da Arquitetura requer o conhecimento do que foi produzido nesta área. Como vimos na introdução, ao iniciarmos o estudo da reorganização do ensino primário realizado com a Reforma de 1922, várias indagações surgiram, tais como: quais teriam sido as escolas construídas? Que grupos escolares foram criados ou reorganizados com a Reforma? Existem ainda tais prédios? Onde funcionaram estes estabelecimentos? Sob quais denominações se encontram hoje? Como iríamos identificar tais escolas e/ou edificações?

Iniciamos, portanto, por identificá-los. Bezerra (1931) apresenta em *Álbum de Fortaleza* imagens dos grupos escolares mais importantes de Fortaleza no ano de 1930, que, embora já tenha tido outra reforma da instrução pública, com Joaquim Moreira de Sousa, os prédios escolares apresentados são os mesmos, cuja construção se iniciou sob a legislação da Reforma de 1922 e que foram concluídos na década de 1930. Esses grupos escolares são: G.E. do Visconde do Rio Branco, G.E. de Fernandes Vieira, G.E. Santos Dumont (do Outeiro), G.E. de Porangaba e G.E. do Norte da Cidade, portanto, cinco grupos escolares, além do Grupo do Bemfica.

Antes de analisar os grupos escolares, instituições que, juntamente com a Escola Normal, constituem o foco principal deste trabalho, na qualidade de e/ou como expressão de Arquitetura Escolar, vale a pena fazer algumas reflexões sobre o papel desempenhado por estas instituições no desenvolvimento da Cidade e dos seus cidadãos, dentro de um projeto que, apesar de ter especificidades locais e até regionais, fazia parte de um projeto maior civilizatório, que era a República, a qual contava como forte aliado a visibilidade da Educação como força propulsora do desenvolvimento do País.

Sousa Pinto (1939) faz uma crítica que nos parece no intervalo de 1912 a 1922: não mais foram construídos prédios escolares. Ao que conseguimos perceber pelas fontes consultadas, neste período, caracterizado por embates políticos, foram criados grupos escolares em Fortaleza, mas o funcionamento se deu em casas alugadas e adaptadas.

O que veio acontecer em 1922 no Governo de Justiniano de Serpa, ao nosso entender, foi um conjunto de fatores positivos que proporcionaram uma mudança de fato no setor educacional cearense. Começando pelas melhores condições do Estado e do pedido do diretor da Escola Normal, Professor João Hyppolito de Azevedo e Sá, que representava a vontade de renovação do ensino que existia em certo segmento do professorado e intelectualidade local, solicitando ao Presidente do Estado, Justiniano de Serpa, que indagasse ao governo de São Paulo sobre um professor para renovar o ensino da Escola Normal, conseqüentemente, com a mudança na formação dos professores, o ensino primário. Tendo aceitado o convite o professor Manuel Bergstrom Lourenço Filho, aqui instalado, recebeu do Governo plenos poderes e condições para conduzir a reforma de ensino.

A Escola-Modelo, anexa à Escola Normal, fundada e dirigida pelo referido professor, tornou-se referência de nova escola primária do Estado. Conforme o relato de Sousa Pinto, esta escola foi

[...] instalada com mobiliário adequado e orientado pelo conceituado pedagogo, em pouco tempo se tornou semelhante a um dos grandes grupos escolares de São Paulo. Nela surgiram inicialmente as novas práticas

escolares – leitura analítica, cálculo concreto, ensino simultâneo da leitura e da escrita, desenho do natural, o *slodj*, a cartografia, a ginástica sueca, etc. – que se irradiaram por todos os grupos escolares da Capital e do interior, como o clarão de uma nova era (SOUSA PINTO, 1939. In: *REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ*, 1939. p. 95 – 96).

No período da Reforma Educacional, foram construídos¹⁷⁹ em Fortaleza, além do prédio da Escola Normal, três grupos escolares: o do Benfica (atualmente Faculdade de Economia da Universidade Federal do Ceará), projetado pelo engenheiro José Gonçalves da Justa, e os grupos Visconde do Rio Branco e Fernandes Vieira (posteriormente Juvenal Galeno, e atualmente Escola de Ensino Fundamental e Médio Juvenal Galeno), de autoria do arquiteto carioca Armando Oliveira, curiosamente, uma proposta arquitetônica inspirada movimento neocolonial.

Pelas palavras iniciais do discurso de Antônio Theodorico da Costa¹⁸⁰, por ocasião do lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar Fernandes Vieira, em 3 de outubro de 1923, podem ser extraídos aspectos do contexto social e da cultura escolar¹⁸¹ da época, quando havia um representante dos Estados Unidos. Percebemos a conotação do discurso em relação à admiração ao modelo de Educação daquele país.

Notamos também, aspectos relativos ao comportamento de formação, ao mesmo tempo, cristã e de nacionalismo republicano, na frase “instruir crianças é cuidar carinhosamente da pátria” (OP. CIT. p. 202).

Neste aspecto do discurso, podemos nos reportar a McLaren (1991), em seu trabalho *Rituais na Escola - Em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*, considerando-o como referência para analisar o espaço-escola como ritual de disseminação de cultura, onde os diversos agentes sociais influenciam e são influenciados no estabelecimento de espaços simbólicos por meio dos currículos e demais ações educacionais que possibilitam essa circularidade cultural, representados por símbolos e rituais.

A diferença percebida, e que propiciou maior visibilidade à Reforma da Instrução de 1922, foi a condição que, finalmente, o Estado do Ceará conseguiu atingir, em termos de construir ou, em alguns casos, comprar e/ou reformar edificações para funcionarem como espaços escolares adequados às exigências da época, que se tratavam de condições direcionadas pelos novos métodos e programas educacionais adotados com a Reforma ou até

¹⁷⁹ Neste período se deu a construção de uma parte destes projetos, que foram finalizados em 1932, no governo de Carneiro de Mendonça.

¹⁸⁰ COSTA, 1923. In: *Revista do Instituto do Ceará*, 1924, p. 197.

¹⁸¹ Considerando a definição de cultura escolar como “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. (JÚLIA, 2001, *apud* NOSELLA E BUFFA, 2005)

mesmo impostas pelo higienismo que permeava as transformações urbanas e as ações dos médicos sanitaristas, uma vez que grupos escolares existiam desde 1908 em Fortaleza.

A construção dos grupos escolares surgiu dentro de um espírito de reorganização da rede escolar distribuída na malha urbana de Fortaleza, a exemplo do que já vinha se dando pela valorização do ensino público em outras capitais, como São Paulo desde 1890, constituindo-se para a população uma força simbólica na forma dos grupos escolares, como presença marcante na Cidade. Conforme Vidal (2006, p. 9), os grupos escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais).

Esta força marcante e simbólica e, essencialmente urbana (VIDAL, 2009; SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2007; PINHEIRO, 2005), é também, em parte, decorrente do impacto da sua arquitetura.

Ao confrontar os dados absolutos da quantidade de *grupos escolares*, de *escolas reunidas*, de classes, de alunos, percebemos que nem sempre há homogeneidade nas informações das fontes consultadas. Para compreensão e avaliação, porém, do peso que teve a Reforma de 1922, foi preciso trazer para este estudo o panorama geral e a mudança produzida por ela, em termos de estabelecimentos de ensino público primário – grupos escolares e escolas reunidas, embora saibamos que, além destes, as escolas isoladas permaneceram em pleno funcionamento, principalmente na zona rural. Nas fontes consultadas, buscamos evidenciar as alterações em termos da configuração espacial dos estabelecimentos de ensino no Ceará nos anos de 1922-1923.

Dentre os propósitos do diretor da Instrução, Lourenço Filho, estava o objetivo de persuadir, juntamente com o Governo do Estado, as municipalidades para realizar a construção de prédios e reformas, e assim adequá-los à intenção de melhoria de ensino, às transformações científicas e urbanas que regiam os propósitos da República, principalmente em andamento na Capital Federal e no Estado de São Paulo, de onde provinha o referido professor.

O próprio diretor da Instrução, ainda em 1922, enviou ofício aos prefeitos, para provocá-los a agir neste sentido.

O director da Instrucção Publica expediu o seguinte telegramma aos prefeitos de Barbalha, Camocim, Cascavel, Joazeiro e Icó:

“A lei de reforma do ensino autoriza o governo a crear grupos escolares onde o município der prédio; e o exmo. Sr. Presidente do Estado deseja crear um grupo nessa localidade, ainda este anno.

Há prédio **conveniente** [grifo nosso] que possa ser posto à disposição do Estado, para esse fim, comprometendo-se a prefeitura pela sua limpeza, conforme a lei citada?" (*O NORDESTE*, 26 de agosto de 1922)

O termo **conveniente**, ao se referir ao tipo de prédio destinado a um grupo escolar é a chave do entendimento do processo usado na reforma, por Lourenço Filho, para atingir seus objetivos referentes à condição do espaço-escola. Por conveniente, entendemos um prédio de características espaciais que possa ser adaptado, nos moldes da higiene prescrita e das condições do município, que comporte uma demanda e seja possível sua manutenção.

Esta forma de compartilhar os custos como contrapartida das municipalidades é semelhante ao processo que se deu na Reforma de 1906, de João Pinheiro em Minas Gerais, que segundo Araújo (2006, p. 219-220),

O primeiro limite é o estabelecimento de prioridade às localidades que ofereçam o edifício escolar, terrenos ou somas em dinheiro, como contrapartida ao Estado; no entanto, tal diretriz postula compartilhar com as políticas públicas locais, buscando fazer com que as municipalidades arquem com o ônus, em atendimento ao norteamento de âmbito estadual.

Uma dificuldade relativa à criação de escolas no Estado, ao que parece, é o fato de que os municípios não estavam atendendo ao Art. 94 da Constituição Estadual, que determinava às municipalidades despendarem, no mínimo, 10% de suas rendas com a difusão do ensino primário ou profissional, enfatizando o diretor da Instrução que o Estado não pode resolver por si só o complexo problema da Educação popular, daí estabelecer aos municípios a obrigação de custear as escolas locais, pois, segundo dados estatísticos coletados em 1922, *apenas 28 municípios se preocuparam com o ensino, mas muito delles não despenderam mais de 4 a 5% de suas rendas* (*O NORDESTE*, Anno II, 11/01/1924, n. 461, p.1).

Em 1923, a Diretoria da Instrução, autorizada pelo Governo do Estado, fiscalizou a atuação dos municípios no que se refere à destinação para Educação e com isso se teve um aumento para 40 os municípios com maior interesse pela Educação, embora apenas 16 tenham cumprido a determinação dos 10%. Foram eles: *Acarahú, Aracaty, Barbalha, Boa Viagem, Camocim, Cascavel, Cratheús, Guaramiranga, Jardim, Lavras, Milagres, Pacoty, Porteiras, Quixadá, Redempção e Soure* (IDEM.1924).

Os municípios que participaram desta empreitada de reorganização e/ou criação de grupos escolares e escolas reunidas estão contidos nos respectivos quadros abaixo:

Quadro 5.1**Grupos Escolares criados ou reorganizados na Capital em execução à Lei nº. 1.953 de 2 de agosto de 1922**

Grupo Escolar na Capital	Ato de Criação* ou Reorganização	Instalação	Nº. Classes	Nº. Alunos
1. do Bemfica	20/12/1922	02/01/1923	12	630
2. do Boulevard V. do Rio Branco	20/12/1922	02/01/1923	10	465
3. do Fernandes Vieira	20/12/1922	02/01/1923	10	390
4. do Norte da Cidade	20/12/1922	02/01/1923	10	326
5. do Outeiro	20/12/1922	02/01/1923	14	605
6. de Porangaba	31/07/1923*	s/d	06	275
Subtotal			62	2.691

Fonte: Composto (em ordem alfabética) pela autora com dados do *Almanach do Ceará*, 1923 (para 1924)

De acordo com o primeiro quadro, verificamos que os grupos escolares do *Bemfica*, do *Boulevard Visconde do Rio Branco*, do *Fernandes Vieira*, do *Norte da Cidade*, do *Outeiro* já existiam, sendo então reorganizados com a Lei da reforma de 1922, enquanto foi criado neste período o Grupo Escolar da Porangaba (1923)¹⁸².

Quadro 5.2**Grupos Escolares criados e reorganizados no Ceará (excetuando Fortaleza) em execução à Lei nº. 1.953 de 2 de agosto de 1922**

Grupo Escolar (local)	Ato de Criação ou Reorganização*	Instalação	Nº. Classes	Nº. Alunos
1. de Aracaty	19/12/1922	05/01/1923	07	240
2. de Barbalha	16/12/1922	19/01/1923	06	249
3. de Baturité	16/12/1922	25/01/1923	09	295
4. de Cratheús	31/07/1923	12/08/1923	06	278
5. do Crato	16/12/1922	02/01/1923	08	282
6. do Icó	16/12/1922	02/01/1923	06	254
7. de Lavras	15/03/1923	01/06/1923	06	303
8. de Maranguape	16/12/1922*	02/01/1923	08	252
9. de Quixadá	13/01/1923	25/01/1923	07	242
10. de Redempção	31/07/1923	15/08/1923	06	280
11. de Sobral	16/12/1922*	02/01/1923	10	376
Subtotal			79	3.051
Total			141	5.742

Fonte: Composto (em ordem alfabética) pela autora com dados do *Almanach do Ceará*, 1923

Neste quadro de onze municípios, e observando que muitos outros com população até maior, ficamos nos perguntando por que estes municípios teriam sido escolhidos? Ou estes foram os que teriam aderido com a participação da Municipalidade? Seriam estes municípios os que tinham melhores condições econômicas para financiar tais escolas para aderir à

¹⁸² Neste mesmo período, Porangaba deixa de ser município para ser anexado a Fortaleza, assim como Messejana, que não é contemplada com grupo escolar de imediato, e sim com *escolas reunidas*, mas com prédio próprio, como veremos mais adiante.

Reforma? Lembramos que haviam sido encaminhados ofícios do presidente do Estado aos governantes das Municípios sobre a condição de prédio para que o Estado instalasse um grupo escolar.....Vimos que, dentre os 11 municípios que constituem o quadro, seis deles estavam entre os 16 que cumpriram com a determinação de destinação de 10% dos recursos municipais para a Educação.

Nas citações de Newton Craveiro sobre a evolução do ensino do Ceará, encontramos que “*como o grupo de Baturité estão funcionando doze outros no sertão*” (CRAVEIRO, 1923, p. 420), o que podemos pensar em outros grupos escolares não estaduais e a informação não teria sido coletada pela equipe de organização do *Almanach do Ceará*, o que também pode ser considerado improvável, visto que neste mesmo almanaque constam as escolas mantidas pela municipalidade de Fortaleza: Escola “Aristides Mascarenhas”, no Mucuripe, regida pelo Professor Cyrino dos Santos. Escola “Alipio Baltar”, no Porto das Jangadas, regida pela professora Joanna Coelho Alvarez (ALMANACH DO CEARÁ, 1923, p. 89).

Já no *Almanach do Ceará* (1923) a situação do ensino primário no Ceará se conformava da seguinte maneira, conforme quadro a seguir:

Quadro 5.3
Resumo Estatístico do ensino primário no Estado do Ceará em 1923

Grupos Escolares (150 classes)	17
Escolas Reunidas (62 classes)	20
Escolas Isoladas: Escolas Urbanas	101
Escolas Rurais	287
Numero de Unidades Escolares*	597
Matrícula Geral	25.725
Frequência Média	15.971
Escolas municipais	72
Matrícula	2.616
Estabelecimentos particulares na Capital e no Interior	205
Matrícula	7.717
Matrícula total	36.058
População em idade escolar	161.572
Crianças em escolas	22%
Crianças sem escolas	78%
*No mesmo Almanaque informa também 50 escolas subvencionadas e o total de 650 unidades	

Fonte: Composto com dados do *Almanach do Ceará*, 1923, p. 29.

Como a publicação do livro de Joaquim Moreira de Sousa é de 1955, supomos que a fonte por ele utilizada pode ter sido do *Almanach do Ceará* (1923), pois ambos, neste aspecto, relatam o mesmo resultado. De todo modo, ao certo, o dado confrontado que se apresentou constante foram os 17 grupos escolares, entre criados e organizados, em execução à Lei da

Reforma, nº. 1953, de 2 de agosto de 1922, sendo seis grupos escolares em Fortaleza e 11 no restante do Estado, o que soma um total de 17 grupos escolares.

Quanto ao número de escolas reunidas, só verificamos pelas informações encontradas, 18 delas que estão enumeradas no Quadro 5.4, composto com registros no *Almanach do Ceará* (1923). O próprio Joaquim Moreira de Sousa (1955) assinala 18 municípios em que foram criadas estas escolas: Acaraú, Aquiraz, Campo Grande, Camocim, Cedro, Granja, Ipu, Maria Pereira, Messejana, Pacatuba, Quixeramobim, Santana, Soure, Senador Pompeu, Tianguá, Tamboril e Viçosa (SOUSA, 1955, p. 121).

No *resumo estatístico*, Sousa (1955, p. 122) já assinala que *em 1923 funcionavam 20 escolas-reunidas*, e não 18; a menos que estas duas não identificadas funcionassem em Fortaleza e não tenham sido citadas anteriormente. Vejamos o quadro abaixo.

Quadro 5.4
Escolas Reunidas criadas no Ceará em execução à Lei nº. 1.953 de 2 de agosto de 1922

Escolas Reunidas	Ato de Criação	Instalação
1. de Acarahu	16/12/1922	s/d
2. de Aquiraz	13/12/1922	16/01/1923
3. de Campo Grande [atual Guaraciaba]	16/12/1922	16/04/1923
4. Camocim	16/12/1922	s/d
5. Cedro	17/02/1923	09/04/1923
6. Granja	16/12/1922	25/01/1923
7. Ipu	10/08/1023	s/d
8. Ipueriras	25/04/1923	s/d
9. Mecejana	14/03/1923	16/03/1923
10. Maria Pereira [atual Mombaça]	05/03/1923	22/03/1923
11. Pacatuba	16/12/1922	22/01/1923
12. Quixeramobim	16/12/1922	15/07/1923
13. Senador Pompeu	16/12/1922	s/d
14. Sant' Anna	16/12/1922	s/d
15. Soure [atual Caucaia]	19/12/1922	01/05/1922
16. Tamboril	21/08/1923	s/d
17. Tyanguá	16/12/1922	s/d
18. Viçosa	16/12/1922	s/d
19. (?) não encontrada		
20. (?) não encontrada		

Fonte: Composto a partir de dados do *Almanach do Ceará*, 1923

Sobre a organização espacial das *escolas reunidas*, as informações são muito tênues, restringindo-se à descrição de casas de propriedade do Estado ou particular, algumas tinham uma estrutura física mais adequada, já com semelhanças a um grupo escolar simplificado, como é o caso das escolas reunidas de Soure. A pesquisa de campo não privilegia a investigação de cada uma destas escolas, como fizemos com os grupos escolares, visto que estes são constituídos de prédios adaptados ou construídos de maior significado para o estudo

da Arquitetura Escolar. Fizemos uma exceção, contudo, em relação às *Escolas Reunidas de Soure* (Caucaia), tanto pela sua singularidade como construção deste tipo de escola, como pela sua localização, nas proximidades de Fortaleza, o que nos permite maior acesso, em razão das condições restritivas de tempo para a pesquisa.

Elaboramos um mapa do Ceará¹⁸³ com a localização dos municípios, onde foram criados ou reorganizados grupos escolares e escolas reunidas.

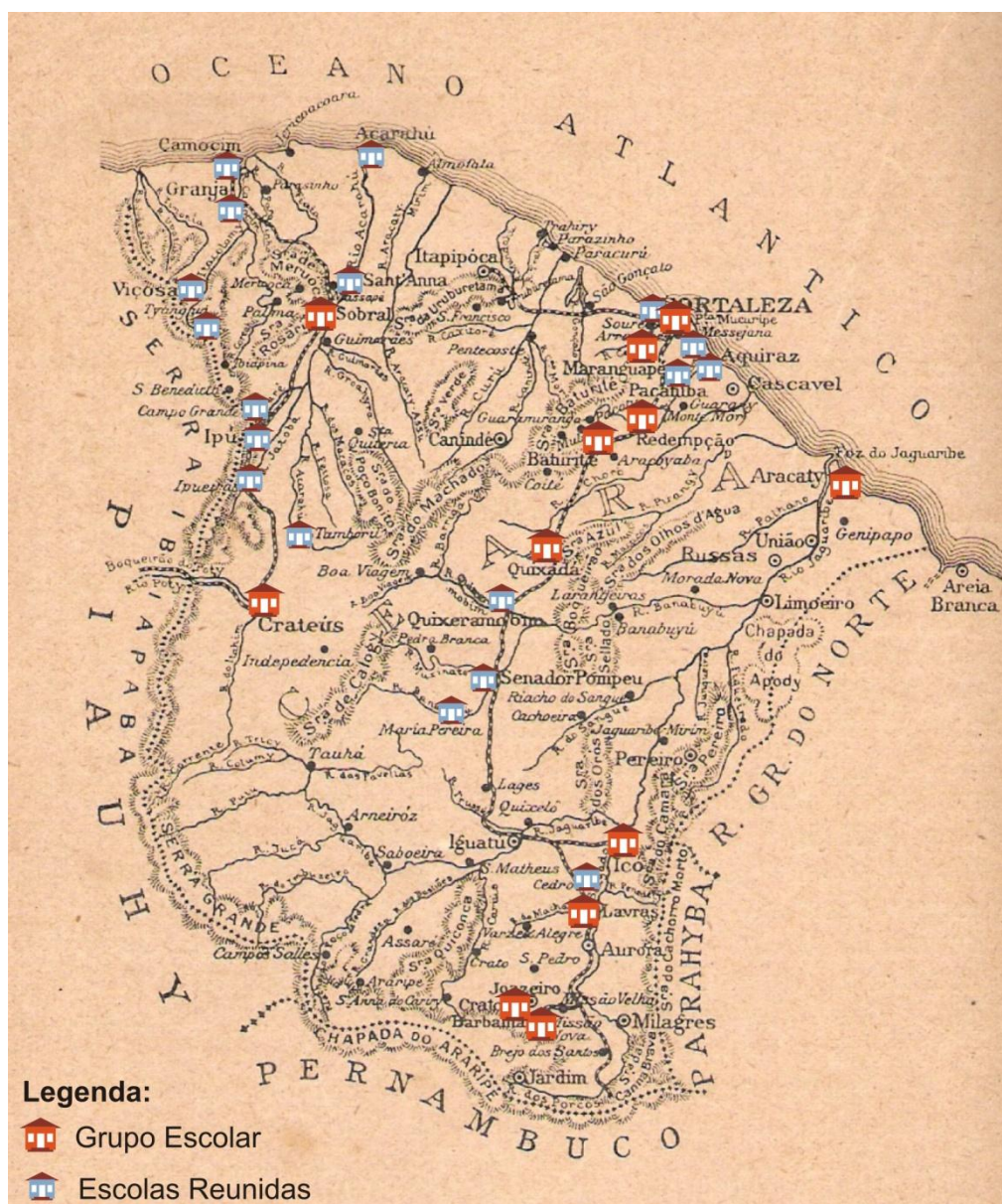


Fig. 5.1: Mapa 2 – Mapa do Ceará, 1931. Distribuição dos Grupos Escolares e Escolas Reunidas criados e/ou reorganizados em execução à Lei n.º 1.953/1922

Fonte: Cruz Filho, 1931 (Mapa do Ceará). Distribuição dos grupos e escolas reunidas feita pela autora, 2011

¹⁸³ Este mapa foi composto com base em uma carta do Estado do Ceará, extraída do livro de Cruz Filho (1931) e das informações contidas nos quadros: quadro 5.2 – Grupos escolares; e quadro 5.4 – Escolas Reunidas. A composição deste mapa representa, graficamente, a amplitude dos resultados da Reforma de 1922 no Estado do Ceará.

5.2.2 Algumas considerações sobre desdobramentos da Reforma

A reforma da instrução foi ganhando a credibilidade da população, e cada vez mais a matrícula crescia. Em 1923, a matrícula se apresentava com os seguintes números:

Quadro 5.5
Matrícula dos Grupos Escolares de Fortaleza (1923)

Grupo Escolar	Nº alunos
Grupo do Bemfica	422
Grupo do Boulevard do Rio Branco	408
Grupo de Fernandes Vieira	265
Grupo do Norte da Cidade	303
Grupo do Outeiro	535
Escola Modelo	<u>169</u>
Total	2.132

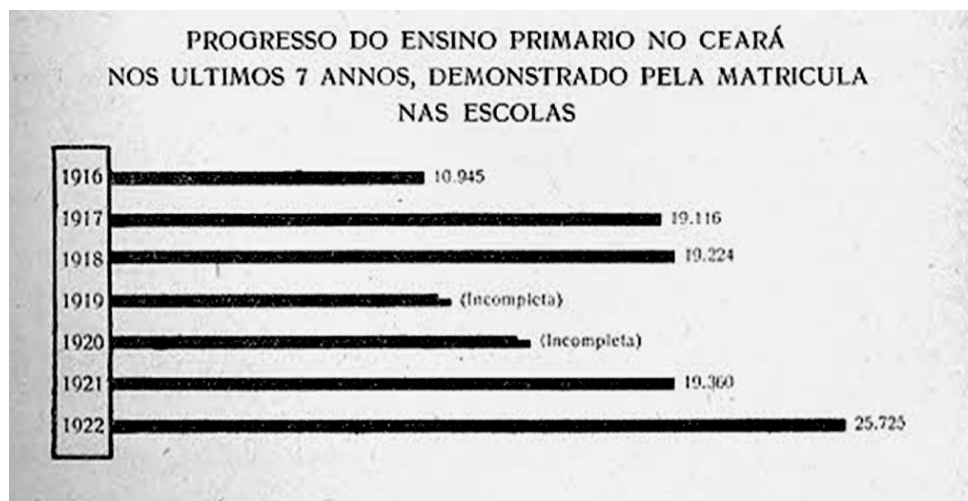
Fonte: *O Nordeste*, Anno I. 15 de março de 1923. n.º. 214. p. 2

Segundo o mesmo jornal, no ano anterior, as matrículas dos grupos escolares e da Escola-Modelo de Fortaleza somaram 1.922 alunos, enquanto no ano de 1922 totalizam 2.132 matriculados. Nos demais municípios do Estado, o crescimento da matrícula também é notado – *no grupo de Aracaty ascende a 214; no de Barbalha, 224; no do Crato, 206; no de Baturité, 242, no de Icó, 210; no de Quixadá, 262; no de Maranguape, 250; e no de Sobral, 298. (O NORDESTE, Anno I. 15 de março de 1923. n.º. 214. p. 2).*

Quanto às escolas reunidas, há também crescimento da matrícula – *As escolas reunidas de Aquiraz contam já com 130 alumnos; as de Porangaba, 212; as de Pacatuba, 161 e as de Senador Pompeu, 140. Assinala ainda que a reforma ainda vai ganhar relevo, com a distribuição do material didactico e de mobiliário moderno e higienico, que a Directoria da Instrucção já foi autorizada a comprar. (OP. CIT., p. 2).*

A *Revista Nacional* n.º 7 (1923) apresenta um quadro-resumo de resultados do período de seis anos, de 1916 a 1922. Neste quadro comparativo, percebemos um acréscimo do número de alunos matriculados.

Gráfico 5.1
Ensino Primário (1916 a 1922)



Fonte: *Revista Nacional* n.º 7, p. 467

A repercussão da reforma nos estabelecimentos de ensino particular também aconteceu de certa forma positiva, visto que foram obrigados, pela legislação vigente no período da Reforma de 1922, a fazer seus registros na Diretoria da Instrução até 9 de março de 1923, segundo notícia no *O Nordeste* naquela data. Deste modo, foram registrados os seguintes estabelecimentos particulares de ensino em Fortaleza:

Collegio Cearense do S. Coração, Instituto S. Luis, Collegio La Ruche, Curso intuitivo e Pratico, Collegio da Immaculada Conceição, Escola N. S. do Perpetuo Socorro, Escola N. S. do Carmo, Collegio S. Luis de Gonzaga, Collegio Santa Iñez, Collegio Providencia, Escola Nocturna do Circulo de Operários e Trabalhadores Catholicos S. José, Externato S. José, Instituto N. S. Auxiliadora, Escola Santa Thereza, Collegio S. Gerardo, Escola da Associação dos Merceeiros. Escola José Bonifacio, Externato S. Luis, Externato S. Cecília, Externato S. Antonio, Collegio S. Irineu, Externato S. José, Externato Santa Thereza, Collegio Castelo Branco, Escola primaria dirigida por d. Eugenia Correia, instituto Santa Dorotéa, Escola de Commercio Phenix Caixeiral, e Escola Couto Fernandes, Collegio José de Alencar, Collegio 15 de novembro, Escola Nocturna, de Itauna, Instituto 15 de novembro, no interior do Estado. (*O NORDESTE*, Anno I. 09 de março de 1923, n. 209. p. 3).

A legislação de 1922, em relação à legislação anterior, de 1915, ampliou as obrigações das entidades particulares, com vistas a impor multa em caso da não observância de suas obrigações, podendo o Presidente do Estado chegar a suspender por 15 dias o funcionamento da escola, ou até fechar por três meses, seis meses ou em definitivo, em caso de reincidência. Isto evidencia motivos para que os colégios particulares, em grande número, tenham procurado fazer o registro na Diretoria da Instrução.

5.3 Formação dos espaços escolares sob o enfoque dos princípios arquitetônicos, higienistas e pedagógicos [PARTE II]

A área educacional passou por mudanças resultantes não somente de processos pedagógicos, mas também de reflexos advindos das transformações de natureza político-social, ideológica e cultural, como também das transformações urbanas e tecnológicas que influenciaram a sua reestruturação. Por conseguinte, tem impacto sobre a escola e o espaço escolar. Em Fortaleza, temos alguns exemplos históricos que caracterizam esta dinâmica da sociedade com a produção social do espaço em que os usos dos edifícios são modificados, conforme os interesses circunstanciais, que, com o passar do tempo, se configuram históricos.

A Arquitetura nos dá a condição de registrar estes diversos momentos de conexão, sob vários contextos históricos, e as transformações desta relação com a sociedade, pois a Arquitetura, certamente, estabelece um diálogo privilegiado com a interdisciplinaridade. E isto se reflete quando o tempo de duração da construção de uma obra é tão longo que pode passar por sobreposições e modificações, inclusive para o seu uso e sua importância prática e simbólica das mutações do contexto social (GREGOTTI, 2008).

Identificar os edifícios escolares construídos na década de 1920 e 1930 no Ceará foi a árdua tarefa deste trabalho que ora apresentamos. A década de 1920 foi o recorte de tempo inicial, contudo, no decorrer da pesquisa, ao estendermos à procura dos antigos grupos escolares além dos de Fortaleza, fomos descobrindo que os desdobramentos extrapolavam uma década. A infraestrutura necessária e esperada na configuração dos espaços escolares só se processou em todo o Estado na década de 1930, estendendo-se ainda até a década de 1950.

Antes de abordar as especificidades arquitetônicas dos prédios que serão analisados neste capítulo, chamamos a atenção para outro conceito – o de “espaço escolar” – a luz de especialistas da Educação que analisam a escola como construto cultural. Isto porque vimos até aqui todo um processo em que se expressava a necessidade de uma arquitetura própria para funcionamento de uma instituição educativa.

O “espaço escolar”, para Escolano (2001, p. 26), reflete, além de sua materialidade, determinados discursos. No quadro das modernas teorias da percepção, o espaço-escola é, além disso, um mediador cultural em relação à gênese e à formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizagem.

Para Gonçalves (1999, p. 51), “espaço escolar” refere-se, *ao mesmo tempo, a um lugar físico construído pelo homem num dado momento histórico e a um conjunto de relações*

sociais que ocorrem na realização da tarefa social, a educação formal. Desse modo, ao se dizer o “espaço escolar” *tanto significa referência ao edifício construído, como a um conteúdo ou conjunto de relações pedagógicas*, diferente do que se tem como conceito de Arquitetura Escolar. Neste sentido, por espaço escolar, podemos inserir a escola isolada, ou casa do mestre-escola, enquanto que, para análise da Arquitetura Escolar, como valor intrínseco da Arquitetura, estes espaços não configuram condição de parâmetros de análise.

Além da abordagem destes conceitos, devemos explicar por que iniciamos com a Escola Normal inserida neste estudo, juntamente com o primeiro prédio destinado ao seu funcionamento, visto que este se encontra fora do recorte temporal da pesquisa. Primeiro, torna-se importante tratar da Escola Normal por ser ela o lugar de formação da política da instrução pública e de formação de professores, bem como das diretrizes políticopedagógicas para a organização de escolas e do ensino primário, além de se ter uma forma de comparação do que havia antes como padrão de espaço escolar no último quartel do século XIX, que não mais condizia nem atendia as necessidades demograficoespaciais presentes nos novos programas e as tantas reformas por que passou a única instituição de formação de professores da instrução primária do Estado do Ceará.

Os grupos escolares construídos e/ou reformados em Fortaleza para atender os propósitos da Reforma de 1922 são: 1. Grupo Escolar do Norte da Cidade; 2. Grupo Escolar do *Boulevard* Visconde do Rio Branco; 3. Grupo Escolar Fernandes Vieira; 4. Grupo Escolar do Outeiro; 5. Grupo Escolar do *Bemfica*; e 6. Grupo Escolar de Porangaba.

Nas demais localidades do Estado, como já vimos, foram reorganizados e adaptados prédios para os grupos escolares com o aporte da municipalidade. São eles: Grupo Escolar de Aracati, de Barbalha, de Baturité, de Crateús, do Crato, de Icó, de Lavras, de Maranguape, de Quixadá, de Redenção e de Sobral. Nestes grupos escolares, detemos-nos mais nos aspectos arquitetônicos. Quanto aos métodos de ensino e práticas escolares, nos reportamos de um modo geral no início do capítulo, ao analisarmos a reforma, mesmo porque estenderia por demais a pesquisa, podendo ser tema de outros trabalhos.

Outras instituições públicas criadas nas décadas de 1920 e de 1930 em Fortaleza nos chamaram a atenção para integrarem a pesquisa de campo, por serem instituições significativas em relação aos métodos pedagógicos e pela arquitetura de suas edificações. São elas: *Grupo Escolar do Alagadiço*; *Escolas Reunidas de Soure* e o *Serviço de Educação infantil*. Passemos, então, a apreciar estas instituições escolares e sua arquitetura.

5.3.1 Escola Normal: da antiga à reformada em 1922

Existe um longo percurso trilhado pela Escola Normal de Fortaleza desde as tentativas de sua criação, ainda no Império, até a Reforma de 1922, quando recebeu nova sede na praça Filgueira de Melo. Esta escola perpetuou-se como símbolo e, ao mesmo tempo, fonte da História da Educação, marcando em duas épocas, a de sua criação e, posteriormente, a da reforma na década de 1920, um patrimônio cultural material e imaterial, de gerações que por ali passaram e fazem parte da História da Educação e da História do Ceará.

Passamos a relatar o processo de criação desta escola e apresentar uma perspectiva de análise de sua arquitetura com base na comparação do projeto construído em 1882 com o segundo, construído após quatro décadas, em 1922.

A análise é feita com base em referências bibliográficas sobre Educação, instituições escolares, Arquitetura Escolar e utilizamos, também como fontes, os registros em arquivos públicos e escolares, os relatórios dos presidentes da Província e o *Almanach do Ceará* da década de 1920.

- **A criação da antiga Escola Normal**

Pela leitura dos relatórios dos presidentes da Província e revisitando a historiografia da Educação do Ceará, observamos que a criação da Escola Normal no Ceará resultou de um longo e cansativo processo que se alongou durante décadas até a sua concretização.

A primeira iniciativa, segundo Castelo (1970), e confirmado pela leitura dos relatórios dos presidentes da Província do Ceará, foi do Padre José Martiniano de Alencar, pela Lei nº. 91, de 5 de outubro de 1837, no que consta em seu art. 1º.: *Fica criada, temporariamente, uma Escola Normal de primeiras letras na Capital da Província, vencendo o professor o ordenado de 1:200\$000 e seguindo em tudo o método Lancastre*". (CASTELO, 1970, p. 193).

É confirmada ainda no discurso do Sr. Brigadeiro José Joaquim Coelho, presidente e comandante das Armas da Província do Ceará, em 10 de setembro de 1841, como se observa no texto a seguir:

A Lei numero 31 de 5 d'outubro de 1837, que instituiu uma Escola normal com o fim de formar Professes aptos a derramar a instrucção segundo o methodo Lancasteriano, parece á primeira vista sanar o defeito da mencionada Lei numero 34, obrigando os Mestres das diversas Aulas de Primeiras Letras da Província a rigoroso exame, depois de estudadas as matérias ensinadas na sobredita escola (P.8).

À primeira vista, o texto nos induz a pensar que a Escola já se encontra em funcionamento. Dando continuidade às leituras de documentos e dos relatórios dos presidentes da Província do Ceará, verificamos que a iniciativa do Pe. Martiniano de Alencar não logrou êxito porque seu sucessor no cargo não cumpriu a legislação, justificando que eram muitos os gastos, além da falta de suporte financeiro dos cofres da Província.

Somente com a Lei nº. 1138, de 5 de dezembro de 1864, Art. 8º., recomenda a construção de escola – *autorizou a construção de uma escola modelo, que se está edificando n'esta capital*, e em seu artigo 19, *manda construir casas com as necessarias accomodações segundo um plano geral*. (MENSAGEM do Presidente da Província do Ceará, 1865).

Não era exatamente uma escola normal, como enfatiza o padre Hipólito Gomes Brasil, diretor da Instrução Pública, que em seu relatório de 1865 escrevia: *Acho, portanto, que a Escola Modelo criada para nela se fazerem o tirocínio e obterem os conhecimentos práticos de regerem uma escola de aspirantes ao magistério primário, é o que mais se coaduna com as circunstâncias da Província* (In: CASTELO, 1970, p. 194). Na verdade, o prédio fora construído, mas destinado à biblioteca pública, que se abria em 1867.

Em 1881, o presidente da Província, senador Pedro Leão Veloso, nomeou o professor José Barcellos, lente de Pedagogia e Metodologia, do educandário que iria ser instalado. Para tanto, afirma Castelo (1970), o professor Barcellos foi à Europa “*estudar os métodos e processos de Ensino Primário e verificar a sua melhor adequação de ensino no Ceará, tendo seus estudos na Europa, durante um ano, custeados pela Província*”.

Com a Lei nº. 1790, de 28 de dezembro de 1878, obteve-se a autorização para criar a Escola Normal¹⁸⁴, destinando que fosse construído um edifício apropriado ao seu funcionamento, cujo lançamento da pedra fundamental ocorreu em 2 de outubro de 1881, na então Praça Marques de Herval, atualmente José de Alencar.

Castelo (1970) acentua que a criação e implantação da Escola Normal nesta Capital, a fim de habilitar os candidatos ao magistério público, reformavam as bases da estruturação da Instrução Pública. Silva (2001, p. 59) acrescenta que a Escola Normal do Ceará *não nasce com regulamento próprio, mas nasce com instalações próprias, isto é, com um prédio construído especialmente para sua instalação*, e que contava ainda com duas escolas anexas, uma para cada sexo. A Escola Normal foi em 22 (ou 23) de março de 1884, tendo como seu primeiro diretor, o professor José Barcellos, que permaneceu no cargo até 1892.

¹⁸⁴ *Creada pelo Regulamento Expedido por acto de 23 de agosto de 1880, em execução da Lei n. 1590 de 28 de Dezembro de 1879* (Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o anno de 1924. 29º anno. p. 62)

- **Sobre o prédio da antiga Escola Normal**

O primeiro edifício da Escola Normal foi projetado pelo engenheiro civil austríaco Henrique Foglare, sendo a obra realizada ao encargo do engenheiro Henrique Theberge, responsável pelas obras públicas provinciais e tendo a execução do mestre pedreiro Francisco de Souza Brasil.

Os estudos e pesquisas sobre a Escola Normal se ampliaram, no entanto poucas são as referências ao antigo prédio da Escola. Na foto seguinte, temos uma imagem considerada das mais antigas da Escola Normal. A que tudo indica, era pintado de cor escura, tendo os detalhes e ornamentos retirados posteriormente, como veremos nas imagens seguintes.

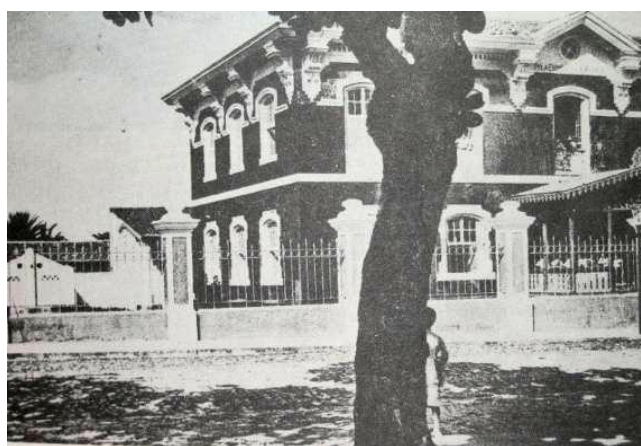


Foto 5.3: Antiga Escola Normal na Praça Marquês de Herval
Fonte: NIREZ, 1991, p. 141

Bezerra de Menezes (1992) comenta a Escola Normal, como edificação:

Colocada no ângulo esquerdo da face meridional da praça do Marquês de Herval, atrai pela sua arquitetura simples, ligeira e elegante. Consta de dois pavimentos, tem boas acomodações e a entrada é precedida por um pequeno pavilhão em estilo suíço.

O prédio é rodeado de muro, sendo a frente de grade de ferro. (BEZERRA DE MENEZES, 1992, P. 52)

Machado (1987) detalha minuciosamente a arquitetura da edificação. Começando pela implantação do edifício que se revela atípica, pelo menos para a Fortaleza da época, para uma construção urbana. Talvez sob a influência dos chalés, modelo de habitação do final do século XIX, em que a construção é afastada dos lotes vizinhos. Em virtude do recuo da construção, a delimitação é feita por grades de ferro, que denotavam, à época, certa distinção social.

O edifício tem organização espacial muito simples: planta retangular dividida em três vãos com dois pisos, ficando a escada no vão central;

sendo necessário entretanto, ressaltar já neste momento a existência de um bloco anexo provavelmente de salas de aulas e banheiros [escolas anexas?], informação aliás insinuada em jornal da época e confirmada através de foto data de 1906, aproximadamente.

Além de uma cobertura saliente apoiada em consolos, a “fisionomia” de então do edifício, era marcada pelos pequenos alpendres metálicos que faziam a transição entre o espaço interno e externo nos dois acessos do edifício (faces sul e norte). Esses espaços eram definidos por uma cobertura em duas águas salientes em relação ao corpo do prédio, decoradas com lambrequins, e gradis de ferro que os fechavam deixando livre o acesso por uma pequena escada. O edifício tem desenho marcadamente eclético.

A estrutura vertical do edifício foi executada em tijolo e cal.

A estrutura horizontal é composta de barrotes no primeiro piso e tesouras de madeira na cobertura. Os forros são de madeira tipo saia e camisa, sendo o piso de assoalho e piso hidráulico no pavimento superior e inferior respectivamente.

As esquadrias são de madeira e vidro; venezianas com vidro para todas as janelas sendo as do pavimento térreo com folha cega de madeira por dentro. As portas internas têm bandeiras vazadas, trabalhadas em madeira, formando desenhos ao gosto da época.

A tecnologia empregada na construção do edifício da Escola Normal revela soluções construtivas mais elaboradas que caracterizam o final do século passado [XIX], mesmo na província do Ceará. (MACHADO, 1987, p. 6-7).

Conforme a descrição, a planta tem organização muito simples, com entrada central e escadaria, sendo dividido o corpo do prédio em três seções, tanto no térreo como no pavimento superior. Vejamos a planta do prédio, que atualmente é ocupado pelo IPHAN, onde consta a descrição dos seus ambientes:

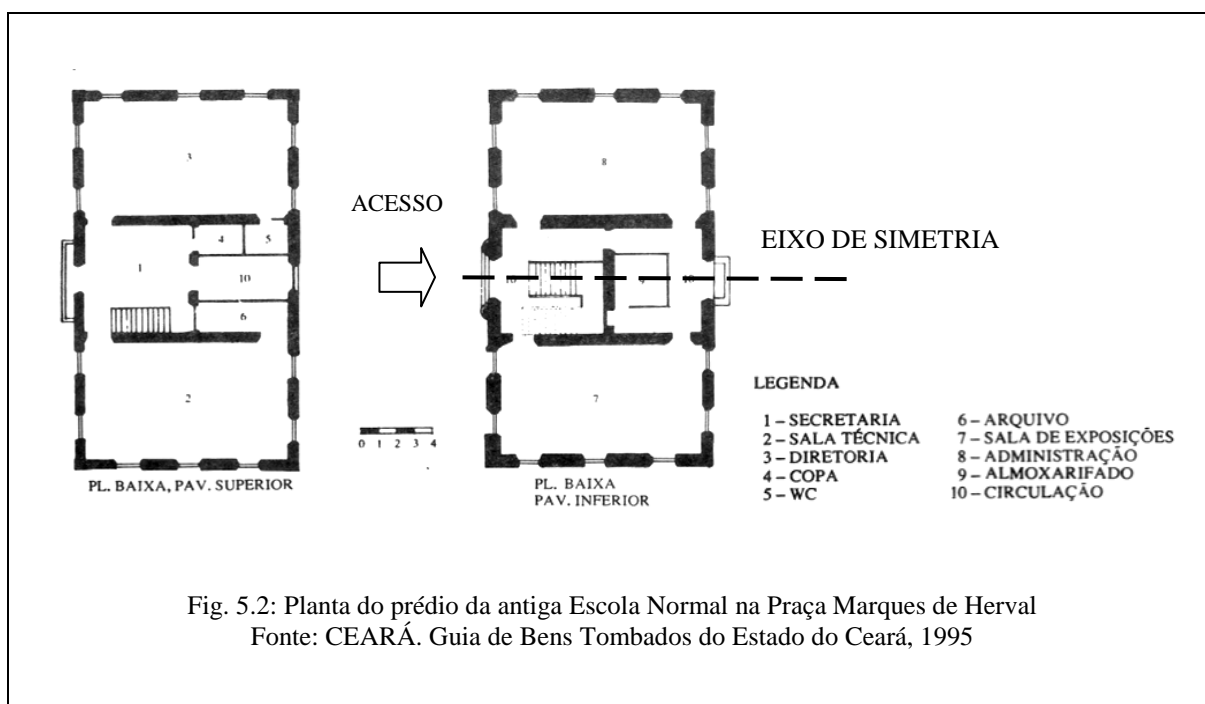


Fig. 5.2: Planta do prédio da antiga Escola Normal na Praça Marques de Herval
Fonte: CEARÁ. Guia de Bens Tombados do Estado do Ceará, 1995

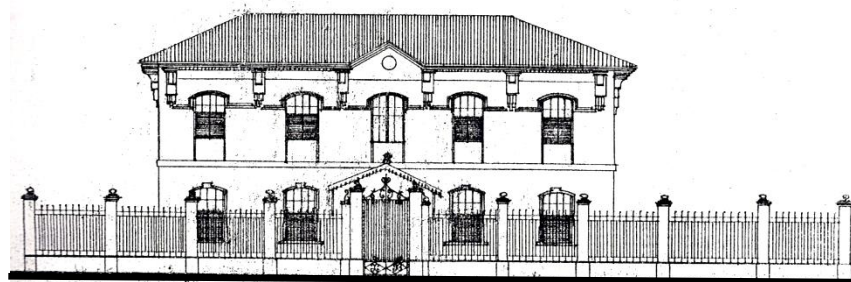


Fig. 5.3: Fachada da antiga Escola Normal na Praça Marques de Herval
Fonte: Machado, 1987.

Com a Reforma de 1922, a Escola Normal recebeu sede nova e seu antigo prédio passou a abrigar o Grupo Escolar Norte da Cidade. Antes de ocupar as novas instalações na praça Filgueira de Melo, a Escola Normal funcionou temporariamente no edifício da “Phenix Caixerai”. (*O NORDESTE*, de 11 de agosto de 1922).

- **O que se ensinava**

A estrutura de funcionamento e programa de ensino da Escola Normal já eram previstos antes de sua existência, no capítulo IV do Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará (1881).

Segundo Silva (2001, p. 56), a organização curricular da Escola Normal, inaugurada na segunda metade do século XIX, *traduz o pensamento pedagógico centrado no conhecimento universal e intelectualista, enfatizando o conteúdo das disciplinas, restringindo a formação propriamente docente à cadeira de Pedagogia*. Isto porque, enfatiza a autora, a concepção de magistério na época tinha por fundamento o domínio de conhecimentos universais.

Quanto ao tempo de duração do curso e o que se ensinava na Escola Normal no início de seu funcionamento em 1884, o que percebemos pelo relatório do Dr. Satyro de Oliveira Dias, que passou a administração da Província ao 2º Vice-Presidente, Sr. Antônio Pinto Nogueira Accioly (1884), é que havia críticas à duração de um ano e ainda não estavam oficializadas no currículo da Escola Normal as matérias de Língua Francesa e Ciências Físicas e Naturais, pois em seu relato considera que a introdução destas línguas é da maior conveniência. Faz menção

também à necessidade de ampliação do curso a dois anos pelo menos, pois um só ano de preparação não daria uma habilitação como precisava a Província naquele momento.

No decorrer do funcionamento, foram feitas muitas reformas. Não é objetivo aprofundar estas questões, mas apenas ressaltar a análise do funcionamento e busca de aperfeiçoamento na instituição que era a principal formadora dos professores responsáveis pela instrução primária no período da última metade do século XIX, ainda na Província e posteriormente nas três primeiras décadas do século XX no Estado do Ceará.

A Escola Normal passou por várias reformas no decorrer de seu funcionamento, antes de 1922, iniciando com a reforma de 1885, quando foram incluídas cadeiras e incorporados outros professores, sendo criado o cargo de diretor da Escola Normal, antes exercido pela Inspeção Geral da Instrução Pública, sendo nomeado o Professor José Barcellos, bem como a ampliação da duração do curso para dois anos; foi acrescentada ainda a cadeira de Língua Francesa.

Outras reformas sucederam a esta em 1899, 1911 e 1918, aqui e ali, com acréscimos de disciplinas, tais como “*Noções de litteratura*”, “*gymnastica*” e Noções de Psicologia na cadeira de Pedagogia (SILVA, 2001, p. 121).

- **O que mudou na Escola Normal com a Reforma de 1922?**

A insatisfação que se apresentava no início do século XX, tanto nos discursos, como nos comentários de autores que abordam a qualidade da instrução primária no Ceará, era geral. O clima intelectual era, portanto, propício à reformulação do ensino.

Cavalcante (2000) explora demasiado o processo de solicitação de um professor para cadeira de Psicologia e Didática na Escola Normal que culminou com a vinda de Lourenço Filho ao Ceará em 1922. Sua vinda, por certo, trouxe novo impulso ao ideal renovador, ao pretender, pela via legal e institucional, uniformizar os métodos de ensino e aproximar a escola primária e normal da realidade local (OLINDA, 2005, p.113). Esta reforma se constitui até os anos 1950 o mais representativo dos caminhos do Ensino Normal neste Estado, promovendo a reorganização da escola de formação de professores primários, a Escola Normal, suprimindo disciplinas, criando outras, aplicando práticas escolares que se fundam nos princípios da “Escola Ativa”.

Mesmo com todos os problemas locais, decorrentes das secas periódicas, além de recursos financeiros escassos, a Instrução Pública obteve na década de 1920 uma grande

conquista. Pelo Decreto 1.960, de 9 de agosto de 1922, foi autorizado ao Poder Executivo *mandar construir um prédio destinado à Escola Normal*. A Assembleia Legislativa do Ceará, com o intuito de homenagear o Imperador Pedro II, autorizou o Governo, pela Lei n. 2260, de 26 de agosto de 1925, a dar à Escola Normal de Fortaleza, a denominação de “Escola Normal D. Pedro II” (MENSAGEM Presidente do Estado, 1926).

Foi um acontecimento marcante para a Cidade e significou um grande impulso na formação de professores. Discordamos, no entanto, de Joaquim Moreira de Sousa (1961, p. 319), que, no seu entusiasmo republicano, afirma que, pela primeira vez, foi implantado um programa de construção de prédios escolares apropriados aos trabalhos educacionais, inclusive com a participação das várias prefeituras, que forneciam edificações para a instalação de escolas nas principais cidades e vilas. Na verdade, o Estado construiu alguns prédios, reformou e adaptou outros e induziu as municipalidades a disporem de prédios para que fossem instalados grupos escolares. Não foi, no entanto, a primeira vez que foram construídos prédios para escolas públicas. Movimento semelhante, mas em diferente contexto social e educacional, ocorreu nos anos de 1877-1880, no Império, com recursos dos “socorros públicos” para aliviar os danos das secas, com os quais, além de açudes, cemitérios e cadeias, foram construídas e/ou adquiridas casas de escola em muitos municípios do Estado, como vimos no capítulo anterior.

- **Análise da Arquitetura da nova sede da Escola Normal**

A preocupação com as condições sanitárias de espaços coletivos de um modo geral, no final do século XIX e início do século XX no Brasil, é decorrente de ocorrências de epidemias anteriores e correntes. Aliado ao crescimento urbano, onde se manifestam iniciativas de intervenções urbanas, o crescente processo de descobertas no campo da saúde suscitou a aplicação dos princípios da profilaxia a fim de reduzir os efeitos nocivos da falta de higiene, que era comum àquela época.

Esta preocupação com as condições sanitárias também diz respeito aos espaços escolares. As monografias escritas pelas normalistas formadas em 1923¹⁸⁵ deixam transparecer a conotação da época em que o discurso do higienismo. Estes aspectos também contribuíram na concepção da arquitetura do novo prédio da Escola Normal.

¹⁸⁵ Ver sobre as monografias das normalistas em Cavalcante (2009) e Silva (2001).

O novo prédio da Escola Normal, de autoria do eng^o José Gonçalves da Justa (1870-1944), teve sua construção iniciada na gestão do presidente Justiniano de Serpa em 11 de agosto de 1922, na praça Filgueira de Melo, antes chamada praça dos Educandos e também praça do Colégio. A inauguração da Escola aconteceu, em parte, em 23 de dezembro de 1923, já no governo de seu sucessor Ildefonso Albano, pois o presidente Serpa veio a falecer em 1 de agosto de 1923, no Rio de Janeiro.

Existem discussões acerca da localização da Escola Normal na praça Filgueira de Melo (PINHO in CAVALCANTE, 2003; SILVA, 2001), principalmente em relação ao estado de duas escolas postas uma em frente à outra, pois, na parte norte da referida praça, já existia desde finais do século XIX o Colégio da Imaculada Conceição, que na época de Reforma de 1922, ou seja, na construção da nova sede da Escola Normal, obteve, juntamente com o Colégio do Sagrado Coração, a equiparação ao ensino da Escola Normal¹⁸⁶.

Supomos que a influência do higienismo e as decorrências do crescimento urbano foram fatores de localização da nova sede da Escola Normal. Em relação ao primeiro argumento, eram preocupações determinantes para construir uma edificação escolar, a escolha do terreno de localização da escola, dimensão das salas e tratamento das paredes, piso e teto, da iluminação, do asseio, do mobiliário. Isto, aliado ao crescimento urbano, mas que também diz respeito à higiene, é a preocupação com implantação em lugares salubres, como realmente foi localizada em área de expansão da Cidade e distante de locais de contaminação, como fábricas e outros, muito embora, na década de 1920, a área de surgimento de “casas modernas” era a zona oeste da Cidade, por não constituir via de entrada, portanto, não se configurar como vetor de penetração sertaneja. Entre a praça da Lagoinha e da praça Fernandes Vieira, começaram a ser erguidos casarões, que se estenderam até o Jacarecanga. Nesta área foi implantado um dos grupos escolares, parte integrante deste trabalho, o Grupo Escolar Fernandes Vieira (CASTRO, 1987).

Com relação a outras áreas no entorno do centro de Fortaleza que se apresentavam em expansão nesta época, podemos citar o Benfica, tradicional pelas chácaras. Já a parte leste, onde foi situado o prédio da Escola Normal, segundo Castro (1987), zona ainda conhecida por Outeiro, marcada por certa desorganização, cortada pelo rio Pajeú, era socialmente malvista, contudo, a rua do Colégio (avenida Santos Dumont) já apresentava edificações de vulto, como o Palacete Plácido de Carvalho, começando a valorizar-se, principalmente depois da implantação do Colégio Militar de Fortaleza (1919).

¹⁸⁶ Lei de Equiparação de Ensino Normal do Estado. Ver mais sobre o assunto em Pinho (In CAVALCANTE, 2003).

A representação simbólica do prédio da Escola Normal reforça os ideais republicanos e a defesa dos intelectuais da Educação no sentido da força dos monumentos e sua representatividade em locais de destaque na Cidade, para ser visto e apreciado pela população. Isto se confirma na notícia do *Diário do Ceará* sobre a inauguração da sede da Escola Normal, bem como detalhes sobre o programa arquitetônico.

O plano completo do edifício compreende doze salas, dependências da administração, salas de professores, amphiteatro, bibliotheca, instruções sanitárias, etc., reservado o porão habitável para gabinetes de ensino experimental, archivo, almoxarifado, museo, etc. Inauguram-se agora seis salas de aula, diretoria, secretaria, bibliotheca, salas dos professores e as salas correspondentes do porão.

Faz comentários sobre as condições técnicas de iluminação, materiais e o atendimento as regras da higiene e da boa arquitetura e a denominação das salas em homenagem a pessoas ilustres

As salas de aula do novo edifício tem dez metros por sete, pé direito de quase seis metros, e iluminação sempre lateral esquerda, a mais recomendável, duas dellas são ligadas por um arco de alvenaria, que se fecha hermeticamente por uma taboa de madeira envernizada, permitindo assim que sirvam, quando haja necessidade, de salão nobre.[...]

As salas do Curso Normal, situadas na ala direita e central do edifício receberão as denominações seguintes, que resumem a historia do ensino do Ceará¹⁸⁷ (DIÁRIO DO CEARÁ, 25/12/1923 in OLIVEIRA, 2008, p. 156).

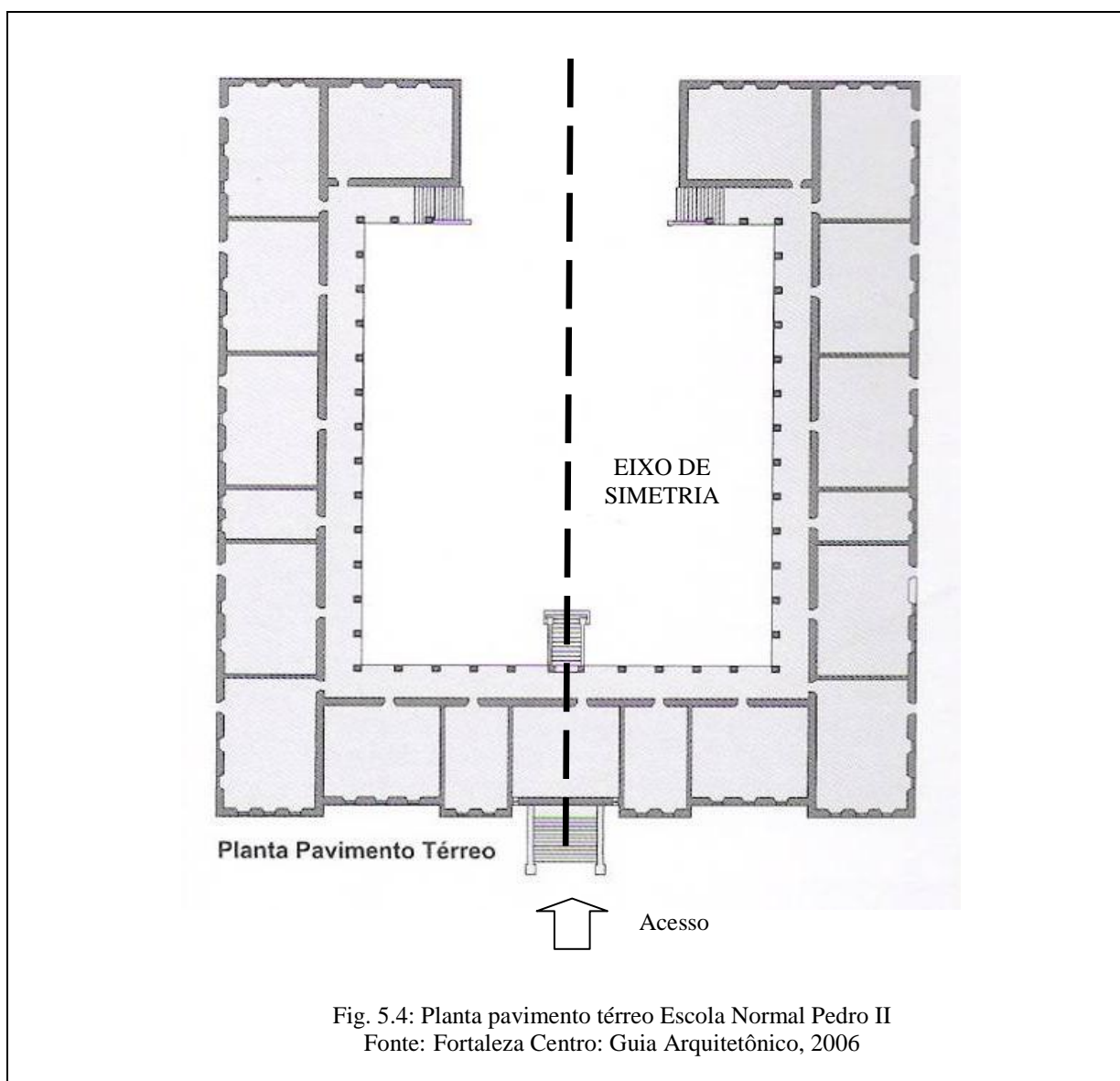
A alusão feita às novas instalações considera que o estabelecimento próprio traz ao aluno gosto e incentivo.

Dantes, a Escola não tinha tradição. Nem os retratos dos antigos alumnos há no estabelecimento. Como a escola varias vezes mudou de casa, tudo havia por força de ter aspecto transitório... Hoje, não. O estudante ao penetrar no novo edifício, sentirá, por força, que se vae incorporar a uma grande família, de que há tradições a zelar e a defender. (Diário do Ceará, de 25 de dezembro de 1923 In: OLIVEIRA, 2008, p. 156).

O projeto é de uma edificação de porão alto, denominado “prédio assobradado” conforme terminologia do Código Municipal de 1932. A edificação tem planta marcada pela simetria com escadaria central, cada sala possuindo área de 70m² (7,00m x 10,00m) – diferindo um pouco das determinações do Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino

¹⁸⁷ 1º Anno – Sala professor Felix de Azevedo (1879); 2º Anno – Sala Senador Pompeu (1855); 3º Anno – Sala Professor José de Barcellos (1884); 4º Anno – Sala presidente Serpa (1922).[...]Os gabinetes de ensino prático e experimental são os seguintes:1 – Gabinete de Physica e Chimica (Sala Professor Álvaro de Oliveira).2 – Gabinete de Physicologia e Pedagogia (Sala Samuel Doria).3 – Gabinete de Sciencias Naturaes e Hygiene (Sala Professor Dias da Rocha).4 – Museu de Historia e Geographia (Sala Capistrano de Abreu).[...]As denominações, tanto das salas de aula como dos gabinetes, usam chamar a atenção dos estudantes pelos que tem se esforçado pelo desenvolvimento do ensino ou de um ramo particularmente da sciencia.

Primário, 1915, que regimenta para as dimensões de sala de aula comprimento de 10,00m por largura de 7,50m, tendo uma superfície por aluno de 1,25m² e altura da sala de 4,00m.



Como podemos observar na confrontação da nova planta com a anterior, existe uma maior quantidade e complexidade de espaços exigidos para atender ao programa que foi, ao longo de várias reformas educacionais, se tornando cada vez mais abrangente, exigindo, além de novos métodos pedagógicos, novos e adequados espaços.

Quanto aos aspectos formais da edificação, na fachada do novo prédio da Escola Normal se apresenta em destaque o torreão da entrada principal com elegante escadaria “entalada” entre dois torreões do tipo *Klokgevel*¹⁸⁸, que por certo lhe conferia características

¹⁸⁸ Conforme notas do autor, “*Klokgevel* (empena-relógio) – uma das formas típicas de coroamento dos frontões na edificação vernacular holandesa”.

do “*estilo flamengo*” alusão que a imprensa fazia ao prédio: ‘*o estilo da composição é flamengo moderno. A sua composição lembra a nova bibliotheca de Lausanne*’ (CASTRO, 1987, p. 240).



Fig. 5.5: Fachada Principal Escola Normal Pedro II
<http://www.ofipro.com.br/trabalhos/htmls/justiniano.htm>



Fig. 5.6: Fachada lateral Escola Normal Pedro II
Fonte: <http://www.ofipro.com.br/trabalhos/htmls/justiniano.htm>



Fig. 5.7: Corte Longitudinal Escola Normal Pedro II
<http://www.ofipro.com.br/trabalhos/htmls/justiniano.htm>

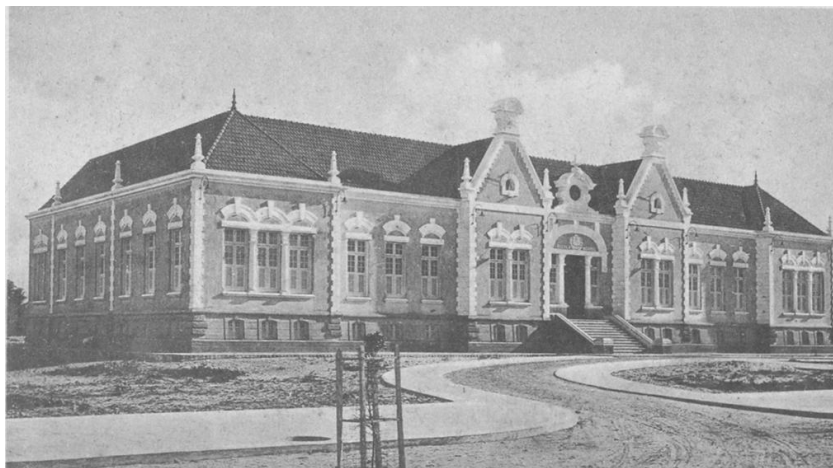


Foto 5.4: Escola Normal, 1923
Fonte: Álbum Fortaleza Antiga, n. 17

Fizemos um questionamento sobre a razão de termos no Ceará àquela época uma influência da arquitetura de Lausanne. Que relação teria o projetista Antonio Gonçalves da Justa com este lugar? Sendo Antonio Gonçalves da Justa encarregado das obras do Estado, homem de nível de cultura e experiência no campo da construção, provavelmente teve influências externas por meio de viagens. Nesta época, encontra-se uma manchete “*Os trabalhos da Conferência de Lausanne*” estampada no *O Nordeste* (1922), o que nos faz pensar na possibilidade de alguma conexão e influência da arquitetura de tal lugar.



Foto 5.5: Escola Normal Pedro II (atual Colégio Estadual Justiniano de Serpa)
Fonte: Foto da autora, 2004



Foto 5.6 e 5.7: Escola Modelo – Anexo. Fonte:
<http://www.ofipro.com.br/trabalhos/htmls/justiniano.htm>

A conclusão do edifício, com a complementação de toda a obra, incluindo salas da Escola Modelo e *auditorium*, verificou-se no governo intervencional do Capitão Roberto Carneiro de Mendonça (1931-1934). Um dos motivos políticos de interesse de complementação da obra seria sediar a 6ª Conferência Nacional de Educação.

- **Algumas considerações sobre a Escola Normal do Ceará**

No decorrer do funcionamento da Escola Normal, desde sua criação, foram feitas muitas reformas e transformações em busca de aperfeiçoamento da instituição que seria a principal formadora dos professores responsáveis pela instrução primária no período da última metade do século XIX, ainda na Província e, posteriormente, nas três primeiras décadas do século XX no Estado do Ceará. Isto exigiu mudanças inclusive físicas.

Ao se comparar o primeiro prédio inaugurado em 1884, com o prédio implantado em 1922, podemos fazer algumas considerações sobre a História da Educação no Ceará, que dizem respeito tanto à Arquitetura Escolar quanto às questões referentes aos programas educacionais e métodos de ensino.

O primeiro prédio, construído na praça Marques de Herval, cuja planta já se desenvolvia em dois níveis, sob as determinações pedagógicas e culturais da época, bem como do Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, é um prédio não comum à época, pois o distanciamento com recuos generosos deixava o prédio livre no terreno, e o gradil lhe confere distinção. Este se destacava na paisagem urbana.

A nova sede, construída à luz dos ideais republicanos da década de 1920, além da complexidade que se incorporava por meio da exigência de novos ambientes, como os laboratórios, espaço de ginástica e auditório, contando ainda com uma demanda muito maior, induzindo a ampliação das dimensões deste novo prédio, representa os princípios republicanos de nacionalidade e higienismo por meio da visibilidade monumental como “templo de saber”. Foi palco de muitas lutas, festas, comemorações. Seu valor simbólico excede em muito sua arquitetura dita “monumental”, até criticada pela oposição da época. Como exemplo de sua importância como Instituição e do lugar na Cidade, Azevedo (2005) nos lembra que a festa de colação de grau da Turma do curso de Direito de 1937 foi realizada no prédio da Escola Normal, para qual Lauro Maia compôs a *Valsa do Ruby*.

Além da análise da Escola Normal, matriz da Reforma de 1922, passamos a analisar os grupos escolares criados ou reorganizados no Ceará em função da referida reforma.

5.3.2 Grupos escolares criados ou reorganizados em Fortaleza em decorrência da Reforma de 1922

5.3.2.1 Grupo Escolar do Norte da Cidade

Para entender a história do Grupo Escolar Norte da Cidade, tivemos que percorrer um longo caminho, pois não conseguíamos decifrar um hiato que existia entre a sua criação como grupo escolar-modelo funcionando na praça Marques de Herval e o Grupo Escolar José de Alencar, que funcionou também no mesmo local e depois em Messejana.

Na verdade, como veremos adiante, existiram dois estabelecimentos de ensino primário que se fundiram num só: o primeiro era o Grupo Escolar do Norte da Cidade e o segundo era o Grupo Escolar de Messejana. O primeiro, criado com a Reforma da Instrução Pública, como “Grupo Escolar-Modelo”, funcionou num andar do prédio da Diretoria da Instrução Pública ao lado do Theatro José de Alencar, na praça Marques de Herval, edificação de 1882 que, inicialmente, abrigou a antiga Escola Normal. Posteriormente, na década de 1940, este grupo passou à denominação de Grupo Escolar José de Alencar. O segundo, foi organizado em 1922 ainda como Escolas Reunidas de Messejana e só posteriormente foi instituído como Grupo Escolar de Messejana.

O fato é que, depois de muitas conversas com pessoas que tinham conhecimento sobre este grupo, inclusive a professora e ex-secretária de Educação do Estado do Ceará, Nildes Alencar, que em suas memórias, lembrou da ex-professora, Inaura, que havia sido diretora do Grupo Escolar José de Alencar, funcionando onde foi o Grupo Escolar Modelo, na praça José de Alencar.

Com base no histórico da atual Escola de Ensino Fundamental e Médio José de Alencar, pudemos finalmente cruzar as fontes e compreender o que ocorreu com o referido grupo iniciado em 1922 e as Escolas Reunidas de Messejana.

Em 1947, o prédio do Grupo Escolar José de Alencar, na Praça de mesmo nome, parece ter sido cedido para funcionamento do Instituto de Medicina do Ceará, onde possivelmente funcionou, até 1954, quando houve a federalização, passando a Faculdade de Medicina para o Porangabuçu, já como parte integrante da Universidade Federal do Ceará, sendo assim, extinto o Grupo Escolar José de Alencar que ali funcionava. A partir desta data, há indícios de que o prédio abrigou a Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará. Atualmente, é tombado pelo patrimônio, funcionando a 4ª SR/IPHAN.

Neste período, as Escolas Reunidas de Messejana, criadas em 1922 e depois Grupo Escolar de Messejana, como veremos a seguir, adota a denominação do extinto Grupo Escolar

José de Alencar pela afinidade do local, Messejana, de nascimento do escritor cearense José de Alencar.

O Grupo Escolar Norte da Cidade, portanto, iniciou suas atividades como “Escola Modelo” ou “Grupo Escolar Modelo”. *O Nordeste*, de 12 de agosto de 1922, dedica praticamente a primeira página inteira à notícia do assentamento da pedra fundamental do novo prédio da Escola Normal e a instalação do *Grupo Escolar Modelo* juntamente com a Diretoria da Instrução, nas salas do antigo prédio da Escola Normal à praça Marques de Herval, sendo o Grupo instalado nas dependências do pavimento térreo e a Diretoria nas salas do pavimento superior.

Segundo Nirez (2001), a instalação do Grupo Escolar do Norte da Cidade ocorreu, neste mesmo local em 2 de janeiro de 1923. Nesta cerimônia de inauguração, foram feitas exposições de exercícios da 1ª a 4ª classes, sob as novas metodologias de ensino que começavam a ser praticadas¹⁸⁸. Detalhes sobre este evento denotam o rigor da época e o entusiasmo patriótico. Quando da continuidade da sessão cívica, foram entoados o hino do Ceará, entre os discursos do professor Lourenço Filho, diretor da Instrução e do presidente do Estado, Dr. Justiniano de Serpa. Em seguida o Hino da Escola-Modelo. Ao final ainda foram recitadas pelas professoras Maria do Carmo Justa e Maria Rita Thomé da Silva as poesias “*A Escola*” e “*A Bandeira*”, respectivamente. Além desta cerimônia no espaço interno da Escola-Modelo, o Jornal ainda menciona o desfile pela cidade até o Passeio Público, onde as alunas participaram de um *lanche* oferecido pela esposa do Diretor da Instrução, Sra. Aida Bergström de Carvalho (*O NORDESTE*, de 12/08/1922).

A notícia do jornal comenta ainda as palavras do Presidente do Estado, destacando a presença e o trabalho do professor Lourenço Filho à frente da reorganização da Instrução Pública do Ceará, e faz referência ao mobiliário e material didático recebido de São Paulo. Este estabelecimento de ensino se configura numa *nova gestão escolar*, abrigada no antigo prédio da Escola Normal, que naquele momento adquiriu novo material pedagógico, podendo-se interpretar a ideia de que, pelo fato de a Escola-Modelo se adaptar ao prédio existente, mais que exigências espaciais ao ensino primário, o material didático e a metodologia de ensino

¹⁸⁸ “Na 1ª classe, regida por dona Edith Dinoah da Costa, alumnas, com 12 dias de aulas apenas, fizeram pelo processo analytic, a leitura de numerosas phrases, no quadro negro, dando a cada dellas a entonação conveniente. Os cadernos de exercícios escriptos também foram por todos examinados. Em uma lousa ao longo da parede, via-se desenhado o pavilhão nacional, e entre flores, esta phrase: “*Salve o presidente da Instrucção.*” Na 2ª classe, sob a direcção de d. Evangelina Valente Ramos, as alumnas fizeram a exhibição do seu aprendizado de arithmetica, escrevendo números no quadro, fazendo cálculos mentaes rapidos e explicando, com facilidade, a formação decimal das unidades de ordem inferior e superior. Da 3ª classe, é professora d. Argentina Spinosa, cujas alumnas já mostraram conhecimentos de analyse logica, pelo processo dos diagrammas; de topographia local e de desenho a mão livre, do natural. Na 4ª classe, regida por d. Ângela Valente, as alumnas fizeram, na occasião, exercícios de cartographia, desenhando no quadro, o contorno territorial do Ceará”. (*O NORDESTE*. Anno 1. 12 de agosto de 1922. n.39. p.1).

eram, naquele momento, primordiais. Quanto à preocupação com o espaço escolar, era de atender os preceitos higienistas e abrigar as escolas em prédios “convenientes”.

A *gymnastica sueca*, segundo Craveiro (1923), passa a ser obrigatória em toda escola pública. Assim encontramos imagem de alunos da Escola-Modelo em pleno exercício.

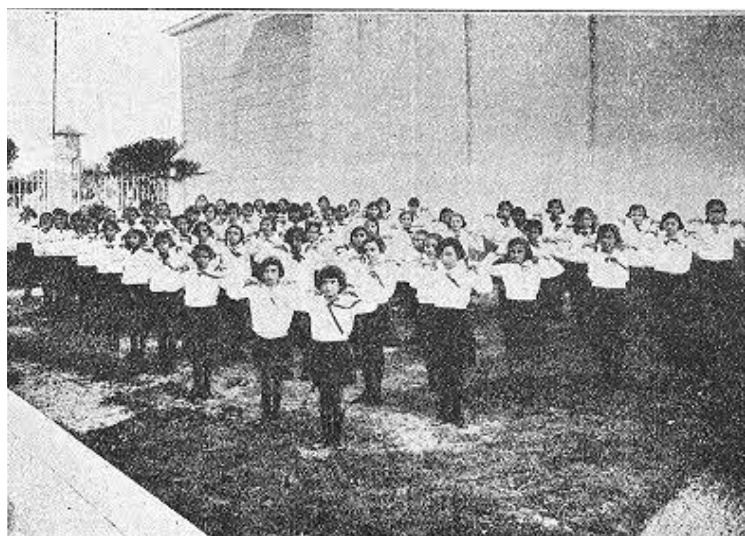


Foto 5.8: Aula de *gymnastica* na Escola-Modelo, 1923
Fonte: *Revista Nacional*, n. 7, p. 429

Não encontramos outra referência sobre a origem deste Grupo Escolar, contudo, consta no *Almanach do Estado do Ceará* (1923), a informação de que este estabelecimento de ensino foi reorganizado em virtude do ato de 20 de dezembro de 1922, em execução à lei n.º 1953, de 2 de agosto do mesmo ano, e instalado em 2 de janeiro de 1923, (dez classes) matriculas – 326¹⁸⁹.

Como o prédio inicialmente foi construído para abrigar a Escola Normal (1882), as características dos espaços eram adequadas às necessidades e exigências de um contexto social e urbano, além dos níveis de conhecimento técnico ainda do final do Império.

Alguns elementos arquitetônicos originais da edificação foram mantidos, como a escada de madeira, que apresenta, para nossa percepção, problemas ergonômicos de

¹⁸⁹ Tendo em sua Administração e corpo docente, as respectivas professoras – “Diretora: Christina Cabral; Sub-Diretora: Maria Esther Montenegro; Professoras: Maria de Oliveira Bastos, Julieta Eloy da Costa, Eneida Brigido, Maria Judith Travassos, Maria do Carmo Torres Portugal, Adalgisa da Motta Garcia, Francisca Pinto Nogueira, Dinorah Linhares, Glaphira Faria de Miranda e Clarisse Abrantes Gomes Campos. Substitutas efectivas: Maria Augusta Barbosa Lima, Maria Dutra Nunes e Theosolina Olympia de Araujo”. (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 65)

dimensionamento do degrau (piso e espelho) não compatível com as proporções já utilizadas por Blondel¹⁹⁰ desde o século XVIII.

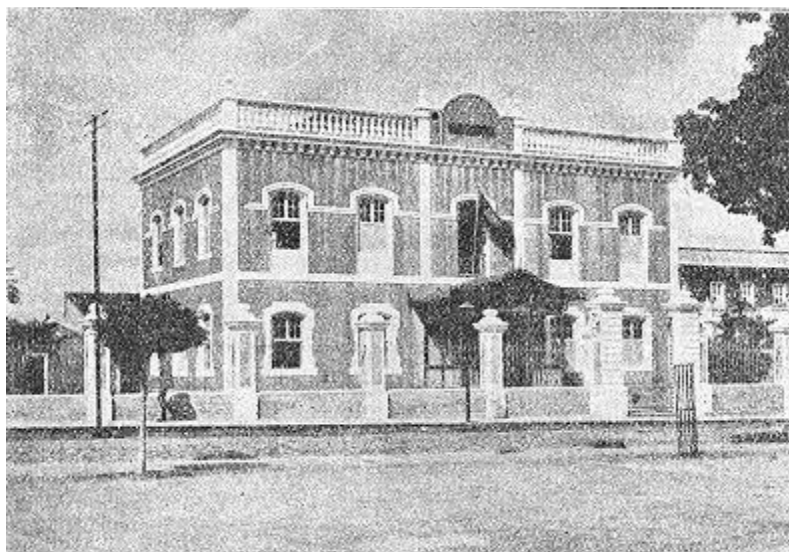


Foto 5.9: Antigo prédio Escola Normal, reformado para abrigar o Grupo Escolar do Norte (1923)
Fonte: *Revista Nacional*, n. 7, 1923

As condições e dimensões das salas de aula provavelmente não mudaram em relação ao seu uso inicial como Escola Normal, inovando, em 1922, apenas nos equipamentos, mobiliários e práticas. A instalação deste grupo escolar é acompanhada pelos jornais desde sua inauguração e na sua montagem com mobiliário e equipamentos de acordo com os novos métodos. *O Nordeste* assinala a chegada de material vindo diretamente do Almojarifado da Secretaria do Interior de São Paulo.

A Directoria da Instrução Publica acaba de receber [...] cinquenta e quatro volumes de material, que são destinados á Escola Modelo (Grupo Escolar Modelo), anexa á Escola Normal.

Consta o mesmo de mobiliario, material para o ensino intuitivo, quadros, livros, mappas, e demais pertences, tudo como é usado nas escolas paulistas, e está desde hontem sendo montado sob as vistas do prof. Lourenço Filho, Director da Instrução. (*O NORDESTE*, 21 de julho de 1922. n.º. 20. p. 2)

Newton Craveiro¹⁹¹ nos apresenta uma sala da Escola-Modelo recém-inaugurada, onde podemos ver o mobiliário, carteiras duplas de madeira e ferro, quadro negro fixo na parede e quadro móvel na altura adequada para participação das crianças, o ábaco para o

¹⁹⁰ Fórmula de Blondel $[2e+p = 64]$. Onde “e” é a altura do degrau, “p” é a distancia horizontal do degrau e K, um coeficiente que corresponde a uma distância média do passo humano que pode variar de 62 a 64cm. (Montenegro, 1978).

¹⁹¹ *Almanach do Ceará* (1923) por Newton Craveiro no artigo *A Reforma do Ensino – período de “Renascença”* – (1922).

estudo da Aritmética e o “*flipchart*” para apresentação de painéis em folhas presas na parte superior.

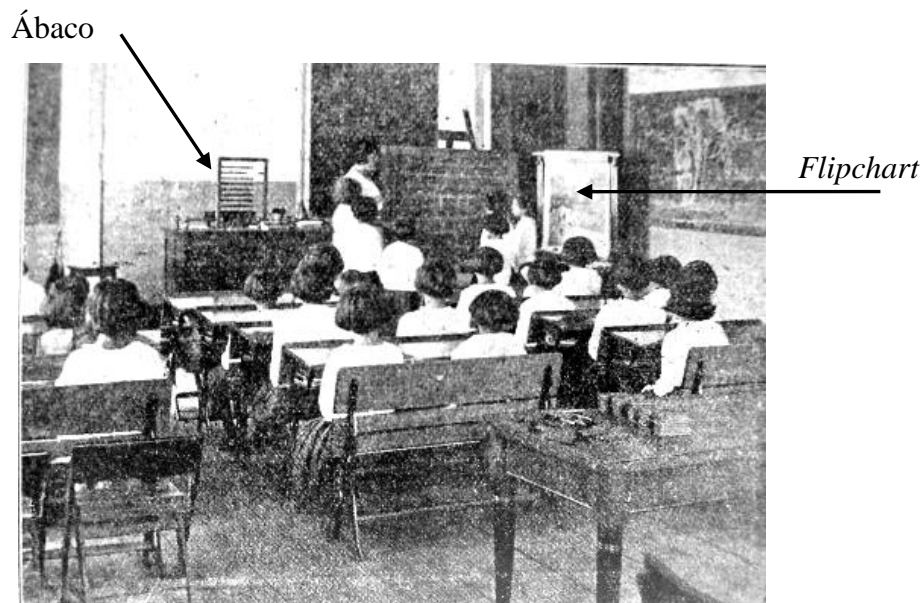


Foto 5.10: Sala de aula – Escola Modelo de Fortaleza
Fonte: *Revista Nacional* n.7, 1923, p. 431.

Ainda na Escola-Modelo, temos a demonstração das novas práticas de ensino com o uso do tabuleiro de areia para aulas de Geografia, onde as crianças fazem a experimentação dos acidentes geográficos – constroem, comparam, analisam e denominam.

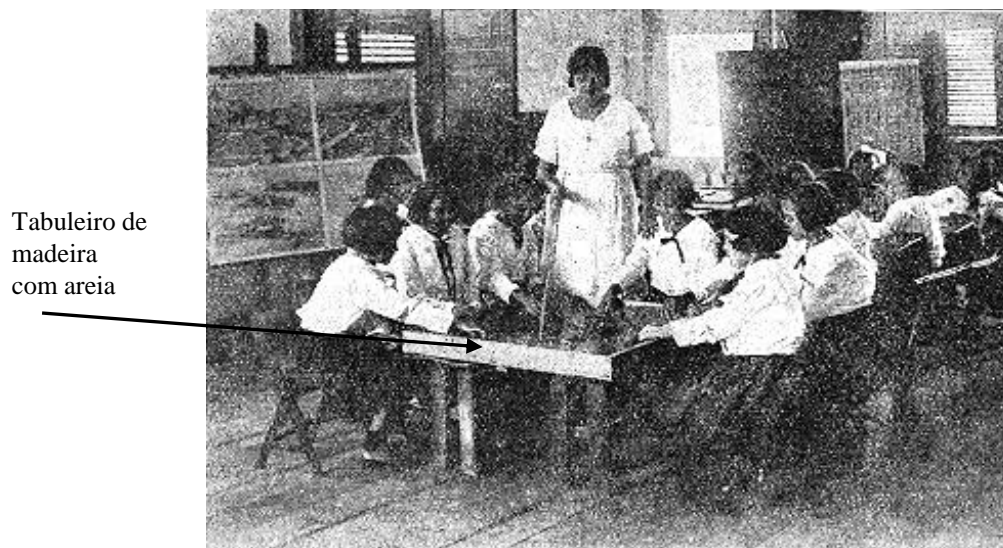


Foto 5.11: Aula de Geografia no 2º ano da Escola Modelo de Fortaleza
Fonte: *Revista Nacional* n. 7. 1923, p. 435.

No *Álbum de Fortaleza* (1931) este estabelecimento escolar é registrado entre os grupos da Cidade que primeiro recebeu consultório dentário, em 1930.

- **Mudanças: *Escola Isolada* ao Grupo Escolar José de Alencar**

A atual Escola de Ensino Fundamental e Médio José de Alencar nasceu na antiga vila de Mecejana, terra de José de Alencar, da reunião de escolas isoladas de Messejana¹⁹², e dos arraiais¹⁹³. Em 1922, teve início a construção de um prédio à rua atualmente denominada Padre Pedro de Alencar, inicialmente destinado à prefeitura de *Mecejana*. Sendo esta extinta, o Governo adaptou o prédio, cedido por Edmundo Alencar, para funcionamento das Escolas Reunidas, que eram as escolas dispersas pelos distritos e centro. Conta Ribeiro, em suas memórias sobre Messejana, que

[...] Quando o edifício estava em seus últimos retoques, certa manhã, de passagem para Aquiraz – sua terra natal – o Presidente Justiniano de Serpa acompanhado do Secretario de Educação Lourenço Filho [diretor da instrução], desceu do automóvel e foi olhar em que ponto estava a obra. Rodeou-o primeiro, depois entrou, a tudo observando com interesse. Prosseguindo viagem ao chegar ao Coaçu visitou a escola que ali funcionava sob a direção da professora Maria das Graças Padilha. Ficou tão bem impressionado pela organização e disciplina reinantes na escola que resolveu premiar a professora. Na oportunidade, perguntou-lhe se preferia lecionar em Aquiraz ou Messejana, e respondido Messejana, o Presidente fez enviar-lhe, alguns dias depois, a comunicação de haver sido nomeada Diretora das Escolas Reunidas de Messejana que seriam inauguradas muito em breve. (RIBEIRO, 1982, p. 92)

As *Escolas Reunidas de Mecejana* foram instituídas por decreto de 14 de março de 1923, tendo como diretora, a professora Maria das Graças Padilha, que permaneceu neste cargo. O material histórico existente no arquivo escolar é fonte para muitas pesquisas, principalmente sobre as professoras. Documento desta mesma década foi o *Termo de Compromisso de 1923*, que assinam as professoras Thereza Bayma, Angélica Matos e

¹⁹² Messejana, sendo extinta como município em 1839, voltou a gozar suas prerrogativas de vila e município em 1878, quando passou, assim como todo o Estado do Ceará, pelos terríveis flagelos da seca de 1877 a 1879, que, por outro lado, com as verbas dos *socorros públicos*, acabou contribuindo para uma nova feição, com edificações tanto para abrigar os flagelados como para propiciar trabalho¹⁹². Messejana veio a ser novamente e definitivamente extinta como município pela lei n. 1913, de 31 de outubro de 1921¹⁹², no governo de Justiniano de Serpa. (RIBEIRO, 1982).

¹⁹³ Conforme Ribeiro (1982, p. 91), eram escolas isoladas: a escola do Aterro, criada pela lei 1145 de 13 de setembro de 1913, dirigida pela professora Angélica Lima de Mattos, conforme Livro de registro, no *Termo de Abertura dos Trabalhos da Escola Pública mixta*, escrita e assinada pela mencionada professora em 4 de janeiro de 1922, segundo consta, com a presença de quinze alunas, tendo a matrícula o registro de 26 alunos, do sexo masculino e feminino; no Arraial Jaguaruçu, fundada pela lei 1392, em 3 de setembro de 1916, era dirigida pela professora Matilde Liberal de Castro; Jaboti, fundada em mediante a lei 1473, de 19 de outubro de 1917, era regida pela professora Guiomar de Oliveira Silva; Ancori, fundada de acordo com a lei 1474, também de 19 de outubro de 1917, teve como professora Lidia Machado Rodrigues; Lagoa Redonda, fundada conforme a lei 1698, de 04 de outubro de 1919, onde lecionaram as professoras Alice Mendes Cavalcante e Francisca Alves Nogueira. Havia na vila a escola regida pela professora Francisca Castelo Branco, funcionava em amplo salão contíguo à sua residência à Rua Padre Pedro de Alencar, nº 558.

Guiomar da Silva Almeida, para bem desempenhar o cargo a que foram designadas nas *Escolas Reunidas de Mecejana*.

Quanto às práticas escolares implantadas pela Reforma de 1922, o histórico escolar nos apresenta fatos em que a diretora, em colaboração com as professoras, realizaram as comemorações propostas, tais como o *Dia da Árvore*, do *Dia da Independência*, do *Dia da República*, assim nos confirma Ribeiro (1982, p. 93), descrevendo dia de festa em sua escola:

Numa dessas festas – a da República – constava do programa um bailado a que fazia parte um grupo de alunos da nossa classe, que era mista. Os meninos representavam os Estados de nomes masculinos e as meninas de nomes femininos, escolhidos por sorteio. O meu foi Estado do Maranhão, Francisco Almeida, São Paulo, Eduardo Gadelha, Pernambuco, Lauro Carvalho, Rio grande do Norte, o irmão Mauro, Paraná, Jurandir Bezerra, Ceará, Francisco Vasconcelos (Chico da Chiquinha), Pará, Marina Assumpção, Minas Gerais, Zuíla Lima de Matos, Bahia, Telina Barbosa, Amazonas, Antonieta Carvalho, Santa Catarina. Ostentávamos uma faixa verde-amarela com o nome do Estado composto de letras recortadas de papel prateado.

Quando as *Escolas Reunidas* foram transformadas em Grupo Escolar de Messejana, sendo o primeiro grupo daquele local, criado no governo do desembargador Faustino de Albuquerque (1947-1951), e segundo descrição do Histórico Escolar, posteriormente, no governo de Raul Barbosa (1951-1954)

Com a extinção do Grupo Escolar José de Alencar, na Praça José de Alencar, em Fortaleza, Dr. Raul Barbosa, governador na época, achou por bem, dar a nossa escola, o nome do romancista cearense, por ser esta, o berço deste grande estadista brasileiro e como homenagem justa aos filhos da terra de Alencar. (Histórico Escolar da EEFM José de Alencar, 1976, p. 1)

- **A arquitetura do prédio**

Conforme Ribeiro (1982), o prédio das *Escolas Reunidas* de Messejana, depois Grupo Escolar José de Alencar, teve sua construção entregue à competência dos mestres Inácio Rodrigues Oriá e Francisco (Chico) Bento, tendo sua conformação espacial assim era descrita.

[...] Era pequeno, constituído de três salas e uma pequena área à entrada, para a qual convergiam duas escadinhas cimentadas. A sala do centro destinava-se à Diretoria; as demais, às aulas. Todas assoalhadas. As janelas do tipo venezianas e providas de sacadas, muito do gosto na época; a fachada realçada de desenhos sóbrios e distintos. (P. 92).

Já *O Nordeste* assinala que a reforma ficou a cargo do Sr. Edmundo Alencar. A descrição do prédio que é feita neste mesmo jornal acrescenta que, depois da reforma para adequação ao funcionamento da escola, o prédio apresenta duas salas de aula, assoalhadas, forradas, amplas, com luz e ar em abundância, tudo disposto para o fim indicado. Há, ainda, um saguão para a Diretoria. O prédio é isolado e, portanto, de muita ventilação, apresentando elegante aspecto exterior. (*O NORDESTE*. Anno I. 24 de março de 1923. n. 221, p. 1).

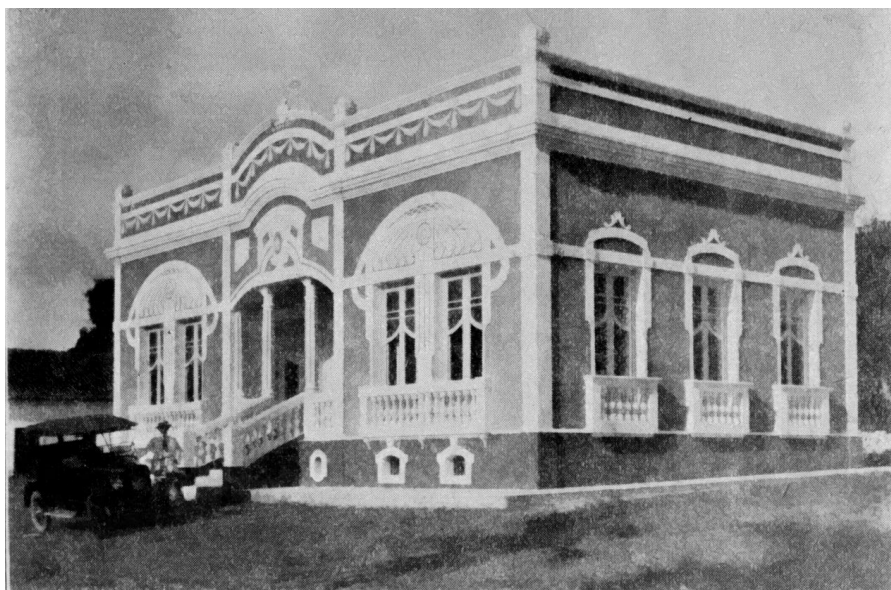


Foto 5.12: Escolas Reunidas de Mecejana (José de Alencar)
Fonte: *Revista Nacional* n° 7, 1923.

O prédio das Escolas Reunidas de Messejana, segundo Craveiro (1923), representa o *tipo-modelo* aprovado pela Diretoria da Instrução Pública. Isto nos traz uma indagação, pois sabemos que este prédio foi construído para a Prefeitura e adaptado para escola.

Podemos pensar é que a adaptação resultou em pronto atendimento às expectativas da época para o tipo de escola. Embora de características ecléticas nos elementos de fachada, o prédio se desenvolve de forma compacta, com eixo de simetria, com a entrada marcadamente central, ainda de características neoclássicas. Outra característica da época é a construção em porão alto, conforme recomendações do Regulamento da Diretoria da Higiene, de 1918.

Atualmente, este prédio, cujas ampliações e reformas descaracterizaram completamente a edificação, abriga a escola E.E.F. Prof^a Telina Barbosa da Costa. Enquanto isso, o antigo grupo Escolar de Messejana (depois José de Alencar) recebeu nova sede construída na rua Veneza, n°. 84, em 1975, ampliando sua estrutura física de duas para oito salas de aula e um pátio para recreação.

5.3.2.2 Grupo Escolar Visconde do Rio Branco

A história deste Grupo Escolar começa bem antes de sua criação oficial. Em fontes documentais encontradas na própria escola, verificamos cópia certificada pelo Arquivo Público de escritura do Cartório Feijó, folhas 94/95 (sem indicação do livro), ano de 1888. Naquele ano, foi efetuada a compra do terreno para construção de escola pública, conforme registro¹⁹⁴. Esta documentação encontrada nos arquivos da escola confere com o Relatório do presidente da Província, sr. Enéas de Araújo Torreão, ao passar a administração ao sr. dr. Antonio Caio da Silva Prado em 1888, como vimos no capítulo anterior, descrição que especifica a aquisição de dois terrenos, um no boulevard do Visconde do Rio Branco e outro na praça da Conceição; ainda descreve toda a edificação que estava sendo construída nos moldes do método mútuo com um grande salão¹⁹⁵ (RELATÓRIO do Presidente do Estado Sr. Eneas de Araujo Torreão, 1888, p. 20).

Significa que esta escola pode ter funcionado nestas instalações até 1918, quando foi o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco. Pela Mensagem do presidente do Estado, Dr. João Thomé de Saboya e Silva (1918, p. 36), *A escola de aplicação, anexa á Escola Normal, será suprimida, visto não satisfazer aos intuitos para que foi creada, parecendo-me de toda conveniencia transformal-la em Grupo Escolar*, nos parece que a criação deste grupo escolar está ligada à supressão da escola de aplicação da Escola Normal. E referente a este mesmo ano, consta nos documentos históricos da atual Escola Estadual Visconde do Rio Branco, que o Grupo Escolar *foi criado por decreto n.º. 1635, de 4 de novembro de 1918 e instituído por ato de 27 de março de 1919, com o nome de “Grupo Modelo”*.

Aqui se tem um período de 30 anos (1888-1918) anos, cuja informação, não se tem ao certo, mas tudo leva a crer que a escola construída em 1888, seria transformada em grupo escolar em 1918. Segundo Azevedo (2001), o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco teve

¹⁹⁴ “Á folha 13 do livro de transmissão fica debitado o Thezoureiro pela quantia de vinte e cinco mil e duzentos reis, recebida do Doutor Joaquim de Andrade Furtuna Pessoa, Procurador Fiscal da Fazenda Provincial, por parte d’esta, de seis por cento de transmissão, e cinco por cento adicionaes sobre quatrocentos mil reis preço por que comprou a Joaquim Felício de Oliveira Lima & Cia, o domínio útil de um terreno no boulevard do Visconde do Rio Branco, com 98 palmos de frente e duzentos e cincoenta de fundos. Alfândega do Ceará – 17 de fevereiro de 1888. O Thezoureiro interino Cezar de Moraes – o Escripturario Adolpho Cahm – Os officios de autorisação para a compra, apresentados pelo Doutor Procurador Fiscal, representante da Fazenda compradora são do theor seguinte: Província do Ceará – Palacio da Presidencia, em 9 de fevereiro de 1888. Convindo construir-se um edificio destinado a escola publica no boulevard do Visconde do Rio Branco, haja Vossa mercê de providenciar no sentido de ser para isso adquirido o terreno discripto na planta junta, medindo noventa e oito palmos (21m-56) de frente sobre duzentos e cincoenta palmos de fundos e pertence a forma social de Joaquim Felício de Oliveira Lima & Cia, que se propõem vendel-o pela quantia de quatrocentos mil reis, [...] declaro-lhe que a escriptura de aquisição do terreno destinado á escola publica no boulevard do Visconde do Rio Branco, deve comprehender também o respectivo domínio direto, pertencente ao Barão de Aquirás, que o cede gratuitamente”. [...] (Secretaria de Educação Básica – SEDUC/CREDE 21/ ficha de informações dos bens imóveis).

¹⁹⁵ Este projeto é apresentado no capítulo anterior, em planta reconstituída e fotos registradas em 1912.

sua inauguração em 10 de julho de 1924, situado na avenida do mesmo nome, esquina com rua Padre Valdevino. O grupo fora criado pelo Decreto nº 1.635, de 04 de novembro de 1918, instituído por ato de 27 de março de 1919, com o nome de Grupo-Modelo, recebendo em 1922 a denominação de 9º e 10º Grupo.

Este decreto autorizava o Presidente do Estado a reunir as escolas públicas primárias da Capital e das cidades em grupos escolares de cinco escolas, *com o fim de simplificar e methodizar o ensino, tornando ao mesmo tempo mais facil a sua inspecção*¹⁹⁶. E cada grupo escolar comportava o seguinte pessoal: um diretor; cinco professores, cada um regendo uma classe; um porteiro; e um inspetor de alunos.

O Regulamento da Instrução Primária de 1905, em seu Art. 30, já mencionava a reunião de escolas públicas em grupos escolares, funcionando cada grupo em um só prédio para este fim construído ou adaptado. O Artigo 5º do Decreto nº. 1635, de 4 de novembro de 1918, contudo, determina que *um dos Grupos Escolares da capital terá a determinação de Grupo Escolar Modelo, e será um campo de experimentação das novas idéas pedagogicas*.

Resta, com efeito, ainda mais evidente que a criação do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco se deu com a transformação da escola de aplicação da Escola Normal em Grupo-Modelo, porque, antes de 1918, a escola anexa à Escola Normal era o campo de experimentação e prática das normalistas. Posteriormente, em 1922, ocorreu a mudança de nome do “Grupo Modelo” para 9º e 10º Grupo, secção feminina e secção masculina, respectivamente. E conforme a Lei nº. 1.953, desse ano, voltou a existir anexa à Escola Normal, a Escola-Modelo (Art. 85 e Art. 86).

Esta constatação é encontrada no relato da Inspetoria Geral de Instrução Pública no *Almanach do Ceará* [para] 1922, edição especial de 1922, sobre o funcionamento do 9º e 10º grupos escolares no *boulevard* do Visconde do Rio Branco, em que o 9º grupo funcionava pela manhã e o 10º grupo funcionava no mesmo prédio no período da tarde:

Nono Grupo Escolar

Instituído por acto de 24 de Janeiro de 1922, em virtude do desdobramento do Grupo Escolar Modelo. Funciona pela manhã, ao Boulavard Visconde do Rio Branco.

ADMINISTRAÇÃO E CORPO DOCENTE

Directora – d. Beatriz Ibiapina de Siqueira.

Servente-porteira – d. Joanna Falcão.

Professoras – d.d. Aurélia Monteiro Gondim, Carmelia Dutra, Alba de Alencar, Maria de Lourdes Ramos, Beatriz Lopes.

¹⁹⁶ Decreto nº. 1635, de 4 de novembro de 1918, Art. 1º.

Decimo Grupo Escolar

Instituído em virtude do acto de de 24 de Janeiro de 1922, que desdobrou o Grupo Escolar Modelo. Funciona á tarde, ao Boulevard Visconde do Rio Branco.

ADMINISTRAÇÃO E CORPO DOCENTE

Directora – d. Rossicler Viera.

Servente-porteira – d. Cleonice Sisnando.

Professoras – d.d. Aubertina Barros, Francisca Maravalho, Maria Sampaio de Andrade, Rosa Feijó de Araujos, Ambrosina de Albuquerque Siqueira.

Um ano depois da Reforma, o *Almanach do Ceará* (1923, p. 64) assinala que este Grupo Escolar foi *reorganizado em virtude do acto de 20 de Dezembro de 1922, em execução á lei n. 1953 de 2 de agosto do mesmo ano e instalado em 2 de janeiro de 1923. (10 classes) matricula 465*, tendo como diretora a professora Beatriz Ibiapina Siqueira e subdiretora, Carmelita Dutra. Seu corpo docente era composto pelas professoras Elizabeth Lima Ferreira de Castro, Ambrosina de Albuquerque Siqueira, Maria Ignacia Bezerra, Maria de Lourdes Ramos, Lydiá Ramos Torres Portugal, Anna de Castro, Edith de Farias Peixoto, Aladia Borges Moreira, Francisca Zilda Ferreira da Costa. Como professora efetiva, consta Amália Alves Maia.

Conforme anotações manuscritas do histórico do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco cedidas pela atual diretora deste estabelecimento, Prof^a Maria Lucilene Parente, consta que em 1930, a escola passou a ter a denominação de “*Grupo Escolar Joaquim Távora*”, tendo, em poucos anos depois, voltado à antiga denominação, que teria sido uma homenagem ao estadista José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, figura de projeção no cenário político-administrativo do Brasil, no Segundo Império.

Também a esta época a escola apresentava matrícula de 696 alunos, com frequência média de 437, funcionando em dois turnos, sendo o turno da manhã para o sexo feminino e o da tarde para o sexo masculino. Funcionou a esta época o Jardim de Infância misto.

Em 1933, foi fundada a biblioteca da escola, com a denominação de “Biblioteca José de Alencar”, estando na Diretoria da Instrução o Dr. Joaquim Moreira de Sousa e, na Diretoria do Grupo, a professora Zilda Martins Rodrigues¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Zilda Martins Rodrigues teve um importante papel na educação infantil, quando, em 1938, sob sua coordenação, foi instalado o Serviço de Educação Infantil no Parque da liberdade, que será apresentado adiante.

- **O ensino e as professoras**

Nessa instituição, podemos verificar informações acerca do ensino, que nos parecem ser ordinárias aos outros grupos escolares. No período de início de funcionamento do grupo escolar, antes da Reforma de 1922, era regido pelo Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário de 1915 e eram ministrados nestes grupos:

- D. Lingua portuguesa (leitura, recitação, Exercicios grammaticaes lexicológicos, distribuíd de composição.
- II. Calligraphia e desenho linear.
- III. Arithmetica e noções de geometria pratica.
- IV. Noções de geographia acompanhadas dos elementos de historia do Brazil: direitos e deveres dos cidadãos.
- V. Licções de cousas ou primeiras noções scientificas.
- VI. Costuras simples e mais trabalhos de agulhas para as meninas.
- VII. Canto (Art. 13. Do Regulamento da Instrucção Primaria de 13 de Março de 1905).

Com a Reforma Educacional de 1922, presumimos que o ensino tenha sido adaptado para as novas determinações da Lei 1.953, de 2 de agosto de 1922, que dispõe sobre a Instrução Publica do Estado, revogando em seu Art. 17, o Secreto nº. 1635, de 4 de novembro de 1918, que dispunha sobre a organização dos grupos escolares.

Além disso, o Regulamento da Instrução Pública de 1922, em seu Art. 36, determina que são obrigadas a frequência escolar gratuita as crianças analfabetas de sete a 12 anos de idade. E no Capítulo III, referente aos Grupos Escolares, Secção I – Do ensino e das classes, se reporta ao regime da disciplina e ao método de ensino da Escola-Modelo, anexa à Escola Normal, sendo os alunos divididos em classes de no máximo 50, determinando que cada grupo fosse inicialmente constituído de oito classes, sendo quatro classes para cada sexo.

O desempenho do aluno era avaliado com notas de aplicação e comportamento, dadas mensalmente num intervalo de zero a doze, com as seguintes equivalências, conforme Art. 98 do Capítulo III: 0 - Nulla; 2 - Má; 4 - Sofrível ; 6 - Regular; 8 - Boa; 10 - Óptima; 12 - Óptima com louvor. Havia ainda como avaliação para efeito de promoção de um ano para o outro, *exames semestrais de leitura, linguagem escripta, arithmética, geographia e história pátria – o do primeiro semestre apenas escripto, e o do segundo escripto e oral*, em que o aluno só seria aprovado para o ano seguinte quando obtivesse a nota mínima de seis na média de aplicação e exame.

Era comentada entre os ex-alunos entrevistados a dedicação dos professores àqueles. E no Art. 101 do Regulamento também existia uma boa motivação para esta dedicação dos professores.

Art. 101 – Os professores que conseguirem, entre os seus alunos, uma média de promoção superior a 60% do total dos matriculados, terão o seu nome registrado no “Livro de Merecimento” da Directoria Geral, e publicados os seus nomes no “Anuário do Ensino”.

Entrevistando dois irmãos e ex-alunos¹⁹⁸, Frei Roberto Magalhães de Souza e sua irmã professora Yolanda Magalhães de Souza que estudaram no período de 1928 a 1931, além da confirmação das matérias ministradas, exceto costuras para as meninas, mas havia trabalhos manuais, várias observações foram feitas, inicialmente pelo Frei Roberto, tais como:

[...] tinha 1º ano A, B e C, não fui para o C, eu e outro colega passamos direto para o segundo ano em 1929 [...] estudei à tarde, minha irmã de manhã. De manhã eram as meninas. De tarde eram os meninos, mas o 4º ano era misto. [...] As notas eram dadas de zero a doze.

Em relação às lembranças das professoras, Frei Roberto relata quem eram suas professoras¹⁹⁹, bem como sua irmã, a professora Yolanda Magalhães de Souza, que também se recorda de suas professoras²⁰⁰.

Sobre a maneira como as professoras ensinavam, Dona Yolanda conta que eram muito criativas e motivavam os alunos. Podemos ver pelo seu relato que a escola era laica embora o calendário religioso católico fizesse parte de atividades e feriados.

D. Diva, era uma professora especial, fazia debates de História, reunia todas suas alunas e fazia exposição de Geografia [...] ela não deixava o aluno desocupado. Fazia também exposição de trabalhos manuais. Ela mandava os alunos copiar os cânticos, eu tinha um caderno só para copiar os cânticos. Ela vivia de preto e violetas naturais no vestido não sei por quê. Ela era protestante. Ela falava assim “amanhã não vai haver aula porque é dia do Francisco”, referindo-se ao feriado de São Francisco.

Com a professora Maria de Lourdes aprendi a poesia “meus oito anos” de Casemiro de Abreu. Ela era muito rigorosa, declamei a poesia toda decorada e quando terminei ela me deu um oito, disse que eu olhei muito para o céu.[...] Se fazia também muita composição, ainda hoje tenho a composição “a visita inesperada”.

¹⁹⁸ Entrevista concedida em 23.04.2009 e 30.04.2009 pelos ex-alunos Frei Roberto Magalhães de Souza, da Irmandade dos Capuchinhos, e sua irmã, professora Yolanda Magalhães de Souza, normalista formada pelo Colégio das Dorotéias.

¹⁹⁹ No 1º ano era a Maria do Carmo, irmã da Maria de Lourdes do terceiro ano. No 2º ano era a Edith Farias Peixoto, no primeiro semestre do 4º ano foi Theolina Olimpio Araujo, no segundo semestre deste ano, não sei porque, mudou, era Ostrogilda, – foi a que mais me marcou, era a mais chegada aos alunos, todos iam ao redor da mesa dela, as outras só cobravam as lições de longe.

²⁰⁰ No 1º ano era D. Aline, no 2º ano era D. Diva de Souza Leão, chorei quando sai da classe dela, era muito boa, depois D. Agar Cals, tia do Cesar Cals, e no 4º ano D. Theolina Araújo [...] a de recreação era D. Derbalina, chamada “professora das festas”- dia de domingo a gente ia para casa dela, para ensaiar com o piano dela. A vice-diretora era D. Zilda Rodrigues, a Diretora, Carmélia Dutra.[...]

A organização nas práticas escolares pode ser vista em detalhes relatados sobre a rotina da escola. Conforme relato de Dona Yolanda, *era tudo muito organizado, subia na escada em fila de dois em dois, tudo era fila, cantava-se para ir para o recreio, preparava a criança para começar a trabalhar, copiar o dever de classe, dever de casa [...]* interessante é ressaltar que esta organização era preconizada desde o Regimento dos Grupos Escolares de 1907, em que consta em seu Art. 81. – *Quer da saída das classes para o recreio, quer na vinda do recreio para as classes e quer por ocasião de se retirarem do grupo, no encerramento das aulas, devem os alumnos andar em fila, dous a dous.*

Quanto ao ensino de religião, este já não mais existia, nem a oração dominical como era determinada no Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará de 1881 – Art. 13. § 2º. *Ao começo dos trabalhos escolares deve preceder á oração dominical, dictada pelo professor e recitada pelos alumnos.*

A escola republicana era laica, confirma o Regimento da Instrução Primária do Estado do Ceará de 1905, em seu Capítulo I, Art. 2º. – *o ensino é gratuito, leigo e graduado.* Na prática, contudo, como lembra o entrevistado Frei Roberto, algumas professoras católicas faziam uma oração antes de começar a aula. Havia também professora evangélica, mas não tinha nenhum ensinamento. *Lembro também de um padre que foi lá só uma vez e tinha uns livrinhos que a gente comprava. A presença desse padre me marcou. Não tinha matéria religião, só alguma professora católica, mas não tinha aula.*

Interessante, ao se falar hoje sobre a distribuição da merenda escolar na escola, a qual exige hoje um grande espaço para cozinha quase industrial e refeitório, Dona Yolanda e Frei Roberto lembram-se de que a merenda não era dada na escola, ou levavam de casa ou compravam em merendeiras externas à escola. Daí não se encontrar no programa dos grupos escolares, nada referente a espaço de merenda. No recreio se faz menção às brincadeiras²⁰¹ e o espaço para isto é o pátio, o mesmo utilizado para a *gymnastica sueca*.

²⁰¹ Dona Yolanda comenta sobre uma corda que ganhou de seu pai. Como dona da corda, ao chegar a hora do recreio, ia ao pátio e *só queria pular e não bambear*, dizia ela, sorrindo, porque as colegas ficavam com raiva e resolveram puxar com força para que ela errasse.

- **Sobre as instalações físicas da escola**

Pela observação *in loco* do prédio, podemos intuir que as bases para elaboração desse projeto foram as determinações do Regimento Interno das Escolas Públicas do Ceará de 1915, visto que, quanto às condições físicas de estabelecimento de ensino encontramos muito pouco especificamente sobre este assunto na legislação alusiva à Reforma de 1922.

Mesmo constando no Regulamento de 1922 – Art. 152,

Em cada grupo escolar ou escola reunida haverá uma pequena biblioteca, compreendendo o depósito de livros de classe, para uso da escola, obras de consulta para os professores, distribuídos pela directoria da Instrucção, ou adquiridos pela verba de expediente do estabelecimento, e outros livros, diversos doados por particulares.

Em entrevista com os dois irmãos que estudaram nos anos de 1928 a 1931 neste Grupo Escolar, eles não relatam nada que indicasse haver biblioteca. Confere com o histórico da escola que comenta ter sido inaugurada em 1933, como vimos anteriormente.

Com a Reforma Educacional de 1922, esta escola passou a denominação de Grupo Escolar do Boulevard Visconde do Rio Branco, recebendo novo prédio, no mesmo local, cuja pedra fundamental foi assentada em 12 de outubro de 1923 e a inauguração se deu em 10 de julho de 1924, como observamos na placa afixada no *hall* de entrada da escola.

Nas lembranças do ex-aluno, Frei Roberto, não havia muro no Grupo Escolar, nem pavimentação na rua. Ele se lembra de que *não tinha muro não, que eu me lembro um dia em que eu e outros colegas saímos correndo e bolando, brincando, era tudo areia. Eu morava na Antônio Pompeu e vinha andando, era tudo areia.*

Provavelmente a esta época, a situação era a mesma retratada na foto extraída do Relatório do Interventor do Estado, apresentada no item seguinte, com data muito próxima à da descrição do ex-aluno.

No ano de 1975, pelo Decreto nº. 11.493, de 17 de outubro, a Escola passou a denominar-se Escola de 1º Grau Visconde do Rio Branco, no governo de Aduino Bezerra.

Em 1988, atendendo a solicitação da comunidade, a escola passou a ministrar o Ensino Médio. Atualmente, a denominação oficial, conforme D.O. de 25 de maio de 1999, é Escola de Ensino Fundamental e Médio Visconde do Rio Branco, pertencente à rede de Ensino Oficial, mantida pelo Governo do Estado do Ceará, subordinada técnica e administrativamente à SEDUC, funcionando em regime de externato, nos turnos da manhã, tarde e noite, ministrando os níveis de ensino Fundamental e Médio, na modalidade regular de seriação, de forma presencial, com regime de matrícula anual. Ministra ainda a Educação de Jovens e Adultos – EJA, conforme legislação em vigor.

- **A arquitetura do Grupo Escolar**

As características arquitetônicas do edifício, bem como os elementos de fachada, cobertura, detalhes com azulejos portugueses e estrutura em arcos da circulação interna são características do Movimento Neocolonial, que buscava recobrar a tradição dos elementos coloniais, com influência da Arquitetura portuguesa²⁰². O autor do projeto é o arquiteto carioca Armando Oliveira, um dos profissionais que participou ativamente da Exposição de Comemoração do Centenário da Independência no Distrito Federal – Rio de Janeiro em 1922, projetando o Pavilhão de Caça e Pesca em características também de expressão formal da Arquitetura Tradicional ou como era chamada – neocolonial.

Quanto à orientação de implantação do prédio, onde a rua prevaleceu como elemento de orientação, resultou nas salas de aula voltadas para o oeste, orientação evitada normalmente no Ceará pelos efeitos da insolação e aumento da temperatura no interior da edificação. No projeto original de Armando Oliveira (Fig. 5.8), encontramos elementos de fachada de minimização da insolação, inclusive o *atrium* coberto na entrada, que foram retirados posteriormente (comparar Fig. 5.8 e Fotos 5.15 e 5.16 com Foto 5.18, atual).



Fig.5.8: Fachada Grupo Escolar Visconde do Rio Branco
Fonte: Acervo do DAU/UFC Projeto copiado pelo DVOP, 1934.

²⁰² Bruand descreve a arquitetura neocolonial moldada no emprego sistemático de elementos resgatados da Arquitetura civil portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Ver mais sobre Arquitetura Neocolonial em Bruand (1981); Santos (1977); Castro (1987); Oliveira (1991); Pinheiro (2005).

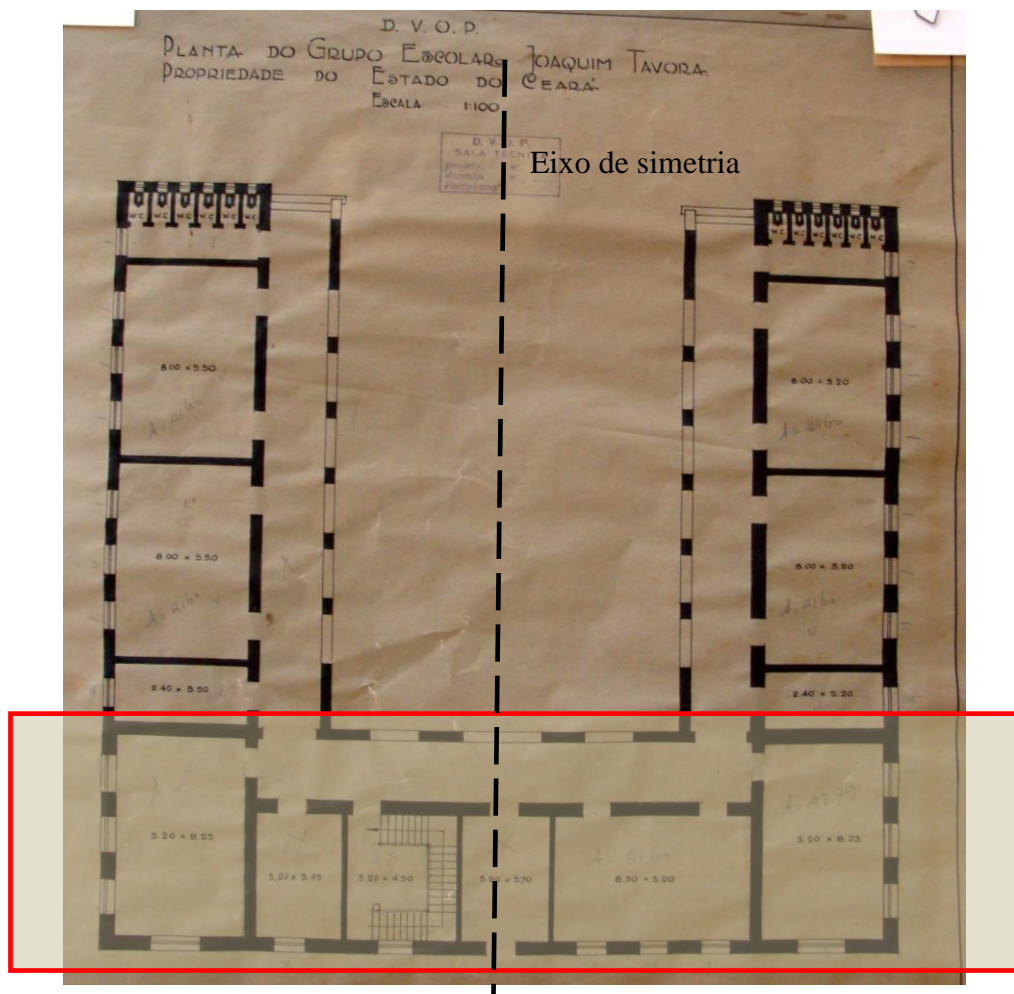


Fig.5.9: Planta Baixa do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco
 Fonte: Desenho DVOP, 1934. Acervo Biblioteca DAU/UFC

Na planta baixa (Ver Fig. 5.9) foi demarcada, em contorno vermelho, a área que corresponde à primeira etapa de construção realizada em 1923. Nesta condição, encontra-se a ala central disposta para o *boulevard* que lhe deu a denominação, e em seguida o prédio completo em 1933.

Neste prédio, a simetria é estabelecida pela entrada centralizada e a distribuição das salas de aula em duas alas com circulações simétricas (Fig. 5.9), formando um pátio aberto central interno (Foto 5.14).

A fachada, no entanto, pela localização da esquadria vertical no *hall* da escada, não mais se apresenta simétrica, apenas o frontão com detalhes em volutas e azulejos, bem como a sacada do *hall* do pavimento superior permanecem centralizados na fachada principal.

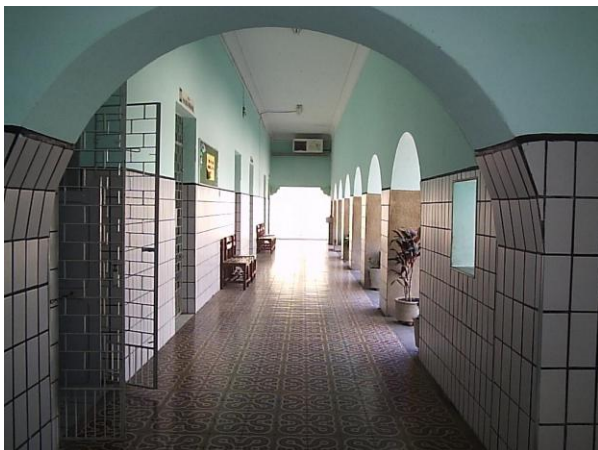


Foto 5.13: Circulação Salas de aula.
Fonte: foto da autora, 2009



Foto 5.14: Pátio central interno
Fonte: Foto acervo escola, 2009

A azulejaria portuguesa foi minuciosamente detalhada para composição da fachada (Ver Fig. 5.9 e 5.10).

Detalhe locação
Azulejo português

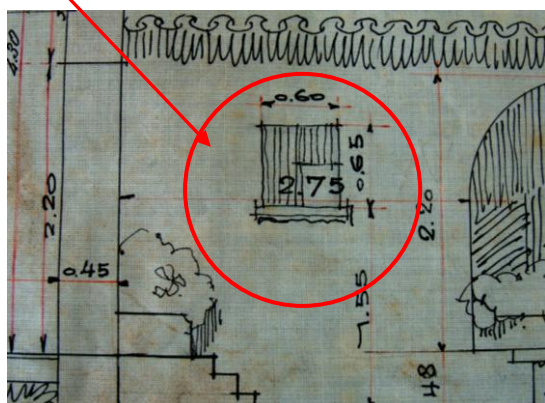


Fig. 5.10: Detalhe Azulejaria 1– Grupo Escolar Visconde do Rio Branco
Fonte: Acervo do DAU/UFC Projeto copiado pelo DVOP, 1934.

Detalhe locação
azulejo português

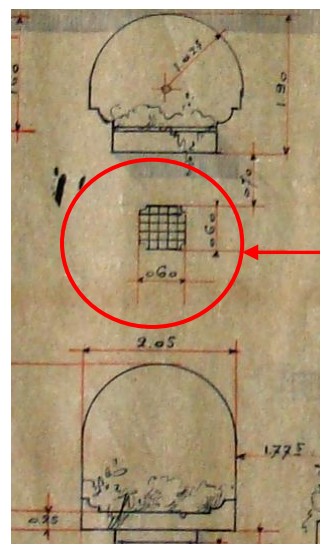


Fig. 5.11: Detalhe Azulejaria 2– Grupo Escolar Visconde do Rio Branco
Fonte: Acervo do DAU/UFC Projeto copiado pelo DVOP, 1934.

A construção do Grupo Escolar do *Boulevard* do Visconde do Rio Branco, assim como outros, não se deu imediatamente por inteiro, tendo sido construído, como já mencionado, inicialmente o corpo central da escola com a fachada de frente ao *boulevard* do Visconde do Rio Branco, posteriormente, nos anos de 1932 e 1933, na chamada administração revolucionária, sob as ordens do interventor federal Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, foram construídas as alas laterais, segundo consta na prestação de contas do Relatório da Interventoria de 1936.



Foto 5.15: Grupo Escolar Visconde do Rio Branco
Fonte: Azevedo (2001)



Foto 5.16: Grupo Escolar Visconde do Rio Branco
Fonte: Relatório do Interventor Federal Cap. Roberto C. de Mendonça. Fortaleza/CE – Imprensa Oficial, 1936.



Foto 5.17: Detalhe Frontão com volutas na fachada
Fonte: foto da autora, 2009



Foto 5.18: Atual de E.E.F.M. Visconde do Rio Branco
Fonte: Foto da autora, 2009

Apesar de possuir implantação e localização do pátio aberto, tendo a construção o formato de “U” na finalização da construção do projeto completo, o aspecto do prédio traz em sua fachada principal uma assimetria pela localização ao lado do *hall*, da escada de acesso ao pavimento superior; elemento de fino trato, trabalhado em madeira de lei que permanece até os dias atuais.

Dos grupos escolares visitados, este é o que apresenta elementos originais mais preservados, como os elementos de fachada, esquadrias, a escada, contudo, também passou por algumas alterações, como a troca do piso de ladrilho hidráulico para cerâmica (Foto 4.19) e acréscimos de edículas; talvez as limitações do terreno impossibilitassem maiores ampliações.



Foto 5.19: Escada - E.E.F.M. Visconde do Rio Branco
Fonte: foto da autora, 2009



Foto 5.20: Escada - E.E.F.M. Visconde do Rio Branco
Fonte: Foto da autora, 2009

Quanto às dimensões do prédio, na década de 1920/30 no Ceará, eram consoantes, em parte, com algumas tendências, segundo Viñao Frago (2001), dos grupos escolares da Espanha neste mesmo período, onde, além das limitações orçamentárias em relação às necessidades, a convicção de que “os edifícios escolares deveriam ser econômicos e simples, modestos, sólidos e elegantes, mas sem luxos, ostentações ou adornos inúteis”.

Apesar deste entendimento, acreditamos que na época em que foram construídos os grupos escolares em Fortaleza, como nas outras capitais, como instrumentos do projeto republicano, havia uma preocupação em atender, além das exigências dos princípios higienistas, a uma produção de representatividade do poder, tendo na imagem dos grupos escolares um monumento à racionalidade, ao saber cientificista. O próprio Newton Craveiro assinala que

Toda essa obra, mais que de reforma – de construção e organização – tem sido, por sim, sem vacilações, a mão forte do sr. Justiniano de Serpa, Presidente a quem o Ceará já muito e muito deve. Noutros governos houve tentativas de remodelação do ensino, mas a palavra «reforma» já se associava a idéia de papelório. O que se reformavam eram os Regulamentos... Sempre, o prestígio da letra! [...] Esta nova phase da evolução do ensino no Ceará restabeleceu a verdadeira accepção do termo «reforma». (CRAVEIRO, 1923, p. 437).

5.3.2.3 Grupo Escolar Fernandes Vieira

O Grupo Escolar Fernandes Vieira foi reorganizado pela Reforma de 1922, *em virtude do acto de 20 de Dezembro de 1922, em execução á lei n. 1953 de 2 de agosto do mesmo ano e instalado em 2 de janeiro de 1923. (10 classes) matricula 390.* Tendo seu corpo docente formado pela Diretora: Isaura Braga Mourão, Subdiretora: Alice Vieira Chaves, Professoras: Anna de oliveira Cabral, Adalgisa de Alencar Galvão, Adalgisa Farias dos Santos, Adélia Osorio de Sampaio, Anna Amelia Veridiano, Maria Perdigão Raposo, Euthalia Cabral de Oliveira, Modestina Montenegro Mattos e Maria Teixeira Rolim. Substitutas efetivas: Maria Jose de Melo Machado, Francisca Campos de Araújo, Maria de Jesus Mello Cesar e Adelaide dos Santos Barros (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 64-65).

- **A arquitetura do Grupo Escolar Fernandes Vieira**

O terreno em que foi construído o grupo escolar era uma chácara²⁰³ à rua Conselheiro Estellita, esquina com a rua Conselheiro Liberato Barroso, possuindo 432 palmos de frente, limitando-se ao norte com a praça Fernandes Vieira (hoje Gustavo Barroso) no bairro Jacarecanga, onde a elite da Cidade na década de 1930 se estabelecia em casarões nos mais diversos estilos.

A convite do vice-presidente em exercício, Ildefonso Albano, o arquiteto carioca Armando Oliveira projetou o Grupo Escolar Fernandes Vieira, inaugurado em 11 de julho de 1924, bem como o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco já citados. São atribuídos ao arquiteto outros projetos de edifícios em Fortaleza²⁰⁴, contudo, não encontramos comprovação documental (*ALMANACH do Ceará*, 1923).

A construção do Grupo Escolar Fernandes Vieira não se deu imediatamente por inteiro, foi construído inicialmente o corpo central da escola com a fachada rente à rua Oto de Alencar, posteriormente, nos anos de 1932 e 1933, foram construídas as alas laterais, segundo consta na prestação de contas do Relatório da Interventoria (1936).

Quanto aos aspectos arquitetônicos, o projeto é caracterizado por um eixo, marcado pelo acesso centralizado, proporcionando o aspecto simétrico na fachada e na distribuição da

²⁰³ A chácara foi comprada pelo Estado, representado pelo Procurador da Fazenda, Antonio Luiz de Drumond Miranda ao Monsenhor João Dantas Ferreira Lima, por quarenta e cinco contos de reis, conforme escritura do Primeiro Cartório na cidade de Fortaleza em 6 de setembro de 1923.

²⁰⁴ Outros projetos atribuídos ao Arquiteto Armando Oliveira: o Quartel de Polícia à praça José Bonifácio; a Secretaria da Fazenda à rua da Praia; Fórum, à avenida Sena Madureira e Penitenciária.

planta. A rua aqui também prevaleceu como elemento de orientação do prédio, a fachada se posicionando ao oeste, necessitando de quebra-sóis sobre as janelas, elementos construídos com telhas de barro, retirados posteriormente. A rua ou a praça, à época, como mostra a foto 5.22 devia estar somente na planta da Cidade. Ao certo, havia mesmo um imenso areal. Conforme informação verbal de ex-aluno, a praça ainda não tinha sido urbanizada: “*a praça era um grande areal onde no horário da merenda, passava um senhor com uma vaca leiteira, de onde tomávamos o leite mungido*”. Assim, percebemos a diferença entre as fotos dos anos de 1920 e na década de 1930 (Ver Foto 5.21 e 5.25).



Foto 5.21 Vista G. Escolar Fernandes Vieira
Fonte: Álbum Antigo de Fortaleza

Os elementos de fachada, como frontão, molduras, a cobertura, bem como estrutura em arcos da circulação interna são características do neocolonial, semelhantes aos do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.



Foto 5.22: Vista G. E. Fernandes Vieira (frente/ lateral)
Fonte: Relatório do Interventor Federal Cap. Carneiro de Mendonça (1931 a 1934)



Foto 5.23: Vista G. E. Fernandes Vieira (posterior)
Fonte: Relatório do Interventor Federal Cap. Carneiro de Mendonça (1931 a 1934)

A implantação no terreno caracteriza-se atualmente pela ocupação de fachada rente à rua. O pequeno *hall* de entrada da escola dá acesso diretamente à rua, tendo apenas a calçada, não se utilizando de nenhum recuo de frente. Em fotos mais antigas (Ver Foto 5.21), vemos um pequeno *atrium* externo ao prédio e coberto que não existe mais, possivelmente àquela época não havia sido feito ainda o arruamento que determinou a calçada atual.

Este tipo de implantação era utilizado já nas últimas décadas do século XIX na Espanha,

[...] com a fachada rente à rua, como os colégios Rollin e Clermont – em 1849, [...] pátios internos fechados e invisíveis a partir do exterior, como claustros; fachadas imponentes, majestosas, sólidas, estrutura simétrica com grandes alas retilíneas. (FRAGO e ESCOLANO, 2001, p. 91).

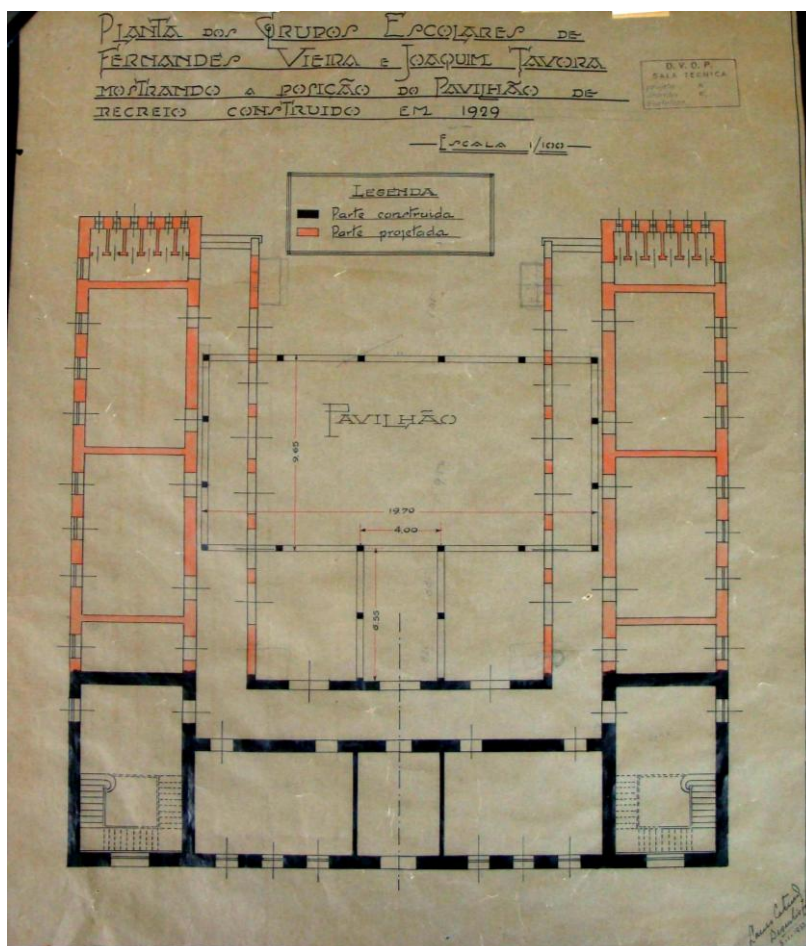


Fig. 5.12: Planta Grupo Escolar Fernandes Vieira - Ampliação

Fonte: Projeto copiado pelo DVOP, 1929 – Desenho – Lauro Catunda. Acervo da Biblioteca do DAU/UFC

A implantação e localização do pátio interno aberto, tendo a construção o formato de “U”, no qual predomina a fachada, bem como a simetria trabalhada a partir do *hall* de entrada guardam algumas semelhanças com a configuração espacial da escola em estudo.

A simetria era característica marcante dos “estilos classicizantes”, garantindo, inicialmente, a divisão entre a ala feminina e masculina nos grupos escolares. No caso cearense, o problema era resolvido com turnos diferentes: manhã para as meninas e tarde para os meninos.

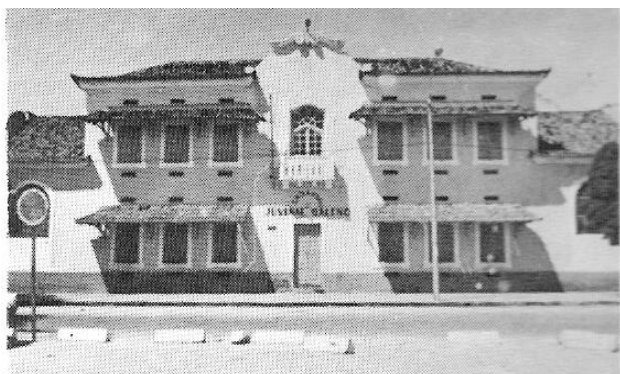


Foto 5.24: Grupo Escolar Fernandes Vieira
Fonte: C.B.A. Vol.9, p. 8



Foto 5.25: Atual de E.E.F.M. Juvenal Galeno
Fonte: Foto da autora, 2004

Conforme o projeto original do arquiteto Armando Oliveira, constam duas escadas, uma em cada canto esquerdo e direito da fachada principal rente à rua.

A vista lateral sul mostra a conformação do telhado no local onde se localiza a escada (Ver Fig. 5.13) e a seção vertical das escadas projetadas com vista do pátio central e fachada interna (Ver Fig. 5.14).

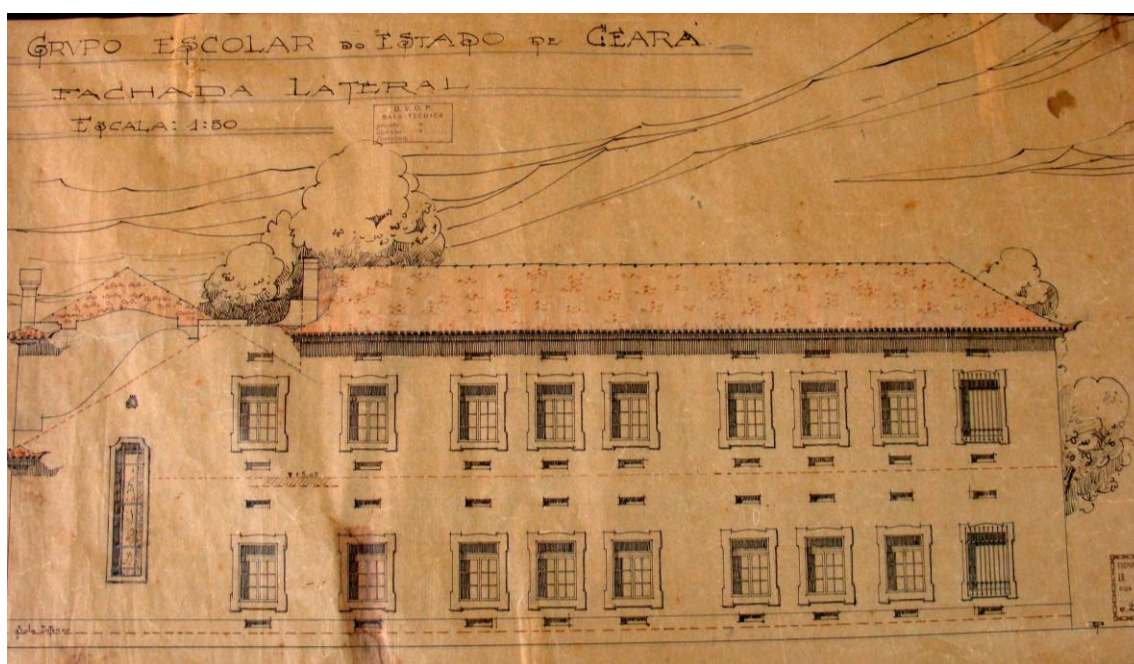


Fig. 5.13 Vista lateral Grupo Escolar Fernandes Vieira
Fonte: Desenho original Arq. Armando Oliveira, 1923. Acervo da Biblioteca do DAU/UFC

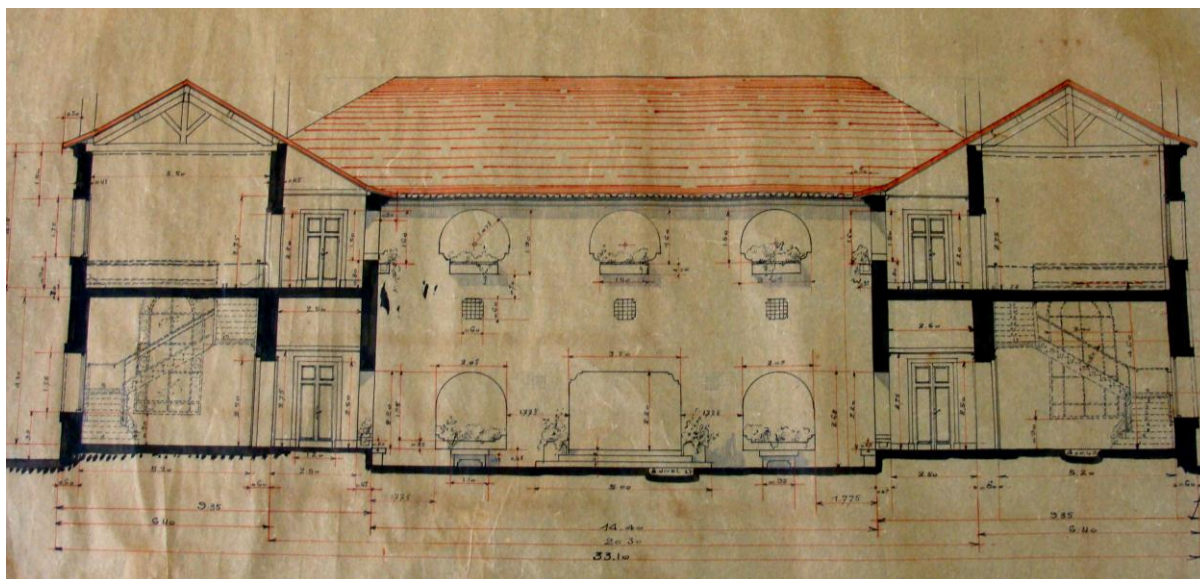


Fig. 5.14: Grupo Escolar Fernandes Vieira – Secção vertical
 Fonte: Desenho original Arq. Armando Oliveira, 1923. Acervo da biblioteca do DAU/UFC

Este projeto, como o anterior, ambos de autoria do arquiteto Armando Oliveira, apresentam elementos do chamado movimento tradicional, dito neocolonial, numa busca das raízes da nossa arquitetura colonial, movimento que teve similaridade a outros em vários países, como vimos no segundo capítulo. Projetos semelhantes foram feitos em várias cidades brasileiras.

O caso do Ceará é interessante, pois, como o arquiteto Armando Oliveira teve participação na Exposição do Centenário em 1922, e em seguida foi convidado para projetar os referidos grupos escolares no Ceará, provavelmente, estas escolas construídas aqui estavam entre os primeiros projetos de arquitetura escolar a incorporar a tendência formal que vinha a ser a oficial no Distrito Federal na gestão de Francisco Prado e Fernando de Azevedo como Diretor da Instrução Pública (1927-1930). Daí encontrarmos semelhanças entre estes dois grupos escolares e os construídos no Rio de Janeiro, apresentados no primeiro capítulo, como a Escola Municipal Uruguai, a Escola Municipal Estados Unidos, a Escola Municipal Sarmiento e a Escola Municipal Soares Pereira, dentre outras no mesmo estilo.

O Grupo Escolar Fernandes Vieira passou ao longo de sua existência, de 1924 a este ano em curso, mais de 80 anos, por várias alterações na sua estrutura física e como estabelecimento de ensino. Com a extinção dos grupos escolares em 1971, pela promulgação da Lei 5.692, o referido estabelecimento escolar foi convertido em Escola de 1º Grau Juvenal Galeno, conforme o Diário Oficial do Estado do Ceará, Decreto nº 11.493, de 17 de outubro de 1975, do Governador do Estado do Ceará, onde ratifica a criação de grupos escolares com transformação em escola de 1º grau.

Conforme ofício datado de 10 de janeiro de 2001, foi solicitado ao então Secretário de Educação, Sr. Manoel Antenor Napolini, a implantação progressiva do ensino médio neste estabelecimento como forma de seguir as diretrizes desta modalidade de ensino e atender às demandas internas e externas da comunidade escolar.

A solicitação também se refere à mudança na denominação da instituição para Escola de Ensino Fundamental e Médio Juvenal Galeno. No que diz respeito ao quantitativo de alunos, a demanda de ensino fundamental era de aproximadamente 1.300 estudantes e, do nível médio, de 210. A escola absorveria, portanto, sete turmas de 8ª série, mais uma demanda externa de ensino médio de 90 (noventa) alunos.

A estrutura física da referida escola encontra-se atualmente com muitas modificações, dentre elas, detalhes da fachada que foram suprimidos, como também a ampliação no segundo pavimento foi destruída a escada de madeira para neste local funcionar mais salas de aula, interferindo na fachada, onde quebra a continuidade da platibanda, descaracterizando a proporção da volumetria da fachada do projeto original (Ver diferenças nas Fotos 5.24 e 5.25). Com a demolição da escada, foi necessário criar outra circulação vertical para acesso ao pavimento superior, o que foi feito por uma escada em concreto, invadindo o espaço do pequeno pátio de recreação (Ver foto 5.28 e Planta Baixa – Fig. 5.15 e Pavimento Superior – Fig. 5.16), além de expansão no pavimento térreo com anexo para mais salas de aula e cantina, praticamente tomando o restante de área livre do terreno.



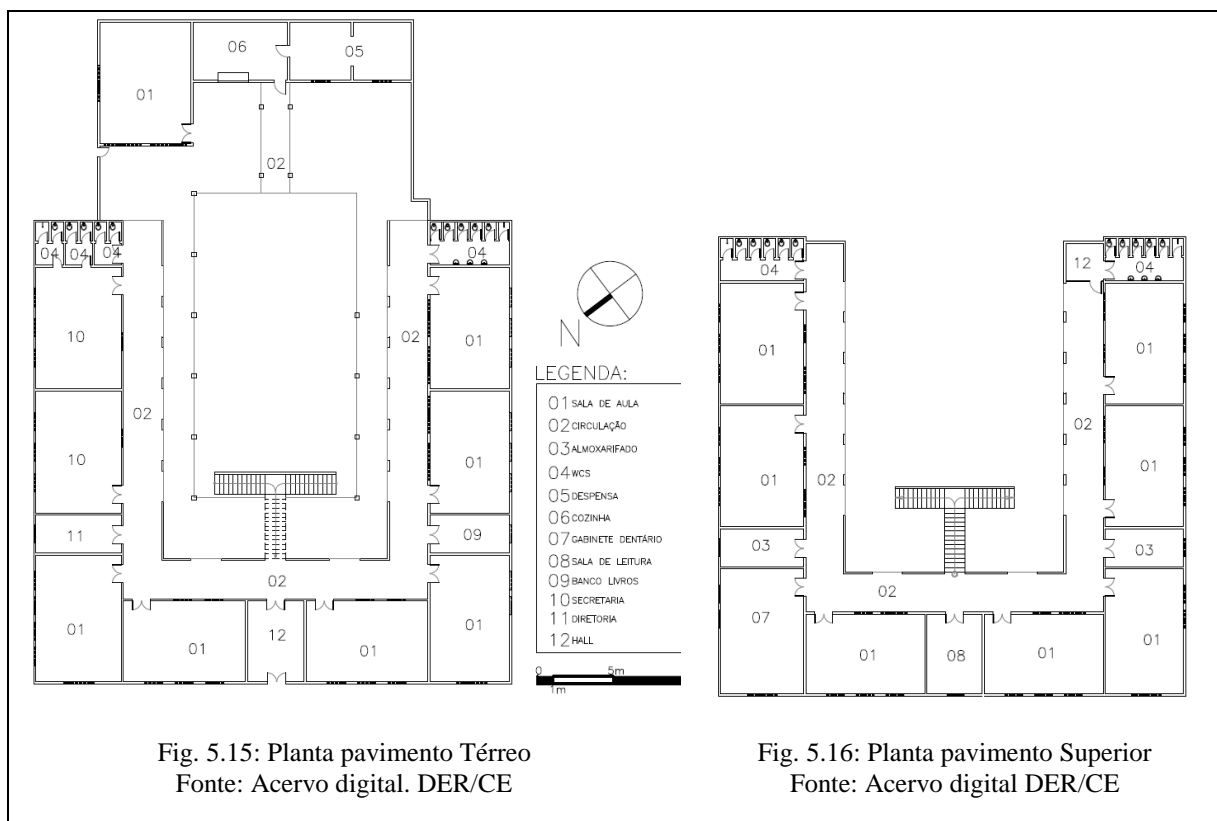
Foto 5.26: Janela original – vista externa
E.E.F.M. Juvenal Galeno
Fonte: Foto da autora, 2008



Foto 5.27: Janelas substituídas por cobogós
E.E.F.M. Juvenal Galeno
Fonte: Foto da autora, 2008

Outras alterações e ampliações descaracterizaram o interior da edificação, dentre as quais podem ser citadas: substituição das janelas de vidro e postigo de segurança em madeira

por cobogós ou fechamento com alvenaria (Fotos 5.26 e 5.27); construção de cobertura no pátio central, este, no entanto, já fazia parte dos planos iniciais (Foto 5.29); construção de quadra coberta, que ocupa a lateral livre do terreno; substituição de todo o piso de tábuas corridas do pavimento superior das salas de aula por laje de concreto revestida de cerâmica de qualidade inferior ao ladrilho hidráulico existente (Fotos 5.30); substituição do piso de ladrilho hidráulico para cerâmica no pavimento térreo (Foto 5.31).



Outra redução do terreno da escola, ocorreu por conta da cessão de parte deste para as instalações do Corpo de Bombeiros por volta de 1935, (informação verbal²⁰⁵), que perdura até hoje. Isto fez com que o espaço-escola se tornasse cada vez mais exíguo, ao ponto de as atividades de Educação Física e recreação dos alunos serem realizadas nas dependências do Liceu do Ceará, estabelecimento de ensino de maior porte, situado na mesma praça, nas imediações da escola em estudo.

Estas modificações representam um quadro de constantes mudanças que ocorrem no funcionamento da escola, bem como nos objetivos a que se propõem as instituições escolares vistas por um período. A escola em estudo passou por três modalidades de funcionamento: Grupo Escolar Fernandes Vieira (1923 a 1975); como Escola de 1º grau Juvenal Galeno (1975

²⁰⁵ Informação verbal do Professor Clóvis de Castro, atual coordenador pedagógico da Escola.

a 2001) e, por último, quando da solicitação para funcionar como Escola de Ensino Fundamental e Médio Juvenal Galeno 2001 até 2009.



Foto 5.28: Escada em concreto revestida de cerâmica
Fonte: Foto da autora, 2008



Foto 5.29: Pátio coberto
Fonte: Foto da autora, 2008



Foto 5.30: Piso em madeira ainda existente no almoxarifado e circulação em ladrilho hidráulico no pavimento superior
Fonte: Foto da autora, 2008



Foto 5.31: Circulação pavimento térreo – piso substituído por cerâmica
Fonte: Foto da autora, 2008

As datas das mudanças físicas não estão nos registros atuais da escola, contudo, com base em informações de particulares que participaram do cotidiano da escola em tempos diferentes, bem como pela fundamentação em fontes do arquivo público e pela observação apurada *in loco*, podemos perceber e visualizar tais mudanças e analisá-las dentro de uma perspectiva histórica. Todas as modificações ocorridas na parte física da escola demonstram não só a necessidade de mais espaços, mas também uma mudança lenta e contínua no comportamento e nos valores da comunidade escolar como reflexos do contexto político-econômico e social.

5.3.2.4 Grupo Escolar do Outeiro

Os documentos do arquivo escolar da atual Escola de Ensino Fundamental e Médio Clóvis Beviláqua atestam que a origem desta escola remonta ao início do século XX, por volta de 1902. A casa de propriedade da União do Clero de Fortaleza era um lugar de apoio aos Padres Jesuítas.

Quando foram organizados os primeiros grupos escolares em Fortaleza, funcionou aqui o 3º Grupo Escolar, criado em 1916. Os documentos da escola apresentam uma parceria da União do Clero e o Estado. Quando veio a Reforma de 1922, o Estado adquiriu o imóvel, conforme registro no Cartório Crisanto Pimentel, de 09 de julho de 1922, que seria adaptado para funcionar o Grupo Escolar do Outeiro em 1923. A escritura descreve como sendo

[...] uma casa térrea construída de tijolo e telha, com nove portas de frente, encravada em um terreno murado, medindo 122 palmos de frente e fundos de meio quarteirão, sito no Boulevard D. Manoel, 181, moderno, lado nascente, fazendo esquina com a Avenida Nogueira Acioli [hoje Avenida Santos Dumont], nesta capital.

Com a Reforma de 1922, a reorganização da instrução pública, este imóvel foi adaptado de acordo com as exigências da higiene,

Foram iniciadas, e presseguem activamente as obras de adaptação do excellente prédio da “União do Clero”, no Boulevard D. Manuel, para que ahi funcione o Grupo Escolar do Outeiro.

O prédio, que foi adquirido pelo governo, especialmente para esse fim terá seis excellentes salas de aula, obedecendo rigorosamente á hygiene pedagógica, directoria, sala de professoras, vestíbulo e varanda coberta (*O NORDESTE* Anno I. 18/09/1922. n. 67, p. 2).

Neste sentido, o referido Grupo Escolar, reorganizado²⁰⁶ e renomeado em 1922, possui uma sede própria, contudo, é uma edificação adaptada para escola, o que de certa forma, para análise da arquitetura escolar, caracteriza uma situação diferente dos prédios projetados.

²⁰⁶ “Reorganizado em virtude do acto de 20 de Dezembro de 1922, em execução á lei n. 1953 de 2 de agosto do mesmo ano e instalado em 2 de janeiro de 1923. (14 classes) matricula 605. Administração e corpo docente. Directora: Professora Flora Yvette Costa Souza, Sub-Directora: Alba de Alencar. Professoras: Ophelia de Abreu Gomes, Florinda Brasil de Mattos, Albertina dos Santos Barros, Maria do Rosário Ferreira, Rosa de Lima Pontes, Maria Sampaio de Andrade, Maria de Nazareth Baptista, Aina dos Santos e Silva, Adhamir Sombra, Aracy Franklin do Nascimento, Francisca Barbosa Ramos, Grasiella Pinto de Oliveira, Leonina Pinto Nogueira e Raymunda da Silva Bayma. Substitutas effectivas: Maria de Sousa Rolim e Beatriz Marçal Ferreira”. (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 66).

Pelo livro de inventário do Grupo Escolar, podemos fazer algumas observações, como, por exemplo, sobre a mobília da escola, os livros e, algumas diferenças percebidas. O *Livro de inventário do material de ensino*, datado de 26 de junho de 1916, assinado pela diretora, professora Margarida de Queiroz, nos fornece vários dados sobre os materiais e utensílios da escola, bem como do material didático. Outros livros também fazem parte do acervo escolar, com registros de 1918, 1923, 1924, 1925 até 1930, quando a denominação do grupo passou a ser Grupo Escolar Santos Dumont.

No livro de 1947, mais uma vez, foi mudada a denominação para Grupo Escolar Clóvis Beviláqua, cuja diretora é a professora Margarida Maria de Castro Almeida.

É interessante ressaltar como as festividades eram concorridas, com a presença de autoridades municipais e estaduais. Em 1959, quando da comemoração do centenário de Clóvis Beviláqua, conduzida pela diretora de então, professora Maria Margarida Castro de Almeida, estavam presentes o Secretário de Educação, Dr. Joaquim de Figueiredo Corrêa, que proferiu discurso em homenagem a Clóvis Beviláqua. Estavam presentes ainda representante do governo do Estado, do Comando Militar da Polícia, representante da Câmara de Vereadores, Presidente da Assembleia Legislativa, representante do Arcebispo, dentre outros (*Álbum de Memória da Escola*).

- **A arquitetura do grupo escolar**

A edificação é implantada em terreno plano e, apesar de ter um só pavimento, é elevada do nível do terreno por cinco degraus, o que lhe dá maior destaque, embora, atualmente, devido também a dois pés de *ficcus* que cresceram ladeando o portão de entrada, a fachada não é muito visível.

Mesmo com origem para outra função, a adaptação do prédio foi considerada conveniente ao funcionamento de uma escola, com salas arejadas, as nove grandes janelas, que antes eram portas com varandas de ferro, permanecem, tendo sua parte inferior fechada com alvenaria, entretanto, a grade de ferro trabalhada em volutas continua como elemento de fachada.

O acesso ao prédio é feito pela avenida Dom Manuel, sendo a entrada marcada por escadaria que se amplia em curva (Foto 5.34). São ecléticas as características desta edificação, deixando de se utilizar da simetria na fachada (Foto 5.34 e 45.35). Enquanto isso, as fachadas oeste e sul apresentam elementos diferenciados na cornija, com pináculos nos extremos do prédio (Fotos 5.37 e 5.38).

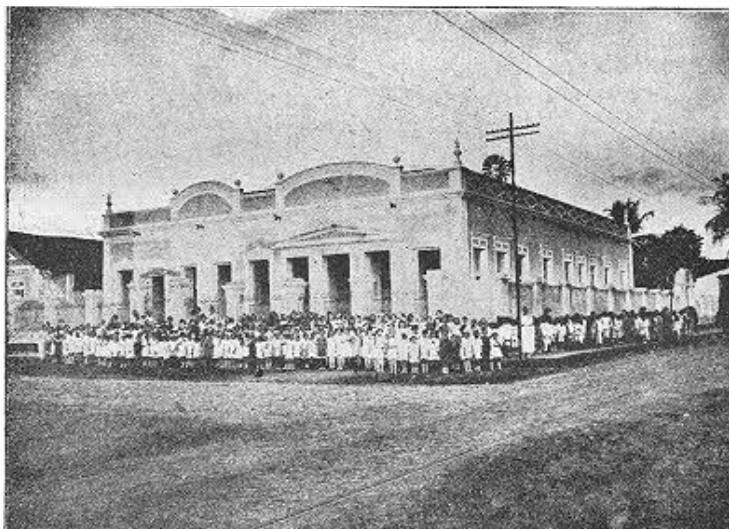


Foto 5.32: Grupo Escolar do Outeiro
Fonte: Newton Craveiro. *Revista Nacional*, nº7, 1923, p. 423.



Foto 5.33: Fachada principal (atual)
Fonte: arquivo pessoal autora, 2008



Foto 5.34: Escadaria de entrada
Fonte: foto da autora, 2008



Foto 5.35: Detalhe Fachada
Fonte: foto da autora, 2008



Foto 5.36: Detalhe pináculo
Fonte: foto da autora, 2008

A planta adaptada segue padrões semelhantes aos grupos escolares da mesma época, o esquema em forma de “U”, com pátio interno estreito, tendo a circulação interna com telhado aparente e as salas de aula possuem o telhado em duas águas com tesouras na sustentação do madeiramento da cobertura. Sabemos que a planta foi adaptada, mas não há registro anterior à sua adaptação, ou seja, não temos informação de como se configurava originalmente. De todo modo, a planta segue padrões semelhantes aos dos grupos escolares da mesma época.

Pela escritura de compra, esta caracteriza o imóvel como *uma casa térrea construída de tijolo e telha*, bem como pela estrutura atual, observamos que a alvenaria é estrutural, sendo as paredes externas de dupla largura e as internas de uma vez. Podemos perceber alguns vestígios de que foram demolidas paredes para configurar um ambiente maior adequado à sala de aula (Foto 5.38).

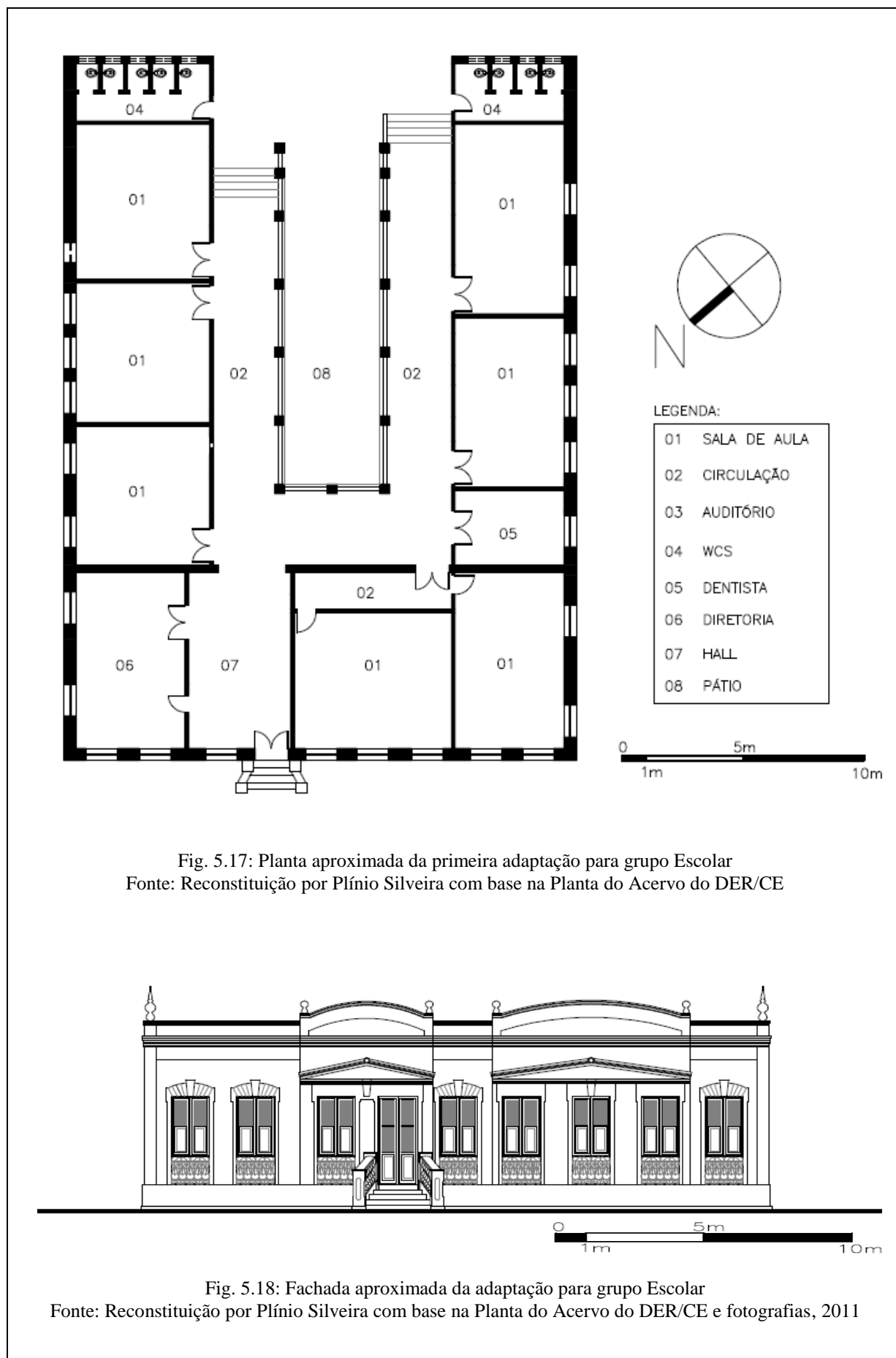




Foto 5.37: Vista da sala de aula com antigas portas-balcão, fechadas na parte inferior.
Fonte: foto da autora, 2008



Foto 5.38: Detalhe do piso onde existia parede
Fonte: foto da autora, 2008

O pequeno pátio é a única área livre onde os alunos podem improvisar uma área de recreação e lazer (Foto 5. 39). O restante da área livre do terreno foi tomado com acréscimos, cuja data de construção não é precisa.

No álbum de comemoração dos cem anos de Clóvis Beviláqua, última denominação do Grupo Escolar, ocorrida em 1959, já figura nas fotos o pavilhão constituído de dois pavimentos que foi construído (Fotos 5.40), onde no térreo se encontram um palco e um pátio coberto, dito na planta da Secretaria de Educação (1973), de *auditório* e, no segundo pavimento, duas salas de aula.



Foto 5.39: Vista Pátio central
Fonte: foto da autora, 2008



Foto 5.40: Pátio coberto e acesso ao pav. Superior.
Fonte: foto da autora, 2008

Em 2007, foram construídas a sala de biblioteca e multimeios, sala de informática e banheiros, uma demonstração de como os métodos de ensino e as tecnologias de apoio interferem no espaço da escola.

5.3.2.5 Grupo Escolar do *Bemfica*

O Grupo Escolar do *Bemfica* fora reorganizado em virtude do ato de 20 de dezembro de 1922, em execução à Lei n. 1953, de 2 de agosto do mesmo ano, e instalado em 2 de janeiro de 1923, com 12 classes, tendo uma matrícula de 630 alunos.

Segundo o *Almanach do Ceará* (1923), assumiu a direção desta escola a professora Rossicler Vieira, tendo como vice-diretora, Paulina Montenegro, e seu corpo docente formado pelas professoras: Rita Pessoa dos Santos, Edith Caminha, Beatriz Lopes, Maria Marphisa da Frota Mattos, Francisca Maravalho, Maria Carolina Monte, Ernestina Barbosa Cordeiro, Ana Frota, Elvira da França Memoria e Lygia de Sá Barbosa, além das substitutas efetivas – Maria Luiza da Silva e Flora Mendes Cavalcante (*Almanach do Ceará*, 1923, p. 64)

Sobre o histórico deste grupo, pouco temos a comentar, pois as fontes foram secundárias, uma vez que esta instituição tanto não funciona mais neste prédio, como está funcionando sob outra modalidade de ensino, além de terem passado muitas direções da escola, que trataram principalmente da organização na condição da modalidade vigente. O histórico, pelo que observamos, não parece ser um aspecto de maior relevância no cotidiano da escola, principalmente quando não há mais ligação com o prédio onde iniciou, nem com a modalidade original de funcionamento.

Em 20 de agosto de 1956, o prédio do antigo grupo, neste período denominado Grupo Escolar Rodolfo Teófilo, situado na avenida Visconde de Cauípe, n.º 2431 (atual av. da Universidade), foi permutado com o prédio do Instituto do Ceará na Rua Barão do Rio Branco, prédio originalmente residencial, adaptado para outras funções. Vamos nos limitar a fazer uma abordagem sobre o antigo prédio construído para funcionamento do Grupo Escolar do *Bemfica*.

- **A arquitetura do grupo escolar**

Projetado por Antonio Gonçalves da Justa, o prédio apresenta linhas neoclássicas, com entrada centralizada, marcando a simetria na fachada.

A edificação teve sua construção iniciada na administração de Justiniano de Serpa, propriamente na gestão de seu substituto, Ildefonso Albano e, só concluída na gestão de Godofredo Maciel, em 1926, como consta no *O Nordeste*, de 11 de julho de 1924, que contudo, nos apresenta datas diferentes:

O prédio do Bemfica, construção elegante, bella e luxuosa, dispõe de 12 vastos salões de aula, alem dos compartimentos para directoria, archivo, etc., todos elles abedecendo a rigorosos preceitos de hygiene pedagógica e a uma escola architectural alegre, graciosa e distincta.

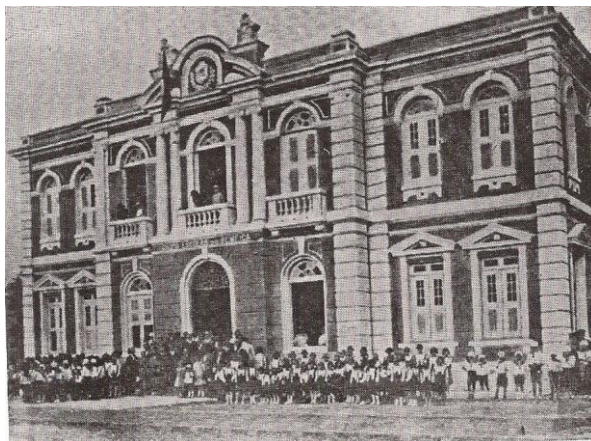


Foto 5.41: Grupo Escolar do Bemfica em 1930
Fonte: Barroso, 2004, p. 155.

Desenhos deste grupo escolar se encontram no acervo da Biblioteca do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, datados de 1934 e 1937, o que nos parece ter sido o período de ampliação do referido prédio, como veremos. Nesta data, o desenho da fachada traz a denominação Grupo Escolar Rodolfo Teófilo (Fig. 5.18).

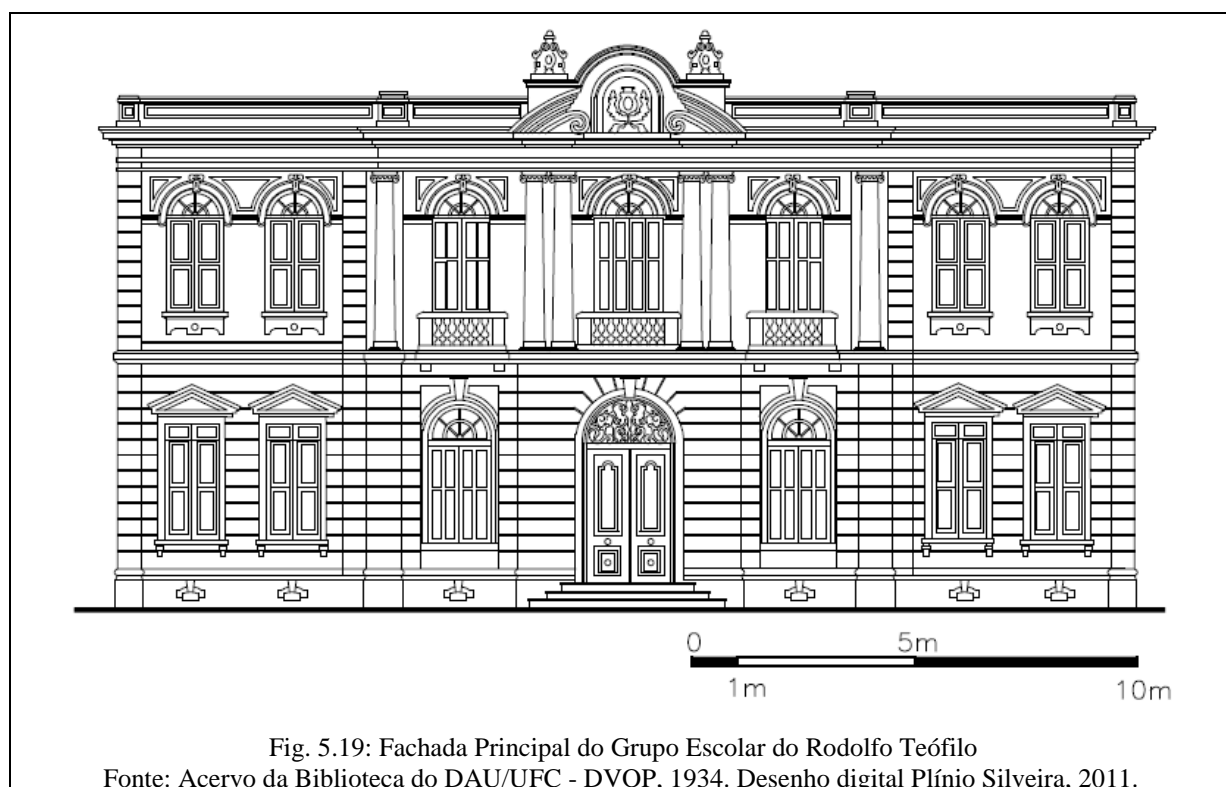


Fig. 5.19: Fachada Principal do Grupo Escolar do Rodolfo Teófilo
Fonte: Acervo da Biblioteca do DAU/UFC - DVOP, 1934. Desenho digital Plínio Silveira, 2011.

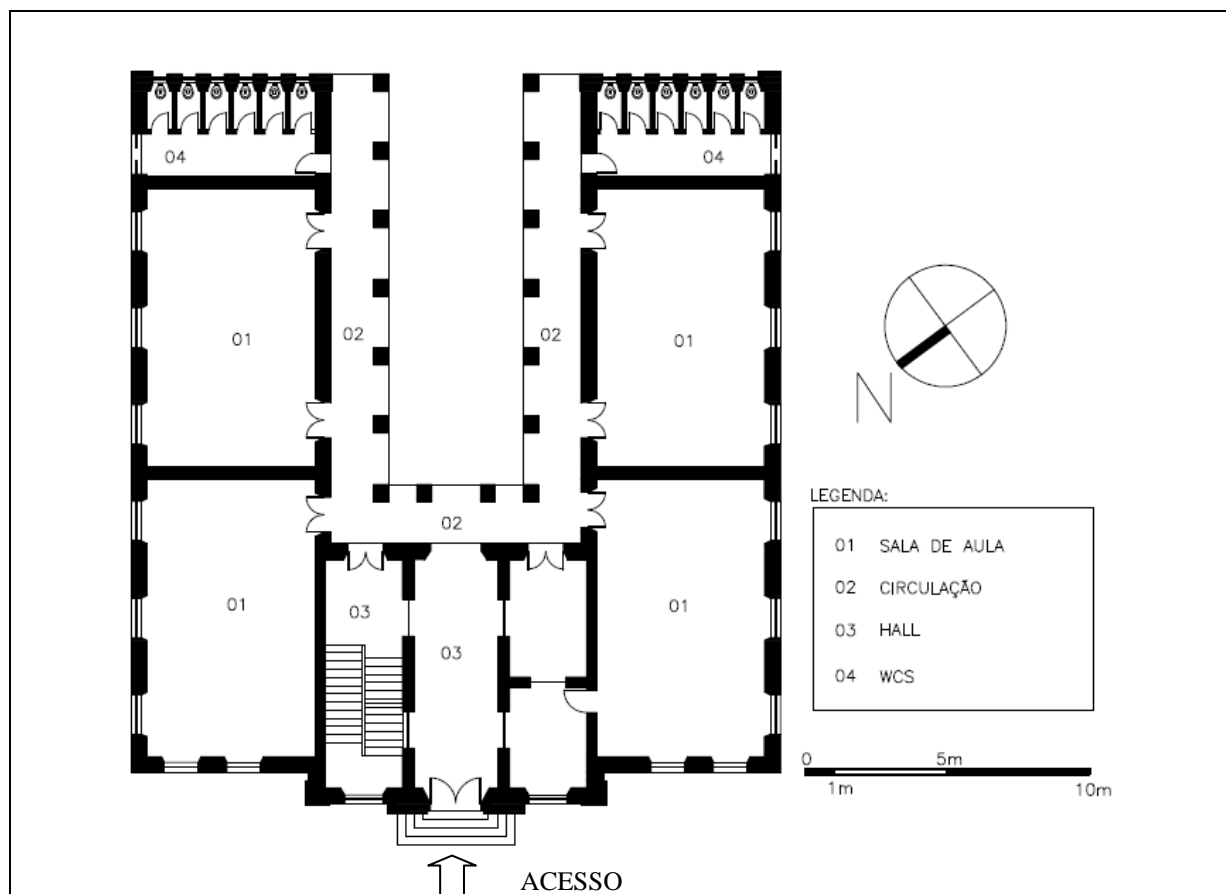


Fig. 5.20: Planta pavimento Térreo Grupo Escolar Rodolfo Teófilo
 Fonte: Acervo Biblioteca do DAU/UFC – Desenho digital Plínio Silveira, 2011.

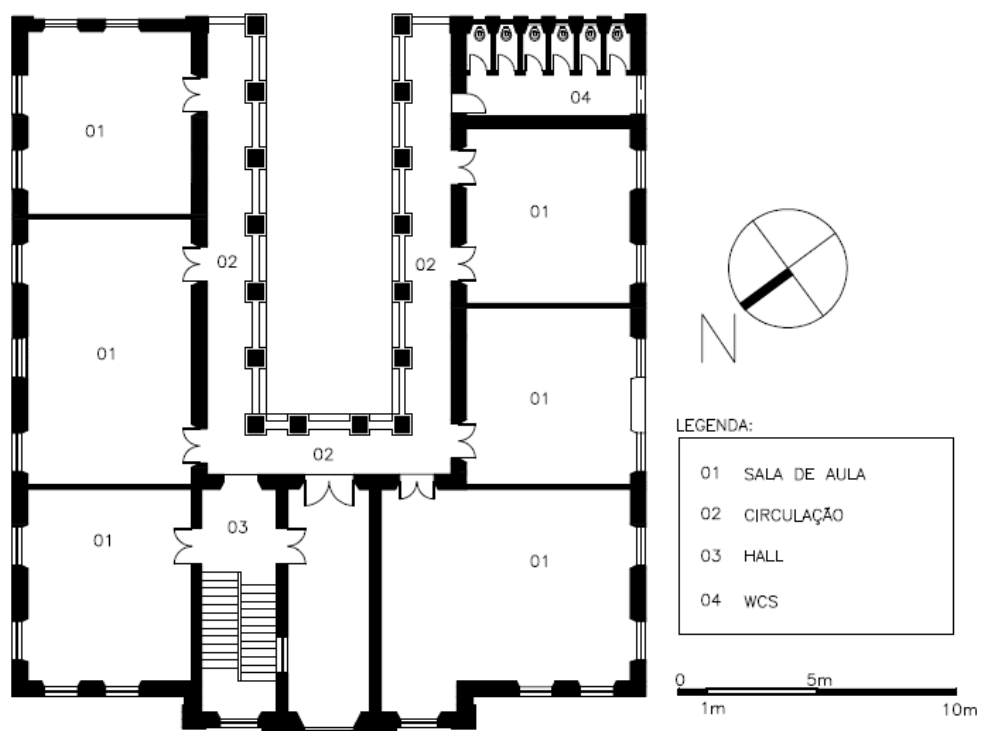


Fig. 5.21: Planta pavimento Superior - Desenho de 1937
 Fonte: Acervo da Biblioteca do DAU/UFC, Desenho digital Plínio Silveira, 2011.

A planta inicial se desenvolve em forma de “U” com a parte central do “U” em alinhamento com a rua, mas já apresenta um recuo na frente e afastamentos nas duas laterais do terreno. Observamos pela planta, que inicialmente não eram 12 salas, como anunciado no jornal, e sim dez, somente com a ampliação por volta de 1937, registrada pelo Departamento de Viação e Obras Públicas²⁰⁷ – DVOP, em que a edificação ampliou sua construção com acréscimo de: gabinete dentário, sala de professores e quatro salas de aula .

A planta original do grupo Escolar do Benfica se assemelha aos outros grupos escolares projetados por Armando Oliveira, contudo, o pátio central, neste caso, encontra-se bem mais estreito, possivelmente pelas dimensões do terreno. Quanto à largura do pátio interno aberto, se assemelha muito ao do Grupo do Outeiro.

Barroso (2004) descreve o grupo escolar de forma minuciosa, que vale a pena ser transcrita, pois se trata de um ex-aluno daquele grupo que relata fatos sobre o Benfica que viveu. E assim o descreve, inicialmente comparando com os outros dois que foram construídos na mesma época, o Grupo Escolar do *Boulevard* do Visconde do Rio Branco e o do Fernandes Vieira.

Todos têm dois pavimentos [se referindo aos grupos escolares], de pé direito elevado, com frente e duas alas, deixando um grande pátio interno -, que no caso, se prolongam em amplo terraço cimentado, para o recreio dos meninos²⁰⁸, havendo ainda, extenso quintal e áreas laterais com o solo natural exposto, destacando-se na parte de trás uma imensa tamarineira, resquícios, talvez, da vegetação primitiva. [...] À frente e aos lados foram conservados espaços como que para jardim, e um muro bonito, de colunas quadradas e balaustres entre elas, fechava a parte anterior. [...] A parte central da fachada algum tanto, e contém a porta principal – dando para o vestíbulo, e duas janelas (de um lado fica a escada, de madeira de lei, do outro existem gabinetes, tendo sido o da frente ocupado por um consultório dentário, no meu tempo) (BARROSO, 2004, p. 156).

O autor continua a descrição do prédio, mas aqui já se notam os termos técnicos de Arquitetura, em que o próprio autor justifica que inseriu as explicações do Arquiteto e Professor Liberal de Castro, comentando sobre as características ecléticas encontradas neste projeto de José Gonçalves da Justa.

[...] A porta é alta e larga, de almofadas salientes e bom acabamento; as janelas aos seus lados são, também de arcos românicos; acima ficam janelões, de balcões destacados. Estas esquadrias são parte envidraçadas e

²⁰⁷ As plantas do Grupo Escolar do Benfica no período de registro pelo DVOP continham a denominação de Grupo Escolar Rodolfo Teófilo. Estas plantas encontram-se no acervo gráfico da Biblioteca do Departamento de Arquitetura da UFC.

²⁰⁸ É interessante ressaltar que o autor se refere ao recreio dos meninos, visto que os recreios eram separados os sexos por turno. Os meninos à tarde e as meninas pela manhã.

parte em venezianas, emolduradas no reboco, destacando-se os ornatos das aberturas de piso, que simulam templetes, de frontões triangulares.

No frontispício, pilares duplos, de estilo coríntio, ladeiam a janela central superior, há uma larga cornija acima, superada por baixo ático, que esconde o telhado, e é aberta ao meio para dar lugar a um tímpano, onde está esculpido o escudo do Estado do Ceará, por sua vez enquadrado, mais alto, por melões [merlões] de estrutura complexa, que parecem figurar dois personagens sentados. O recuo à frente é de seis metros e os laterais de pouco mais (BARROSO, 2004, p. 156-157).



Foto 5.42: Grupo Escolar Rodolfo Teófilo – atual Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC)/UFC
Fonte: Cals, 2000.

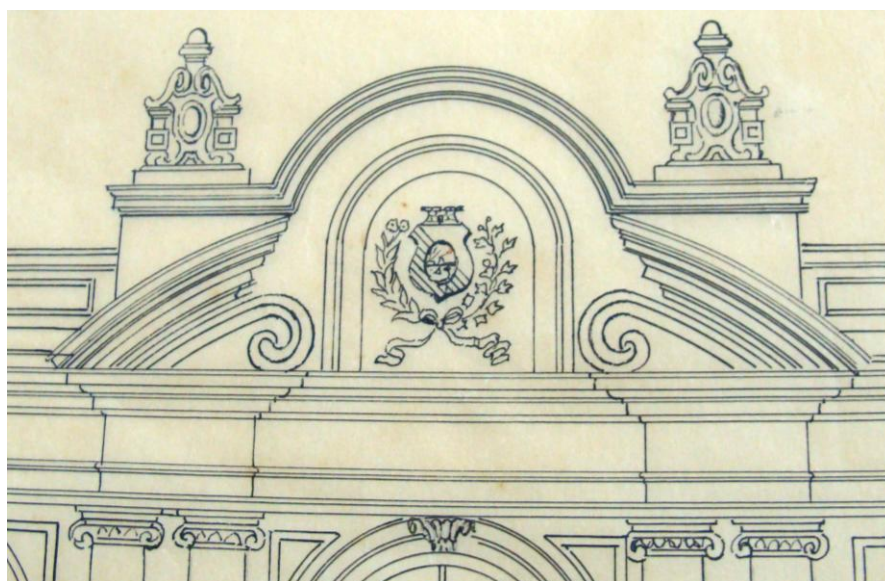


Fig. 5.22: Detalhe do escudo do Estado do Ceará enquadrado por merlões ao alto
Fonte: Acervo Biblioteca do DAV/UFC Projeto copiado pelo DVOP, 1934.

Somente em 1926 foi terminada a construção do edifício, tendo sido feitos os seguintes serviços, conforme Relatório do Presidente do Ceará (1926, p. 68),

[...] construção de paredes divisórias de seis compartimentos do primeiro andar; revestimentos, com azulejo e com esguarnecido da parte ocupada pelas sentinas; assentamento de mozaico no interior e nas calçadas; acabamento das escadarias de alvenaria, revestidas de mozaico, no pateo interno; construção de uma fossa szeptica; assentamento de 18 aparelhos sanitarios e de um reservatorio de ferro galvanizado para encanamento d'agua e pintura geral do edificio. (RELATÓRIO Presidente do Ceará, 1926, p.68).

As festividades nos grupos escolares foram se constituindo pontos fortes e cenários de presença de autoridades e políticos. Mesmo às comemorações do Dia da Criança estavam presentes, além da diretora, professores e alunos, o diretor e funcionários da Instrução Pública.

Com a presença do dr. Moreira de Sousa, Diretor da Instrução Pública, Filgueiras Lima e Djacir Menezes, funcionários da Diretoria da Instrução iniciaram-se as festividades do Grupo Escolar do Bemfica, às 8 horas da manhã de hontem, em comemoração do "Dia da Criança". Visitámos todas as classes, em cujas paredes viam-se desenhos coloridos, acompanhados de legendas morais e cívicas que constituíam otimas lições para a criançada.

No pateo do Grupo realizaram-se jogos infantis, cirandas, ginásticas, cantigas, no meio da maior cordialidade e do mais intenso entusiasmo (*O POVO*, 13/out/32. In: LIMA, Ariza Maria Rocha – Vestígios da educação física em Fortaleza (1863-1945) disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd64/fortal.htm>).

Depois que o prédio foi permutado e passou a funcionar com cursos da Universidade Federal do Ceará, o prédio foi reformado para adaptação das novas funções. Os novos edifícios agregados ao original apresentam tratamento formal pelos ditames do modernismo, ampliando conforme as necessidades. De todo modo, o prédio original foi preservado.

5.3.2.6 Grupo Escolar de Porangaba

Em visita à atual Escola de Ensino Médio e Profissionalizante Joaquim Moreira de Sousa, cujo diretor nos recebeu prontamente, ficamos indagando onde estaria o Grupo Escolar Joaquim Moreira de Sousa, porque, no Guia da Secretaria de Educação (1974), consta ter sido este Grupo Escolar criado em 1923, mas a aparência do prédio que visitamos em março de 2010 nos induz a dizer que pelo menos duas etapas ou dois momentos históricos de construção se encontram ali; um com aparência das edificações dos anos de 1930 ou 1940 e outra já bem mais recente. E foi isso que constatamos ao ver o trabalho elaborado pelas professoras sobre o histórico da escola.

O documento intitulado “*Traços históricos da Escola de 1º Grau Joaquim Moreira de Sousa*”, que me foi cedido pela Secretária Maria Valdeniza Silva de Abreu, assinala que

A criação da Escola de 1º Grau Joaquim Moreira de Sousa, data da década de 1920, quando Parangaba ainda era Porangaba. [...] Sua instalação na atual sede própria à Rua Caio Prado, n. 02 aconteceu pelo esforço de sua 1ª diretoria D. Adélia Brasil Feijó, com a colaboração do Professor Joaquim Moreira de Sousa, na época Secretário de Educação²⁰⁹ (1929-1931). Somente em 1954 na gestão Governamental do Dr. Raul Barbosa, o Grupo Escolar da Parangaba, recebe o nome de Grupo Escolar Professor Joaquim Moreira de Sousa, em homenagem ao seu colaborador.

Noticiado no *O Nordeste* de 24 de março de 1923, referindo-se às Escolas Reunidas da Parangaba, já instaladas nessa data, apresentavam matrículas que chegava a 250 alunos. Já o *Almanach do Estado do Ceará* (1923) assinala que o Grupo Escolar de Parangaba foi criado em virtude do ato de 31 de julho de 1923, em execução à Lei n. 1953, de 2 de agosto de 1922. Até então era Escolas Reunidas, com seis classes e matrícula de 275 alunos. Em seu quadro docente figura com diretora a professora Adelia Brazil Feijó, além das professoras: Maria Luiza da Silva, Elisa Gurgel do Amaral, Maria Linhares Nepomuceno e Francisca P. Nogueira. Como substituta efetiva era assinalada a professora – Anna Augusta Lopes (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 66).

Como não havia mais registros sobre o antigo grupo escolar, partimos em busca de memórias. Memórias das pessoas que moravam ali e que pudessem ter alguma relação com o Grupo. Foi quando encontramos Dona Mereuda e seu irmão Sr. João Bastos, ambos ex-alunos do Grupo Escolar da Parangaba nos finais dos anos 1930, que nos passaram algumas informações, inclusive a reconstituição da localização do antigo grupo e de sua vizinhança.

²⁰⁹ Ratificando, Diretor Geral da Instrução Pública, uma vez que ainda não havia a denominação de Secretário de Educação .

Em 1971, com a Lei 5.692, o grupo escolar foi extinto, passando a ser Escola de 1º Grau Joaquim Moreira de Sousa, funcionando somente as séries iniciais. Em 1979, foram implantadas as séries terminais. No ano de 2000, a escola iniciou suas turmas de Ensino Médio e Telecurso do 1º Grau (Tempo de Avançar). Atualmente funciona como Escola de Ensino Profissional, em tempo integral.

- **O ensino e as professoras**

Os dados sobre a direção da escola fornecidos por Dona Mereuda e seu irmão João Bastos coincidem com os do *Almanach do Ceará* (1923). A Diretora era Adelia Brazil Feijó, e no período em que estudou no Grupo, esta diretora ficava de manhã, *quando estudavam as meninas, tinha o sino que tocava as 9h no recreio e as 11:15h quando terminava a aula. A vice-diretora, D. Elisa Gurgel do Amaral, ficava à tarde, quando estudavam os meninos. Lembra ainda da servente, D. Altair, que morava vizinho ao Grupo em casa de porta e janela. Na lembrança de João Bastos, o ensino era misto, mas nas carteiras que eram de dois lugares, sentavam menino e menino, menina e menina.*

Lembra-se de que se ensinava Religião, História, Geografia e Ciências.

O Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário de 1915 regulamenta em seu Art. 29. – *o curso integral de estudos primários compreende cinco classes, cada uma das quaes durará pelo menos um anno.* Já na Lei da Reforma de 1922, em seu Art. 14 – *Fica extinta a quinta classe dos Grupos Escolares, sendo as suas professoras aproveitadas no ensino de outras classes, no mesmo estabelecimento, ou em outros da mesma localidade a critério do governo.* Pelo depoimento da ex-aluna do Grupo Escolar da Parangaba, tudo indica que em pouco tempo voltou a existir a 5ª classe, uma vez que declara que estudou no referido estabelecimento até o 5º ano, encerrando com uma grande festa na qual recebiam diploma.

Recorda-se de que duas coisas existiam naquela época – “medo” e “respeito”. E comenta que não sabe se era certo ou errado, mas que se estudava muito. Não havia palmatória no seu tempo de Grupo Escolar, só alcançou este castigo na escola de *primeiras letras* que fez com Dona Angélica, antes de ingressar no Grupo. Comenta sobre prêmios e não castigos físicos.

D. Graziela, minha professora dava “bônus” a quem tirasse nota boa. Quem tivesse mais bônus ia sentar no primeiro lugar, lá na frente. As carteiras eram de dois, toda de madeira, madeira escura com verniz quase preto. O castigo que tinha era ficar sem recreio.

- **A arquitetura do grupo escolar**

Nos documentos e históricos existentes na atual EEFP Joaquim Moreira de Souza nada existe sobre a localização do antigo prédio do Grupo Escolar da Parangaba. Foi pela descrição de Dona Mereuda e do Sr. João Bastos que pudemos localizá-lo à Praça da Matriz. Ela se recorda de como se compunha toda a vizinhança do antigo Grupo localizado à praça da Matriz do Bom Jesus dos Aflitos.

Assinala que à esquerda da igreja, na esquina da rua do Fogo, caminho para Maranguape, se localizava a Subprefeitura de Parangaba; vizinho a esta, era o Grupo Escolar; colado a este, a casa de porta e janela de Dona Altair, servente da escola; em seguida, a residência de sua professora Graziela.



Fig. 5.23: Localização do antigo Grupo Escolar de Parangaba e do Grupo Escolar Moreira de Sousa
Fonte: desenho Plínio Silveira, 2011

Depois de busca incessante nos arquivos, deparamos a foto do Grupo Escolar da Parangaba no *Album de Fortaleza* (1931), organizado por Paulo Bezerra. É a edificação mais singela e de menores dimensões entre as edificações dos grupos escolares da Capital na época. Na foto a seguir (Foto 5.43), o Grupo de Parangaba se encontra no centro.

Podemos perceber que, pela diferença do padrão arquitetônico desta edificação em relação aos outros grupos escolares, possivelmente esta era uma casa ou prédio, de menor porte, mais antigo e adaptado. Constituído de seis classes, isto pode significar três salas de aula, uma vez que funcionavam as classes de alunas no turno da manhã, e dos alunos no turno da tarde, utilizando-se das mesmas salas em turnos diferentes.



Foto 5.43: Grupos Escolares da Capital
Fonte: Álbum de Fortaleza, 1931



Foto 5.44: Detalhe ampliado foto anterior
Fonte: Álbum de Fortaleza, 1931

O Sr. João Bastos lembra ainda que *o grupo era pequeno, talvez três ou quatro salas, uma da diretoria, banheiros e no terreno de trás um pavilhão onde faziam reuniões, brincava-se no terreno de areia, onde se lembra dos pés de pau-brasil.*

A fachada do Grupo de Parangaba, cuja foto se encontra pouco visível, traz semelhanças com o desenho de uma escola do século XIX localizada no boulevard do Visconde do Rio Branco, vista no capítulo 4 (Foto 4.20): a forma de chalé, frontispício com detalhe em alto relevo, dimensões e proporções da edificação muito similares, podem ser edificações da mesma época.

Pelas características da edificação, possivelmente, deveria se tratar de uma adaptação, ou prédio de escola pública já existente, tendo sido ampliado para atendimento de novos métodos de ensino e demanda resultante do cadastro escolar. Mesmo assim, este edifício difere muito dos outros grupos reorganizados e construídos na mesma época.

A foto confere também com a descrição de Dona Mereuda Bastos, “*tinha grade e portão de entrada, atrás um galpão*” onde ela se recorda de que foram plantados dois pés de pau-brasil num dia de festa, possivelmente na “*festa das árvores*”, como prescreve o regulamento de 1922²¹⁰, e, para tanto, havia terreno disponível na parte posterior do terreno do Grupo. Já na festa das árvores de 1924, noticiada em jornal, esta assume caráter público, acontecendo na avenida, com a presença do diretor da Instrução. Feito o plantio de árvores ao som do hino, seguiu-se a preleção sobre a festa pela professora do primeiro ano, Josephina de Alencar Santiago. Seguiram-se várias apresentações de alunos, finalizando com o hino nacional²¹¹.

Esta edificação deve ter sido demolida ou completamente descaracterizada, pois nada se encontra hoje de vestígio no local indicado. A instalação do Grupo Escolar na rua Caio

²¹⁰ Ver na Lei nº. 1.953, de 2 de agosto de 1922, Capítulo V, Da Festa das Árvores, Art. 155 e Parágrafo Único.

²¹¹ *O Nordeste. A festa das árvores.* 5 de maio de 1924.

Prado, conforme descrição anterior, teria acontecido na direção da professora Adélia Brasil com a colaboração do então diretor da Instrução, professor Joaquim Moreira de Sousa, portanto, pode ter ocorrido no período de 1929-1931.

Temos incertezas, contudo, em relação a este período de mudança de prédio, pois, segundo consta no Diário Oficial do Estado do Ceará, de 1944, a solicitação de pagamento de aluguel do prédio que abriga este grupo, forma pela qual pude constatar que não foi construído para funcionamento de estabelecimento escolar, mas apenas alugado e adaptado para tal. Seria ainda no prédio anterior?

De José Pedra Natalense pedindo o pagamento da quantia de Cr\$ 900,00, correspondente ao aluguel do prédio em que funciona o Grupo Escolar de Parangaba, no período de 1º de julho a 30 de setembro último. – Requisite-se o pagamento. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ²¹². Ano XII nº. 3244. De 23/10/1944, p. 3).

Ao que tudo indica, o grupo escolar, ainda com denominação de Grupo Escolar de Parangaba, foi instalado à rua Caio Prado somente com número reduzido de salas de aula, com entrada localizada em eixo central da construção. Ao longo do tempo, muitas ampliações transformaram os espaços da escola e ampliaram a vários blocos de pavilhões de dois pavimentos.



Fig. 5.45 e 5.46: Escola Estadual Moreira de Sousa
acesso principal

Fonte: Disponível em site da escola²¹³



Fig. 5.47: E.E.P. Moreira de Sousa – área ampliada com
dois pavimentos e jardim de entrada

Fonte: Disponível em site da escola

²¹² Disponível em:

www.legislacaoestadual.pge.ce.gov.br/arquivos/legislacao_estadual/legislacao_antiga/1944/5194.pdf

²¹³ <https://picasaweb.google.com/116428072864167858471/NossaEscola#5592156224185788514>

Na década de 1970 ocorreu a chamada “verticalização” da cidade. Fortaleza recebeu novo plano diretor e mudanças urbanas começaram a modificar sua paisagem. Com abertura de novas vias de acesso e de escoamento de fluxo. Uma destas modificações interferiu no espaço desta escola – o alargamento da avenida Osório de Paiva, ensejando a desapropriação de parte do terreno. Havendo a necessidade de uma reforma, a escola foi beneficiada com a construção de salas, totalizando 17 salas de aula, centro de multimeios, que compreende salas de vídeo, biblioteca e sala de leitura. A escola conta ainda com os seguintes ambientes: sala de professores, diretoria, secretaria, sala de supervisão, depósito para merenda, cozinha, refeitório, banheiros, pavilhão coberto, sala de grêmio e espaço para recreação.

Atualmente, ao se defrontar com o prédio da EEP Joaquim Moreira de Sousa, resta clara a junção das duas épocas de construção: uma central, dos anos 1930, onde está a entrada principal da escola, e outra, bem recente, com estrutura independente de características modernas diferentes do prédio original.

5.3.2.7 Acerca da arquitetura escolar dos grupos construídos em Fortaleza

Dos grupos escolares criados e reorganizados em Fortaleza, no período da Reforma de 1922, observamos três tipos de edificações: primeiro, aquelas elaboradas com base em um programa de necessidades dos métodos de ensino, solicitado pela Diretoria da Instrução, que são os três grupos – Visconde do Rio Branco, Fernandes Vieira e do Benfica – cujos projetos dos dois primeiros tiveram autoria do arquiteto Armando Oliveira e o terceiro, do engenheiro Antonio da Justa. São prédios de arquitetura chamada erudita, com elementos característicos de tendências arquitetônicas usuais do período.

Segundo, as edificações que de certa forma, também são de arquitetura erudita, mas de solicitações anteriores, destinadas outra função e depois adaptadas para escola, características dos casos do edifício do Grupo Escolar Clóvis Beviláqua e do prédio que abrigou o Grupo Escolar Norte da Cidade. Em terceiro, de menor relevância para arquitetura, nos parece que o prédio do grupo escolar de Parangaba, que pode ter sido adaptado, não se sabendo sua função original.

5.3.3 Grupos escolares criados ou reorganizados nos demais municípios cearenses em decorrência da Reforma de 1922.

Encontramos, tanto na historiografia quanto em outras fontes, como jornais e periódicos, a repercussão positiva dos trabalhos da reforma educacional de 1922 tanto na Capital como nos demais municípios do Ceará. Vários municípios noticiavam os últimos acontecimentos sobre a instrução pública. Procuramos identificar quais dos grupos escolares criados ou reorganizados em 1922 ainda existiam. Muitos foram os obstáculos nesta investigação, pelo fato de que, com mudanças sucessivas na legislação, como a extinção dos grupos escolares em execução à Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971; depois a nomenclatura de ensino de 1º e 2º graus; a Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo a mudança para o ensino básico constituído de Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio; além de que, o costume das homenagens e mudanças de denominação das escolas, não havia um roteiro certo de como identificar atualmente aqueles grupos escolares.

A primeira identificação destes grupos foi possível em virtude dos registros dos atos de criação e/ou reorganização contidos no *Almanach do Ceará* (1923). Depois, para identificação de qual escola corresponde atualmente, foram utilizados vários recursos empíricos. Como o processo de identificação destas instituições escolares não foi exatamente o mesmo para todos, descrevemos caso a caso as trilhas percorridas.

Apresentamos, portanto, os estabelecimentos que se constituem ex-grupos escolares enunciados no início deste capítulo, no Quadro 5.2 – Grupos Escolares criados ou reorganizados no interior do Estado do Ceará, em execução a Lei nº. 1.953, de 2 de agosto de 1922. Estas instituições são aqui apresentadas de modo mais detalhado, inclusive, quando possível, em virtude da constatação da existência ou não de seus prédios, é feita a análise das edificações.

Alguns parâmetros do Regulamento da Instrução Pública de 1915 foram utilizados na análise espacial das escolas. Para exame das edificações escolares construídas no final da década de 1930 em diante, utilizamos como parâmetro as determinações do Código de Fortaleza²¹⁴, Decreto nº. 70, de 13 de dezembro de 1932, que nos pareceu ser na época o único no Estado.

5.3.3.1 Grupo Escolar de Aracati

²¹⁴ Pelo fato de que a maioria dos grupos escolares foi construída no final da década de 1930 até 1950 utilizamos como parâmetro para análise espacial das escolas as determinações do Código Municipal de Fortaleza, Decreto nº. 70 de 13 de dezembro de 1932, que doravante será referido como “Código de 1932”.

O *Grupo Escolar de Aracaty*, conforme o *Almanach do Ceará* (1923) foi criado em 1922 e contava com sete classes e matrícula de 240 alunos. O corpo docente era composto pela diretora, Professora Raymunda Bayma, e das professoras Adelaide Gurjão de Miranda Pessoa, Maria dos Santos Brigido, Julia Saraiva Goyanna, Edith Pinto de Almeida, Almerinda Caminha F. de Lima e Amélia Pereira Pequeno (*Almanach do Ceará*, 1923, p. 66-67).

Nenhuma informação a mais, nem endereço, nem em que prédio funcionava. Como saber hoje que escola teve sua origem neste grupo escolar? Verificamos a relação de escolas da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) em Aracati, mas como saber que denominação teria hoje? Veio então a ideia de pensarmos na cidade nos anos de 1920. Assim, a princípio, selecionamos as que mantinham endereços no antigo centro da cidade de Aracati. Pela caracterização e conformação urbana da época de criação do grupo escolar, a localização da escola seria, possivelmente, nas imediações do centro antigo, ou nas proximidades da praça principal e matriz. Desta forma, diminuía o número de escolas possíveis, Com a denominação e endereço das escolas mais centrais, buscamos fazer contato com a direção destas, como também verificar algum histórico descrito pelos meios digitais de *sites* e *blogspot*s.

Foi desta forma que encontramos a **Escola de Ensino Médio Barão de Aracati**, localizada à praça dos Prazeres n. 82, que, de acordo com a afirmativa da atual diretora, professora Francisca Edilvane Lucena de Farias Brito²¹⁵, a escola foi fundada em 5 de janeiro de 1926, com a denominação de **Grupo Escolar do Aracati**. Os dados do histórico eram consoantes com os do *Almanach do Ceará* de 1923.

O segundo passo foi sabermos as condições atuais da escola, se permanecia na mesma instalação ou se houve alguma transferência de local. Saber ainda se foi construção de prédio próprio, mas para esta verificação era preciso visitar o local. Esta é uma das especificidades da pesquisa histórica sobre arquitetura. Fomos então até Aracati. Entrevistando a diretora, e analisando o histórico da escola, descobrimos o local onde tiveram início o grupo escolar e a nova sede construída na década de 1930.

O relato histórico constante no acervo da escola foi elaborado com base nas informações da ex-aluna Ozanira de Souza Fontenele, no depoimento das ex-professoras Maria Stela Moreira de Sousa e Maria Aldeize de Sousa Ponciano, bem como das ex-diretoras Maria José Pinheiro da Costa e Maria do Rego Gurgel. Esse relato aponta que a primeira instalação física deste estabelecimento de ensino foi provavelmente uma “casa de escola”,

²¹⁵ Histórico da Escola de Ensino Médio Barão de Aracati. Disponível em: http://www.canoafm.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1501:escola-barao-de-aracati-84- Acesso em 28/06/2010.

edificação à rua Cel. Alexanzito, 484, onde atualmente funciona a Creche Maria Eridan. Esta edificação, que acolheu inicialmente o Grupo Escolar de Aracati, localiza-se ao lado da antiga Casa de Câmara e Cadeia (Foto 5.50), parecendo-nos que esta casa pode ter sido cedida pela Intendência, ou seja, a Prefeitura de então, que incorporou parte deste casarão à casa de Câmara e Cadeia, atual sede da Prefeitura Municipal e parte para acolher o grupo escolar, que contava com sete classes e matrícula de 240 alunos (*Almanach do Ceará*, 1923).



Foto 5.48: Vista ex-Grupo Escolar de Aracati – conjugado ao edifício da atual Prefeitura.
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.49: Vista interna ex-Grupo Escolar de Aracati – com visão da estrutura em carnaúba e coberta.
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.50: Vista externa da Escola e prédio Intendência
Fonte: http://www.aracatinet.com/wp-content/uploads/2009/03/aracati_ruagrande.jpg



Foto 5.51: Vista externa ex-Grupo Escolar de Aracati – atual Creche Eridan
Fonte: foto da autora, 2010

Confrontando com a descrição das *casas de escola* construídas em vários municípios, inclusive no Aracati, na publicação *Proprios Estaduaes* (1912), nos pareceu que o prédio das escolas poderia também ter sido outro (Foto 5.52), na mesma rua, cuja descrição se assemelha mais com a edificação.

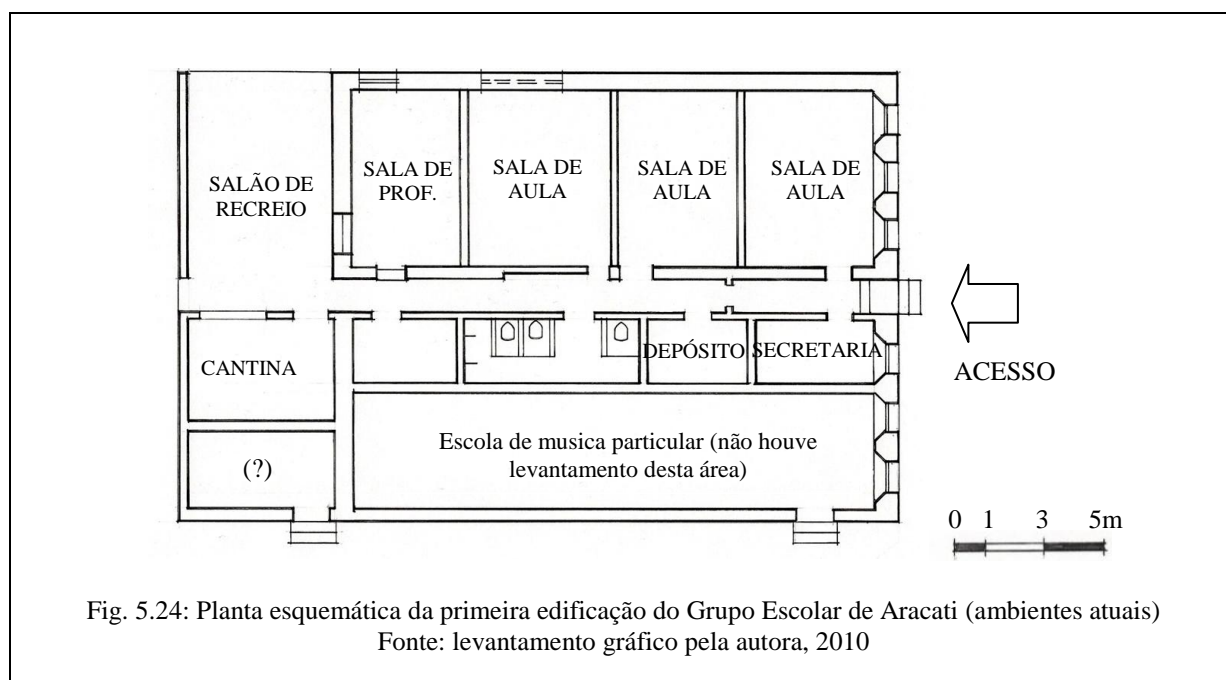
ESCOLA DO SEXO FEMININO

Sobrado edificado de pedra e cal, á rua do Commercio n.º. 60, lado do nascente, com 3 portas de frente ao rez do chão e **outras tantas com varandas no primeiro andar e sobre este um mirante ou sótão com uma janella** [grifo nosso], o qual está situado um terreno foreiro a comarca municipal, de que paga annualmente 1:417\$ réis. (p. 48)

ESCOLA DO SEXO FEMININO

Sobrado edificado de pedra e cal, á rua do Commercio n.º. 60, lado do nascente, com 3 portas de frente ao rez do chão e **outras tantas com varandas no primeiro andar e sobre este um mirante ou sótão com uma janella**, o qual está situado um terreno foreiro a comarca municipal, de que paga annualmente 1:417\$ réis. (p. 50)

Detemos-nos, contudo, a visitar a edificação de n. 484, indicada pelo relato histórico da atual escola Barão de Aracati, como sido a primeira instalação do grupo escolar. É uma edificação de características coloniais, com espessas paredes, ditas de tijolo e cal, janelas com verga de arco abatido, contudo apresenta a platibanda, característica do século XIX. A planta é bem característica da época, com uma entrada central e cômodos nas laterais. Foi reproduzida uma planta esquemática para se ter uma noção melhor da distribuição dos espaços internos da edificação, que por certo não deve ser a mesma dos anos de 1920. Atualmente parte da edificação é utilizada para creche e a outra parte, que confronta com um pequeno beco, para uma escola de música.



Os compartimentos frontais apresentam três janelas com dimensões de 1,10m x 1,65m, que se distribuem de um lado e de outro, simetricamente, e que, possivelmente, com a transformação de uso da edificação, foram abertas portas, como vemos nas Fotos 5.51.

A coberta, em telha colonial e madeiramento em carnaúba, ainda se apresenta em duas águas no sentido longitudinal da edificação (Foto 5.54). O piso atualmente se apresenta parte em ladrilho hidráulico e parte em cerâmica (Fotos 5.52 e 5.53).



Foto 5.52: Vista da Edificação na mesma rua que se aproxima da descrição da “casa de escola”.
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.53A: Vista interna do ex-Grupo Escolar de Aracati – piso da circulação em cerâmica e área de recreio em cimentado.
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.53B: Vista interna do ex-Grupo Escolar de Aracati – piso das salas de aula em ladrilho hidráulico.
Fonte: foto da autora, 2010

Mesmo a edificação não sendo originalmente construída para funcionamento de uma escola, e sim tendo sido adaptada, procuramos verificar alguns parâmetros para análise do dimensionamento, como o das salas de aula e “pé direito”, utilizando para isto as determinações do Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário de 1915, que determina, em seu art. 9º, *que a superfície do pavimento das classes será calculada na razão de 1m,25 para cada aluno*. E quanto à altura das salas, o Art. 10º determina que não sejam inferiores a 4m. Neste caso, as duas asserções não são cumpridas nesta edificação, visto que a sala de aula maior possui 38,35m² e o pé direito apenas 3,25m.

Ao que tudo indica esta edificação, nas condições da época, era, de certa forma, a que se aproximava das exigências do Estado para implantação de uma escola nos novos moldes da instrução pública. Ao que parece, ainda resiste ao tempo, visto que nela ainda funciona uma creche-escola.



Foto 5.54: Vista interna do ex-Grupo Escolar de Aracati – sala de aula atual creche escola.

Fonte: foto da autora, 2010

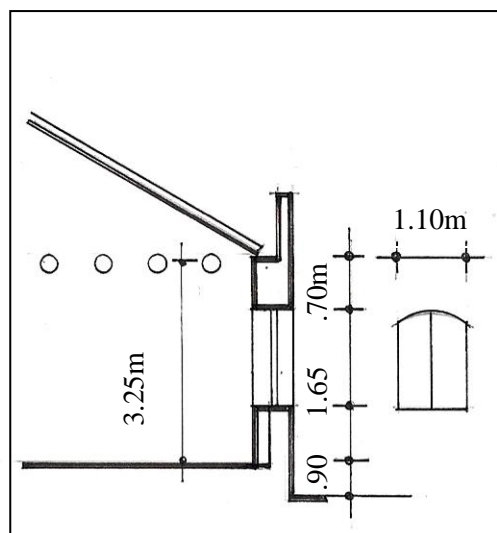


Fig. 5.25: Corte esquemático - dimensionamento

Fonte: elaborado pela autora, 2010

- **A construção da sede própria destinada à escola**

Em 1935, o prefeito Antônio Felismino Filho deu início à construção da sede do Grupo Escolar de Aracati, sendo inaugurado em 13 de janeiro de 1938, em terreno de área de 3.715m², limitando-se ao norte com a praça Mons. Bruno, ao sul, com o beco do Bonfim, ao nascente com a rua cel. Pompeu, e ao poente com a rua Cel. Alexandrino, de propriedade da Prefeitura de Aracati, que doou ao Governo do Estado, na administração do Prefeito Antônio Kleber Alexandre Gondim²¹⁶, tendo na diretoria da escola a professora Maria José Pinheiro da Costa (Arquivo Escolar s/d).

Para funcionamento na sede construída, recebeu a denominação de Grupo Escolar Barão de Aracati, em homenagem a José Pereira da Graça, o Barão de Aracati. Este grupo ficou conhecido na cidade como “grupo do Barão”, onde muitas gerações estudaram e as professoras que aí ensinaram são lembradas com carinho.

²¹⁶ Interessante é observar que as autoridades da época eram as mesmas, o prefeito de Aracati, que fez a doação do terreno para construção do grupo escolar do Estado, era também o titular do cartório de mesmo nome Alexandre Gondim, onde se fez a escritura de doação.



Fig. 5.26: Localização da Escola Barão de Aracati – Ex-Grupo Escolar do Aracaty.
Fonte: Google, com destaque dos edifícios e praças feitos pela autora, 2010.

A Planta se desenvolve em forma de “U”, tendo, como diria Ballesteros (In VIÑAO FRAGO, 2001) situado o edifício da escola à *entrada do campo escolar, mas separado da rua ou lugar de trânsito, por uma zona que se pode destinar ao jardim ou ao horto.*

Esta forma isolada da edificação no terreno não acontecia anteriormente, pois isso podemos ver pela própria edificação que abrigou inicialmente o grupo escolar. Eram edificações em que suas espessas paredes eram a fronteira com o exterior, rente ao alinhamento da calçada.

As edificações construídas nos anos de 1930 no Ceará apresentavam este afastamento da rua e dos limites do terreno, mesmo em muitas delas de pouca distância, o que não é o caso desta escola, que possui um espaçoso jardim. Atualmente, este espaço garantiu a condição de adequar ao acesso de pessoas com deficiência por meio de rampa ladeada de corrimãos (Foto 5.55).

Possuindo terreno amplo, foram feitas ampliações para mais salas de aula, área de recreação coberta, biblioteca e ainda existe na lateral espaço onde são feitas as aulas de Educação Física. Estas ampliações reduzindo a área livre são comuns nas escolas visitadas.

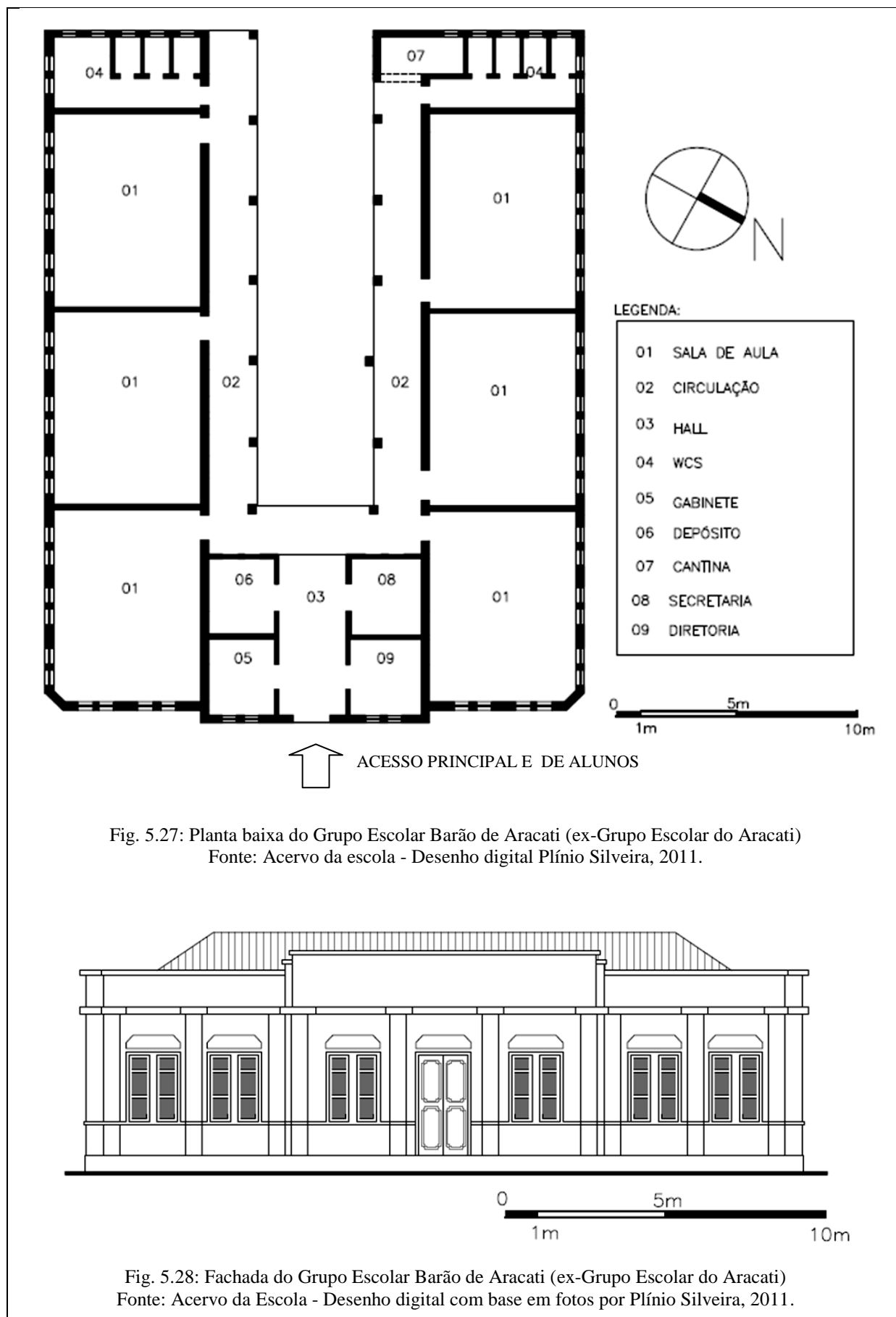


Fig. 5.27: Planta baixa do Grupo Escolar Barão de Aracati (ex-Grupo Escolar do Aracati)
Fonte: Acervo da escola - Desenho digital Plínio Silveira, 2011.

Fig. 5.28: Fachada do Grupo Escolar Barão de Aracati (ex-Grupo Escolar do Aracati)
Fonte: Acervo da Escola - Desenho digital com base em fotos por Plínio Silveira, 2011.

Quanto ao espaço da quadra, embora contrariando a comunidade escolar, não foi permitido pelo setor de bens tombados a construção da cobertura da quadra de esportes, pelo fato de, visualmente, interferir na área de valor histórico-cultural (conjunto da escola e igreja) tombado pelo Patrimônio Histórico (Foto 5.55 e 5.56).

A visibilidade da edificação e sua arquitetura representativa de novos conceitos deixam de lado os detalhes de ornamentos e seguem uma característica mais retilínea com platibanda, arremates em relevos geométricos de tendência *art déco* em voga nos anos de 1930, embora com a simetria que se apresentava com a entrada centralizada ainda se fizesse notar a herança neoclássica, principalmente nas edificações de instituições públicas.



Foto 5.55: Vista externa do Grupo Escolar Barão de Aracati – com visão do jardim.
Fonte: foto da autora, 2010.



Foto 5.56: Vista da praça e Igreja N. Sra. dos Prazeres na mesma Praça do Grupo Escolar Barão de Aracati.
Fonte: foto da autora, 2010.

O programa arquitetônico se constituía de diretoria, secretaria, biblioteca, seis salas de aula e dois banheiros. A planta se configura numa distribuição simétrica a partir de eixo central em que se situa a entrada da escola, dando acesso ao pequeno pátio central.

O piso utilizado é o ladrilho hidráulico, muito comum na época, sendo diferenciado no *hall* de entrada com motivos mais rebuscados, enquanto, nas salas de aula, era do tipo mais simples, bicolor, com uso de um tipo com motivos geométricos formando uma barra de arremate. O piso do pátio aberto ainda mais simples é de cimento colorido.



Foto 5.57: Detalhe do piso *hall* de entrada.
Fonte: foto da autora, 2010.

Foto 5.58: Vista do pátio aberto.
Fonte: foto da autora, 2010.

Foto 5.59: Detalhe do piso sala de aula.
Fonte: foto da autora, 2010.

Como parâmetro para análise do dimensionamento das salas de aula, considerando que a construção da escola foi iniciada em 1935 e inaugurada em 1938, utilizamos as determinações do Decreto nº. 70, de 13 de dezembro de 1932, supondo que o projeto tenha sido elaborado em conformidade com o novo Código.

Considerando que as salas de aula se encontram com dimensões de 6,00m x 8,00m, conseqüentemente áreas de 48,00m², mas a matrícula já não seria a inicial de 240 alunos em sete salas de aula de 1923 como descrito no *Almanach do Ceará* (1923). Podemos dizer, portanto, que possivelmente estas salas comportariam cerca de 40 alunos por classe, o que daria um total de 560 alunos em dois turnos, sendo uma relação de aluno/sala de aula ainda condizente com as determinações da Reforma de 1922, Lei nº. 1.953, Art. 88, que preconizava *o número mínimo da matrícula, para cada classe [no caso de grupo escolar] ou escola [isolada], é o de trinta alunos, e o máximo de sessenta.*

Isto também confere com o Código de 1932, em Art. 292. § 1.º – *as salas de aula, de preferencia retangulares, serão proporcionadas ao numero de alunos, á razão de 1m², para cada um, não devendo o numero destes exceder de 40 por sala.* Observamos aqui que a relação aluno-sala de aula diminuiu, pois no Regimento de 1915 era de 1,25m² para cada aluno, enquanto no Código de 1932 era de 1m² essa relação. Então, o espaço da sala de aula passou a ser menor ou comportar mais alunos. Quanto à altura da sala, o que chamamos de “pé-direito” apresenta 4,00m, portanto responde às determinações do Código de 1932 que, em

seu Art. 292, § 2.º, determina que *será de no mínimo de 3,50m*, reduzindo assim, em relação ao Regimento de 1915 que determinava *não serem inferiores a 4,00m*.



Foto 5.60: Sala de aula do bloco original
Fonte: foto da autora, 2010

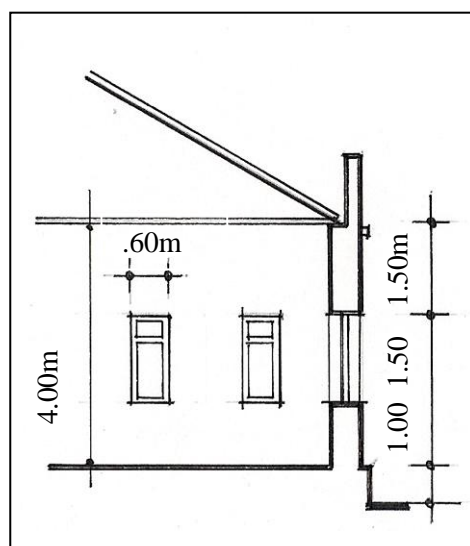


Fig. 5.29: Corte esquemático dimensional
Fonte: levantamento da autora, 2010

As janelas que ainda se conservam originais seguem as seguintes dimensões apresentadas na figura – largura de 0,60m, altura de 1,50m e peitoril de 1,00m. As determinações do Código de 1932 quanto às janelas esclarece no Art. 292, § 6.º - *as janelas terão peitoris de 0,90m, acima do piso e aproximar-se-ão tanto quanto possível do teto, sendo a sua superfície útil, no mínimo, 1/5 do piso.*

- **Como era o Grupo Escolar do Barão...**

Encontramos fotos da escola que demonstram ao longo do tempo um pouco do cotidiano escolar. As festividades tinham sempre lugar de destaque, como a participação da escola no desfile de 7 de Setembro, o movimento da cerimônia de final de curso, o fardamento utilizado pelas alunas diplomadas de 1940. A memória das salas de aula com suas carteiras duplas de madeira, a mesa do professor e o globo para aula de Geografia, foram eternizados por meio de fotografias que constam no acervo da escola.

Mesmo com a implantação da laicização do ensino na escola pública no período da Primeira República, a Igreja Católica tinha uma participação muito grande junto às instituições públicas. Por fotografias do acervo da escola, vemos grupo de pessoas, onde percebemos a participação da escola na dramatização dos *pastores de Fátima*, quando da visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima àquela localidade (Foto 5.61), bem

como na solenidade do *I Congresso Paroquial de Vocações Sacerdotais*, realizado em Aracati no ano de 1943, em que vemos grande movimento na praça em frente à igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, onde a participação da escola nos parece inevitável (Foto 5.62).



Foto 5.61: Visita da imagem peregrina de N. Sra. de Fátima. Álbum do acervo da Escola de Ensino Médio Barão de Aracati. Fonte: Arquivo Escolar, s/d



Foto 5.62: Flagrante de solenidade do I Congresso Paroquial de Vocações Sacerdotais, realizado em Aracati no ano de 1943, na praça em frente a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, vendo-se ao fundo o prédio do Grupo Escolar Barão de Aracati. Fonte: Acervo do Museu Jaguaribano, 2010.

Sob o Decreto 11.493, D. O. de 17 de outubro de 1975, o grupo escolar passa a ser Escola de 1º Grau Barão de Aracati. Em 1988 foi iniciado o Ensino Médio. A matrícula de 1998 atingiu um total de 1.472 alunos, distribuídos em três turnos. Atualmente a escola dispõe de doze salas de aula, diretoria, secretaria, cantina, cinco banheiros, três depósitos, o pavilhão, que é um pátio coberto, onde são realizadas reuniões e festas.

Percebemos que a estrutura física inicial que acolheu o Grupo Escolar de Aracati em 1923 teve uma condição temporária, aproximadamente de 12 anos. Provavelmente pela crescente demanda de instrução primária, a escola recebeu nova sede. Mesmo assim, a tradição da cidade e o zelo pelo patrimônio histórico mantiveram ainda hoje a primeira edificação, que atualmente abriga uma instituição de ensino infantil – a Creche Eridan.

O projeto da nova sede do Grupo Escolar do Barão de Aracati, construído na metade da década de 1930, assemelha-se em sua configuração espacial a de outros grupos escolares do Estado construídos nesta década e até os anos de 1950. Esta estrutura que permanece em parte até hoje, mesmo passando por ampliações, ainda segue os padrões dimensionais determinados pelo Código de 1932.

5.3.3.2 Grupo Escolar de Barbalha

A educação em Barbalha, segundo Queiroz (2006, p. 1075), não teve a mesma expansão que experimentou no Crato.

Sua história educacional se dá pela fundação do Colégio Leão XII, em 1903, pelo Juiz de Comarca Manoel Soriano de Albuquerque, referida escola tinha os padrões iguais aos dos estabelecimentos de ensino de grandes cidades da época, para garantir a formação dos filhos dos grandes latifundiários.

De acordo com Sobrinho (1989), até o ano de 1921, o município de Barbalha possuiu somente duas cadeiras primárias estaduais, duas municipais e três estaduais. Em 1923, foi instalado o primeiro grupo escolar, durante o governo de Justiniano de Serpa e o Colégio São Geraldo, para estudo dos jovens barbalhenses. Registra-se, em 1890 uma instituição escolar chamada “Gabinete de Leitura”.²¹⁷

Qual seria hoje a escola que se originou do Grupo Escolar do Crato?

O processo para encontrar a escola atual originária do antigo grupo escolar ocorreu da seguinte maneira: ao procurarmos a relação das escolas estaduais existentes em Barbalha, encontramos na busca pela internet o *blogspot* da **Escola de Ensino Fundamental Martiniano de Alencar**, onde informava ter sido esta criada em 1923. Entramos em contato com escola e obtivemos a confirmação de que havia sido o Grupo Escolar Barbalhense. Neste caso, conforme peculiaridade da pesquisa histórica envolvendo arquitetura, era necessário fazer um registro *in loco*.

Em visita à Escola Martiniano de Alencar, no dia 22 de novembro de 2010, a diretora nos recebeu prontamente e nos forneceu um pequeno histórico sobre a escola, produzido pelas professoras. O pequeno histórico elaborado na escola consta que em 15 de abril de 1942, sob a orientação do prefeito municipal Dr. Antonio Lyrio Callou, foi construído o prédio novo situado à praça do Rosário, n.º 20, de propriedade do Estado, passando à denominação de Grupo Escolar Martiniano de Alencar.

²¹⁷ Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/95ZuleideFernandesQueiroz.pdf>



Fig. 5.30: Localização da Escola Martiniano de Alencar na cidade – praça do Rosário
 Fonte: Google, com destaque dos edifícios e praças feitos pela autora, 2010.

Ainda conforme o histórico,

[...] A Escola teve como 1ª Diretora Solange de Paula Barros - de janeiro de 1922 a maio de 1922 – 2ª diretora – Maria Dantas ribeiro da Nóbrega – de junho de 1922 a dezembro de 1922, 3ª Diretora Josefa Alves de Sousa – de janeiro de 1923 a dezembro de 1963, tendo administrado durante 40 anos, 4ª Diretora aria Angelina Leite Teixeira – janeiro de 1964 a dezembro de 1968 – 5ª Diretora Lizete Cruz Sampaio – de janeiro de 1969 a dezembro de 1986, 6ª Diretora Matilde Filgueiras de Alencar – durante o ano de 1987, 7ª Diretora – Maria Silésia Freitas de Sá Barreto – durante o ano de 1988, 8ª Diretora – Laélia Filgueira Barreto – de 1989 a 2000, 9ª Diretora Francilene Maria de Matos – 2001 a 2003.

A diretora nos cedeu a planta da atual escola, que se configura semelhante aos outros grupos escolares construídos no período de 1930-1950, com características de pátio aberto central iniciado nas construções dos grupos escolares de Fortaleza, com Lourenço Filho, nos anos de 1922-1923.

A diferença desta planta em relação a de outros grupos, como a do Grupo Escolar de Aracati (1935), é que já não há a simetria representada no acesso principal da escola, de característica neoclássica. A entrada principal não é mais centralizada. Há, contudo, a

semelhança com outros prédios escolares desta época, na presença de paredes curvas e elementos retilíneos em relevo na fachada, que são característicos das tendências da *art déco*.

A escola localiza-se na praça do Rosário, ao lado da igreja N. Sra. do Rosário, centro. De posse da planta, fizemos alguns registros fotográficos da escola, tais como: sala de aula, pátio coberto, circulações, biblioteca, elementos de fachada etc. As imagens fotografadas auxiliam na lembrança de aspectos que falham na nossa memória. Fizemos ainda algumas anotações e medições para comparar com os outros grupos visitados.

O projeto original apresenta planta em forma de “U”. Em visita à escola, e pela leitura de outros projetos desta época, verificamos que houve um acréscimo de cinco salas de aula, cantina, recreio coberto e bloco de banheiros (fotos 5.63 e 5.64).

Apresentamos alguns registros fotográficos que facilitam o entendimento do espaço visitado. Observamos que o piso em ladrilho hidráulico do *hall* de entrada segue padrão semelhante ao do Grupo Escolar de Aracati, com arranjo em forma de tapete, com as peças que fazem a borda de contorno em outra padronagem (foto 5.68).



Foto 5.63: Vista pátio/recreio coberto
Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 5.64: Vista ligação do pátio e circulação de salas
Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 5.65: Fachada principal
Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 5.66: Detalhe da Fachada lateral (salas de aula).
Fonte: Foto da autora, 2010

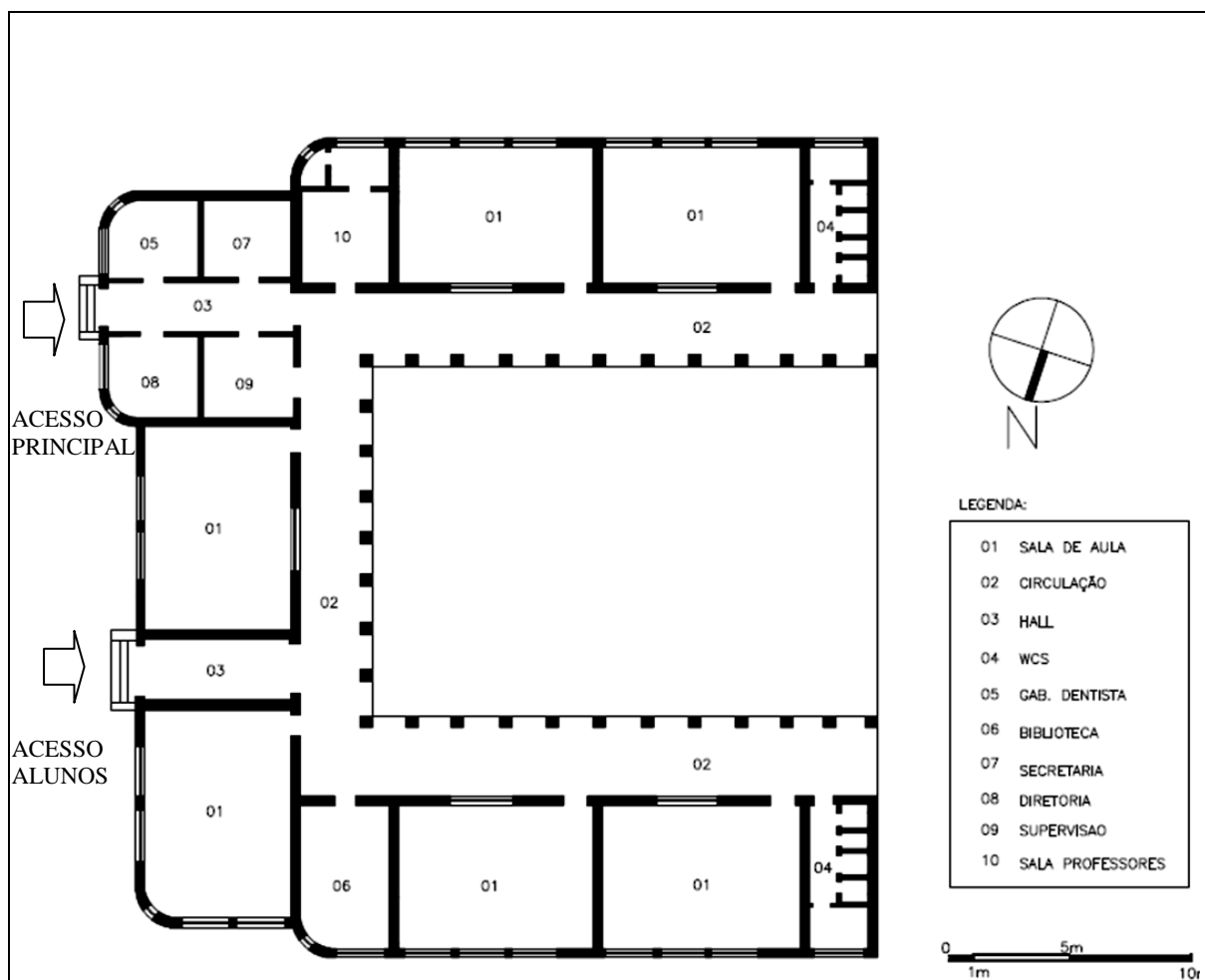


Fig. 5.31: Planta Baixa do Grupo Escolar Martiniano de Alencar (ex-Grupo Escolar de Barbalha)
Fonte: Acervo da escola - Desenho digital por Plínio Silveira, 2011.

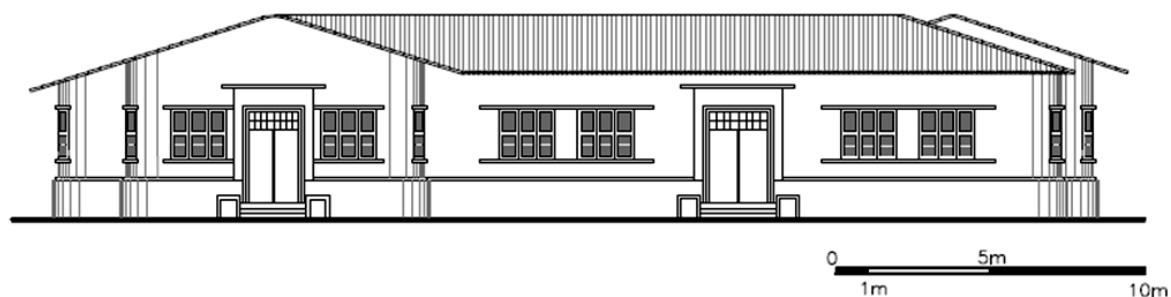


Fig. 5.32: Fachada do Grupo Escolar Martiniano de Alencar (ex-Grupo Escolar de Barbalha)
Fonte: Acervo escola – Desenho digital por Plínio Silveira, 2011

A entrada da escola se faz por meio de alguns degraus, que, além de imprimir maior importância à edificação, ainda traz resquícios dos ditames do higienismo no que se refere a construir *casas e escolas com o “soalho” do primeiro pavimento afastado do solo cinquenta centímetros no mínimo* (foto 5.65). Aqui não foi utilizado soalho, mas ladrilho hidráulico.



Foto 5.67: Vista geral entrada principal
Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 5.68: Hall da entrada principal – piso original
Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 5.69: Circulação de acesso às salas
Fonte: Foto da autora, 2010

Analisando o dimensionamento das salas de aula, tendo como parâmetro o Código de 1932, verificamos que se encontra com dimensões de 5,70m x 8m, conseqüentemente, áreas de 45,60m², o que daria, utilizando 1,00m² por aluno, uma sala de aula aproximadamente 45 alunos em 1942, quando foi construído este prédio, considerando que havia oito salas inicialmente, o que daria um total de 720 alunos em dois turnos. A matrícula registrada em 1923 não nos serviria de parâmetro, pois nesta data funcionou em outro local.



Foto 5.70: Sala de aula – janelas originais
Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 5.71: Sala de aula – janelas substituídas por cobogós
Fonte: Foto da autora, 2010

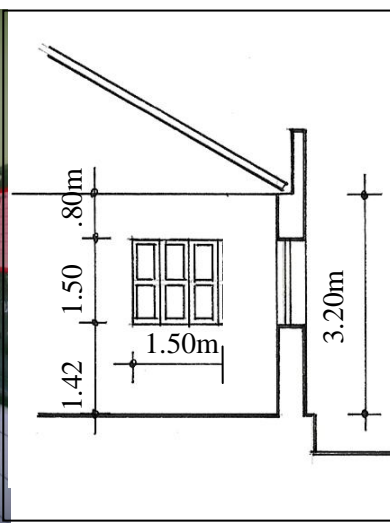


Fig. 5.33: Corte esquemático sala
Fonte: levantamento da autora, 2010

De todo modo, nos parece incoerente que a partir da proporção de alunos por sala de aula a 1m² por aluno, encontramos um número superior ao que determina o Código de 1932, em Art. 292. § 1.º – *as salas de aula, de preferencia retangulares, serão proporcionadas ao numero de alunos, á razão de 1m², para cada um, não devendo o numero destes exceder de 40 por sala.* Observamos aqui, que, com a relação aluno-sala de aula nesta escola, havia a possibilidade de mais alunos em sala de aula.

As janelas, que ainda se conservam originais (foto 5.70), seguem as dimensões apresentadas na figura 5.33 – largura e altura de 1,50m e peitoril de 1,42m. As determinações do Código de 1932 quanto às janelas esclarece no Art. 292, § 6.º - *as janelas terão peitoris de 0,90m, acima do piso e aproximar-se-ão tanto quanto possível do teto, sendo a sua superfície útil, no mínimo, 1/5 do piso.* Observamos que a medida do peitoril não corresponde à exigência do Código de 1932.

Quanto ao pé direito das salas de aula, este se apresenta 3,20m até o forro de PVC, portanto abaixo do limite das determinações do Código de 1932 que, em seu Art. 292, § 2.º, determina que *de no mínimo de 3,50m.* No caso, porém, este forro de PVC é recente, não faz parte da estrutura original da edificação. A altura original do telhado pode ser vista nas imagens registradas das circulações de acesso às salas de aula e assim, podemos comparar com a altura do forro e concluir que provavelmente a sala tenha a altura de 4,00m ou até mais (Ver fotos 5.69 e 5.70).

Além de registrar e analisar o prédio que ainda abriga a escola, nosso maior interesse, no entanto, era saber onde teria sido a primeira instalação em 1922, que por iniciativa do Governo estadual, conforme *Almanach do Ceará* (1923), foi criado em virtude do ato de 16 de dezembro de 1922, em execução à Lei de Reforma da Instrução, Lei n. 1953, de 2 de agosto do mesmo ano. A escola foi instalada em 19 de janeiro de 1923, com seis classes e matrícula de 249 alunos, tendo o corpo docente formado pela diretora Solange de Paula Barros e pelas professoras: Josepha Augusta Sobreira, Josepha Alves de Sousa, Maria Dantas Ribeiro Nobrega, Hilda Moreira da Costa e Sousa, Dionisia Sobreira e Maria Uchoa da Silveira.

Este foi um desafio, visto que, mesmo constando no pequeno histórico da escola que o grupo escolar inaugurado em 27 de maio de 1923 funcionou até 1942, em prédio no chamado boulevard, hoje, rua Coronel João Coelho, a secretária da escola informou que esta escola poderia ter funcionado inicialmente na rua Pero Coelho, no prédio do *Gabinete de Leitura*²¹⁸.

²¹⁸ Ver mais sobre o assunto em Queiroz (2006) e Silva (2009).

Na pretensão de afastar dúvidas, fomos até o referido prédio. Fizemos alguns registros fotográficos, anotações e medições esquemáticas para reprodução de uma planta da possível instalação. Só depois de muitas consultas na Cidade²¹⁹, constatamos que o Grupo Escolar de Barbalha não havia funcionado naquele prédio, mas posteriormente outra escola, o *Grupo Municipal – Gabinete de Leitura*.

Depois de vários contatos, foi com o Sr. Sampaio que descobrimos a chave do enigma, pois em sua memória, no terreno comprado, havia uma casa há pouco demolida, que lhe parece ter sido o local do primeiro grupo escolar. De todo modo nos indicou a conversar com a ex-tabeliã da cidade, Dona Terezinha de Jesus Couto, filha da professora Josefa Alves Couto, ex-diretora deste antigo grupo escolar. Em contato com Dona Terezinha de Jesus, ela nos confirmou que o Grupo Escolar de Barbalha havia funcionado no *boulevard* 24 de Outubro, atual avenida João Coelho.

Dona Terezinha de Jesus e suas irmãs estudaram no Grupo Escolar Barbalhense, sendo sua mãe, Dona Josefa Alves de Sousa, a segunda diretora do Grupo. Em suas memórias, relatou-nos sobre a diretora, sua mãe, como eram as instalações da escola e acerca de algumas práticas escolares da época em que estudou no grupo. Relembrou relatos de sua mãe, que como segunda diretora, permaneceu até 1953 na direção do grupo escolar, quando requereu aposentadoria. Em 2010, numa escola denominada Dona Josefa Alves, foi feita uma homenagem a ela com produção de cordel “Uma grande educadora Josefa Alves de Sousa”.

Sobre algumas práticas escolares do antigo grupo, Dona Terezinha relembra que

*Fundaram o “Clube Agrícola” com diretoria – plantavam amendoin,
macaxeira, feijão. Tinha uma professora formada na Escola Rural de*

²¹⁹ Lembramos que o historiador Josier Ferreira da Silva, em sua tese, havia trabalhado sobre os círculos operários em Barbalha. Resolvemos indagá-lo a respeito do assunto. Josier não descartou a ideia. Considerando, contudo, improvável, pois a existência do gabinete de leitura é bem anterior a 1920 e, sendo um local de discussões e de base para outras entidades como círculos operários, não conhecia nenhuma referência de que estivesse funcionado ali tal grupo escolar. Josier lembrou-se de que existem indícios de que tenha funcionado num casarão já demolido da Avenida João Coelho, chamado “antigo *Boulevard*”, mas também não tinha confirmação mais abalizada sobre esta hipótese. Indicou-nos, portanto, a procurar o Dr. Napoleão Tavares Neves, que, pela experiência e conhecimento da história da cidade pudesse orientar-nos neste sentido. Em contato com o referido senhor, disse não ser do conhecimento dele esta informação, mas nos encaminhou ao Sr. Joaquim Cruz Sampaio, “*Senhô Sampaio*”, como é conhecido o proprietário do *Armazém Confiança*. Fomos encontrá-lo em sua residência, na praça da Matriz. Indagando sobre uma possível localização do grupo escolar de Barbalha antes da atual sede da Escola Martiniano de Alencar na praça N. Sra. do Carmo, ele fez uma pequena retrospectiva de sua vida, onde em determinado momento, surgiu a lembrança de que já ouvira alguma informação sobre a antiga localização desta escola. Contou-nos que, quando ainda moço, seu destino era trabalhar, e assim o fez. Quando já estava estabelecido, comprou um terreno no *Boulevard* onde havia sido demolida uma casa, terreno muito grande, diz ele: *com duas árvores grandes no quintal*. Ele nos afirmou que possivelmente, “*foi neste local que funcionou o primitivo grupo escolar*”. Quando em 1946 o Sr. Sampaio comprou o imóvel para construir sua residência, segundo ele, já havia sido demolida. Depois, alguns médicos compraram cotas e se organizaram para criar ali o Hospital Infantil Leão Sampaio. A construção foi iniciada, mas não terminaram, as cotas foram então vendidas e o novo proprietário transformou o prédio em um edifício de apartamentos existente atualmente.

Juazeiro. Tinha aula de catecismo com o vigário da Paróquia. O Pelotão da Saúde – tinha direção própria e servia para verificar se os alunos tinham as unhas limpas, se iam asseados para a escola.

Perguntamos quem fazia esta inspeção e ela respondeu que as próprias alunas eram monitoras nomeadas pela Diretoria do Pelotão da Saúde para inspecionar os alunos. Tinha o Dr. Antonio Marchet Callou, dentista depois nomeado “dentista escolar”. Por ocasião das visitas aos vários grupos escolares, verificamos que, nos anos de 1930 haviam sido instalados gabinetes dentários nessas instituições.

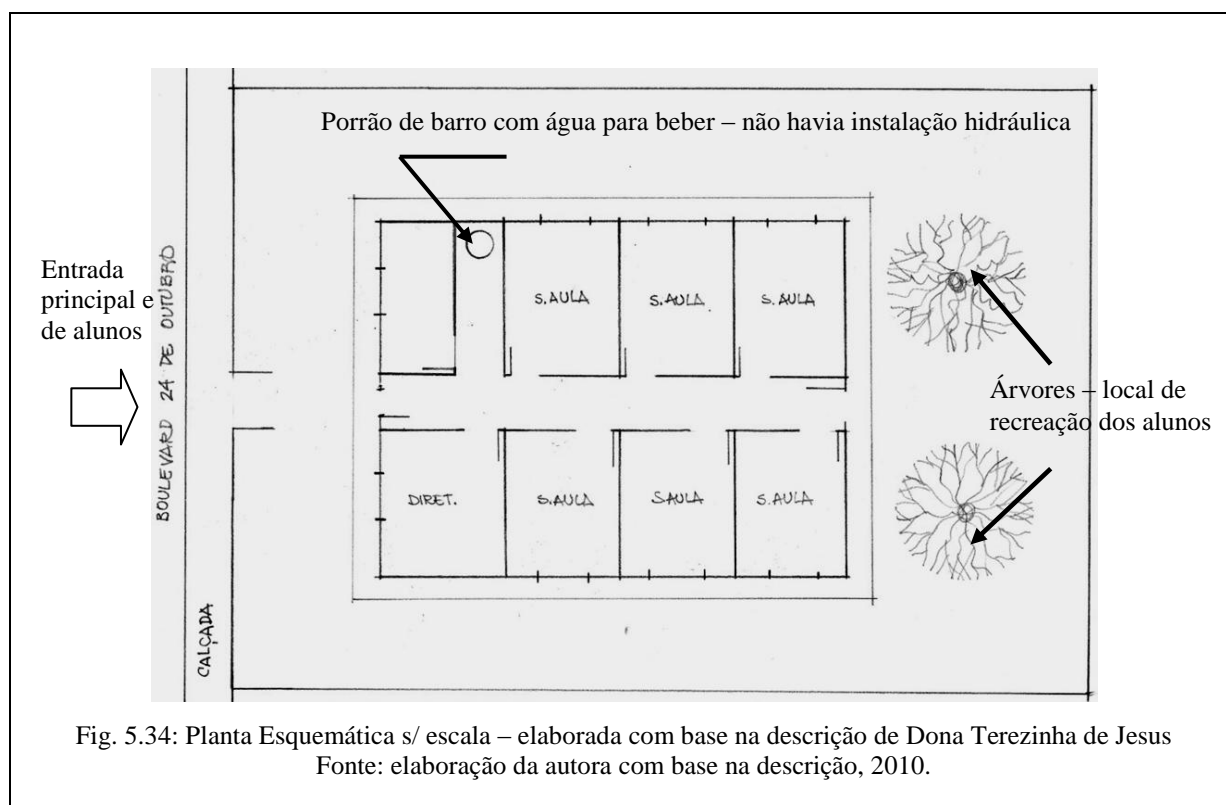
Antes do grupo, havia escolas isoladas, e sua mãe era professora de uma delas. Descrevendo sobre a edificação que abrigou o primeiro grupo escolar de Barbalha, relata:

O prédio não existe mais. Funcionava sob a legenda de “Grupo Escolar de Barbalha”. Eram dois vãos. A casa tinha oito salas. Não tinha biblioteca. Nessa era escola primária, tinha quatro salas em cada vão. Funcionava até a quinta série. Era uma casa da família Xavier de Pernambuco. Tinham duas filhas que eram professoras – Otília e Olívia. Essa casa passou a ser o grupo escolar em 1923, era antes uma escola isolada na Rua da matriz que minha mãe era professora. Em 1923 veio o Grupo Escolar de Barbalha. A primeira diretora – Dra. Solange Paula Pessoa, veio de Fortaleza e com ela trouxe três professoras, Gabriela Cordeiro e outras que não me recordo os nomes. Posteriormente as professoras de Fortaleza foram substituídas por professoras diplomadas no Colégio Santa Tereza de Jesus do Crato. Funcionava em dois turnos, manhã e tarde, meninos de um lado e meninas de outro.

Quando ela mencionou que havia dois vãos e oito salas, pedimos que esclarecesse mais sobre os aspectos físicos da escola e fomos tentando esquematizar uma planta enquanto ela descrevia. Assim, conseguimos, pelo relato da história oral, reconstituir uma memória do que seria a primeira instalação do Grupo Escolar de Barbalha. Ela prossegue a descrição em detalhes:

Na frente tinha arame farpado para o aluno não fugir. No espaço tipo um corredor, tinha uma ‘porrão’ de barro com barra de enxofre para água de beber. Esta água vinha da cacimba do povo trazida em ancoretas (depósito grande de barro como alambique), vinha no lombo do burro. Em cada sala tinha uma janela para entrar a luz. Na sala da frente era a diretoria. No quintal tinham dois pés de cajarana, um era o recreio das meninas e o outro, o recreio dos meninos.

Este prédio, como narra Dona Terezinha, era um casarão da família Xavier, depois adaptado para acolher o Grupo Escolar. Não se tem a informação nem a documentação de até quando funcionou neste prédio, mas há indícios de que foi até 1942, quando passou para a praça do Rosário, tendo uma construção destinada para este fim e que funciona nele até hoje.



Das antigas instalações do Grupo Escolar de Barbalha resta apenas uma mobília que a atual diretora, Rosa Macedo, restaurou e se encontra na sala da Diretoria. Nessa mobília, estão cravadas as letras GEB – Grupo Escolar Barbalhense.

Sobre a primeira instalação do Grupo Escolar de Barbalha, em 1923, concluímos que não foi uma construção destinada originalmente para funcionamento de uma escola, e sim a adaptação de um casarão residencial, que possivelmente, pelas condições físicas, se aproximava dos requisitos exigidos à época para funcionamento de uma escola. Como não há registros sobre a edificação, não foi possível fazer uma avaliação espacial e de implantação, apenas reconstituir uma aproximação da distribuição espacial.

Quanto à sede construída para funcionamento do Grupo Escolar Martiniano de Alencar, em 1942, sua configuração espacial traz características semelhantes a de outros grupos escolares do Estado construídos já na década de 1930. A estrutura que permanece até hoje, podemos dizer que, como os demais construídos neste tipo, seguem alguns padrões dimensionais, mas divergem em outros determinados pelo Código de 1932.

5.3.3.3 Grupo Escolar de Baturité

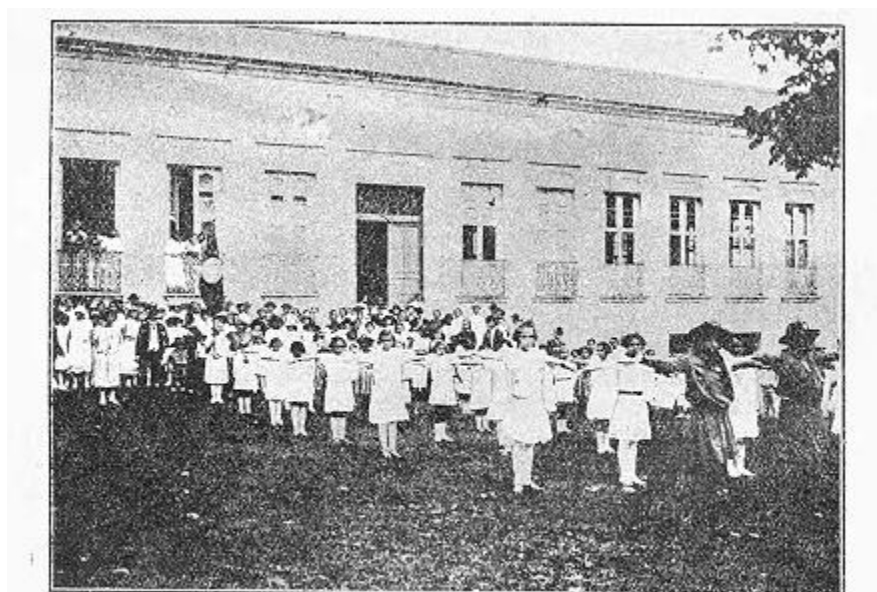
Criado em virtude do ato de 16 de dezembro de 1922, em execução à Lei de Reforma da Instrução, Lei n. 1953, de 2 de agosto de 1922, foi instalado em 25 de janeiro de 1923, sendo inaugurado em 25 de março do mesmo ano²²⁰.

Inicialmente foi constituído de nove classes com matrícula de 295 alunos, conforme *Almanach do Estado do Ceará* (1923), compondo seu corpo docente com as seguintes professoras: Maria Luiza Soares (diretora), Maria Cantalice da Silva, Olindina Pessoa Nogueira, Maria de Castro Fialho, Anna do Nascimento Maia, Zulmira Cunha, Rachel Montenegro, Henriqueta Julia Verino, Edith Braga e Guilhermina Lopes. Como substituta efetiva, a professora Nelly Nogueira (*Almanach do Ceará*, 1923, p. 67).

Ao encontrarmos na *Revista Nacional* n. 7 (1923), a foto seguinte com crianças em exercício de ginástica sueca, nos levou a pensar, a princípio, que a edificação apresentada ao fundo fosse o grupo escolar de Baturité. Buscamos informações sobre esta edificação, no sentido de elucidar se teria sido o referido estabelecimento de ensino. Fomos até a Câmara de Vereadores de Baturité, na qual, entrevistando o antigo funcionário, Sr. Liduino Cardoso²²¹, nos assegurou com referências históricas que este edifício não foi o que abrigou o grupo escolar em 1923. Ficou esclarecido que esta edificação foi, desde sua construção, prédio público, mas de uso inicialmente da Intendência, depois da Prefeitura, não encontrando nenhum registro de ter sido Grupo Escolar de Baturité (CARDOSO, s/d).

²²⁰ Contando com uma comitiva oficial de Fortaleza constituída das seguintes pessoas: professor Lourenço Filho, diretor da instrução; Nabuco de Caldas, secretário do Interior e Carvalho Lima, chefe de polícia; desembargador Luis Gonzaga, dr. Heribaldo Costa, Salles Campos, Faustino Nascimento; José Martins Rodrigues, pelo “O Nordeste”, Newton de Caldas, Sydney Netto, Carlos Sidou, Nelson Aurys, tenente Osino Alencar, Vasco, Tarcisio e Hildo Furtado, José do Rego Lemos e outros. Compareceram ainda alunas da Escola-Modelo acompanhadas das professoras Rossicler Vieira, Maria de Jesus Mello, Aurélia Gondim, Argentina Spinosa, Francisca Maravalho e Lucia Barroso. (*O NORDESTE*. Anno I. 27 de março de 1923. n. 223, p. 1).

²²¹ Conforme Cardoso (s/d), este prédio foi proposto em 1869 para Casa de Câmara pelo vereador dr. Felinto Irineu, sendo iniciada a construção no calamitoso ano de seca de 1877, diante da aprovação do projeto pelo presidente da Província, desembargador Estelita Cavalcante Pessoa, que concedeu um empréstimo de quatro contos de réis ao Município. Finalizada a construção, depois de vários anos, teve sua inauguração, em 28 de agosto de 1890 na administração do intendente municipal João Francisco Dantas Ribeiro, sendo denominado “paço da Intendência”. Na gestão do intendente e posteriormente prefeito Sr. Alfredo Dutra de Souza (1910-1912) passou a ser denominado “paço da Prefeitura”. Na gestão do prefeito Ananias Arruda, passou por uma reforma interna (1935-1946) para instalação do Fórum desta cidade. Esta edificação passou por um tempo sem uso por questões de segurança na sua estrutura, vindo a ser restaurada e reinaugurada como “Palácio Entre-Rios”, título sugerido pelo padre Aloísio Furtado na gestão de Marcelo de Holanda, em 26 de março de 1973.



Gymnástica sueca no Grupo Escolar de Baturité, interior do Ceará, inaugurado oficialmente a 25 de Março deste anno. Como o Grupo de Baturité estão funcionando doze outros no sertão.

Foto 5.72: Paço da Intendência (atual Prefeitura de Baturité)

Fonte: *Revista Nacional* n. 7, 1923, p. 428

O prédio, situado na atual praça Waldemar Falcão, ao lado da praça da Matriz s/n, conhecido como “*Prédio das Escolas*”, foi o que abrigou a primeira escola pública de Baturité, tendo sido construído na mesma época do prédio da Intendência, pela Comissão Imperial de combate à seca, de 1877, ao que parece, com verba dos “socorros públicos”.

É uma edificação considerada de tradição pela população da Cidade. Antes de abrigar o grupo escolar em 1923, possivelmente, abrigou o Círculo Operário, onde teria sido realizada em 25 de março de 1883, a memorável assembleia que proclamou a abolição da escravatura em Baturité, com a presença, dentre outros, de José do Patrocínio e Cônego Raimundo Francisco Ribeiro. Sua localização, em pleno centro histórico da Cidade, denota sua importância na época de sua construção como parte do conjunto de primazia do Município. Foi palco de movimentos libertadores. Sua fachada principal ostenta a placa de bronze com os dizeres:

“Neste prédio. A 25 de março de 1883, em sessão magna das Sociedades Abolicionistas e do povo, foi proclamada a abolição da escravatura em Baturité com as seguintes palavras do vigário Cônego Raimundo Francisco Ribeiro: EM BATURITÉ NÃO MAIS EXISTEM ESCRAVOS”.

Placa com
dizeres de
libertação dos
escravos.

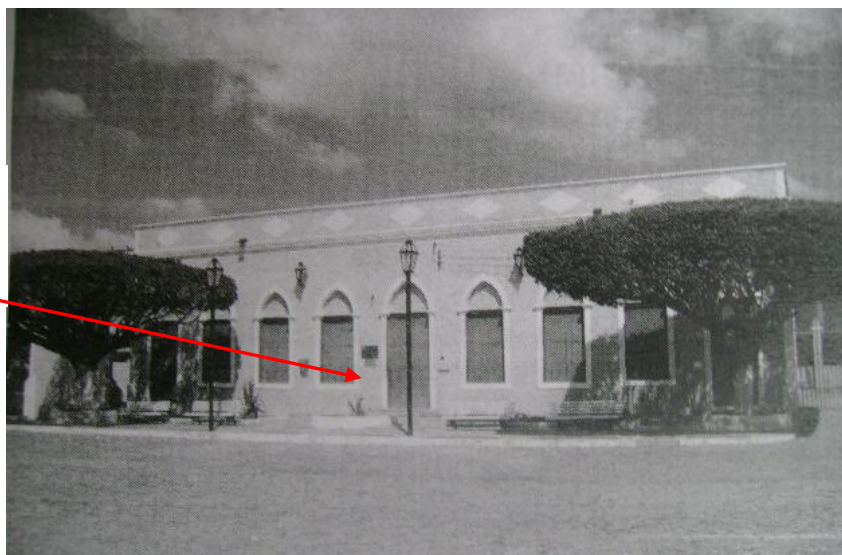


Foto 5.73: Vista do Antigo *Prédio das Escolas* – Grupo Escolar de Baturité
Fonte: Arquivo Liduino Cardoso, s/d



Foto 5.74: Fachada Principal - praça Waldemar Falcão
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.75: Vista do prédio pela avenida 7 de Setembro
Fonte: foto da autora, 2010

Foi restaurado em 2001, na administração do prefeito Clóvis Amora Vasconcelos Filho, quando foram restabelecidas as linhas arquitetônicas originais de sua fachada (CARDOSO, s/d). A edificação se destaca na paisagem urbana pelas suas linhas arquitetônicas até os dias de hoje. Com características neoclássicas pela simetria, embora se saiba ser na verdade uma arquitetura eclética, com traços do neogoticismo, a “verga de arco quebrado” que aqui se apresenta parte do vão da janela uma parede cega entre o arco e a janela, uso da platibanda, característica comum na arquitetura cearense neste período.

A edificação apresenta três acessos diretos pela fachada principal à calçada circundante, sendo um principal e dois laterais de igual conformação e dimensão. Atualmente foi construída uma rampa na entrada principal (Foto 5.74). Reconstituímos a possível planta original.

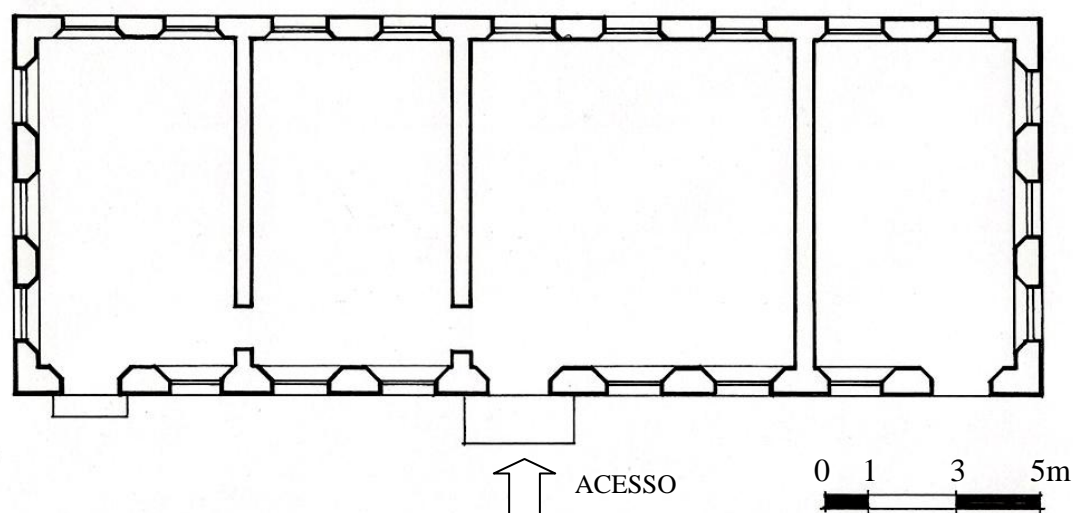


Fig. 5.35: Planta Baixa esquemática do primeiro Grupo Escolar de Baturité na praça Waldemar Falcão
Fonte: Levantamento gráfico e desenho da autora, 2010

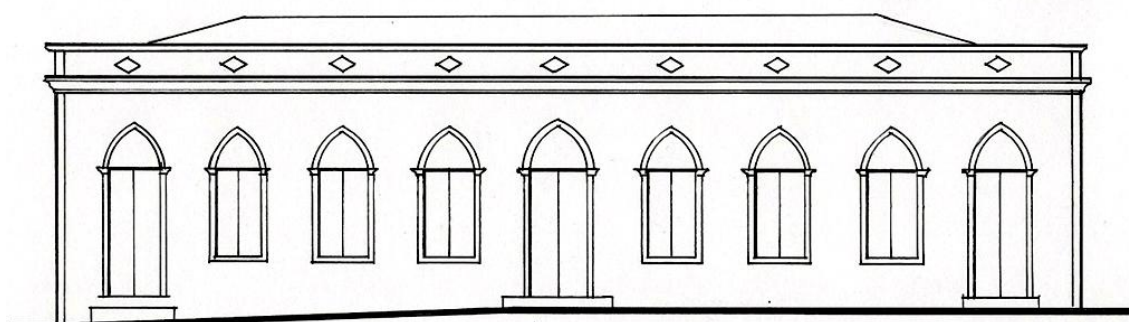


Fig. 5.36: Fachada principal do primeiro Grupo Escolar de Baturité - praça Waldemar Falcão
Fonte: Levantamento gráfico e desenho da autora, 2010

Com a planta verificamos que é uma edificação pequena, e, pela sua distribuição linear, difere da configuração espacial dos grupos escolares construídos em 1923 em Fortaleza, como também dos outros construídos no restante do Estado nas décadas de 1930 a 1950, confirmando a característica da edificação de origem bem anterior àquelas.

Verificamos que as janelas possuem dimensões de 1,25m de largura por 2,00m de altura e são constituídas de madeira maciça. Na parte interna das janelas, o peitoril apresenta-se com 80cm de altura, tendo ainda uma espécie de banco de alvenaria. Possivelmente auxiliava a escassa mobília do final do século XIX.



Foto 5.76: Fachada principal –
entrada com rampa
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.77: Detalhe de arremate do
muro da fachada principal
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.78: Detalhe da fachada –
entrada secundária.
Fonte: foto da autora, 2010

Atualmente o pé direito original está encoberto por forro de PVC em dois dos grandes salões, contudo, no salão central podemos conferir a altura de 5,00m de altura, onde foi criado um mezanino com escadas.

Pela espessura das paredes, podemos verificar que existiam ao todo quatro grandes salões, comparando-se com os dados de matrícula inicial e número de classes – *nove classes com matrícula de 295 alunos*. Podemos elaborar algumas considerações a respeito da quantidade de alunos matriculados e a capacidade da estrutura física das salas de aula. Percebemos que três das salas apresentam área de aproximadamente 34,00m² e um salão central de 55,00m². Tomando a referência de 1,25m² por aluno (Regimento Interno da Instrução Pública, 1915) teríamos, assim, três salas com capacidade para 28 alunos e uma sala para 44 alunos, numa relação espaço-aluno totalizando 256 alunos em dois turnos. O registro no *Almanachdo Ceará* (1923) acusa, no entanto, matrícula de 295 alunos, significando que o número de alunos em sala de aula era maior do que o permitido pelo Regimento de 1915, contudo a Lei nº 1.953, de 1922, não faz nenhuma referência a esta relação, apenas ao número mínimo de 30 alunos e máximo de 60 por sala de aula.

O espaço interno da edificação hoje se encontra com algumas alterações, como redimensionamento de alguns ambientes em outros menores para adequação ao funcionamento atual. Embora tenhamos a informação de que o referido prédio consta como patrimônio histórico da Cidade, não temos a informação de que tenha sido tombado.



Foto 5.79: Detalhe da janela – vista interna.
Fonte: foto da autora, 2010

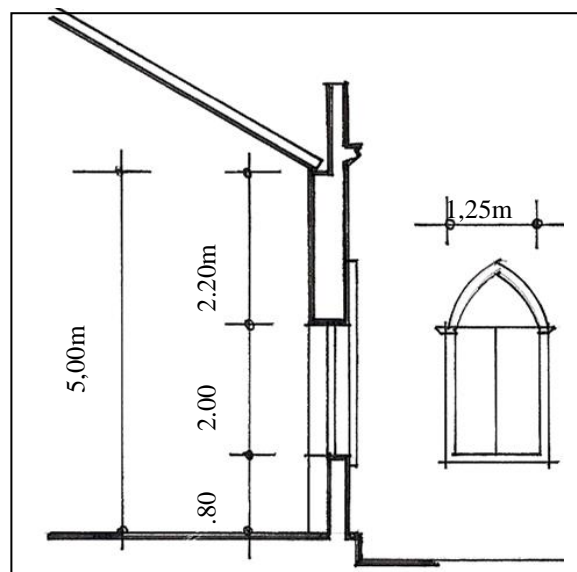


Fig. 5.37: Corte esquemático dimensional
Fonte: elaborado pela autora, 2010.

A reconstituição histórica do percurso do Grupo Escolar de Baturité até a atual Escola de Ensino Fundamental Monsenhor Manoel Cândido nos levou a constatar que a estrutura física inicial do primeiro grupo escolar de Baturité em 1923, assim como os de outros municípios como Aracati e Barbalha, não foi um prédio construído para esta finalidade, e sim uma edificação adaptada para funcionamento da escola. No caso de Baturité, a edificação possivelmente foi local em que funcionou o Círculo Operário.

Como grupo escolar funcionou naquela edificação até 1936, quando foi projetado e construído o prédio situado na rua Vereador Francisco Francelino nº. 1463, ao lado sul da praça da Matriz da Nossa Senhora da Palma, na administração do prefeito Comendador Ananias Arruda, passando a denominação de **Grupo Escolar Monsenhor Manoel Cândido**.



Foto 5.80: Fachada principal lado sul da praça da Matriz
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.81: Detalhe letreiro na fachada principal do Grupo Escolar Mons. Manoel Cândido
Fonte: foto da autora, 2010

Na planta abaixo podemos visualizar a situação da escola primitiva e do prédio construído para Grupo Escolar em 1937. Ambas estão situadas na área central da Cidade, denotando que a importância que teve a recepção do primeiro grupo escolar em 1923, de certa forma, repetiu-se na escolha de terreno para realização da sede própria do grupo escolar nos anos de 1930, denotando também a importância da instituição no cenário municipal.

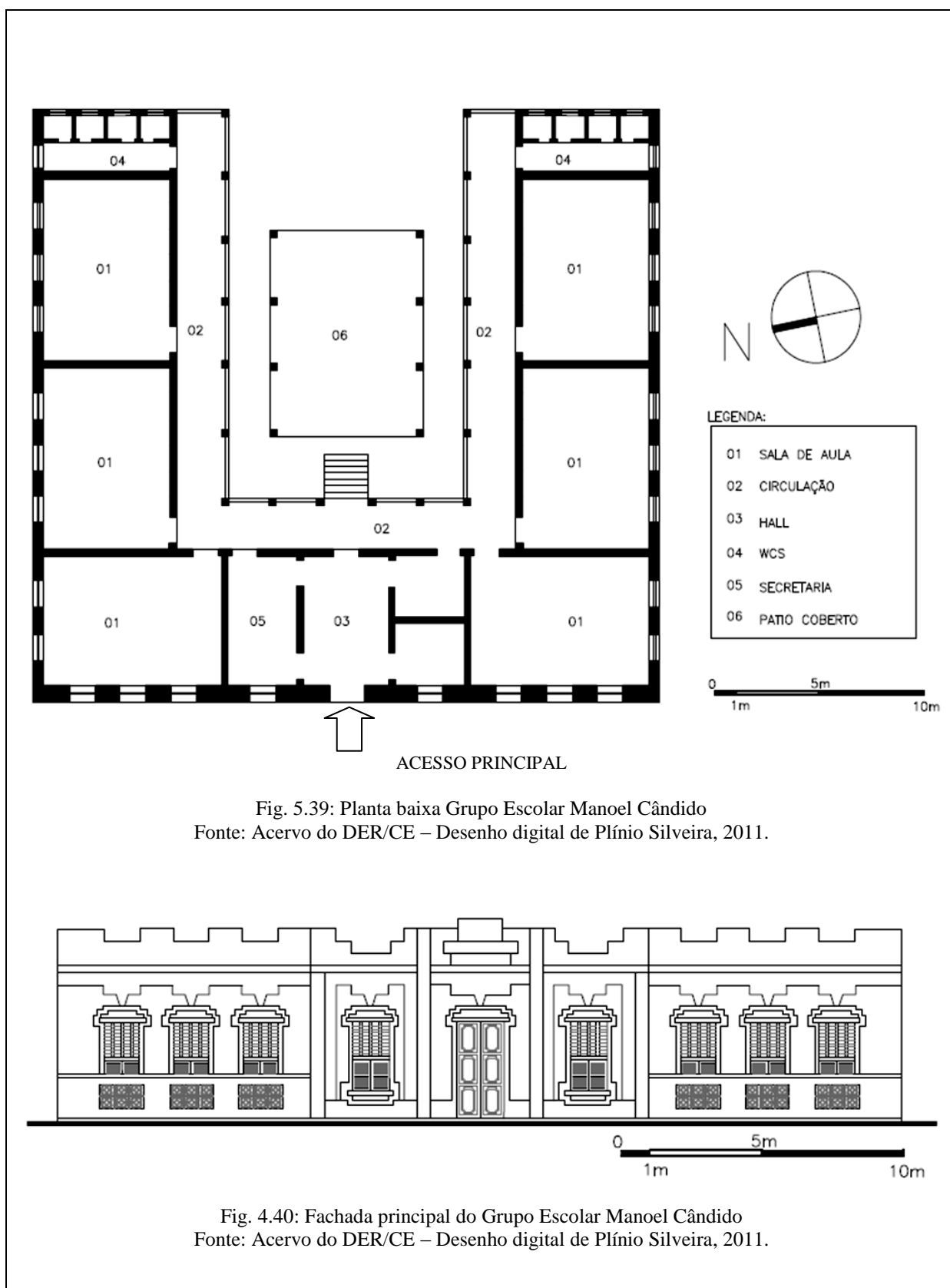


Fig. 5.38: Localização dos prédios onde funcionou e funciona o Grupo Escolar de Baturité
Fonte: Google, com destaque dos edifícios e praças feitos pela autora, 2010.

Conforme Assis (2007), o prédio do Grupo Escolar Monsenhor Manoel Cândido foi inaugurado em 30 de maio de 1937, sendo esta denominação uma homenagem do prefeito Ananias Arruda ao vigário local, tio de sua esposa. A inauguração solene contou com a presença de várias autoridades do Estado, inclusive o governador Menezes Pimentel que veio, em comitiva, comemorar o segundo aniversário da administração do então prefeito, momento marcado pela presença de muitos baturiteenses.

Este prédio não foi visitado por se encontrar em reforma, com grande parte da edificação sendo modificada, porém a fachada original vai ser mantida, mesmo que já esteja em parte descaracterizada, como vemos no detalhe das janelas parcialmente substituídas por cobogós (Foto 5.80 e 5.81). Foram feitos registros fotográficos apenas do exterior da edificação. Reconstituímos a planta original e fachada conforme projeto disponível no acervo

do DER/CE, com o qual verificamos que a tipologia de sua configuração espacial em forma de “U”, com entrada centralizada, semelhante à planta do Grupo Escolar do Crato.



5.3.3.4 Grupo Escolar de Crateús

O procedimento para encontrar o ex-grupo escolar de Crateús foi semelhante ao de Aracati. Procuramos várias escolas estaduais que fossem situadas no centro. Entramos em contato com a coordenadora escolar atual, professora Maria Lúcia Vasconcelos, a qual nos assegurou ter sido esta escola fundada em 15 de novembro de 1921, sendo o primeiro grupo escolar da Cidade.

Em visita á atual **Escola de Ensino Fundamental e Médio Lourenço Filho**, situada na rua Firmino Rosa, n.587, no centro de Crateús, verificamos que, apesar das muitas reformas e ampliações, a instituição permanece no mesmo terreno, nas proximidades da matriz e da praça Presidente Castello Branco.



Fig. 5.41: Localização do prédio onde funciona o ex-Grupo Escolar de Crateús
Fonte: Google, com destaque dos edifícios e praças feitos pela autora, 2010.

No *Almanach do Ceará* (1923) figura como tendo sido criado em 1923, contudo, surge a dúvida, pois a instalação está datada de 1922. Vimos, no entanto, que esta instituição começou como Escolas Reunidas, o que faz considerar que a data de 1921, fornecida pela escola atual, pode ser correta. Como primeira diretora, figura a professora Maria José de Mello Rosa, tendo no corpo docente as professoras Maria Esmerina Vieira, Amália de Sousa Lima, Carlota Collares da Penha. (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 67).

Conforme histórico desta escola, o Grupo Escolar de Crateús foi criado com o esforço do ex-prefeito municipal, José de Araújo Chaves Filho, tendo se prontificado a fornecer estrutura física, conforme solicitação do Estado. Posteriormente, foi denominado **G.E. Firmino Rosa** e, em 1941, por decisão da comunidade escolar, passou a **G.E. Lourenço Filho**, em homenagem ao ilustre diretor da Instrução de 1922. Com a extinção dos grupos escolares, pelo decreto nº. 11.493, de 1975, do governador Aduino Bezerra, passou à Escola de 1º Grau Lourenço Filho.

A estrutura física desta escola já teve quatro estádios: inicialmente como Grupo Escolar – não mais existente, era a mais simples, com entrada central e vãos de um lado e de outro, seguido de salas de aula, mas com a quantidade de reformas e ampliações. Já não se distingue o prédio original e possivelmente foi uma adaptação; o segundo estádio foi quando o prédio foi reformado pelo Batalhão de Engenharia e Construção, que ocupou esta edificação nos anos de 1950; o terceiro estádio, quando passou para Escola de Primeiro Grau Lourenço Filho em 1975 e, atualmente, como Escola de Ensino Fundamental e Médio, com a ampliação dos laboratórios de informática no pavimento superior.

A planta inicial desta escola devia ser, possivelmente, uma planta simples semelhante à do primitivo Grupo Escolar de Quixadá que veremos adiante, pois a reprodução feita pela escola foi apenas do desenho da fachada, como se pode ver na foto 5.82.

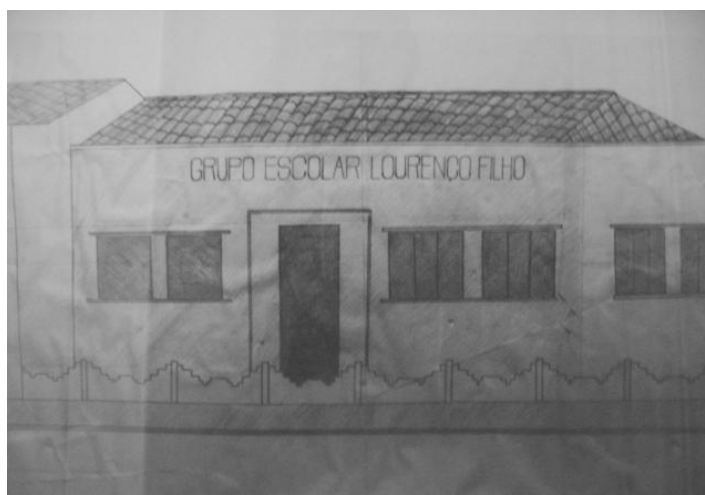


Foto 5.82: Acesso principal ao Grupo Escolar de Crateús
Fonte: Acervo Escolar s/d

É possível que, nos anos 1930/40, tenha ocorrido a primeira ampliação, dada a forma arredondada na parte central, semelhante às características do movimento *art déco*, muito utilizado nos edifícios dos correios em todas as cidades do Ceará, bem como de grupos

escolares, a exemplo do Grupo Escolar Presidente Roosevelt, em Fortaleza, com sua sede construída na Bezerra de Menezes por volta dos anos 1930.

Consta no histórico desta escola que esta funcionou neste prédio de 1921 a 1950, quando o prédio estava com sérios problemas de deterioração, passou a funcionar no salão paroquial, aguardando a reforma, ficando abandonado, foi invadido por famílias carentes. Nesse período, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) desalojou as famílias e instalou aí o escritório deste órgão enquanto era construída a sua sede. Na saída do escritório do DNOCS, chegou a Crateús o 4º Batalhão de Engenharia e Construção ocupou este prédio, reformando e o deixando a estrutura física em condições de a escola retornar às suas instalações.

Colhendo informações com uma das ex-diretoras, professora Maria Emília Martins Soares, que foi vice-diretora por dez anos, ela se lembra de que nos anos de 1950, a escola tinha oito salas de aula. A entrada principal era ladeada pela secretaria e gabinete dentário, de um lado, e, do outro, a diretoria. Na parte posterior da escola já existia o auditório.

A gestão atual ampliou a parte central, criando um pavimento superior em que instalou o laboratório de informática, o que descaracterizou completamente o prédio anterior.

Há um desnível na entrada de aproximadamente 40cm, comum nas edificações escolares dessa época, não apenas para destacar o prédio na paisagem urbana, como também pelas preocupações com o higienismo. Isto, provavelmente, comparando as fotos abaixo (fotos 5.83 e 5.84), ao longo do tempo, com as pavimentações da via pública foi diminuindo esta altura entre o solo e o pavimento térreo da escola.



Foto 5.83: Acesso principal ao Grupo Escolar Lourenço Filho
Fonte: Acervo Escolar [1950]



Foto 5.84: Fachada principal, com pav. superior.
Fonte: foto da autora, 2010

O prédio se desenvolve entorno de pátio central, tendo a entrada principal no centro do prédio antigo, e a entrada dos alunos, por entre as salas de aula. As salas de aula se conformam em pavilhão e ao fundo se encontra o auditório.

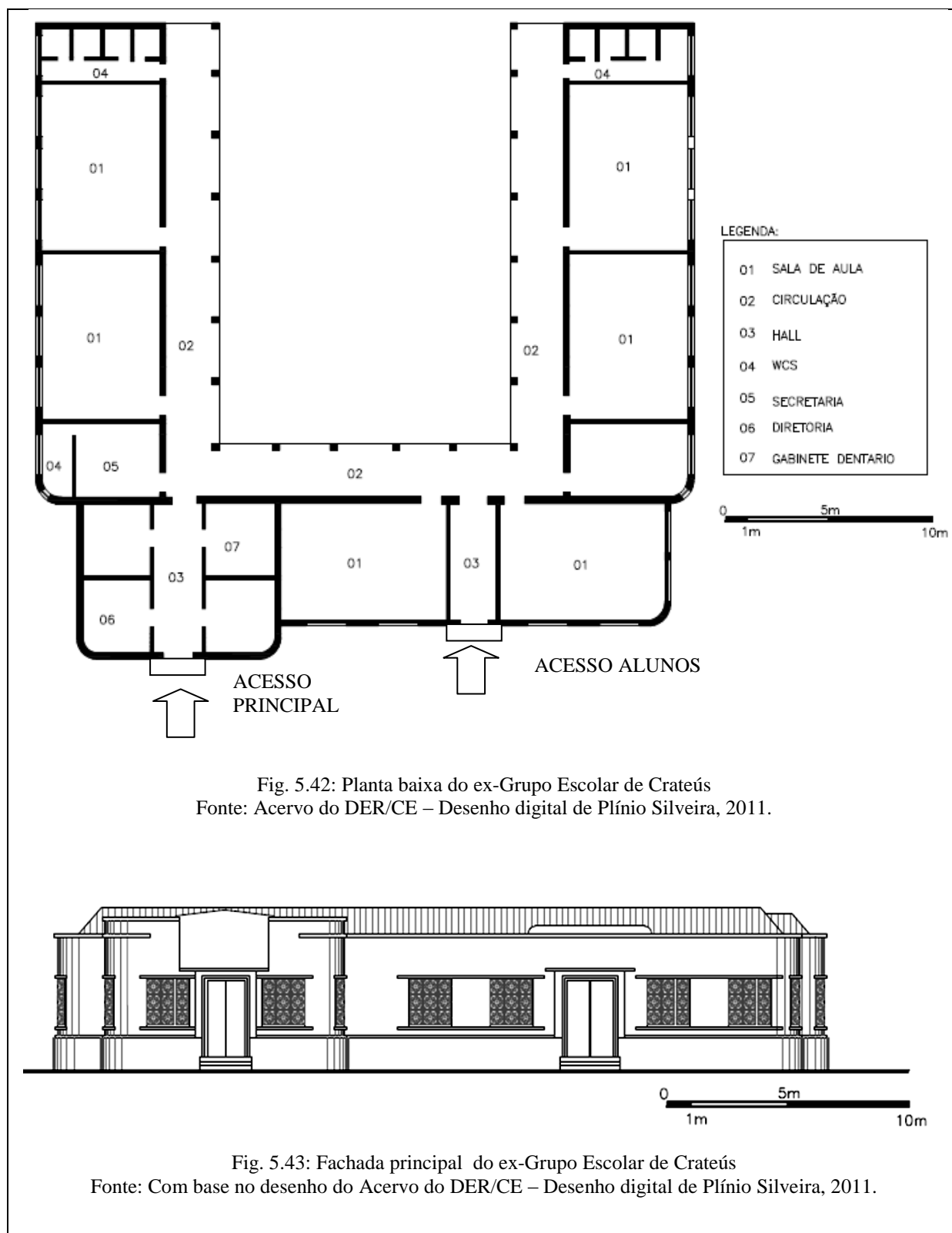




Foto 5.85: Circulação e pátio central
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.86: Auditório (em reforma)
Fonte: foto da autora, 2010

No *Almanach do Ceará* (1923) constam seis classes, que poderiam significar não exatamente seis espaços de sala de aula, mas sim, seis turmas, podendo funcionar três turmas pela manhã e três à tarde, perfazendo o total de seis turmas com 278 alunos.

Tendo como parâmetro o Código de 1932 e considerando que as supostas salas de aula se encontram com áreas de aproximadamente 43,45m², e se a matrícula foi de 278 alunos em 1923, podemos dizer que possivelmente havia cerca de 43 a 44 alunos por classe, o que excede um pouco em relação à proporção que deveria ter em sala de aula, contudo, a legislação de 1922 não especifica dimensão de sala de aula, mas somente quantidade mínima de 30 alunos e máxima de 60. Neste sentido, o número de alunos apresentado estaria pertinente ao intervalo determinado, mas excedente, ao se tomar como parâmetro o Código de 1932.



Foto 5.87: Vista Externa - Entrada dos alunos
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.88: Vista Externa - Pátio de entrada
Fonte: foto da autora, 2010

Quanto à altura da sala, o que tomamos como “pé-direito” apresenta 3,70m, portanto atende às determinações do Código de 1932 que, em seu Art. 292, § 2.º, determina que *será de no mínimo de 3,50m*.

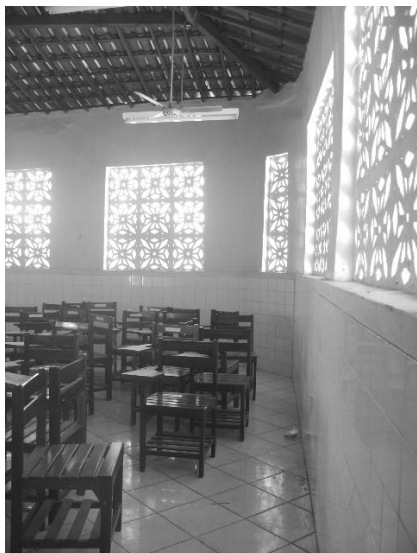


Foto 5.89: Sala de aula – janelas substituídas por cobogós

Fonte: foto da autora, 2010

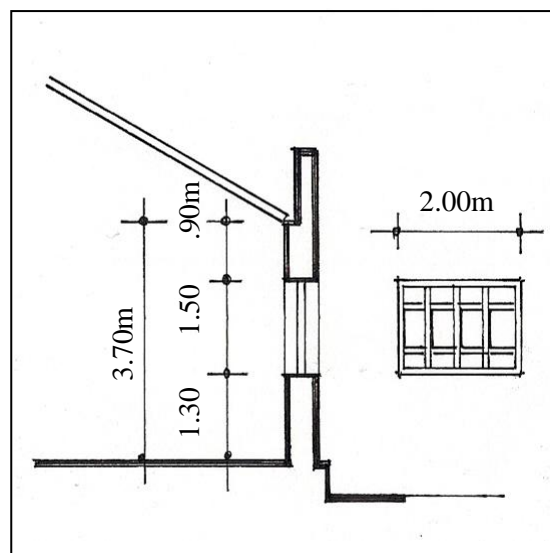


Fig. 5.44: Corte esquemático – dimensões janelas

Fonte: elaborado pela autora, 2010

Mais uma vez, não encontramos vestígios de que antigamente, no início do funcionamento do grupo escolar, tenha havido uma biblioteca. Atualmente a biblioteca é abrigada em prédio anexo, percebendo-se claramente que não pertencia ao projeto original, nem ao projeto ampliado dos anos 1930, quando passou a Grupo Escolar Firmino Rosa.

As janelas que estão atualmente vedadas com cobogós obedecem às seguintes dimensões: 2,00m de largura x 1,50m de altura, tendo o peitoril 1,30m. Esta situação nos revela novamente uma dimensão de peitoril acima das determinações do Código de 1932. O que levaria a estas instituições a alterar a dimensão exigida em Código? Já se pensava em mais segurança? Ou mais vigilância para o aluno não sair, para não dizer “fugir” pela janela?

Como podemos observar a estrutura física inicial, supostamente a que acolheu o Grupo Escolar de Crateús em 1923, nada podemos afirmar sobre sua condição, no entanto, a estrutura reformada e ampliada, possivelmente, nos anos de 1930, e reconstituída nos anos de 1950, se assemelha a outras utilizadas em muitos grupos escolares do Estado no governo sob a intervenção de Menezes Pimentel (1935-1937/1937-1945), numa distribuição espacial em “U”, que, ampliada, fecha o pátio central, estrutura que permanece em parte até hoje, seguindo, de alguma forma, os padrões dimensionais determinados no Regimento de 1915, mas sob alguns aspectos, como altura do peitoril das janelas, não condiz com as determinações do Código de 1932.

5.3.3.5 Grupo Escolar do Crato

A década de 1920 no Crato é lembrada por Farias Filho (2007) como de certa estagnação comparando ao que se tinha como crescimento urbano anteriormente. A ação da Igreja Católica neste período, tendo como bispo Dom Quintino, parece reagir a este quadro, tanto no trabalho de desenvolvimento da Educação como nos projetos de melhoria da Cidade, como foi o projeto da construção do Palácio Episcopal e de uma estação ferroviária para a cidade. Mesmo não sendo realizados, era intenção de progresso, cujos projetos encomendados a arquitetos do Rio de Janeiro, na década de 1920, encontram-se no Departamento Histórico Pe. Gomes, da Diocese do Crato (FARIAS FILHO, 2007).

No tocante à Educação, Queiroz (2006) concorda com os autores, quando acentua que *ficou sobe a responsabilidade da Comarca do Crato a implementação da educação sistematizada, sob a vigilância da Igreja Católica.*

O Seminário São José foi construído em 1874, por ordem de D. Luís, primeiro Bispo do Ceará. Também pela Diocese, foi fundado, em 1909, o Colégio São José, posteriormente chamado de “Gymnásio do Crato”, em 1927. O referido Ginásio tinha sede própria e tinha como proprietário o Padre Francisco de Assis Pita. Entretanto, em 1935, foi vendido para a Diocese do Crato que o equipou como o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, para atrair os filhos da classe alta da região. (QUEIROZ, 2006, p. 1072)

O Colégio Santa Teresa de Jesus foi também uma instituição criada para formar as filhas da elite daquele período. Sua criação foi obra de Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, em 1923. Seu objetivo, de início, era formar as moças da região para não precisarem se deslocar para outras cidades. (IDEM, p. 1073).

Em 1922, em plena movimentação da Reforma do ensino público, cogitando em que municípios iriam aderir à criação de grupos escolares, o professor Lourenço Filho visitou o interior do Estado, depois de uma longa viagem, admirou-se do que encontrou no Cariri e referiu-se ao Crato da seguinte forma:

No Crato, por exemplo, que representa a capital da região chamada do Cariri, depara-se uma cidade que é tentativa vitoriosa para integrar o sertão na vida de hoje. Volta-se a ver a iluminação elétrica, a imprensa, bom hotel, cinema, geral preocupação de higiene e conforto. É impressionante, mas explica-se. A possibilidade de organização econômica, mais ou menos estável da região, permitiu o acúmulo e emprego de maiores capitais e seu conseqüente e contínuo aproveitamento, capaz de sustentar o progresso. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 28).

Essa mesma impressão não teve dos arredores próximos, em relação aos resultados da inspeção médico-escolar, onde assinala que

O tracoma, por exemplo, encontrou no Juazeiro e arredores condições para um grande foco. A inspeção médico-escolar a que se procedeu nas escolas do Cariri, em 1923, assinalou a espantosa cifra de oitenta e quatro por cento de crianças contaminadas. Escolas houve em que a inspeção encontrou afetadas todas as crianças e mais o professor. A boubá e as moléstias venéreas são outro flagelo de grandes proporções. (OP. CIT., p. 35)

O Crato foi um dos municípios que aderiu à Reforma de 1922, comprometendo-se a ceder um casarão adaptado para funcionamento do grupo escolar. Para identificarmos qual foi este edifício que abrigou o grupo escolar, fizemos o procedimento inicial semelhante aos outros. Procuramos as escolas estaduais mais centrais do Crato, dentre as quais descobrimos, pelo *blogspot* da **Escola de Ensino Fundamental D. Quintino**, que esta, em seu histórico, afirma ser o ex-Grupo do Crato criado pela Reforma de 1922. Conforme assinalado no *Almanach do Ceará* (1923).

[...] creado em virtude do acto de 16 de Dezembro de 1922, em execução à lei de Reforma da Instrução, lei n. 1953 de 2 de agosto do mesmo anno. Installado em 2 de janeiro de 1923. (8 classes) matrícula, 282.

Administração e corpo docente

Directora: Helena Brígido Gomes de Mattos.

Professoras: Maria Argentina Uchoa de Sá, Anna de Oliveira, Antonia Teixeira Mendes, Maria Aurilia de Medeiros Piancó, Maria Pia Brígido e Silva, Alexandrina Vianna, Leonina Sobreira Milfont Santos e Gualterina de Alencar Lacerda. (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 68).

Em contato com a diretora, professora Maria Otilia Pereira Moreira, esta nos informou que não havia documentos antigos na escola, mas que a professora Antônia Eliane Fulgêncio Pinheiro havia desenvolvido uma pesquisa na qual entrevistou vários ex-alunos do grupo escolar em seu início no centro da Cidade, na rua Monsenhor Esmeraldo nº. 1024. Foi então, com essa pesquisa, que chegamos à origem deste grupo escolar. Em contato com a professora Eliane Pinheiro, pudemos entender um pouco mais sobre a história dessa instituição. Vamos tratar inicialmente da origem do Grupo Escolar Cratense e depois da nova sede, na qual a escola permanece até os dias de hoje.

A professora Eliane Pinheiro desenvolveu a pesquisa com alguns alunos, com o objetivo de além de reconstituir a história da instituição, trabalhar com a transdisciplinaridade. Neste sentido, levantou uma série de dados sobre a escola, iniciando por identificar os seus fundadores. Foi nesta busca às origens deste estabelecimento que recobramos o Grupo Escolar Cratense, nas memórias de ex-alunos. Diz ela:

[...] *que contam hoje, com 70 (setenta) ou 80 (oitenta) anos. E uma ex-diretora, já do Grupo Dom Quintino, como ainda era chamada nos anos 60, lembrou de uma senhora que falou pra ela que 5 (cinco) mulheres teriam fundado o Grupo Escolar Cratense. Uma delas chamava-se Euridisse, outra foi a mãe de Micó (Micó filha, ainda alcançou nossa geração). Então muita gente sabe quem era; e as outras, por falta de registro, ficaram perdidas no tempo e no espaço.*

Pinheiro comenta que, em sua pesquisa sobre a fundação do grupo escolar, são citadas cinco mulheres como fundadoras, mas seus nomes *foram apagados, devido à falta de registro ao longo do tempo*. Ao que se tem como registro de criação deste grupo, foi instalado pelo Estado, no governo de Justiniano de Serpa (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923). O que pode ter acontecido em relação ao grupo de senhoras consideradas fundadoras da escola, é de que possivelmente a elas se deve o fato da cessão do casarão para que se acolhesse o primeiro grupo escolar público da Cidade, como aconteceu em outras municipalidades.

O depoimento de Humberto Cabral, historiador e radialista da Rádio Educadora, um dos entrevistados pela professora Eliane Pinheiro, aponta que a instalação do grupo escolar foi feita pelo Estado, mas alguém representando a municipalidade e a sociedade cratense estava na direção desta ação. O prédio cedido, ainda existente, segundo o entrevistado, *é aquele que funcionou a Faculdade de Economia em frente o Bando do Nordeste*". (PINHEIRO, 2010).

Na descrição da fundação e funcionamento do grupo escolar feita pelo Sr. Cabral, ele faz referência a várias professoras que passaram pela escola: *como diretora Lilá Moreira e Cila Pinheiro [...] Como zeladora Dona Áurea. Várias professoras: Antonieta Cabral, Francilene Cabral, a própria diretora, a professora Lila Moreira.*

Ao que diz respeito ao espaço do grupo propriamente dito, comenta que além da sala da diretoria, da administração, da sala de professores, das salas de aula, existia um auditório que tinha como patrono Menezes Pimentel, o nome do interventor do Ceará. Neste caso, a permanência do grupo escolar neste local alcança a interventoria de Pimentel.

Assinala ainda que *encenaram-se várias peças teatrais, nesse auditório, inclusive a Paixão de Cristo. No fundo da escola, havia também, uma quadra de prática de esportes.*

Ainda sobre o antigo grupo escolar, o Sr. Cabral relata que foi desmembrado em duas instituições:

Então, o Grupo Escolar Cratense, foi dividido em dois: no Grupo Escolar Dom Quintino, em homenagem ao 1º Bispo do Crato: Dom Quintino, que fundou a congregação Santa Tereza e o Colégio Santa Tereza, em 1923, e no grupo Teodorico Teles, em homenagem ao ex-prefeito do Crato: Teodorico Teles, que teve também, filhos, prefeitos, deputados estaduais e federais, tendo assim, um destaque da família Teles da nossa cidade. Hoje, portanto, funcionam a Escola

Dom Quintino e a Escola Teodorico Teles, que são frutos do antigo Grupo Escolar do Crato, que ambos tem destaque no Cenário do ensino público do Estado do Ceará. (In: PINHEIRO, 2010)

Os depoimentos cedidos por Pinheiro denotam como eram boas as lembranças do grupo escolar. Mostra que a Pedagogia na década de 1920 já deixava de lado o ranço das antigas escolas isoladas, onde o mestre-escola impunha a ordem pela palmatória. Eis um dos depoimentos é de Dona Brígida Gino:

“Eu estudei lá mais ou menos em 1929. eu tinha 7 anos. Diretora e Vice, eram Lila e Cila. Lila Moreira e Cila Pinheiro.”

E as professoras eram: Mirian Cabral, Francinete Cabral, Antonieta Cabral, Eurídice, Edimeia Arraes.

A mãe de Iara Brito foi diretora lá.

Funcionava dois (2) turnos: manhã e tarde.

A gente fazia fila 7 horas, para entrar na sala de aula; 9 (nove) horas, para merenda e 11:00 horas, fazia fila e cantava: Viva o Grupo Escolar.

Adileia Aguiar, também era professora e Dona Áurea, morava e trabalhava no Grupo Escolar.

Quando chegava visita, todo mundo tinha que levantar (por em pé).

Há sempre lembrança do respeito e da atenção aos mais velhos; salas de aula se faziam separadas por gênero – os meninos de um lado e as meninas do outro.

Uma ex-aluna do grupo com que tivemos a oportunidade de conversar em visita a ela, juntamente com a professora Eliane Pinheiro, foi a Dona Maria Lucia Patrício de Aquino, que considera a escola antiga onde cursou o primário um *“modelo de escola”*. Descreve que a disciplina acontecia desde a entrada dos alunos, que formavam filas de dois a dois, cantando hinos ao subirem a escada. Conta que o grupo escolar só funcionava na parte superior do casarão. Lembra-se de que havia aula aos sábados e, nesse dia, a professora examinava o asseio dos alunos. Evoca ainda o fato de que a ginástica já se fazia presente nas aulas do padre Luiz Felix, *as aulas de ginástica eram dadas no quintal da escola, área descoberta que ao lado, depois, foi construído o Auditório Dr. Francisco Pimentel*. Este auditório existia até quando funcionou ali a Faculdade de Economia, lembra Pedro Barros, professor da URCA, que conhece também esta edificação.

O antigo casarão adaptado para receber o Grupo Escolar do Crato situa-se atualmente em pleno centro comercial. Encontra-se muito descaracterizado em relação ao prédio original. Depois que o grupo escolar desocupou este prédio, este foi dividido, assim como os seus acessos, para acomodar funções diversificadas. De todo modo, conseguimos fazer registros fotográficos e obtivemos algumas informações acerca do funcionamento daquela instituição.

A entrevista de Dona Maria Lúcia²²² cedida por Pinheiro traz detalhes das práticas e funcionamento da escola, inclusive da existência de gabinete dentário.

Encontramos o prédio e já percebemos algumas alterações em sua fachada, como o bloco que vemos sacado à direita na foto 5.90, grifado seu contorno em vermelho. Trata-se de uma reforma na qual fecharam a antiga varanda do casarão do Grupo Escolar para utilizarem como secretaria da Faculdade de Economia, que ocupou o prédio depois da saída do Grupo para a sede atual em 1953.



Foto 5.90: Vista geral prédio Ex-Grupo Cratense
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.91: Fachada principal prédio ex-Grupo Cratense
Fonte: foto da autora, 2010

A fachada lateral, onde sob a varanda era a entrada dos alunos quando funcionava a Faculdade de Economia, hoje está fechada com alvenaria, descaracterizando ainda mais o prédio original (Ver linha de contorno vermelha na foto 4.92). O corredor que divide as salas de aula tem dimensões bem apropriadas a espaço escolar (Foto 4.93), assim como as dimensões das salas de aula.

²²² *Professores do Grupo Escolar Cratense: Maria Orélia Aguiar, Dona Letícia de Figueiredo, Dona Maria Antonieta Cabral, Altina Siebra, etc. Eu sei minha filha, que hoje eu estou tão decepcionada com o ensino, porque quando eu estudei no Grupo Escolar, era ali enfrente onde é o Banco do Nordeste; era tão bonito, era tão arrumado. As crianças entravam formadinhas, nas salas de aula; tinha um dentista permanente, no grupo, Dr. Antonio Augusto, que morreu; tinha um gabinete. Toda semana estava eu, de gosto ou contra vontade. Eu tinha mais ou menos dez anos. Todo dia se entrava na sala de aula, cantando um hino diferente: um dia era do estudante, etc. Eu estudei lá, até o 5º ano. Na minha turma, eu me lembro que tinha João Ramos, da Televisão; porque nesse tempo eram separadas as turmas: meninas e meninos, mas esta só restava esses quatro (4), e ficaram juntos. [...] Eram uns estudos tão diferentes! Um respeito tão grande!... A diretora era Dona Lila Moreira, morava aqui na outra rua. Aqui tem posto perto, daqui eu fico horrorizada com o deboche dos alunos. O professor, Deus me livre!... Era como um pai ou uma mãe, pra gente!... No dia de sábado, as professoras sempre olhavam se as unhas estavam cortadas, se tinha piolho na cabeça, para mandar um bilhete para a mãe cuidar. Era um tipo de ensino tão personalizado!... o que eu aprendi na minha vida, eu devo tudo ao que aprendi no primário, porque eu passei 10 (dez) meses no MOBREAL para poder ter um certificado do curso primário; então, depois desse tempo, eu fiz o supletivo, tirei as melhores notas. Eu fiz o pedagógico no colégio Municipal. Era um estudo diferente, chegava uma pessoa na sala e ficava todo mundo em pé, com respeito à pessoa. No dia 15 de novembro, a gente ia fazer ginástica e jogar na Praça Siqueira Campos. A base nossa, foi o Grupo Escolar Cratense. Quem estudou ali, teve um alicerce, que eu acho que foi até a faculdade! O grupo mudou a fisionomia dele; era um prédio antigo, bonito! Tinha um professor de Educação Física: era Padre Luis Felix. Parece que Anilda ensinou lá!... (PINHEIRO, 2010)*



Foto 5.92: Fachada lateral
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.93: Corredor entre salas
pavimento superior
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.94: Acesso ao
pavimento superior
Fonte: foto da autora, 2010

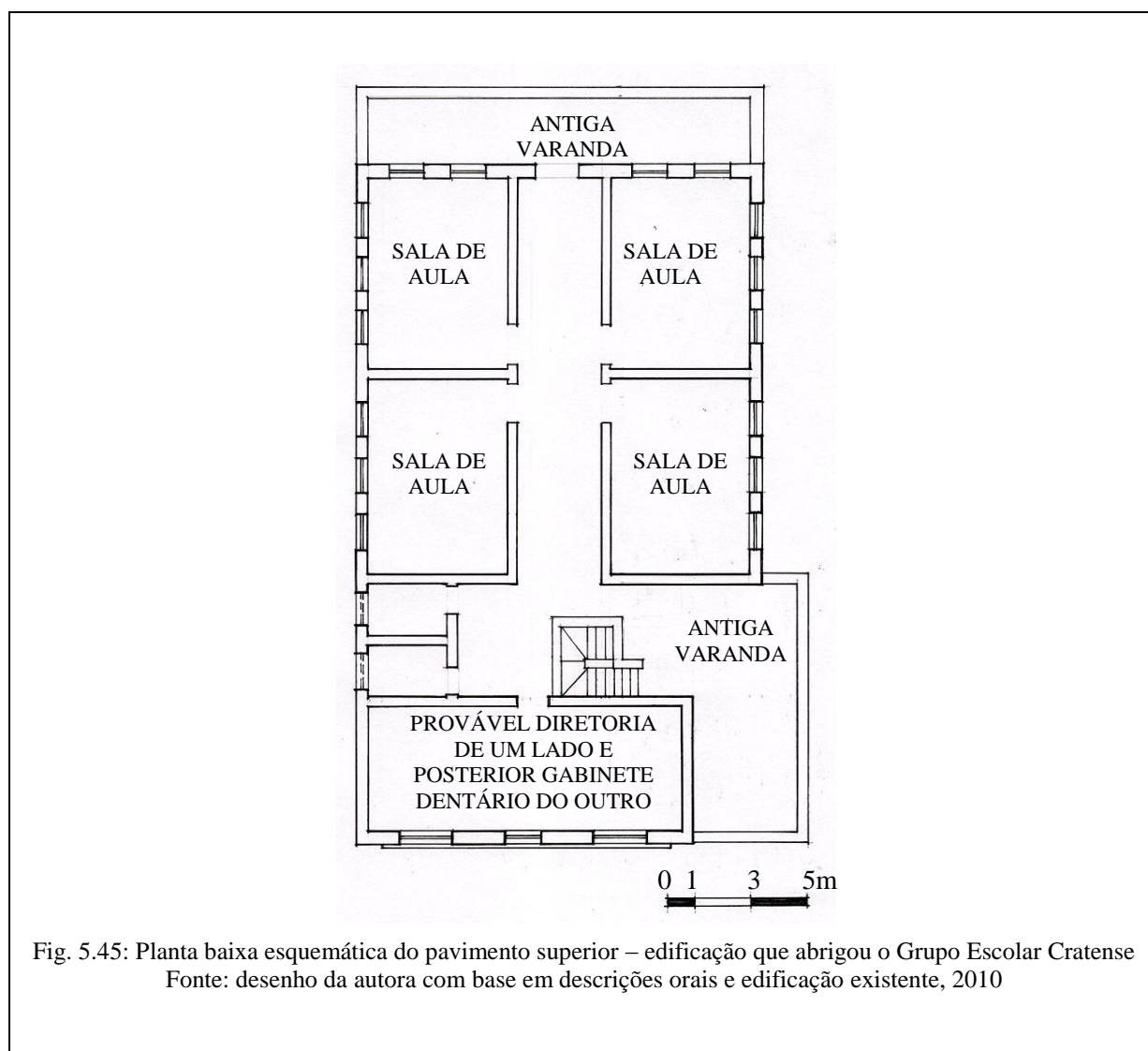
A escada de acesso ao pavimento superior, ao que parece, permanece inalterada, com guarda-corpo em marmorite cinza e corrimão em vermelho. O desenho geométrico do guarda-corpo fortalece as características da *arte déco* da arquitetura do prédio, assim como as linhas retas em relevo que ainda restam na fachada principal e lateral.

Uma planta esquemática foi elaborada no sentido de melhor entendermos o espaço interno do pavimento superior da edificação, onde, segundo Dona Maria Lúcia, a quem visitamos com a professora Eliane Pinheiro, funcionava o grupo escolar.

Visitando o prédio onde funcionou inicialmente o Grupo Escolar do Crato e com estes depoimentos cedidos pela professora Eliane Pinheiro²²³, os quais importante contribuição deram a esta pesquisa, concordamos com a professora, no sentido de que

[...] ocupou um lugar importante na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento cultural e esportivo do Crato, deixando transparecer que era a prática religiosa e cívica, o que contava automaticamente com o controle ideológico, levando em conta o respeito à Pátria, às autoridades, aos pais, aos professores e às pessoas mais idosas (Pinheiro, 2010).

²²³ Eliane Pinheiro é professora da Escola de Ensino Fundamental Dom Quintino, que elaborou pesquisa de reconstituição da história da escola por meio da história oral, trabalhando em entrevistas a memória de ex-alunos e ex-professores.



Acreditamos que esta escola teve seu destaque e importância na sociedade cratense, contribuindo com a educação formal das crianças e, mesmo que tenham sido feitas muitas transformações na escola, e que muitas outras instituições públicas e particulares atuem hoje no município, ela se mantém em seu papel educador, atuando como escola de ensino fundamental. Passamos ao próximo tópico, em que veremos as transformações deste grupo escolar e de suas novas instalações ao longo dos anos.

O prédio onde funciona atualmente a Escola de Ensino Fundamental Dom Quintino, uma das escolas criadas no desmembramento do grupo escolar, foi construído para este fim em 1953, situado à rua São Francisco, s/n, esquina com a rua Monsenhor Esmeraldo, no Bairro Pinto Madeira. Pela localização fora do centro antigo da Cidade, logo percebemos que não deveria ser a primeira instalação física. Apesar da presença de terrenos ainda vazios, não há praças em suas imediações no bairro Pinto Madeira.



Fig. 5.46: Localização do prédio onde funciona o ex-Grupo Escolar do Crato
 Fonte: Google, com destaque dos edifícios e praças feitos pela autora, 2010.

O projeto original do prédio tem planta em forma de “U”, contudo, ampliações foram sendo realizadas de maneira que atualmente ele se conforma como um prédio de pátio central, tendo a entrada principal e de alunos no centro do prédio. Nesta edificação, também encontramos um desnível na entrada de aproximadamente 80 cm, que era comum nesta época, além de destacar o prédio na paisagem urbana, cumprem-se as exigências do Código de Posturas de 1932 (Ver Foto 5.96). No final da circulação das salas de aula, encontra-se outro bloco de salas de aula, resultado de ampliações.

Tratamos de analisar somente a parte da edificação construída para sede própria originalmente em 1953, mesmo sendo período bem posterior ao foco da pesquisa, mas pela planta e pela expressão formal da edificação, possui as mesmas características dos prédios construídos no final de 1930 e 1940, como o da Escola Martiniano de Alencar (ex-Grupo Escolar de Barbalha), com curvas de características do movimento *art déco* e planta com pátio central, semelhante a outros grupos também, como os de Pacoti, Guaramiranga, Maranguape e Crateús, que visitamos.

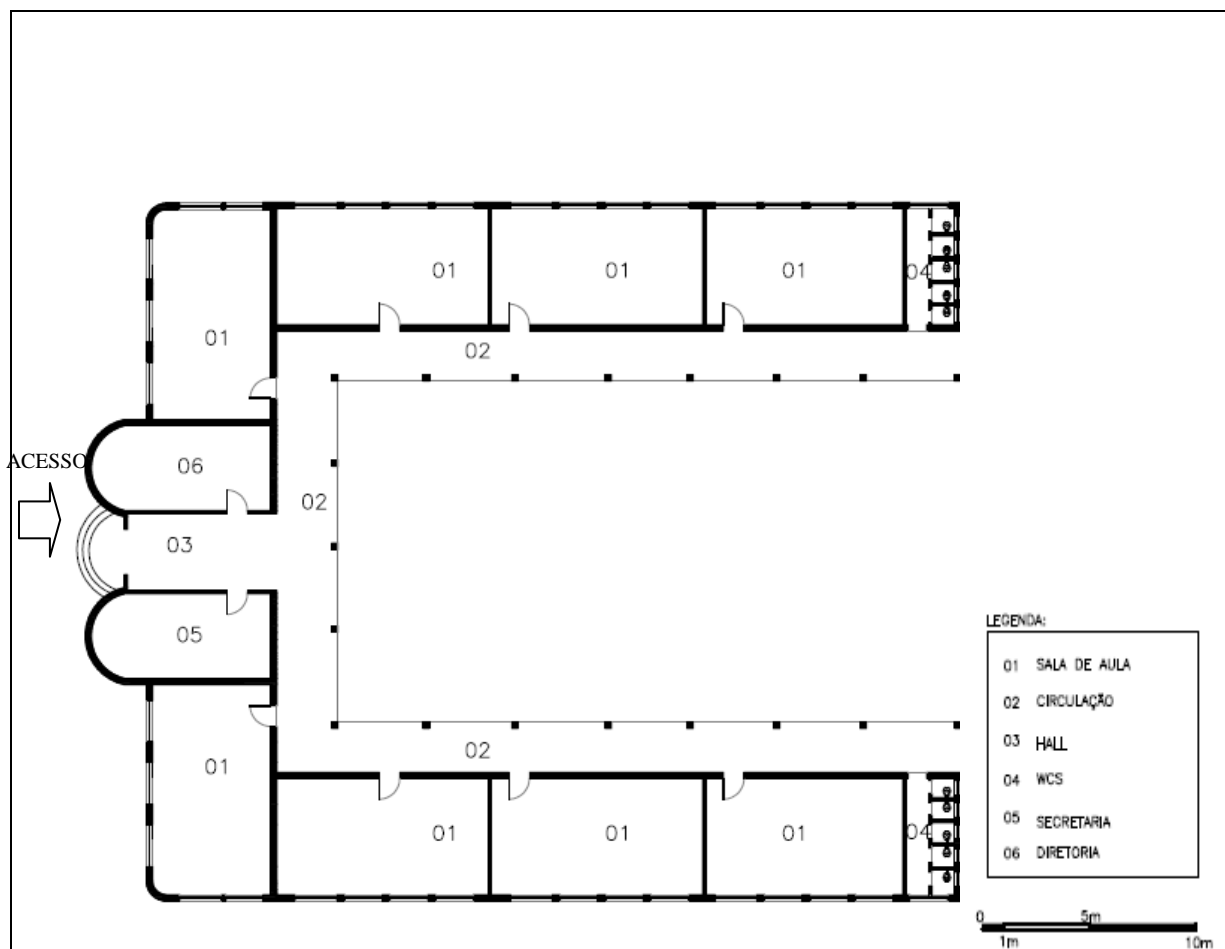


Fig. 5.47: Planta baixa esquemática da E.E.F. D. Quintino (ex-Grupo Escolar Cratense)
 Fonte: Com base no desenho do Acervo do DER/CE – Desenho digital de Plínio Silveira, 2011.

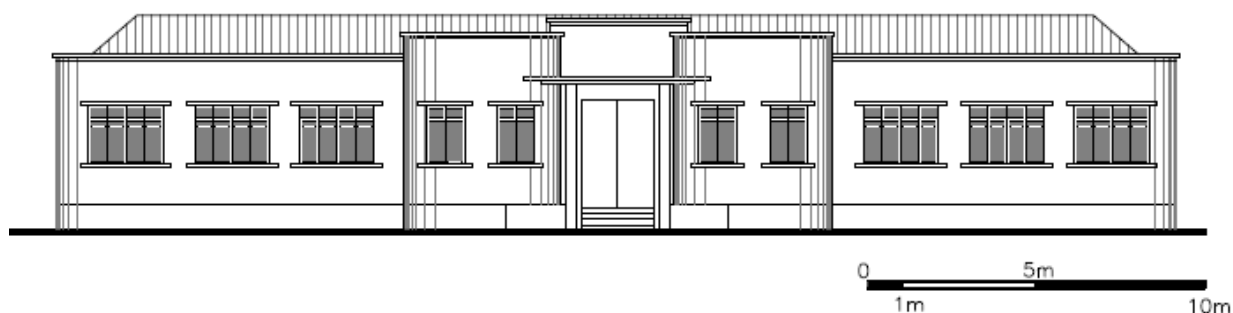


Fig. 5.48: Fachada da E.E.F. D. Quintino (ex-Grupo Escolar Cratense)
 Fonte: Com base no desenho do Acervo do DER/CE – Desenho digital de Plínio Silveira, 2011.



Foto 5.95: Fachada EEF Dom Quintino, ex-Grupo Esc. do Crato

Fonte: foto da autora, 2010.



Foto 5.96: Fachada EEF Dom Quintino, ex-Grupo Esc. do Crato

Fonte: foto da autora, 2010.

Em relação aos materiais de acabamento, o piso da escola era todo em ladrilho hidráulico, tipo de material comum e usual dos anos de 1920 a 1950. Passando a escola por uma reforma e ampliação nos últimos anos, o piso foi todo substituído pelo piso industrial nas salas de aula; secretaria; diretoria e circulações; o *hall* de entrada e pátio aberto foram revestidos de cerâmica (Fotos 5.97 e 5.98). O registro fotográfico mostra detalhes da edificação.



Foto: 5.97: Hall de entrada da EEF Dom Quintino

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2010.



Foto 5.98: Pátio interno da EEF Dom Quintino

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2010.

Aqui, as janelas das salas de aula apresentam desenho diferenciado das janelas dos demais grupos escolares pesquisados. Parte da janela é fixa e parte é pivotante, diminuindo consideravelmente a área de abertura para ventilação e iluminação, uma vez que a parte fixa é de madeira “cega”, ou seja, vedada (Foto 5.99).



Foto 5.99: Sala de aula - EEF Dom Quintino
Fonte: Acervo da autora, 2010.

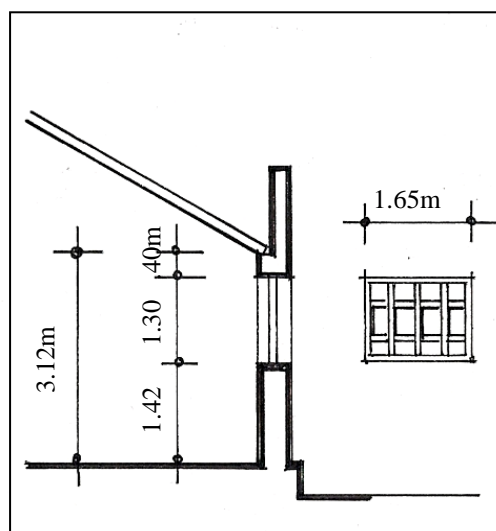


Fig. 5.49: Corte esquemático
Fonte: elaborado pela autora, 2010.

Sendo uma construção de 1953, recorreremos ao Código de 1932, como parâmetro de análise. Considerando que as dimensões das salas de aula desta escola são de 5,80m x 7,60m, portanto, constam de áreas de aproximadamente 44,00m², podemos dizer que possivelmente havia aproximadamente 44 alunos por classe, o que está um pouco acima do que reza o Código de 1932, mas está consoante à legislação de 1922, que não especifica dimensão de sala de aula, mas somente quantidade mínima de 30 alunos e máxima de 60. Assim, o número de alunos apresentado condiz com o intervalo determinado.

O pé-direito das salas de aula, medido no encontro da parte mais baixa da parede com a cobertura, apresenta 3,12m, portanto, abaixo das determinações do Código de 1932 que, em seu Art. 292, § 2.º, determina que *será de no mínimo 3,50m*, embora seja atenuado pela altura da parede que se eleva no acompanhamento da inclinação da cobertura até aproximadamente 4,00m.

O Grupo Escolar do Crato, mesmo em sua sede provisória adaptada, teve à época a importância e o papel de elevar o nível do ensino e o respeito pela instituição escolar primária. A atual Escola de Ensino Fundamental Dom Quintino, percebemos, resguarda, de certa forma, os princípios de estrutura espacial proposta desde aos anos de 1915, e se insere nos objetivos da Reforma de 1922 para o interior, como desdobramento daquela semente plantada e continua no seu papel de propagar a Educação pública no Estado.

5.3.3.6 Grupo Escolar do Icó

Encontramos referências sobre o Grupo Escolar do Icó, inicialmente, no *Almanach do Ceará* (1923). Pela mídia virtual foi possível descobrir o *blogspot* do *Centro de Educação de Jovens e Adultos* (CEJA) Ana Vieira Pinheiro, que apresenta o histórico da escola e menciona que sua origem se deu com a criação do **Grupo Escolar do Icó**, coincidindo com as informações do *Almanach do Ceará*.

Consta que o grupo foi criado em virtude do ato de 16 de dezembro de 1922, em execução à Lei de Reforma da Instrução, Lei n. 1953, de 2 de agosto do mesmo ano, instalado em 2 de janeiro de 1923, com seis classes e matrícula de 254 alunos, tendo em seu corpo docente a diretora Odília Brasil e as professoras: Felicidade de Albuquerque, Agar Cals Pessoa de Mello, Maria Vieira de Sá, Maria de Lourdes Colares, Rosa de Viterbo Lima e Idelzuith Brasil, esta como interina (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 68).

O Grupo Escolar de Icó foi a primeira escola pública, gratuita e laica do Município. Apesar de ter sido criado pela Reforma de 1922, não teve sede própria nessa década nem na seguinte. Funcionou de 1923 a 1930, no sobrado pertencente à família do comandante Francisco Manoel, passando a funcionar até 1936 no sobrado cedido pela Paróquia de N. Sra. da Expectação. Em 1937 foi transferido para o sobrado que pertenceu à família do comendador Antonio Pinto Nogueira Accioly, onde permaneceu até 1947, prédio este que foi posteriormente a sede da Prefeitura Municipal, o “Palácio da Alforria”.

Foi em 1945, com o prefeito Walfrido Monteiro Sobrinho, que ocorreu a construção do prédio próprio na rua Dona Aldery, 324, no Centro, sendo inaugurado em 25 de outubro de 1948, na administração do governador Faustino de Albuquerque e do prefeito Anísio Pequeno Sampaio. Como todos os grupos escolares que foram extintos pela Lei nº. 5.291 de 1971, o Grupo Escolar de Icó passou à denominação de **Escola de 1º Grau Ana Vieira Pinheiro**²²⁴, em homenagem à ilustre educadora local que contribuiu com as mudanças na estrutura física e pedagógica desta escola. Com a nova estruturação, passou a oferecer o ensino infantil, alfabetização e ensino de 1ª a 8ª séries.

²²⁴ Entre seus diretores figuram: Odília Brasil, primeira diretora, Ana Vieira Pinheiro (1930-1940; 1947-1953); Maria de Lourdes costa (1940); Maria Vieira de Sá (1941-1946); Eurídice de Castro Graça (1954); Maria Donizete Teixeira costa (1955-1957); Maria Albuquerque da Costa (1958); Maria Enedina Teixeira Maciel (1959-1981); Maria Susana (1982-1985); Maria Aldery Mota Nicolau (1985-1989); Norma Augusto (1990-1995); Ivana Carla Teixeira de Sousa Nicolau (1996-2001), Antonio José Lima Pereira (2002-2004); Francisco Rener da Silva (2005-2008), que continua pelo quadriênio de 2009-2012. Extraído do texto sobre o histórico da Escola Estadual, atual CEJA Ana Vieira Pinheiro disponível em: http://cejaanavieirapinheiro.blogspot.com/2009_09_01_archive.html acesso em 20/09/2010.

5.3.3.7 Grupo Escolar de Lavras

Lima (1998) assinala que os primeiros professores públicos nomeados para esta localidade foram ainda em 1832, os professores Pe. Manoel da Silva e Antônio Joaquim dos Santos, que ministraram ensino para escolas de sexo masculino. Foi somente em 1856 que as escolas de sexo feminino foram criadas nas cidades de Canindé, Iguatu e Lavras.

Em 21 de março de 1921, foi criada uma escola agrupada (Escolas Reunidas), denominando-se posteriormente Grupo Escolar de Lavras, um dos primeiros grupos escolares criados na região sul do Ceará.

Lima (1998) assinala que, com a passagem da estrada de ferro em 1917, naquela cidade, muitas pessoas foram morar ali, aumentando assim a população e justificando a criação de uma escola agrupada, com maior número de professoras. Conforme informações colhidas na escola, atualmente E.E.F.M. Filgueiras Lima, o prédio que abrigou a escola original não mais existe, pois destruído pela enchente do rio Salgado em 1947. O Grupo Escolar Lavrense é considerado como a escola pública mais antiga da cidade.

[...] o grupo escolar funcionou inicialmente em um casarão situado onde hoje se encontra o prédio dos Correios e Telégrafos. Posteriormente, a escola foi transferida para um prédio bem aparelhado, com estrutura física em estilo barroco, na Rua Municipal. Com a inundação da cidade pelo rio Salgado, em 28 de março de 1947, todo o seu mobiliário e documentação foram extraviados e o Grupo Escolar foi destruído, passando a funcionar, em caráter provisório, cujo terreno, na Rua Hilda Augusto, 429, foi doado ao Estado por Dr. Vicente Augusto Lima, e sua inauguração, em 1949. Tendo passado por várias reformas e ampliações, funciona atualmente com 14 salas de aula, uma delas reformada para funcionar o laboratório de informática por determinação do CREDE 17. Por força de nova Legislação do Ensino, o Grupo Escolar de Lavras que recebera, posteriormente, as denominações de Grupo Escolar de Lavras da Mangabeira, depois Grupo Escolar Filgueiras Lima, mudou a denominação para Escola de 1º Grau Filgueiras Lima, conforme Decreto nº. 11.493 de 17 de outubro de 1975. Hoje ela recebe o nome de Escola de Ensino Fundamental e Médio Filgueiras Lima. Este nome foi escolhido pela comunidade escolar em homenagem ao lavrense ilustre Antônio Filgueiras Lima²²⁵.

Estas informações são confirmadas por Lima (1998), como a da criação do Grupo Escolar Lavrense em 1921, tendo com primeira diretora a Professora Dona Amélia Braga, que foi a Lavras organizar a nova unidade escolar e assumir sua direção. Comenta sobre a construção da sede própria

Com a construção do prédio próprio, à antiga rua do Beira do Rio, depois mudado o nome para Rua Principal, depois da Cadeia, General Paranhos e atualmente rua Raimundo Augusto Lima, foi uma festa a inauguração do

²²⁵ Disponível em <http://www.eefmfilgueiraslima.com.br/site/historico.php> . Acesso em 29.05.2010.

novo Grupo Escolar. Era uma construção bem aparelhada com cinco salas de aulas, pavilhão para as festas e onde as jovens faziam ginástica. Um quarto para depósito, três banheiros, uma sala de diretoria, acompanhando um corredor para o lado sul, degraus na frente. Prédio tipo chalé. (OP. CIT., p. 49).

No livro *Na terra do Boqueirão*, de Luiza Correia Lima, consta um desenho esquemático do que poderia ser a planta da sede própria deste grupo escolar, a qual fora levada pela enchente do rio Salgado. As descrições do tipo chalé e a configuração da planta lembram o primeiro Grupo Escolar de Parangaba.

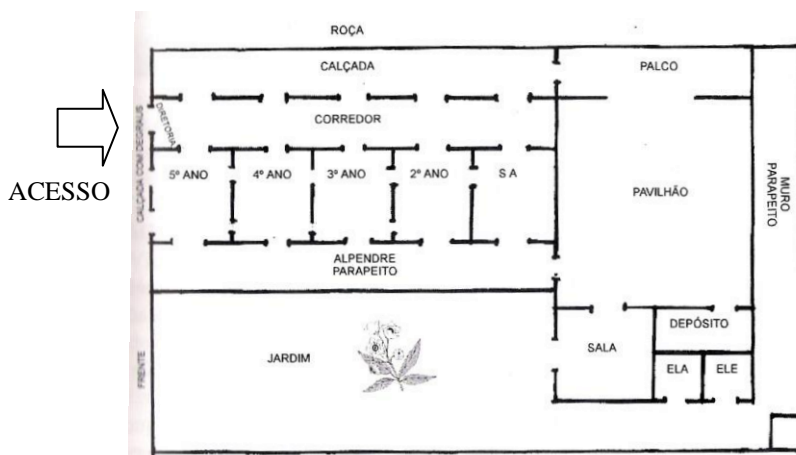


Fig. 5.52: Planta do Grupo Escolar Lavrense
Fonte: LIMA, 1998.

A tipologia desta edificação, possivelmente, é bem diferenciada das demais deste período, tendo em vista que provavelmente deve ter sido construído na década de 1930. Mesmo se tratando de um desenho esquemático, acreditamos ter sido elaborado com base nalguma descrição de memória, visto que, logo na entrada, o local que indica diretoria não corresponde, com dimensões adequadas para este uso e não aparenta uma distribuição com *hall* central de entrada, comum à época, contudo, deixa o registro da existência de uma edificação de cinco salas de aula, pavilhão coberto com palco, sanitários e área livre, que era o programa de necessidades básico de grupo escolar.

Como vimos, depois da demolição, o grupo funcionou em instalações provisórias até que a construção do novo prédio veio acontecer na administração do Prefeito Municipal Gustavo Augusto Lima, sendo inaugurado em 1948, na rua Hilda Augusto, 429, bairro Rosário, constituindo-se de diretoria, secretaria, sala dos professores, cantina, três banheiros, cinco salas de aula (LIMA, 1998). Este projeto encontrado no acervo do DER, já não segue o mesmo padrão visto nos outros grupos aqui visitados, obedecendo sim às novas tendências modernistas de tipologia pavilhonar. Com efeito, consideramos que poderia integrar outra pesquisa sobre arquitetura escolar.

5.3.3.8 Grupo Escolar de Maranguape

Maranguape foi dos poucos municípios do Ceará onde já havia se organizado grupo escolar antes da Reforma de 1922. A primeira escola pública de Maranguape com estrutura física própria, ao que parece, é de uma *casa térrea edificada de tijolo e telha, construída com socorros públicos nos anos de 1877 a 1879*, oriundos do Império para socorrer os flagelos da seca no Ceará (*PRÓPRIOS ESTADUAES*, 1912).

No histórico do Arquivo Escolar, encontramos a informação de que a primeira escola pública de Maranguape foi implantada em 1873, tendo como primeira professora a Sra. Florinda Angélica Sodré e Silva.

Quanto à existência de grupo escolar, encontramos, tanto na Historiografia como em visita *in loco*, a notícia de que o Grupo Escolar de Maranguape teve sua Ata de instalação no dia 21 de julho de 1916, conforme Livro de Atas e Termos da atual **Escola Municipal Capistrano de Abreu**, que em seus 94 anos de existência passou por várias denominações, sendo sua denominação original como grupo escolar, **Grupo Escolar Benjamim Barroso**. Ainda por meio do conteúdo da ata manuscrita de abertura do funcionamento deste grupo, podemos imaginar a alegria reinante na população pelo evento e pela presença das autoridades nos festejos de inauguração.

No salão de honra ricamente adornado sob a presidência do Inspector Padre Francisco Rosa ladeado pelo Juiz de Direito Dr. Pedro Paulo de Moura, do Prefeito Municipal Manoel de Paula Cavalcante, do C.^{ol} Antonio Botelho de Souza, deputado estadual, do Vigário Padre Joaquim Rosa, do Monsenhor Vicente Salazar, do Cônego Henrique Raulino Mourão e do Juiz Substituto Faustino d'Albuquerque, o inspector abriu a sessão inaugural, leu o Decreto presidencial criando o Grupo Escolar.

Deu posse a Directora Dona Candida Vieira Cavalcante, juntamente com as professoras D.D. Alice Vieira Chaves, Maria Leonese de Souza Brazil, Isabel Amélia Pereira, Lydia de Pontes Fernandes Vieira, Emilia de Pontes Vieira, Inspectoras Joanna Alves Brazil e Porteira Anna Soares da Costa.

Rompeu do meio da multidão prendendo todas as atenções o hymno nacional cantado pelas creanças....[...]

Outro aspecto que pode ser apreendido nesta ata é o fato de estarem congregados o Estado, a Igreja e a comunidade em torno da “coisa pública” – a inauguração do grupo escolar é citado como “*semente do bem*”, como “real benefício” ao povo da terra.

Este grupo escolar, ao que parece, inclusive pela permanência em arquivo de sua Ata de Criação (1916), trilhou um caminho de muita organização desde o começo, inclusive relata em suas atas o cotidiano da escola. Pela Ata de 31 de outubro de 1916, percebemos que o grupo se constitui de 1^a, 2^a, 3^a e 4^a classe.

O prédio que recebeu inicialmente o grupo escolar em 1916 passou por uma reforma, tendo sido realizada uma cerimônia de inauguração do prédio remodelado em 1918. Nesta Ata se refere ao chamado Palacete Sombra, e situado na praça Capistrano de Abreu, próximo à matriz, Em outro item do histórico, assinala que a primeira instalação do Grupo Escolar Benjamim Barroso funcionou com cinco classes, no sobrado das Irmãs Correa. Por suas dimensões, a ocupação como escola deve ter ocorrido em parte do casarão.



Foto 5.100: Sobrado das Irmãs Correia – na praça da Matriz
Fonte: foto da autora, 2010.



Figura 5.101: Praça e Igreja da Matriz
Fonte: foto da autora, 2010.

É pela ata de 26 de maio de 1918, que verificamos esta remodelação do prédio, cerimônia com programação intensa, tendo na direção da escola a professora Cândida Vieira Cavalcante. Estavam presentes o dr. João Thomé, presidente do Estado, dr. José Saboya d'Albuquerque, secretário do Interior, dr. Leonardo Mota, e outras personalidades da chamada elite letrada.

Na ata da 5ª Conferência²²⁶ em 1919, a pauta era a comemoração da fundação do grupo, que pelos poucos recursos seria simplificada, tendo na programação pela manhã *assistir missa com todo o Grupo, às 12 horas a inauguração da nossa bibliotheca e á tarde um passeio escolar com as meninas, ficando os meninos para outra ocasião*. Neste pequeno trecho da ata podemos extrair três aspectos relevantes da cultura escolar da época – iniciando pela presença da religião, levando todas as crianças à missa, depois o fato da criação de uma biblioteca, e a questão do tratamento do gênero, meninas e meninos separados, inclusive nos passeios.

²²⁶ Aqui, o termo conferência tem o sentido de reunião do colegiado.

Em 1922, o Grupo Escolar Benjamim Barroso foi reorganizado com a Reforma no ensino, contando com uma matrícula de 252 alunos, divididos em oito classes, mas, quanto às instalações físicas, permanecia no mesmo casarão.

No mesmo ano, por ocasião do 1º centenário da Independência, a direção deste grupo escolar organizou uma programação com a participação de todas as professoras e alunos, tendo destaque os discursos sobre o tema, recitação de poesias, passeata cívica escolar em que tomaram parte todos os alunos de escolas públicas e particulares de Maranguape e o hino nacional, contando ainda com a participação do prefeito Municipal, Sr. Onulfo Camara, e do juiz de Direito da Comarca, dr. Oscar Coutinho.

As novas práticas introduzidas pela Reforma de 1922 também podem ser observadas na leitura das atas, onde encontramos a fundação da “Caixa Escolar” no Município de Maranguape, em 1923, a “Festa das Árvores”, também em 1923.

Em 1933, o Grupo Escolar Benjamim Barroso recebeu a denominação de Grupo Escolar Capistrano de Abreu, em homenagem a João Capistrano Honório de Abreu, grande historiador brasileiro nascido em Maranguape.

- **Nova instalação para o Grupo Escolar Capistrano de Abreu**

Segundo histórico da escola, a mudança para o local onde permanece até hoje, na rua Cel. Botelho n. 366, aconteceu em 1947. Sua nova sede integra os projetos encontrados no acervo do DER/CE da década de 1930 para os grupos escolares do Estado. Guarda muita semelhança com os grupos escolares de Barbalha, Crateús, Icó e o frontispício com o acesso do Grupo Escolar Presidente Roosevelt, em Fortaleza.

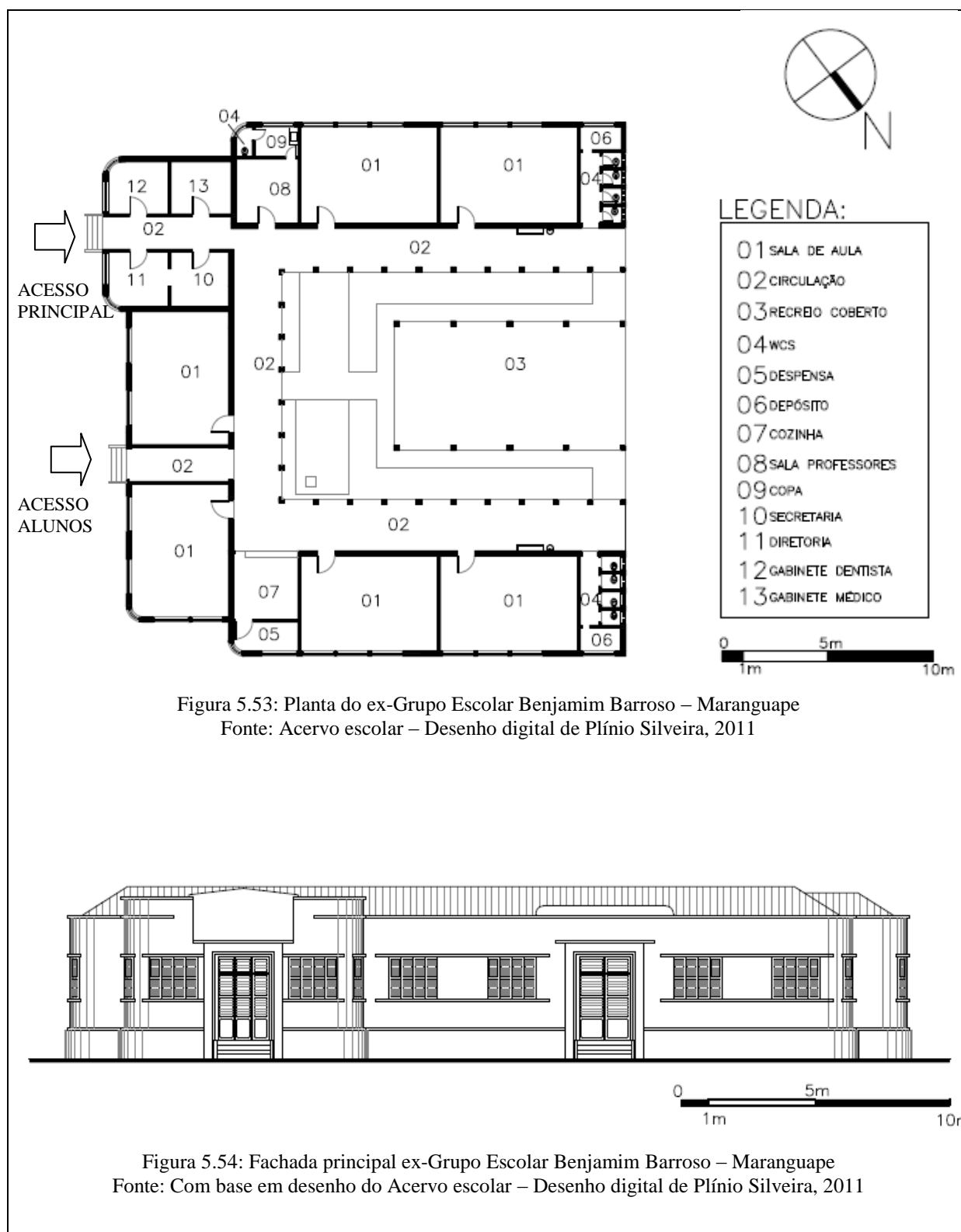


Foto 5.102: Fachada principal Grupo Escolar - Maranguape
Fonte: foto da autora, 2010



Figura 5.103: Detalhe acesso principal - fachada
Fonte: foto da autora, 2010

Apresenta na fachada elementos retilíneos sobre as janelas, portas e platibanda, tendo o frontispício da entrada principal com paredes curvas, e em outra entrada secundária a marcação da porta. Observamos na planta a entrada principal não centralizada, além de outra entrada secundária, para alunos.



As circulações internas apresentam telhado aparente e piso de ladrilho hidráulico bicolor. No pátio, que inicialmente era descoberto, atualmente é o pavilhão coberto, chamado espaço multifuncional, onde acontecem a recreação e as festividades.



Foto 5.104: Circulação interna G. E. Maranguape
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.105: Pátio coberto G. E. Maranguape
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.106: Detalhe de paredes curvas da fachada G. E. Maranguape
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.107: Ampliações - G. E. Maranguape
Fonte: foto da autora, 2010

As referências dimensionais foram tomadas pelo Código de 1932. A escola apresenta janelas e 1,50 x 2,00m com peitoril de 1,50m. Analisando o dimensionamento das salas de aula, verificamos que se encontram com dimensões de aproximadamente 5,70m x 8m, consequentemente áreas de 45,60m², o que daria, utilizando 1,00m² por aluno, a sala de aula aproximadamente 45 alunos em 1947, quando foi construído este prédio, considerando que

existiam oito salas inicialmente, o que daria um total de 720 alunos em dois turnos. A matrícula que temos registrada em 1923 não nos serviria de parâmetro, pois o grupo funcionava nesta data em outro local, do qual temos registro de que foi uma adaptação, mas sem o devido dimensionamento.

De todo modo, nos parece incoerente que a partir da proporção de alunos por sala de aula, sendo de 1m^2 por aluno, encontramos um número superior ao que determina o Código de 1932, em Art. 292. § 1.º – *as salas de aula, de preferência retangulares, serão proporcionadas ao numero de alunos, á razão de 1m^2 , para cada um, não devendo o numero destes exceder de 40 por sala.* Observamos que, com base na relação aluno-sala de aula, nesta escola havia a possibilidade de mais alunos em sala de aula. Esta mesma condição se verificou no Grupo Escolar de Barbalha.



Foto 5.108: Sala de aula
Fonte: foto da autora, 2010.

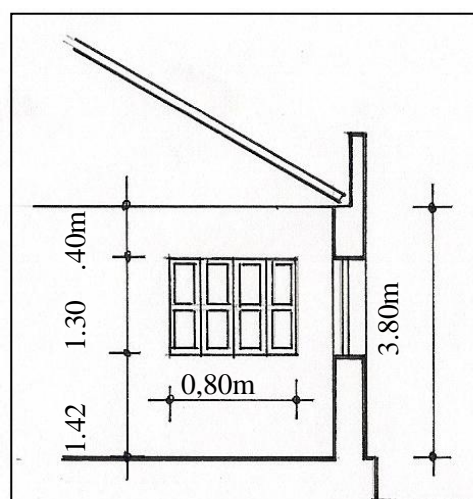


Fig. 5.55: Corte esquemático com medidas
Fonte: elaborado pela autora, 2010

Quanto à altura da sala, o que tomamos como pé-direito apresenta 3,80m, portanto atende às determinações do Código de 1932 que, em seu Art. 292, § 2.º, determina que *será de no mínimo 3,50m.*

Em Maranguape, temos mais uma constatação de que, mesmo tendo instalado grupo escolar desde 1916, com a reforma de 1922, não houve de imediato modificação na estrutura física, pois o casarão que abrigava o grupo escolar havia sido remodelado em 1918. Em 1947, é que a nova estrutura de grupo escolar foi construída para o Grupo Escolar Capistrano de Abreu de Maranguape.

5.3.3.9 Grupo Escolar de Quixadá

Conforme assinala o professor Diniz Silva²²⁷, a instrução pública em Quixadá na década de 1920, cabia a um grupo escolar e 25 escolas públicas mantidas pelos governos estadual e municipal, sendo que a Prefeitura mantinha 18 escolas, das quais 15 eram na zona rural e três na sede.

Entrevistando o sr. João Eudes Cavalcante Costa²²⁸, historiador quixadaense, verificamos que o primeiro grupo escolar foi realmente instalado em 1923, mas há um percurso anterior que ele conta em seu livro *Retalhos da história do Quixadá* (2002), no qual a história deste grupo escolar passa inicialmente por algumas divergências quanto à data de sua criação.

No último quartel do século XIX, o fato de Quixadá receber os técnicos da “Comissão de Açudes” trouxe para a Cidade uma nova referência de cultura e costumes. Segundo Costa (2002), estrangeiros, como o inglês Jules Jean Revy, engenheiro encarregado da construção do açude do Cedro, o italiano Dr. Benna, que se dedicou ao ensino na Escola Agrícola, e os beneditinos que inauguraram no começo do século XX, um colégio na serra do Estevão, com professores austríacos, alemães, causaram grande impacto naquela cultura e primitiva instrução daquela pequena cidade. Daí já começavam a surgir iniciativas de produção de jornal, como *O Matuto*, *O Açude*, dentre outros movimentos, e foram sendo criadas instituições educacionais em sua maioria particulares, tais como o Instituto São Luiz de Gonzaga (1897); Ginásio dos Beneditinos – Mosteiro da Santa Cruz e Ginásio São José (1903); Instituto Lauro Sodré (1905); Instituto Chaves (1910); congregação das Missionárias da Imaculada Conceição (1910); Atheneu Quixadaense (1912); a primeira escola municipal teria sido criada em 1912; Colégio Sete de Setembro (1915); Colégio Maria Auxiliadora (1921)²²⁹. De iniciativa do poder público, havia as cadeiras nas escolas isoladas. Segundo Costa (2002) foi criado em 1923 o Grupo Escolar de Quixadá, que reunia todas as escolas isoladas existentes ali.

Para a sua primeira instalação em 1923, no entanto, não havia um prédio específico ao seu funcionamento. Assim, o prefeito da época considerou que o prédio que melhor acolheria

²²⁷ Professor do Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC – Campus Quixadá) da Universidade Estadual do Ceará. Artigo: A maçonaria e os trabalhadores do Sertão: rituais e representações no Centenário da Independência. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=51>. Acesso em 07/06/2010.

²²⁸ João Eudes Cavalcante Costa, nascido em Quixadá, filho da professora Maria Cavalcante Costa, ex-aluno do Grupo Escolar de Quixadá, bancário aposentado, historiador, autor dos livros: *Retalhos da história de Quixadá* (2002), *Ruas que contam a história de Quixadá* (2008).

²²⁹ Ver mais sobre as instituições escolares de Quixadá em Sousa (1997) e Costa (2002).

o grupo da Cidade seria o da própria Prefeitura. Deste modo, o grupo funcionou num andar deste prédio.

Informa Costa (2002) que a mobilização da força política de Quixadá conseguiu a instalação deste primeiro grupo escolar na cidade, objeto da lei nº. 1.953 de 1922.

[...] Através do ato de 13 de janeiro de 1923 foi criado o Grupo escolar de Quixadá e, doze dias depois, isto é, em 25 de janeiro do mesmo ano passou a funcionar com professoras do mais alto quilate profissional.

Graças ao prestígio político de Alfredo Pereira de Sousa [...] e a visão das lideranças da época, foi exigido do Governo do Estado que, para Quixadá, somente fossem nomeadas professoras diplomadas pela Escola normal de Fortaleza, estabelecimento de ensino de grande conceito em toda a Região Nordeste.

Satisfazendo as exigências das lideranças quixadaenses, o Governador, Dr. Justiniano de Serpa, arregimentou professoras de outras regiões do Estado, iniciando com a Maria Costa Cavalcante, a primeira nomeada, e que foi transferida de Caiçarinha – Canindé para o grupo Escolar de Quixadá.

O primeiro corpo docente do Grupo Escolar de Quixadá foi assim constituído: Isa Linhares (diretora), Maria Stela de Sousa Montenegro, Maria Brasil de Matos, Themira Gurjão Pinheiro, Ana Bezerra Lima, Maria Alencar Bizarria, Judite de Oliveira Furtado, Rosa Viterbo de Lima e Maria Cavalcante Costa, esta, genitora do autor deste trabalho.

Em Quixadá, o único prédio público, existente em 1923, capaz de acolher uma escola de tamanho porte era o prédio da Prefeitura municipal, que havia sido inaugurado em 28 de setembro de 1896, na administração do Coronel Francisco Alves Barreira. Tratava-se do prédio mais importante da região. (COSTA, 2002, p. 249).

Instalar esta escola pública junto ao prédio da Prefeitura foi uma demonstração da importância que, naquele momento, a população e seus dirigentes tinham para com a instituição escolar, como também, da vontade da inserção das novas práticas escolares. A localização da escola na Cidade significava também grande prestígio.

Assim, o relato do historiador João Eudes Costa em seu livro *Retalhos da História de Quixadá*, confirma o registro do *Almanach do Ceará* (1923) sobre o Grupo Escolar em Quixadá, na década de 1920, que havia sido criado com a Reforma de 1922, instalado em 25 de janeiro de 1923, com sete classes e matrícula de 242 alunos, tendo em seu corpo docente, a diretora, Maria Stella de Sousa Montenegro e as professoras: Ana Bezerra Lima, Maria de Alencar Bizarria, Themira Gurjão Pinheiro, Maria Barbosa da Cunha, Maria Cavalcante Costa, Martha Brazil de Mattos e Judith de Oliveira Furtado (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 69).

O antigo prédio da Prefeitura de Quixadá, construído em 1896²³⁰, que abrigou inicialmente o Grupo Escolar em 1923, foi demolido na administração do prefeito Okka Baquit com a autorização da Câmara Municipal de Quixadá, do qual só nos resta apreciá-lo por meio da pintura do artista plástico quixadaense Waldizar Viana (fig. 5.56) ou por fotos antigas de algum arquivo pessoal.



Fig. 5.56: Pintura do prédio da Prefeitura de Quixadá, onde funcionou inicialmente o Grupo Escolar de Quixadá
Fonte: Costa, 2002 (capa)

Mesmo pela pintura, podemos perceber que o prédio construído em 1896 tratava-se de uma edificação erguida sob as tendências de influência europeia de então, com características neoclássicas de simetria, mas também de um ecletismo nos seus elementos. Característica usual neste período é a verga de arco quebrado sobre as janelas, que encontramos nas edificações cedidas para escolas de Baturité e Redenção.

Com o crescimento da Cidade e a chegada de novas ações relativas à açudagem, cada vez maior do número de alunos necessitando de um novo lugar para o referido grupo, foi então transferido para um prédio adaptado (foto 5.109) situado na praça Dr. Revy, atualmente, praça José da Páscoa onde funcionou até 11 de outubro de 1937 (COSTA, 2002).

Tinha características similares a outros grupos escolares do Nordeste, numa simplicidade extrema de formas, a exemplo do Grupo Escolar Dom José Lopes de Itapetim, em Pernambuco (ver foto 5.110), bem como semelhante ao primeiro prédio onde funcionou inicialmente o grupo escolar de Crateús.

²³⁰ Segundo Costa (2002), o antigo prédio da Intendência de Quixadá foi construído em 1896 na administração do intendente Francisco Alves Barreira. Nesse prédio funcionaram os Poderes Executivo e Legislativo, como também o Grupo Escolar de Quixadá, quando de sua instalação em 1923.



Foto 5.109: Grupo Escolar de Quixadá (2ª instalação)

Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.110: Grupo Escolar Dom José Lopes –

Itapetim/PE

Fonte: itapetim.net/category/z/

Seu interior é muito singelo, espessas paredes, vão central que dá acesso as salas e ao pátio externo.



Foto 5.111: Vista interna corredor – Ex-G. E. de Quixadá

Fonte: foto da autora, 2010



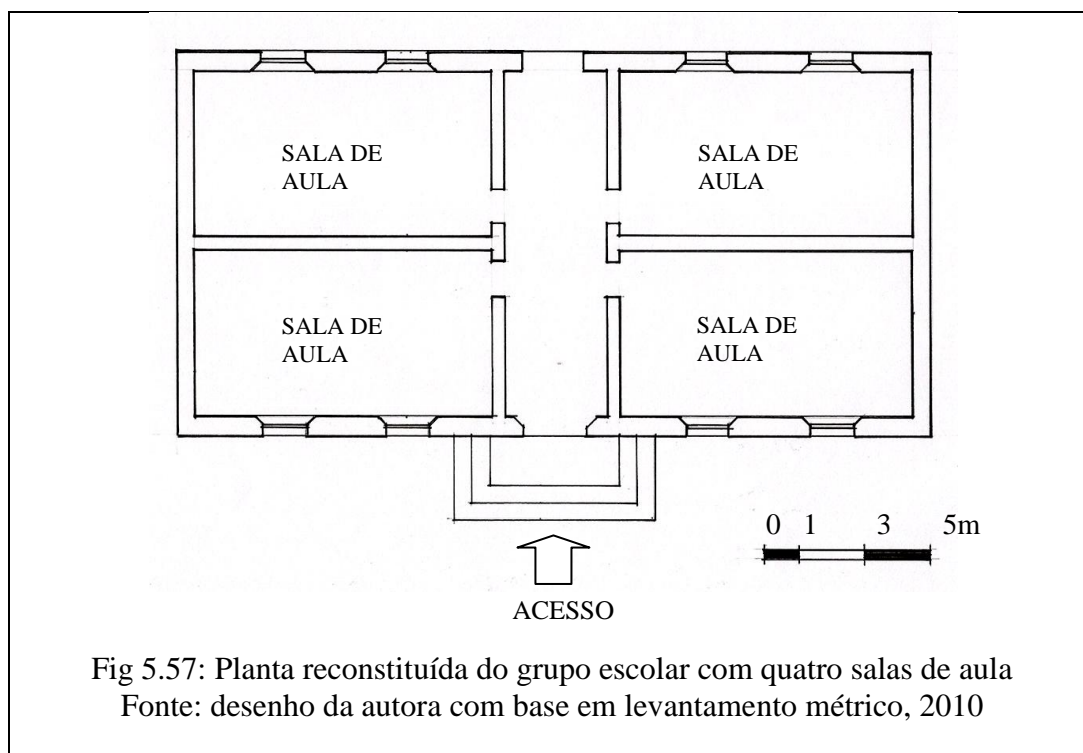
Foto 5.112 Vista acesso – Ex-Grupo Escolar de Quixadá

Fonte: foto da autora, 2010

A planta deste prédio adaptado se apresenta em forma de retângulo, com *hall* central com largura aproximadamente de 3,00m, pé direito variando de 4,00m a 4,50m. As salas de aula estão de um lado e do outro, parece não haver sala específica para diretoria. Possivelmente era a planta mais simplificada utilizada nos municípios, diferente da planta utilizada na mesma época nas capitais do Nordeste.

No *Almanachdo Ceará* (1923) constam seis classes, que poderiam significar não exatamente seis espaços de sala de aula, mas sim seis turmas, podendo funcionar três turmas pela manhã e três à tarde, perfazendo o total de seis turmas com 278 alunos. Estas seis classes, porém, funcionaram na primeira instalação na sede da Intendência, da qual não obtivemos nenhum registro arquitetônico, apenas uma pintura. Mesmo ao segundo prédio, na

praça José da Páscoa, acima assinalado, tivemos acesso apenas na parte externa. As salas de aula não foram medidas internamente, mas, com as medidas externas, retirando-se a parede de 32cm, temos as dimensões de aproximadamente 9,00 x 4,75m, portanto, supostamente a sala deve ter uma área de 42,75m², o que se aproxima muito das salas de aula dos outros grupos analisados.



O telhado ainda se apresenta em telha canal de barro em quatro águas. No caso do prédio de Quixadá, as janelas devem ter sido substituídas pelos cobogós, pela razão única de não ter quase custo de manutenção, segurança, embora as salas de aulas fiquem prejudicadas na iluminação natural. Isto é o que ocorreu em várias escolas do Ceará, tanto na Capital como nos outros municípios

Atualmente, o prédio adaptado consta inserido como um anexo do Ginásio Waldemar Alcântara, outro estabelecimento de ensino muito conceituado na Cidade. É um prédio que conjuga duas edificações bem diferenciadas e, internamente, se encontra a edificação do antigo grupo escolar.

Fato curioso sobre este estabelecimento de ensino, segundo Costa (op.cit, 2002), é que, oficialmente, constava que a Escola de 1º Grau José Jucá teria sido fundada em 1937. Que escola é esta, quando estou tratando do Grupo Escolar de Quixadá? Exatamente, esta é a dificuldade da pesquisa – saber em que escola foi transformado o original *grupo escolar*, cuja denominação era apenas a do Município, visto que muitos destes estabelecimentos de ensino

são alterados, e na maioria, inexistente documentação comprobatória da origem de tais estabelecimentos.

Nas mudanças de instalações físicas e com as mudanças em função de novas legislações, como, por exemplo, de “grupo escolar” para “escola de 1º grau”, muito dos documentos não são conservados, por vezes o cupim contribui com as demolições e ficam apenas as memórias. Ou acontece ainda, quando a escola vai transferida para uma nova sede, a inauguração desta sede passa a “representar” a criação daquela escola. Foi o que aconteceu com o Grupo Escolar de Quixadá.

No final dos anos de 1930, quando muitos grupos escolares foram erguidos no governo de Menezes Pimentel, a data oficial de criação desta escola, que constava em seus arquivos, era de sua fundação em 12 de outubro de 1937²³¹. Esta controvérsia se constituiu objeto de estudo de comissão especial instalada pelo diretor do 12º Centro Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE, que contou com a participação do historiador José Eudes Costa para pesquisar sobre a origem do grupo e identificar a data da fundação da escola.

Costa (2002) assinala que, por problemas de infestação de cupins, não havia nada nos arquivos da atual Escola de Ensino Fundamental e Médio José Jucá que comprovasse a real data de criação da escola. O fio condutor do desenrolar desta história foi o fato de que a mãe do historiador João Eudes, D. Maria Cavalcante Costa²³², fora professora nomeada para o referido grupo, como constatamos no *Almanach do Ceará* (1923) e o historiador tinha todos os documentos de sua mãe que comprovavam a existência do grupo escolar.

Neste sentido, uma comissão especial com a participação do historiador e ex-aluno do Grupo Escolar, João Eudes Costa, foi instituída pelo 12º Centro Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE para pesquisar a real data de criação da escola. Tudo foi feito com base em depoimentos de pessoas idôneas e documentos ainda existentes

²³¹ Conforme Lei n. 2.620, de 1º de outubro de 1928, assinada pela presidente do Estado, José Carlos de Matos Peixoto, o Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito de 10:000\$000 para construir o prédio do Grupo Escolar de Quixadá (Acervo da Assembléia Legislativa do Ceará, 1928).

²³² Segundo documentos do acervo do historiador João Eudes Costa, a professora Maria Cavalcante Costa nascida em 12 de fevereiro de 1896 em São Gonçalo, diplomou-se em 26 de novembro de 1916 na Escola Normal do Estado do Ceará. Foi nomeada para servir numa escola do lugarejo de S. Francisco, Município de Acaraú em 12 de janeiro de 1917, pelo então Governador João Tomé de Sabóia e Silva. Em 1918 foi transferida, por merecimento, para o Distrito de Caiçarinha, então pertencente a Canindé. Em 13 de janeiro de 1923 foi nomeada para o Grupo Escolar de Quixadá. Foi a primeira professora diplomada nomeada para Quixadá, pois sua nomeação ocorreu exatamente no dia em que foi criado, pelo então governador Justiniano de Serpa, o Grupo Escolar de Quixadá. Foi professora deste grupo escolar durante 21 anos. A Assembleia Legislativa, pelo Projeto de Lei 03/99, do deputado Osmar Baquit, homenageia a professora Maria Cavalcante Costa, denominando com seu nome o Liceu de Quixadá.

que apresentassem informações irrefutáveis. Este fato realça a importância da pesquisa histórica e da história oral.

Assim, concluídos os trabalhos de pesquisa da Comissão, à vista dos documentos e depoimentos analisados, foi aceita e reconhecida pelo 12º CREDE a data 25 de janeiro de 1923 como a original data de fundação do Grupo Escolar de Quixadá, vindo a se tornar Grupo Escolar José Jucá em 1937 com sede nova e ampliada. Segundo Costa,

Em 1937, em plena ditadura Vargas, era o interventor do Ceará o professor Dr. Menezes Pimentel, muito ligado as lideranças políticas de Quixadá. Exercia a função de Secretário de Estado competente quixadaense Dr. José Martins Rodrigues. Não foi difícil para a comissão que tinha entre outros membros o Pe. Luiz Braga Rocha, vigário, Alfredo Pereira de Sousa, Eliézer Forte Magalhães e o Prefeito (interventor municipal) Sr. José de Queiroz Pessoa, conseguir a construção do prédio para funcionamento do Grupo Escolar.

A inauguração festiva do novo prédio, com instalações das mais modernas existentes na época, realizou-se em 12 de outubro de 1937. [...] daquela data em diante, fosse denominado: GRUPO ESCOLAR JOSÉ JUCÁ²³³ (OP.CIT., p. 249).

De conformidade com o decreto-lei nº 11.493, de 17 de outubro de 1975, a instituição passou á denominação de Escola de 1º Grau José Jucá, atendendo ao ensino de 1ª a 8ª séries.



Foto 5.113: Vista externa EEFM José Jucá.
Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 5.114: *Hall* de entrada EEFM José Jucá.
Fonte: Foto da autora, 2010

Este prédio, construído em 1937, possui características bem parecidas com a dos grupos escolares de Fortaleza quanto à distribuição dos espaços a partir de eixo de simetria do *hall* de entrada. Onde já neste *hall*, se vislumbra o pequeno pátio central (original).

²³³ Conforme Costa (2002) foi feita esta homenagem com a denominação da nova escola a José Jucá de Queiroz Lima, bacharel em Direito, agente dos Correios e Telégrafos em Quixadá, delegado de Polícia, promotor de Justiça, vereador e vresidente da Câmara Municipal e prefeito em vários períodos. José Jucá teve ativa participação no movimento abolicionista em Quixadá.

Atualmente, foram acrescentadas salas de aula no pavimento térreo e no piso superior localizadas no final do terreno.

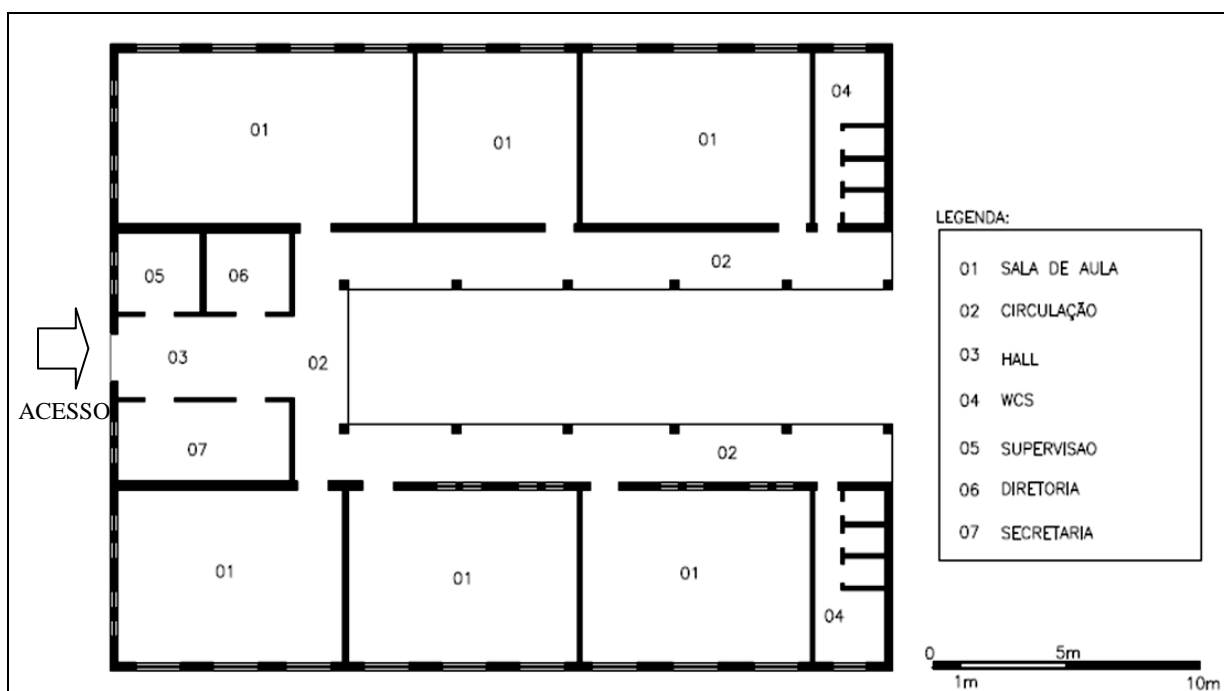


Fig. 5.58: Possível planta baixa original do ex-Grupo Escolar de Quixadá (1937)
 Fonte: Com base no desenho do Acervo DER/CE – Desenho digital de Plínio Silveira, 2011

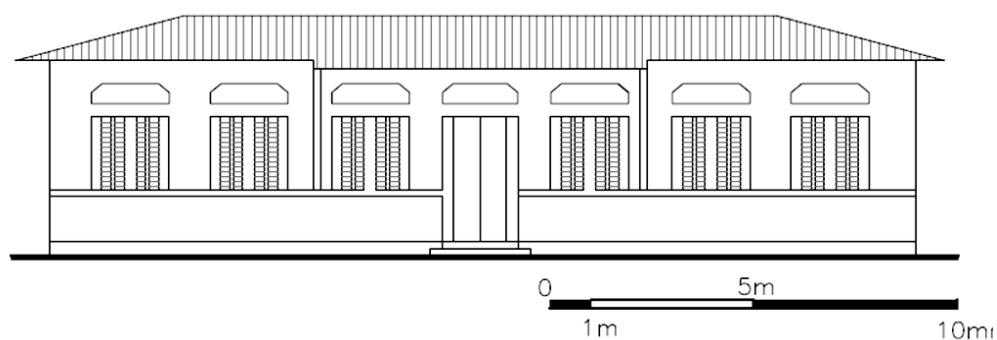


Fig. 5.59: Fachada principal ex-Grupo Escolar de Quixadá (1937)
 Fonte: Com base no desenho do Acervo DER/CE – Desenho digital de Plínio Silveira, 2011

Passamos a analisar também as instalações do Grupo Escolar José Jucá, construídas em 1937, visto que corresponde ainda aos objetivos da pesquisa, uma vez que são as primeiras manifestações de construções destinadas à escola pública no Estado (salvante Fortaleza). Antes disso, só encontramos as iniciativas de construções de escolas particulares ou das ordens religiosas e da Diocese.



Foto 5.115: Vista pátio central original EEFM José Jucá.

Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 5.116: Vista do corredor e pátio – ampliação - EEFM José Jucá.

Fonte: Foto da autora, 2010

Para análise do dimensionamento das salas de aula, nos reportamos mais uma vez ao Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário (1915) e do Código de 1932. O primeiro, mais generoso no quesito área/aluno, que considera, em seu art. 9º, *que a superfície do pavimento das classes será calculada na razão de 1m,25 para cada aluno*. Considerando que as salas de aula se encontram com dimensões de 5,50 x 8,55m, correspondendo a uma área de 50,45m², podemos dizer que possivelmente havia cerca de 40 alunos por classe, atendendo à área de 1,25m² por aluno. Quanto à altura da sala, apresenta 4,20m, portanto, atende às determinações do regimento em seu Art. 10º, de não serem inferiores a 4m.



Foto 5.117: Sala de aula EEFM José Jucá.

Fonte: Foto da autora, 2010

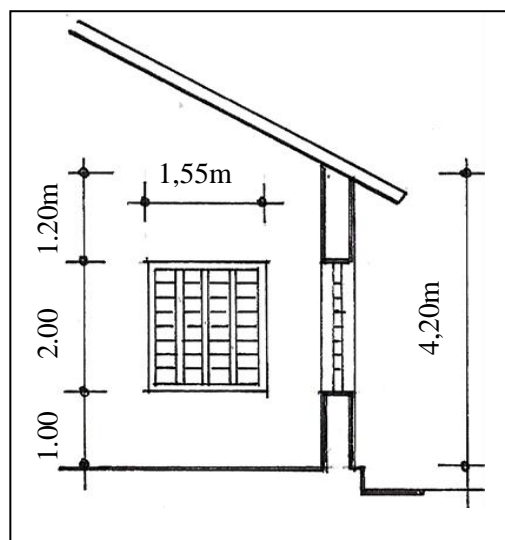


Fig. 5.60: Corte esquemático com medidas

Fonte: elaborado pela autora, 2010

As janelas têm as seguintes dimensões, de 1,55m de largura x 2,00m de altura, com peitoril de 1,00m, contudo, assim com em outros prédios escolares, encontramos a substituição da janela por fechamento de cobogó, e, neste caso, parte fechada em alvenaria, o

que certamente oferece mais segurança, porém, por outro lado, diminui bastante a área de iluminação e ventilação da sala de aula, exigindo a utilização de ventiladores de teto para compensar a perda de conforto térmico, mas que contribuem para aumentar os gastos com energia elétrica.

Atualmente a Escola de Ensino Fundamental e Médio José Jucá, sob a direção de Grupo Gestor, é constituída de 12 salas de aula, biblioteca, sala de diretoria, sala de professores, quadra coberta, contando matrícula de 904 alunos, distribuídos nos três turnos nas modalidades de Ciclos, Aceleração, Educação Especial, Telensino, Educação de Jovens e Adultos e Tempo de Avançar.



Foto 5.118: Vista lateral da Escola José Jucá – Quixadá
Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 5.119: Fachada Principal (Oeste) - Escola José Jucá – Quixadá
Fonte: Foto da autora, 2010

Aqui, mais uma vez, encontramos um grupo escolar criado em 1923, cujo funcionamento inicial ocorreu em prédio adaptado e somente na década de 1930 foi construída instalação física mais apropriada. Não há, contudo, maiores preocupações, ou talvez na época, condições de uma concepção mais elaborada da edificação, pois apenas se vê a mesma planta percorrendo os sertões do Ceará no sentido de cumprir uma função oficial de fornecer a instrução que é por lei obrigatória e gratuita.

Quanto às práticas escolares, fica apenas a condição do que já foi exposto no início deste capítulo em relação à Reforma de 1922, com a introdução de materiais pedagógicos e todo o equipamento necessário nos grupos da capital. Não foi possível saber sobre as questões mais afetas ao ensino nos municípios, pois poucos são os registros, como acabamos de verificar, e muitas foram as mudanças de instalação, o que sempre acarreta uma dissolução de material dito “velho”, sem serventia. A consciência da conservação do documento histórico, além de ser fato raro, as condições para conservação se apresentam, às vezes, difíceis ainda.

5.3.3.10 Grupo Escolar de Redenção

Identificar atualmente o prédio de um extinto grupo escolar ou identificar que escola foi originalmente o grupo escolar continua sendo uma das grandes dificuldades desta pesquisa. Para localizar e saber se ainda existia o prédio do Grupo Escolar de Redenção, resolvemos ligar para as escolas estaduais situadas no centro deste Município, intuindo que as antigas escolas estariam situadas o mais próximo da praça mais antiga, o centro original da cidade. Qual foi nossa grata surpresa, encontramos a **Escola de Ensino Fundamental e Médio Padre Saraiva Leão**, cuja atual diretora, Antônia Aldenira de Sousa, confirmou ser esta a primeira escola pública (1915) e depois Grupo Escolar de Redenção (1923).



Fig. 5.61: Localização do prédio onde funcionou e ainda funciona o ex-Grupo Escolar de Redenção.

Fonte: Google, com destaque dos edifícios e praças feitos pela autora, 2010.

No histórico elaborado pelo grupo gestor, essa escola é a pioneira no ensino primário na cidade de Redenção. Tem uma localização privilegiada, pois se encontra na praça Joaquim Távora n.º. 160, em frente à matriz, no centro da Cidade.

A *Escola Pública de Redenção* existe desde 1915, fundada no governo de Benjamim Liberato Barroso. Desde então, funciona neste prédio, que é bem anterior à criação do grupo escolar. Este edifício, segundo informações da diretoria da escola, *foi palco de grandes*

*encontros abolicionistas da Sociedade Acarapense Libertadora*²³⁴ no final do século XIX, e em uma de suas salas, foi assinado o termo de abolição dos escravos, no dia 1º de janeiro de 1883. Quanto a isto, há controvérsias, pois segundo a diretora do *Museu de História e Memória de Redenção*, há quem diga ter sido na praça da Matriz, a poucos metros da escola.

No histórico da E.E.F.M. Padre Saraiva Leão, constam como primeiras diretoras as professoras Maria Sidône e Dona Maria Valente, provavelmente do início como escola pública em 1915. Já em 1923, quando foi reformado pelo coronel Christino Ferreira, conforme placa exposta na fachada do prédio coincide justamente com seu ato de criação e instalação dentro dos conformes da Reforma Educacional de 1922, quando passou à denominação de *Grupo Escolar de Redenção*, constando como diretoras as professoras Isabel Linhares e Odete Bastos e Alice Raulino (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923).

Num terreno de propriedade da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Redenção, medindo 26,30m de frente e 48,25m de fundos, tendo ao leste a Praça já citada; ao lado sul, o prédio do antigo Cine Redenção; ao norte o prédio dos Vicentinos, hoje o Cartório e, ao oeste a rua Padre Ângelo.

As características dos elementos arquitetônicos presentes nas fachadas do prédio (Foto 4.120) denotam semelhanças aos prédios escolares encontramos no livro de *Proprios Estaduaes* de 1912. Neste, a verga de arco quebrado é interrompida, criando uma parede cega entre o arco e a janela, elementos de acabamento na platibanda, sem o beiral à vista, como vimos no prédio do primeiro Grupo Escolar de Baturité.



Foto 5.120: Fachada Principal do ex-Grupo Escolar de Redenção
Fonte: acervo pessoal da autora, 2010

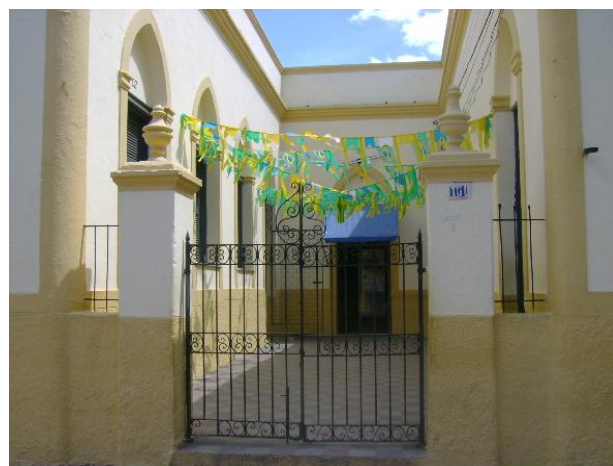


Foto 5.121: Detalhe portão e colunas
Fonte: acervo pessoal da autora, 2010

²³⁴ Neste período do final do século XIX, esta localidade era denominada Acarape, freguesia de Baturité. A atual Acarape era Cala Bocas, somente quando se criou a Vila de Redenção, Cala Bocas passou a ser Distrito de Acarape.

O prédio da antiga Sociedade Acarapense Libertadora e depois Escola Pública, em 1915, apresenta características espaciais e de elementos de influência do higienismo, presentes no Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário de 1915. Considerando que este prédio existia antes da escola, fica a pergunta: este regimento apresentava concepções espaciais com base em preceitos higienistas vigentes? Quais? Os do Código de 1893?

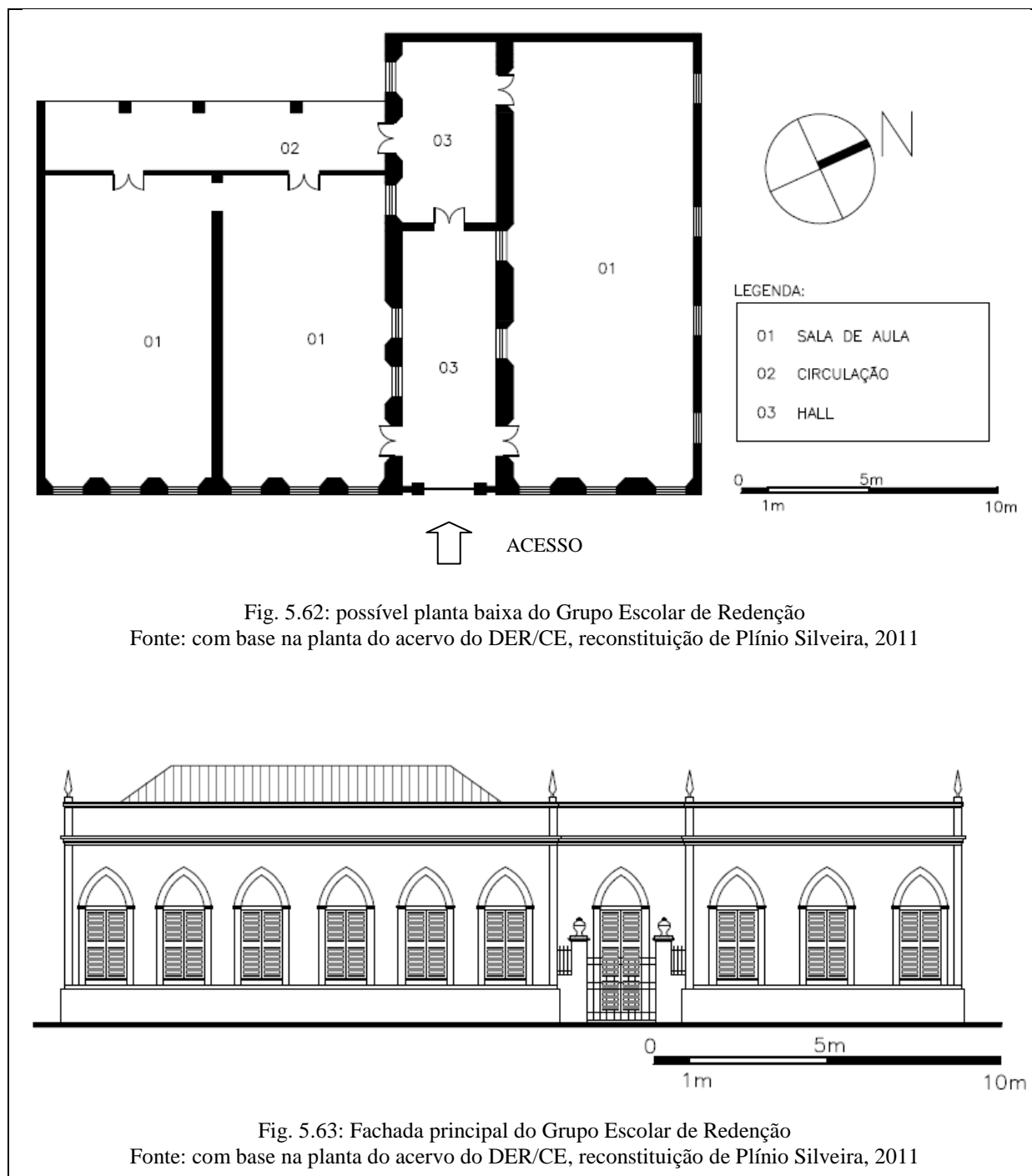




Foto 5.122: Fachada Principal na Praça Joaquim Távora
Fonte: Arquivo da Escola



Foto 5.123: Desfile das alunas - fachada da rua posterior
Fonte: Arquivo da Escola

No *Almanach* de 1924, constam seis classes, que poderiam significar não exatamente seis espaços de sala de aula, mas sim seis turmas, podendo funcionar três turmas pela manhã e três à tarde, perfazendo o total de seis turmas com 280 alunos.

Apresentamos a planta reconstituída com base na planta atual do acervo do DER/CE, em que distinguimos um grande salão, que devia ser o do *Círculo Operário*, que já existia no século XIX, e duas salas que provavelmente também existiam, formando três salas que deveriam ser as utilizadas inicialmente pelo Grupo Escolar de Redenção.

Quanto à dimensão da sala de aula, o Regimento de 1915 considera em seu art. 9º, que *a superfície do pavimento das classes será calculada na razão de 1m,25 para cada aluno*. Considerando que as supostas salas de aula se encontram com áreas de aproximadamente 43m², e se a matrícula foi de 280 alunos em 1923, podemos dizer que possivelmente havia cerca de 46 alunos por classe, o que excede em relação à proporção que deveria ter em sala de aula. Assim sendo, teria 0,93m² por aluno em sala de aula, o que parece ser bem inferior ao que se postulava como adequado no regimento, fato esperado, de certa forma, de um prédio adaptado.

Quanto à altura da sala, o que chamamos de pé-direito, apresenta 5m, portanto corresponde às determinações do Regimento, em seu Art. 10º, de não serem inferiores a 4m.



Foto 5.124: Sala de aula EEFM
Saraiva Leão
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.125: Janela de sala de
aula
Fonte: foto da autora, 2010

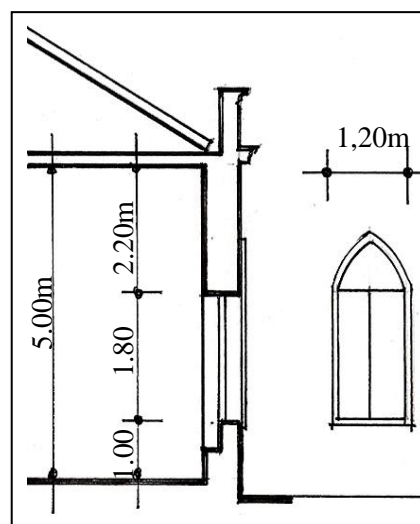


Fig. 5.64: Corte esquemático
Fonte: elaborado pela autora, 2010

As janelas também seguem as dimensões estabelecidas nos parâmetros observados.

No final do terreno, havia um pátio coberto que era chamado de “pavilhão”. Este pavilhão era determinado no Regimento de 1915. De acordo com Art. 7º - *Tratando-se de casas para grupos escolares, além das indispensáveis para as classes determinadas pelo Regulamento, haverá [...] um salão que possa conter todos os alunos do grupo e que servirá para reuniões, conferências e exames.*



Foto 5.126: Quadra esportiva e pavilhão
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.127: Pavilhão
Fonte: foto da autora, 2010

Interessante é frisar que, tanto nos grupos escolares de Fortaleza como neste, encontramos relatos sobre o funcionamento de um consultório dentário. Este era situado no antigo “pavilhão”.

5.3.3.11 Grupo Escolar de Sobral

A cidade de Sobral chega à segunda metade do século XIX com a seguinte situação de ensino público: 171 alunos matriculados, sendo 36 na cadeira de Latim, do padre Fialho, 92 na cadeira masculina do professor Castro Paiva e 43 na cadeira feminina, da professora Maria Mendes Falkenstein (ARAÚJO, 1978).

A figura feminina aparece no início do século XIX em Sobral, Segundo Araújo (1978, p. 135), *a 10 de setembro de 1838, por provisão do presidente Manuel Felizardo de Sousa e Melo é nomeada interinamente, a professora Maria Caetana da Silva para a cadeira de primeiras letras destinada exclusivamente ao sexo feminino na Vila Distinta e Real de Sobral.*

Araújo (1978) assinala dois grupos em Sobral, o Grupo Antônio Ibiapina e o Grupo Prof. Arruda na década de 1920. A citação do *Almanach do Ceará* (1924) apenas faz referência ao “Grupo de Sobral”, que apresenta como diretor Newton Craveiro, que foi também inspetor fiscal da 3ª Região – Sobral, no período da Reforma de 1922.

Reorganizado em virtude do acto de 16 de Dezembro de 1922, em execução à lei n. 1953, de 2 de agosto do mesmo anno. Installado em 2 de Janeiro de 1923. (10 classes) matrícula, 376.

Administração e corpo docente

Director: Newton Craveiro (em comissão)
 Professoras – Idalina Gutjão, Dinorah Gondim Lins, Francisca Amelia Pacifico, Emilia Alves de Carvalho, Anna Augusta Lopes, Auta de Lima Alcantara, Maria Augusta da Silva, Raymunda Gomes de Lima, Leonor Arruda Machado e Maria Regina Caldas. (*ALMANACH DO CEARÁ*, 1923, p. 70)

Já no *Almanach do Ceará* anterior, de 1922, onde apresenta os dez grupos escolares de Fortaleza e os de Maranguape e Sobral, a citação difere em alguns dados, pois se refere ao *Grupo Escolar Dr. Antônio Ibiapina*, com data de instalação anterior – *Instituído por acto de 28 de janeiro de 1921 e installado na cidade de Sobral, a 15 de abril do mesmo anno.*

Segundo Araújo (2005), Newton Craveiro foi nomeado, em 1914, pelo governador Benjamin Barroso, inspetor escolar em Sobral. Suas ideias de modernização do ensino já se faziam perceber. Em 1917, instalou o “Instituto Visconde de Saboia” moldado no espírito e nos ideais das novas tendências pedagógicas de ensino, que depois tiveram maior difusão com a Reforma de 1922. Os modernos métodos pedagógicos da Escola Nova, conforme Araújo (OP. CIT., p. 166) foram também adotados no Grupo Escolar Antônio Ibiapina, grupo este

[...] fundado em fevereiro de 1923, onde foi introduzido o teste de acuidade visual, obrigatório, cuja finalidade era distribuir racionalmente os alunos nas

classes de aula. Foram introduzidos também “trabalhos manuais” como disciplina obrigatória, provocando violenta reação por parte dos pais, publicando enérgico protesto na imprensa em que diziam ser um absurdo “ensinar a fazer chapéus de palha em vez de ensinar a ler e escrever”.

Ainda conforme os escritos do monsenhor Sadoc de Araújo, o professor, jornalista e sociólogo Newton Craveiro foi árduo defensor da reforma de ensino, lutando pelos seus ideais até seu falecimento, que se deu repentinamente, aos 32 anos, em Juazeiro do Norte, em 13 de janeiro de 1926, em viagem a serviço da Educação.

Pela última descrição, acreditamos que o dito grupo a que se refere o *Almanach do Ceará* (1924) seja o Grupo Escolar Antônio Ibiapina, mas a citação é de que o grupo foi “reorganizado”, ou seja, já existia. Já na citação de Araújo, o grupo teria sido criado em fevereiro de 1923. Em visita à cidade de Sobral, fomos até o antigo Grupo Escolar Professor Arruda, o qual é conhecido na Cidade e reconhecido como o grupo mais antigo dali, conforme informação verbal da atual diretora do Colégio Estadual.

Admitimos a possibilidade de que, anteriormente, haja alguma relação deste grupo que iremos analisar com o citado Grupo Escolar de Sobral, reorganizado na Reforma de 1922. Não encontramos, no entanto, até o momento, informações sobre a sua instalação física algo sobre o Grupo Escolar Antônio Ibiapina. Existe a possibilidade de que tenha sido transformado em outra escola estadual, mas não identificamos.

Passamos, então, a analisar o Grupo Escolar Prof. Arruda, que Girão e Martins Filho (1939, p, 402) apontam como referência da instrução primária em Sobral naquela época – *a instrução primária se faz no grupo Escolar Prof. Arruda, que ocupa edifício de amplas proporções, construído em 1937*. Localizando-se atualmente no mesmo prédio, à rua Coronel Monte Alverne n.º 596, praça Duque de Caxias, também conhecida como praça do Bosque.

Segundo consta em anotações de próprio punho de ex-secretária deste estabelecimento de ensino, o Grupo Prof. Arruda funcionou em 1935, em casarão da rua Senador de Paula, hoje av. Dom José. O prédio atual foi construído pelo Estado na interventoria de Menezes Pimentel, sendo o grupo criado pelo Decreto n.04, de 26 de fevereiro de 1936, e inaugurado em 26 de maio de 1937²³⁵. Aqui, mais uma vez, fica a dúvida: este foi o grupo escolar reorganizado e instalado em 1923 e o prédio construído para tal fim construído em 1937?

²³⁵ Alguns dados que constam no histórico escolar escritos pela ex-secretária da escola, Abigail Dias Frota, têm como referência o livro *O Centenário* (1841-1941) - Artigos “*Nossa História*” do Pe. João Mendes Lira, e *Correio da Semana*, 7/05/1977.



Fig. 5.65: Localização do prédio onde funciona o ex-Grupo Escolar Prof. Arruda.
Fonte: Google, com destaque dos edifícios e praças feitos pela autora, 2010.

O projeto apresenta-se diferenciado dos demais projetos do restante do Estado, no sentido de apresentar o segundo pavimento, que nos parece ter sido construído desde o início, pela configuração espacial e localização da escada de madeira que caracteriza a época, não deixando vestígios de que tenha sido uma ampliação posterior a 1937.

A tipologia de distribuição da planta, no entanto, é praticamente a mesma dos anteriores – entrada principal centralizada, desnível no *hall* de entrada, recuo de aproximadamente 3,00m para a calçada, planta com corpo central paralelo à rua e duas alas de salas de aula com circulação, dando para pátio interno, que, neste caso, é estreito como o de Quixadá e da Escolas Reunidas de Soure.

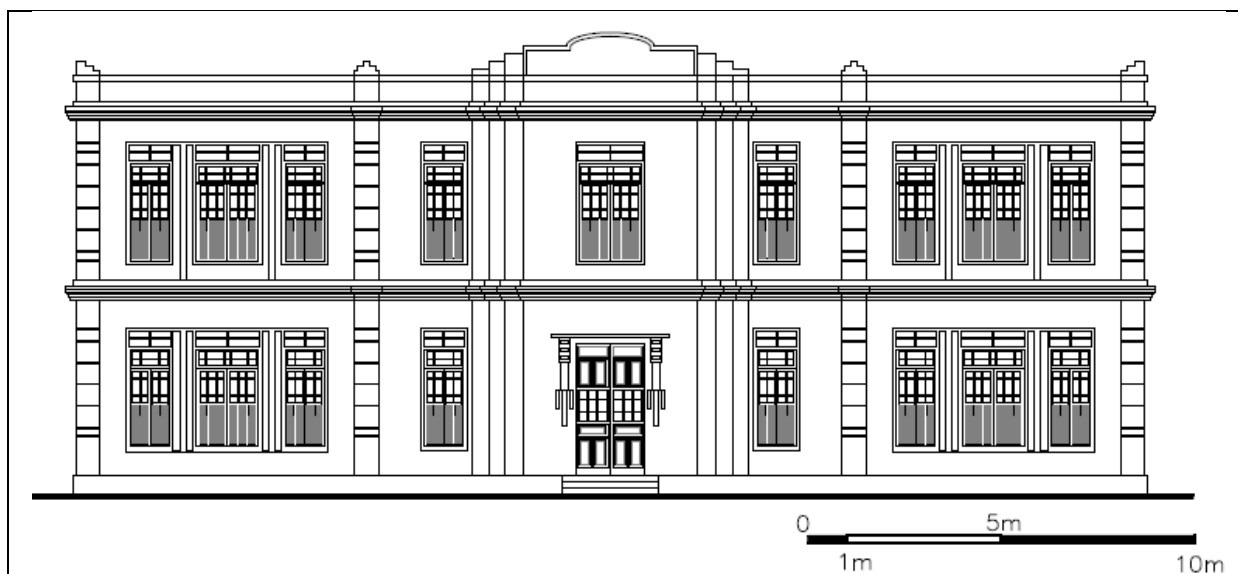


Fig. 5.66: Fachada principal do Grupo Escolar Prof. Arruda – Sobral
 Fonte: Reconstituição por Plínio Silveira com base na planta do acervo da EEFM Prof. Arruda e fotos, 2011

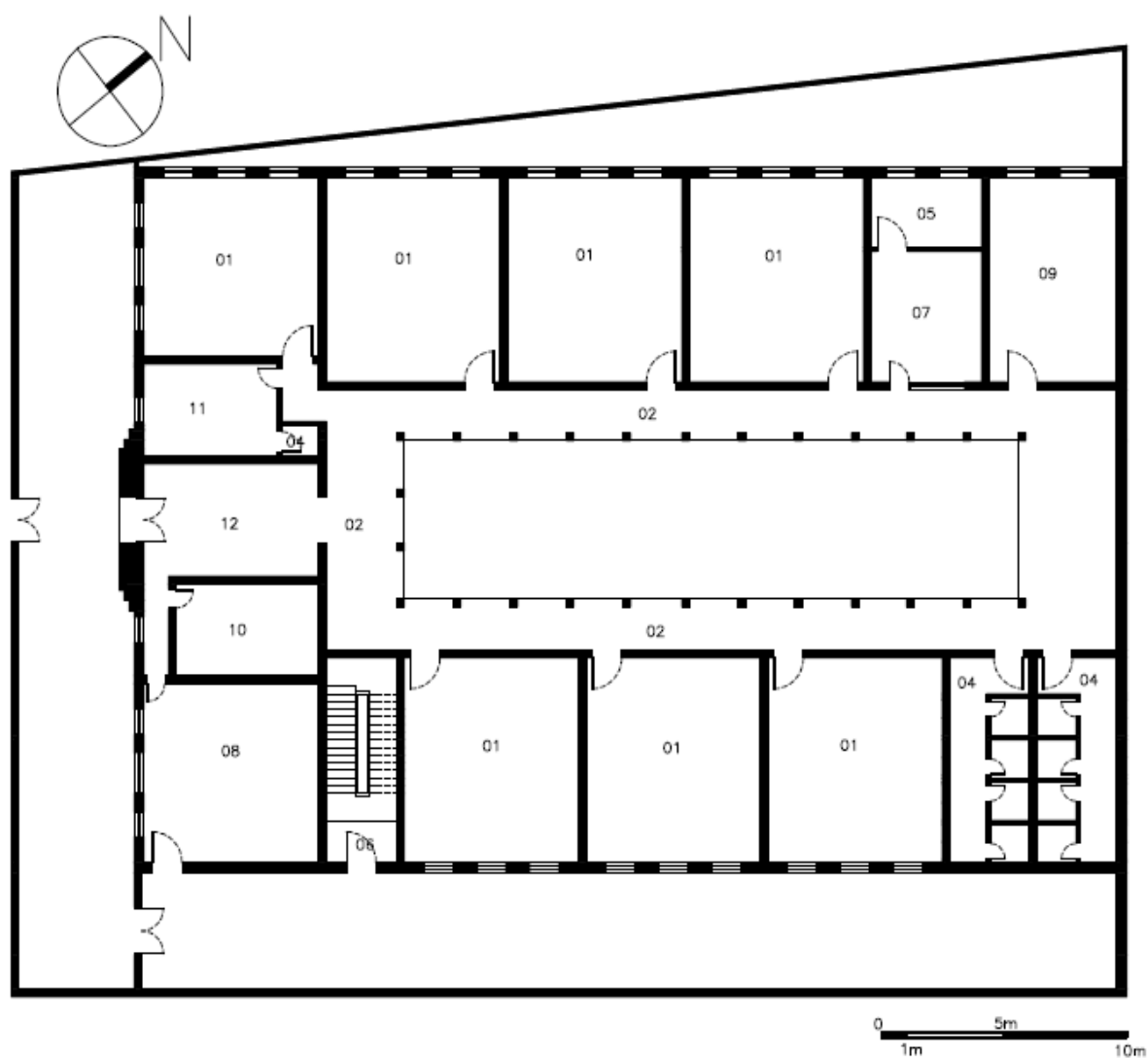


Fig. 5.67: Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Prof. Arruda – Sobral
 Fonte: Reconstituição por Plínio Silveira com base na planta do acervo da EEFM Prof. Arruda, 2011

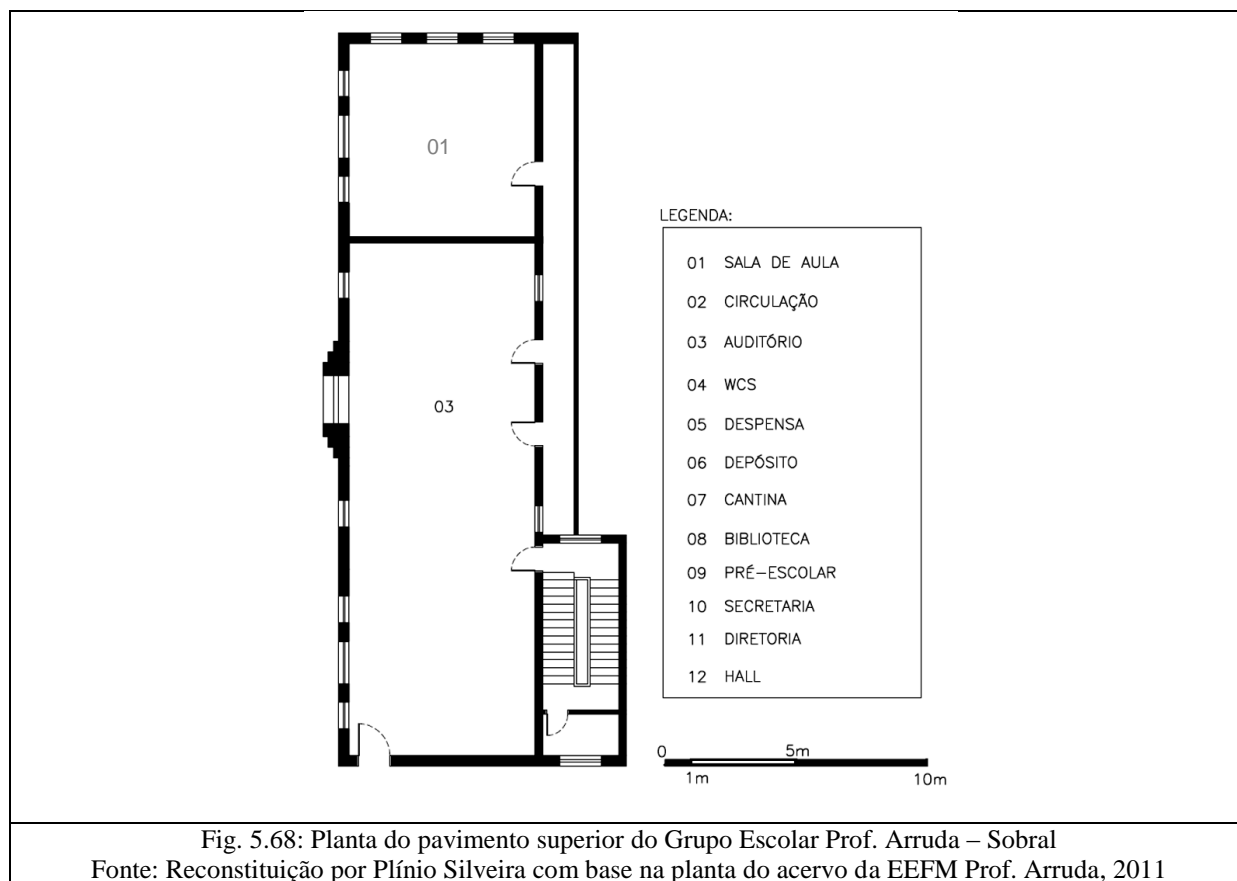


Foto 5.128: Vista pátio central Grupo Escolar Prof. Arruda.
 Fonte: Acervo da Escola, 1975



Foto 5.129: Circulação das salas de aula com vista para o pátio
 Fonte: Foto da autora, 2010

Passamos a analisar também as instalações do Grupo Escolar Prof. Arruda, à luz do Código de 1932, haja vista haver sido edificado em 1937.

Para análise do dimensionamento das salas de aula, encontramos um número superior ao que determina o Código de 1932, em Art. 292. § 1.º – *as salas de aula, de preferencia*

retangulares, serão proporcionadas ao número de alunos, à razão de 1m^2 , para cada um, não devendo o número destes exceder de 40 por sala, considerando que as salas de aula se encontram com dimensões de $7,90 \times 6,90\text{m}$, correspondendo a uma área de $54,51\text{m}^2$. Podemos dizer, então, que possivelmente poderia comportar cerca de 50 alunos por classe, atendendo à área de $1,00\text{m}^2$ por aluno, o que excede às prescrições do Código. Observamos aqui, como em outros grupos escolares (Barbalha, Maranguape, dentre outros), que, a partir da relação aluno-sala de aula nesta escola, havia a possibilidade de mais alunos em sala de aula.

A altura da sala apresenta 5.50m , portanto, atende tanto as determinações do Regimento (1915) em seu Art. 10º, de não serem inferiores a 4m , quanto às determinações do Código de 1932 que, em seu Art. 292, § 2.º, determina que *será de no mínimo $3,50\text{m}$* .

As janelas têm as seguintes dimensões, de $1,10\text{m}$ de largura x $2,10\text{m}$ de altura, com peitoril de $1,05\text{m}$, contudo, assim como em outros prédios escolares, encontramos a substituição da janela por cobogós, e, neste caso, parte fechada em alvenaria, o que certamente oferece mais segurança, por outro lado, diminui bastante a área de iluminação e ventilação da sala de aula, exigindo a utilização de ventiladores de teto para compensar a perda de conforto térmico, mas que contribuem para aumentar os gastos com energia elétrica.



Foto 5.130: Detalhe da porta de entrada
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.131: Sala de aula EEFM Prof. Arruda.
Fonte: Foto da autora, 2010

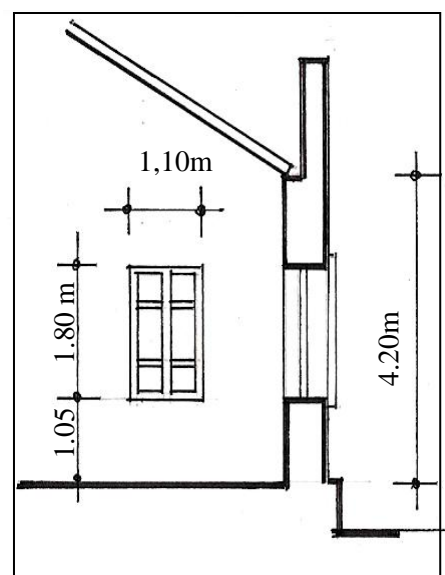


Fig. 5.69: Corte esquemático
Fonte: Foto da autora, 2010

Na área da biblioteca e secretaria, o teto é laje de concreto por conter pavimento superior; as janelas permanecem originais. A porta de entrada é mantida em seus detalhes de vidros coloridos, assim como os elementos da fachada que contornam a porta.



Foto 5.132: Secretaria da EEFM Prof. Arruda
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.133: Biblioteca da EEFM Prof. Arruda
Fonte: foto da autora, 2010



Foto 5.134: Vista lateral da escola -
Sobral
Fonte: Foto da autora, 2010



Foto 5.135: Fachada Principal – EEFM Prof. Arruda – Sobral
Fonte: Foto da autora, 2010

Atualmente, a Escola de Ensino Fundamental e Médio Prof. Arruda, sob a direção do Grupo Gestor, é constituída de 12 salas de aula, biblioteca, sala de diretoria, sala de professores, quadra coberta, contando matrícula de 904 alunos, distribuídos nos três turnos.

5.3.3.12 Acerca da arquitetura dos grupos escolares construídos no restante do Estado

Fazendo um balanço do que foi visto de edificações dos grupos escolares do do Ceará, excetuando-se a Capital, consideramos que não foi um processo fácil a criação, reorganização e construção destas instituições. Ao compararmos as histórias destas instituições, encontramos diferenças, mas também algumas similaridades.

No que se refere à arquitetura destes prédios escolares, podemos analisá-la em duas fases: a primeira, no período da Reforma de 1922, quando foram criados ou reorganizados os grupos escolares; e a segunda, seguindo a história de cada uma das instituições até o momento em que obtiveram sede própria, construída para tal finalidade.

Na primeira fase, encontramos prédios cedidos pela municipalidade adaptados, segundo acordo com o Estado, para instalação e funcionamento do grupo da cidade. Podemos perceber para estas adaptações, que deveriam ser cedidos prédios “convenientes”.

Esta “conveniência” denotava, conforme as próprias palavras de Lourenço Filho, aquele prédio em dimensões que pudessem reunir um número de salas de aula que comportasse a demanda conforme resultado do Cadastro Escolar. Além disso, que possuísse características espaciais que proporcionassem condição de limpeza, como piso em ladrilho hidráulico; ventilação, com grandes janelas que fornecessem meios de circulação de ar; altura dos ambientes de no mínimo 4m. Na verdade, estas especificidades constavam no Código de Posturas (de Fortaleza) de 1893, bem como no Regulamento de 1915.

Deste modo, podemos assinalar na primeira fase, os prédios ditos convenientes foram em sua maioria casarões residenciais, como em Barbalha, Crato, Icó, Lavras, ou em locais de prestígio da municipalidade, como é o caso de Quixadá, que cedeu o pavimento superior da sede da Intendência, por ser o mais adequado. Caso semelhante aconteceu em Baturité e Redenção, onde foram cedidos prédios institucionais, onde funcionavam o Círculo Operário e a antiga Sociedade Acarapense Libertadora, respectivamente, ambos construídos no século XIX.

Na segunda fase, seguindo a continuidade do funcionamento destes grupos, encontramos prédios construídos para tal finalidade, passando a sedes próprias de caráter oficial. Nestes casos, todos foram construídos no final da década de 1930 até 1950. Os projetos apresentam planta baixa em forma de “U” inicialmente, que, com as ampliações, vão fechando e se tornam plantas com pátio interno.

Podemos ainda distinguir duas tipologias nestas novas edificações: uma, com planta distribuída a partir de um eixo de simétrica, apresentando frontispício na entrada única da

escola, pátio interno estreito. Deste tipo são as novas sedes dos grupos escolares de Aracati, Baturité (prédio construído para grupo escolar), Crato e Quixadá. A outra tipologia apresenta planta assimétrica, exibindo frontispício na entrada principal junto à diretoria e outra entrada para alunos, pátio interno mais amplo do que os da primeira fase. Assim, são os projetos dos grupos escolares de Maranguape, Barbalha, Icó e Crateús.

O projeto do Grupo Escolar Professor Arruda, de Sobral, inaugurado em 1938, apresenta planta simétrica, contudo o diferencial é o surgimento do segundo pavimento, que, provavelmente pela condição da municipalidade e demanda, se tornou uma edificação monumental para a época, a exemplo dos grupos escolares construídos em Fortaleza com a Reforma de 1922.

Outro projeto diferenciado é o da nova sede do Grupo Escolar de Lavras da Mangabeira, construído em 1948, que apresenta planta pavilhonar, de tendências modernistas, a exemplo dos grupos escolares de São Paulo citados no capítulo 3. Não teve destaque nesta pesquisa pelo fato de que não abordamos a arquitetura moderna no Ceará.

Além destas tipologias, ressaltamos a arquitetura do prédio que abrigou o Grupo Escolar de Redenção em 1923. De características ecléticas, com elementos neogóticos, nas vergas de arco abatido, esta edificação, construída provavelmente no século XIX, é mantida em funcionamento até os dias atuais, tendo passado por algumas reformas e ampliações, contudo, preservou a fachada principal.

Nesta mesma tendência, e provavelmente da mesma época, pelas características arquitetônicas, é o prédio de Baturité que acolheu inicialmente o Grupo Escolar em 1922.

5.3.4 Outras instituições escolares públicas de instrução primária e infantil criadas nas décadas de 1920-1930 em decorrência da Reforma de ensino no Ceará

Abordaremos neste tópico um pouco da história de algumas instituições escolares que foram criadas ainda em execução à lei 1.953/1922, como é o caso das *Escolas Reunidas de Soure*, bem como outras instituições que, foram criadas em conseqüência dos desdobramentos da Reforma de 1922, o *Grupo Escolar do Alagadiço* criado em 1929 e o *Sistema de Educação Infantil*, criado em 1937, que vale aqui ressaltar no sentido do fechamento e entendimento de um ciclo na história da instrução primária no Ceará.

5.3.4.1 Grupo Escolar do Alagadiço

O Grupo Escolar do Alagadiço, posteriormente denominado Grupo Escolar Presidente Roosevelt, tem sua história iniciada com a instalação, segundo Girão (1975), na casa da Chácara *Nous Autres*²³⁶ (Foto 5.136), propriedade de João Tibúrcio Albano (1800-1924), local onde atualmente se encontra a Secretaria de Agricultura do Estado, na avenida Bezerra de Menezes. Assim, é mais um grupo escolar instalado em prédio adaptado, ou seja, “arquitetura reciclada” (SEGAWA, 1988).

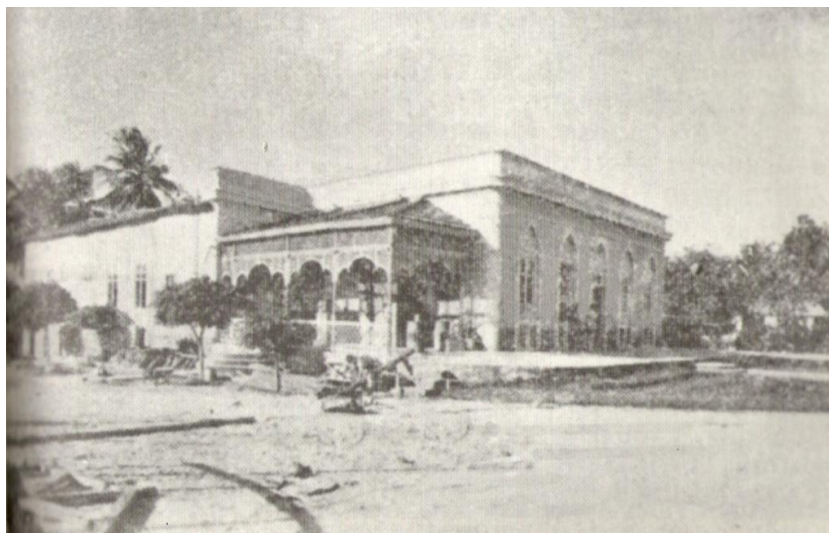


Foto 5.136: Chácara *Nous Autres*
Fonte: Azevedo, 2001.

²³⁶ Segundo notas de 30/05/1933 de Azevedo (2001, Vol. I, p. 143), o *Governo Estadual adquire por 140 contos de réis a chácara Nous Autres, na Avenida Bezerra de Menezes nº1820, no Alagadiço, para demolir e construir o prédio da Diretoria Geral da Agricultura, depois Secretaria de Agricultura e Abastecimento e hoje Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária*

Esta instituição escolar iniciou suas atividades, segundo assinala Azevedo (2001), como Grupo Escolar do Alagadiço, tendo sido inaugurado em 2 de abril de 1929, no governo de José Carlos de Matos Peixoto, sob a direção da professora Iclécia de Sousa Brasil.

O autor comenta sobre a cerimônia de inauguração, na qual entre outros, falaram o diretor da Instrução, dr. Moreira de Sousa e a citada diretora da instituição. Esta data é também confirmada pelo *Guia do Estado do Ceará* (1974), que acrescenta ter sido denominado ainda Grupo Escolar Farias Brito, Grupo Escolar S. Gerardo e, finalmente, Grupo Escolar Presidente Roosevelt.

O histórico elaborado pelos professores da atual escola não registra a data da mudança para Grupo Escolar Presidente Roosevelt. Então, entendemos que, como muitos outros grupos do Ceará que mudaram de denominação quando da inauguração de um novo prédio para funcionamento da escola, provavelmente, este grupo escolar deve ter recebido esta denominação ao passar, na década de 1930, para o endereço em que se encontra até hoje, na avenida Bezerra de Menezes n.º 435, no Bairro Farias Brito.

Atualmente funciona como Escola Estadual de Educação Profissionalizante. Não encontramos documentos que datassem a criação nem as passagens das modalidades de ensino que a escola teve ao longo de seus 80 anos de existência. Com a leitura e observação de livros de ponto e de matrícula, bem como de relatórios de atividades anuais elaborados por seus diretores, podemos perceber os diversos momentos com diferentes denominações pelas quais passou a instituição, e, assim, verificar como a instituição educacional se modifica e se amplia para atender o contexto social de cada época e a incorporação de novas áreas do conhecimento, novas técnicas e tecnologias.

Nos livros de ponto e de matrícula dos anos de 1967, 1968, 1969, 1970, 1971 ainda há a denominação de **Grupo Escolar Presidente Roosevelt**, tendo como diretora a professora Maria Augusta Barros.

A partir de 1972, logo após a Lei nº 5.692, de 1971 que extinguiu os grupos escolares, vamos encontrar no livro de ponto, a denominação de **Escola de 1º Grau Presidente Roosevelt**. A ficha de Identificação de Instituição Pública, no entanto apresenta como ato de criação da escola o Decreto n.º 11493, D.O. de 30 de outubro de 1971. Esta data de criação deve ser relativa à criação como escola de 1º grau.

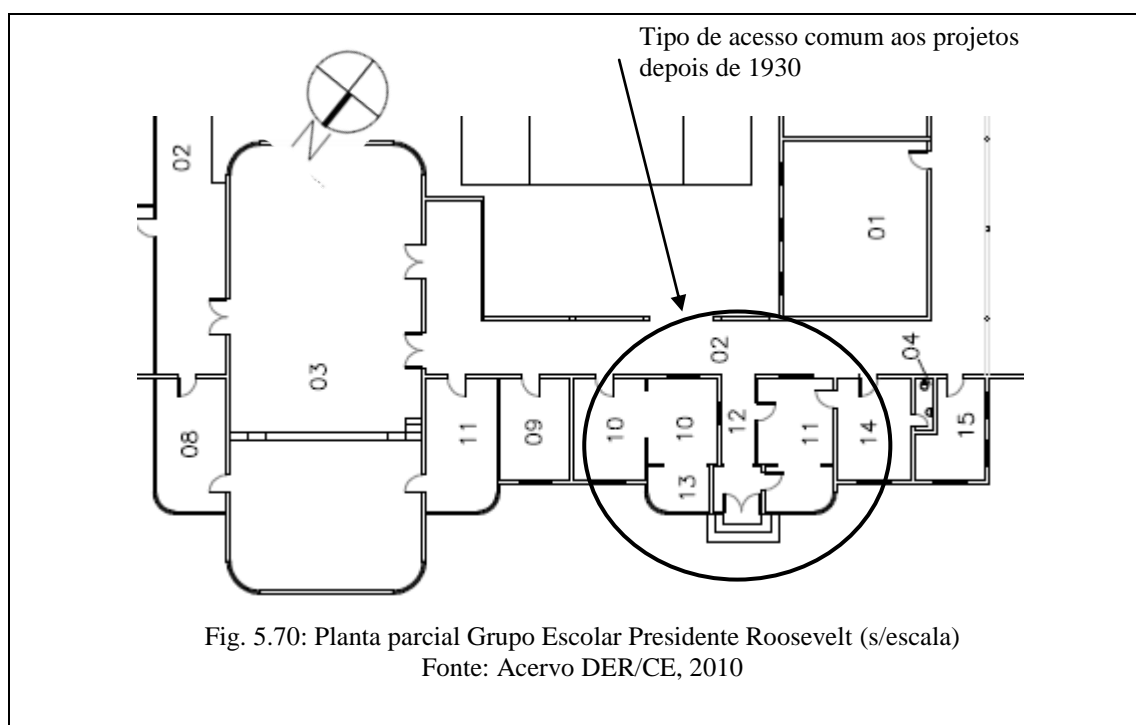
Em 1998, encontramos no Relatório de Atividades Anual, sob a direção do professor Edilson Pinto Fernandes, a denominação de **Escola de 1º e 2º Grau Presidente Roosevelt**. No ano de 1999, sob a direção do professor Ivan Cesar Félix Rodrigues, passou a ser denominada de **Escola de Ensino Fundamental e Médio Presidente Roosevelt**.

A edificação também abrigou por muito tempo o *Centro Educacional Arminda de Araújo, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CENEC)*, funcionando no turno da noite, conforme placa comemorativa existente no *hall* da escola, datada de 1992.

Em 2009, foi transformada em Escola Estadual Profissionalizante, oferecendo ensino médio integrado ao profissional a 180 alunos distribuídos em quatro turmas nos cursos de Edificações, Estética e Informática, vinculando a formação geral, científica e cultural à formação profissional.

- **A arquitetura do prédio**

Na atual Escola Estadual encontramos uma planta da edificação, onde observamos claramente uma parte que possivelmente integra a planta original, provavelmente no início da década de 1930.



Analisando a arquitetura deste grupo escolar, cujo autor do projeto não identificamos, tanto nas características da planta baixa, a distribuição com pátio interno aberto, quanto dos detalhes curvos nas paredes da fachada, o frontispício de entrada, com frisos salientes retilíneos, ele apresenta elementos semelhantes a vários grupos escolares do Estado, como o de Barbalha, do Crato, de Crateús e de Maranguape, que foram construídos nas décadas de 1930, 1940 e até 1950.

Quando deparamos a planta de ampliação, percebemos a descaracterização da planta original, que possivelmente ocorreu na década de 1970, quando foram extintos os grupos escolares e se iniciou a denominação de Escola de 1º Grau, havendo uma expansão que se deu em atendimento à demanda crescente populacional e consequente expansão urbana. Nesta década ocorreu a verticalização da Cidade, com o surgimento de prédios residenciais multifamiliares.

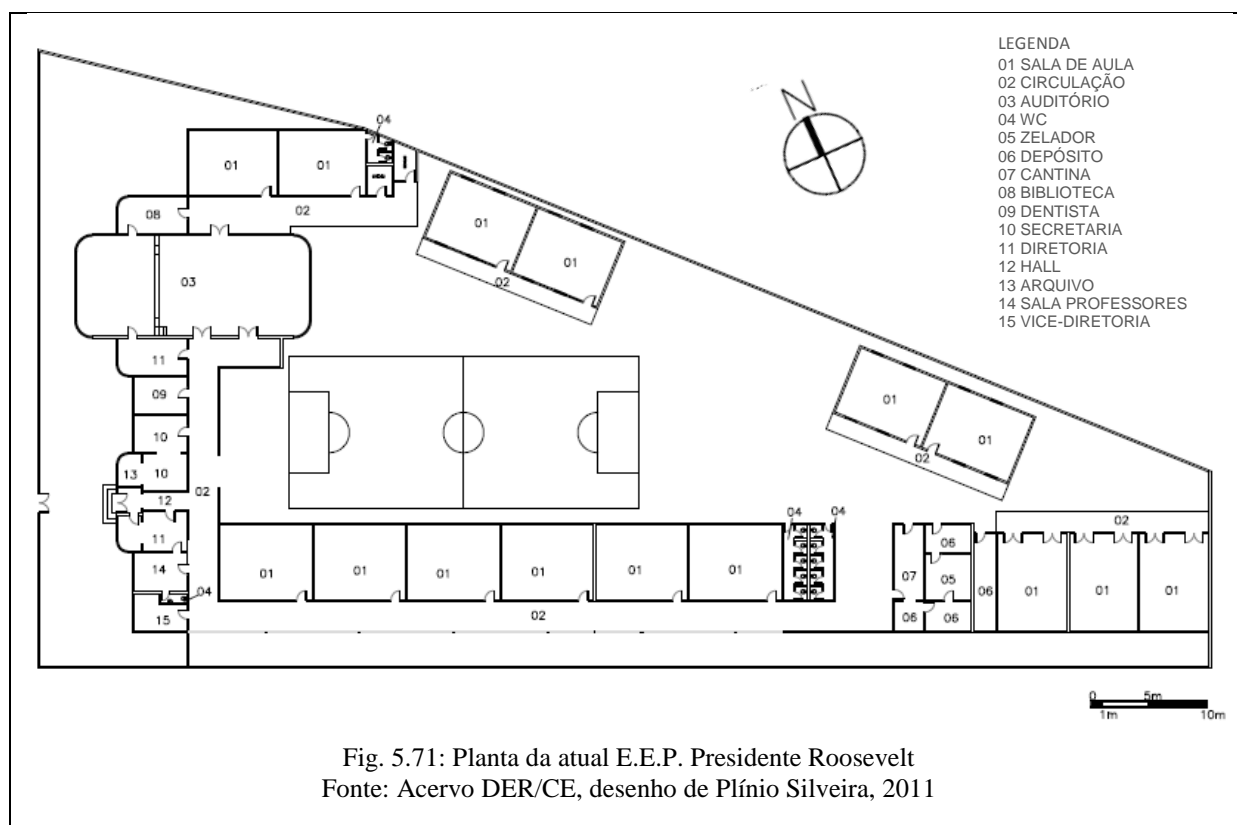


Foto 5.137: Fachada descaracterizada pelo fechamento externo das janelas com cobogó.
 Fonte: foto da autora, 2009



Foto 5.138: Detalhe interno da janela fechada externamente com cobogó.
 Fonte: foto da autora, 2009



Foto 5.139: Vista externa do auditório
Fonte: foto da autora, 2009



Foto 5.140: Detalhe original da bandeira da porta com elementos geométricos vazados
Fonte: foto da autora, 2009

A presença desta escola neste estudo é significativa. Justifica-se pelo fato de que tendo sido criada posteriormente à Reforma de 1922, sendo abrigada inicialmente em casarão adaptado, como vimos no início, este grupo escolar, ao que nos parece, traz em suas bases pedagógicas os métodos introduzidos com a citada reforma educacional e que na década de 1930 recebeu uma sede, cujo projeto, intuímos, fez parte de um conjunto de obras de instituições escolares públicas tendo sido autorizado o governo em 1936 a construir, levando-nos a crer que os grupos do Estado, construídos na década de 1930, tiveram a mesma origem de recursos e de projeto. Castelo (1970) nos revela como se deu esta autorização tanto em Fortaleza, como nos outros municípios onde foram construídos.

[...] pela Lei n. 146, de 13 de agosto de 1936 (Diário Oficial de 1 de setembro do mesmo ano) foi autorizado o Governador do Estado abrir crédito especial de 2.000:000\$000 para construção de prédios escolares: “O Governador do Estado do Ceará: Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei: Art. 1.º - Fica o Governador do Estado autorizado a abrir crédito especial de dois mil contos de réis (2.000:000\$000), adicional ao orçamento da Secretaria dos Negócios do Interior e da Justiça, para construção de prédios escolares. Art. 2.º - As obras a que se refere o artigo antecedente poderão ser executadas diretamente pelo Governo do Estado ou confiadas às Prefeituras Municipais respectivas. Nesta última hipótese são exigíveis as seguintes condições: a) – a municipalidade fará doação, em cada caso, do terreno necessário à construção e instalações do prédio, com dimensões mínimas de 50m de frente por 250 palmos de fundo, e **localizado em ponto conveniente**, a juízo do Departamento Geral de Educação e da Diretoria de Viação e Obras Públicas; b) – a construção será confiada ao Município, a quem o **Estado fornecerá projeto e plantas necessárias**, contratando com ele a execução dos serviços por um preço determinado; c) – a importância da construção em cada caso, será entregue adiantadamente, em cinco parcelas, de igual valor, a

primeira das quais, logo que seja feita a doação do terreno a que se refere a alínea A, para o início da construção, e as seguinte, sucessivamente, à medida que a Diretoria de Viação e Obras Públicas e o Departamento Geral de Educação atestarem, mediante fiscais ou inspetores de sua confiança, a execução dos serviços de valor correspondente ao da prestação anteriormente recebida; d) o preço da **construção não poderá exceder de 50 contos, para os prédios destinados aos Grupos Escolares, e de 35 para os das Escolas Reunidas**; na hipótese de exigirem as obras, pelas circunstâncias locais, maior importância para sua conclusão, deve o pedido ser amplamente justificado pelo Prefeito, com pareceres da Diretoria de Viação e Obras Públicas e o Departamento Geral de Educação.

[...] **O total de prédios construídos, adquiridos e reformados para esse fim se aproxima de 50** (OP. CIT., p. 327-329).

Este fato ocorreu no governo de Francisco de Menezes Pimentel²³⁷ (1935-1937). Nessa época, já havia o Manifesto dos Pioneiros em prol da modernização e democratização da Educação no País. Aqui, mais uma vez, encontramos uma ação relativa à educação centrada na ação governamental, como vimos, em que era fornecido o projeto aos municípios, possivelmente o mesmo projeto.

Foram construídos, adquiridos e reformados para esse fim aproximadamente 50 prédios, ou seja, a infraestrutura física que a Reforma de 1922 solicitava ao governo pela necessidade constatada no cadastro escolar. Isso veio acontecer de modo mais intensivo no final da década de 1930. Entendemos, assim, por que os grupos de Barbalha, Crato, Crateús, Icó e Maranguape, que fazem parte dos grupos criados em execução da Lei 1.953, de 1922, como tantos outros criados posteriormente, como é o caso dos Grupos de Guaramiranga e de Pacoti, que mantêm tantas semelhanças entre si, inclusive com partes do edifício do Grupo Escolar Presidente Roosevelt de Fortaleza que consideramos ainda componentes do projeto original.

²³⁷ Francisco de Menezes Pimentel (1887-1973) estudou no Liceu, deputado estadual (1928-1932), foi governador (1935-1937), continuando no governo como Interventor Federal (1937-1945 e 1946-1950). Foi ainda deputado federal, Ministro da Justiça e Negócios Interiores e Senador.

5.3.4.2 Escolas Reunidas de Soure (Caucaia)

As Escolas Reunidas de Soure integram uma ação importante no Estado do Ceará de agrupamento de escolas isoladas que se iniciou em 1922, com a Reforma de ensino. Este formato de escola era uma espécie de grupo escolar simplificado, que se adaptava às condições financeiras do Estado, conseqüentemente, tinha mais chances de implantação.

Inicialmente, as Escolas Reunidas de Soure, instaladas em 1º de maio de 1923, tendo como diretora a professora Maria de Lourdes Rocha (*Almanach do Ceará*, 1924), foi a primeira do arraial de Soure, atual Município de Caucaia, depois passando a Grupo Escolar.



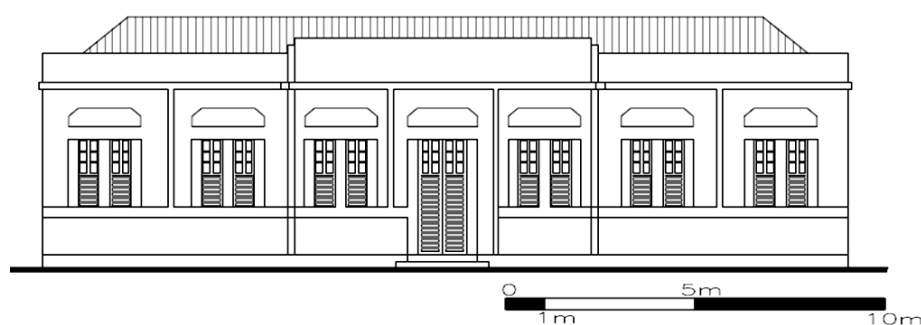
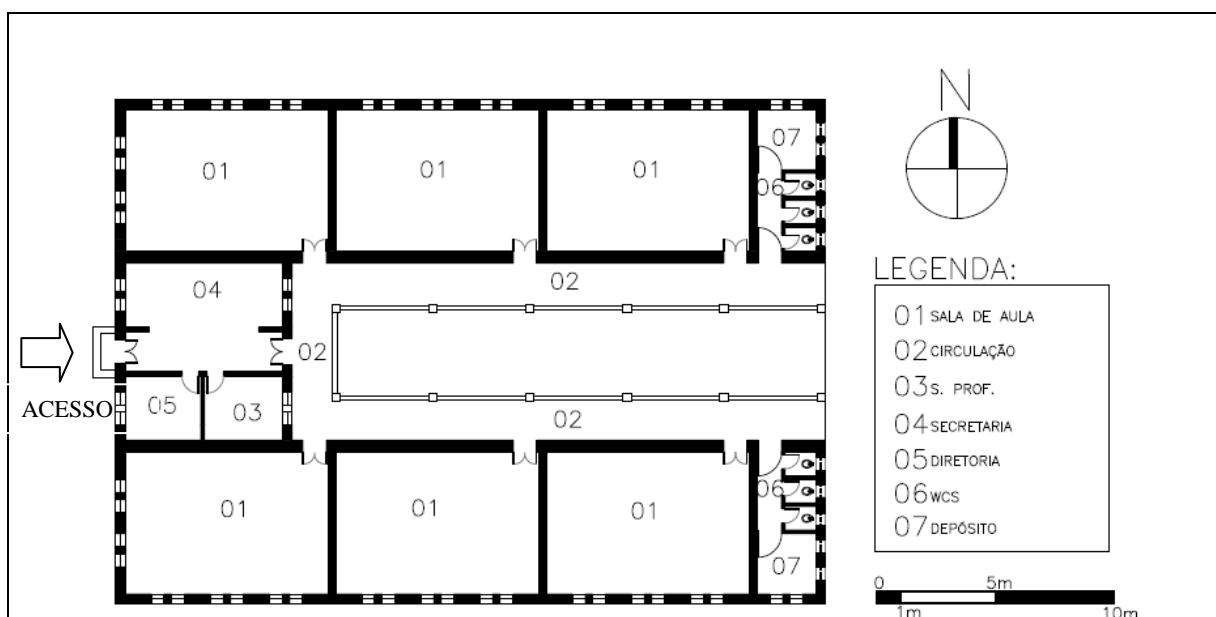
Foto 5.141: Grupo Escolar Branca Carneiro de Mendonça (BCM) – ex-Escolas Reunidas de Soure
Fonte: <http://brancacarneirodemendonca.blogspot.com>

A mudança para Grupo Escolar é constatada no *Diário Oficial do Ceará*, de 31 de dezembro de 1943, no qual encontramos uma notificação de concessão de melhoria de Cr\$180,00 à *professora do Grupo Escolar Branca Carneiro de Mendonça, de Soure*, denominação que, supostamente, foi uma homenagem à esposa do interventor do Ceará, Roberto Carneiro de Mendonça.

Com a lei de extinção dos grupos escolares, em 1971, foi transformada em Escola de 1º Grau Branca Carneiro de Mendonça, posteriormente escola de ensino médio.

A planta encontrada no acervo do DER/CE, aqui apresentada, é bem semelhante ao Grupo Escolar de Aracati, uma versão de forma bem mais reduzida dos grupos escolares construídos no Estado dos anos de 1930, tem corpo central que configura a fachada principal, normalmente tendo a rua como referência, com entrada centralizada, apresentando desnível em relação ao terreno e duas alas de salas de aula com sanitários no final de cada, com pátio

aberto muito estreito. Possivelmente esta foi a tipologia das demais escolas reunidas distribuídas pelo Estado.



Na década de 1930, além da construção de grupos escolares, vale ressaltar, como consequência da Reforma de 1922, a criação do Serviço de Educação Infantil, cujo projeto é concebido nos moldes da “moderna” educação sob os princípios da Psicologia Infantil, completando o sistema de educação primária, no atendimento à criança de três a seis anos de idade que ainda era muito pouca assistida pelo sistema de instrução primária.

5.3.4.3 Serviço de Educação Infantil – Cidade da Criança

Os primeiros estudos sobre a criança, no que diz respeito à Educação, remontam ao século XVIII, inicialmente com Rousseau, primeiro pensador a postular a noção de que a criança não é um adulto em miniatura, mas é um ser próprio, com peculiaridades inerentes a sua idade, não devendo se vestir como um adulto, nem dela se esperar comportamentos e linguagem de uma fase posterior. Assim, a Educação deveria estar atenta as suas necessidades no presente e não prepará-la exclusivamente para o futuro.

Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), suíço, um dos pioneiros da Pedagogia moderna, desenvolveu trabalho com crianças abandonadas em Zurique e concebeu o método pedagógico de começar com as coisas mais simples para as mais complexas. Na Historiografia consultada, o primeiro Jardim da Infância, contudo, foi criado em 1840, pelo pedagogo alemão Friedrich Wilhelm August Fröbel (1782-1852), discípulo de Pestalozzi, atendendo crianças órfãs ou não, de três a sete anos, dentro de uma metodologia que ressalta a importância dos brinquedos e da atividade lúdica no processo educativo. Sua proposta arquitetônica de *Kindergarten*, foi, sem dúvida, um marco na História da Educação, tendo desenvolvido uma metodologia em que visualiza o ser humano como um ser dinâmico e produtivo, não meramente receptivo, considerando a educação como “processo pelo qual o indivíduo desenvolve a condição humana autoconsciente, com todos os seus poderes funcionando completa e harmoniosamente, em relação à natureza e à sociedade”²³⁸

No Brasil, o Parque Infantil, segundo Kuhlmann Júnior *et alii*²³⁹, surgiu na cidade de São Paulo, no início da década de 1930, por iniciativa da associação Cruzada Pró-Infância. Quanto ao Brasil, o autor indica a existência de iniciativas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e na Amazônia.

No Ceará, as primeiras manifestações quanto ao ensino infantil, de acordo com as fontes pesquisadas, foi a prescrição contida no Regulamento da Instrução de 1881, relativa ao ensino particular.

Art. 65 – As escolas e estabelecimentos particulares de educação e instrução poderão ser subvencionados, tendo preferência:

§ 1 Os *Jardins de Infancia* que forem fundados por senhoras para educação e instrução de meninos de 3 a 6 anos de idade. (REGULAMENTO Organico da Instrução Publica do Estado do Ceará, 1881).

²³⁸ ZACHARIAS, Vera Lúcia Câmara F. *Fröbel*. Disponível em: www.centrorefeducacional.com.br/froebel.html - 25k. Acesso em 12/12/2006.

²³⁹ KUHLMANN JUNIOR, Moysés; RAMOS, Maria Martha Silvestre. *Políticas e organização do parque infantil no município de Campinas, São Paulo, décadas de 1940 e 1950*. Disponível em www.ced.ufsc.br/iece0a6/tkulmaria.PDF. Acesso em 28/11/2006.

Temos notícia de dois jardins de infância criados por particulares: um é de iniciativa de Josefa Sidrim da Costa, criado em 1883, situado à rua Senador Pompeu n.º 76, e o outro, de iniciativa de Madame E. Ruedin Gonthier, *Collegio La Ruche*, criado em 1916, situado à rua Senador Pompeu n.º 24 (BEZERRA DE MENEZES, 1992)²⁴⁰.

No âmbito das escolas públicas, funcionou uma sala de jardim de infância no Grupo Escolar Visconde do Rio Branco. Referências sobre este jardim de infância encontramos em histórico manuscrito, não datado, pertencente ao acervo dessa escola, elaborado na gestão da diretora Maria Luisa Avelino Sidou e subdiretoras Maria Antonieta Cals e Edith Coelho Santiago, o que nos dá indícios de que tenha funcionado por volta do final dos anos de 1940. Não temos informação de funcionamento antes da criação do Serviço de Educação Infantil, como veremos.

Ainda como desdobramento dos resultados da Reforma de 1922 e dos Congressos Nacionais de Educação, foi instituído o Serviço de Educação Infantil no Parque da Independência, no final da década de 1930.

Este parque situa-se na antiga área da chamada lagoa do Garrote, já existente na Planta da Cidade de Fortaleza levantada no ano de 1856, pelo Padre Manuel Rêgo Medeiros. Era inicialmente uma lagoa alimentada por um córrego que nascia na altura da praça do Carmo, correndo no sentido leste, indo formar a lagoa de onde sangrava para o Pajeú; localizada no quadrilátero limitado pelas ruas General Bezerril, Pedro I, Pedro Pereira e avenida Visconde do Rio Branco.

Conforme Diógenes e Cartaxo Filho (1983), a lagoa do Garrote teve sua paisagem natural alterada pela construção de um jardim público, sendo transformada em um pequeno espelho d'água retificado por passeios pavimentados, passando em 1890, no governo do tenente-coronel Luís Antônio Ferraz, a um lago central de jardim público com a denominação de “Parque da Liberdade”, o primeiro da era republicana, em homenagem à libertação dos escravos.

Em 1922, no governo de Justiniano de Serpa, segundo Cunha (1990), passou à denominação de “Parque da Independência” em homenagem ao centenário da Independência do Brasil. Passou por outras intervenções, por iniciativa do prefeito Ildefonso Albano, que o circundou com muros e grades de ferro, de desenho neocolonial. Segundo *O Nordeste*, a remodelação do Parque da Independência esteve a cargo de Octavio Justa²⁴¹.

²⁴⁰ *O Nordeste*, de 16/01/1924 assinala o endereço do Colégio *La Ruche* nesta rua ao n.º 38.

²⁴¹ *O Nordeste*, de 5/09/1922.



Foto 5.142: Lagoa do Garrote
Fonte: Álbum Fortaleza Antiga – Miguel Moura s/d

Em 1938 passou por outras reformas, recebendo o nome de Cidade da Criança, por meio do Decreto N° 187, de 28 de janeiro, desse ano, quando o prefeito Raimundo Araripe criou o Serviço de Educação Infantil, mantido pela municipalidade de Fortaleza, que funcionou naquele local.

A área do Parque da Independência é de grande valor paisagístico para o centro da Cidade, sendo localizada inicialmente em zona de predomínio de residências. Posteriormente, encontraram-se ali atividades do tipo comercial, serviços públicos e, em geral, equipamentos religiosos, de saúde, educacional, médio e superior, e esportivo.

- **O Serviço de Educação Infantil**

A transformação da Lagoa em Parque foi fato marcante na Cidade, constituindo local aprazível de lazer na época para o centro de Fortaleza, que logo chamou a atenção de autoridades para implantação ali de uma escola para crianças menores de sete anos.

A Diretoria Geral da Instrução Pública enviou ofício ao secretário do Interior e da Justiça, expressando a necessidade de instalar em nossa Capital um Jardim da Infância, onde

[...] todos os cuidados de ordem higiênica, pedagógica e social começam, com prejuízo do ensino, aos 7 anos, em vez de, com mais acêrto, serem exercitados muito antes, nos bancos do “Jardim da Infância”, onde, incomparavelmente melhor, sob uma atmosfera mais propícia às expansões dos primeiros anos em contato mais íntimo com a natureza, na amena vizinhança das plantas e das águas, tenham os jovens escolares animados instantes de alvoroço, no meio dos quais desenvolvam, lépida e risonhamente, as energias vitais, reflorem a alma se comuniquem de graça e estímulo para futuras ações”. (*DIÁRIO OFICIAL*, 16 de abril de 1934).

O ofício ressalta também que é possível a realização das instalações, conjugados os esforços das duas administrações, estadual e municipal, de forma que a Prefeitura colocaria portões no Parque, faria o melhoramento dos jardins e construiria quatro pavilhões, de pouco custo, nos ângulos do terreno, com indispensável adaptação sanitária. Ao Estado caberia a disponibilidade do material e quatro professoras com duas serventes, tendo já numerário reservado para bancos e mesinhas para mobiliar as salas. Desta forma, continua o ofício,

[...] Entendo que não se encontraria melhor solução para o problema de criação de nosso almejado “Jardim da Infância”, cujo preparo constituiria, ainda, verdadeira honra para o Ceará e passo agigantado que, sem grandes sacrifícios para os cofres públicos, daríamos em busca de melhores provisões para o nosso aparelho técnico-educativo, com os quais somente lucros teríamos de usufruir. Numa capital, como a nossa, duas falhas existem que já se não justificam: a de uma praça de jogos infantis e a de um “Jardim da Infância”, onde se iniciem os nossos garotinhos nas atividades da futura escola primária. (*DIÁRIO OFICIAL*, 16 de abril de 1934).

E continua, afirmando que os custos para tal investimento são compatíveis com o orçamento da Prefeitura e que aquele Parque, no centro da Cidade, pode, além de comportar um Jardim de Infância, se tornar uma agradável “Cidade da Criança”, a exemplo do que já existe em São Paulo, Rio de Janeiro²⁴², Recife, para não falar em Buenos Aires e Montevideú.

Assim, com pronto atendimento do pleito, é noticiado por *O Nordeste*, de 28 de maio de 1937, dentro das comemorações do 2º aniversário do governo Menezes Pimentel, a inauguração do “Parque da Criança”, evento que contou com a presença do Governador do Estado, Prefeito da Cidade, demais autoridades e pessoas de alta representação, alunos de vários estabelecimentos de ensino. Dom Manuel acompanhado de Dom José Frota, Bispo de Sobral, deu a bênção ao pavilhão central e demais instalações. Além do discurso do Dr. Raimundo Araripe, a professora Zilda Martins Rodrigues, diretora daquela organização pedagógica, falou sobre as linhas gerais do programa da “Cidade da Criança”.

A Cidade da Criança, ou oficialmente, o Serviço de Educação Infantil, criado pelo prefeito Raimundo de Alencar Araripe, compreende o Jardim da Infância ou Ensino Pré-Primário, para as crianças de três aos seis anos e Parque Recreativo.

Segundo Amaral (2003, p. 95), “o Jardim da Infância era formado por três períodos ou salas, durante o turno da manhã, atendendo a crianças com idades, entre 3 e 6 anos. As crianças, de 7 a 14 anos, eram acolhidas no parque recreativo, no turno da tarde”.

²⁴² No Rio de Janeiro, foi implantado um Jardim de infância em 1909, no Campo de Santana, com estrutura toda em madeira. Demolido, foi construído outro em estilo eclético e reinaugurado em 1944, como Escola Municipal Campos Salles, tombada pelo Patrimônio em 1990 (Guias de Escolas Tombadas da Prefeitura do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: CREPCRJ, 2008).

Os comentários de Sousa sobre esta instituição a situam como marco na história da Educação, cuja orientação pedagógica atendia às aspirações de Fröebel, desenvolvendo novas práticas educacionais:

No “Jardim da Infância” da “Cidade da Criança”, em Fortaleza, o melhor dos poucos que existem no Estado, como centro de educação pré-escolar, tudo foi previsto, atendendo-se à velha aspiração de Froebel: - facilitar ocupação adequada a todo ser; robustecer o corpo, exercitar os sentidos, favorecer o desenvolvimento do espírito, pôr a criança em íntimo contato com a natureza e com o mundo e, sobretudo, guiar, pelo caminho certo, o coração e os sentimentos, contribuindo, assim, para a unidade de caráter” (SOUSA, [196-?], p. 97).

Depois da diretora Zilda Martins, sucedeu no cargo a professora Alba Frota, que já lecionava na escola, juntamente com a antiga diretora. Esta escola era pioneira no Ceará, na sua implantação em parque na Cidade. Era um espaço de muita atividade cívica e contava com muito prestígio na sociedade. A diretora Alba Frota teve a oportunidade de receber, juntamente com o prefeito Raimundo Araripe, na cidade da Criança, o então Presidente Getúlio Vargas, em visita a Fortaleza em 15 de outubro de 1940 (Foto 5.143).



Foto 5.143: Visita do presidente Getulio Vargas à Cidade da Criança
Fonte: Azevedo, 2001.

- **A concepção arquitetônica**

As propostas de reformulação no sistema educacional ocorridas no governo de Justiniano Serpa correspondiam a mudanças na arquitetura dos edifícios escolares, que, embora tenham criado grupos em prédios de “arquitetura reciclada”, deveriam, paulatinamente, ser construídos para este fim. Entre as novas construções, figuram os Grupos Escolares Visconde do Rio Branco e Fernandes Vieira, cujos projetos haviam sido solicitados

por Ildefonso Albano ao arquiteto carioca Armando Oliveira, um dos participantes do chamado Movimento Tradicionalista, dito Neocolonial, como abordado no terceiro capítulo desta tese.

As edificações da Cidade da Criança apresentam características da arquitetura *neocolonial*. Embora não se possa afirmar, pela inexistência de documentos, mas possivelmente a autoria destas edificações foi do mesmo arquiteto que projetou os portões e muros que circundam o parque (fotos 5.144 e 5.145), ou possivelmente se não foi o mesmo autor, seguiu a mesma expressão formal.



Foto 5.144: Portão com índio
Fonte: Foto da autora, 2009



Foto 5.145: Detalhe mureta
Fonte: Foto da autora, 2009

Nesta concepção, a grande novidade é na verdade a implantação no lote, onde pequenos blocos de salas de aula e banheiros foram distribuídos no espaço do parque, além do bloco administrativo da escola, constituído de dois pavimentos, onde, no térreo apresenta uma área coberta onde diversas atividades podem ser desenvolvidas.

Enquanto funcionava somente como Parque da Liberdade, reorganizado e remodelado em 1922 para as comemorações do Centenário da Independência, a edificação de maior porte existente no parque era o restaurante²⁴³, cujo arrendatário era Napoleão Barbosa (ADERALDO, 1998). Na vista aérea²⁴⁴ apresentada no Álbum *Ah Fortaleza*, esta construção aparece ainda sem as ampliações laterais que seriam feitas para abrigar a direção do Serviço de Educação Infantil, escolinha que ali funcionaria posteriormente sob a denominação de Alba Frota.

²⁴³ Fotos do Parque da Liberdade em que apresentam o restaurante fazem parte do acervo particular de Miguel Moura s/d.

²⁴⁴ Foto aérea do Centro da cidade enfocando o Parque da Liberdade e arredores. Aba Film – 1954 – Arquivo Nirez.



Foto 5.146: Vistas do Parque da Criança
Fonte: Álbum Fortaleza Antiga – Miguel Moura s/d



Foto 5.147: Vistas do Parque da Criança
Fonte: Álbum Fortaleza Antiga – Miguel Moura s/d

Com a construção das salas de aula em 1938 ou depois, em 1954, provavelmente, quando o Serviço de Educação Infantil passou à denominação de Escola Alba Frota, a parte onde funcionava o restaurante do Parque, foi ampliada com uma área sobre pilotis, abrindo salas no pavimento superior, apresentando características semelhantes nos aspectos de fachada (Fotos 5.148 e 5.149).



Foto 5.148: Ampliação do restaurante para funcionamento do Serviço de Educação Infantil
Fonte: Foto da autora, 2009



Foto 5.149: Edificações do Serviço de Educação Infantil – vista do terraço
Fonte: Foto da autora, 2009

Para funcionamento do Serviço de Educação Infantil, foram construídas edículas onde funcionavam as salas de aula. Ainda hoje suas fachadas são preservadas, embora seu interior tenha sido modificado com utilização de divisórias para adequação de funcionamento de instituição pública municipal.

A escola funcionou neste local até a década de 1990, quando foi transferida para outra praça, do Clube dos Dirigentes Lojistas - CDL, tendo novo projeto arquitetônico (1993) atendendo às exigências da Secretaria de Educação e Assistência Social – SEDAS.



Foto 5.150: Edificações do Serviço de Educação Infantil – sala de aula
Fonte: Foto da autora, 2009

Foto 5.151: Edificações do Serviço de Educação Infantil – sala de aula
Fonte: Foto da autora, 2009

Foto 5.152: Edificações do Serviço de Educação Infantil – sala de aula
Fonte: Foto da autora, 2009



Foto 5.153: Detalhe de volutas e esquadrias
Fonte: Foto da autora, 2009



Foto 5.154: Vista interna pilotis – detalhe do piso em ladrilho hidráulico
Fonte: Foto da autora, 2009

Atualmente, o Parque da Liberdade, mais conhecido como Cidade da Criança, é patrimônio cultural de tombamento Municipal (1991), funcionando a Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI, sendo local de roteiro turístico do centro histórico de Fortaleza, ainda apreciado pela sua extensa área arborizada, com passeios contornando o lago..

Conforme vimos, o Serviço de Educação Infantil trabalhava com os princípios de Froebel, bem como as lições apreendidas nos processos de aprendizagem que tiveram seu maior impulso com a Reforma de 1922, em que, para o desenvolvimento equilibrado e sadio, as crianças deveriam estar em contato com a natureza, sendo o lúdico incorporado ao processo de aprendizagem, atendendo às necessidades da criança e, assim, formar futuros cidadãos.

5.3.5 Algumas considerações sobre as escolas públicas de ensino primário construídas na década de 1930 como desdobramentos da Reforma de 1922

Com a pesquisa de campo feita no Estado, onde visitamos Aracati, Barbalha, Baturité, Crato, Quixadá, Maranguape, Redenção e Sobral, verificamos *in loco* e entendemos que a Reforma de 1922 se concretizou conforme o “Planejamento Organizado”, descrito por Lourenço Filho em entrevista a *O Nordeste* (1924), em que o foco principal de construções era a Capital, para se ter a essência da qualidade, como suporte inicial. Depois, as próprias municipalidades viriam a sentir a necessidade de alcançar um nível maior, o que veio a acontecer na década de 1930.

É desta época a maioria das construções dos grupos escolares no Estado, mas, mesmo assim, é uma quantidade pequena em relação à demanda que se tem visto nas mensagens dos presidentes do Estado, bem como ao se comparar aos grandes centros da época, como São Paulo. Conforme jornal da época,

O orçamento do E. de S. Paulo reservou para o serviço com a instrução pública, no corrente exercício de 1930, a verba de 83.622:543\$000. O orçamento do nosso Estado, para igual período tem a dotação de 2.297:346\$900 ou seja 2^{1/2} (dois e meio) por cento da dotação de S. Paulo. (*O NORDESTE*, de 4 fevereiro de 1930, p. 2).

Temos então que, na década de 1930, foi realizado com maior intensidade o aparelhamento em termos de estrutura física dos grupos escolares iniciados na Capital com a Reforma de 1922.

Em 1930, também se encontram esforços de dar continuidade à semente plantada em 1922 sobre os novos métodos da *Escola Activa*. Encontramos no *O Nordeste* daquele ano, aos sábados as semanais *Páginas Pedagógicas*, que fizeram a cobertura da Semana Pedagógica, da qual participaram, dentre outros, o diretor da Instrução, Moreira de Sousa, os professores Plácido Castelo, Martins Rodrigues, Lutgardes de Freitas, Edith Braga, Zilda Rodrigues e os inspetores escolares da Diretoria da Instrução, Filgueiras Lima e Aristóteles Bezerra. Alguns pronunciamentos foram transcritos no jornal, e tratam do assunto do momento – a Escola Ativa. No pronunciamento de Filgueiras Lima, podemos observar a influência ianque da metodologia, bem como de autores consagrados teóricos nas ciências sociais como na Educação. Ao se referir à escola ativa, considera que

A missão principal é esta: pôr o menino em constante movimento, fazendo-o viver no ambiente escolar qual se fora no ambiente social em que terá de projectar-se, mais tarde, a sua personalidade, como uma cellula viva da civilização.

Por esse motivo é que, na escola moderna, enveredamos a mente da criança pelo caminho das coisas úteis e práticas, obrigando-a a raciocinar sozinha, á semelhança do que fazem paes *yankees* que exercitam nos filhos o habito de dirigir-se por si proprios.

A escola deve ser um arremedo, uma como representação da sociedade em si mesma, da vida real. É assim que a comprehende Durkheim. (*O NORDESTE* de 4 fevereiro de 1930, p. 2).

Desde a Reforma de 1922, foi plantada a semente da mudança didática e metodológica, já se procurando enquadrar a escola não mais na determinação “verbalística” da exploração da decoreba, mas de fazer a criança centro das atenções com apoio do método intuitivo.

Em 1930, esta didática foi intensificada. Vejamos o pronunciamento de Filgueiras Lima: [...] Gaupp aconselha: “*o mestre que quiser que o menino aprenda as lições deve penetrar o mundo de representações e interesses de seus discípulos*” (IDEM). E complementa com outras citações:

Prega assim Ramon Melgar: “Formar homens providos de aptdões que saibam por si mesmos orientar-se para serem adoptados na pratica deste ensida collectividade – é a obra maior da civilização”. E é a isso que se propõe a escola activa, a escola do trabalho e do movimento.

Della vão sair homens capazes, sonhados por Sampaio Doria. “Capazes para criar a grandeza da Pátria”. (IDEM, p. 2)

Participaram também desta semana pedagógica a professora Zilda Rodrigues, dando aula de Cálculo de acordo com os moldes da Escola Ativa, bem como Edith Braga, sobre a Metodologia do Desenho na Escola Ativa, e o Sr. Martinho Rodrigues proferiu palestra sobre o ensino do Vernáculo na Escola Ativa.

Percebemos, portanto, que esse ano foi de intensa movimentação na instrução pública, tendo sido acompanhada pela imprensa, congregando muitos professores na semana pedagógica, que serviu, assim como o *Curso de Férias*, organizado pelo professor Lourenço Filho em 1922, para introduzir novos conteúdos e intensificar temas de interesse das metodologias de ensino para constituição de uma nova cultura na escola primária.

O que se realizava nos anos de 1930 no Ceará, de certa forma, eram desdobramentos das mudanças implantadas na Reforma de 1922. As professoras faziam uso dos conhecimentos adquiridos naquela formação, como podemos ver em trechos da aula proferida

por Edith Braga sobre o ensino do Desenho, mencionando as aulas do professor Lourenço Filho

O desenho tem que ser – diz o prof. LOURENÇO FILHO –, como a escripta e a fala, *uma linguagem viva, exercício sobre cousas vivas*. Compreende-se hoje o desenho – accrescenta elle – *como fôrma geral de expressão, abrangendo todo o ensino*, o que, entretanto, não importa em que elle fique sem normas directivas (Prefácio ao “O pintor de amanhã” de ELLEN KJER, 1º caderno) (*O NORDESTE*, 17/02/1930. p. 5).

A mensagem do presidente da Província, José Carlos de Matos Peixoto (1930), reportando-se à Reforma de 1922 como sendo um marco na Educação, intensifica a ideia de que, aos poucos, foi complementada pelo provimento de material escolar e didático necessários. Quanto aos grupos escolares, percebemos que, na década de 1930, a incrementação de construções ou adaptações de prédios destinados a estes fins era crescente, tendo bons motivos para isso, pois a legislação era imposta neste sentido.

A Lei nº. 2.685, de 24 de agosto de 1929, autorizou o Executivo a criar até 150 escolas rurais subvencionadas, das quais, afirma o Presidente do Estado em sua mensagem, foram criadas 50 dessas escolas e em virtude das péssimas condições sanitárias de algumas escolas isoladas, foram reunidas diversas delas no Município de Fortaleza e no restante do Estado, nos Municípios de Boa Viagem, Limoeiro, União, Guaramiranga, Jardim, Trairi, Mulungú e Aracoiaba. (MENSAGEM do Presidente do Estado, José Carlos de Matos Peixoto, 1930, p. 11).

Para termos uma visão geral e ao mesmo tempo uma síntese da produção de espaços escolares que analisamos neste trabalho, frutos da Reforma de 1922, elaboramos um quadro (Quadro 5.7), apresentado a seguir, constando de aspectos-chave que identificam as semelhanças e diferenças das edificações estudadas.

Percebemos neste quadro que a maioria dos grupos escolares criados em 1922-1923 foi abrigada em edificações adaptadas, algumas delas, como a de Baturité, Quixadá e Redenção, prédios de importância para a municipalidade, construídos no século XIX. Alguns deles, como é o caso do de Redenção, continuam abrigando a escola originária do grupo escolar.

Observamos também que a infraestrutura de prédios próprios aconteceu no período compreendido entre 1937 e 1954, sendo estes prédios de características bem semelhantes, como vimos anteriormente, pela sua análise do que concerne à distribuição em planta e expressão formal.

Quadro 5.6
Síntese das edificações das instituições educacionais objeto de estudo da pesquisa

Instituição**	Ano Criação / Reorganização	Prédio/ano Adaptado (A) ou Construído (C)		Tipo de planta (1ª sede)	Tipo de planta (2ª sede)
1. <i>Escola Normal</i>	1882/1922	C (1884)**	C (1922)	Compacta, 2 níveis	“U” Porão alto 2 níveis
2. <i>Grupo Escolar Norte da Cidade/ José de Alencar</i>	1922	A (1884)	A (1922)	Compacta, 2 níveis	Compacta
3. <i>do Visconde Rio Branco</i>	1922	-	C (1923)	“U” 2 níveis, Entrada centralizada	-
4. <i>Grupo de Fernandes Vieira</i>	1922	-	C (1923)	“U” 2 níveis, Entrada centralizada	-
6 <i>Grupo do Outeiro</i>	1922*	A (1916)	-	“U” Não centralizada	-
7 <i>Grupo da Porangaba</i>	1923	A (1923)	C (1954)	Compacta	Pavilhonar
8 <i>Grupo do Benfica</i>	1923	-	C (1923)	“U” 2 níveis, Entrada centralizada	-
9 <i>G. E. President Roosevelt</i>	1929	A	C (1930 ?)	Compacta	não centralizada
10 <i>Escolas Reunidas de Soure</i>	1922	-	C (1923 ?)	“U” entrada centralizada	-
11 <i>Serviço de Educação Infantil</i>	1937	-	C (1938)	Células e pavilhão	-
12 <i>de Aracati</i>	19/12/1922	A s/d	C (1938)	Compacta	“U” entrada centralizada
13 <i>de Barbalha</i>	16/12/1922	A s/d	C (1942)	Compacta	“U” entrada não centralizada
14 <i>de Baturité</i>	16/12/1922	A (1877)	C (1937)	Compacta	“U” entrada centralizada
15 <i>de Crateús</i>	31/07/1923	A	C (1950)	Compacta	“U” entrada não centralizada
16 <i>do Crato</i>	16/12/1922	A	C (1953)	Compacta 2 níveis	“U” entrada centralizada
17 <i>do Icó</i>	16/12/1922	A	C (1948)	s/d***	“U” entrada não centralizada
18 <i>de Lavras</i>	15/03/1023	A	C (1948)	Compacta	Pavilhonar
19 <i>de Maranguape</i>	16/12/1922*	A (1916)	C (1947)	Compacta 2 níveis	“U” entrada não centralizada
20 <i>de Quixadá</i>	13/01/1923	A (1896)	C (1937)	Compacta	“U” entrada centralizada
21 <i>de Redenção</i>	31/07/1923	A (séc. XIX)	-	Compacta	-
22 <i>de Sobral</i>	16/12/1922*	A	C (1937)	s/d***	“U” 2 níveis, entrada centralizada

*Ano de reorganização

**Ano de construção

***s/d – sem definição, não encontrada.

OBS: Estão excluídas as Escolas Reunidas que não foram visitadas e todas as escolas isoladas.

CAPÍTULO 5:

CONCLUSÃO

Chegando a este momento, que representa o fechamento de um ciclo de investigação e o ponto de chegada dos caminhos trilhados e das descobertas, verificamos como o percurso até aqui foi intenso e fez emergir uma riqueza de fontes que estavam submersas no passado e poderiam nele permanecer intocadas.

Conhecer a história e ver de perto cada uma destas instituições escolares ou o que existe como resquício de suas histórias foi, sobremaneira, um esforço muito grande que tivemos de superar, dadas as condições de tempo e de trabalho. Sem essa trajetória, no entanto, a pesquisa não teria a abrangência pretendida nem seus objetivos alcançados.

O foco principal da investigação se pautou na década de 1920, tendo a Reforma de ensino no Ceará em 1922 o marco histórico em que o Ceará atuou como campo experimental de aplicação no ensino primário, com a introdução dos métodos da Escola Ativa. Este recorte temporal, apesar de bem determinado, não foi rígido.

Não nos limitamos a investigar a década de 1920. Precisávamos depurar o conhecimento sobre o que existia antes deste período em termos de escolas públicas de ensino primário e avançamos no período posterior à Reforma, visto que, no decorrer da pesquisa, fomos impulsionada, pelas circunstâncias do material encontrado, a avançar além do recorte temporal proposto para fazermos uma leitura dos resultados e desdobramentos da reforma na década subsequente, no sentido de obtermos uma compreensão mais abrangente e fazermos análise com possibilidades de comparação dos antecedentes e dos desdobramentos. Neste sentido. Consideramos indispensável, então, percorrer uma temporalidade além do período foco de estudo.

Quanto aos objetivos propostos no início deste trabalho, bem como dos objetivos específicos, trataremos de explicitar, confrontando os antecedentes, as ocorrências significativas da Reforma de 1922 e os desdobramentos ocorrentes em meados dos anos de 1930 e chegam até os anos de 1950, abrangendo todo o Estado.

Fazer uma revisão dos antecedentes foi muito importante. Primeiro, porque nos possibilitou um conhecimento sobre os métodos de ensino, a forma como se apresentavam a casa-escola, o edifício-escola, o que havia de sistematização de ensino público, inclusive de regulamentos e regimentos nos quais eram prescritos tanto os programas quanto as recomendações sobre instalações físicas da escola. Segundo, pela condição de comparar o que

havia, o que permanecia, para saber que pontos foram alterados, o que mudou com a Reforma de ensino de 1922 e que novas condições foram propiciadas neste período para produção de uma nova arquitetura escolar.

Em meados do século XIX, percebemos um intenso desenvolvimento no setor público e de iniciativa de particulares. Neste período, temos uma intensidade de ações que resultam na criação do Liceu e, posteriormente, da Escola Normal. Os registros de escolas públicas neste tempo nos levaram a questionar sobre como eram as instalações destas escolas.

Verificamos que a maioria era de escolas isoladas, ou de iniciativa particular ou da igreja, em salões paroquiais, em casas adaptadas, ou até mesmo construídas para este fim, tanto que eram denominadas *casas de escola*; e ainda as escolas originárias das ordens religiosas.

Observamos um crescimento quantitativo destas *casas de escola* no período de 1877 a 1880, quando foram construídas em vários municípios com verba dos *socorros públicos*. O registro destas escolas foi valioso no sentido de que revelava que neste período, a construção de *casas de escola* atendia a um programa mínimo constituído de um salão para aula, uma cozinha e um dormitório para o professor (Ver Anexo-D), ou seja, a escola era uma extensão da casa do professor, mas, ao mesmo tempo, era a escola pública. Além da descrição, não nos foi possível identificar um registro gráfico ou uma edificação de fato. Decerto, como a semelhança desta edificação com uma moradia era muito grande, quando adotaram novos métodos de ensino seriado, estas casas possivelmente adquiriram novas funções públicas, desvinculando-se da escola, mas, de fato, estas edificações representam a forma específica em que a escola pública se configurou no Império.

No período foram instituídos em Fortaleza, de iniciativa de particulares, externatos, internatos, jardins de infância, bem como algumas escolas confessionais que se tornaram tradicionais em Fortaleza, como o Colégio da Imaculada e o Seminário Episcopal.

Ainda no final do Império, encontramos outra denominação – *escolas públicas* – construídas para atendimento do ensino tradicional. Na descrição dos ambientes destas escolas, já não faziam parte os cômodos domésticos das *casas de escola*, inclusive o projeto é descrito com base em um programa arquitetônico para a Escola-Modelo – consta de: *um vestibulo; um pequeno corredor, dous gabinetes, um para o professor e outro para os alumnos; e o salão d’aula, e havendo alem dos compartimentos descriptos, varanda para recreio e latrina*. Estas escolas descritas, conforme Mensagem do Presidente da Província, Sr. Eneas de Araújo Torreão, foram construídas em 1888, tendo um programa institucional.

Compreendemos que este último tipo de escola aqui descrita constitui a primeira expressão de arquitetura escolar pública para ensino primário no Ceará, desvinculado da casa do professor. Isto porque, tanto as escolas particulares de ensino primário, quanto de ensino secundário, como o Liceu e a Escola Normal, apresentavam uma arquitetura nos moldes do ensino seriado com distribuição de salas, enquanto o ensino primário, mesmo nestas escolas que começaram a se expressar numa arquitetura de escola pública construída para tal fim, não apresentam em seu programa as salas de aula separadas.

Confrontando os métodos de ensino da época com o espaço da escola, verificamos que o método vigente era o lancasteriano ou método mútuo, que se utilizava de um grande salão único, no qual os alunos eram trabalhados em grupos com o auxílio de monitores. Este método de ensino, que se iniciam no Brasil em 1827, é prescrito no *Regimento Interno das Escolas Primarias da Provincia do Ceará* (1881).

De todo modo, a reconstituição da planta da escola foi possível em virtude da descrição contida na Mensagem há pouco citada, confrontada com a fotografia, o que pode ser aceitável. Afirmarmos que, em 1888, há um exemplar de uma edificação escolar, que possa ter sido um dos primeiros prédios públicos escolares construídos com base num programa de necessidades da educação na Província do Ceará.

Depois desta evidência, encontramos no período republicano o *Regulamento da Instrução Primaria do Estado do Ceará* (1905), que registra a primeira prescrição sobre criação de grupos escolares no Estado. Os grupos escolares representam a introdução do ensino seriado que requereu uma nova configuração espacial de salas separadas. Na verdade, esta configuração já era utilizada nos colégios jesuítas, nos quais já se desenvolvia, possivelmente, a prática do ensino seriado, visto que seus colégios apresentavam plantas com pátios e circulação das salas em volta.

A criação do primeiro grupo escolar, em 1905, foi noticiada no governo de Antônio Pinto Nogueira Accioly, com inauguração em 1908, contudo, não foi possível a obtenção de fontes que nos possibilitassem saber as condições da estrutura física de tal escola, se foi projetada ou adaptada para funcionamento da escola em novo padrão de grupo escolar, mencionado apenas nos relatórios e mensagens dos presidentes do Estado neste período.

Constatamos que as Mensagens dos Presidentes da Província e do Estado nos trazem muitas lamentações sobre a situação do ensino primário, por outro lado, são fontes esclarecedoras da história local, inclusive da Educação, onde encontramos informações dentre as quais: a instituição de cadeiras que davam origem às escolas isoladas; o número de escolas na capital e no Estado neste período analisado; a instituição dos primeiros grupos escolares;

condições de higiene e conforto das escolas, como também da prática da Educação Física; e da necessidade de formação dos grupos escolares pelas premissas pedagógicas bem como pelas vantagens do agrupamento pela facilitação da fiscalização e pela redução dos custos de manutenção de estrutura física.

Além destas evidências, as mensagens dos governantes ressaltam que, de fato, muito mais poderia ter sido feito pela Educação, levando-nos a refletir sobre a importância deste setor para o Estado do Ceará. Por outro lado, consideramos também a hipótese de que muitos discursos que tratavam do assunto denotavam um jogo político, desfazendo ou desmerecendo o que havia sido feito por adversários políticos.

De 1905 em diante, o agrupamento de escolas aconteceu lentamente. Vimos que funcionavam cinco grupos escolares em Fortaleza, um Grupo-Modelo e o Grupo Escolar Benjamim Barroso, em Maranguape, sendo que o primeiro, criado em 1905, enquanto que os demais, entre 1916 e 1919, significando dizer que, no período de nove anos, não foi criada escola pública, não em forma de grupo escolar. Podemos pensar que as disputas políticas do período relativo ao Governo de Acioly e Franco Rabelo resultaram em prejuízo para a Educação, pelo menos no sentido de não terem sido criados outros grupos escolares, mas, decerto, havia demanda.

Quando se aproximou o centenário da Independência, pareceu tudo concorrer para melhorias e condições favoráveis ao andamento da Educação. O *Almanach do Ceará* (1920) assinala a existência de 52 escolas na Capital e 477 escolas nas cidades, vilas e arraiais. O Almanaque de 1922 assinala, além das escolas isoladas, a existência de dez grupos escolares em Fortaleza, um em Maranguape e um em Sobral.

Como vemos, na década de 1920, dentro dos padrões da época, encontramos um sistema educacional organizado numa rede de escolas isoladas e grupos escolares.

A Reforma do ensino no Ceará de 1922

A Reforma no ensino em 1922 sucedeu, portanto, num ambiente propício à reestruturação e implantação de outros métodos de ensino e aplicação de novos materiais didáticos, além da implementação a médio e longo prazo de uma infraestrutura física própria.

Consideramos que uma das diferenças entre as reformas anteriores realizadas na organização da Escola Normal e, conseqüentemente, na instrução primária, foi justamente um

cenário de condições propícias. Como ressalta Sousa Pinto (1939), em relação ao governo anterior, não foi possível para João Tomé de Sabóia e Silva *efetuar uma reforma radical da instrução primária*, que pela falta de recursos, *angustiosa situação financeira não nos tenha permitido ainda realizar os melhoramentos indispensáveis à difusão, que deve ser pródiga, pelos poderes públicos, do ensino elementar*²⁴⁵. Sousa Pinto acrescenta que, coube ao ilustre presidente Justiniano de Serpa, *seu sucessor, no segundo ano de seu governo, em 1922, quando excelentes eram as condições financeiras do Estado e prometedoras as condições econômicas* (OP. CIT., p. 86).

Não foi apenas o trabalho isolado de um diretor da Instrução ou da Escola Normal, mas um planejamento que resultou num conjunto de ações favorecidas pelo aval do então governador do Estado, Justiniano de Serpa, e pelo vice-governador, Ildefonso Albano, que assumiu em virtude do falecimento do primeiro, bem como pelo apoio dos prefeitos dos vários municípios, que dispuseram as instalações físicas para acolher a implantação dos grupos escolares naquelas localidades.

O professor Lourenço Filho, ao aceitar com entusiasmo o convite para vir lecionar as cadeiras de Psicologia e Didática na Escola Normal, bem como de assumir a Diretoria da Instrução Pública, teve toda a condição, com o apoio de uma equipe de professores ávidos pelos novos métodos e inspetores com o mesmo afã. Entre eles estava Newton Craveiro, autor do livro didático *João Pergunta*, excelência em termos de nova didática, que trazia na sua essência a racionalidade para a didática do ensino primário, objeto de desejo da “moderna” Educação.

Referente às linhas mestras da reforma, tratadas no capítulo 5, no que diz respeito aos resultados do cadastro escolar, a Diretoria da Instrução propôs ao Governo a criação de cerca de 100 escolas, distribuídas nos municípios do Estado. Isto foi muito importante para a ampliação do ensino público à época, e podemos acompanhar os desdobramentos ao longo de toda a pesquisa, tanto pelas mensagens dos presidentes do Estado, como pelas visitas realizadas aos municípios partícipes da criação de grupos escolares, onde é possível perceber que aos poucos foram realizadas as promessas e compromissos assumidos pelo governo.

Um dos efeitos do resultado do cadastro escolar só foi efetivamente concretizado na década de 1930, como vimos na análise dos prédios escolares, considerando que muitos deles só foram obter uma sede própria no governo do interventor Menezes Pimentel (1935-1945).

²⁴⁵ Citação do discurso do governador João Tomé de Sabóia por Sousa Pinto (1939).

Mesmo tendo sido considerada por outros estudiosos do assunto, como Nogueira (2001), que afirma o insucesso da Reforma de 1922, ao limitar o processo de inovações e mudanças na qualidade de ensino e administrativa, ao período de permanência do Professor Lourenço Filho no Ceará, pelo que vimos até aqui, este processo de mudanças não poderia ser avaliado em recorte temporal tão pequeno, era necessário verificar seus desdobramentos nas décadas posteriores.

Deste modo, não consideramos que a Reforma tenha sido ineficaz, e sim, uma retomada do ensino público, não numa reforma de um homem só, mas, como assinala Craveiro (1923), referindo-se a Lourenço Filho e à reforma, em que o resultado por excelência, com o cadastro escolar foi uma alavancada de efeito moral, que acordou o povo para a compreensão de uma reforma não só da educação, mas também dos costumes. O trabalho de divulgação em todo Ceará, despertou o patriotismo, aliando o esforço do Estado aos dos municípios, atingindo um movimento com benefícios para a população e para o Estado, com insignificante despesa.

O próprio Lourenço Filho (1924) assinala a condição em que encontrou o Ceará para tantas realizações, que consideramos fatores concorrentes para o bom andamento da reforma. A implantação de um novo regime administrativo e técnico foi, portanto, possível em tão pouco tempo, não como *milagre*, como afirma Lourenço Filho, mas, em grande parte, devido a um *conjunto de circunstâncias felizes do momento*, tais como a prosperidade econômica do Estado, dado as grandes obras contra as secas, uma atmosfera de confiança da população e o ânimo de ação por parte dos governantes.

A Reforma, tendo o trabalho do cadastro escolar como sistematização para levantar estatísticas, mesmo com as falhas e inexatidões, causou efeitos inegavelmente positivos nas municipalidades, na população, elevando a matrícula e, de certa forma, um despertar das mentes perante um movimento do qual as municipalidades não queriam ficar de fora. Assim, aconteceu com muitos municípios, ao criarem escolas públicas e subvencionarem escolas particulares, além da articulação do Estado com os municípios na criação dos grupos escolares, impulso este que teve dimensão mais estruturada na década seguinte.

Interessante é ressaltar que a movimentação provocada no Estado pelos reformistas teve influência e resultado em mão dupla, mesmo que não tenha sido feito o cadastro escolar conforme as pretensões, como foi o caso de Juazeiro do Norte, onde a Historiografia aponta que não teve resposta neste município. A não participação de Padre Cícero no cadastro decorre do fato de não por ser contra a escolarização do povo, e sim em face das disputas políticas havidas na década anterior, entre o sul do Ceará e Fortaleza/Capital. Mesmo tendo

Lourenço Filho divulgou uma imagem do Padre Cícero como atrasado, contra a alfabetização do povo no livro sobre Juazeiro, Padre Cícero, ao morrer, deixou sua herança para os Salesianos criarem uma escola para crianças e jovens da Cidade. O tempo, contudo, às vezes, transforma o negativo em positivo.

Foi justamente esta experiência no Ceará que propiciou ao então jovem professor Lourenço Filho conhecer e relatar, com sua competência, as mazelas, desigualdades e excentricidades existentes nas terras escaldantes de cá, o que lhe deu inclusive o ensejo de ser laureado com o prêmio “Ensaio” pelo livro – *Joazeiro do Pe. Cícero: cenas e quadros do Fanatismo no Nordeste*. Foi obra do destino, pois, ao que parece, Pe. Cícero proporcionou a Lourenço Filho mais do que dados de cadastro escolar. Eis pois, que tanto o grupo escolar pretendido para Juazeiro foi criado na década seguinte com a denominação Grupo Escolar Padre Cícero, como o Colégio Salesiano²⁴⁶.

Os efeitos e desdobramentos dos trabalhos e propostas da Reforma de 1922, nem sempre, foram encontrados nos anos imediatamente subsequentes, mas só foram efetivamente concretizados no final dos anos de 1920 e na década de 1930. Com efeito, a Reforma teve continuidade, mesmo depois da partida do Lourenço Filho, quando foram edificados os grupos escolares, ainda na década de 1930, em condições financeiras que melhor supriram as demandas, para responder à própria determinação do Estado, de um ensino público gratuito e obrigatório para a faixa etária correspondente ao ensino primário.

Aliado as questões de métodos e material didático, estavam as propostas de adaptação e construção, como bem assinalou Lourenço Filho, em entrevista de despedida a *O Nordeste*, dizendo que a *construção de prédios escolares era pensada para a capital e a adequação de prédios convenientes no interior*.

Conclusão sobre os prédios escolares

Para a análise dos prédios escolares, foi necessário que inicialmente tivéssemos a visão sobre os conceitos e categorias de análise, bem como as ferramentas de pesquisa de História da Arquitetura para que pudéssemos tratar da articulação dos espaços com os métodos de ensino e distinguir, no período foco de estudo, as diferentes produções arquitetônicas.

²⁴⁶ Ver sobre o assunto em Almeida, 2009.

Em relação ao que investigamos no processo da Reforma de 1922 no Ceará, relativamente à condição para criar os espaços escolares, concluímos que a Reforma, dentro de seus resultados e desdobramentos, nos aponta três tipologias de escolas que marcam este processo nas condições que existiam no Estado, como forma de transformar gradualmente o ensino no Ceará. As tipologias percebidas foram: 1 os prédios escolares da Capital, construídos para tal finalidade, os quais representam uma **Arquitetura Erudita** – o prédio da Escola Normal e dos Grupos Escolares Fernandes Vieira, Visconde do Rio Branco e do Benfica; 2 os prédios adaptados, que abrigaram inicialmente os grupos escolares criados na Capital e nos outros municípios do Estado – os chamados **prédios “convenientes”**; e 3 os prédios de **tipologia “funcional”** com projeto-padrão – prédios construídos com base num projeto tipo-padrão para atendimento da Educação popular formulada em muitos dos municípios do Estado nos meados da década de 1930 até 1950.

- **Prédio escolar como representação de uma Arquitetura Erudita**

Os edifícios projetados e construídos na década de 1920, que fazem parte da primeira tipologia assinalada, foram concebidos com base em um programa estabelecido pelas necessidades dos métodos de ensino, com o objetivo de atenderem às propostas modernizantes da Educação.

Estas instituições integram um conjunto de obras que eram executadas em Fortaleza até as primeiras décadas do século XX, com raras exceções, em alvenaria de tijolos, usando a madeira para o travejamento das cobertas, forros e pisos (DIÓGENES, 2010).

No aspecto formal, tinham uma característica em comum - marcação de eixo central com a origem no acesso principal ao edifício, evidenciada tanto pela escadaria ou pela presença de tímpano com relógio, como é o caso da Escola Normal, ou pela presença na fachada sobre o acesso, de tímpano trabalhado com pequenas volutas, à lembrança das igrejas coloniais, como é o caso dos Grupos Escolares Fernandes Vieira e Visconde do Rio Branco.

Quanto às características arquitetônicas, as edificações dos dois grupos escolares se enquadram no Movimento Tradicional (Neocolonial), que prevaleceu no início dos anos de 1920, cujas características buscavam uma identidade nacional, fundamentada em elementos compositivos da arquitetura colonial, cultuando as antigas tradições de construções luso-brasileiras, o que, para os críticos da Arquitetura, não eram compatíveis com os princípios do Modernismo que já aflorava como movimento internacional no campo da Arquitetura e, de certa forma, entram também em descompasso em relação as modernas tendências

pedagógicas que levaram a uma reforma educacional fundamentada no ‘escolanovismo’ da Europa e no movimento progressista em Educação nos Estados Unidos.

A simetria também se apresenta no Grupo Escolar do Benfica, desta feita, mais rígida, nos moldes do neoclássico. Mesmo que todos estes edifícios vistos na primeira tipologia apresentem na fachada expressões formais e elementos diversos, as plantas destas edificações, inclusive a da Escola Normal, se apresentam bem semelhantes, numa distribuição em forma de “U”, tendo a entrada como eixo central divisor das circulações das salas de aula dispostas simetricamente. Apresentam ainda em comum o fato de se desenvolverem em dois andares.

Podemos concluir em relação a este conjunto de obras de arquitetura escolar mais significativa neste estudo, que, mesmo apresentando características formais diferenciadas em seus elementos de fachada, ou seja, o prédio da Escola Normal com elementos de influência da arquitetura flamenga; os grupos escolares Visconde do Rio Branco e Fernandes Vieira com características da arquitetura tradicional – neocolonial; e o grupo do Benfica de características “classicizantes”, em termos de configuração espacial, todos eles seguem uma mesma *tipologia*; uma tipologia racional da distribuição de espaços, que se coaduna com as necessidades do ensino seriado – planta em “U” – tendo a entrada como marcação de eixo central e distribuição simétrica das alas de circulação das salas de aula.

Esta configuração, aparentemente moderna, tem raízes nos colégios Jesuítas do século XVI e XVII na Europa, e, no Brasil, temos resquícios de exemplares de colégios Jesuítas com estas características no Rio de Janeiro e na Bahia, como vimos no capítulo 3.

Os parâmetros dimensionais utilizados para a configuração dos espaços, possivelmente, foram os prescritos pelo Regimento Interno das Escolas Públicas do Ceará de 1915 e Regimento da Higiene, do Decreto nº. 1.643, de 8 de novembro de 1918, que aprova modificações no Regulamento da Diretoria da Higiene.

A construção robusta e monumental da Escola Normal e dos grupos escolares da Capital tem uma importância para a população, em que estes edifícios se destacavam na paisagem urbana ainda não verticalizada. A construção sólida transmitia ao aluno a sensação de solidez da sua formação. Apesar de algumas críticas à monumentalidade das edificações escolares desta época, é a monumentalidade que testemunha a intenção de situar a Educação como fator de crescimento, não só dos cidadãos, como também a importância destas instituições na relação com a urbanização e com a Cidade.

A construção de grupos escolares do porte que tivemos na Capital concretiza desejos de administrações passadas que, por motivos de orçamentos ou por outras razões, não atingiram uma condição para execução pretendida.

Das instituições de ensino selecionadas na pesquisa, 28,57% foram prédios escolares que se enquadram numa arquitetura erudita, daí a possibilidade de serem consideradas obras de valor para tombamento de patrimônio histórico municipal ou estadual, como vimos em relação aos exemplares cariocas das chamadas *Escolas do Imperador* e grupos escolares municipais de características ecléticas e neocoloniais tombados.

Nesta arquitetura escolar produzida nas capitais, ou mesmo para as cidades maiores, percebemos que a conotação é a de “monumentos”, “templos de saber”, que encantam os olhos da mocidade e agregavam um sentido institucional à escola primária, no período republicano, para o projeto de Educação, como assinala Buffa (2002), confirmando que os políticos republicanos e educadores passaram a defender a necessidade de edificações especialmente construídas para funcionamento de escolas. Com efeito, o prédio projetado neste período deveria ser grande, arejado, bonito, pois sua presença testemunhava a finalidade principal, *a de ser escola*, bem como demonstrava a valorização que era dispensada pelo Estado, no momento, ao ensino.

O discurso da valorização do espaço adequado ao ensino era uma constante nos relatórios e mensagens de presidentes da Província e do Estado do Ceará. Vimos que em alguns períodos, tanto do final do Império, como no começo da República, encontramos alguma produção. Na década de 1920, contudo, foi mais uma vez intensificada a realização de construções dos grupos escolares, tendo maior abrangência no Estado de 1930 a 1950, quando surgiram os prédios tipo-padrão.

O espaço da escola não é neutro, diz Viñao Frago (2001). A arquitetura escolar é planejada, portanto, arrimada em premissas, seja do poder local e/ou da comunidade, sempre evocando uma clientela, um objetivo pedagógico. Na concepção dos grupos escolares, eram evidenciados a ideologia do projeto republicano e o papel da Educação naquele momento histórico do ponto de vista de espaços projetados para estes fins.

Ainda nesta categoria de prédios eruditos, de interesse arquitetônico, temos a Cidade da Criança, inaugurada em 1938, que articula os poderes municipal e estadual, a localização privilegiada na Cidade de então, para cuja direção foi nomeada a professora Zilda Martins, ex-aluna da Escola Normal, com experiência de professorado na cadeira que lecionava no Grupo Escolar Visconde do Rio Branco na década de 1920, na missão de implantar os métodos da Pedagogia dita moderna. Esta escola pública foi referência por mais de cinco décadas em Fortaleza. Com esta escola fechamos um ciclo na Educação iniciada ou mesmo reforçada pelo impulso da Reforma de 1922.

Mesmo que a implantação do Serviço de Educação Infantil, em parte, tenha lançado mão de uma adaptação no prédio principal, onde funcionava um restaurante no Parque da Liberdade, sua implantação com edículas em meio ao Parque é condizente com as mais modernas formas de criação e implantação de Jardim de Infância à época, a exemplo da Escolinha no Campo de Santana – Praça da República, no Rio de Janeiro, dentre outras.

Temos, portanto, na primeira tipologia de arquitetura escolar, uma produção que se caracteriza pela materialização de um projeto educacional dos novos métodos de ensino posto sob os condicionamentos técnicos e expressivos da Arquitetura.

- **Prédios convenientes**

Os demais grupos escolares criados e/ou em execução à Lei 1953/1922, tanto na Capital como no restante do Estado, foram abrigados em prédios adaptados – os chamados prédios “convenientes”, ou como diria Segawa (1988), de “arquitetura reciclada”. Nesta categoria, incluímos todas as edificações que se adequaram para receber o grupo escolar. O termo “conveniente” traduz de maneira muito precisa a filosofia dos reformadores em que sendo instalados grupos escolares urbanos, representam a segurança de toda a Educação popular.

Os recursos eram mais escassos nos municípios que não a capital, porém, de todo modo, foram consideradas as condições, mas também a importância em disponibilizar prédios dentro de critérios mínimos das dimensões adequadas; com espaços que comportassem a divisão de pelo menos cinco salas (classes), diretoria, sala de professores e banheiros, que estivessem localizados em áreas saudáveis, que a adaptação propiciasse circulação de ar através de grandes janelas, a condição de limpeza e asseio constante, conforme os princípios da higiene. Desta forma, estaríamos diante de um prédio “conveniente” para o funcionamento de um grupo escolar ou de escolas reunidas. Daí por que foram criadas 18 escolas reunidas em 1922-1923 no Ceará.

Em alguns municípios, foram cedidos casarões de particulares, como em Barbalha, o casarão da família Xavier; em Baturité, uma edificação do século XIX, que possivelmente pertenceu ao Círculo Operário; no Crato, também foi cedido um casarão; em Icó, o sobrado da família do comandante Francisco Manoel; em Lavras, em casarão hoje demolido; em Maranguape, o palacete Sombra, das Irmãs Correia; mesmo em Fortaleza, vamos encontrar casarões, como o da Chácara *Nous Autres*, que abrigou inicialmente o grupo escolar do

Alagadiço, bem como casa pertencente à Diocese foi adaptada para o Grupo Escolar do Outeiro.

Em Quixadá, o próprio prédio da Prefeitura acolheu em um andar o grupo escolar. O caso mais raro é o de Redenção, em que o prédio construído no século XIX, sendo sede da Sociedade Acarapense Libertadora, foi cedido para escola pública em 1915 e reorganizado para abrigar o grupo escolar em 1923, permanecendo até hoje, acrescido de algumas ampliações, tais como: salas de aula, cantina e quadra, funcionando como escola estadual cuja origem foi a escola pública de 1915.

Quanto à condição da nova modalidade de escola – o grupo escolar, Lourenço Filho²⁴⁷ enfatiza sua importância, no sentido de que *valerá mais um grupo escolar funcionando bem, como foco de progresso, no alto sertão, do que vinte escolas isoladas que por forças das circunstâncias, são absorvidas pelo meio e não podem reagir para elevá-lo.*

Além da criação de grupos escolares, as escolas reunidas também tinham papel importante pelo fato de representarem uma forma simplificada e mais econômica de agrupamento, que Lourenço Filho considerava *núcleos qualitativos do ensino.*

Muitas destas escolas foram aos poucos sendo transformadas em grupos escolares. Mesmo assim, muitas delas também permaneceram por muito tempo nesta categoria, haja vista o fato de que, em 1974, conforme *Guia Educacional de Fortaleza*, funcionavam oito escolas estaduais reunidas e oito escolas municipais reunidas em Fortaleza. E, mesmo não sendo consideradas propícias à elevação do nível da Educação, as escolas isoladas funcionavam ainda na década de 1970, constando dez escolas estaduais isoladas e 21 escolas municipais isoladas em Fortaleza.

Considerando-se as instituições escolares selecionadas na pesquisa, conforme quadro 5.6, observamos que 71,42% foram inicialmente instaladas em prédios adaptados. Inicialmente, porque, um ou duas décadas depois, estas instituições vão receber uma sede própria dentro de um programa institucional, ao qual denominamos de tipologia “funcional” com projeto-padrão.

- **Prédios de tipologia “funcional”: projeto-padrão**

Os grupos escolares construídos em meados de 1930 e até os anos de 1950, no Estado do Ceará, apresentam plantas e fachadas muito semelhantes, como se fossem variações de um

²⁴⁷ Jornal *O Nordeste*, Anno II, 05/01/1924, n. 456, p.1.

projeto-padrão, cuja autoria não foi encontrada, apenas indícios de que teria sido elaborada e fornecida aos municípios pela Diretoria da Instrução ou pelo Departamento de Obras do Estado, ou seja, provavelmente, elaboração dos técnicos do próprio setor de obras do Estado.

Podemos dizer que estes prédios construídos em quase todo o Estado integraram uma política pública educacional dos interventores de implantar escolas de projeto-padrão para atendimento da Educação popular. Esta totalidade de edificações escolares não fazia parte do nosso foco de estudo, mas chegamos até eles em função do nosso percurso de pesquisa. Quando em visita aos 11 grupos escolares dos municípios, criados e reorganizados em 1922-1923, tomamos conhecimento de que suas sedes próprias só foram construídas de 1930 a 1950.

A produção arquitetônica deste período de nova configuração política e social, que se iniciou com o governo do presidente Vargas, instiga os historiadores da Educação a pesquisas de mapeamento deste imenso patrimônio do Estado, que pode ser estudado em maior profundidade, tendo como ponto de partida a Lei n. 146, de 13 de agosto de 1936, em que o governador do Estado do Ceará é autorizado a abrir *crédito especial de dois mil contos de réis (2.000:000\$000), adicional ao orçamento da Secretaria dos Negócios do Interior e da Justiça, para construção de prédios escolares*; sendo estas obras executadas diretamente pelo Governo do Estado ou confiadas às prefeituras municipais respectivas, em que o Estado fornecia o *projeto e plantas necessárias* (CASTELO, 1970, p. 327-329).

Quanto às dimensões, estes prédios foram consoantes, em parte, com algumas tendências, segundo Frago (2001), dos grupos escolares da Espanha neste mesmo período, pois, além das limitações orçamentárias em relação às necessidades existentes, a convicção de que *os edifícios escolares deveriam ser econômicos e simples, modestos, sólidos e elegantes, mas sem luxos, ostentações ou adornos inúteis*.

O projeto-padrão constante nas escolas visitadas nos municípios do Estado estudadas apresenta uma configuração em forma de “U”, com dois tipos ou variantes. O primeiro é simetricamente distribuído, marcado por eixo central do *hall* de entrada, com pequenas variações na largura do pátio em função do dimensionamento do corpo central onde se encontram o acesso, as salas da diretoria e da secretaria. Caracteriza as plantas dos grupos de Aracati, Baturité, Crato, Icó, Quixadá, Sobral e as Escolas Reunidas de Soure (Caucaia).

O segundo também se apresenta em forma de “U”, mas com duas entradas – uma principal, ladeada pela diretoria, secretaria e consultório dentário – e outra entrada secundária de alunos, caracterizando as plantas dos grupos de Barbalha, Crateús e Maranguape.

Outro fato por nós percebido é que, nestes grupos, cujas construções se iniciaram em meados dos anos de 1930 e prosseguiram nos anos 1940 e 1950, é significativa a diferença da altura de peitoril das janelas dos prédios escolares mais antigos para os construídos nos anos 1940 e 1950. A impressão que tem é de que existia uma ideologia sublinearmente, em que se enclausurava o aluno. Mais segurança? Proporcionar maior atenção? Dificultar a saída ou fuga de aluno pela janela? Afinal, por que as janelas ficaram com o peitoril mais alto? Em termos técnico-construtivos, não encontramos justificativa. Inclusive, o Código Municipal de Fortaleza, provavelmente único no Estado àquela época, contraria o que vimos nestas edificações, pois, na 3ª Secção, Cap. I, Dos hotéis, escolas e colégios. Art. 291, § 6.º – *As janelas terão peitoris a 0m,90 acima do piso e aproximar-se-ão tanto quanto possível do teto, sendo a sua superfície útil, no mínimo, 1/5 do piso.* Aqui, a prescrição regulamentar não foi executada na prática e outras variantes subjetivas entraram em cena.

Das instituições de ensino primário que iniciaram como grupos escolares em prédios adaptados, 80% destas receberam, nas décadas subsequentes, sede própria, com a configuração há pouco explicitada de tipologia “funcional” com projeto-padrão.

Algumas considerações sobre articulação entre espaço-escola e métodos de ensino observados no confronto dos antecedentes da Reforma de 1922 com a análise das escolas visitadas

Podemos concluir ainda, sobre as diversas tipologias encontradas, diferentes formas de articulação do espaço-escola com aspectos e métodos de ensino.

No Ceará, começando pelo século XIX, antes da República, em que predominavam os métodos tradicionais, notadamente o mútuo ou lancasteriano, verificamos que a espacialidade que surgia em função deste método era diferente da espacialidade exigida pelos novos métodos que se utilizava da seriação.

Pelo *Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará* (1881), não havia distinção de tipologia de escola, pois todas eram *escolas públicas primárias*, classificadas em categorias – da Capital, das cidades, vilas e povoados.

O Regimento ora referido prescreve a distribuição dos bancos no *salão d’aula* em que os alunos eram divididos em duas seções, os «*primários*» e os «*grammaticos*», *os quaes a bom juízo do professor se subdividirão em tantas classes [grupos de alunos] quantas exigir o bom serviço e a escala ascendente das materias do ensino.* Assim ocorria o funcionamento do método lancasteriano.

Estas subdivisões em grupos de alunos eram feitas com monitores, de acordo com o nível, mas todos num mesmo salão, razão por que o programa destas escolas exigia um grande salão único, a exemplo das escolas lancasterianas dos Estados Unidos.

Com o surgimento dos grupos escolares em 1905 no Ceará, a arquitetura escolar representativa dos antigos métodos não mais era encontrada, a não ser, possivelmente, nas escolas isoladas, por estas permanecerem nos métodos tradicionais.

A articulação dos novos métodos de ensino com a Arquitetura apresenta aspectos que podemos extrair do próprio *Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará* (1905): 1 a primeira mudança é o agrupamento de cinco escolas num mesmo prédio; 2 cada escola na constituição do grupamento é equivalente a uma classe, em sala separada, sob a responsabilidade de uma professora; 3 no grupo escolar o ensino se dá em cinco classes ascendentes – I, II, III, IV e V; 4 cada grupo escolar poderá comportar até 300 alunos e; 5 são instituídos bibliotecas e museus escolares.

Temos então, nas primeiras experiências de grupos escolares no Ceará, a organização da seriação, a divisão do trabalho do professor; outros ambientes são incluídos no programa – sala da diretora, sala dos professores, bibliotecas e museus – embora estes dois últimos aparecessem com pouca frequência.

Com a Reforma de 1922, percebemos que a estrutura do ensino primário foi modificada, compreendendo: ensino preliminar de três anos, ministrado nas escolas isoladas e reunidas; primário de quatro anos, nos grupos escolares. A forma organizacional de escolas reunidas apareceu com a Reforma de 1922, sendo uma forma simplificada do grupo escolar.

Lembramos que Lourenço Filho era contra a permanência da escola isolada, pois, segundo ele, não era propícia ao desenvolvimento dos novos métodos, no entanto, o Regulamento da Instrução Pública (1922) prescreve este tipo de escola determinando que *nenhuma escola isolada será posta em concurso, nem provida de qualquer outra forma, senão quando houver casa para seu funcionamento e residência do professor*. Aqui se estabelece uma articulação ainda nos moldes tradicionais casa-escola, contudo, mostra a intenção de dar condições as professoras ao se deslocarem para outros municípios de forma a terem condição de moradia garantida pelo Governo.

A instituição das Escolas Reunidas é estabelecida no Art. 61 do mesmo regulamento, *desde que haja prédio adequado [conveniente], quer pertencente ao Estado, quer dado pela Municipalidade, ou particular*. A organização do ensino nestas escolas alternava entre o que se ensinava nas escolas isoladas (*nas escolas reunidas até 4 classes é o mesmo das escolas isoladas*) e nos grupos escolares (*nas de 5 classes, ou mais, é o dos grupos escolares*).

Para constituição de um grupo escolar, o Regulamento da Instrução Pública (1922) determinava que cada grupo teria oito classes, sendo quatro para o sexo feminino e quatro para o masculino. Isto demonstra a divisão de ensino por sexo, o que se fazia em turnos diferentes. Assim, um grupo escolar poderia ter quatro salas de aula, com funcionamento em dois turnos. Este regulamento também reforça a determinação de existência de uma pequena biblioteca e museu escolar. Quanto à recreação, embora haja registros de imagens exibindo grupos de alunos em apresentação da ginástica sueca, não há uma ênfase prescrita no regulamento de 1922, e as áreas livres no terreno, normalmente, eram de pequenas dimensões. Possivelmente estes exercícios se faziam nas praças onde se inseria a maioria destas escolas.

Conclusão sobre espaço-escola no contexto histórico

Pesquisas na área da História da Educação podem explorar diversas temáticas ou abordagens. A leitura da História da Educação, sob o prisma da cultura material escolar, especificamente o estudo da configuração espacial da escola articulada aos métodos de ensino foi o que pretendemos enfatizar neste estudo. Chegamos à conclusão de que é um campo vasto de investigação, no qual, para nossos propósitos, contribuiu sobremaneira para elucidação de questões afetas à arquitetura escolar produzida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Por meio dos currículos prescritos, dos regulamentos da Instrução Pública e regimentos internos das escolas, pudemos observar e analisar as necessidades que ensejaram espacialidades específicas para o funcionamento da escola. Daí percebermos as diferenças espaciais das edificações projetadas pela necessidade de atender métodos e organização de ensino diferenciados, tais como os edifícios projetados com salão único para o funcionamento de escolas que adotavam o método lancasteriano e os edifícios para os grupos escolares de classes separadas que adotavam o ensino seriado.

Em termos de configuração dos espaços escolares, contudo, não é somente a prescrição dos regulamentos e regimentos escolares, bem como códigos municipais, suficientes para que tenhamos a realização conforme tais dispositivos determinados. Outros fatores, como situação política e econômica local, podem atuar de forma positiva ou negativa na realização e conformação espacial de edificações destinadas à escola.

A localização da escola e sua implantação no terreno nos apontam fatores implicados com o projeto arquitetônico, mas também todo um sistema articulado de poder. Quando a escola era localizada na praça da Matriz, podemos perceber que ela possuía um significado

para a população daquela época. A escola pública situava-se no cenário principal da Cidade, sua visibilidade era percebida, integrada nas festividades cívicas e religiosas da cidade, em que as crianças transitavam, recitavam, se apresentavam.

Na abordagem da arquitetura escolar, o significado dos conceitos para categoria de análise foi importante para distinção dos diferentes tipos de configuração escolar produzidos no século XIX e nas primeiras décadas do século XX; desde as primeiras *casas de escola*, que eram escolas isoladas, as escolas lancasterianas, que se desvinculavam da casa do professor, as escolas reunidas, como escolas de transição, bem como os grupos escolares, que apresentavam características de significativa carga institucional.

Acreditamos que, nestes períodos destacados de uma produção de arquitetura escolar mais intensa, não foi somente a Educação que se destacou de *per se*, mas um conjunto de fatores articulados – políticos, econômicos, sociais – como também o envolvimento dos profissionais, principalmente da Educação, juntamente com profissionais da Arquitetura e Engenharia, profissionais da Saúde, em um contexto favorável, com apoio dos governantes que permitiram o aprimoramento e a melhoria na qualidade dos espaços da e na Educação.

A escola é, portanto, uma produção cultural de cada época, sendo sua arquitetura, além de suporte material, expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas, em que podem ser verificadas características ainda domésticas, panópticas, padrões higienistas, elementos tecnológicos diversos que paulatinamente são incorporados em seu desenvolvimento secular.

O espaço-escola, como assinala Frago (2001), como criação cultural, não pode ser entendido fora do contexto histórico, embora sua arquitetura perdure além de seus métodos, e por isso mesmo, cada vez mais, a arquitetura escolar se volta para atender a multiplicidade de atividades, com arranjos espaciais mais dotados de expansibilidade e flexibilidade.

Em se tratando de uma pesquisa histórica, esperamos que os resultados deste ensaio possam vir a contribuir para melhor entender a História da Educação, assim também como registros para História da Arquitetura escolar cearense, visto que, feita a reconstituição da memória dos edifícios escolares, bem como das mudanças decorrentes tanto dos métodos de ensino como do sistema educacional, além das transformações tecnológicas utilizadas na Arquitetura, possam apresentar subsídios para outras pesquisas nas áreas de conhecimento envolvidas, uma vez que esta é uma abordagem sobre a História da Educação no Ceará pouco trabalhada no âmbito das pesquisas acadêmicas locais, podendo contribuir ainda para o complexo conjunto que é a História da Educação Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- **Referências Bibliográficas**

ADERALDO, M. S. **História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a Cidade Amada**. Fortaleza: Edições UFC, 1974; 1993. Programa Editorial Casa José de Alencar, 1998. (Coleção Alagadiço Novo, 40).

_____. Crônica de um trecho da cidade. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo 72, 1958. Pp. 272-286 .

ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ALVES, A. M.; MOTA, F. A. Newton Craveiro e o movimento da Escola Nova em Sobral/CE. **Revista Homem, Espaço e Tempo**. Sobral: UVA, 2010. ISSN 1982-3800

ALVES, J. O ensino primário na primeira metade do século XX. In: MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 3ª ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

AMARAL, K. P. N. R. F. do. A trajetória de Zilda Martins Rodrigues (1904 – 2000) e o Jardim da Infância na Cidade da Criança. In: CAVALCANTE M. J. M; BEZERRA, J. A. B.(Org.). **Biografias, instituições, idéias, experiências e políticas educacionais**. Fortaleza: Editora UFC, 2003. pp.189-213.

ARAÚJO, Pe. F. S. de. **Historia da cultura sobralense**. Sobral: Imprensa Universitária do Ceará, 1978. 203p.

ARAUJO, J. C. S. **Os Grupos Escolares em Minas Gerais: a Reforma João Pinheiro 1906**. Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. 2006.

ARAUJO, J. C. S. e GATTI JUNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação).

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e Destino**. Tradução: Marcos Bagno. 1ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

_____. Sobre a tipologia em arquitetura. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. 2 ed. Ver. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

ASSIS, A. C. L. de. **Conselho Escolar Instrumento de Gestão Democrática em tempos de políticas neoliberais: experiências em questão no município de Baturité**. (Dissertação) Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas – UFC, 2007.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. Obras completas. Vol. XIII.4ª ed. rev. amp. São Paulo; Edições Melhoramentos, 1964.

AZEVEDO, M. A. de (Nirez). **Fortaleza, ontem e hoje**. Fortaleza: Pesquisa ilustrada Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fundação de cultura e Turismo de Fortaleza, 1991. 216p.

_____. **Cronologia Ilustrada de FORTALEZA** - Roteiro para um turismo histórico e cultural. . Vol 1 e 2. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

AZEVEDO e SÁ, J. H. de. Introdução ao estudo da Hygiene. **Revista Nacional. Nossa terra, nossa gente, nossa lingua**. N.º 7. São Paulo: 1923. pp 438-448.

BALANDIER, G. **O Poder em Cena**. Pensamento Político. Tradução: Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BALLESTEROS, A. **La Escuela Graduada**. Revista de Pedagogia. Serie escolar 7. Madrid, 1926. 48p.

BARROSO, F. de A. **O Benfica de ontem e de hoje**. Fortaleza, 2004. 444p.

BARROSO, G. **Mississipi**. Fortaleza: Casa de José de Alencar. Programa Editorial, 1996.

BAZIN, G. **L'Architecture religieuse baroque au Brésil**. Paris: Plon, 1956. 2 vol.

BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, M. L. A. **Culturas escolares, saberes e praticas educativas: itinerários históricos** (Org.). São Paulo: Cortez, 2007.

BENÉVOLO, L. **Historia da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976. 813p.

BEZERRA DE MENEZES, A. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: UFC/Casa de Jose de Alencar, 1992. 130p ISBN (broch.).

BEZERRA, P. (Org.) **Album de Fortaleza**. Fortaleza: Meton Gadêlha & Cia, 1931.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Cartas patrimoniais. 3ª. Ed. Ver. Aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408 p.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. Tradução Ana M. Goldberger. 3. ed. São Paulo: Perspectiva , 1997. 398p. : il.

BUFFA, E. e PINTO, G. de A. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas – 1893/1971**. São Carlos; Brasília: EdUFSCar; INEP, 2002. 174p.

_____. Os estudos sobre Instituições Escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Orgs). **Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2007 (Coleção Memória da Educação).

BUFFA, E. e PINTO, G. de A. Colégios do século XVI: matriz pedagógico-espacial de nossas escolas. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas** – itinerários históricos. São Paulo: Cortez editora, 2007.

CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M.. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F.; VAIMFAS, R. **Domínios da História**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, pp. 401-415.

CARDOSO, L. **Guia Passaporte - Baturité “a mãe do Maciço”**. (no prelo).

CARRETERO, M. **Documentos de Identidad: La construcción de la memória histórica en un mundo global**. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2007. 328 p.

CARULA, K. Ciência em debate. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 4. N. 41. 2009. pp 66-69.

CARVALHO, M. M. C. de. **Modernidade pedagógica e modelos de formação docente**. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.1, pp. 111-120. ISSN 0102-8839.

_____. Reformas da Instrução Pública. In: **500 anos de Educação no BRASIL**. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, I. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

CASTANHA, A. P. O Ato Adicional de 1834 na História da Educação Brasileira. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº. 11, p. 169-195. São Paulo, 2006. [pdf. on line]

CASTELO, P. A. **História do Ensino do Ceará**. Monografia n.22, (Coleção Instituto do Ceará). Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

CASTRO, E. A. de; IMAGUIRE, M.R.G.. Ensaio sobre a Arquitetura em Curitiba 2: colégios e educandários. E.A. de Castro; M.R.G. Imaguire, 2006.

CASTRO, J. L. de. Arquitetura eclética no Ceará. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987. pp. 209-255.

_____. Sylvio Jaguaribe Ekman e a arquitetura da sede do Ideal Clube. Separata da **Revista do Instituto do Ceará** – 112/1998. Pp. 27-72).

_____. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da Cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará** – 1994. Pp. 43-90).

_____. Ceará, sua arquitetura e seus arquitetos. In: **CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA** Vol. 9. **Panorama da Arquitetura Cearense**. Vol. I. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda, 1982.

_____. Preservação do Patrimônio Cultural. **Revista do Instituto do Ceará** t. 122, 2008. pp. 99-148.

CAVALCANTE, M. J. M. **João Hippolyto de Azevedo e Sá: O Espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

_____. (org). **História e Memória da Educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002a.

_____. **O Jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional.** In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. História e Memória da Educação Brasileira. Natal, novembro de 2002b. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0429.pdf> Acesso em 02/02/2010.

_____. Escola, Reforma e Modernidade: por onde tem andado e o que tem achado a história educacional no Ceará. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). **História e Memória da Educação no Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002c. 300p.

_____. **O livro didático como meio de orientação pedagógica de professores da escola primária do Ceará:** o caso de "João Pergunta", de Newton Craveiro, na reforma educacional de 1922. In: Revista Educação em Debate, Fortaleza, v. 26, n. 47, 2004.

_____. As normalistas formandas de 1923 e a escola nova no Ceará: o percurso de Maria Gonçalves da Rocha Leal(1899-1980). In: BASTOS, M. H. C.; CAVALCANTE, M. J. M. (Org.). **O Curso de Lourenço Filho na Escola Normal do Ceará: 1922-1923: as normalistas e a pedagogia da escola nova.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

CEARÁ. Secretaria dos Negócios da Fazenda do Ceará. **Assentamentos dos Proprios Estaduaes.** Fortaleza: Typo-lithographia a vapor, 1912.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação/ Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará – SUDEC/ Fichário Central de Obras Sociais do Ceará. **Guia Educacional de Fortaleza.** Fortaleza: Tipografia Progresso, 1974.

CEARÁ. Guia dos bens tombados do Estado do Ceara. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1995. 166p.

CHING, F. D. K. **Arquitetura, forma, espaço e ordem.** Tradução Alvamar Helena Lamparelli. São Paulo: Martins fontes, 1998.

COLLINS, P. **Los Ideales de La arquitectura moderna;** su evolución (1750-1950). Version castellana de Ignacio de Solá-Morales Rubió. 4 ed. Barcelona: G. Gili, 1981.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COLQUHOUN, A. Tipologia e metodologia de projeto. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura:** antologia teórica 1965-1995. 2 ed. Ver. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

COSTA, A. T. da. O lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar de Fernandes Vieira. In: **Revista do Instituto do Ceará,** 1924, p. 197.

COSTA, J. E. C. **Retalhos da história de Quixadá.** Rio de Janeiro; SP; Fortaleza: ABC Editora, 2002.

COSTA , L. **Lucio Costa: registro de uma vivencia .** 2. ed. Sao Paulo: Empresa das Artes, 1997. 608p.

_____. **Lucio Costa**: sobre arquitetura. 1º vol. Porto Alegre: Centro dos Estudantes universitários, 1962.

CRAVEIRO, N. A evolução do ensino no Ceará e a Reforma de 1922. In: **Revista Nacional. Minha gente, minha língua, minha terra**. N.º 7. 1923. pp 420-437.

_____. **João Pergunta ou Brasil Seco**. Fortaleza: SEDUC, 2005.

CRUZ FILHO. **História do Ceará**. Resumo didactico. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1931.

CUNHA, M. N. R. **Praças de Fortaleza**. Imprensa Oficial do Ceará, Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1990.

CZAJKOWSKI, J. (Org.). **Guia de Arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. 216 p. (Guias da Arquitetura do Rio de Janeiro).

DIAS, D. **Da tipografia às ruas**: produção e circulação de almanaques no Ceará fim-de-século. In: II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial – II LIHED, Niteroi, RJ: pdf. 2009.

Dictionnaire Historique D'Architecture. Par M. Quatremère de Quincy. Tomo II. Paris, 1832. p. 629. Disponível em <http://books.google.com/> Acesso em 10/01/2011.

DIÓGENES, B. H; CARTAXO FILHO, J. **Análise da zona central de Fortaleza – sub-área 07 (Cidade da Criança)**. Trabalho Curso de Especialização Aperfeiçoamento em Arquitetura/ Instrumentação Crítica – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1983.

DIÓGENES, B. H. **Arquitetura e Estrutura**: o uso do concreto armado em Fortaleza. Fortaleza: SECULT/CE, 2010.

DOSSE, F. **A História à prova do tempo** – Da história em migalhas ao resgate do sentido. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DOSSE, F. **O Império do sentido**: a humanização das Ciências Sociais. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2003. 450 p. (Coleção História)

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução elementar no século XIX. In: **500 anos de Educação no BRASIL**. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, I. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

FARIAS FILHO. W. A. de. **Crato**: evolução urbana e arquitetura 1740-1960. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2007. 272p.

FAUSTO, B. O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: 1984, tomo III, volume 2.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Escolas centrais e grupos escolares em Portugal. Da problemática da sua implantação e existência**. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Percursos e desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia, 2006. (p. 150-162) Acesso em 03/01/2011. Disponível em:

http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/Margarida_Maria_Louro_Felgueiras.htm

FELGUEIRAS, M. L.; VIEIRA, C.E. (Org.). **Cultura Escolar, Migrações e Cidadania**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da educação, 2010. ISBN 978-972-8614-14-0.

FERNANDES, F.; LUFT, C.P.; GUIMARÃES, M. **Dicionário brasileiro globo**. 28 ed. São Paulo: Globo, 1993.

FERREIRA, A. B. H. **Pequeno Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

FONSECA, T. N. de L. **Regidos e mal pagos**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 6. Nº. 64. Janeiro 2011, p. 80-83.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: historia da violencia nas prisoes** . 15.ed. Petropolis: Vozes, 1997. 277p.

FUNARI, P. P. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 81-110.

GATTI JUNIOR, D. A História das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C. S. e GATTI JUNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação).

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da Educação**. 2 ed. (Coleção Magistério – 2º grau. Série formação do professor) São Paulo: Cortez, 1992.

GIEDION, S. **Espaço, Tempo e Arquitetura**. O desenvolvimento de uma Nova Tradição. Tradução: Alvamar Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção a)

GIRÃO, R. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000. (Coleção Alagadiço Novo) Edição Especial.

_____. **Famílias de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1975. (p. 28)

_____. **História econômica do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000. (Coleção Alagadiço Novo).

_____. **Pequena História do Ceará**. 3ª. ed. rev. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971. (Biblioteca da Cultura – Série A – Documentário – vol. 5). 335p.

_____. **Educandários de Fortaleza**. Revista do Instituto do Ceará. T. 69: 50-71, 1955.

GONÇALVES, R. de C. **Arquitetura Escolar como materialidade do direito desigual à educação**. Ponto de Vista. v. 1 . n. 1. julho/dezembro de 1999. Pdf.

GONÇALVES, I. A. **Cultura Escolar: pratica e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)**. Belo Horizonte: Autêntica, FCH-FUMEC, 2006.

GONDRA, J. G. Higiene e cultura Escolar. In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal, 2002. [Tema3/0350.pdf – on line]

GRAEFF, Edgard Albuquerque. **Edifício**. São Paulo: Projeto, 1979 (Cadernos Brasileiros de Arquitetura).

GREGOTTI, V. **Contro la fine dell'architettura**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2008.

GUIMARÃES, M. C. e GATTI JUNIOR, D. “**Templo do Bem**”: o Grupo Escolar de Uberaba, na escolarização republicana (1908 – 1918). Cadernos de história da Educação – n. 7 – jan/dez. 2008. PP. 277-301.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990 (Biblioteca Vértice. Sociologia e política)

HERSCHMANN, M.; KROPF, S. P.; NUNES, C. **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no rio de Janeiro – 1870-1937**. Rio de Janeiro; Diadorim Editora, 1996.

HOCHMAN, G. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.6, n. 11, 1993, p. 40-61.

JEUDY, H-P. **Memórias do social**. Tradução Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 1997.

JUCÁ NETO, C. R. **A Ciência responde à desordem**. Transformações urbanas em Fortaleza durante o século XIX e início do século XX. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura/UFBa. Salvador, 1992.

KUHLMANN JUNIOR, M.; RAMOS, M. M. S. *Políticas e organização do parque infantil no município de Campinas, São Paulo, décadas de 1940 e 1950*. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/tkulmaria.PDF> Acesso em 28/11/2006.

LARROYO, F. **História Geral da Pedagogia**. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

Le GOFF, J. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEMOS, C. A. C. **Alvenaria burguesa**: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Nobel, 1985.

LIMA, A. C. F. A construção do Ceará. Temas de História econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

LIMA, A. M. R. **Vestígios da educação física em Fortaleza – 1863-1945**. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd64/fortal.htm> Acesso em 25/10/2010.

LIMA, C. H. M. **Modernidades brasileiras**: a obra de Milton Ramos. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo /UNB, 2008.

http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4744/1/2008_CarlosHenriqueMagalhaesLima_reduzida.pdf

LIMA, L. C. **Na terra do boqueirão**. Lavras da Mangabeira, 1998.

LOPES, Eliane M.T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G.. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Antônio de Pádua C.. **Superando a pedagogia sertaneja**: que tipo de escola é mais adequado ao Piauí? Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. História e Memória da Educação Brasileira. Natal, 2002. (p.). Acesso em 02.02.2011. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0342.pdf>

_____. Das Escolas Reunidas ao grupo escolar: a escola como repartição pública. In: Vidal, Diana Gonçalves. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2006. pp. 81-107.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Juazeiro do Padre Cícero** (obra premiada pela Academia Brasileira de Letras em 1927) – 4. ed. aum. – Brasília: MEC/Inep, 2002. 178 p. (Coleção Lourenço Filho, ISSN 1519-3225 ; 5)

_____. **Memorial ao Governo**. In: **Revista Nacional. Minha gente, minha língua, minha terra**. N.º 7. 1923.

LOURENÇO, Leda Maria S. O pensamento de Lourenço Filho em seus primeiros escritos pedagógicos e nas Conferências da Associação Brasileira de Educação – ABE. In: MONARCHA, Carlos. (Org). **Centenário de Lourenço Filho: 1897-1997**. Prefácio Antonio Paim. Londrina: Ed. Da UEL; Marília: UNESP; Rio de Janeiro: ABE, 1997. 157 p.

MACHADO, Roberto M. **Antiga Escola Normal. Passado e futuro**. Trabalho Final de Projeto Arquitetônico 7. Curso de Arquitetura e Urbanismo – UFC, 1987.

MACHADO, José P. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa - 5 Vol. Livros Horizonte, 2003.

MAGALHÃES, Justino P. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.178 p. (Estudos CDAPH. Série historiografia)

MARTINEZ, Afonso C. **Ensaio sobre o projeto**. Tradução de Ane Lise Spaltemberg. Brasília: Ed. UNB, 2000.

MARTINS FILHO, A.; GIRÃO, R. **O Ceará**. 3 ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966. 547 p. ISBN (broch.).

MASCARENHAS, R. dos S. História da saúde pública no Estado de São Paulo. **Revista Saúde Pública** [online]. 1973, vol.7, n.4, pp. 433-446. ISSN 0034-8910. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101973000400012&lng=pt&nrm=iso

McLAREN, P. **Rituais da escola**. Em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Tradução: Juracy C. Marques; Ângela M. B. Biaggio. Apresentação à edição brasileira Tomaz Tadeu da Silva. Prefácio: Henry Giroux. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MEC. **Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos**. 3º vol. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977. (Dicionários Especializados 5).

MELLO, U. A. de; ERLING, L. L. G.; HERMIDA, L. DE B. S. **Obra de reforma e restauro das fachadas Colégio Estadual Amaro Cavalcanti**. III Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios. Rio de Janeiro, 2010.

MENEZES, D. A Educação no Ceará. Repasse histórico-social (das origens coloniais a 1930). In: Girão, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. **O Ceará**. 3.ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

MONARCHA, C. Apresentação do livro **LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Juazeiro do Padre Cícero** (obra premiada pela Academia Brasileira de Letras em 1927) – 4. ed. aum. – Brasília: MEC/Inep, 2002. 178 p. (Coleção Lourenço Filho, ISSN 1519-3225 ; 5)

_____. **Centenario de Lourenço Filho: 1897-1997**. Londrina: Ed. da UEL, 1997. 157p.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. Tomo II, Ed. Loyola, 2001, p. 885. Disponível em www.books.google.com.br.

MORAES, M. S. Frei. **Província São Francisco das Chagas dos Capuchinhos do Ceará e do Piauí**. Fortaleza: Multigraf, 2000. 236p.

NEVES, F. M. **O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo** (São Paulo, 1808-1889). 2003, 293f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2003. [on line]

NOBRE, G. Influência sócio-cultural do Colégio da Imaculada Conceição no Ceará. In: **Colégio da Imaculada Conceição: do Gênese ao Apocalipse**. Fortaleza: Tipoprogresso, 1999.

NOGUEIRA, R. F. de Sá. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará**. Fortaleza; Edições UFC, 2001. 282p.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **As Pesquisas Sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Percursos e desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia, 2006. (p. 5074-5086) Acesso em 03/01/2009. Disponível em:

http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/463PaoloNosella_EsterBuffa.pdf

NUNES, Clarice. **(Des)encantos da modernidade pedagógica**. (p. 371-398) In: LOPES, FÁRIA FILHO e VEIGA (Orgs). 500 Anos de educação no Brasil. 3 ed. 1 reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 608p. (Coleção Historial, 6)

_____. **Historiografia comparada da escola nova: algumas questões**. Rev. Fac. Educ. [online]. 1998, vol.24, n.1, pp. 105-125. ISSN 0102-2555. doi: 10.1590/S0102-25551998000100008.

OLINDA, Ercília M. B. de. **Formação integral do educando no tempo da escola normal**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2005.

OLIVEIRA, Beatriz S. de. **A Modernidade oficial: a arquitetura das escolas públicas do Distrito Federal (1928-1940)**. Dissertação Mestrado Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 1991.

_____. **A Construção de um método para a Arquitetura: procedimentos e princípios em Vitruvio, Alberti e Durand**. Doutorado Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, J. H. T. de. **Escola Normal do Ceará: o ensino ativo e a arquitetura do palacete da praça Filgueiras de Melo (1922-1934)**. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2008.

PAIVA, M. P.. **Trabalhos esparsos, agora reunidos**. Fortaleza, 2008.

PATETTA, Luciano. **História de la Arquitectura: antologia critica**. Madrid: Hermann Blume, 1984. 256 p. (Coleção El diseno Del entorno). Título original: Storia dell'Architettura. Antologia Critica. ISBN 84-7214-299.

_____. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987. pp. 13-14

PEREIRA, S. G. **A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXI, n. 2, p. 143-154, dezembro 2005. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1342>

PEREIRA, R. B. **Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy**. Tese de Doutorado FAU/USP, 2008. 357p. [on line]

PETITAT, A. **Produção da Escola, produção da sociedade: anáise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Trad. Eunice Grumen. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

PETRINA, A; A. Brodaric y S. Katz. Guia **Patrimônio Cultural de Buenos Aires 7: Arquitetura Neocolonial**. 1ª Ed. Buenos Aires: Gobierno de La Ciudad de Buenos Aires, 2007.

PEVSNER, N. **Historia de las tipologias arquitectonicas**. 2.ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1980. 447p.

PIMENTEL FILHO, J. E. **A aristocratização provinciana em Fortaleza (1840-189** Recife: UFPE. Dissertação/Mestrado em História, 1995.

PINHEIRO, A. E. F. **Vivendo e se transformando: de Grupo Escolar Cratense à Escola de Ensino Fundamental Dom Quintino**. Crato: 2010. CD-ROM.

PINHEIRO, A. C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção educação contemporânea).

PINHEIRO, M. L. B. **O pensamento de John Ruskin no debate cultural brasileiro dos anos 1920**. [19&20](http://www.dezenovevinte.net/19e20/19e20III4/index.htm), Rio de Janeiro, v. III, n. 4. Out. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/19e20/19e20III4/index.htm>

_____. **Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos de 1920 no Brasil**. Textos para a realização do concurso de Livre-Docência no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP. 2005.

PINHO, S. S. A simbologia da edificação da Escola normal de Fortaleza, na década de 1920. In: CAVALCANTE M. J. M; BEZERRA, J. A. B.(Org.). **Biografias, instituições, idéias, experiências e políticas educacionais**. Fortaleza: Editora UFC, 2003. pp.189-213.

_____. **Política e espetáculo: a Reforma da Instrução de 1922 através da imprensa cearense**. Dissertação de Mestrado – Faced/UFC, 2004.

PINSKY, C. B.. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

QUEIROZ, Z. F. de. **Ensinando História da Educação do Ceará e do Cariri cearense: pesquisa e ensino na graduação**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 1069-1080. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/95ZuleideFernandesQueiroz.pdf>

REIS, A. L.de C. A Instrução superior no Império, Rio de Janeiro: Tipografia de d. Luiz dos Santos, 1875. In: Salgueiro, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão**. Belo Horizonte: Centro de estudos históricos e culturais, 1997.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. Debates. São Paulo. Editora Perspectiva S. A., 1976.

_____. Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras. São Paulo: FBSP, 1997. 216p.

RIBEIRO, E. C. **Memorial e história de Messejana**. Fortaleza: Editel, 1982.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. Centro de Referência de Educação Pública. **Escolas do Imperador**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005.

ROCHA, A. M.. **Educação física escolar: história da inserção e consolidação na capital cearense**. Tese de Doutorado – Faced/UFC, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007 (Coleção memória da educação).

SANTIAGO, Z. M. P. **Manifestações do movimento neocolonial: conflitos entre tradição e modernidade nas instituições escolares do Brasil na primeira República**. Anais do VII

Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação Cultura Escolar, Migrações e Cidadania Universidade do Porto. Porto, 2008.

_____. **Influência dos princípios higienistas nas transformações urbanas, na educação e nos espaços escolares no Brasil no final do século XIX e começo do século XX.** Anais do V simpósio Nacional de História Cultural. UNB, Brasília, 2010.

SANTOS, P. F. **Quatro séculos de Arquitetura.** Barra do Pirai, RJ : Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.

SÉ, J. T.; PAIVA, V. (Org.). **Pensamento Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2005. pp. 45-66.

SEGAWA, H. **Construção de ordens.** Um aspecto da arquitetura no Brasil 1808-1930. Dissertação de Mestrado. FAUUSP. São Paulo, 1988.

_____. **Clave de Sol:** notas sobre a história do conforto ambiental. In: **Revista Ambiente Construído.** v. 3. n. 2. Abril/junho, Porto Alegre: ANTAC, 2003. pp. 37-46. ISSN 1415-8876.

_____. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** 2 ed. 1 reimpr. São Paulo: Ed.USP, 2002. (Acadêmica, 21).

SCHUELER, A. F. Martinez; MAGALDI, A. M. B. de M. **Educação escolar na Primeira República:** memória, história e perspectivas de pesquisa. 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf

SILVA, D.. **A maçonaria e os trabalhadores do Sertão:** rituais e representações no Centenário da Independência. [on line] Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=51>. Acesso em 07/06/2010.

SILVA, M. G. L. P. e. **A Escola Normal do Ceará:** luzes e modernidade contra o atraso na Terra da seca (1884-1922). 198fl. Dissertação (Mestrado) em Educação Brasileira - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.

SOUSA, J. B. de. **Quixadá & Serra do Estevão.** Fortaleza: Casa de José de Alencar Programa Editorial, 1997 (Coleção Alagadiço Novo).

SOUSA, J. Moreira de. **Estudo sobre o Ceará.** n.º 8. MEC/INEP/CILEME, 1955.

_____. **Sistema educacional cearense.** Recife: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1961. 347 p. ISBN (broch.)

SOUSA, Alberto. **Arquitetura Neoclássica Brasileira:** um reexame, S. Paulo: Ed. Pini, 1994. 120p.

SOUSA PINTO, G.. **Instrução Pública Primária no Ceará. Regime Colonial. Regime Monárquico. Regime Republicano.** In: Revista do Instituto do Ceará, Tomo 53, 1939 (p. 63 - 110).

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo; Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas)

_____. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

STUDART, Barão de. **Datas e factos para a história do Ceará**. Edição fac-sim. – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 272p. Tomo III (Col. Biblioteca básica cearense).

TAVARES FILHO, A. C.. **Reflexões sobre a noção de tipo morfológico e o programa arquitetônico**: os casos das escolas municipais Estados Unidos e República Argentina. Dissertação de Mestrado – UFRJ. 2005.

TOBIAS, J. **História da Educação Brasileira**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Juriscredi Ltda, 1968.

VAGO, T. M. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920). Revista Educar, Curitiba, n. 16, p. 121-135. 2000. Editora da UFPR, p. 125).

VEIGA, C. G. A Escolarização como Projeto de Civilização. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 21. 2002. p. 90-103. Disponível em:
http://www.anped.org.br/novo_portal/internas/ver/numeros-antiores?m=7_09_CYNTHIA_GREIVE_VEIGA.pdf. Acesso em 11/02/2011.

VIDAL, D. G. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

VIDAL, D. G.; ASCOLANI, A. (Org.). **Reformas no Brasil e na Argentina: ensaios de história comparada da educação (1820-2000)**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 152p.

WAISMAN, M. **El interior de La Historia**. Historiografía Arquitectónica para uso de Latinoamericanos. 1 ed. Bogotá: Escala, 1990.

WEIMER, G. **Historicismo. Modernismo. Arquitetura pós-Brasília**. In: Revista Arquitectura Panamericana. Arquitetura no Brasil: depoimentos. Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos. Nº. 4. Maio, 1996. pp 31-63. ISBN 85-85958-06-5

Vitruvio, Marco. **Los Diez Libros de Arquitectura**. Traducción directa Del latín, prólogo y notas por Agustín Blánquez. Barcelona: Editorial Iberia, S.A, 1986.

WOLFF, S. F. Santos. **Espaço e Educação**: os primeiros passos das escolas públicas paulistas. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

UPTON, Dell. Lancasterian schools, republican citizenship, and the spatial imagination in early-nineteenth-century America. In: **Journal of the Society of Architectural Historians**. Vol.55. n.3. September, 1996, p. 238-253.

XAVIER, L. Nacif; FREIRE, Américo. **Consenso e conflito**: Fernando de Azevedo e a reforma da instrução pública do Distrito Federal (1927-1930). In: SENTO-SÉ, J. T.; PAIVA, V. (Org.). **Pensamento Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2005.

Zacharias, V. L. C. F. Fröebel. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/froebel.html>

ZARANKIM, A. **Paredes que domesticam**: arqueologia da Arquitetura escolar capitalista. O caso de Buenos Aires. Campinas: UNICAMP, 2002.

• BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, N. F.. **Salesianos, Educação e Cultura em Juazeiro do Norte**. In: Anais do VIII ECHE/I ECGE. Escolas e Culturas: Políticas, Tempos e Territórios de Ações Educacionais. Fortaleza, 2009.

AZEVEDO, M. Â.de (Nirez). **O balanceio de Lauro Maia**. Ceará, 1991 (Edição do Autor). Disponível em (2005): www.tradrek.com.br/wp-content/downloads/liter1464.pdf Acesso em 14/02/2011.

BINDÁ, T. M. Bezerra. **Instituto de humanidades**: história de um educandário cearense na *belle époque* (1904-1914). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da UFC. 2008.

BORGES, M. S. **Quarteirão de sucesso da cidade**: o Art-decô e as transformações arquitetônicas na Fortaleza. Dissertação de Mestrado – FAUUSP, São Paulo, 2006.

CAPELO FILHO, J.; GARCIA, L. Sarmiento. **Fortaleza Centro**: Guia Arquitetônico. Fortaleza, 2006.

CHAVES, G.; VELOSO, P.; CAPELO, P. (Org.). Ah! Fortaleza. 2 ed. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009.

CONDE, Maria Teresa Barros. **O Modo de Ensino Mútuo na Formação dos Mestres de Primeiras Letras**. Uma Experiência Pedagógica no Portugal Oitocentista. Revista Lusófona de Educação, 2005, 6, 117-137.

LIMA, L. de O. **Estórias da Educação no Brasil**: de Pombal a Passarinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, [197_].

LIMA, M. W. de Souza; LIMA, Sergio de Souza. **Arquitetura e Educação**. Sao Paulo: Studio Nobel, 1995. 263p.

MONTENEGRO, G. A. **Desenho Arquitetônico**. 3 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1978.

NOBRE, F. Silva. Cronologia da Cultura Cearense, Rio de Janeiro: Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 1988.

NUNES, Clarice. **O "velho" e "bom" ensino secundário:** momentos decisivos. Rev. Bras. Educ. [online]. 2000, n.14, pp. 35-60. ISSN 1413-2478.

PINTASSILGO, J.; COSTA, R. Afonso. **A construção histórica do tempo escolar em Portugal** (do final do século XIX às primeiras décadas do século XX) [pdf on line]. Acesso em 27/02/11. Disponível em:

http://cie.fc.ul.pt/membrosCIE/jpintassilgo/textos_08/tempo_escolar.doc.

SILVA, C. M. da. **Escolas belas ou espaços são?** Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa (1860-1920). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002. (Coleção Memórias da Educação; 11)

SILVA, J. F. da. **O Círculo Operário de Barbalha como expressão do catolicismo social na educação e na cultura (1930-1964)**. Tese Doutorado. Faced/UFC, 2009.

SOUZA, C. M. Cruz de. **A Epidemia de gripe espanhola:** um desafio à medicina baiana. Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos [on line]. 2008. Vol. 15, n. 4, pp. 945-972 ISBN 0104-5970

• FONTES

Álbum Fortaleza Antiga – de propriedade de Miguel Moura.

Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literario do Estado do Ceará. Fortaleza: Typographia Moderna – Carneiro & Cia, (1920, 1921, 1923, 1929).

Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literario do Estado do Ceará para o anno de 1922. Edição especial. Fortaleza: Typographia Moderna – Carneiro & Cia, 1921.

BRASIL. Ato Adicional 1834 (documento). Disponível em:

<http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/visualizar.php?id=1033609>

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em:

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm> Acesso em 20/01/11.

CEARÁ. Decreto n. 1643 de 8 de novembro de 1918. Approva com modificações o Regulamento da Directoria Geral da Higiene, expedido com o Decreto do Poder Executivo n. 145 de 2 de Setembro de 1918.

CEARÁ. Diário Oficial . “A Cidade da Creança” – Ofícios da Instrução Pública e da Prefeitura de Fortaleza e um Memorial do “Club Iracema”. Fortaleza, 16 de abril de 1934.

CEARÁ. Lei n. 2027, 4 de novembro de 1922, Estado do Ceará. Fortaleza: Assembléia Legislativa do Ceará, 1922.

CEARÁ. PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Código Municipal**. Decreto n. 70 de 18 de Dezembro de 1932. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933.

CEARÁ. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da installação da mesma Assembléa no 1o de outubro de 1864. [n.p.] Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma provincia, o exm. sr. dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, na 1.a sessão da 22.a legislatura em o 1.o dia de julho de 1866. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1866. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Relatório apresentado ao 2.º Vice-Presidente da Província do Ceará, Coronel Joaquim da Cunha Freire, pelo Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques no acto de passar-lhe a administração da mesma em 13 de dezembro 1870. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Relatório do Diretor Geral da Instrução do Ceará, Justino Domingues da Silva (1875, p. 207-A5-4). Anexos ao relatório com que o excellentissimo senhor dr. Esmerino Gomes Parente abriu a 2.a sessão da 22.a legislatura da Assembléa Provincial do Ceará em 2 de julho de 1875. Fortaleza, Typ. Constitucional, 1875. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Relatório do Presidente da Província do Ceará, Sr. Pedro Leão Veloso, à Assembléa Legislativa, 1881. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Relatório com que Dr. Satyro de Oliveira Dias, passou a Administração da Província ao 2º Vice-Presidente, Sr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, 1884. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Relatório na sessão ordinaria de 1881 pelo Presidente da Provincia, Senador do Presidente da Provincia Sr. Eneas de Araujo Torreão, 1888. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Relatório do Presidente do Estado General José Clarindo de Queiroz, 1891, Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1907 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza: Typo-Lythographia a vapor, 1907. 32p. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza: Typo-Lythographia a vapor, 1908. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Mensagem de 1º de julho do Presidente do Estado Coronel Antonio Frederico Carvalho Motta, 1912. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Mensagem do Presidente do Estado, Dr. João Thomé de Saboya e Silva, 1918. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1919 pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado, p.20. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1925, pelo desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado. Fortaleza: [sn], 1925. 124p. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

_____. Mensagem à Assembléa Legislativa do Presidente do Estado, José Carlos de Matos Peixoto, 1930. p. 10-11. Disponível em: www.crl.edu/info/brazil

CEARÁ. Regulamento Orgânico da Instrucção Publica e Particular da Província do Ceará (1881). In: INEP. Documentos de Política Educacional do Ceará: Império e República. Organização: Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias. Colaboração: Delane Lima Nogueira...[et al.]. Brasília: INEP, 2006. 113p. + 4 CD-ROM.

_____. Regimento Interno das Escolas Primarias da Provincia do Ceará (1881). In: INEP. Documentos de Política Educacional do Ceará: Império e República. Organização: Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias. Colaboração: Delane Lima Nogueira...[et al.]. Brasília: INEP, 2006. 113p. + 4 CD-ROM.

_____. Regulamento da Instrucção Primaria do Estado do Ceará (1905). In: INEP. Documentos de Política Educacional do Ceará: Império e República. Organização: Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias. Colaboração: Delane Lima Nogueira...[et al.]. Brasília: INEP, 2006. 113p. + 4 CD-ROM.

_____. Regimento dos Grupos Escolares (1907). In: INEP. Documentos de Política Educacional do Ceará: Império e República. Organização: Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias. Colaboração: Delane Lima Nogueira...[et al.]. Brasília: INEP, 2006. 113p. + 4 CD-ROM.

_____. Regimento Interno das Escolas Públicas do Ensino Primário (1915). In: INEP. Documentos de Política Educacional do Ceará: Império e República. Organização: Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias. Colaboração: Delane Lima Nogueira...[et al.]. Brasília: INEP, 2006. 113p. + 4 CD-ROM.

CEJA Ana Vieira Pinheiro. Histórico da escola. Disponível em: http://cejaanavieirapinhoero.blogspot.com/2009_09_01_archive.html acesso em 20/09/2010.

Histórico Escolar da E.E.F.M. José de Alencar, 1976.

INEP. Documentos de Política Educacional do Ceará: Império e República. Organização: Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias. Colaboração: Delane Lima Nogueira...[et al.]. Brasília: INEP, 2006. 113p. + 4 CD-ROM.

Matrícula da Escola Pública mixta, [Escolas Reunidas de Mecejana] 4 de janeiro de 1922.

Livro de Inventário do 3º Grupo Escolar de Fortaleza, 1916.

1º Livro de Atas e Termos de Exames (L.A.T.E.) do Grupo Escolar Benjamim Barroso de Maranguape, 1916-1919.

L.A.T.E. do Grupo Escolar de Maranguape, 1922-1929.

L.A.T.E. do Grupo Escolar de Maranguape, 1929 a 1935.

L.A.T.E. do Grupo Capistrano de Abreu de Maranguape, 1936-1943.

Livros de Ponto e de matrícula do Grupo Escolar Presidente Roosevelt, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971.

Livro de Ponto da Escola de 1º Grau Presidente Roosevelt, 1972 a 1997.

Regimento Escolar – EEFM Visconde do Rio Branco. Fortaleza/CE, 2007.

Relatório de Atividades Anual do Diretor da Escola de 1º e 2º Grau Presidente Roosevelt, Professor Edilson Pinto Fernandes. 1998.

Relatório da Directoria da Hygiene do Estado do Ceará. 1922.

Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Federal Cap. Roberto Carneiro de Mendonça - 22 de setembro de 1931 a 5 de setembro de 1934. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936.

PDE da Escola Estadual de Educação Profissionalizante Presidente Roosevelt, 2009.

Termo de Abertura dos Trabalhos da Escola Pública mixta, [Escolas Reunidas de Mecejana] 4 de janeiro de 1922.

Termo de exame da Escola Pública mixta, [Escolas Reunidas de Mecejana] novembro de 1922.

Termos de Compromissos do corpo docente das Escolas Reunidas de Mecejana. 1923

Ponto Diário do corpo docente das Escolas Reunidas de Mecejana. Maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1925.

Ponto Diário do corpo docente das Escolas Reunidas de Mecejana. Março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1926.

Ponto Diário do corpo Docente das Escolas Reunidas de *Mecejana*. Fevereiro, 1927.

ROCHA, 2008. Educação cearense perde Antonieta Cals. Disponível em: <http://cearaenoticia.blogspot.com/2008/11/educacao-cearense-perde-antonieta-cals.html>)

Secretaria de Educação Básica – SEDUC/CREDE 21/Ficha de informações dos bens imóveis.

Sociedade Brasileira de Infectologia - SBI. *Artigo recupera o desafio que a gripe espanhola representou para medicina baiana*. Agência Fiocruz de Notícias. Disponível em <http://www.infectologia.org.br> Acesso em 29.01.2010.

- **Jornais**

Jornal *O Nordeste*. (1922,1923,1924, 1930)

Jornal *A Tribuna do Povo*, Aracati (1870)

Jornal *A República* de 12.07.1907

Diário Oficial, 16 de abril de 1934

Jornal *O POVO* [on line]

<http://opovo.uol.com.br/opovo/especiais/revistafortaleza10/602675.html>.

ANEXO – A

(Mensagem do Presidente da Provincia do Ceará Pedro Leão Veloso, 1881, Anexo-D Offício do Inspector Geral da Instrução A- 63-65).

Sobre as escolas existentes e seus respectivos mestres

1^a – Professor Thomaz Antonio de Carvalho – rua do Quartel. Funciona em predio particular [...] . 2^a – Professor Pedro Pereira da Silva Guimarães – Outeiro – **Funciona esta escola em edifício público e em salão bastante espaçoso** [...]. 3^a – Professor Tristão Pacheco Spinosa – [rua] Amelia. A aula funciona em predio particular, porém em salão de commodas proporções. O professor tem longa pratica no magisterio, sua aula é a mais freqüentada de todas: tem actualmente 237 alumnos na matricula e mais de 100 na frequencia , divididos em 8 classes [...]. 4^a – D. Cornelia Altina de Souza – Rua da Boa Vista. **Funciona escola em predio particular, porém espaçoso e commodo.** Esta escola acha-se em verdadeira penuria de material, não tem uma só cadeira ou escrivaninha, nem estrado, nem relógio, nada enfim, excepto uma mesa velha, um armario imprestável e oito bancos diversos. [...] 5^a – D. Francisca de Vasconcellos Cavalcante – Rua do Senador Pompeu. A escola é um predio particular e em salão de pouca capacidade; é mixta e tem actualmente 111 alumnos na matricula e cerca de 90 na frequencia, divididos em 4 classes. [...] 6^a – D. Izabel Rabello da Silva - Rua Formosa. Funciona a escola no 1^o andar de um **prédio particular e o salão accomoda bem as alumnas.** Ha 89 alumnas na matricula e acima de 40 na frequencia, dividida em 5 classes. [...] A professora de que fallo, ensina alem do curso primário, musica e francez ás suas discípulas, o que não pode deixar de merecer especial reparo e uma nota de louvor. [...] 7^a – D. Amalia Joaquina de Moraes e Castro. – Rua da Boa Vista. O edifício da escola é predio particular, porem inteiramente capaz de satisfazer ás condições requeridas. Havia na matricula 129 alumnas e na freqüência cerca de 70 divididas em 4 classes. [...] 8^a – D. Izabel vieira Theofilo – Rua do Senador Pompeu. A escola funciona em prédio particular em salão mais ou menos commodo. Tem 100 alumnas na matricula e 70 na freqüência divididas em 7 classes. [...] 9^a – D. Urçula Maria da Guerra Passos – Outeiro. A aula desta professora é em prédio particular e em salão commodo; tem 84 alumnas na matricula e de 40 a 50 na freqüência, divididas em 4 clases. [...] 10^a – D. Izabel de Abreu Perdigão – Praça dos Voluntarios. A escola funciona em predio particular, n'uma espécie de corredor estreito que de modo algum pode satisfazer ás condições de hygiene e do ensino. Tem 63 alumnas matriculadas e cerca de 40 na freqüência divididas em 4 classes. [...] 11^a – D. Maria Libania Catunda – Rua 24 de maio. Funciona a aula na própria sala da casa de morada da professora em prédio alugado. A escola é mixta, tem 61 alumnos matriculados e 40 na freqüência, dividida em 4 classes. [...].

ANEXO – B

O jornal *O Nordeste* divulga o ato Presidencial assim descrito:

“O Presidente do Estado usando da atribuição que lhe confere a lei n. 1.953, de 2 de agosto do corrente anno, resolve dissolver os 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º grupos escolares, desta capital, reorganizando-os da seguinte forma:

Grupo escolar do Bemfica [grifo meu](10 classes)

Directora: Rossicler Vieira

Sub-directora: Paulina Montenegro

Professoras: Rita Pessoa dos Santos, Edith Caminha, Beatriz Lopes, Maria Marphisa da Costa Mattos, Francisca Maravalho, Maria Carolina Monte, Ernestina Barbosa Cordeiro, Anna Frota, dos grupos extintos; e Maria Silveira, da 8ª cadeira do sexo masculino desta capital, e Lygia de Sá Barbosa, do Arraial Conselheiro Stellita, do município de Fortaleza – todas em comissão.

Grupo escolar do Boulevard do V. do Rio Branco(10 classes)

Directora: Beatriz Ibiapina Siqueira

Sub-directora: Carmelia Dutra

Professoras: Elizabeth de Lima Ferreira, Ambrozina de Albuquerque Siqueira, Julita Rodrigues, Maria Ignácia Bezerra, Maria de Lourdes Ramos, Thereza Saraiva, Anna de Castro, Maria do C. Martins Andrade, dos grupos extintos; e Aladia Borges Moreira, do Arraial Coelhos, e Francisca Zilda Ferreira da Costa, do Arraial cocó, do município de Fortaleza – todas em comissão.

Grupo escolar de Fernandes Vieira(10 classes)

Directora: Isaura Braga Mourão

Sub-directora: Alice Vieira Chaves

Professoras: Anna Cabral de Oliveira, Helena Brigido, Adalgisa Alencar, Adalgisa Faria dos Santos, Anna Margarida da Frota, Anna Amelia Veridiano, Maria Pedigão Raposo, Francisca Pinto Nogueira, dos grupos extintos; e Modestina Montenegro Mattos, do Arraial Benjamim Constant, e Maria Teixeira Rolim, do Arraial João Thomé, de Fortaleza – todas em comissão.

Grupo escolar do Outeiro (14 classes)

Directora: Flora Ivette Costa Sousa

Sub-directora: Alba de Alencar

Professoras: Ophelia de Abreu Gomes, Florinda Brasil de Mattos, A bertina de Santos Barros, Maria do Rosario Ferreira, Rosa de Lima Pontes, Maria Sampaio de Andrade, Maria Nazareth Batista, dos grupos extintos; Adélia Osorio de Sampaio, do Arraial Ant. Pompeu, Adhamir Sombra, do Arraial Seminario e Aracy Franco do Nascimento, do Arraial Senador Pompeu – todas em comissão.

Grupo escolar do norte da cidade (10 classes)

Directora: Cristina Cabral

Sub-directora: Maria Esther Montenegro

Professoras: Maria de Oliveira Bastos, ainda Santos e Silva, Eneide Brigido, Maria Judith Travassos, Maria do Carmo Torres Portugal, Adalgisa Pinheiro da Motta Garcia, Eulalia Cabral de Oliveira, Dinoá Linhares, Clarice Abrantes Gomes Campos, dos grupos extintos; Glaphyra Faria de Miranda, do Arraial Barão do Rio Branco – todas em comissão. (Jornal *O Nordeste*, Anno I, de 23 de dezembro de 1922, n. 147)

ANEXO – C

DISTRIBUIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO ESTADO

Lei n. 2027¹, de 4 de novembro de 1922, pelo Presidente do Estado, Dr. Justiniano de Serpa, que *Dispõe sobre distribuição e localização das escolas do Estado*, a saber:

Artigo 1º. As escolas publicas do Estado serão distribuídas pelos municípios, respeitando-se rigorosamente os dados do cadastro escolar.

Parágrafo Único – O Governo distribuirá e localizará as cadeiras do ensino, não só respeitando a proporção do numero de creanças em idade escolar, como também obedecendo ás facilidades de funcionamento que lhes sejam offerecidas pelas municipalidades ou particulares.

Artigo 2º. Para effeito do provimento das cadeiras, fica o Estado dividido em quatro entrâncias de ensino de modo seguinte:

1ª. entrancia – Fortaleza

2ª. entrancia – Maranguape, Soure, Aquiraz, Cascavel, pacatuba Redempção, Aracoyaba, Baturité, Guaramiranga, Pacoty, Coité, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Lages, aracaty, São Gonçalo, Itapipoca, São Francisco e São João da Uruburetama.

3ª. entrancia – Sobral, Camocim, Aracahú, Sant'Anna, Pentecostes, Canindé, União, São Bernardo das Russas, Limoeiro, Iço Iguatú, Crato, Granja, Massapé, Viçosa, Lavras, São Benedicto de Ibiapaba, Ipú, Maria Pereira, Pedra – Branca, Morada-Nova, Jaguaribe-Mirim, Pereiro, Cachoeira, Aurora, Barbalha, Cedro e Joazeiro.

4ª. entrancia – Tyanguá, São Pedro de Ibiapina, Ubajara, Ipueiras, Tamboril, cratheús, Independência, Tauhá, Arneiroz, Saboeiro, São Matheus, Boa-Viagem, Santa Quiteria, Laranjeiras, Missão Velha, Brejo dos Santos, Jardim, São Pedro do Cariry, Varzea-Alegre, Sant'Anna do Cariry, Assaré, campos Salles e Palma.

Artigo 3º. O provimento das cadeiras de 4ª entrancia será de livre nomeação do Governo, entre profissionaes diplomados, ou, na falta destes, entre não diplomados, que se habilitem ao exercicio do magistério, para essa entrância, por um exame realizado perante uma comissão de professores da Escola normal, designada pelo Director da Instrucção.

Parágrafo Unico – Neste ultimo caso, serão demissíveis perante trez annos, findos os quaes, se tiverem prestado bons serviços, poderão ser considerados como vitalícios, não lhes cabendo, porem, em tempo algum, direito á remoção ou permuta para cadeiras de outra entrância.

Artigo 4º. – O provimento das cadeiras de arraias e povoados nos municípios de 3ª entrancia, será de livre nomeação do Governo, entre professores diplomados.

Artigo 5º. – As demais cadeiras de 3ª entrancia e de todas as de 2ª, serão preenchidas por concurso de notas realizadas em Dezembro de cada anno.

Artigo 6º. – O provimento das cadeiras de 1ª entrancia será feito mediante concurso, em que, sem se desprezar o coefficente de notas, predomine a prova de capacidade profissional.

Artigo 7º. – As professoras que estiverem regendo interinamente uma cadeira, há mais de dez annos, poderão ser effectivadas na mesma cadeira, desde que o requeiram dentro de trez mezes, e se submettam a um exame de Habilitação na Directoria da Instrucção Publica. Nesta caso, não lhes cabe, em tempo algum, direito á remoção ou permuta para cadeiras de outra entrância.

Artigo 8º. – Revogam-se as disposições em contrario.

Paço da Assembléa Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza, 27 de outubro de 1922.

¹ Disponível em seu original manuscrito no Setor de Documentação da Assembléa Legislativa do Ceará.

ANEXO – D

Casas de Escolas - Publicação *Assentamentos dos proprios Estaduaes* (1912)

Os municípios e localidades onde foram construídas ou adquiridas edificações para funcionamento das escolas foram: Aquiraz, Aracati, Baturité, Canindé, Ipu, Itapipoca, Maranguape, Quixeramobim, Redenção, S. Francisco, Sobral, S. João da Uruburetama. Estas *casas de escolas*, como eram chamadas, em sua grande maioria foram construídas por ordem do governo entre 1877 e 1880 pela verba dos *socorros públicos* (CEARÁ, 1912). São assim descritos:

Em Aquiraz,

ESCOLA DO SEXO MASCULINO

Acha-se situada á noroeste da praça D. Joaquim, enfretando com o sueste.

Sua edificação é de tijolo e cal, tendo a frente 5.m de extensão, e de fundo 22.m.

Foi construída por ordem do governo em 1879 **com socorros públicos** [grifo nosso].

Está orçada em 800\$000 rs.

ESCOLA DO SEXO FEMENINO

Acha-se situada na mesma praça contigua áquella, tendo sido construida na mesma occasião e com as mesmas dimensões por conta dos **socorros públicos** [grifo nosso].

Está igualmente avaliada em 800\$00 rs. (p. 47)

Em Aracaty,

ESCOLA DO SEXO FEMININO

Sobrado edificado de pedra e cal, á rua do Commercio n°. 60, lado do nascente, com 3 portas de frente ao rez do chão e outras tantas com varandas no primeiro andar e sobre este um mirante ou sôtão com uma janella, o qual está situado um terreno foreiro a comara municipal, de que paga annualmente 1:417\$ réis. (p. 48)

ESCOLA DO SEXO FEMININO

Sobrado edificado de pedra e cal, á rua do Commercio n°. 60, lado do nascente, com 3 portas de frente ao rez do chão e outras tantas com varandas no primeiro andar e sobre este um mirante ou sôtão com uma janella, o qual está situado um terreno foreiro a comara municipal, de que paga annualmente 1:417\$ réis. (p. 50)

Em Baturité,

BIBLIOTHECA E ESCOLA MUNICIPAL

É um magnífico predio situado na praça da Matriz com 20.m, de frente e 10.m, de fundo.

Tem nove portas de frente, com outras tantas de fundo, tendo um pequeno jardim ao lado, fechado por grade de ferro.

Está situado entre a praça da Matriz, pela frente, a travessa municipal pelo fundo, pelo lado esquerdo á rua da Palma, e pelo direito pela Avenida Proença.

Foi avaliada em 8:000\$000.

Presentemente é occupado pela Bibliotheca, theatro e escola municipal (p.58-59).

Em Canindé,

ESCOLA PUBLICA

Uma casa térrea de tijolo e telha sita á praça da Matriz, hoje do Capitão Cruz, com quatro portas de frente e 3.m 11de altura.

Conserva-se em preto e enfrenta com o sul.

Foi construída em 1877 pela verba **soccorros públicos** [grifo nosso], com destino á escola publica.

Está avaliada em 1:000\$000. (p. 66-67)

Em Ipú,

ESCOLAS PUBLICAS

Uma casa de tijolo e telha sita á rua Senador João Cordeiro, com 12.m 50 de frente e 55.m de fundo incluído o terreno murado.

Tem cinco portas de frente, e faz esquina com o beco do Progesso.

Foi construída durante a secca de 1877 a 1879, com os **soccorros públicos** [grifo nosso] para servirem de escolas do sexo masculino e feminino.

Avalia-se em 10:000\$000. (p. 82-83)

Em Itapipoca,

ESCOLA PUBLICA

Excellento prédio com uma porta e quatro janellas, situado á praça da Matriz, defronte da varanda da mesma, enfretando com o nascente.

Dispõe de commodos apropriados ao fim a que se destina.

Funciona nelle a escola de sexo masculino.

Foi construído com **soccorros públicos** [grifo nosso] no anno de 1878, e pode-se avaliar em 4:000\$000.

ESCOLA PUBLICA

Predio identico áquelle com uma porta e quatro janellas de frente e contiguo na mesma praça.

É destinado a escola do sexo feminino.

Foi construído com **soccorros públicos** [grifo nosso] no anno de 1878, e pode-se avaliar em 4:000\$000. (p. 86)

Em Maranguape,

ESCOLA PUBLICA

Uma casa térrea edificada de tijolo e telha, está situada á rua Major Agostinho, com três portas de frente, para o lado do poente, numa extensão de 8,m e onze portas na travessa do Coronel Moura, que occupam o espaço de 66,m50, frente para o sul. Foi construída com **soccorros públicos** [grifo nosso] nos annos de 1877 a 1879. Está avaliada em 2:000\$000. (p. 93)

Em Quixeramobim,

ESCOLA DO SEXO MASCULINO

Este magnifico predio acha-se levantado á praça de S. Antonio, formando um quadrado com 15,m55 em cada frente, e vinte e cinco portas, 9 em cada face.

Tem seis compartimentos: dois salões ao norte e ao sul, dois gabinetes a leste e a oeste, e dois pequenos quartos nos fundos dos gabinetes.

Foi construída pela verba – **Soccorros públicos** nos annos de 1879 a 1888, para escola do sexo masculino, e alli esteve até 11 de Fevereiro de 1906, quando passou a funcionar em predio particular em consequencia dos reparos de que necessitara o referido predio, conforme determinou o Secretario da Fazenda em officio de 14 de Outubro de 1905.

Pode avaliar-se em 10.000\$000 (p.122)

Em Redempção,

ESCOLA DO SEXO MASCULINO

Situada á praça da Matriz com uma porta e duas janellas, tem de frente 7,m15 e de fundo 21m50.

Este prédio consta somente de um grande salão, onde funciona a escola do sexo masculino, e do quintal murado.

Foi construído nos annos de 1877 e 1879 por conta dos soccorros públicos e está avaliado em 1.500\$000.

ESCOLA DO SEXO FEMININO

Este prédio situado á praça da Matriz, é contiguo ao que serve de escola do sexo masculino.

Tem uma porta e duas janellas na frente que mede 7,m15 de comprimento, e 5 janellas no oitão do lado do norte, medindo o terreno inclusive o quintal murado 21m50.

É em tudo idêntico ao que serve de escola de meninos.

Está avaliado em 1.500\$000, tendo sido construído por conta dos soccorros públicos. (p. 125)

Em S. Francisco (atual Uruburetama)

CASA PARA ESCOLAS

Edificada na praça do Mercado novo, tem de frente 15,m67 e 15,m55 de fundo.

É cercada de muros, e tem boas salas onde funcionam as aulas dos sexos masculino e feminino.

Foi erigida por conta dos soccorros públicos, e pode ser avaliado em 3:000\$000. (p. 144-145)

Em Sobral,

ESCOLA PUBLICA

Casa térrea sita á praça Duque de Caxias, com um portão e três janellas na frente, tendo esta 12.m 35 de extensão, e de fundo 25,m 80.

Está cercada de muros.

Dispõe de quatro compartimentos, sendo um salão, em que funciona uma aula do ensino mixto, um quarto em seguida, sala de jantar e cozinha.

Foi erigida nos annos de 1879 a 1880 por conta dos **soccorros públicos** [grifo meu], e está avaliada em 6:000\$000.

OUTRA ESCOLA

Esta casa acha-se situada á rua da Aurora, nº. 19, com a frente para leste.

Tem uma porta e três janellas, medindo a frente 7.m 25 de extensão sobre 38,m 30 de fundo.

Consta de quatro compartimentos, que são: um salão, onde funciona a escola da 2ª cadeira do sexo feminino, um quarto, a sala de jantar e a cozinha.

Foi adjudicada a Fazenda Estadual para pagamento do alcance do ex-collector, Coronel José Camillo Linhares.

Esta avaliada em 600\$000. (p. 150-151)

Em S. João da Uruburetama,

ESCOLA PUBLICA

Situada á praça Arthur Montenegro tem quatro portas de frente, medindo a mesma frente 8m50 e 12 de fundo.

Esta edificada em terreno foreiro do patrimônio de S. João Baptista.

Tem os compartimentos seguintes: uma sala de espera, e dois salões.

É murada pelo fundo numa extensão de 13m.

Serve de escola do sexo feminino.

Construída em 1878 com soccoros públicos, pode-se avaliar em 2:500\$000.

OUTRA ESCOLA

Acha-se edificada na praça Arthur Montenegro, nas mesmas condições da primeira. Está avaliada em 2:500\$.

Serve de escola do sexo masculino. (p. 152-153)

ANEXO – E



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

Ofício Circular GAB. Nº 003/08

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2008

Ao(a)


Diretor(a) das Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino de Fortaleza
NESTA/

Senhor(a) Diretor(a),

Ao cumprimentá-lo(a), cordialmente, apresento a V.Sa. a Arquiteta **Zilsa Maria Pinto Santiago**, professora do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará – UFC, atualmente, cursando Doutorado na Faculdade de Educação da UFC, a fim de desenvolver pesquisa sobre Arquitetura e Educação, na busca de relações do espaço-escola e as tendências pedagógicas, tendo como foco de pesquisa as instituições escolares públicas de Fortaleza.

Para tanto, solicito a V.Sa. a colaboração no sentido de facilitar o acesso às instalações dessa escola para registro fotográfico e medições, acesso ao acervo da Biblioteca, bem como o apoio na informação de dados necessários à pesquisa desenvolvida pela referida professora.

Atenciosamente,


Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

ANEXO – F



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Rua Afonso Cavalcanti nº 455, 3º andar, sala 301 – Cidade Nova, CEP: 20211-901
Telefones: 2503-2478 / 2503-2479
sme@pcrj.rj.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA VISITA

Sr(a) Coordenador(a) da E/SUBE/1ªCRE
Sr(a) Diretor(a) da E.M. Uruguai

Autorizamos Zilsa Maria Pinto Santiago, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará / UFC, que cursa o Doutorado no Programa de Pós-Graduação na Linha de Pesquisa Histórica, Memória e Política Educacional, a realizar visita à Escola Municipal Uruguai, da Rede Municipal de Ensino.

A presente autorização permite fotografar a escola, com o objetivo de registrar aspectos físicos e arquitetônicos para subsidiar a análise dos dados da pesquisa. Não compreende a utilização de imagem de profissionais, alunos ou outros membros da comunidade escolar e restringe a veiculação das imagens produzidas à pesquisadora.

A pesquisadora se compromete a respeitar a rotina da escola e a divulgar os resultados da pesquisa à Coordenadoria de Educação, conforme a Portaria E/DGED Nº 41/2009.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 2010


Maria Cristina Faber de Castro
11/100818-4

Maria Cristina Faber de Castro
Assistente I - E/SUBE/CED
Matr. 11/100818-4



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Rua Afonso Cavalcanti nº 455, 3º andar, sala 301 – Cidade Nova, CEP: 20211-901
Telefones: 2503-2478 / 2503-2479
sme@pcrj.rj.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA VISITA

Sr(a) Coordenador(a) da E/SUBE/2ªCRE
Sr(a) Diretor(a) da E.M. Argentina

Autorizamos Zilsa Maria Pinto Santiago, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará / UFC, que cursa o Doutorado no Programa de Pós-Graduação na Linha de Pesquisa Histórica, Memória e Política Educacional, a realizar visita à Escola Municipal Soares Pereira, da Rede Municipal de Ensino.

A presente autorização permite fotografar a escola, com o objetivo de registrar aspectos físicos e arquitetônicos para subsidiar a análise dos dados da pesquisa. Não compreende a utilização de imagem de profissionais, alunos ou outros membros da comunidade escolar e restringe a veiculação das imagens produzidas à pesquisadora.

A pesquisadora se compromete a respeitar a rotina da escola e a divulgar os resultados da pesquisa à Coordenadoria de Educação, conforme a Portaria E/DGED Nº 41/2009.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 2010


Maria Cristina Faber de Castro

11/100818-4
Maria Cristina Faber de Castro
Assistente I - E/SUBE/CED
Matr. 11/100818-4



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Rua Afonso Cavalcanti nº 455, 3º andar, sala 301 – Cidade Nova, CEP: 20211-901
Telefones: 2503-2478 / 2503-2479
sme@pcrj.rj.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA VISITA

Sr(a) Coordenador(a) da E/SUBE/2ªCRE
Sr(a) Diretor(a) da E.M. Soares Pereira

Autorizamos Zilsa Maria Pinto Santiago, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará / UFC, que cursa o Doutorado no Programa de Pós-Graduação na Linha de Pesquisa Histórica, Memória e Política Educacional, a realizar visita à Escola Municipal Soares Pereira, da Rede Municipal de Ensino.

A presente autorização permite fotografar a escola, com o objetivo de registrar aspectos físicos e arquitetônicos para subsidiar a análise dos dados da pesquisa. Não compreende a utilização de imagem de profissionais, alunos ou outros membros da comunidade escolar e restringe a veiculação das imagens produzidas à pesquisadora.

A pesquisadora se compromete a respeitar a rotina da escola e a divulgar os resultados da pesquisa à Coordenadoria de Educação, conforme a Portaria E/DGED Nº 41/2009.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 2010


Maria Cristina Faber de Castro
11/100818-4

Maria Cristina Faber de Castro
Assistente I - E/SUBE/CED
Matr. 11/100818-4



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Rua Afonso Cavalcanti nº 455, 3º andar, sala 301 – Cidade Nova, CEP: 20211-901
Telefones: 2503-2478 / 2503-2479
sme@pcrj.rj.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA VISITA


Sr(a) Coordenador(a) da E/SUBE/1ªCRE
Sr(a) Diretor(a) da E.M. Jardim de Infância Campos Sales

Autorizamos Zilsa Maria Pinto Santiago, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará / UFC, que cursa o Doutorado no Programa de Pós-Graduação na Linha de Pesquisa Histórica, Memória e Política Educacional, a realizar visita à Escola Municipal Soares Pereira, da Rede Municipal de Ensino.

A presente autorização permite fotografar a escola, com o objetivo de registrar aspectos físicos e arquitetônicos para subsidiar a análise dos dados da pesquisa. Não compreende a utilização de imagem de profissionais, alunos ou outros membros da comunidade escolar e restringe a veiculação das imagens produzidas à pesquisadora.

A pesquisadora se compromete a respeitar a rotina da escola e a divulgar os resultados da pesquisa à Coordenadoria de Educação, conforme a Portaria E/DGED Nº 41/2009.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 2010


Maria Cristina Faber de Castro
11/100818-4

Maria Cristina Faber de Castro
Assistente I - E/SUBE/CED
Matr. 11/100818-4

ANEXO G



ACADEMIA CEARENSE
DA LÍNGUA PORTUGUESA

DVLACIONAM ET CANORAM LINGVAM CANO

Declara-se, para constituir prova junto ao (à) PROG. DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
do (da) FACEF - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ,
que, por intermédio do acadêmico titular infra-assinado, foi procedida à correção gramatical e estilística
do (da) TESE DE DOUTORAMENTO intitulado (da) "ARQUITETURA E INSTRUÇÃO PUBLI-
CA: A REFORMA DE 1922, CONCEPÇÕES ESP. E FORM. DE GRUPOS ESCOLARES NO CEARÁ"
da autoria de ZILSA MA DINTO SANTIAGO,
orientado (a) pelo (a) PROF.ª DRA MA Juracy M. CARVALHO,
razão por que se firma a presente, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Orto-
gráfico Lusófono, vigente desde 01.01.2009.

Fortaleza (CE), 4 de JUNHO de 2014


Prof. Vianney Mesquita
Reg. Profissional
CE 00489 JP

Prof. João VIANNEY Campos de MESQUITA
Acadêmico Titular da Cadeira número 37 da ACLP.
Escritor e docente Adjunto IV da Universidade Federal do Ceará
Reg. Prof. MTE00489JP.